



*“Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal”:
a vida intelectual natalense (1889-1930)*

Maiara Juliana Gonçalves da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA I: RELAÇÕES ECONÔMICAS - SOCIAIS E PRODUÇÃO DOS
ESPAÇOS

“EM CADA ESQUINA UM POETA, EM CADA RUA UM JORNAL”:
a vida intelectual natalense (1889-1930)

Maiara Juliana Gonçalves da Silva

Natal

UFRN. Biblioteca Central Zila Mamede.

Catálogo da Publicação na Fonte

Silva, Maiara Juliana Gonçalves da.

“Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal”: a vida intelectual natalense (1889-1930) / Maiara Juliana Gonçalves da Silva. – Natal, RN, 2014.

342 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História.

1. Intelectuais – Dissertação. 2. Literatura – Dissertação. 3. Imprensa – Dissertação. 4. Sociabilidade – Dissertação. 5. Cidade – Dissertação. I. Arrais, Raimundo Pereira Alencar. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 316.344.32

Maiara Juliana Gonçalves da Silva

**“EM CADA ESQUINA UM POETA, EM CADA RUA UM JORNAL”:
a vida intelectual natalense (1889-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

Area de Concentração: História e Espaços.

Linha de pesquisa I: Relações econômicas-sociais e produção do espaço.

Natal/RN

2014

Maiara Juliana Gonçalves da Silva

**“EM CADA ESQUINA UM POETA, EM CADA RUA UM JORNAL”:
a vida intelectual natalense (1889-1930)**

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, pela comissão formada pelos professores:

Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais (Orientador - UFRN)

Dra. Magali Gouvei Engel (Examinador externo - UERJ)

Dr. Francisco das Chagas Santiago Júnior (Examinador Interno - UFRN)

Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Suplente - UFRN)

Natal/RN, 19 de setembro de 2014

*A Wilson Gonçalves da Silva (in
memoriam) em agradecimento e em
retribuição por todas as coisas que me
ensinou. Muito obrigada, pai!*

AGRADECIMENTOS

Já de início, confesso que não gosto muito de escrever agradecimentos. Os agradecimentos, para mim, sempre soaram como despedidas, encerramentos, etapas concluídas e, que, como todas as despedidas que a vida nos traz (ou nos leva), vai deixar um traço de saudades. Contudo, gostaria de deixar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram para a realização desta dissertação.

Primeiramente, gostaria de, não apenas agradecer, mas dedicar essas páginas que se seguem à pessoa mais importante da minha vida: meu pai, Wilson Gonçalves da Silva (*in memoriam*). Ao senhor, dedico esta dissertação em agradecimento – por ter sido a minha referência de pessoa – e, também, em retribuição a todas as lições que o senhor me ensinou – enquanto ainda estava entre nós – lembradas e acompanhadas pelas saudades. À minha mãe, Marli, e ao meu irmão, Sandro, agradeço pela compreensão e pelo apoio durante a trajetória de minha pesquisa e escrita.

Este trabalho me proporcionou o convívio com algumas pessoas inesquecíveis no meio acadêmico. Possuo uma dívida enorme com meu orientador, Raimundo Arrais que, durante esses dois anos, foi muito mais do que um orientador acadêmico. Arrais, agradeço por ter me proporcionado uma brilhante orientação, mas sou grata mais ainda pelo seu companheirismo, por sua amizade, por ter escutado todas as minhas aflições teóricas, metodológicas, existenciais, pessoais e pela forma como você as respondeu: sempre com uma palavra de conforto e com um abraço sincero.

A trajetória acadêmica me proporcionou outros achados preciosos, no que diz respeito aos docentes do Programa de Pós-graduação em História (PPGH). Agradeço a Dra. Carmen Alveal, profissional que admiro muito, por ter me ensinado, desde a graduação, alguns passos do que significa ser historiadora. Agradeço ao Dr. Santiago Júnior pelas aulas brilhantes ministradas nas disciplinas que tive a oportunidade de cursar na graduação e na disciplina História Cultural dos Espaços no PPGH. Apesar de, quase todas às vezes, sair desnorteada de suas aulas, professor, tenha a certeza de que as reflexões levantadas durante elas foram fundamentais para o meu amadurecimento enquanto discente, pós-graduanda, e para a execução deste trabalho. Devo também às importantes contribuições dos docentes Renato Peixoto, Raimundo Nonato e Hélder Viana, os quais também contribuíram para a realização desta dissertação.

Ainda no âmbito das pessoas inesquecíveis com as quais convivi no mundo acadêmico, agradeço a Gabriela Fernandes Siqueira, companheira de pesquisa e de turma, que muito me ajudou com suas leituras e que dividiu comigo as aflições da pós-graduação. Muito obrigada por suas leituras e suas dicas, Gabi! Agradeço, ainda, aos amigos queridos Thyago Ruzemberg, Leda Potier, Elynaldo Gonçalves (Naldinho), Carlos Henrique e Tiago Tavares, com os quais partilhei as rodas de conversas acadêmicas e as rodas de conversas fiadas em bares, brindando sempre à diversão e aos poucos momentos de descontração durante a trajetória do mestrado.

E por falar em diversão e descontração, como deixar de mencionar as “minhas melhores”? Para as minhas queridas companheiras de todas as horas: a melhor amiga, Flavia, por compartilhar, desde “girininha”, as adversidades da vida e os sorrisos que a gente leva de cada obstáculo vencido, fica aqui o meu muito obrigada, amiga, por sempre (sempre mesmo!) estar ao meu lado; ao “quarteto fantástico” dos tempos da graduação (e que até hoje permanece), Cleópatra, Danyella, Kadja e Tássia, o meu muito obrigada pelo apoio e pela presença de sempre; e a minha “nêga” Lucila, minha comadre (ou afilhada?), mulher de garra que admiro muito e que considero uma grande amiga. Todas vocês, meninas, tornaram o processo da pós-graduação menos árduo de ser enfrentado! Igualmente, devo os meus melhores momentos, e as crises de risos intermináveis, às minhas “nenéns”: Fernanda, Suerda, Andrea, Kátia, Alessandra e Cris. Com certeza, o mundo, para mim, é um lugar mais feliz por causa de vocês!

Quero também externar a minha gratidão às mulheres de luta, assim como eu. Minha gratidão às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), núcleo Helenira Resende: Renatinha, Rachel, Lissa, Allyne, Dea, Luana, Nise, Morgana, Janaína, Juliete, Bruninha e outras heleniras, obrigada pela compreensão nos momentos que tive que me ausentar das atividades da Marcha e pelos debates riquíssimos que me fizeram crescer como mulher e como profissional. Seguiremos em marcha até que todas nós sejamos livres!

Por falar em profissão... Aproveito também para agradecer à família EAJ (Escola Agrícola de Jundiá). Aos colegas de profissão Louize, Lígia, Cíntia Telles, Marlê, Welson, Olga e outros, sou grata pelo incentivo durante a pesquisa de mestrado. Mesmo com pouco tempo lecionando na instituição, é como se, com vocês, eu me sentisse em casa. Obrigada pelo acolhimento! E, como deixar de mencionar os meus queridos alunos dos 2º anos (IF13A, AI13A, AQ13A, AP13B, AP13A) e dos 3º anos (AI12A e IF12B)? Obrigada, meus queridos, pelos momentos em que os sorrisos de vocês, durante as nossas aulas, me fizeram esquecer as preocupações que eu carregava comigo, sobre a dissertação.

Registro a importância da participação de outros amigos durante a minha pesquisa. Agradeço de coração aos colegas Willian Pinheiro e Thiago Gonzaga por compartilharem documentos e informações indispensáveis para a elaboração deste estudo. Menciono ainda as instituições nas quais eu pesquisei. Lúcia, seu Manoel e Vilma, funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, obrigada pelas ajudas preciosas, pelo acolhimento carinhoso e pela paciência que tiveram comigo enquanto eu pesquisava no arquivo. Eduardo, funcionário da Biblioteca Particular de Vicente Serejo, pelo carisma com o qual me recebia, por ser essa pessoa prestativa e pelos cafezinhos que me trazia durante a minha pesquisa no acervo: obrigada! Agradecimento maior dedico a Vicente Serejo, jornalista renomado, grande conhecedor da história do Rio Grande do Norte e proprietário do maior acervo particular local que já tive a satisfação de pesquisar. Obrigada, Serejo, por ter colocado todo o seu acervo à minha disposição e pelas riquíssimas conversas sobre literatura do Rio Grande do Norte. O senhor foi o professor de literatura local que eu não tive!

Sou muito grata também a Carla Iriane, que sempre me salvava dando uma força nos *abstracts* dos meus artigos! A Kenia Almeida, pelo companheirismo nos shows de rock, por sua alegria contagiante e pela parceria nas aulas de *muaythai*, nas quais eu descontava os meus estresses acadêmicos! Agradeço a CAPES, pela concessão da bolsa, que me possibilitou realizar viagens para fins acadêmicos.

Como últimas palavras, deixo para encerrar os meus agradecimentos, expressando a minha gratidão a uma das pessoas mais importante da minha trajetória, sem a qual esse trabalho não seria possível: o historiador Diego Fernandes. A você, meu amor, meu eterno agradecimento por tudo o que você representou e representa para mim. Durante o andamento dessa pesquisa você foi o meu leitor, o meu crítico, o meu conselheiro, aquele que escutou minhas lamúrias (que não foram poucas!), que aguentou os meus estresses (que também não foram poucos!), e que vibrou com os meus pequenos avanços. Você, mais do que ninguém, compreende a importância desta fase que se encerra para mim. Na alegria e na tristeza, obrigada por sempre estar ao meu lado, Dieguito! Nesta dissertação, as palavras são minhas, mas as marcas que ela leva são inteiramente nossas...

Gratidão! Sou grata a todos que contribuíram, diretamente ou indiretamente, para a realização desta pesquisa.

*Maria, Maria,
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta.*

*Mas é preciso ter força,
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca.
Maria, Maria,
Mistura a dor e a alegria.*

*Mas é preciso ter mania,
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre.
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida...*

(Maria, Maria – Milton Nascimento)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a vida intelectual natalense. No período de 1889 a 1930, definimos como intelectuais os indivíduos que produziram algum tipo de literatura na capital norte-rio-grandense, constituindo-se como produtores, mediadores e criadores culturais na capital potiguar. Durante as primeiras décadas da construção do regime republicano, o movimento intelectual na cidade do Natal se intensificou: os grêmios literários multiplicaram-se, as publicações de obras literárias aumentaram, a imprensa periódica, que se autointitulava de caráter literário, acompanhava o ritmo frenético das modificações na capital, os intelectuais da cidade promoviam novos eventos e buscavam novos espaços para suas reuniões. Nesse sentido, buscamos investigar a dinâmica cultural que foi constituída na capital do Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1889-1930), realizando, assim, algumas possibilidades de leituras sobre o tema. Concedemos uma atenção especial à atuação desses intelectuais na imprensa, uma vez que a história da literatura na cidade encontra-se ligada à história do desenvolvimento da imprensa periódica potiguar. Situando nosso trabalho no campo da história intelectual, trabalhamos com uma variedade de fontes: jornais, revistas, memórias e obras literárias. Questionamos-nos sobre quem eram os homens de letras potiguares durante a Primeira República, sobre as articulações construídas por esses indivíduos entre si e com outros segmentos sociais de sua época, sobre as suas relações com a cidade, em suma, sobre o funcionamento enquanto grupo, ressaltando as regras, os laços e as disputas existentes no campo literário da cidade do Natal.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais. Literatura. Imprensa. Sociabilidade. Cidade.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the intellectual life in Natal. From 1889 to 1930, we define as intellectuals individuals who produced some kind of literature in the capital city of Rio Grande do Norte state, constituting themselves as producers, cultural mediators and creators. During the first decades of the construction of the republican regime, the intellectual movement in Natal was intensified: the literary associations have multiplied, the publications of literary works increased, the periodical press - which self-entitled themselves as having a literary aspect, accompanied the frantic pace of modifications in the capital city, the intellectuals promoted new events and sought new venues for their meetings. In this sense, we seek to investigate the cultural dynamic that was formed in the capital of Rio Grande do Norte during the First Republic (1889-1930), performing some possible readings about the topic. We gave special attention to the role of these intellectuals in the press, since the history of literature in Natal is linked to the history of the development of the periodical press. Situating our work in the field of intellectual history, we work with a variety of sources: newspapers, magazines, memoirs and literary works. We questioned ourselves about who were the men of letters in Natal during the First Republic, on the joints constructed by these individuals among themselves and with other social segments of their time, about their relations with the city, in short, on the functioning as a group, noting the rules, ties and existing disputes in the literary field of Natal.

KEYWORDS: Intellectuals. Literature. Press. Sociability. City.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

1) *Em Natal/RN:*

ANRL – Academia Norte Rio-grandense de Letras

APRN – Arquivo Público do Rio Grande do Norte

BCZM – Biblioteca Central Zila Mamede

Biblioteca Particular de Vicente Serejo

FJA – Fundação José Augusto

IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

NECC – Núcleo de Estudos Câmara Cascudo

2) *No Rio de Janeiro/RJ:*

BN – Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Redação do jornal <i>A Republica</i>	p. 255
Imagem 02: Interior da oficina tipográfica do jornal <i>A Republica</i>	p. 269
Imagem 03: Oficina tipográfica do jornal <i>A Republica</i>	p. 272
Imagem 04: A Livraria Cosmopolita de Fortunato Rufino Aranha	p. 287
Imagem 05: O Natal-Club	p. 295
Imagem 06: A Rua Vigário Bartholomeu e o café Magestic	p. 312

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Jornais “políticos e literários” natalenses e suas tipografias.....	p. 47
Quadro 02: Livros publicados na cidade do Natal (1889-1900).....	p. 79
Quadro 03: Tarifas para a produção de livro no Brasil (1890-1918).....	p. 80
Quadro 04: Livros publicados na cidade do Natal (1900-1910).....	p. 82
Quadro 05: Livros publicados na cidade do Natal (1910-1920).....	p. 85
Quadro 06: Livros publicados na cidade do Natal (1920-1930).....	p. 87
Quadro 07: Escritoras potiguares que atuaram na docência.....	p. 119
Quadro 08: Escritores potiguares com formação em Esocola Militares (1889-1930).....	p. 122
Quadro 09: Escritores potiguares com formação em Medicina (1889-1930).....	p. 126
Quadro 10: Escritores potiguares com formação em Direito (1889-1930).....	p. 137
Quadro 11: Esquema genealógico da família Wanderley.....	p. 152
Quadro 12: Escritores potiguares sem formação superior (1889-1930).....	p. 163
Quadro 13: Diretores do jornal A Republica (1889-1930).....	p. 193
Quadro 14: Tabela de gratificação mensal (1928).....	p. 194
Quadro 15: Escritores potiguares e pseudônimos (1889-1930).....	p. 207
Quadro 16: Redações dos jornais literários em Natal (1889-1930).....	p. 253
Quadro 17: Tipografias instaladas na cidade do Natal (1889-1930).....	p. 265
Quadro 18: Conferências realizadas em Natal (1900-1930).....	p. 299

SUMÁRIO

<u>Introdução: Literatura, imprensa e poder: encontros e articulações</u>	15

Parte I: Em cada rua um poeta...

<u>Capítulo 1: O movimento literário: do Império à República</u>	43
1.1 Movimento literário na Província?	43
1.2 Os literatos e a República no Rio Grande do Norte.....	63
1.3 Um balanço sobre o movimento literário potiguar na Primeira República.....	70
1.4 Literatos, literatura e publicações.....	81
1.5 Associações literárias: um foro de iniciação intelectual.....	94
<u>Capítulo 2: Do estudo ao trabalho</u>	107
2.1 O Atheneu Norte-riograndense: celeiro de intelectuais	109
2.2 As instituições formativas: professores, militares e médicos	119
2.3 Os “tutores da sociedade”: os intelectuais potiguares e as faculdades de Medicina.....	129
2.4 “Senhores acadêmicos”: intelectuais potiguares nas Academias de Direito.....	138

<u>Capítulo 3: “Os filhos d’ A Republica”: categorias de mecenato</u>	150
3.1 O apadrinhamento é lei: a lei nº 145/1900.....	150
3.2 O Grêmio Polymathico e A Republica.....	160
3.3 Intelectuais, literatura e poder.....	166

Parte II: Em cada esquina um jornal

<u>Capítulo 4: Literatura, intelectuais e Imprensa</u>	177
4.1 Literatura nas páginas do jornal A Republica	182
4.2 A literatura nos pequenos jornais natalenses	201
4.3 “A nossa missão é a instrução”: literatura potiguar na revista Oásis.....	218

<u>Capítulo 5: As relações de sociabilidade nas páginas dos jornais</u>	230
5.1 “Ao laureado poeta”: as trocas intelectuais na imprensa	230
5.2 Literatos polemistas: os debates hostis na imprensa.....	235

Parte III: Em cada via um cantão

<u>Capítulo 6: Ideias que circulam: sociabilidade intelectual na imprensa</u>	251
6.1 Imprensa periódica: as redações	253
6.2 As oficinas tipográficas	263

<u>Capítulo 7: Ideias que caminham: os intelectuais e seus itinerários na cidade</u>	277
7.1 Entre serenatas e saraus.....	277
7.2 Entre livros e conferências: a emergência das rodas literárias	288
7.3 Entre prosas e cafés: o Magestic como a “casa das letras potiguares”.....	311

<u>Considerações Finais</u>	322

<u>Referências</u>	329

Introdução

Literatura, imprensa e poder: encontros e articulações

Quem fala dos intelectuais desempenha pelo fato mesmo de assim agir, uma função que habitualmente cabe aos intelectuais; torna-se, ao menos naquela ocasião, um intelectual. Quando os intelectuais falam dos intelectuais estão falando na realidade de si próprios, mesmo se por uma curiosa duplicação da personalidade acabam por falar da própria confraria¹.

Como expressam as palavras introdutórias de Norberto Bobbio, neste estudo falaremos dos intelectuais de outrora. O propósito desta dissertação é analisar a vida intelectual na cidade do Natal durante a Primeira República (1889-1930). Nesse sentido, nos empenhamos em investigar a dinâmica cultural constituída na capital do Rio Grande do Norte, realizando, assim, algumas possibilidades de leituras sobre o tema. No entanto, ainda que apresentemos pretensões de abordar os intelectuais natalenses da Primeira República, as páginas que se seguem não deixam de conter uma reflexão pessoal acerca do que significa ser um intelectual na cidade do Natal hoje. A presente dissertação trata das dificuldades, das disputas, dos desafios, das trocas, das sociabilidades do intelectual natalense, sintomas da vida intelectual potiguar também na atualidade. Logo, propomo-nos a falar dos intelectuais potiguares de outrora, como se, porventura, falássemos de nós mesmos...

Em fins do século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX, Natal vivenciou um período de transformações materiais e culturais que delineavam um novo modelo de organização do espaço urbano. No que diz respeito à cidade do Natal no fim do século XIX, Lindolfo Câmara indica que a cidade, no ano de 1870, contava apenas com cerca de doze mil habitantes distribuídos entre os bairros da Ribeira e da Cidade Alta². O autor completa que a esses 12 mil habitantes só restavam a condição de serem soldados de polícia, pescadores ou trabalharem nas roças³. No ano de 1890, a cidade do Natal somava 13.725 habitantes, enquanto as capitais pernambucana e carioca abrigavam, respectivamente, 111.556 e 522.651

¹ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 10

² MELO, Veríssimo de *apud* CÂMARA, Lindolfo. *Natal há 100 anos passados*. Natal: Sebo Vermelho, 2007. p. 9.

³ *Ibid*, p.19.

pessoas⁴. Logo, se visualizada e comparada em escalas com outras capitais brasileiras como, por exemplo, Recife e Rio de Janeiro, Natal parecia ser uma cidade pequena, pouco desenvolvida nessa época.

Comparamos os dados de Lindolfo da Câmara com as informações sobre a cidade fornecidas por Veríssimo de Melo. Segundo esse autor, na década de 1870, não havia luz, água encanada, calçamento ou esgoto na cidade. Além das pequenas casas, dos prédios públicos, da casa do presidente de província, da Câmara Municipal e da cadeia, só existiam quatro igrejas – a Igreja da Matriz, a de Santo Antônio, a do Rosário e a do Bom Jesus⁵. A pequena cidade também tinha seus costumes e tradições. Os moradores da cidade reuniam-se nas realizações das serenatas ou das tertúlias. Enquanto as serenatas consistiram nas rodas de violões e de cantorias realizadas nas ruas da cidade, as tertúlias corresponderam às reuniões familiares entre amigos⁶.

Durante a década de 1890, identificamos alguns possíveis indícios de mudanças na cidade no texto escrito por Antônio José de Melo e Souza. Em 1899, Antônio Souza publicou o texto *Vida Potyguar* na *Revista do Rio Grande do Norte*, fundada pelo *Grêmio Polymathico*. O escritor escreveu sobre a vida na cidade do Natal em fins de século e assinou a publicação com o pseudônimo *Polycarpo Feitosa*. Nas memórias de Antônio de Souza, Natal é apresentada como uma cidade pequena e de vida tranquila, como podemos observar no fragmento abaixo:

modesta capital, dividida em dois pequenos bairros de ruas impossíveis, ou sem calçamento ou grosseiramente calçadas de pedra bruta, sem edifícios, sem jardins, com pequeno comércio e nenhuma indústria, parecerá mais uma vila pacata de interior do que uma capital marítima⁷.

Como podemos observar, a suposta vida pacata na cidade, identificada desde 1870, parece ter permanecido até a década de 1890. No entanto, Antônio Souza acrescenta um elemento novo: a importância da política em Natal. Segundo o escritor, “ser alguém na política” consistia como única aspiração do potiguar⁸. Assim, os únicos meios de vida em Natal eram por meio do emprego público ou do comércio. A busca pelos cargos políticos e pela vida no comércio teria resultado na diminuição do número de pessoas que se dedicavam

⁴ ARRAIS, Raimundo *apud* Anuário Estatístico no Brasil, 1995. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1996. In: ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008. p. 26.

⁵ MELO, Veríssimo de. *Op. Cit.* p. 20

⁶ *Ibid*, p. 22.

⁷ FEITOSA, Polycarpo. *Vida Potyguar*. *Revista do Rio Grande do Norte*. Natal, 1899. p. 12

⁸ *Ibid*, p. 13.

às atividades da terra. Nas palavras de Antônio Souza, os potiguares “desertavam os braços para a vida mais descansada do pequeno comércio e do emprego público”⁹. Portanto, é possível identificarmos mudanças no que diz respeito às novas ocupações, na capital.

Os indícios de desenvolvimento urbano podem ser percebidos no início do século XX, por meio dos projetos de urbanização elaborados na capital norte-rio-grandense. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade ganhou novos ambientes. Vieram os clubes, os cafés, os cinemas, a iluminação elétrica e o transporte por bondes elétricos conferiram uma nova feição à cidade do Natal. Segundo o historiador Raimundo Arrais, mesmo que classificada como uma capital sediada em uma cidade pequena, Natal não se mostrou indiferente às ideias que circulavam no mundo¹⁰. A capital norte-rio-grandense foi aos poucos assimilando o espírito de vida moderna, do novo, de progresso.

No Brasil, o discurso do progresso, desenvolvido com o regime republicano, expôs a urgência de equiparação do país aos modelos de civilização europeus, difundiu-se no país a necessidade do rumo à civilização. O desejo de progresso e de civilização não passou indiferente em Natal, uma vez que tal discurso, influenciado pelas correntes científicas e filosóficas de fins do século XIX, foi capaz de estimular as transformações sociais e físicas empreendidas na urbe.

Juntamente com as mudanças sofridas na cidade, Natal também desenvolveu um movimento intelectual. Parece-nos que a relativa autonomia outorgada pela República aos estados no Brasil foi refletida no terreno literário nacional, incentivando a constituição de associações e de movimentos culturais no país¹¹. Muito embora a cidade do Rio de Janeiro, capital federal, tenha permanecido como centro intelectual, no início do século XX as organizações culturais multiplicaram-se nos demais estados do Brasil.

O desenvolvimento cultural, de nível nacional, também alcançou a cidade do Natal. Durante o período da Primeira República identificamos um grupo de intelectuais atuando na capital norte-rio-grandense. Tais intelectuais desempenhavam algumas funções na cidade, entre elas o comércio e o serviço público, como já mencionado. Esses indivíduos reservavam parte do seu tempo à produção literária. Estamos fazendo uma alusão a nomes como Henrique Castriciano, Ferreira Itajubá, Othoniel Menezes, Antônio José de Melo e Souza, Luís da Câmara Cascudo, Ponciano Barbosa, Antonio Marinho, Manoel Dantas, Eloy de Souza, Segundo Wanderley, Palmyra Wanderley, Auta de Souza, Isabel Gondim. Sujeitos que

⁹ *Ibid*, p. 14.

¹⁰ ARRAIS, Raimundo *et. al.* *Corpo e alma da cidade do Natal entre 1900 a 1930. Op. Cit.* p. 27.

¹¹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. São Paulo: José Olympio, 2008. p. 32.

produziram crônicas, poesia, romances, contos, peças de teatro, estudos científicos, críticas, ensaios monográficos, entre outros gêneros. Esses indivíduos, que se autoneameavam de literatos, delinearam o universo das letras potiguares que pretendemos investigar ao longo desta dissertação.

Pensando a partir desse material, podemos apontar que este trabalho se inscreve nos estudos de História Intelectual, a qual vem sendo elaborada nas últimas décadas. De acordo com o estudioso francês Jean François Sirinelli, na historiografia ocidental dos atores do político, os intelectuais ocupam, indiscutivelmente, um lugar à parte. Segundo o autor, durante certo tempo, os intelectuais deixaram de ser contemplados pelas pesquisas no campo da História, uma vez que a historiografia recente experimentou um entusiasmo pelas massas, lugar social aos quais esses intelectuais não podiam pretender pertencerem. Para Sirinelli, o fato de os intelectuais não pertencerem às massas é por estes intelectuais comporem um grupo estreito, o que sugeria um hipotético pertencimento dos intelectuais às elites.

Assim sendo, foi apenas na década de 1970 que as histórias dos intelectuais saíram do “ângulo morto”¹². A partir da segunda metade da década de 70, algumas pesquisas, em andamento e já publicadas, adquiriram sua legitimidade acadêmica científica, afinal, nesta época, “estudar um grupo social estatisticamente limitado não era mais obrigatoriamente considerado um empreendimento duvidoso”¹³. Foi assim que a década de 1980 estabeleceu-se como a década da História dos Intelectuais.

No que concerne aos estudos da História dos Intelectuais no Brasil, percebemos que, igualmente, até a década de 1970 faltava uma exploração da história intelectual brasileira. Segundo a historiadora Rebecca Gontijo, as décadas de 1970 e 1980 no Brasil foram anos estimulantes para produções acerca dos estudos dos intelectuais, fazendo florescer pesquisas nas mais variadas ciências. As pesquisas nacionais acompanharam os movimentos da historiografia dos Intelectuais nos demais países, entre eles – e, privilegiadamente – a França.

O estudo de Nicolau Sevcenko é um exemplo de destaque entre as pesquisas acerca da História dos Intelectuais do Brasil. Em *Literatura como Missão*, o autor analisou a literatura do final do século XIX e início do século XX realizando um estudo acerca dos literatos em atividade no Rio de Janeiro durante a Primeira República¹⁴. Nicolau Sevcenko construiu uma reflexão acerca da intelectualidade do Rio de Janeiro, explorando seus anseios, conflitos e

¹² SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 237.

¹³ *Ibid*, p. 239.

¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

frustrações no período que se estende desde a Abolição da escravidão até a década de 1920. Para tanto, Nicolau Sevcenko atribuiu um enfoque especial às figuras de Euclides da Cunha e de Lima Barreto, verificando os pontos de proximidades e convergências entre os dois autores que, aparentemente, habitavam um lugar à margem das relações do político e da literatura na então capital federal.

O estudo realizado por Nicolau Sevcenko inspirou a nossa pesquisa. Ainda que seu estudo tenha soado no Brasil como uma história cultural ainda sem lugar reconhecido, acreditamos que a pesquisa de Sevcenko corresponda a verdadeiros esforços na construção do que pode ser chamado de uma história social da literatura carioca. A leitura da obra de Nicolau Sevcenko nos despertou para pensar acerca dos tipos possíveis de relações constituídas por uma intelectualidade, bem como nas articulações entre política e literatura em fins do século XIX e início do século XX. As brilhantes análises estabelecidas por Sevcenko nos levou aos seguintes questionamentos: de fato, podemos falar em uma intelectualidade potiguar? Será que algo similar poderia ter se desenvolvido na cidade do Natal?

Ainda que nosso objeto de estudo esteja situado em uma cidade diferente do que vinha a ser a capital federal brasileira, o interesse em uma análise das implicações políticas e sociais da atividade literária natalense permite-nos um diálogo com a análise estabelecida pelo autor em sua obra, na tentativa de constituirmos uma história social da literatura de Natal. Direcionamos nossa pesquisa em dois polos de análise. O primeiro polo enfatiza uma cartografia intelectual potiguar, possibilitada pela investigação das redes de sociabilidades, de alianças e das condições de produção dos escritores dentro de um determinado momento histórico. Como segundo polo de análise, desenvolvemos uma apreciação do campo intelectual, isto é, procuramos analisar o funcionamento dessa sociedade intelectual pensando suas práticas, sua lógica, suas regras e estratégias de legitimação.

Outros trabalhos seguiram os caminhos de Nicolau Sevcenko ao longo dos anos de 1980 e 1990. Os novos estudos que contemplavam uma História dos Intelectuais no Brasil contribuíram para abertura de novas questões, modelos de análise e de perspectivas. De acordo com Sirinelli, o crescimento dos estudos referentes à História dos Intelectuais a nível internacional não se explica exclusivamente pela recente dignidade conferida ao estudo desses atores históricos. A mudança desse próprio objeto no *status* das representações coletivas também contribuiu para esse significativo aumento, o que significa dizer que o grupo social dos intelectuais cresceu ao longo dessas décadas.

Outro fator que contribuiu para a ampliação dessas produções específicas foi o caráter polimorfo do conceito de *intelectuais*. Longe de ser uma noção consensualmente bem

definida, o termo *intelectual* ganhou diferentes significados nas diversas elaborações que se propuseram abordar a sua história, o que resultou no aumento dos sujeitos que podiam ser conceituados como *intelectuais*. Mas, afinal, como identificamos a categoria *intelectual* quando se trata da cidade do Natal na Primeira República?

Devido ao sentido polimorfo do termo *intelectual*, optamos por restringir o conceito utilizando o termo nativo de *literato* ou de *homens de letras*, expressões utilizadas que encontramos no decorrer da pesquisa. Escolhemos, assim, trabalhar com a própria definição instituída pelos intelectuais potiguares que autoproclamavam a sua condição de *literatto*, *homem de letras* da terra. Desse modo, identificamos como literatos os produtores, os mediadores e os criadores culturais¹⁵.

Trataremos, portanto, de homens que produziram poesias, contos, romances, crônicas, peças de teatro, estudos monográficos, estudos jurídicos, ou seja, qualquer trabalho que era classificado como literatura, no fim do século XIX e nas décadas do século XX. Ressaltamos que todas as identificações atribuídas aqui se não restringiram apenas aos escritores que chegaram a publicar livros, mas também aqueles que tiveram alguma experiência literária em jornais e em revistas que circulavam na cidade do Natal.

Buscando investigar a dinâmica e a ambiência desses intelectuais na capital norte-riograndense, esta dissertação foi norteadada pelos três termos que intitulam essa introdução. Letras, imprensa e poder são elementos que se encontram inscritos uns nos outros, como será mostrado ao longo de o todo trabalho e que alicerçam a nossa discussão sobre vida intelectual na cidade. É necessário ressaltar que o literato potiguar é uma figura limite. Ele inclui jornalistas, políticos, comerciantes, médicos, professores, advogados, entre outros ofícios. Durante o primeiro período republicano, as letras estavam longe de constituírem-se como uma profissão, o que significa dizer que a literatura era uma atividade desprovida de ganhos financeiros. A sobrevivência dos homens que produziam literatura dependia das outras atividades supramencionadas.

Em uma cidade pequena, onde seus habitantes se empregavam ou no comércio ou na política – e, em menor número, na agricultura – as letras eram consideradas uma atividade exercida nos momentos de prazer, de passatempo. Nas palavras de Antônio José de Melo e Souza, literatura na cidade do Natal era “coisa de menino, coisa séria era fazer política”¹⁶. Mas o que era considerado literatura nesse período?

¹⁵ Conceito de intelectual definido por Sirinelli em: SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.* p. 231.

¹⁶ FEITOSA, Polycarpo. *Vida Potiguar*. Natal: Sebo Vermelho, 2008. p. 28.

Desde já, é pertinente apresentarmos um debate acerca do conceito de *literatura*. Segundo Márcia Abreu, o conceito de *literatura* é proveniente de fins do século XVII. *Literatura*, neste período, era um termo correspondente a conhecimento, e não a um conjunto de obras – definição esta que se aproximaria da concepção moderna de *literatura*. Logo, o termo emergiu como sentido amplo, abrangendo em sua definição tanto as belas-letas como a ciência e a filosofia, o que promovia, assim, uma reunião entre diferentes saberes que designariam *literatura*.

De acordo com Márcia Abreu, que elaborou um estudo sobre o uso do termo *literatura* em Portugal, tal noção foi dicionarizada pela primeira vez no ano de 1727, com o significado próximo a “erudição, sciencia, noticia das boas letras”¹⁷. Assim como na França do século XVIII, em Portugal, o termo, inicialmente, também passou a significar conhecimento. Portanto, os homens da literatura do século XVIII não produziam exclusivamente romances e poesias, mas suas produções também abrangiam a ciência e a filosofia. Foi apenas no ano de 1878, em Portugal, que a palavra *litteratura* passou a ser definida em uma concepção mais próxima do significado contemporâneo, isto é, articulada à produção. Observemos sua definição:

LITTERATURA: neste e der. S.f. (do Lat.) Erudição, sciencia, noticia das boas letras, e humanidades: “Homem de grande ____.” *Blut Suppl.* O conjunto das produções literárias d’uma nação, d’um paiz, d’uma epocha: “Os lusíadas são a obra capital da literatura Potuguesa”¹⁸.

Com a modificação na definição de *litteratura* incluiu-se, portanto, a noção de saber e de produção. Desse modo, o termo vinculava-se não exclusivamente à erudição ou ao conjunto de escritos definidos por afinidades estéticas, mas a obras produzidas em um determinado espaço e em um determinado tempo. O recuo que empreendemos abordando o conceito de *litteratura* na história literária de Portugal não é em vão. A partir do significado do conceito em Portugal podemos pensar na definição do termo no Brasil e, sobretudo, na cidade do Natal.

A literatura no Brasil, durante o século XIX, similarmente carregava o mesmo significado de conjunto de obras de uma época e de um território. No entanto, segundo Márcia Abreu, a nova definição que foi adicionada ao termo não exclui a antiga relação entre

¹⁷ ABREU, Márcia. Letras, belas-letas, boas letras. IN: BOLOGNINI, Carmen Zink (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. São Paulo: Fapesp, 2003. p. 29.

¹⁸ SILVA, Antonio Moraes Silva. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1953, p. 465.

litteratura e erudição. Aqueles que se ocupavam da *litteratura* eram identificados como homens distintos na sociedade brasileira oitocentista, devido a sua erudição. Desse modo, no Brasil do século XIX, o conceito de *litteratura* continuou denotando um sentido amplo que abrangia as letras, a ciência, a retórica e a filosofia¹⁹.

Na cidade do Natal, em 21 de setembro de 1900, o jornal *A Republica* publicou um artigo de Tobias Barreto²⁰ que contemplava a definição de literatura. Tobias Barreto de Menezes (1839-1889) foi crítico, filósofo e jurista. Nascido na Vila de Campos do Rio Real, atual estado de Sergipe, o crítico destacou-se como aluno e como professor na Faculdade de Direito do Recife. Na opinião de Tobias Barreto, a literatura no Brasil transcendia ao gênero poético agregando outros escritos como, por exemplo, a filosofia. Podemos vislumbrar abaixo o seu posicionamento:

Muito litterato da terra tem de ficar admirado de ver classificar como literários obras de philosophia. Para certa gente, aliás de nomeada, só é litteratura verso e romance, e por uma estranha confusão julga-se que poesia e litteratura são synonymos. Não há maior despropósito. Litteratura, no sentido é synonymo de vida espiritual; é uma estatística aprofundada de todas as produções intellectuaes do paiz, em uma época dada, sciencia, poesia, theatro, romance e até musica e pintura²¹.

Tobias Barreto foi de grande importância para a história da Faculdade de Direito do Recife. Ele contestou as linhas gerais do pensamento jurídico dominante que ainda estavam muito ligadas à tendência cristã. Tobias Barreto tentou articular o curso jurídico às perspectivas filosóficas que estavam em vigor no século XIX. O jovem propagou, na Escola do Recife, correntes científicas e filosóficas contribuindo assim para algumas mudanças no currículo acadêmico. Em 1882, o intelectual foi selecionado, por intermédio do concurso público, para ensinar na Faculdade de Direito pernambucana, lecionando na arcada de Recife até 1883.

Como podemos perceber, Tobias Barreto era um indivíduo de prestígio entre os intelectuais no Brasil nesse período. O jovem da Vila de Campos do Rio Real estava à frente das discussões acerca de identidade nacional no Brasil e era autoridade nos debates a respeito de literatura. Apesar de sua morte ter ocorrido no ano de 1889, seu discurso foi publicado um ano depois pelo jornal potiguar *A Republica*, o que possivelmente indica a relevância de suas

¹⁹ ABREU, Márcia. *Op. Cit.* p. 31

²⁰ FERREIRA, Pinto. *História da Faculdade de Direito de Recife*. Recife: Editora da UFPE, 1980. Tomo I. p. 45.

²¹ BARRETO, Tobias. O que é litteratura? *A Republica*. Natal, 21 set. 1900.

ideais. Supomos também que esta publicação no jornal potiguar justifica-se pela repercussão que as ideias de Tobias Barreto apresentavam entre os intelectuais natalenses. Nessa época, Manoel Dantas, jovem potiguar formado na Faculdade de Direito do Recife em 1890, era um dos redatores do jornal *A Republica*. É plausível, portanto, que letrados como Manoel Dantas tenham sido influenciados pelas opiniões do ex-professor da instituição pernambucana.

A própria reflexão de Tobias Barreto está imbricada pela intitulação desses indivíduos como *litterato* e do uso diverso do termo *litteratura* em sua época. No fim do século XIX, como já mencionamos, a literatura era significada como conhecimento. Para Tobias Barreto, as ideias de evolucionismo, darwinismo, naturalismo e cientificismo influenciavam também os tipos de produções literárias. As ideias de Tobias Barreto, por sua vez, foram influenciadas por homens como Taine, Zola, Balzac, Flaubert, Maupassant, Eça de Queirós. Para esses, as correntes científicas e filosóficas do século XIX possuíam uma aplicabilidade na literatura²². Portanto, a publicação do texto de Tobias Barreto no jornal oficial da cidade do Natal pode representar a influência desta concepção sobre literatura na capital potiguar.

Optamos por utilizar, nesta dissertação, o conceito amplo de literatura para a cidade do Natal durante o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Compreendemos ser este o sentido adequado aos intelectuais da cidade, por englobar um conjunto de escritores que ocupavam a condição de criadores, transmissores e receptores culturais da época. Indivíduos que adquiriram o reconhecimento como escritores, fossem por intermédio da publicação de livros ou na imprensa periódica.

No que respeita ao conjunto de suas produções, podemos mencionar: poesia, romance, contos, crônica, sermões, ensaios monográficos, biografias, modinhas, discursos, conferências, diálogos filosóficos, caracteres políticos, morais, anedotas, estudos filosóficos, científicos, entre outros. Essa condição, que aglutina escritos diversos, reflete o que era literatura na cidade do Natal. Nos limites das suas especificidades, formava-se o sistema intelectual potiguar, constituído por um polo produtor, um polo receptor e um meio de transmissão²³. Assim, podemos identificar uma dinâmica intelectual na cidade do Natal, durante a Primeira República, na qual os literatos, envolvidos pelo desejo de criarem literatura, desenvolveram redes de amizades, constituíram grupos, compartilharam interesses, articularam disputas e instituíram regras.

²² SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 34.

²³ Para mais informações sobre a formação do sistema intelectual no Brasil, ver: LIMA, Luiz Costa. Da existência precária o sistema intelectual no Brasil. IN: _____. *Dispersa Demanda – ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981. p. 6.

A constituição desse tema enquanto objeto de estudo justifica-se pela necessidade de compreender-se essa dinâmica constituída na cidade, uma vez que os estudos que se dedicaram ao tema acabaram por priorizar uma abordagem individual de cada intelectual e de sua obra, inserida nessa dinâmica. O nosso objeto de estudo foge da singularidade. Propomos aqui uma abordagem de um sujeito coletivo, de um grupo localizado em um dado lugar e em uma determinada época.

Todo trabalho tem uma história. A história dessa dissertação começou com a descoberta de alguns periódicos literários nos arquivos do Núcleo Câmara Cascudo (NCC). Os documentos foram gentilmente cedidos pelo professor Dr. Humberto Hermenegildo, do NCC, ao meu orientador, Dr. Raimundo Arrais, para que pudesse ser realizada uma pesquisa sobre o material desconhecido até então. Pouco tempo depois, próximo à conclusão da minha graduação, tive contato com esses documentos que fez nascer um desejo em produzir uma pesquisa de abordagem social. Durante essa época, já nutria o gosto pela literatura potiguar, chegando a possuir algumas obras potiguares em minha humilde biblioteca.

Para pensar na pesquisa que elaboraria, decidi ler dois livros sugeridos pelo meu orientador, a saber *As Regras da Arte*, de Pierre Bourdieu, e *Literatura como Missão*, escrito por Nicolau Sevcenko, ambas obras sobre a história literária, discutindo as relações sociais que regiam os escritores e as instituições literárias, respectivamente, da França da segunda metade do século XIX e do Rio de Janeiro no início do século XX. A bibliografia sugerida despertou o interesse em investigar a história literária da capital norte-rio-grandense.

O desejo pessoal da pesquisa foi motivado pela inexistência de um estudo similar a temática proposta no Programa de Pós-graduação em História. Os estudos que abrangeram a história da literatura potiguar concentravam-se na análise da atuação das personalidades da cidade. Como exemplos dessa perspectiva mencionamos as duas produções do crítico literário Tarcísio dos Santos Gurgel, *Informação da Literatura Potiguar* (2001) e *Belle Époque na esquina – o que se passou na República das letras potiguares* (2006).

Na primeira obra, Tarcísio Gurgel propôs construir um balanço sobre a literatura local a partir da seleção de alguns nomes de literatos potiguares como Henrique Castriciano, Lourival Açucena, Segundo Wanderley, Palmyra Wanderley, Ferreira Itajubá, Luís da Câmara Cascudo, Jorge Fernandes, Otoniel Menezes, Aderbal França e Antônio José de Melo e Souza. No entanto, nesta obra, Tarcísio Gurgel não limitou o seu estudo à década de 1930, construindo perspectivas de estudo em torno de outros nomes mais contemporâneos.

No ano de 2006, o crítico literário Tarcísio Gurgel dedicou um estudo ao meio cultural potiguar durante a Primeira República. Nesse ano, Tarcísio Gurgel elaborou sua tese de

doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Estudos em Linguagem do departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulada *Bellé Époque na esquina – o que se passou na República das Letras potiguar*. Na produção de sua pesquisa, Gurgel explorou as articulações entre a política e a atividade litero-jornalística na cidade, analisando a atuação de alguns personagens potiguares durante o período de produção do campo artístico e literário em Natal – que o autor limita como sendo o período de 1894 a 1930.

Tarcísio Gurgel sistematizou o período de 1894-1930 como a época do “surto” de escritores, poetas, ensaístas e cronistas que acompanhavam as transformações urbanísticas desenvolvidas no espaço natalense. No decorrer das páginas de sua tese, o autor menciona grandes nomes das letras potiguares: Segundo Wanderley, Palmyra Wanderley, Manoel Dantas, Polycarpo Feitosa (Antônio José de Melo e Souza), Luís da Câmara Cascudo, Aderbal de França, Erasmo Xavier (desenhista), Jorge Fernandes, Antônio Marinho, Henrique Castriciano, Abner de Brito e Murilo Aranha.

Nas duas produções, a perspectiva de abordagem do autor foi construída por meio de informações sobre a vida e a produção literária dos nomes mencionados. O autor dedica cada capítulo a uma personalidade da literatura potiguar. Na opção por uma abordagem individual, o autor deixou de pensar algumas questões como os interesses políticos, as relações sociais constituídas por esses grupos na cidade do Natal, bem como as clivagens existentes dentro do campo, o que resultou em lacunas na proposta de produção de uma história literária norte riograndense. Quando investigamos a bibliografia no âmbito da produção histórico-acadêmica local, não encontramos nenhum estudo com semelhante proposta. Desse modo, podemos aferir que o trabalho empreendido aqui é precursor no que diz respeito ao estudo do panorama intelectual potiguar, no campo da pesquisa histórica.

A justificativa da escolha desse objeto de estudo também se vincula a sua localização temporal. O período que optamos por analisar consiste na Primeira República, conforme já apontamos. Entendemos que as primeiras décadas do regime republicano no Rio Grande do Norte não correspondem à aparição das atividades literárias na capital. Durante nossas pesquisas, discutiremos de que forma as reflexões em torno da literatura, bem como sua produção, iniciaram-se ainda no período imperial na cidade do Natal. Contudo, a época da instalação do regime republicano no estado, a partir de 1889, proporcionou uma intensificação das atividades desses intelectuais no meio cultural potiguar. Podemos aferir ainda que o meio cultural da cidade do Natal, durante seu desenvolvimento na República, encontrava-se intrinsecamente relacionado com a política do estado, como demonstraremos nas páginas que se seguem.

O limite dessa pesquisa consiste no ano de 1930. Instituímos esta demarcação temporal por compreender que, nos anos seguintes a essa década, a cidade do Natal apresenta características diferentes dos períodos anteriores. Segundo Raimundo Arrais, depois de 1930, foi-se desenhando um novo período na história da cidade. Além do mais, tentamos balizar a nossa pesquisa relacionando-a com o período de ocupação dos grupos familiares potiguar no aparelho estadual. Logo, a década de 1930 correspondeu à crise das famílias dominantes no Brasil, o que resultou na consolidação de novos grupos políticos que ascendiam no Rio Grande do Norte desde 1920²⁴ e na constituição de novas relações entre intelectuais e poder.

No entanto, a proposta inicial apresentada por esta dissertação, de um estudo acerca da vida intelectual potiguar não é inédita. Desde, pelo menos, a década de 1920, foram identificados estudos que se propuseram a construir abordagens sobre o movimento literário no Rio Grande do Norte. Entre os pioneiros identificamos *Alma Patrícia*, obra de Luís da Câmara Cascudo. A primeira edição do livro foi publicada em 1921, por esforços próprios do autor, no Atelier tipográfico M. Victorino A. Câmara & Cia, localizado no bairro da Cidade Alta, na Rua Pedro Soares, nº 2 – atual Rua João Pessoa. A obra foi anunciada no ano de 1919 como projeto de Cascudo e de outro literato de Natal, Murilo Aranha. A proposta era produzir um livro de crítica, de “imprecisão paciente e forte à vida intelectual do Rio Grande do Norte”²⁵.

Contudo, o projeto não pode ser realizado em conjunto uma vez que em junho de 1919, Murilo Aranha veio a falecer. Por consequência disso, o livro acabou se tornando um projeto solitário de Cascudo. O próprio autor justifica a importância do livro pela falta de algum volume de crítica que sintetizasse o movimento literário no Rio Grande do Norte de então. Em contrapartida, Cascudo adverte que seu próprio livro não foi capaz de preencher essa lacuna.

A recepção da obra cascudiana não foi das melhores. Na coluna intitulada *Irreverências*, do jornal *A Notícia*, o bacharel Nascimento Fernandes acusou o jovem Cascudo de ter promovido mais elogios a pessoas de seu convívio do que empreendido uma análise

²⁴ De acordo com Spinelli, no fim da década de 1920, o Rio do Grande do Norte vivenciou um desgaste dos grupos políticos dominantes. Tanto o grupo familiar Albuquerque Maranhão como o grupo da política seridoense. Um exemplo no que diz respeito aos novos grupos emergentes no estado corresponde a Aliança Liberal, corrente que recrutou em seu quadro jovens de classe média que procuraram abrir o seu espaço e reivindicar mudanças. Maiores informações sobre a década de 1930 no Rio Grande do Norte, ver: SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e Oligarquias no Rio Grande do Norte – Primeira República e Outros Estudos*. Natal: EDUFRN, 2010. p. 21-23.

²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. Em vez de prefácio. In: _____. *Alma Patrícia – crítica literária*. Natal: Fundação José Augusto, 1998. p. 9

crítica de obras e de autores²⁶. O colunista de *A Notícia* acusou o autor de *Alma Patrícia* de “consagrações fáceis”²⁷ e de “ter oferecido elogios em troca de elogios, realizando mais um trabalho de estudo sobre individualidades literárias sob aspecto das relações pessoais do que um estudo crítico”²⁸. Cascudo direcionou seu trabalho ao estudo de alguns literatos da cidade, entre eles Sebastião Fernandes, Henrique Castriciano, Othoniel Menezes, Abner de Brito, Palmyra Wanderley, Virgílio Trindade, Uldarico Cavalcanti, Francisco Palma, Kerginaldo Cavalcanti, Francisco Ivo Cavalcanti, Gothardo Netto e Murilo Aranha.

Nas últimas páginas da obra, o autor identificou outras personalidades que se inseriram no movimento literário norte-rio-grandense. Ainda que o autor não tenha justificado a sua escolha, ele esclarece que seus estudos não permitiram contemplar de uma vez a vida intelectual do Rio Grande do Norte, mas “mostrar que os espíritos cultos dos patricios, aqueles que sacodem pelo jornal, pelo livro e pela palavra a originalidade da ideia e a perfeição do conceito”²⁹.

No ano seguinte à publicação de *Alma Patrícia*, em 1922, Ezequiel Wanderley publicou a obra *Poetas do Rio Grande do Norte*, uma coletânea que reuniu os literatos do estado. A estreia do livro, em 13 de março, foi viabilizada pela Lei nº 145. A referida lei estadual foi outorgada no dia 6 de agosto de 1900, durante a administração do governador Alberto Maranhão e Henrique Castriciano – que, nessa época, assumia o cargo de secretário do governo. A Lei nº 145 atribuía ao governo do Rio Grande do Norte a função de financiar a publicação de obras de escritores que nasceram ou que residiam no estado. O livro de Ezequiel Wanderley foi julgado pela comissão da agremiação literária *Centro Polymáthico*, que decidiu que a obra *Poetas do Rio Grande do Norte* deveria ser levada à publicidade, principalmente, como homenagem às comemorações de centenário da Independência do Brasil realizada em 1922. Mas, em que medida a realização de uma coletânea a respeito dos poetas locais, pertencentes a um estado específico, estaria ligada às comemorações do centenário?

Ao que nos parece, a literatura estava relacionava à identidade. A construção da República proporcionou a constituição de uma identidade norte-rio-grandense. Segundo Renato Amado Peixoto, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado em 29 de março de 1902, constituiu-se como organização estadual instituída e coligada a um arranjo político que possibilitou a produção, construção e disseminação do

²⁶ FERNANDES, Nascimento. Irreverências. *A Notícia*. Natal, 04 set. 1921.

²⁷ *Idem*.

²⁸ FERNANDES, Nascimento. Irreverências. *A Notícia*. Natal, 11 set. 1921.

²⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Alma Patrícia*. Op. Cit. p. 161.

discurso historiográfico. A instituição foi uma das responsáveis pela produção da história e construção da identidade no Rio Grande do Norte e ainda atuou como disseminadora da história das organizações familiares, entre elas a dos Albuquerque Maranhão associada à história do estado. Para Renato Peixoto, só é possível falar na produção de uma identidade norte riograndense a partir de um dado momento em que novas dinâmicas políticas e sociais fizeram-se necessárias. Essas dinâmicas consolidaram-se a partir da ascensão de uma nova organização do poder na República³⁰.

A construção de uma memória e de uma história do Rio Grande do Norte foi conduzida, sobretudo, pelo grupo familiar Albuquerque Maranhão e pela instituição Instituto Histórico e Geográfico do estado. Nesse caso, construir e organizar a história do estado significava também a organização de seus intelectuais, a formação de seu panteão. Era preciso definir quem eram os literatos do Rio Grande do Norte, o que justifica a elaboração da grande coletânea concernente às produções, notas biográficas e fotografias dos poetas do estado nascidos de 1809 a 1900 no Rio Grande do Norte, no ano de centenário da independência.

Nas palavras iniciais da obra, Ezequiel Wanderley adverte: “o nosso escopo, porém, foi reunir e não seleccionar – poetas, lyricos, symbolistas, clássicos, naturalistas, parnasianos, decadistas, satyricos e humoristas, mas, em todo caso, preferencialmente, filhos destes rimão”³¹. Mesmo que a obra abarque um grande leque de nomes, alguns nomes não foram contemplados no trabalho como, por exemplo, Francisco Meira e Sá, Homem de Siqueira, Pedro Mello, Uldarico Cavalcanti, Francisco Palma, entre outros. Supomos que a justificativa do silenciamento desses nomes esteja ligada ao gênero que reunia todos esses indivíduos na coletânea: a poesia.

Se, por um lado, uma parte considerada dos intelectuais era consagrada na coletânea produzida por Ezequiel Wanderley em 1922, por outro lado, a reunião desse grupo em torno de instituição oficial no estado só ocorreu mais de dez anos depois da publicação da obra. No ano de 1936 foi fundada a Academia Norte-rio-grandense de Letras: a casa dos nomes imortais da intelectualidade potiguar. A instituição constituiu-se por 25 acadêmicos ocupando 25 cadeiras batizadas pelo nome de 25 patronos. Os intelectuais do estado, na década de 1930, foram finalmente selecionados sob o lema *Ad lucem*, que significa “em direção à luz”³². A

³⁰ PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. IN: PEIXOTO, Renato Amado (org.). *Nas trilhas da representação: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços*. Natal/UFRN: EDUFRN, 2012. p. 13-36.

³¹ WANDERLEY, Ezequiel. *Poetas do Rio Grande do Norte*. Natal: Typographia d' A Republica, 1922.

³² Veríssimo Melo lista os respectivos nomes dos 25 acadêmicos, encontrando-se entre eles Henrique Castriciano (presidente da instituição), Aducto Câmara, Luís da Câmara Cascudo, Januário Cicco, Juvenal Lamartine,

Academia Norte-Rio-Grandense de Letras foi estabelecida no edifício do Instituto de Música do estado localizado na Rua Vigário Bartolomeu, nº 630, às 19h30 do dia 14 de novembro de 1936³³.

Ainda que alguns escritores do Rio Grande do Norte tenham movido esforços para identificar, selecionar, reunir, fixar nomes, a capital do estado estabeleceu a sua academia tardiamente. Observamos que o movimento de fundação das academias literárias no Brasil vinha ocorrendo desde fins do século XIX. A exemplo de grandes centros literários como o Rio de Janeiro, que no ano de 1896 reuniu os homens de letras, de boa reputação e respeitabilidade, no lugar onde deveriam fazer os nomes imortalizados da literatura: a Academia Brasileira de Letras. Nos fins do século XIX e início do século XX no Brasil, sucedeu-se uma série de fundações de academias: Ceará (1894), Maranhão (1899), Bahia (1900), Pernambuco (1901), Goiás (1904), São Paulo (1909), Rio Grande do Sul (1901), Minas Gerais (1909)³⁴.

Foi apenas na década de 1930 que a Academia carioca de Letras legou a Luís da Câmara Cascudo a missão de assumir a fundação de uma associação de letras no Rio Grande do Norte. Sob a égide da instituição, Cascudo reuniu nomes como Henrique Castriciano, Edgar Barbosa, Aderbal França, Clementino Câmara, Sebastião Fernandes, Otto Guerra, Francisco Ivo Cavalcanti, Virgílio Trindade, Juvenal Lamartine, Floriano Cavalcanti e Antônio Soares. Henrique Castriciano de Souza, como presidente da associação, recorreu ao governador do estado na época, Rafael Fernandes Gurjão, para a efetivação da academia. A Academia Norte-rio-grandense de Letras manteve reunidos 25 intelectuais até o ano de 1948. Neste ano foi somado à academia mais cinco cadeiras. No ano de 1957, a instituição somava 40 acadêmicos³⁵. Desse modo, a partir dos anos 1930, tanto o grupo de intelectuais encontrava-se melhor organizado quanto suas produções, veiculadas na Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

No que respeita às produções, ainda durante o século XX, outros escritores do estado voltaram-se ao estudo dos intelectuais potiguares. Entre eles identificamos, primeiramente, *Panorama da poesia norte-rio-grandense* (1965), escrita por Rômulo Chaves Wanderley; *Contribuição à história intelectual do Rio Grande do Norte* (1983), publicada por João

Sebastião Fernandes, Francisco Ivo Cavalcanti, Nestor Lima, entre outros. Mais informações consultar: MELO, Veríssimo. *Patronos e Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972. Volume I.

³³ *Ata da 1ª Sessão Preparatória da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal, 14 nov. 1936.

³⁴ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Op. Cit. p. 98-102.

³⁵ NEGREIROS, Armando. *História da Academia*. IN: _____. *Na companhia dos imortais*. Natal: A. S. Editores, 2007. p. 50.

Medeiros Filho; *Ficcionistas Potiguares* (1995) e *Literatura & Província* (1997), ambos de autoria de Manoel Onofre Júnior.

No presente século, vieram à luz trabalhos mais específicos como a publicação de *Literatura Feminina do Rio Grande do Norte* (2001), organizado por Constância Lima Duarte e Diva Cunha Pereira de Macêdo. Como o próprio título sugere, as autoras apresentam notas biográficas e analisam algumas produções das escritoras do estado. Constância Duarte e Diva Cunha Macêdo explanam nomes como Isabel Gondim, Auta de Souza, Zila Mamede. Ao mencionarmos essas obras nosso objetivo é demonstrar outros livros que também abordaram o assunto. O século XXI ainda contou com as produções de Tarcísio Gurgel mencionadas anteriormente.

Portanto, o que objetivamos demonstrar a partir desse balanço historiográfico é de que maneira a presente dissertação dialoga com esses estudos que se propuseram a construir uma reflexão acerca dos intelectuais potiguares. No entanto, não optamos por uma análise que abordasse todos os intelectuais do Rio Grande do Norte. Assim, preferimos construir uma reflexão, exclusivamente, sobre a capital do estado. Direccionamos, nesse trabalho, um foco para a vida intelectual na cidade do Natal. Para tanto, descortinamos a cidade do Natal como um ambiente de abrigo para a construção e desenvolvimento das relações desse grupo.

A cidade assume um lugar estratégico, privilegiado, para observarmos os modos de comunicações e interações que presidiram as formas de vida intelectual no meio urbano potiguar. Buscamos direccionar nosso olhar para os detalhes do interior da cidade, onde se entrecruzam multiplicidades e singularidades; em destaque, um olhar para as relações sociais dos homens de letras da capital norte rio-grandense.

Por tratarmos da vida intelectual da capital, selecionamos uma diversidade de materiais para tratá-los como fonte. O estudo sobre os literatos levou-nos a aprofundar nossas leituras no campo da literatura. Para tanto, buscamos algumas obras literárias escritas pelos próprios literatos pertencentes a esse meio. Em maior número, recorremos aos trabalhos que reuniram as memórias desses intelectuais, ou de escritores de outros tempos que escreveram sobre a vida de seus iguais. Trabalharemos com as seguintes obras: *É tempo de recordar* (Jayme Guimarães Wanderley), *Memórias* (Eloy de Souza), *Vida Potiguar* (Polycarpo Feitosa), *O tempo e eu* (Luís da Câmara Cascudo), *Nosso amigo Castriciano* (Luís da Câmara Cascudo), *Natal que eu vi* (Lauro Pinto), *Natal do meu tempo* (João Amorim Guimarães), *Natal de ontem* (Pedro Alcântara Pessoa de Melo), entre outras, tão logo buscamos em nossa dissertação construir um diálogo entre História e Literatura.

Concebemos a literatura como algo intrínseco à sociedade, como produto cultural do homem, como uma criação de mundos. É necessário ressaltar aqui que não buscamos estabelecer hierarquias entre os dois campos, mas sim, submeter a Literatura a problemas que norteiam o campo da História. Muito embora possuam as suas especificidades, História e Literatura dialogam. Há uma infiltração mútua entre os dois campos, uma vez que uma ficção poética encontra-se permeada de elementos da história social³⁶, assim como a historiografia possui facetas poéticas. Podemos aferir que ambas, História e Literatura, constituem sistemas de significação por meio do qual atribuímos sentido ao passado.

Buscamos, nesta dissertação, desfazer os obstáculos de concreto erguidos para dividir o ficcional do verdadeiro, o histórico do literário e o real do falso. Assim como o que é imaginado não se constituiu uma invenção impermeável das experiências sociais, as concepções históricas igualmente não são despidas de certa imaginação³⁷. Desse modo, procuramos orientar-nos pelas considerações de Nicolau Sevcenko, para o autor “a literatura é mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e mágoas dos aflitos”³⁸. Enquanto a historiografia tem por pretensão maior a provável verdade do que se passou, a literatura fornece uma expectativa. Ela diz respeito ao que poderia vir a ser, às possibilidades que não se concretizaram. Em nosso estudo, particularmente, a literatura representa um desejo: o desejo dos literatos potiguares em construir literatura.

Partindo dessas perspectivas, o diálogo empreendido nessa dissertação será o uso da literatura prestando-se ao estudo da história cultural e intelectual. Lidamos com a literatura pensando em diferentes papéis desempenhados por ela, em seus agentes, nos modos de produção da cultura e em que medida este se relacionou com a cidade. Ressaltamos, nessa linha de estudo, as formas de círculos relacionais dos intelectuais, suas sociabilidades, as suas articulações com a instância do poder e os suportes materiais de difusão de suas produções³⁹.

Nosso trabalho, portanto, discute as seguintes questões: quem são os intelectuais da cidade do Natal durante a Primeira República? Quais as relações constituídas por esses

³⁶ CHARTIER, Roger. Literatura e História – Debate. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, p.197-216 (Conferência proferida por Roger Chartier, em 5 de novembro de 1999). Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 2 de novembro de 2011.

³⁷ REZENDE, Antônio Paulo. História, cidade e literatura: travessias e encontros. IN: DIAS, André Luis Mattedi. COELHO NETO, Eurelino Teixeira. LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *História, cultura e poder*. Salvador: UFBA, 2010. p. 25-38.

³⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.* p. 20

³⁹ Procuramos seguir algumas das estratégias empreendidas no diálogo com a Literatura. Ver: FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda – Literatura. IN: PINKSY, Carla Bassanezi (et. al.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 61-92.

homens de letras, entre si e com outros segmentos sociais da sua época? Em qual realidade social, cultural e política, eles se lançaram? De que forma relacionavam-se com a cidade do Natal?

A maior parte da produção literária do período está dispersa em jornais e em revistas. Tal condição motivou-nos a realização de buscas e à utilização desses suportes materiais. Os periódicos acabaram constituindo-se como fontes principais da nossa pesquisa. A fim de organizarmos melhor as nossas ideias, dividimos o material de periódicos compulsados entre grande imprensa e pequena imprensa. Grande imprensa e pequena imprensa tratam-se de uma divisão estabelecida por Max Luclerc ao traçar o quadro da imprensa no Brasil no início da República. Para Nelson Werneck Sodré, enquanto a grande imprensa constituía-se em uma empresa sólida, estruturada, feita para durar e, constantemente, pertencente a grupos familiares a frente da esfera estadual – tendo na política o alimento principal de suas matérias – a pequena imprensa correspondeu aos jornais transitórios, de vida efêmera⁴⁰.

Adotamos essa divisão estabelecida por Max Luclerc, por percebermos as divergências quanto aos conteúdos predominantes nesses dois tipos de imprensa. Enquanto os debates políticos fervilhavam nas páginas dos jornais da grande imprensa, nos periódicos classificados como pequena imprensa os assuntos assumiam um aspecto mais mundano. Os jornais e as revistas, da pequena imprensa, que foram selecionados neste estudo, correspondem a periódicos que atribuíram maior importância à difusão da literatura, ao cultivo da instrução.

Trabalhar com esse conjunto de material impresso transformou-se em uma verdadeira ação de “escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado”⁴¹. Ainda assim, a pesquisa empreendida nesses periódicos apresentou uma importância significativa, uma vez que os intelectuais da cidade do Natal concentraram suas produções em periódicos. Veremos como a literatura potiguar nasceu nesses jornais e nessas revistas, desde o Brasil Imperial, e permaneceu vinculada a eles. Muitas das produções dos intelectuais potiguares passaram pelo jornal antes de tornarem-se brochuras. Este foi o caso, por exemplo, do poemeto *Mãe*, de Henrique Castriciano de Souza. Outras publicações não ultrapassaram as páginas dos periódicos, mas ainda assim, por meio desses, tornaram-se públicas. É provável que o pequeno número de obras que ficaram nos jornais possuía alguma relação com a dificuldade de publicação existente na cidade do Natal.

⁴⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. A Grande Imprensa. IN: _____. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S. A., 1966, p. 287-447.

⁴¹ Expressões atribuídas por Robert Darnton no que diz respeito ao papel do historiador. Consultar: DARNTON, Robert. *Boemia literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 7.

Além da importância desses periódicos para nosso estudo na condição de suportes materiais das produções literárias, o conjunto pesquisado apresentou outras significativas contribuições. Em outros tempos, o jornal funcionava para o historiador da literatura como um arquivo, uma grande biblioteca em que ele buscava seus documentos sem considerar o suporte material. Nesse caso, os periódicos só valiam para o que já houvesse sido dito ou lido. Acreditamos que, hoje, o estudo utilizando esses periódicos nos convida a possíveis discussões da trama social, na medida em que podemos recorrer aos jornais e as revistas como meio de acesso para análise de aspectos da vida social, cultural e política de um dado lugar.

Sendo assim, identificamos *A Republica*, *Diário do Natal*, *A Notícia* e *A Imprensa* como periódicos pertencentes a grande imprensa. Além da veiculação de assuntos da esfera política, esses jornais veicularam produções literárias dos intelectuais da cidade. Os homens de letras se voltaram para os periódicos, buscando encontrar no jornal um pouco de notoriedade e dinheiro, quando possível. Dentre os quatro periódicos mencionados, o jornal *A Republica*, aglutinou o maior número de nomes e de produções que refletiram sobre a literatura.

A Republica consistiu no suporte material fundado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão para servir de divulgador das ideias republicanas no Estado no ano de 1889. O primeiro número de *A Republica* circulou no dia 1º de Julho de 1889. Até a proclamação da República, espalharam-se vinte edições, todas à segunda-feira, ao preço inicial de cem réis. Com a chegada de Pedro Velho ao poder no cargo de governador do estado, *A Republica* constituiu-se como o principal porta-voz do governo, o jornal oficial do estado do Rio Grande do Norte⁴². Consequentemente, as produções veiculadas no periódico eram de autorias dos intelectuais participantes ou simpatizantes ao grupo familiar de Pedro Velho Albuquerque Maranhão.

Muito embora os outros jornais mencionados não estivessem relacionados ao Estado, estes assumem certa relevância em nosso estudo. O jornal de Elias Souto (*Diário do Natal*) foi fundado em 1895 e funcionou até o ano de 1908. Souto, que já era responsável pela circulação do periódico *O Nortista*, fundou o *Diário do Natal* após a aquisição da empresa Libro Tipográfica Natalense. O mencionado periódico fazia oposição ao jornal *A Republica*. Os dois jornais protagonizaram inúmeras discussões que eram veiculadas nas páginas dos periódicos. Objetivando não nos restringirmos às notícias veiculadas em *A Republica* e *Diário*

⁴² O jornal *A Republica* possuía oficina e redação própria e contava com a colaboração de personagens notáveis ligadas ao grupo Albuquerque Maranhão. Para maiores informações, conferir: FERNANDES, Luiz. *A Imprensa periódica no Rio Grande do Norte* (1832 a 1908). Fundação José Augusto: Sebo Vermelho, 1998. p. 22-25.

do Natal, utilizamos outros periódicos da grande imprensa potiguar: o jornal *A Imprensa* (1917), fundado pelo coronel Francisco Cascudo, e *A Notícia* (1921), de Kerginaldo Cavalcanti. Para o acesso a esses periódicos contamos com os acervos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte e da Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No que diz respeito à pequena imprensa, utilizamos alguns periódicos que se autodefiniram literários. Diante do estado precário no qual se encontravam as fontes, o que localizamos foram jornais e revistas literárias com números incompletos, com números únicos e, em poucas vezes, em coleções completas. Parte do grupo de periódicos do qual dispomos foi doado pelo Núcleo de Estudo Câmara Cascudo (NECC). No acervo do NECC dispusemos dos números de *Revista do Rio Grande do Norte*, produzida pelo *Grêmio Polymáthico*, 1899 (edições nº 5 e nº 6), a revista *Oásis – Le Monde Marche*, 1904 (edições nº 3 e nº 5); e os jornais: *O Olofote*, 1918-1919 (nº1 ao nº 14); *O Fon-fon* – 1920 (nº 1 ao nº 5) e *O Papa-figo*, 1922 (nº 2 ao nº 4).

Além dos jornais disponíveis no acervo do NCC, também recorremos a alguns dos periódicos disponibilizados pelo acervo da Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, onde dispusemos dos seguintes jornais e revistas microfilmados: *Eco Miguelino* (1874), *Revista do Rio Grande do Norte* (nº 1 e nº 2), de 1898-1899; a revista *Oásis*, 1894, 1895 e 1899; *O Íris*, de 1897-1898; e *A Tribuna*, apenas o ano de 1899. No que ainda respeita às fontes impressas, também utilizamos materiais publicados em versões fac-similiars, como foi o caso das revistas *Oásis* (1903 e 1904), *A Tribuna* (1903-1904) e *Centro Polymáthico* (1921), adquiridas no acervo particular de Vicente Serejo. Comentaremos sobre cada periódico à medida que ele for citado, ao longo desta dissertação.

Desse modo, compreendemos que os periódicos são capazes de veicular sentidos construídos pelos sujeitos sociais. Os jornais e revistas atuam como objetos de veículos e de percepções no campo social dos possíveis⁴³. Em vista disso, além das produções literárias desses intelectuais, buscamos por meio desses periódicos, compreender o espaço urbano e seus valores sociais. Juntamente com essa perspectiva de abordagem, também refletimos acerca desses periódicos como lugar de estruturação de redes de sociabilidade e como aglutinadores de estéticas, de interesses, de projetos, de ideias difundidas por esses

⁴³ VELOSO, Mônica Pimenta Veloso. As modernas sensibilidades brasileiras: uma leitura das revistas literárias e de humor na primeira República. *Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 enero 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1500>>. Acesso em: 07 de agosto de 2011.

intelectuais. Portanto, buscamos considerar desde o aspecto material, ao discursivo, às suas condições e seus espaços de produção.

Para examinarmos a vida intelectual da cidade do Natal, ainda selecionamos outro material: as biografias. Fizemos uso abusivo das notas biográficas de potiguares, publicadas atualmente, a fim de identificar suas trajetórias, suas formações e suas profissões. Recorremos às produções da antologia *Poetas do Rio Grande do Norte* de Ezequiel Wanderley, o rico dicionário *400 nomes de Natal*, organizado por Rejane Cardoso, e o dicionário político da Primeira República produzido por Renato Peixoto. Como trabalhamos com um leque considerável de nomes, nem sempre conseguimos encontrar informações biográficas a respeito de alguns literatos, o que resultou na presença de algumas lacunas no decorrer dessa dissertação. Também trabalhamos com dois dicionários produzidos sobre a imprensa periódica natalense, listando nome e informações sobre todos os periódicos norte-rio-grandense publicados do ano de 1832 a 1987: *A Imprensa periódica no Rio Grande do Norte (1832 a 1908)*, de Luis Fernandes, e *Dicionário da imprensa norte-rio-grandense (1908 – 1987)*, de Manoel Rodrigues de Melo.

Como o leitor pode perceber, literatura e imprensa constituem-se como dois pontos-chave para o nosso estudo. O poder, como terceiro ponto-chave, também perpassará esta dissertação. Os historiadores investigam o poder priorizando o seu caráter relacional, expandindo-se para as limitações que foram definidas convencionalmente como, por exemplo, articuladas à esfera política⁴⁴. Privilegiamos a relação entre poder e letras. Por meio da análise da trajetória e das interações sociais da categoria dos intelectuais natalenses no período da Primeira República, identificamos possíveis articulações com o Estado, principalmente com indivíduos que compunham o grupo familiar Albuquerque Maranhão e assentavam cargos políticos da esfera estadual e municipal.

Em nosso estudo, identificamos alguns intelectuais financiados pelo Estado, bem como ocupando cargos políticos e burocráticos na cidade do Natal. Essas descobertas nos levaram a investigar os tipos de relações constituídas entre Estado e intelectual. Por isso, nosso estudo envolve, sim, a esfera política. Em contrapartida, também buscamos pensar nas mais variadas relações que podem ser contempladas no tocante ao poder. Como exemplo, podemos mencionar as redes de relações constituídas por literatos potiguares produzindo hierarquias, assimetrias, normatizações e regras em um jogo de interesses e consagrações.

⁴⁴ Os organizadores da obra *História, cultura e poder* discutem as relações possíveis constituídas entre cultural e poder. Consultar: DIAS, André Luis Mattedi. COELHO NETO, Eurelino Teixeira. LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Op. Cit.* p.7-11.

O problema do espaço ocupa o eixo central em nossa pesquisa. Buscamos privilegiar as possibilidades da categoria espaço em estudos no campo da História. Para tanto, nossa compreensão dialoga com a perspectiva de *espaço social* explorada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Em estudo sobre a França nos anos de 1870, Pierre Bourdieu identifica que o *espaço social* consiste no conjunto de agentes sociais que coexistem nesse espaço ora em relações de proximidade, ora em relações de distanciamento⁴⁵. Segundo Bourdieu, os agentes sociais encontram-se distribuídos nesse espaço ocupando posições distintas de acordo com a distribuição de seus capitais.

Interessa-nos aqui a lógica relacional que Pierre Bourdieu empreende no *campo literário*, inserido no que o autor identifica como *espaço social*. O *campo literário* consiste no espaço estruturado de posições inserido dentro do espaço social, em que os agentes sociais são aglutinados por compartilharem interesses comuns. Contudo, as relações mantidas por esses agentes dentro desse campo traduzem-se na constituição de alianças, de interesses e de concorrências⁴⁶.

Na análise da vida intelectual na cidade do Natal percebemos que se trata de um campo que aglutina indivíduos que compartilham de um interesse comum: a atividade nas letras. No entanto, o universo literário potiguar está longe de ser pacífico e homogêneo. Ao mesmo tempo em que identificamos intelectuais que constituíram laços de afetividade, também vislumbramos episódios de conflitos e de discordâncias. As disputas, as práticas de hostilidades e as concorrências entre os escritores em Natal fazem com que esse espaço seja uma arena, concomitantemente, de intrigas e de acordos, como um jogo cujos participantes estão posicionados em um dado espaço e submetidos a determinadas regras.

Ainda que não seja possível comparar as atividades intelectuais em Natal, na primeira República, com o campo literário francês, em fins do século XIX, tal como analisado por Pierre Bourdieu e por Robert Darnton, o conceito de campo nos permite localizar o universo social no qual se moviam os agentes que lidavam com literatura naquele período. Desse modo, a abordagem construída por Pierre Bourdieu permitiu-nos construir reflexões e possíveis leituras acerca da dinâmica, do funcionamento constituído no universo literário potiguar, na medida em que passamos a compreender suas relações e suas articulações de interesses e disputas.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: editora papirus, 2011. 11 ed. p. 25.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. Campo de poder, Campo intelectual e Habitus de Classe. IN: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1982. p. 183-203.

Além disso, a relação compreendida por Bourdieu entre *campo literário* e *campo político*⁴⁷ proporcionou-nos ao aprofundamento da análise entre as vinculações elaboradas pelo grupo de intelectuais de Natal e o Estado. Como mencionamos, o Estado assume o papel de instância que consagrava àqueles indivíduos que pretendiam se lançar escritores na cidade, proporcionando reconhecimento e notoriedade ao intelectual por meio do financiamento de suas publicações.

Outro conceito de espaço abordado em nossa dissertação correspondeu à noção de *espaço de sociabilidade intelectual* explorados por autores como Jean François-Sirinelli e Rebecca Gontijo. Segundo o francês Sirinelli, o meio intelectual constitui um pequeno mundo estreito onde se atam (e desatam) laços. Para o autor, os *espaços de sociabilidades* seriam referentes a esse mundo no qual os intelectuais vinculam-se uns aos outros por uma série de laços e afinidades desenvolvidos em ambientes específicos⁴⁸.

Elaboramos um levantamento acerca dos itinerários percorridos por esses intelectuais em Natal. Cafés, bilhares, salões, conferências, redações e tipografias são exemplos de espaços nos quais grupos de letrados potiguaros trocavam experiências, elaboravam, discutiam, divulgavam e faziam circular suas ideias bem como forjavam a formação de uma identidade de grupo, a partir das redes e das relações sociais ora construídas, ora conservadas nesses ambientes de sociabilidade. No interior desses ambientes, ocorreram práticas de socialização que possibilitaram a formação de círculos de amizade, a constituição de grupos, e às trocas e debates acerca das produções literárias.

Outra visão semelhante a do historiador francês Jean François Sirinelli, pode ser encontrada nos estudos da historiadora brasileira Rebecca Gontijo. Para Gontijo, todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica comum e de afinidades que alimentam o desejo e o gosto de conviver. Para a autora, mais do que espaços físicos, os espaços de sociabilidade intelectual representam espaços afetivos, repositórios de sentidos atribuídos pelos intelectuais que o frequentaram⁴⁹.

Um estudo voltado que investigue também *os espaços de sociabilidade intelectual* é importante para a compreensão da produção intelectual, na medida em que nos possibilita a investigação das condições de produção cultural, das características e do funcionamento enquanto grupo. Logo, tais estruturas elementares de sociabilidade consistem em um observatório, de primeiro plano, da interação social dos literatos potiguaros.

⁴⁷ Bourdieu analisa as relações entre campo literário e campo político em BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 270.

⁴⁸ SIRINELLI, Jean François. *Op. Cit.* p. 279.

⁴⁹ GONTIJO, Rebeca. *Op. Cit.* p. 183.

Os espaços de sociabilidade da cidade do Natal revelaram-se verdadeiros campos comunicativos onde as sociabilidades permitiram trocas esperadas, enfatizadas por Jean Sirinelli e Rebeca Gontijo, mas, sobretudo, os estabelecimentos das relações sociais para a constituição de um interesse de caráter literário e político. Pensamos esses ambientes como campos comunicativos por intermédio de um diálogo com o conceito *circuitos de comunicação* elaborado pelo historiador Robert Darnton. Segundo Darnton, *os circuitos de comunicação* consistem no percurso que vai dos produtores dos textos literários às formas de apropriações diferenciadas das mensagens pelo público⁵⁰.

Consideramos que a noção de *circuitos* é o cerne das relações comunicacionais que foram travadas desde as páginas dos periódicos potiguares aos ambientes físicos, como café, livraria, clube. Falar da história literária natalense, que perpassa a história da imprensa e do poder, é falar em processos comunicacionais e das relações imbricadas nesses circuitos de comunicação. Logo, adotamos o conceito de Robert Darnton como chave metodológica para estudar a história literária potiguar como um sistema de comunicação em que os espaços de sociabilidade e a imprensa são pistas sobre as várias vivências da literatura no passado da cidade do Natal.

Do ponto de vista do conteúdo, propomos uma lógica diferencial na organização na estrutura dessa dissertação. No decorrer das nossas pesquisas, esse trabalho acabou tornando-se um projeto extenso e ambicioso. Para tanto, optamos por organizá-la em partes. As três partes deste estudo apresentam um conjunto de pequenos capítulos. Portanto, a primeira parte, intitulada *Em cada esquina um poeta*, trata da análise da trajetória desses intelectuais na Primeira República. No primeiro capítulo, analisamos o aparecimento das reflexões e debates iniciais em torno da literatura na cidade do Natal. Por isso, tivemos de empreender um recuo ao período imperial, entendendo a época como marco inicial do surgimento das atividades literárias na capital do Rio Grande do Norte. No capítulo inicial da nossa dissertação, *O movimento literário: do Império a República*, buscamos traçar um panorama do movimento literário desde a década de 1860 à Primeira República.

A atividade literária na cidade do Natal, nos fins do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, não era considerada um ofício. Como já mencionamos, as atividades

⁵⁰ De acordo com Robert Darnton, os *circuitos de comunicação* são formados por autor, editor, encadernador, leitores, bibliotecas, clubes, emprestadores, impressos, tipógrafos, compositores, fornecedores (de papel e de tinta), transportadores, livreiros. O leitor encerra o circuito de comunicação darntoniano porque ele influencia o autor tanto antes como depois do ato da composição literária. Para mais informações sobre Circuitos de comunicação, consultar: DARNTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Cia das letras, 1992. e DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das letras, 1990.

nas letras eram concebidas como passatempo, como dedicação realizada nas horas vagas. Mas, ainda assim, juristas, médicos, magistrados, professores, comerciantes queriam ser escritores fosse ou literatos de jornais, ou produtores de uma obra só, ou ainda, fossem homens empenhados nas letras, publicando inúmeras obras.

Ao constatarmos que a literatura não correspondia a uma profissão, buscamos investigar, no que diz respeito às profissões desses escritores. Desse modo, no capítulo seguinte, *Do estudo ao trabalho*, analisamos as formações e as profissionalizações do grupo de intelectuais potiguar, privilegiando a educação secundária exercida pelo colégio Atheneu Norte-rio-grandense e a formação superior nos cursos normalistas em Natal, nas academias militares e nas faculdades de Medicina e de Direito estabelecidas no Brasil.

A investigação acerca das profissionalizações dos intelectuais potiguar, construída no segundo capítulo, conduziu-nos a outra discussão necessária. No terceiro capítulo, *Os filhos d'A Republica*, analisamos a relação entre literatura e política. Discutimos a imbricação entre os dois campos a partir das categorias de mecenatos visualizadas no campo literário natalense, a saber: a lei nº145/1900, que atribuía ao Estado o papel de financiador das obras literárias dos filhos norte-rio-grandenses; o prestígio da associação literária Grêmio Polymathico, que mantinha fortes relações com o jornal *A Republica* e, conseqüentemente, com o grupo político e familiar Albuquerque Maranhão; e os cargos públicos ofertados aos homens de letras, uma vez que, à convite do Estado, esses intelectuais eram recrutados para assumirem cargos nas instâncias políticas e burocráticas na cidade do Natal. Portanto, as maneiras de apadrinhamento pelo Estado foram práticas comuns no campo literário natalense, em que a posição social ocupada pelos homens de letras no universo literário dependia das relações sociais e políticas que esses indivíduos eram capazes de mobilizar.

De acordo com Souza Barros, em seu estudo sobre os anos 1920 em Pernambuco, os intelectuais recorriam à imprensa para serem vistos, notados. Não se podia admitir que um indivíduo fosse um intelectual se ele não aparecesse na imprensa, trabalhando diretamente nela como redator, diretor, secretário do jornal ou, indiretamente, na forma de colaborador. Como já mencionado, a história da literatura no Rio Grande do Norte, como um todo, está vinculada à história da imprensa. Na capital do estado, os periódicos corresponderam a um dos principais suportes materiais de veiculação do texto literário.

A imprensa não poderia passar despercebida em um estudo que propõe analisar a vida intelectual potiguar. Por consequência disso, na parte seguinte desta dissertação, denominada *Em cada rua um jornal*, passaremos a discutir as atividades desses intelectuais, atuações e a importância na imprensa. No quarto capítulo, *Literatura, intelectuais e Imprensa*, passamos a

analisar a relação entre a atividade dos literatos e o jornalismo, no qual muitos deles iniciaram as suas produções literárias por intermédio da imprensa potiguar. No quinto capítulo, *As relações de sociabilidade nas páginas dos jornais*, abordamos o papel da imprensa como espaço de sociabilidade entre os literatos potiguares, identificando os periódicos como espaço de debate, de formação e de difusão de ideias. Para isso, elencamos alguns fragmentos jornalísticos que refletem um pouco acerca das relações sociais (laços e conflitos) estabelecidas no campo dos literatos, evidenciando, assim, as clivagens intelectuais.

Na última parte dessa dissertação, definida como *Em cada via um cantão*, mapeamos e analisamos os espaços urbanos de sociabilidade intelectual em Natal. A cidade do Natal apresenta-se como plano de trocas sociais. Em vista disso, importa-nos aqui compreender o deslocamento dos grupos – ou dos indivíduos – entre os seus espaços de significação na cidade. Tal perspectiva nos fez pensar que os espaços de sociabilidade intelectual em Natal de outrora são recintos preciosos para a análise da dinâmica do grupo que denominados homens de letras.

A terceira parte deste trabalho abará duas discussões pertinentes. Se, na segunda parte da dissertação, discutiremos as relações constituídas entre intelectuais e imprensa, no sexto capítulo, intitulado *Ideias que circulam: sociabilidade intelectual na imprensa*, identificaremos as redações e as oficinas tipográficas da cidade do Natal como ambientes físicos que compõem *circuitos de comunicação*.

O capítulo seguinte encerra o nosso estudo. No sétimo e último capítulo da dissertação, intitulado *Ideias que caminham: os intelectuais e os seus itinerários na cidade*, abarcaremos os demais ambientes na topografia da cidade. Desse modo, buscamos analisar os principais recintos e seus usos e significados na dinâmica dos homens de letras de Natal. Nesse capítulo final, contemplaremos espaços como o salão de dona Isabel Gondim, as conferências e horas literárias realizadas no *Natal-Club*, as serenatas cantadas pelas ruas em noites embelezadas pela Lua, as visitas rotineiras à livraria *Cosmopolita* e os encontros no bilhar *Potiguarânia* e no *Café Magestic*.

Em suma, refletiremos acerca dos espaços onde os intelectuais se reuniram, conversaram, debateram, compartilharam suas produções no universo literário potiguar. Tais ambientes proporcionam a fermentação intelectual, o desenvolvimento de relações afetivas e, sobretudo, a formação de identidade e pertencimento a um grupo. Pretendemos demonstrar como as dinâmicas nessas espacialidades, os significados atribuídos a eles, e de que maneira tais ambientes corroboraram para a produção de uma atmosfera intelectual na cidade do Natal.

Os três elementos – *Literatura, Imprensa e Poder* – orientaram constantemente o nosso empreendimento em sondar a atmosfera cultural criada na capital norte-rio-grandense. Admitimos ser esse um estudo extenso, complexo e minucioso. Contudo, abraçamos o desafio. Segue, portanto, nas próximas páginas, o resultado da análise da vida e ambiência intelectual na cidade do Natal durante o período da Primeira República (1889-1930).

Parte I:
Em cada rua, um poeta...

Capítulo 1:
O movimento literário: do Império à República

Rio Grande do Norte.
Capital Natal.
Em cada esquina um poeta.
*Em cada rua um jornal*⁵¹.

A quadrinha de autoria desconhecida que abre este capítulo tornou-se conhecida na cidade do Natal ainda no fim do século XIX. Diante disso, elaborem algumas interpretações em torno do fragmento acima extraído. Podemos conjecturar que tal verso foi produzido a fim de expressar o número elevado de escritores e de jornais existentes na cidade. Ou, quem sabe, a quadrinha fizesse alusão a um tipo específico, e abundante, de literato em Natal: o poeta. Podemos supor também que o trecho popular apresenta uma sátira no que diz respeito à qualidade de escritores e de seus suportes materiais (periódicos) na cidade. Quiçá, ainda, os mesmos versos poderiam expressar um sentido irônico, uma gozação à ausência de literatos e de literatura na capital potiguar.

As possibilidades de leituras que expomos sobre a quadrinha popular apresentam algo em comum. Seja qual for a sua interpretação, os versos que iniciam nosso trabalho procuram representar a vida literária na cidade do Natal. Ao elencar o trecho popular do século XIX objetivamos colocar os seguintes questionamentos: o que deveria ser a vida literária na capital norte-rio-grandense? Existiu, de fato, uma literatura na província do Rio Grande do Norte? A partir de que período podemos falar em construção de um campo literário na cidade do Natal?

A primeira parte dessa dissertação, intitulada “Em cada esquina um poeta”, pretende discutir o movimento literário na cidade do Natal por meio da trajetória do grupo de seus intelectuais. Partimos da investigação do momento da irrupção na capital das primeiras

⁵¹ Quadrinha de autoria desconhecida. Retirada de MELO, Manoel Rodrigues de. Grupos literários da Província – Natal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro/RJ: editora Pongetti, 1971. Vol. LVI, LVII e LVIII. p. 119.

reflexões em torno da literatura que se deram ainda no período imperial – segunda metade do século XIX. Nas páginas seguintes, analisaremos a significação do termo *literatura* e a maneira como essa definição foi concebida pela mentalidade dos intelectuais potiguares. Para tanto, a primeira parte do nosso estudo pretende abranger o movimento de produções literárias, à fundação de associações voltadas para o exercício das letras, bem como outros elementos que constituíram a dinâmica do universo literário natalense como, por exemplo, as formações – acadêmicas e profissionais – dos homens de letras e as articulações pertinentes que existiram entre *campo literário* e *campo político*.

O discurso que defende o período republicano como a grande época de florescimento cultural, social e político no Rio Grande do Norte não é inédito. As descrições da cidade do Natal desenhavam os séculos anteriores à República como um território inexpressivo e estático. Na capital, de acordo com os discursos criados após o advento do regime republicano, tudo parece ter nascido com a República. O ânimo da pequena capital norte-rio-grandense parece ter sido produzido, sobretudo, após a consolidação do grupo familiar Albuquerque Maranhão e de seus correligionários à frente do governo estadual. Indubitavelmente, o regime republicano norte-rio-grandense proporcionou à cidade transformações diversas que serão contempladas no decorrer desta dissertação como, por exemplo: iluminação elétrica, bondes elétricos, políticas sanitárias, projetos urbanísticos, construção de teatros, praças, clubes recreativos, cinemas, cafés, bilhares. Questionamo-nos se teria sido essa a condição do surgimento da literatura na cidade. A República foi, por excelência, o momento de florescimento das letras na cidade do Natal? Se a resposta for negativa, perguntamo-nos: o que veio antes? Seria possível a existência de alguma atividade literária ainda no período imperial no Rio Grande do Norte?

Assim sendo, o primeiro tópico dessa dissertação propõe discutir o desenvolvimento do movimento literário na capital norte-rio-grandense no período anterior ao advento da República. A ausência de fontes que pudessem aludir à existência do movimento literário em Natal, dificultou em parte a elaboração de uma rica discussão. Ainda assim, esperamos corresponder ao desafio.

1.1 Movimento literário na Província?

Identificamos a existência de uma discussão historiográfica local acerca da irrupção do movimento literário na cidade do Natal. Em 1971, a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) publicou um estudo de Manoel Rodrigues de

Melo acerca dos “Grupos literários da Província”⁵². Manoel Rodrigues de Melo, sócio efetivo e 2º secretário do IHGRN na época, situa a origem da literatura no Rio Grande do Norte em um período posterior às lutas de Independência. Segundo o membro do IHGRN, *O Natalense*, o primeiro jornal do Rio Grande do Norte, refletiu as primeiras preocupações literárias. Fundado em 1832, por intermédio do padre Francisco de Brito Guerra, o periódico despertou o âmbito norte rio-grandense para a vida na imprensa. Na ausência de uma tipografia na província, o jornal foi impresso, sucessivamente, no Maranhão, no Ceará e em Pernambuco. Apenas no dia 2 de setembro de 1832, *O Natalense* passou a ser impresso em uma oficina na cidade do Natal, denominada Tipografia Natalense – assim como o nome do jornal⁵³.

Todavia, ainda que o jornal se autodenominasse de caráter “político, moral, literário e comercial”, Manoel Rodrigues de Melo ressalta que se tratavam de “jornais partidários exclusivamente ocupados com a política local, chegando à conclusão que aquele subtítulo era mais para mascarar o fim essencialmente político do jornal e não para pregar moral e fazer literatura como se propunha. E muito menos para estimular o comércio local”⁵⁴.

É importante discutimos dois elementos presentes na declaração de Manoel Rodrigues de Melo. Primeiramente, a existência de uma articulação entre jornais e política constituindo-se uma forte característica da imprensa no século XIX. No período Oitocentista, a imprensa periódica brasileira praticou acentuadamente o debate político, tornando públicos os posicionamentos e instaurando contundências oposicionistas⁵⁵. Em Natal, a imprensa no século XIX era dominada por facções políticas dos liberais e dos conservadores, que fizeram dos seus periódicos os porta-vozes de suas ideias e de seus projetos.

O segundo elemento extraído das considerações de Manoel Rodrigues de Melo consiste na relação entre imprensa e literatura. O movimento literário no Brasil está intrinsecamente relacionado à imprensa periódica. Ainda que pretendamos tratar desse assunto, de forma mais profunda, na segunda parte a qual se dedica essa dissertação, é essencial elencarmos, previamente, que a emergência da literatura potiguar ocorreu por meio dos jornais e das revistas que circulavam na capital do Rio Grande do Norte.

Não obstante, a literatura na imprensa potiguar do século XIX encontrava-se misturada às outras propostas apresentadas pelos jornais. Desse modo, assuntos como política, moral,

⁵² MELO, Manoel Rodrigues de. *Grupos literários da Província*. Op. Cit. p. 94

⁵³ Mais informações sobre o jornal *O Natalense*, ver: FERNANDES, Luiz. *Dicionário da imprensa norte rio-grandense. A imprensa periódica no Rio Grande do Norte, de 1832 a 1908*. Natal/RN: Fundação José Augusto: Sebo Vermelho, 1998. p. 32.

⁵⁴ MELO, Manoel Rodrigues de. Op. Cit. p. 97.

⁵⁵ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 49.

comércio, eram veiculados nos jornais ao lado dos textos literários, sem levar muito em conta tais diferenciações de conteúdo. Podemos aferir que, esse caráter literário, na maioria das vezes, quando associado a um jornal, sempre carregava relação com outros sentidos: político e literário, crítico e literário, noticioso e literário, comercial e literário, científico e literário, humorístico e literário, recreativo e literário... As combinações que envolviam literatura e imprensa podiam ser diversas, o que nos leva a acreditar que o dado literário unia um variado número de tendências, assuntos, ideologias, desde o período imperial.

Segundo Manoel Rodrigues de Melo, todo jornal político da cidade do Natal no século XIX fazia também literatura. As letras “entravam, nas folhas políticas, como derivativo, indumento, passatempo, distração do espírito, recreio, jamais como coisa séria”⁵⁶. O autor menciona outros jornais políticos que, assim como *O Natalense* (1832-1837), faziam via de regra literatura na época Oitocentista, entre eles: *O Publicador Natalense* (1840), *O Nortista* (1849-1851), *O Brado Natalense* (1849), *O sulista* (1849-1850), *O Constitucional Nortista* (1851), *O Clarim Natalense* (1851), *O Argos Natalense* (1851-1852) e *O Jaguarari* (1852). Em contrapartida, o autor também traz a relação de outros jornais que ensaiavam literariamente as letras potiguares, entre eles: *O Professor* (1861), *O Estudante* (1860-1861) e, por fim, *O Recreio* (1861).

Luís da Câmara Cascudo considera os jornais *O Natalense* (1832-1837) e *O Estudante* (1860-1861) como “cúmplices respeitosa nas primeiras letras poéticas impressas”⁵⁷. Cascudo remete a emergência do movimento literário na província potiguar à década de 1860, com o surgimento do jornal *O Recreio* (1861). Embora tendo vida curta, com 25 publicações somadas de março a dezembro de 1861, o jornalzinho publicou poemas, crônicas, charadas e enigmas. O periódico declarava-se “crítico, poético e noticioso”, o que demonstra uma preferência pela poesia entre os demais gêneros literários.

Contudo, retomamos aqui, como exemplo, o sentido de *litteratura* no jornal *O Recreio*, estendendo-se de poemas a charadas. De acordo com Cascudo, o jornal reuniu como colaboradores os seguintes nomes: João Manuel de Carvalho, Francisco Otílio, Pedro J. de Alcântara Deão, Jesuíno Rodolfo do Rêgo Monteiro, Isabel Urbano Albuquerque Gondim e Lourival Açucena – nomes que são relacionados aos primórdios da literatura potiguar. Em suma, para Luís da Câmara Cascudo, o jornal *O Recreio* plantou as bases da literatura nortério-grandense antes mesmo do advento do regime republicano.

⁵⁶ MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p. 98.

⁵⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. Musas, canta os poetas e escritores... In: _____. *História da Cidade do Natal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília; INL; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980. Cap. XL. p. 371.

Manoel Onofre Júnior, em 1997, lançou a obra intitulada *Literatura & Província*. O livro foi composto por ensaios, notas e artigos de sua autoria que tratam de escritores e dos livros publicados no Rio Grande do Norte. O primeiro nome selecionado é o de Auta de Souza. A jovem, filha do comerciante Fabrício Gomes Pedroza, se projetou como escritora a partir do período republicano – mais precisamente a partir do ano de 1894. Além de Auta de Souza, Manoel Onofre Júnior recupera outros indivíduos também ligados às primeiras décadas da vida republicana em Natal como, por exemplo, Ferreira Itajubá, Henrique Castriciano, Jorge Fernandes e Luís da Câmara Cascudo. Manoel Onofre Júnior justificou a sua escolha pelos nomes mencionados:

A meu ver, seria temerário afirmar-se a existência de uma Literatura do Rio Grande do Norte. Desde os tempos de Lourival Açucena (1827-1907) – poesia –, e Luiz Carlos Wanderley (1831-1890) – ficção –, tem havido, isto sim, literatura no Estado, notadamente nas cidades de Natal – a capital – e Mossoró. Procuremos ver os valores que se destacaram do contexto provinciano, e, por esta razão, têm presença, de algum modo, na História da Literatura Brasileira⁵⁸.

Compreendemos que o objetivo de Manoel Onofre Júnior tenha sido contemplar em sua obra somente os escritores norte-rio-grandenses que obtiveram projeções na literatura nacional. Mencionamos a obra deste autor a fim de apontar a relação entre literatura e nomes do período monárquico na cidade do Natal. Auta de Souza, Henrique Castriciano, Luís da Câmara Cascudo e Jorge Fernandes são escritores que atuaram e se projetaram durante o regime republicano. O autor acabou restringindo a literatura da província aos nomes de Luiz Carlos Wanderley e de Lourival Açucena⁵⁹.

No século XXI, a produção do crítico literário Tarcísio Gurgel, *Informação da literatura potiguar*⁶⁰, foi acrescentada à historiografia literária do Rio Grande do Norte. No capítulo *Província: uma flor no sobrenome*, Tarcísio Gurgel apresenta Lourival Açucena como “poeta inaugural” do Rio Grande do Norte e o surgimento da Literatura no estado a partir da segunda metade do século XIX, “de modo ainda tímido”⁶¹. Na opinião do autor, dentro do cotidiano pacato e lento da província, “tornou-se famoso, encontrando acolhedora admiração, quando do surgimento do pioneiro jornalzinho, um poeta chamado Lourival

⁵⁸ ONOFRE JÚNIOR, Manoel. *Literatura & Província*. Natal: EDUFRRN, 1997. p. 9.

⁵⁹ Em conversa, Manoel Onofre Júnior nos esclareceu que se utilizou da palavra “Província” não no sentido de divisão administrativa do país durante o Império, mas, sim, no sentido que a enciclopédia Larousse e o dicionário Aurélio definem: “o interior de um país por oposição à capital”. Na opinião do escritor, mesmo em plena República, continuávamos, culturalmente, “província”.

⁶⁰ GURGEL, Tarcísio. *Informação da Literatura Potiguar*. Natal: Argos, 2001. p. 12.

⁶¹ *Ibid*, p. 32.

Açucena”⁶². O “jornalzinho” mencionado pelo autor corresponde ao periódico *O Recreio*. De acordo com Tarcísio Gurgel, a fama de Lourival passou a declinar no final dos Oitocentos, articulando o seu desaparecimento ao fim do regime imperial. A importância do poeta provincial é atribuída por Tarcísio Gurgel no que respeita ao seu “pioneirismo no cenário lírico de Natal”⁶³.

Percebemos que a literatura da província é, mais uma vez, resumida a poucos ou a um único nome. Na opinião de Tarcísio Gurgel, Lourival Açucena foi lembrado como pioneiro e ilustre colaborador da literatura norte rio-grandense, mesmo que esse escritor não tenha publicado nenhum livro. Parece-nos que, por meio das palavras de Tarcísio Gurgel, todas as manifestações das letras provincianas morreram com o fim do Império. Até mesmo o próprio Lourival Açucena. O autor atribui, ao período da administração estadual dirigido pelo grupo político e familiar Albuquerque Maranhão, “um notável florescimento da literatura, do teatro e da música”⁶⁴, na capital norte rio-grandense. As memórias das letras de Lourival Açucena deram lugar aos representantes republicanos como Manoel Segundo Wanderley, Henrique Castriciano, Palmyra Wanderley, Jorge Fernandes, Luís da Câmara Cascudo, Ferreira Itajubá, Othoniel Menezes e Antônio José de Melo e Souza.

O que podemos perceber é que há, nesses discursos, alguns desacordos no que diz respeito ao aparecimento de uma movimentação literária na cidade do Natal. Para Manoel Rodrigues de Melo e para Luís Câmara Cascudo podemos falar em uma literatura que nos remete, respectivamente, aos anos de 1832 e de 1861. Já para Manoel Onofre Júnior e para Tarcísio Gurgel, a atividade literária potiguar foi desenvolvida efetivamente a partir das produções e de reconhecimentos dos escritores pós-1889.

Com a construção da República no Rio Grande do Norte, os homens desse tempo mobilizaram esforços para perdurarem na memória da cidade. Os representantes do novo regime político projetaram sua memória nas estruturas físicas da urbe natalense. O discurso republicano coloca a República e a Monarquia como sistemas antônimos. Enquanto, nesse discurso, a monarquia é remetida à ideia de tirania, de privilégio e de atraso, a República é associada às ideias de soberania popular, liberdade e progresso.

A cultura republicana, influenciada pelos entusiasmos das ideias progressistas e pela ode à civilização, desmontou a cultura imperial minando os valores basilares da monarquia e pelejando à introdução do mundo novo. No que diz respeito às manifestações literárias, os

⁶² *Ibid*, p. 33.

⁶³ *Ibid*, p. 35.

⁶⁴ *Ibid*, p. 38.

escritores que viveram o período republicano também se fixaram na memória da história literária da cidade do Natal. Esses indivíduos tentaram transmitir a ideia de que, antes deles, nada havia no estado. Essa postura resultou na reprodução de um discurso em que a República aparecesse como a grande criadora da literatura norte-rio-grandense.

Ainda que o limite de nossa pesquisa tenha sido estabelecido entre os anos que determinaram o período da Primeira República (1889-1930), para um estudo que se proponha analisar a vida literária na capital norte rio-grandense foi-nos necessário, inicialmente, problematizar a emergência da literatura na cidade do Natal no período monárquico. Logo, recorremos ao período provincial, como forma de compreender que escrita e que literatos eram esses estabelecidos na capital de 1889 a 1930. Sendo assim, identificamos que a literatura na capital potiguar não surgiu durante o regime republicano.

Durante nossa pesquisa, constatamos que as primeiras manifestações literárias em Natal surgiram ainda na segunda metade do século XIX, na imprensa periódica. Não identificamos nenhuma menção a um periódico com fim predominantemente literário antes de 1861, ano de publicação do jornal *O Recreio*. Essa constatação justifica a escolha desse ano como marco das primeiras reflexões acerca de literatura. Embora que *O Recreio (1861)* só tenha sobrevivido por dez meses, o periódico lançou as bases e contribuiu para a difusão do interesse pela literatura entre os demais jornais em Natal. No mesmo ano em que circulou *O Recreio*, surgiu o jornal *O Beija-flor* com a seguinte proposta:

Êste jornal, especialmente dedicado à literatura, nos promete apresentar artigos históricos e artísticos, filosóficos e poéticos; louvamos inteiramente os belos sentimentos de uma mocidade desejosa de instrução e somos os primeiros a saudá-la pelo gigantesco passo que deu no caminho da poesia e das letras⁶⁵.

A partir do artigo de fundo que o jornal *O Beija-flor* apresentou ao público, ressaltamos aqui o entendimento do sentido de *literatura*. Como podemos perceber, por meio das palavras impressas do referido periódico, o termo *literatura* estendia-se a artigos relacionados à história, à filosofia, às artes e às poesias; isto é, o termo abrangia um sentido amplo. A literatura ainda se articulava ao caráter instrutivo e formador. No entanto, *O Beija-Flor* não correspondeu às expectativas do seu prenúncio, visto que “chafurdou-se em um lamaçal de insultos e injúrias inqualificáveis”⁶⁶.

⁶⁵ MELO, Manoel Rodrigues de *apud O Beija-flor. Op. Cit.* p. 103.

⁶⁶ *Ibid*, p. 104.

É plausível que *O Beija-flor* não tenha se mantido fiel à proposta de dedicação exclusiva à literatura devido ao envolvimento do jornal em debates políticos. A mistura entre literatura e política não foi um caso peculiar do jornal mencionado. Outros periódicos como *O Progressista* (1862-1866), *O Arrebol* (1862), *O Barbeiro* (1862), *O Atalaia* (1864), *O Constitucional* (1872), *O Liberal* (1872) são exemplos de jornais que se autointitularam “político e literário”⁶⁷, o que evidencia uma dificuldade ainda na separação entre literatura e política na imprensa norte rio-grandense Oitocentista. Acreditamos que era necessário um posicionamento político a esses periódicos, pois somente assim estes poderiam ser impressos. Isso porque as oficinas tipográficas responsáveis pela impressão e pela comercialização da imprensa periódica pertenciam aos grupos políticos potiguares, o que fica melhor esclarecido no quadro abaixo:

Quadro nº 01 – Jornais “políticos e literários” potiguares e suas tipografias⁶⁸

Nome do periódico	Oficina tipográfica
O Recreio (1861)	Tipografia do Partido conservador
O Progressista (1862-1866)	Tipografia do Partido liberal
O Arrebol (1862)	Tipografia do Partido liberal
O Barbeiro (1862)	Não identificado
O Atalaia (1864)	Tipografia do Partido liberal
O Constitucional (1872)	Tipografia do Partido conservador
O Liberal (1872)	Tipografia do Partido liberal
O Lírio (1870)	Não identificado
A Parasita (1872)	Não identificado
O Echo Miguelino (1873)	Tipografia independente
O Íris (1875)	Tipografia independente
O Potengi (1876-1877)	Tipografia do Partido Conservador
O Pândego (1885)	Tipografia do Correio de Natal

Como podemos identificar no quadro acima, a maioria dos jornais listados eram impressos nas oficinas ligadas aos partidos políticos norte-rio-grandenses: liberal e conservador. Portanto, tudo leva a crer que a aproximação política estabelecida pelos jornais provincianos era importante para sua circulação na cidade. Em contrapartida, pudemos identificar na imprensa provinciana natalense pequenos jornais com propostas cuja ênfase maior era dada à literatura. No ano de 1870, *O Lírio* anunciava aos seus leitores a proposta apresentada no que dizia respeito ao cultivo da literatura:

⁶⁷ FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 30

⁶⁸ Informações extraídas de MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p. 96-120, e FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 21-53.

É êste o título mimoso com que está sendo publicado nesta cidade um pequeno periódico literário, redigido com esmero por alguns moços esperançosos que assim se ensaiando na imprensa, prestam um serviço importante à Província, implantando nela o gosto da literatura que, no meio dos desgostos e sacrifícios que trazem as lutas políticas, é como oásis no deserto. Nós saudamos com efusão a linda flor que desabrocha tão viçosa e fragrante, e lhe desejamos longa existência, sempre bafejada pelos brandos zéfiros do dia⁶⁹.

A apresentação de *O Lírio* fornece-nos a impressão da dificuldade em publicar-se um periódico cujo objetivo único consistisse na promoção de literatura na província. Observamos, na apresentação do jornal, os esforços construídos ainda no século XIX a fim de se estabelecer a literatura como “gosto”. A proposta de *O Lírio* nos conduz a refletir sobre a evolução histórica do conceito “literatura” apresentada por Raymond Williams, entre os séculos XVII e XIX. Segundo Williams, o termo “literature” estabeleceu-se como categoria de uso e de uma condição que estava articulado ao conhecimento culto, especificando uma distinção social. Ou seja, até este período, literatura era principalmente um conceito social que expressava um nível de realização educacional (a capacidade de ler e a experiência da escrita). Num processo de evolução, o termo “literature” passou a significar gosto.

Podemos aferir que o “gosto da literatura” proposta pelo *O Lírio* externa o desejo de literatura como critério definidor de qualidade, em contraposição aos confrontos políticos instaurados na província. O referido jornal incentivou o aparecimento de outros pequenos jornais de proposta exclusivamente literária: *A Parasita* (1872), escrito por José Teófilo e Lourival Açucena; *O Crepúsculo* (1875), que reuniu várias produções de Lourival Açucena e Urbano Hermilo de Melo, *O Potengi* (1876-1877), intitulando-se “literário e noticioso”; *O Pândego* (1885), difundia igualmente as poesias de Lourival Açucena; *A Luz* (1881), pequeno jornal literário; *A Juventude* (1882), redigido pelos estudantes José Calazans Pinheiro, Melquizedeque Jeová de Albuquerque Lima, Zacarias do Rêgo Monteiro, Joaquim Tinôco, Manuel Tinônico e Argemiro Tinôco; *O Eco Miguelino* (1874) e *O Íris* (1875)⁷⁰.

Os últimos periódicos mencionados, *O Eco Miguelino* (1874) e *O Íris* (1875), na relação acima merecem uma atenção especial. O *Eco Miguelino* foi fruto do aparecimento da associação literária denominada *Sociedade Miguelina* (1873), da qual eram membros os jovens Joaquim Fagundes e José Teófilo. A *Sociedade Miguelina*, um ano depois de sua

⁶⁹ MELO apud O LÍRIO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p. 105.

⁷⁰ Infelizmente os jornais destacados aqui só foram identificados em fontes bibliográficas que fizeram referências às suas existências. Tudo indica que os periódicos perderam-se no tempo.

fundação, passou a publicar a “revista literária, filosófica e instrutiva Eco Miguelino”⁷¹. Com título alusivo à própria associação literária, o primeiro número do periódico de oito páginas apresentou a seguinte proposta:

A mocidade reunida em corpo chamou-se a Sociedade Miguelina, adotou, discutiu e propalou ideias gigantescas; adquiriu adeptos; criou um gabinete literário onde desenvolve tese e pontos-históricos-científicos; e hoje impávida aparece a propagar o adiantamento. O Eco Miguelino é, pois, o brado da mocidade natalense acordando do letargo (...) ⁷².

A *Sociedade Miguelina* expressou, portanto, uma preocupação literária existente na cidade. Não apenas externou essa preocupação, bem como a propalou por meio do veículo, por excelência, de difusão: a revista. Devemos atentar novamente para a ideia de uma literatura articulada à ciência e à filosofia, o que, mais uma vez, pode ser tomado como possível indício da compreensão que se tinha de literatura no final do século XIX em Natal. Quanto à sua impressão, o periódico distinguiu-se dos demais. A folha *O Eco Miguelino* era produzida na oficina tipográfica Independente, mesma tipografia responsável por imprimir o jornal *A Luz*. O periódico correspondia a um jornal maçônico dirigido por José Gomes Ferreira, que contava com a colaboração de vários maçons.

O jornal foi posto em circulação na cidade do Natal quando a Questão Religiosa, conflito nacional, refletiu-se na província. Em suma, a Questão Religiosa no Rio Grande do Norte foi fomentada pelas discussões travadas contra os maçons da província potiguar e o bispo olindense Dom Vital, após a ex-comunicação do vigário Bartolomeu da Rocha Fagundes por ser maçom⁷³. Durante a Questão Religiosa na província do Rio Grande do Norte, o periódico de Joaquim Fagundes e José Teófilo aliou-se à causa maçônica no debate com o bispo olindense Dom Vital e as correntes ultramontanas da Igreja Católica na década de 1870.

Como podemos perceber, “os legítimos representantes da intelectualidade natalense de seu tempo”⁷⁴, além de dedicarem-se à literatura, consonantemente envolveram-se em debates políticos que reuniram maçons e a instituição católica romana. Não obstante, *O Eco Miguelino* teve vida curta, durando apenas quatro meses e paralisando sua circulação em 30

⁷¹ O ECO MIGUELINO. Natal, 4 de setembro de 1874.

⁷² O ECO MIGUELINO *apud* FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 59.

⁷³ O vigário Bartolomeu da Rocha Fagundes, que exercia suas funções religiosas na província desde a década de 1860, foi expulso da Igreja Católica por fazer parte da loja maçônica 21 de Março – ocupando o cargo máximo (venerável) na instituição maçônica norte rio-grandense. Mais informações sobre o conflito na cidade do Natal consultar: SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *A questão religiosa no Rio Grande do Norte: conflito político entre a Maçonaria e a Igreja Católica no século XIX (1873-1875)*. Trabalho de conclusão do curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012. p. 68.

⁷⁴ Atributo dado por FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 114.

de novembro de 1874. Apesar da suspensão do periódico da agremiação literária, científica e filosófica, a produção e a difusão da literatura já havia ganhado espaço na Província do Rio Grande do Norte.

No ano de 1875, o mesmo Joaquim Fagundes de *O Eco Miguelino* passou a publicar, de dois em dois meses, o periódico *O Íris* (1875-1876). Joaquim Fagundes, redator do jornal, escrevia ostensivamente em defesa da mulher, difundido a ideia de que “o gênio não tem sexo”⁷⁵. *O Íris* foi impresso na Tipografia Conservadora e circulou na cidade até o ano de 1876. Deixemos um pouco de lado a discussão sobre literatura na imprensa, retomando-a apenas na segunda parte dessa dissertação. Por ora, passaremos à contemplação de alguns aspectos da manifestação literária na cidade do Natal: as publicações literárias e os seus autores.

Relembremos de outro nome célebre da literatura provinciana, já mencionado pelas discussões historiográficas locais sobre a vida literária em Natal: Luiz Carlos Lins Wanderley (1831-1890). Luís da Câmara Cascudo identifica-o como “grande expoente da literatura na Província”⁷⁶. Natural da cidade de Assu, nascido no ano de 1831, Luiz Carlos Lins Wanderley revelou-se como primeiro romancista do Rio Grande do Norte. Com formação na Faculdade de Medicina na Bahia (1857) e desempenhando a função de médico no Hospital da Caridade na urbe potiguar, Luiz Carlos Lins Wanderley desempenhou as atividades de literato.

Em 1873, o médico e escritor publicou o primeiro volume do romance *Mistérios de um homem rico* impresso na cidade do Rio de Janeiro. Apenas o segundo volume, datado do ano de 1883, foi publicado na província do Rio Grande do Norte⁷⁷. Sua produção literária não parou por aí. Luis Carlos Lins Wanderley também publicou *Ode a mulher e a rosa*, *A loucura ou o riso da dor*, *Amor de um anjo*, o drama *Os anjos do amor*, a cena dramática em poesia *O anjo da meia noite*, a poesia *O premio da viúva*, as narrativas *Impressões de uma viagem* e *Visitas pastoral* e bibliografias⁷⁸.

Acreditamos que o médico oriundo de Assu praticava sua atividade literária em suas horas vagas, uma vez que além da atividade profissional de médico, ele também ocupava importantes cargos políticos no Rio Grande do Norte, entre os quais se encontram o de comendador, de vice-presidente da província e de deputado estadual da Assembleia

⁷⁵ Segundo Manoel Rodrigues de Melo, a frase foi dita pela Madame Stael, isto é, a ensaísta e romancista francesa Anne-Louise Germaine Necker (1766-1817). A baronesa de Staël-Holstein adquiriu a reputação de uma das poucas mulheres que incorporaram o espírito iluminista francês. MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p.120.

⁷⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *Op. Cit.* p. 374.

⁷⁷ *Ibid*, p. 355.

⁷⁸ WANDERLEY, Ezequiel. *Poetas do Rio Grande do Norte. Op. Cit.* p. 12. Não há informações quanto à datação das obras publicadas por Luis Carlos Lins Wanderley.

Legislativa (1890)⁷⁹. Luiz Carlos Lins Wanderley ainda era dono de uma tipografia que, durante a República, foi vendida para Pedro Velho Albuquerque Maranhão⁸⁰.

Outro nome expressivo nas letras provincianas potiguares foi o de dona Isabel Gondim. Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim é considerada a escritora mais antiga residente no estado⁸¹. Nascida em 05 de julho de 1839, na vila de Papari – atual município de Nísia Floresta – Isabel Gondim tornou-se figura notável no ambiente literário da capital desenvolvendo as atividades de poeta, ensaísta, educadora, dramaturga e autora de livros didáticos⁸².

Assim como no caso de Luiz Carlos Lins Wanderley, os esforços de publicação de escritos literários no Rio Grande do Norte no século XIX nos chama mais atenção em dona Isabel Gondim. O livro *Reflexões as minhas alunas* teve sua segunda publicação na cidade do Natal no de 1879, uma vez que a primeira edição do livro foi publicada na cidade do Rio de Janeiro em 1874⁸³. A obra, de cunho moralista, analisava os momentos da vida feminina delineados entre a fase escolar da menina à mulher mãe. A obra reflete o posicionamento de Isabel Gondim como defensora do ensino público para as mulheres.

O fato de sua obra ter sido publicada inicialmente no Rio de Janeiro e, apenas em segunda edição, na cidade do Natal, assemelha-se com o caso de Luiz Carlos Lins Wanderley. Ou seja, em ambos os casos tratam-se de escritores da cidade que tiveram seus primeiros livros publicados fora de Natal, nos centros de projeção intelectual: a capital federal do Rio de Janeiro. Reconhecemos as dificuldades de publicação na província do Rio Grande do Norte, no entanto, o que enfatizamos aqui é que essa prática não era nula. Havia literatura, mesmo que em pequeno volume, difundida na cidade do Natal, ora em periódicos, ora em pequenos volumes de literatura. Assim como também houve publicações, ainda que se tratasse de segundas edições de obras publicadas pioneiramente fora do Rio Grande do Norte.

⁷⁹ *Ibid*, p. 13.

⁸⁰ Trataremos desse assunto mais a frente.

⁸¹ De acordo com a história sobre a literatura feminina no Rio Grande do Norte, Nísia Floresta Brasileira Augusta é considerada a escritora mais antiga do estado. Nascida 12 de outubro de 1810, na mesma cidade que Isabel Gondim, Dionísia Gonçalves Pinto – o verdadeiro nome de Nísia Floresta – mudou-se, com a família, para o estado de Pernambuco e, posteriormente, para o estado do Rio de Janeiro e, finalmente, para Rouen (França) – local onde acaba falecendo em 24 de abril de 1885. Nísia Floresta veio a óbito sem nunca mais ter retornado ao seu estado natal. Isso explica o motivo de Isabel Albuquerque Gondim ser considerada a escritora norte rio-grandense mais antiga e residente no estado. Para maiores esclarecimentos, ver: CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes da cidade do Natal*. Natal/RN: Prefeitura Municipal de Natal, 2010. p. 261.

⁸² LIMA, Constância. MACÊDO, Diva Cunha Pereira de. Isabel Gondim. In: _____. *Literatura feminina do Rio Grande do Norte: de Nísia Floresta a Zila Mamede* - antologia. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2001. p. 122.

⁸³ Devemos esclarecer que apenas a segunda e a terceira edição de *Reflexões as minhas alunas* foram publicadas na cidade do Natal, respectivamente, nos anos de 1879 e de 1910.

Além de sua atuação literária na província, Isabel Gondim atuou como professora do ensino primário regendo uma turma de alunos em Papari até o ano de 1866. No mesmo ano, a poetisa instalou sua sala de aula no bairro da Ribeira, onde pode prosseguir com sua atuação profissional ocupando a cadeira de ensino das primeiras letras na capital do estado. A descoberta da atuação de Isabel Gondim na prática de magistério não representou uma novidade.

Identificamos que a autora era filha de Urbano Égide da Silva Costa Gondim de Albuquerque, o primeiro professor no colégio secundarista Ateneu Norte-rio-grandense entre 1834 a 1838⁸⁴. Isabel Gondim foi também a primeira mulher eleita sócia do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, participando também como membro do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco, produzindo pequenos textos para as duas instituições. A escritora faleceu na cidade do Natal em 10 de outubro de 1933. Após a sua morte, Isabel teve alguns dos seus poemas reunidos e publicados no livro *A lyra singela*⁸⁵.

O livro *O evangelho de Cristo perante a Igreja dos Papas*, escrito por Antônio Arêas, também fez parte do conjunto de publicações da época. O padre Antônio Francisco Arêas (1835-1899) publicou sua produção no ano de 1875. Em seu livro, defendeu a Maçonaria dos debates efervescentes com a Igreja Católica durante a Questão Religiosa na província do Rio Grande do Norte. De acordo com Câmara Cascudo, Antônio Arêas compunha a lista de “nomes expoentes do jornalismo literário”⁸⁶. Luís da Câmara Cascudo ainda o descreve como “orador, jornalista, poeta satírico, autor de maior parte dos versos políticos, paródias e mofinas contra adversários”⁸⁷.

Retomemos aqui os já mencionados nomes da província: Joaquim Fagundes e José Teófilo. Ambos eram jovens literatos fundadores de *O Eco Miguelino*, periódico que revelou um grande poder de penetração no campo das ideias difundindo literatura em prosa e em poesia. Nascido no ano de 1856, na cidade do Natal, Joaquim Fagundes alcançou

⁸⁴ Urbano Égide da Silva Costa nasceu na cidade de Recife em 01 de setembro de 1805. O professor mudou-se para Natal ainda na década de 1830 aonde veio a ocupar o cargo de lente de geometria na escola secundarista, de 1834 a 1838. O professor foi o primeiro que ocupou a cadeira da disciplina mencionada. No ano de 1838, por desentendimentos com colegas professores do colégio, Urbano Égide da Silva Costa Gondim de Albuquerque foi demitido do cargo, ficando em seu lugar Antônio José de Moura. Para mais esclarecimentos, consultar: CASCUDO, Luís da Câmara. *Ateneu norte riograndense* – pesquisas e notas para sua história. Natal, 1971. Coleção Juvenal Lamartine. p. 30.

⁸⁵ LIMA, Constância, MACÊDO, Diva Cunha Pereira de., *Op. Cit.*, p. 123.

⁸⁶ Ao lado de Antônio Areas, Luis da Câmara Cascudo identificou Urbano Hermilio de Melo, Maria Balbina, Francisco Herculano, Antônio José de Moura, Antônio José Filho, João Areas Bajão e Belissário Maria de Lima e Silva.

⁸⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. Pe. Antônio Arêas. *Acta Diurna. A República*. Natal, 26 mar. 1944.

reconhecimento como literato por meio da publicação em jornais, organização de conferências e na produção e encenação de dramas.

Não obtivemos informação acerca da ocupação profissional de Joaquim Fagundes, além de suas atividades na imprensa. Ainda que o jovem intelectual não tenha publicado nenhuma obra literária, Joaquim Fagundes é identificado como nome de expressão da literatura na província. Segundo Henrique Castriciano de Souza, Fagundes “é o verdadeiro tipo representativo da embrionária literatura de então. Excede mesmo e em um muito a cultura do meio, o espírito aberto às grandes correntes modernas da filosofia e da liberdade”⁸⁸. Joaquim Fagundes faleceu em 21 de agosto de 1877, restando apenas o reconhecimento como figura notável nas letras potiguares de seu tempo. As palavras declamadas por José Moreira Brandão Castelo Branco Filho fazem alusão à importância do jovem literato para o movimento literário na Província:

Perdi um amigo dedicado e a província um das suas mais belas esperanças. Na idade de vinte anos, sem estudos regulares, Joaquim Fagundes tinha sido redator de dois periódicos – **O Íris e Eco Miguelino** –; escreveu dramas que foram representados com sucesso; fez conferências públicas em que foi muito aplaudido e deixou vários escritos, que revelaram talento superior e privilegiado⁸⁹ (grifo do autor).

José Teófilo foi contemporâneo de Joaquim Fagundes, participando igualmente da fundação dos dois periódicos já mencionados. O amigo de Joaquim Fagundes trabalhou como escriturário da Fazenda Provincial, até que, em 1874, foi demitido do cargo após publicar um artigo no jornal *O Eco Miguelino* revelando o seu envolvimento no debate travado por maçons potiguares e o bispo Dom Vital. No artigo, José Teófilo posicionou-se em defesa da Maçonaria, assim como seu amigo Joaquim Fagundes. Além do trabalho burocrático, José Teófilo desempenhou atividades na imprensa, assumindo cargos de redator e de colaborador nos jornais provincianos literários. O literato faleceu no ano de 1879, sem deixar algum livro publicado. Mesmo que não chegasse a ter produzido nenhuma obra literária, José Teófilo tornou-se conhecido pela composição do poema “undecassilábico intitulado *Marília*”⁹⁰. Curiosamente, no período imperial, os literatos da província norte-rio-grandense eram reconhecidos como escritores mesmo que não tivesse publicado nenhum livro.

O movimento literário na província do Rio Grande do Norte também contou com a participação de outros indivíduos: o poeta norte-rio-grandense Antônio Amorim Garcia

⁸⁸ CASTRICIANO, Henrique. A Propósito de Honória Reis. *A República*. Natal, 9 abr. 1913.

⁸⁹ MOREIRA BRANDÃO *apud* MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p. 121-122 (grifos do autor).

⁹⁰ WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* p. 16.

colaborou assiduamente com poesias no jornal *O Liberal*; João Batista da Câmara Açucena; Francisco Herculano A. da Silva; Hermilo de Melo⁹¹. Ainda que representassem nomes importantes para a constituição de um movimento literário na cidade do Natal, provavelmente, nenhum desses nomes foi tão expressivo quanto o de Lourival Açucena.

Joaquim Eduvirges de Melo autodenominou-se Lourival Açucena, apelido que ficou conhecido depois de representar o capitão Lourival na peça *O desertor francês*, encenada em Natal. No conjunto de crônicas *Lourival e seu tempo*, escritas por Henrique Castriciano e publicadas no jornal *A Republica* em 1907, Lourival Açucena é identificado como nome de maior projeção na história da literatura da província do Rio Grande do Norte, vivendo em um período definido por Castriciano como “época de retardamento intelectual”⁹².

Segundo Castriciano, Lourival Açucena, aos doze anos, como aluno do colégio secundarista Atheneu Norte-rio-grandense, já cantava modinhas e lundus ao violão. No ano de 1849, o poeta trabalhou como porteiro do Correio e, posteriormente, escriturário da Tesouraria, 1º oficial da Secretaria do Governo, aposentando-se como chefe da mesma seção. Além dos cargos burocráticos, Lourival Açucena ainda “alimentou pretensões políticas”⁹³. Na administração de Amaro Bezerra, o presidente da província prometeu a Lourival o cargo de deputado provincial. A promessa não foi cumprida.

O poeta não foi nomeado deputado provincial por causa de seu comportamento boêmio (atribuído por causa de suas cantorias), uma vez que o cargo na Assembleia só seria ofertado “mediante a condição do Sr. (Lourival) não cantar no coro, pois, como se expressou não tem feito outra coisa senão cantar e tocar nas igrejas, nas ruas, em toda parte”⁹⁴. Apesar desse atrito entre o presidente da província e o poeta, Lourival Açucena ocupou diversos cargos políticos nas administrações dos presidentes Gustavo Adolfo de Sá (1867-1868) e de José Nicolau Tolentino de Carvalho (1877-1878)⁹⁵. Em seus relatos acerca da memória do literato, Henrique Castriciano forneceu mais informações sobre outras funções exercidas por Joaquim Eduvirges de Melo:

Foi mais eleitor da paróquia, juiz de paz, delegado de polícia e membro fundador de três lojas maçônicas. Exerceu porém, todas essas funções sem interesse e sem enlevo. Precisava agir para viver; aceitava, por isso, os empregos que lhe davam, adquiridos à custa da simpatia que inspirava aos

⁹¹ MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p. 123 -128.

⁹² CASTRICIANO, Henrique. Lourival e seu tempo III. *A Republica*. Natal, 05 de julho de 1907.

⁹³ CASTRICIANO, Henrique. Lourival e seu tempo V. *A Republica*. Natal, 16 de julho de 1907.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ CASTRICIANO, Henrique. Lourival e seu tempo VII. *A Republica*. Natal, 20 de julho de 1907.

dirigentes da província, todos os cativos de sua verve adorável, no fundo um espelho da boemia provinciana de sociedade do tempo⁹⁶.

Independente dos cargos ocupados, a maior expressividade do literato foi nas letras. No que respeita à imprensa periódica literária, Lourival Açucena atuou na colaboração dos jornais *O Recreio*, *O Arrebol*, *A Parasita*, *Eco Miguelino* e *O Pândego*. Na opinião do escritor Henrique Castriciano, a produção do poeta Lourival Açucena tratava-se de versos únicos. Castriciano defende que, apesar de sua originalidade, o poeta potiguar “não acompanhou a evolução da intelectualidade brasileira”⁹⁷. Isto é, ainda que Lourival Açucena fosse leitor e admirador de um conjunto de escritores lidos na época, tais como Luís de Camões, Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo, Eugênio Sue e Manuel Maria Barbosa du Bocage, seus versos, na opinião de Henrique Castriciano, demonstram que o poeta não seguia nenhuma escola ou tendência literária brasileira difundida em sua época, indício que caracterizaria o retardo do movimento literário potiguar.

Lourival Açucena morreu no ano de 1907 em uma situação de pobreza e de anonimato. Mesmo com a vasta produção literária veiculada na imprensa provinciana, o intelectual não deixou publicada nenhuma obra. No entanto, elencamos a figura do poeta nessa dissertação devido a sua importância entre os expoentes da literatura potiguar nos últimos anos do século XIX. Vinte anos após a morte de Lourival Açucena, Luís da Câmara Cascudo reuniu suas poesias no livro póstumo intitulado *Poesia*, publicado em 1927.

Entre os expoentes da literatura na província do Rio Grande do Norte não poderíamos deixar de fazer menção a Segundo Wanderley. Manoel Segundo Wanderley nasceu em 1860 em Natal, tendo que partir ainda jovem para a província da Bahia com o objetivo de cursar a Escola de Medicina. A partir do ano de 1883, Segundo Wanderley já atuava como literato na província Bahia, onde, no mesmo ano, publicou o livro *Estrelas Cadentes*. O jovem escritor concluiu o curso no ano de 1889, retornando à cidade do Natal onde passou a desempenhar algumas funções, tais como: professor do colégio secundarista Atheneu Norte riograndense – ocupando as cadeiras de Filosofia, Francês, Física, Química e História Natural, ocupou o cargo de inspetor de saúde, de inspetor de higiene no porto de Natal e de diretor do Hospital da Caridade. Segundo Wanderley também ocupou cargos políticos, elegeu-se deputado estadual no ano de 1906⁹⁸.

⁹⁶ CASTRICIANO, Henrique. Lourival e seu tempo IV. *A Republica*. Natal, 9 de julho de 1907.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ GURGEL, Tarcísio. *Op. Cit.* p. 39.

Na época de retorno à cidade do Natal, os poemas do intelectual já estavam conhecidos, principalmente *O naufrágio do vapor baía* (1883) e *O poeta e a fidalguia* (1883). A obra de Segundo Wanderley possuía forte influência do poeta Victor Hugo, “francês com repercussão espetacular em Natal”⁹⁹, e do escritor Castro Alves. Os estudiosos da literatura norte-rio-grandense caracterizam Manoel Segundo Wanderley como romancista de “condoreirismo”, ou seja, relativo à terceira geração corrente da escola romântica do século XIX.

No entanto, Manoel Segundo Wanderley é considerado um literato pertencente ao movimento das letras republicanas, ainda que tenha alcançado a notoriedade como escritor em um período anterior ao advento do regime republicano. De fato, Segundo Wanderley alcançou reconhecimento e notoriedade na primeira década de 1900 no Rio Grande do Norte, por meio da sua produção poética e, sobretudo, de suas peças teatrais¹⁰⁰. Além disso, o literato era simpático ao regime republicano.

Durante os primeiros anos do regime republicano, Segundo Wanderley estabeleceu laços com os membros do grupo político Albuquerque Maranhão e seus correligionários. Ainda assim, optamos por mencioná-lo nesse tópico que aborda o movimento literário provincial, a fim de identificá-lo como indivíduo influenciado pelas manifestações literárias que ocorriam na província norte rio-grandense, antes mesmo de sua saída para terras baianas.

A existência de uma imprensa periódica, que difundia literatura, e a publicação de obras formou, aos poucos, o movimento literário na província do Rio Grande do Norte. Aos dois elementos mencionados devemos somar a fundação de associações literárias, lugares que aglutinavam os intelectuais que viveram e produziram no período Imperial. Luís da Câmara Cascudo identificou a existência de quatro agremiações literárias na cidade do Natal nessa época: a *1º de Maio*, composta por Godofredo Xavier da Silva Brito, Juvenal Sales, Manuel Garcia, Joaquim Moreira Brandão; o *Comitê literário*, que tinha como membros José Calazans Pinheiro, Diomedes Quintiliano da Silva, Francisco Teixeira de Carvalho, João Batista de Miranda; o grêmio *1º de Março*, reunindo Honório Carrilho, José C. Barbosa, Pedro Nestor, Luís Lobo; e o *Clube Escolástico norte rio-grandense*, composta por Abdenago Alves, Moura Soares, Ovídio Fernandes e Ezequiel Wanderley¹⁰¹.

⁹⁹ *Ibid*, p. 41.

¹⁰⁰ Durante o período republicano, Manoel Segundo Wanderley publicou as peças teatrais *Amor e Ciúme* (1901), *Providência* (1905) e *Brasileiro e portugueses* (1905). Outras produções: *Recoltas Poéticas* (1896) e *Gondolas* (1903). Informações extraídas de: WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* p. 27.

¹⁰¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal. Op. Cit.* p. 375-376.

Cada agremiação literária identificada no período provincial possuía um jornal. As três primeiras associações mencionadas por Câmara Cascudo, publicaram, respectivamente, *O Albatroz* (1887), *O Cisne* (1887) e *O Têntamen* (1889)¹⁰². Os periódicos dos clubes literários tanto serviam para refletir as ideias das associações, bem como proporcionar um espaço de divulgação do trabalho de seus membros. Podemos acrescentar às associações literárias mencionadas por Cascudo, a agremiação literária e filosófica, já discutida nesse tópico, a *Sociedade Miguelina*. Os grêmios literários eram frequentados, em sua maioria, por jovens estudantes secundaristas do colégio Atheneu e das faculdades de Medicina e de Direito do país¹⁰³.

Infelizmente não encontramos outros registros sobre as associações literárias provincianas na urbe potiguar – exceto a *Sociedade Miguelina* (1875), já mencionada nesta dissertação. No entanto, é plausível que essas agremiações tenham funcionado como lugar de discussão e de fermentação de tendências culturais, despertando para o gosto e para a atividade literária, ainda que concebida como ocupação de lazer. As agremiações literárias foram espaços de aprendizado e, sobretudo, de foro de iniciação ao meio intelectual que se estava constituindo em Natal, como demonstraremos no decorrer desta dissertação.

Outro ambiente destinado à iniciação intelectual consistia na Biblioteca Pública Provincial. A Biblioteca Pública do Rio Grande do Norte foi instituída no dia 8 de março de 1868 pelo presidente de província Gustavo Adolfo de Sá. A primeira e única biblioteca pública da cidade durante o período imperial foi estabelecida em uma das salas do colégio secundarista Ateneu e administrada pela Diretoria Geral da Instrução Pública da Província. De acordo com Manoel Ferreira Nobre, a Biblioteca Pública era mantida com verba anual destinada pela Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte e pelo financiamento ofertado por alguns particulares, resultando em “uma boa livraria de todas as ciências”¹⁰⁴.

Nos primeiros tempos de seu funcionamento, segundo os registros de Manoel Nobre, a Biblioteca Pública era “visitada mensalmente por 150 a 200 leitores, conforme consta nas participações do respectivo bibliotecário”¹⁰⁵. É possível que a instituição pública destinada à instrução tenha proporcionado um maior acesso dos estudantes e dos professores do colégio

¹⁰² Não obtivemos informações se o Clube Escolástico norte rio-grandense fundou algum periódico na cidade durante sua fase de existência. Informações retiradas de FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 62.

¹⁰³ *Ibid*, p. 376.

¹⁰⁴ NOBRE, Manoel Ferreira. Biblioteca Pública. IN: _____. *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte – baseada nas leis, informações e fatos consignados na história antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971. p. 29.

¹⁰⁵ *Ibid*, p. 31.

Atheneu Norte rio-grandense devido à instalação da biblioteca no espaço interno da escola. É provável que a biblioteca tenha sido visitada por intelectuais que não eram professores ou alunos da instituição, principalmente, por escritores que não dispunha de boas condições financeiras de comprarem livros.

Ainda assim, fica-nos a impressão que a capital potiguar era uma cidade de poucos leitores, ou pelo menos, de poucos frequentadores dos recintos destinados à leitura e à instrução. Nessas condições, a Biblioteca Pública sobreviveu por 41 anos, ainda existindo durante o período republicano. Contudo, no dia 25 de novembro de 1909, a instituição foi extinta pelo Decreto estadual número 277, estabelecido na administração de Alberto Maranhão.

No mais, os espaços de fermentação intelectual não ficaram restritos aos grêmios literários e à Biblioteca Pública. Ainda no período monárquico a cidade do Natal experimentou duas outras formas de manifestações literárias: as serenatas e os saraus literários. As serenatas corresponderam às práticas de declamações de poesia acompanhadas pelo som do violão realizado pelas ruas da cidade. O século XIX foi a grande época das serenatas potiguares. A prática de serenatas foi possível graças ao surgimento das modinhas, ou seja, obras compostas de melodias e de poesia que resultaram em cantorias pelas ruas da cidade fazendo das serenatas um costume no Rio Grande do Norte¹⁰⁶.

As serenatas funcionavam da seguinte maneira: homens natalenses saíam às ruas durante a noite declamando os poemas musicados nas quais as letras expressavam sentimentos apaixonados para serem cantarolados nas janelas da casa de suas amadas. As letras das serenatas também correspondiam a eloquentes homenagens aos amigos. No entanto, apesar de referirem-se a uma prática em que se misturavam lazer e música, as serenatas articulam-se de modo indissociável à vida literária que vinha desenvolvendo-se no Rio Grande do Norte. Nas palavras de Luís da Câmara Cascudo, as serenatas teriam sido “a manifestação inicial literária aqui pelo nordeste e durante anos a única atividade intelectual, agente e participante nos meandros do coração e da cabeça”¹⁰⁷.

Em outros registros, a ligação entre modinhas, serenatas e vida literária aparece como parte da cultura literária desenvolvida em Natal, como podemos observar no fragmento abaixo:

¹⁰⁶ Segundo Cláudio Galvão, a modinha não correspondia a qualquer tipo de poema musicado. Toda modinha era obrigatoriamente composta por poemas de quatro poesia contendo de seis a onze sílabas. Nunca eram sonetos, nem poesia alexandrinos. Para mais informações acerca da história das Modinhas no Rio Grande do Norte, ver: GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *As modinhas norte rio-grandense*. Recife/PE: Editora Massangana, 2000. p. 14.

¹⁰⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. Serenatas. *A Republica*. Natal, 13 jan. 1949.

Todas as nações tem possuído um cyclo poético proporcional a sua cultura litteraria. A literatura indígena acaba de atravessar o período “dos cantadores” de pé de viola. A transição deu-se naturalmente passando das festas de terreiro para os salões de família¹⁰⁸.

A crônica assinada pelo escritor Brias¹⁰⁹ identifica o costume das serenatas como fase da literatura norte-rio-grandense. As práticas de serenatas reuniram poetas e cantadores nas ruas da cidade do Natal. Além do gosto pelas modinhas, os intelectuais recorriam a essa prática movidos por outro interesse: a oportunidade de tornarem-se conhecidos. As modinhas eram produzidas por poetas, responsável pela letra, e por músicos, aos quais cabia a tarefa de compor a melodia para os versos escritos. Desse modo, as modinhas eram impressas nas tipografias da cidade por intermédio dos escritores que participavam de sua composição. De acordo com Cláudio Galvão, esses escritores “tinham ao seu dispor muitas tipografias e um público consumidor razoavelmente garantido”¹¹⁰.

A maioria das letras das modinhas tinha como tema o amor triste: o amor não correspondido, o amor ausente, a saudade, o amor perdido. E o ser feminino era o seu alvo constante dos versos compostos. Algumas vezes, as modinhas também tinham como tema os elementos geográficos e, em poucas vezes, adquiriam elementos religiosos. Independente do tema dos versos, alguns literatos almejavam ficar conhecidos por meio de suas modinhas publicadas. Os poetas desejavam penetrar no coração do povo com suas “modinhas decantadas ao som do violão, ou nas serenatas acadêmicas, ou nas noutadas familiares ou ‘bailes’”¹¹¹.

Sendo assim, as serenatas eram momentos em que ocorriam verdadeiras declamações de poesias. Era um festejo da província à literatura. Em suma, consistia em encontros, em momentos de socialização na intenção de promover literatura por meio do versejo poético cantado. Na parte III desta dissertação, analisamos as serenatas como um dos espaços de sociabilidade intelectual na cidade do Natal.

Concomitantemente às práticas de serenatas, os saraus nas residências compunham o cenário das manifestações literárias provinciais. As famílias norte-rio-grandenses promoviam

¹⁰⁸ BRIAS. Mãe – Henrique Castriciano. *Diário do Natal*. Natal, 3 mar. 1900.

¹⁰⁹ Não identificamos precisamente a quem pertencia o pseudônimo Brias. Alguns indícios levaram-nos a suposição que o codinome pertencia a Amorim Garcia, redator do jornal de oposição *Diário do Natal* no ano de 1900. O pseudônimo ficou conhecido na cidade, sobretudo, após o envolvimento em uma rica literária entre o periódico de oposição e o jornal oficial do Estado, *A Republica*, no que dizia respeito às obras do escritor Henrique Castriciano de Souza. Tal assunto será discutido de forma mais aprofundada no primeiro capítulo correspondente a parte II dessa dissertação, no capítulo As relações de sociabilidade nas páginas dos jornais.

¹¹⁰ GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Op. Cit.* p. 16.

¹¹¹ BRIAS. Mãe – Henrique Castriciano. *Diário do Natal*, Natal, 3 mar. 1900.

encontro entre amigos nos âmbitos de suas casas. Nesses ambientes particulares, a literatura era um dos temas que predominavam nas tertúlias residenciais. Optamos por aprofundar esse tema na Parte III dessa dissertação, onde pretendemos discutir os saraus residenciais como espaços de sociabilidade intelectual na cidade. Ainda assim, enfatizamos desde já que tanto as serenatas como os saraus literários familiares correspondem a práticas do século XIX, anteriores à construção do período republicano. E foram nessas práticas que encontramos indícios das manifestações literárias na província do Rio Grande do Norte.

O retorno ao período imperial que empreendemos aqui se justificou pela necessidade de uma relativização do discurso que assinala o período da República como momento inaugural da literatura do Rio Grande do Norte. A breve contemplação do movimento literário na cidade provinciana possibilitará reflexões, produzidas ao longo dessa dissertação, acerca das continuidades e das rupturas do movimento literário a partir da construção da República.

Sendo assim, podemos afirmar que as manifestações literárias brotaram na acanhada cidade provinciana desde pelo menos a segunda metade do século XIX. As letras potiguanas foram surgindo articuladas à política norte-rio-grandense e a sua revelia. Mesmo que o movimento literário provinciano fosse, inicialmente, medido pelo efervescente debate político partidário, indubitavelmente surgia na cidade do Natal uma atividade voltada às letras em que se produzia, se discutia e se falava sobre literatura. Desse modo, a literatura na província natalense emergiu como novidade, inovação, divertimento, àquela que deveria passar distante das constantes discussões políticas alimentadas na cidade.

1.2 Os literatos e a República no Rio Grande do Norte

Ainda que caracterizada como incipiente, retardatária, embrionária – se comparada ao movimento das letras em outras províncias brasileiras ou, sobretudo, ao movimento literário no país durante a República – as produções na província lançaram a base para o desenvolvimento da literatura do Rio Grande do Norte. Nas palavras de Luís da Câmara Cascudo: “a geração da república continuou no caminho anterior. São as mesmas ideias e livros”¹¹².

Floriano Cavalcanti Albuquerque¹¹³, em seu discurso biográfico e crítico sobre o literato Antônio Marinho, dissertou acerca das principais ideias e leituras que predominaram

¹¹² CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. Cit.* p. 378.

¹¹³ O desembargador Floriano Cavalcanti Albuquerque, em 23 de março de 1950, tomava posse de uma das cadeiras que compunham a Academia Norte rio-grandense de Letras. Como de costume, os discursos de posses

no fim do século XIX e início do século XX, período em que viveu Antônio Marinho e outros literatos contemporâneos da cidade do Natal. Segundo Floriano Albuquerque, os princípios filosóficos, jurídicos, críticos, sociais e políticos em vigor na Europa, foram propagados na cidade do Natal. Nas palavras do acadêmico, as correntes filosóficas e científicas europeias influenciaram as ideias dos intelectuais potiguares:

Os moços faziam revisão das velhas ideias. Positivistas ou evolucionistas, insurgiram-se contra a metafísica ou espiritualismo, acometendo dogmas e princípios. Influenciados por Proudhon, Marx e Engels, ventilavam questões econômicas e sociais. Firmados em Laloulaye, Hamilton e Bryce debatiam problemas políticos, cheios de fé no republicanismo. Escudados em Tobias Barreto, Silvo Romero e Nardán, ridicularizavam o ainda remanescente romantismo e atacavam todas as formas de misticismo¹¹⁴.

As vertentes intelectuais no fim do século XIX e no século XX foram permeadas pela crise do positivismo, pelo aparecimento das correntes monistas e evolucionista, pela emergência da filosofia moderna, pelo crescimento das ciências naturais (biologia, física e mecânica), entre outros. Em nível nacional, a partir da década de 1870, um conjunto de novas perspectivas efervescia nas mentes dos intelectuais do país potencializadas com a eclosão da guerra do Paraguai, a promulgação da Lei do Ventre Livre, o surgimento das hipóteses de importação de mão de obra europeia, o abalo do catolicismo e a crise da vertente romântica. Todos esse eventos geravam um “bando de ideias novas esvoaçando em todos os pontos do horizonte”¹¹⁵. O Brasil vinha sendo influenciado por modelos evolucionista e social-darwinista na medida em que absorvia uma literatura oriunda da Europa e dos Estados Unidos.

Para Ângela Alonso, essas ideias foram mobilizadas por diversos grupo de intelectuais denominados de “geração de 1870”, envolvidos na organização política nos últimos anos do Segundo Reinado¹¹⁶. Portanto, as correntes científicas difundidas no fim do século XIX e

deveriam abarcar a vida dos patronos das quarenta cadeiras da Instituição. Floriano de Albuquerque ficou responsável por discursar acerca do crítico literário Antônio Marinho Pessoa (1878-1902). Consultar: ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti. Antônio Marinho e seu tempo – esboço biográfico e crítico. *Separata da Revista da Academia norte rio-grandense de Letras*. Natal, 1955. (Discurso de posse da Academia Norte Rio-grandense de Letras em 23 de março de 1950).

¹¹⁴ *Ibid*, p. 13.

¹¹⁵ Expressão dita pelo escritor Silvio Romero acerca da geração de homens de letras e de ciências constituída em 1870. A geração de 1870, nas palavras de Silvio Romero, significava o começo de uma nova era. Mais informações sobre a geração de 1870, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. Entre “homens de ciência”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das letras, 1933. Cap. 1. p. 26.

¹¹⁶ De acordo com Ângela Alonso, a geração de 1870 apresentava uma característica heterogênea, isto é, era composta por liberais republicanos, novos liberais positivistas, abolicionistas, federalistas positivistas do Rio Grande do Sul e federalistas científicos de São Paulo. A autora ainda ressalta que esta geração, tão divergente

início do século XX, estavam ligados a um movimento de ideias conduzido por uma ação coletiva contagiada por um desejo de intervenção política durante a crise do segundo reinado no Brasil Imperial. Deste modo, no fim do século XIX, a ciência tinha se tornado, no país, um assunto entre homens instruídos¹¹⁷.

O que podemos perceber é que a cidade do Natal não passou diferente aos ditames que agitavam os ambientes externos à cidade. Autores como Charles Darwin, Ernst Haeckel, Hebert Spencer, Augusto Comte, Gustave Le Bonn, Jean-Baptiste de Lamarck, juntamente com escritores nacionais, tais como Tobias Barreto e Silvo Romero, inspiraram os jovens literatos potiguares. Sobre as leituras e discussões da geração de literatos como Antônio Marinho, Floriano Albuquerque conclui que:

Só se falava em seleção natural, sobrevivência do mais capaz e adaptação ao meio (darwinismo), em morena, onto-gênese, filo-gênese, lei da subsistência, em lei dos 3 estados, relatividade do conhecimento, generalidade decrescente e complexidade crescente (positivismo), em passagem do homogêneo para o heterogêneo, lei biocósmica da evolução e incognoscível (evolucionismo)¹¹⁸.

Possivelmente, essas ideias chegaram à capital potiguar, sobretudo, por intermédio das Faculdades de Direito (em São Paulo e em Recife) e de Medicina (no Rio de Janeiro e na Bahia), uma vez que uma grande parcela de intelectuais norte-rio-grandense formou-se como bacharéis nessas duas instituições. Após o término do curso, consequentemente, os acadêmicos desses cursos superiores trouxeram para a cidade as ideias discutidas nesses centros intelectuais¹¹⁹.

Quando não frequentavam os cursos de Direito, ou de Medicina, os literatos potiguares tinham contato com as vertentes do fim do século XIX por intermédio da leitura de livros importados. No que diz respeito à existência de uma biblioteca aberta à população potiguar durante o regime republicano, repetimos que a Biblioteca Pública, estabelecida durante o Império, foi fechada no ano de 1909. Entretanto, de 1868 ao ano de 1909, a Biblioteca Pública na cidade do Natal proporcionou a formação de um acervo rico e diversificado.

nas ideias, possui um ponto importante em comum, a saber, diziam a respeito de grupos marginalizados que, muitas vezes, tiveram seus projetos e aspirações emperrados pela ideologia saquarema do Segundo Reinado. Consultar: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002. p. 47

¹¹⁷ *Ibid*, p. 30.

¹¹⁸ ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti. *Op. Cit.* p. 12.

¹¹⁹ A formação acadêmica e profissional dos homens de letras da cidade do Natal será um assunto abordado no capítulo seguinte.

Em 1894, o jornal *A Republica* publicou o catálogo das obras disponíveis nas prateleiras da Biblioteca Pública. De acordo com as informações divulgadas, o acervo era constituído por 438 obras, sendo 675 volumes encadernados compostos pelos seguintes livros: 23 obras de Ciências físicas e naturais (32 volumes); 17 obras sobre Geografia e viagens (35 volumes); 12 obras sobre Medicina (17 volumes); 5 obras acerca de Matemática (5 volumes); 64 obras sobre Direito e Legislação (129 volumes); 20 obras de Economia política (27 volumes); 42 obras acerca de História e biografias (55 volumes); 30 obras de Filosofia moral (50 volumes); 25 obras de Religião (40 volumes); 28 obras sobre Linguística e outros estudos da língua (30 volumes); 4 obras de Instrução Pública (4 volumes); 146 obras de Literatura (233 volumes); 5 obras acerca de Educação (5 volumes) e 13 obras catalogadas como “Miscelâneas” (13 volumes)¹²⁰. Além desse conjunto de obras, o acervo da Biblioteca Pública ainda contava com mais 52 livros brochados (e 61 volumes) correspondentes às “obras scientificas e litterarias”¹²¹.

Por meio da catalogação publicada pelo jornal d’*A Republica* identificamos que o número maior de obras do acervo correspondia à literatura e ao Direito. O grande número de exemplares de trabalhos literários e jurídicos poderia assinalar que esses tipos de obras despertavam maior interesse entre os leitores e os compradores de livros na cidade do Natal. Ainda que a Biblioteca Pública tenha fechado as suas portas no início do século XX, podemos identificar a existência de bibliotecas particulares mantidas por alguns intelectuais. Infelizmente não nos foi possível uma catalogação dos acervos particulares dos homens de letras da cidade, o que tornaria o presente trabalho mais rico.

A guisa de exemplo, destacamos as bibliotecas particulares mantidas por Antônio José de Melo e Souza e por Luís da Câmara Cascudo¹²². Antônio Souza (1867-1955) concluiu a formação como bacharel pela Faculdade de Direito de Recife no ano de 1889 e instalou-se na cidade do Natal. Após a conclusão do curso jurídico, Antônio de Souza ocupou alguns cargos público tais como: promotor de justiça na comarca de Goianinha (1890 a 1892), deputado no Congresso Constituinte Estadual (1892), diretor geral de Instrução Pública (1892 e 1895), procurador da República do Rio Grande do Norte (1895 e 1899), secretário do Governo

¹²⁰ BIBLIOTHECA PUBLICA. *A Republica*. Natal, 3 ago. 1894.

¹²¹ De acordo com o catálogo publicado, o acervo das 52 obras brochadas, além de conter pequenos folhetos de assuntos variados, ainda era formado por coleções de leis e resoluções, anais do parlamento, relatórios, revistas e jornais. Ver: *Idem*.

¹²² Luis da Câmara Cascudo (1898-1986), historiador da cidade do Natal, advogado e jornalista. Câmara Cascudo foi filho de família influente, tendo como pai outra importante figura da história da cidade, o coronel Francisco Cascudo. O jovem iniciou a sua vida literária nas páginas do jornal *A Imprensa*, periódico fundado pelo seu pai. Posteriormente, deixou uma extensa coleção de obras publicadas. Consultar: GURGEL, Taricísio. *Belle Époque na Esquina. Op. Cit.* p. 59.

Estado (1899) e governador do estado do Rio Grande do Norte (1907 a 1908 e 1920 a 1924)¹²³. O bacharel em Direito também era escritor. Antônio Souza produziu literatura sob o pseudônimo *Polycarpo Feitosa*, fazendo parte do movimento literário potiguar.

Em sua propriedade, denominada Quintas dos Cajuais localizada no bairro de Cidade Nova, Antônio Souza abrigou sua coleção de livros particulares. Segundo Câmara Cascudo, a Quinta dos Cajuais era um “sobrado escondido pelo arvoredor, com ampla biblioteca e revistas estrangeiras”¹²⁴. Luís da Câmara Cascudo descreve Antônio Souza como “homem de livros, de sossego, de meditação”¹²⁵, que se revezou entre o gabinete do governo do estado e o abrigo de seus livros.

Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) também era bacharel em Direito e desempenhava atividades como jornalista. Câmara Cascudo foi filho de família influente, tendo como pai outra importante figura da história da cidade, o coronel Francisco Cascudo. O jovem iniciou a sua vida literária nas páginas do jornal *A Imprensa*, periódico fundado pelo seu pai. Luís da Câmara Cascudo também dispunha de um conjunto de obras particulares no qual grande parte de sua coleção era importada da Europa, o que indica possivelmente o estabelecimento de um vínculo comercial entre Natal e os países europeus, de onde provinha a maioria de seu acervo bibliográfico.

O próprio Câmara Cascudo relata sobre a sua biblioteca composta por uma “excelente literatura da França e Portugal”, localizada em sua residência, conhecida como Principado do Tirol, era uma extensa e confortável propriedade com mobiliário pertencente a Pedro Velho Albuquerque Maranhão e constituída de uma sala de visitas, de dois salões de jantar e de uma ampla biblioteca “com sala própria, poltronas e uma rede fagueira”¹²⁶.

Em casos nos quais o literato não dispunha de boas condições financeiras para adquirir, por conta própria, livros importados da Europa restavam outras saídas: a aquisição de obras na livraria Cosmopolita, instalada no bairro da Ribeira por Fortunato Rufino Aranha em 1891, ou ainda o empréstimo de obras solicitadas aos amigos do convívio costumeiro na

¹²³ Antônio José de Melo e Souza (1867-1955) nascido no antigo engenho Capió, na vila de Papari (atual município de Nísia Floresta), concluiu a formação como bacharel pela Faculdade de Direito de Recife no ano de 1889. Antônio Souza ocupou alguns cargos públicos: promotor de justiça na comarca de Goianinha (1890 a 1892), deputado no Congresso Constituinte Estadual (1892), diretor geral de Instrução Pública (1892 e 1895), procurador da República do Rio Grande do Norte (1895 e 1899), secretário do Governo Estado (1899) e governador do estado do Rio Grande do Norte (1907 a 1908 e 1920 a 1924). Informações extraídas de: PEIXOTO, Renato Amado. Verbete – Antônio de Souza. In: ABREU, Alzira de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro/RJ: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012.

¹²⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *O tempo e eu: confidências e proposições*. Natal: Editora da UFRN, 2008. p. 99.

¹²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *O tempo e eu: confidências e proposições*. Op. Cit., p.101.

¹²⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso Amigo Castriciano: 1874-1947*. Natal: EDUFRN, 2008. p. 40-42.

cidade. Essa última solução foi o caso, por exemplo, do literato Antônio Marinho que, devido aos apertos financeiros, não dispunha de dinheiro para a realização do curso de Direito, assim como para a obtenção de livros. O jovem literato, que tinha como leitura predileta a filosofia, leu livros emprestados por Henrique Castriciano, este, por sua vez, bacharel pelo curso de Direito do Recife¹²⁷.

Segundo Luís da Câmara Cascudo, a biblioteca de Henrique Castriciano de Souza estava permanentemente aberta às leituras daqueles que aspiravam às atividades nas letras, assim como ao empréstimo de centenas de livros preciosos. Nas palavras de Cascudo, o poeta potiguar proporcionava “a visão crítica do panorama cultural, evocando, comentando, lendo, fazendo-nos ler os mestres clássicos e modernos, notadamente da França”¹²⁸. Henrique Castriciano de Souza assumiu uma considerável importância no que diz respeito à iniciação e ao apoio aos jovens escritores recém-chegados ao universo intelectual potiguar. Desse modo, Antônio Marinho e outros literatos, que não tinham condições financeiras para pagar livros que custavam caro, tinham na cidade a opção de consultar essas bibliotecas particulares.

Possivelmente, essas coleções particulares expressavam a “moda” do período: o consumo de livros e manuais de divulgação científica. No entanto, não queremos induzir aqui que as obras mantidas nas prateleiras dos intelectuais potiguares correspondessem a relatórios científicos. A ciência, discutida no fim do século XIX e início do século XX, penetrou nas diversas produções, entre elas a literatura. De acordo com José Paulo Paes, os últimos anos do período Oitocentista diziam respeito a “época em que a ciência serviu de rótulo ao literato”¹²⁹. Ou seja, os apreciadores das letras puderam ter contato com as discussões científicas em vigor no Brasil, sobretudo, por meio da literatura e não, diretamente, através da ciência.

Lília Moritz Schwarcz, por exemplo, pensa que os enredos da literatura brasileira, principalmente a literatura carioca, continham os conteúdos deterministas de Darwin, de Spencer, entre outros¹³⁰. No que respeita às produções dos literatos da cidade do Natal, seria preciso analisar minuciosamente cada conteúdo para afirmarmos a grande presença dessa característica na capital norte-rio-grandense. Mesmo não dispondo de um levantamento dessa espécie, não podemos deixar de hipotetizar que tais vertentes difundidas na Europa tenham repercutido nos intelectuais de Natal.¹³¹

¹²⁷ ALBUQUERQUE, Floriano Cavaltanti, p. 13-14.

¹²⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso Amigo Castriciano: 1874-1947*. *Ibid*, p. 78.

¹²⁹ PAES, José Paulo. *Agosto dos anjos: os melhores poemas*. São Paulo: Editora Global, 1986. p. 9

¹³⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. Cit.* p. 34.

¹³¹ ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti. *Op. Cit.* p. 27.

Ainda que o Brasil tenha absorvido essas vertentes europeias de forma original, ou seja, apropriando-as às suas especificidades, a adoção e a aceitação desses modelos cientificista e o desenvolvimento de uma literatura, que tinha essas perspectivas imbricadas, traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e a confiança no progresso e na civilização¹³². De acordo com Antônio Cândido, a literatura, com seus elementos internos organizados e manifestados historicamente, constituiu-se como aspecto orgânico da civilização na medida em que esta se organiza como um sistema simbólico que envolve um grande conjunto de produtores, receptores e mecanismos transmissores¹³³. Acreditamos que a literatura, para os escritores potiguares aqui elencados, representava o desenvolvimento das forças intelectuais do povo norte-rio-grandense, a expressão do grau de ciência, de seu progresso e de sua civilização.

Assim, a vida intelectual potiguar está inserida em uma “febre nacional” caracterizada pelo movimento de ideias alimentadas, inicialmente, pela geração de 1870. De acordo com Ângela Alonso, o trânsito intelectual Brasil e Europa trata-se muito mais do que uma mimetização de maior ou de menor grau. Este diálogo entre a produção intelectual europeia e os receptores brasileiros está totalmente vinculado ao jogo social nacional, na medida em que tais escritores eram produtores de um movimento de ideias que objetivavam atacar os fundamentos da ordem imperial saquarema brasileira¹³⁴.

Muito embora, o nosso objeto de estudo seja composto por uma geração de homens pós-1889, as práticas dos intelectuais portugueses continuaram associadas a política desenvolvida por este grupo. Isto resultou no modo de como observamos este grupo. Muito mais do que simples intelectuais envolvidos em polêmicas doutrinárias, os escritores norte-rio-grandense e suas ideias podem ser compreendidos se observarmos suas atuações, suas autodenominações e, sobretudo, suas formações. Assim, Natal, a cidade que sonhava com o progresso e que desejava se inserir no circuito internacional de pertencimento à civilização, não poderia ter passado distante, nem indiferente, a essas calorosas discussões inauguradas pela geração de 1870.

Lançamos a hipótese que os homens de letras da cidade do Natal mantiveram um diálogo com as perspectivas filosóficas e científicas de fim de século por meio de um movimento de ideias cujo o acesso era possibilitado fosse por livros adquiridos e

¹³² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 35

¹³³ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos 1750-1836)*. 6 ed. vol. 01. Belo Horizonte: Editora Itatiaia LTDA, 1981. p. 23.

¹³⁴ ALONSO, Ângela. *Op cit.* p. 89

emprestados, fosse participando dos debates acerca dessas correntes nos centros intelectuais do país.

Como já mencionado, grande parte dos seus homens letrados foi formada em instituições que deram guarida a esses debates, trazendo assim as discussões estabelecidas dentro desses centros de discussões para a capital do Rio Grande do Norte. Desse modo, os escritores da cidade, no período republicano, acreditaram poder estar contribuindo e investindo no progresso da cultura letrada do Natal por meio do desenvolvimento da literatura em que o investimento no interesse pelas letras corresponderia ao exercício de tornar a cidade e sua sociedade, ou pelo menos parte dela, civilizada. Em vista disso, incentivar o cultivo e o desenvolvimento da literatura significou pensar e discutir sobre a dinâmica do universo literário da cidade, seus rumos e suas projeções.

1.3 Um balanço sobre o movimento literário potiguar na Primeira República

Durante o período da Primeira República (1889-1930) identificamos uma série de discussões acerca do movimento literário potiguar. Os próprios debates foram dirigidos pelos próprios homens de letras da cidade do Natal que refletiam sobre as belas letras e sobre sua condição de escritores. Em 21 de abril de 1899, Antônio Marinho Pessoa pronunciou uma conferência em homenagem aos dois anos de existência da agremiação *Congresso Literário*.

A conferência versou acerca do movimento intelectual no Rio Grande do Norte datado de 1889 a 1899. Observando o período destacado na conferência de Antônio Marinho, podemos supor que o objetivo do escritor fosse construir um balanço sobre dez anos do movimento intelectual no estado. Nas primeiras palavras da conferência, o membro do grêmio discutiu “as influências do meio físico e do elemento étnico na condição de um povo”. A proposta de Antônio Pessoa, indica que o crítico era influenciado pelas perspectivas dos franceses Hippolyte Taine e Émile Zola os quais, por sua vez, defendiam a raça, o meio, o momento e a individualidade como elementos condicionantes da obra de arte, ou seja, como fatores que influenciavam diretamente na produção mental.

Antônio Marinho, influenciado pelas perspectivas científicas em vigor, concluiu que, apesar da condição pouco desenvolvida do Rio Grande do Norte, o estado desenvolveu sua literatura. Durante a conferência, o crítico declarou que:

Nós, rio-grandenses, temos o nosso quinhão em tudo isso; além de que somos um Estado pobre e insignificante na comunhão brasileira. E si, como pensa

ainda o dr. SYLVIO ROMERO, a riqueza ou pauperismo de um povo influe diretamente na formação da sua litteratura. (...) Todavia, possuímos uma litteratura indubitavelmente, e pena falar com franqueza sem preocupações barrista relativamente desenvolvida no presente¹³⁵.

Durante o século XIX e início do século XX, o culto às letras se constituiu como modelo de civilização e de progresso a ser seguido. A literatura “significava, em última instância, o desenvolvimento superior intelectual de determinado povo”¹³⁶. Se comparada aos grandes centros literários brasileiros do período, sobretudo ao Rio de Janeiro, a literatura potiguar foi, constantemente, considerada por seus próprios intelectuais, como embrionária e pouco expressiva. Percebemos que o discurso proclamado por Antônio Marinho situa a capital potiguar na condição de uma periferia intelectual, enquanto, as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Recife aparecem como modelos dos principais centros intelectuais do país. Acreditamos que a justificativa deste discurso está na repercussão das obras produzidas pelos intelectuais, uma vez que enquanto as produções cariocas e paulistas encontravam grande recepção no universo literário do Brasil, os demais estados engatinhavam rumo ao reconhecimento das produções insurgentes em territórios que não nos centros intelectuais do país.

Mesmo assim, na opinião de Antônio Marinho, a condição de pauperismo indetificado pelos intelectuais do Rio Grande do Norte não resultou em obstáculo para o desenvolvimento da sua literatura. No discurso de Marinho, o ano de 1889 foi apresentado como a data de expansão intelectual. Na opinião do jovem escritor, a partir de 1889 em diante, “a vida litteraria no Rio Grande do Norte há se desdobrado promissoramente”¹³⁷. O historiador Almir de Carvalho Bueno destaca que o jornal *A Republica* identificou o início da República no Rio Grande do Norte apenas no dia 28 de novembro de 1891, e não no dia 17 de novembro de 1889, como registrado oficialmente.

Para o órgão oficial do estado, os governos de 1889 até a mencionada data de 1891 foram considerados um prolongamento do regime monárquico. Evidentemente que o jornal *A Republica* apresentaria essa visão, já que foi em 28 de novembro de 1891 que a Junta Constituinte realizou a transição que levou definitivamente Pedro Velho Albuquerque

¹³⁵ A conferência “O movimento literário no Rio Grande do Norte” foi publicada pelo Congresso Literário. No entanto, como o trabalho literário de Antônio Marinho Pessoa perdeu-se no tempo, fomos obrigados a trabalhar com um fragmento de sua conferência publicado anos depois no jornal da agremiação literária. Consultar: CONFERENCIA. *A Tribuna*. Natal, 12 out. 1904.

¹³⁶ OLIVEIRA, Cláudia Freitas. As ideias científicas do século XIX no discurso do Club Literário. In: NEVES, Frederico de Castro. SOUZA, Simone de (Org.). *Intelectuais*. Fortaleza/CE: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 75.

¹³⁷ CONFERENCIA. *A Tribuna*. Natal, 12 out. 1904.

Maranhão ao poder executivo estadual como governador eleito indiretamente pelo Congresso Legislativo. Portanto, constatação de Antônio Marinho indica que a vida literária jpa efervescia na capital potiguar antes mesmo da ascensão do grupo político e familiar Albuquerque Maranhão na esfera estadual do Rio Grande do Norte.

É importante enfatizarmos que a periodização da Literatura não corresponde a uma periodização política. Em outras palavras, o queremos afirmar é que a divisão da Literatura no Brasil não obedece a uma categorização que divide a Literatura em colonial, imperial ou republicana, mas sim de acordo com as tendências diferenciais que passam, para alguns autores, pelo Barroco, Arcadismo, Romantismo, Pré-Modernismo e Modernismo¹³⁸.

Ainda assim, nos discursos sobre a história da Literatura no Rio Grande do Norte, a época do desenvolvimento literário potiguar encontra-se conectada à construção do regime republicano no estado. Acreditamos que essa conexão, entre literatura e regime político, também pode ser identificada no discurso de Antônio Marinho, uma vez que o ano de 1889, nas palavras do intelectual, aparece como intensificador da literatura no âmbito estadual. Em contrapartida, o mesmo escritor identifica o regime republicano norte-rio-grandense como intensificador, e não como criador.

Mesmo que o desenvolvimento literário do Rio Grande do Norte tenha ocorrido a partir de 1889, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão só assumiu o governo estadual em 1895, dando início à extensa época de domínio do grupo familiar nas instâncias estadual e municipal do Rio Grande do Norte¹³⁹. Não pretendemos aqui diminuir a importância do grupo Albuquerque Maranhão nos incentivos ao desenvolvimento do universo cultural do Rio Grande do Norte. O que pretendemos é chamar atenção para que, possivelmente, a literatura no estado precedeu ao período de domínio do grupo dirigente e de seus confrades políticos. Buscamos ainda analisarmos de que forma podemos perceber uma intensificação do movimento literário no regime republicano norte-rio-grandense.

O discurso do progresso foi difundido no processo de construção da República no Brasil. Segundo Maria Tereza de Mello, alcançar o progresso exigia o embarque no “trem da

¹³⁸ Entendemos a constituição do sistema literário nacional brasileiro a partir das leituras dos teóricos Antônio Cândido e Alfredo Bosi. Consultar: CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1997. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2010. 46 ed.

¹³⁹ A consolidação do domínio Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte apenas ocorreu em 1895, com a sucessão de Ferreira Chaves no poder estadual, visto que esse foi eleito a partir das articulações políticas promovidas pelo grupo de Pedro Velho. Para mais informações acerca da construção do regime republicano no Rio Grande do Norte, ver: BUENO, Almir de Carvalho. Da proclamação da República à eleição de Pedro Velho (1889-1892). In: _____. *Visões da República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal/RN: EDUFRRN, 2002. p.103-136.

evolução rumo à estação civilização”¹⁴⁰. Na historiografia clássica é estabelecido que a ideia de progresso foi influenciada pelas correntes positivistas e evolucionistas difundidas no país pelas gerações de 1870, e em substituição aos ideais da monarquia, “valores de um passado caduco”¹⁴¹. Desse modo, o contexto de desejo de futuro foi concebido no Brasil como sinônimo simultâneo de democracia e de ciência.

No Rio Grande do Norte, observamos a explicitação dessa perspectiva progressista nos projetos urbanos, higienistas e sociais implantados na capital. O ideal de progresso, em Natal, pressupunha uma ordem evolutiva de equiparação aos países modernos. Em outras palavras, a cidade do Natal necessitava-se de igualar-se aos padrões de civilização na Primeira República, ou seja, o modelo europeu. A República deveria, portanto, trazer o avanço, sem possibilidades de retrocesso. De acordo com Almir Bueno, os republicanos potiguares acreditavam serem eles os restauradores da pátria, promovendo uma “regeneração política, social e moral do Brasil”¹⁴². Os ideais do próprio republicanismo oficial de Pedro Velho Albuquerque Maranhão foram influenciados por correntes positivistas e evolucionistas¹⁴³.

Desse modo, esse projeto de progresso aproximou a necessidade de literatura e de instrução da sociedade potiguar como fatores de civilização que deveriam então ser promovidos por um estado, por uma nação. No entanto, ao mesmo tempo em que Antônio Marinho aplaudiu a acentuação do amor pela literatura, influenciada pelo novo regime político, o literato também reclamou da falta de estímulos e da pouca importância atribuída àqueles que iam se destinar às letras:

Não há estímulo. As boas ideias não frutificam, porque o terreno é árido, infecundo, sem qualidades nutrientes. Ahi vemos a razão pela qual têm, não raro, abortado vários tentames no sentido de dar nome à nossa litteratura, de fazel-a conhecida nos outros Estados; de fazel-a figurar como uma parte da litteratura nacional.(...) A nota predominante e obrigada é a política. Litteratura... ora... litteratura é coisa de menino,dizem. Não se aplaude o moço que se atira aos livros, que escreve, que passa as noites em vigílias,

¹⁴⁰ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Revista TEMPO*. Vol. 17, nº 34, janeiro-junho de 2013. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo>. Acesso em: 7 de julho de 2012. p. 16-31.

¹⁴¹ *Idem*.

¹⁴² CARVALHO, Almir Bueno. Nós, os regeneradores da pátria. *Op. Cit.* p.47-92.

¹⁴³ Segundo Almir Carvalho, existiram quatro correntes políticas no Rio Grande do Norte: o Reformismo monárquico conservador, que defendia uma reforma política e administrativa no sistema imperial, mantendo-se fiel à Monarquia; o Radicalismo liberal democrático, que aglutinavam a ala dos liberais norte-rio-grandense mais radicais que defendiam reformas para salvar a Monarquia e democratizá-la; o Republicanismo Romântico, sendo seus membros representantes do republicanismo mais puro “vindo da tradição revolucionária francesa do século XVIII”; e, por fim, o republicanismo oficial, corrente que aglutinou nomes como Pedro Velho e João Avelino. Consultar: *Idem*.

que pensa e tem ideias fora do comum, ridicularisa-se-o: quer celebrar-se, dizem; acaba doido¹⁴⁴.

Como podemos perceber no fragmento do discurso de Marinho, na valorização da política na primeira década do regime republicano, fins do século XIX, há uma continuidade do que diz respeito a pouca valorização atribuída aos indivíduos que produziam literatura. Antônio José de Melo e Souza escreveu, em 1899, sobre os aspectos da vida potiguar. Segundo esse autor, o potiguar não tinha “outras aspirações que não seja possuir alguma coisa e ser alguém na política”¹⁴⁵. Logo, em uma cidade em que todos aspiravam a carreiras políticas, a literatura na cidade do Natal era ocupação para meninos, para jovens. Era passatempo. Coisa séria mesmo era fazer política. No entanto, tivemos na cidade do Natal um considerável número de homens de letras: literatos-políticos.

Antônio Marinho acrescenta em sua crítica a existência de chacotas e de ridicularizações direcionadas aos homens de letras da cidade. Em 31 de dezembro de 1892, Henrique Castriciano de Souza também alertou para a supervalorização da carreira política e das reprovações atribuídas àqueles que cultivavam o gosto pelas letras. Vejamos:

Nossa miopia intelectual e o desdém com que olhamos os patrícios literatos são a causa de nos expulsarem do aristocrático templo das letras. (...) Os moços do Rio Grande do Norte estolam os cérebros umas vezes em estéreis preocupações políticas, outras vezes nas aberrações de não sabemos que sentimentalismo piegas – ontem, aurora de precoces talentos e tûmulo hoje de vocações transviadas¹⁴⁶.

É pertinente ressaltar que tanto Antônio Souza como Henrique Castriciano que criticavam a preferência pelas carreiras políticas existentes no Rio Grande do Norte, ambos ocuparam cargos políticos na cidade do Natal, relegando às letras como a condição de atividade secundária. Percebemos que, até no início do século XX, a atribuição da literatura como atividade recreativa ainda persistia no pensamento da sociedade potiguar.

Observando as considerações acima de Henrique Castriciano, percebemos que o literato mencionou alguns “espíritos de merecimento”¹⁴⁷, ou seja, homens escolhidos pelo escritor como nomes representativos do desenvolvimento da literatura potiguar, entre eles

¹⁴⁴ CONFERENCIA. *A Tribuna*. Natal, 12 out. 1904.

¹⁴⁵ Antônio José de Melo e Souza escreveu sobre os aspectos da vida potiguar no ano de 1899 sob o pseudônimo Polycarpo Feitosa. Consultar: FEITOSA, Polycarpo. *Vida Potiguar*. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2002. Edição fac-similar.

¹⁴⁶ Henrique Castriciano escreveu no jornal *A República* uma coluna acerca da literatura potiguar sob o pseudônimo Mário do Vale. Conferir: VALE, Mário do. Sobre a nossa literatura. *A República*. Natal, 31 dez. 1892.

¹⁴⁷ *Idem*.

Luis Carlos Lins Wanderley, Joaquim Fagundes, Manoel Segundo Wanderley, Celestino Wanderley, João Domedes Quintiliano, Francisco Meira e Sá e mais alguns nomes do jornalismo, como o autor referencia, mencionando Pedro Velho Albuquerque Maranhão, Nascimento Castro e Ferreira Chaves. Como podemos observar, há nas menções de Henrique Castriciano tanto figuras pertencentes ao período imperial quanto os seus contemporâneos republicanos, identificados como personalidades importantes na história da literatura potiguar.

Henrique Castriciano também lembra que a literatura desenvolvida na capital norte-rio-grandense não tinha nenhum representante nas quatro fases da literatura nacional identificadas por Sílvio Romero¹⁴⁸. Na opinião de Sílvio Romero, a Literatura Nacional encontra-se dividida por Sílvio Romero em quatro épocas, sendo elas período de formação (1500-1750), período de desenvolvimento (1750-1830), período de transformação romântica (1830-1870) e o período de reação crítica (de 1870 em diante). Ainda assim o Rio Grande do Norte tinha desenvolvido as suas letras.

O decênio de 1890 a 1900 consistiu, principalmente, no período que abrigou as primeiras publicações literárias durante a República em uma época no qual se multiplicaram as agremiações voltadas às discussões e reflexões em torno da literatura. Contemplaremos, no decorrer desse capítulo, essas duas características da dinâmica literária potiguar.

No que diz respeito às fases da cultura literária no Rio Grande do Norte, o artigo assinado pelo pseudônimo Brias, no jornal *Diário do Natal*, aponta que no ano de 1900 “ainda estamos na ‘Infância’ dos povos em materia de poesia. Todas as nações tem possuido um cyclo poetico proporcional a sua cultura litteraria. A litteratura indigena acaba de atravessar o periodo dos "cantadores" de pé de viola”¹⁴⁹. Nesse caso, a “litteratura indígena” corresponde à literatura da terra, do Rio Grande do Norte.

É pertinente elencarmos a forma de divisão que aparece no fragmento textual extraído do artigo do Brias. O escritor aponta que o estado encontra-se na fase da “poesia”, dos “cantadores de pé de viola”. Ao que nos parece, a categorização estabelecida por Brias é estranha se compararmos à divisão estabelecida por Sílvio Romero. No entanto, ainda que a divisão elaborada por Brias não corresponda à categorização de uma escola literária – mas sim de um gênero literário – a poesia foi identificada como gênero predominante nas quatro décadas de história literária natalense. Veremos mais a frente como a produção de poesia virou mania entre os literatos da cidade e manteve-se predominante nos trabalhos literários até o ano de 1930.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ BRIAS. *Diário do Natal*. Natal, 3 mar. 1900.

Passaram-se os anos e na década de 1910 ainda é possível identificarmos algumas queixas semelhantes no que diz respeito ao movimento literário em Natal:

O movimento litterario nesse estado é regular, e eu digo ainda: bem regular. Em vários aspectos pode ser julgado. Ultimamente, com a existência do Gymnasio Dramatico, o teatro vem ganhando produções, revelando tendências muito symphaticas. Ivo Filho, a fazer febrilmente e, com verve, em poucos dias; Virgilio Trindade na pilheria viva e inofensiva, preparando scenas alegres de ruidoso efeitos; Ezequiel Wanderley, chistoso e ao mesmo tempo grave; Jorge Fernandes, explorador fino da pilhéria e também sentimental nos trechos emmocionaes deixadas pelo sentimental entrecho da peça¹⁵⁰.

O fragmento acima corresponde a publicação de Ponciano Barbosa¹⁵¹ na coluna *Clarescuro*, em 23 de agosto de 1915, acerca do movimento literário em Natal. Nascido no ano de 1889, Ponciano de Moraes Barbosa atuou na produção literária na cidade do Natal, por meio da publicação de obras e de periódicos. Ainda jovem, o escritor formou-se na Faculdade de Direito de Recife (1913). Em 1915, Ponciano Barbosa era redator do jornal *A Republica*, possuía no decorrente ano uma coluna fixa no jornal intitulada *Clarescuro*.

O texto publicado corresponde a uma carta de Ponciano Moraes destinada a seu confrade, Peregrino Júnior. Em seus escritos, Ponciano Barbosa reitera, já na década de 1910, a regularidade que ainda acompanhava o movimento literário no estado. O literato põe em destaque as atividades teatrais como exemplo de manifestações das letras potiguaras e menciona alguns nomes ligados a essas atuações, tais como Francisco Ivo Filho, Virgílio Trindade, Ezequiel Wanderley e Jorge Fernandes.

No entanto, é necessário destacarmos que os dramas teatrais não apareceram na cidade do Natal com essa geração de escritores. Como já bem mencionamos, homens como Joaquim Fagundes e Manoel Segundo Wanderley são exemplos de literatos que foram reconhecidos como notáveis dramaturgos na cidade. No mais, chamamos a atenção do leitor para os rumos que a literatura na capital norte rio-grandense foi tomando. Dramas teatrais, poesias, romances, modinhas, contos, crônicas, todos esses gêneros iam delineando sutilmente o que se tornaria o movimento literário durante o regime republicano na cidade do Natal.

Se os documentos aqui apresentados nos permitem vislumbrar a dinâmica da vida literária potiguar, eles também deixam transparecer as dificuldades encontradas por esses

¹⁵⁰ BARBOSA, Ponciano. *Clarescuro*. *A Republica*. Natal, 25 ago. 1915.

¹⁵¹ O literato ocupou outros cargos em Natal: promotor público, juiz distrital, fiscal do governo da União junto ao colégio Ateneu, presidente do Natal Club e do Centro Operário, deputado do Congresso Legislativo do Estado. Informações de: WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* p. 52

intelectuais com o seu desenvolvimento. Ainda na década de 1910, Luís da Câmara Cascudo menciona queixas que já tinham sido apresentadas por Antônio Marinho na década anterior:

Creados n'uma atmospha de leituras selectas, substituindo as horas de prazer pelos velhos livros das línguas, depois de muito pensar, os moços timidamente começaram a publicar as suas produções. A primeira luta é contra o indifferencismo do meio, e as outras succedem-se terrivelmente desanimadoras. Na encruzilhada de mil caminhos diferentes, o jovem que se dispuzer a ser um cultor de letras, quedar-se-á indeciso¹⁵².

Câmara Cascudo ressalta a persistência da indiferença com a qual ainda eram tratados os homens que desempenharam atividades nas letras. No entanto, em seus escritos, o jovem literato acrescenta um elemento novo que não havia sido expresso por Antônio Marinho. O “indifferencismo”, mencionado por Luís da Câmara Cascudo, trata-se do sentimento de indiferença para com a nova geração de homens de letras – denominado “os novos”. Nas palavras de Câmara Cascudo:

Os novos deveriam ser acolhidos. Chegando ao apogeu da nossa carreira litteraria, por mais elogiados que fossemos só poderíamos seguir um ditame: respeitar aquelle que encaminhou os primeiros impulsos do nosso espírito. Vêm deste surdo rumor, de anthipathia, de gelada indifferença com que recebemos os Novos, a profunda desavença, a divergência tenaz separando os dois campos¹⁵³.

Ao analisar a coluna escrita por Cascudo fica-nos a impressão de haver, no meio literário da cidade do Natal, algum tipo de reação hostil aos novos literatos que emergiam no campo literário potiguar em busca do seu lugar ao Sol. O próprio Luís da Câmara Cascudo, em 1918, é um dos exemplos da nova geração que, aos fins da década de 1910, se lançaram na produção das letras potiguares. Tal artigo da coluna *Bric-à-Brac* teria sido, portanto, o porta-voz da queixa pronunciada pelos “novos”? Haveria, de fato, uma hierarquização no universo literário potiguar? E, finalmente, quem seriam os “velhos” que direcionavam suas reprovações e severas críticas aos novos escritores insurgentes no cenário natalense?

O próprio Cascudo, em suas memórias, forneceu-nos uma pista de quem seriam os “velhos” e que tipos de queixas eram direcionadas a eles:

Embora todo rapaz tenha “os velhos” como vencidos intellectuais e tateantes caminheiros de inaproveitada intelligência, gostava de provocar as

¹⁵² C., L. C. Bric-à-brac. *A Imprensa*. Natal, 22 nov. 1918.

¹⁵³ *Idem*.

reminiscências de Henrique, os homens que ele conhecera e que eram os escritores famosos na época¹⁵⁴.

Em *Nosso amigo Castriciano*, Luís da Câmara Cascudo relata a sua aproximação com o escritor designando-se como rapaz – ou um “novo” – e identificando o próprio Castriciano como um dos “velhos”, ou seja, escritores com reconhecimento na cidade de Natal que antecedeu a inserção de Câmara Cascudo no campo literário potiguar.

Mais do que isso, por meio das palavras externadas por Cascudo, podemos conjecturar que enquanto os “velhos” eram concebidos como indivíduos de atrasada e tateante intelectualidade, os “novos” representavam as inovações estéticas, temáticas, as novas maneiras de fazer e de consumir literatura. É necessário enfatizar que, ainda que houvesse a distinção “velhos” e “novos”, as duas categorias de escritores potiguares mantinham relações no quais afloravam as trocas intelectuais.

No que diz respeito às queixas, na opinião de Luís da Câmara Cascudo, os lamentos habituais realizados pelos “novos” eram direcionadas a Henrique Castriciano: “não levou nenhum de nós, “os novos” do seu tempo, às páginas consagradoras de *A Republica*”¹⁵⁵. Essas reclamações juntavam-se a outras queixas sobre a falta de apresentação, que deveria ter sido feita pelo poeta Castriciano dos “novos” literatos potiguares a renomes notáveis que visitaram a cidade do Natal na época, tal como Oliveira Lima, Rocha Pombo, Tobias Monteiro, Rodrigues de Carvalho e o escritor francês Paul Adam¹⁵⁶. Segundo Câmara Cascudo havia também as queixas pelo fato de que Henrique Castriciano não recomendava os jovens intelectuais potiguares aos escritores do Sul, isto é, amigos de Castriciano que moravam nos centros intelectuais do país, a saber, a cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em contrapartida, Câmara Cascudo também menciona o incentivo que Henrique Castriciano dedicava aos “novos” como, por exemplo, emprestando livros de sua biblioteca particular para os escritores recém-chegados ao universo literário potiguar.

Ainda assim, podemos observar o importante papel das apresentações e das recomendações dos escritores – para outros literatos consagrados na atividade literária no país – para os “novos”, uma vez que essas apresentações poderiam impulsionar as carreiras dos escritores recém-chegados, por isso se faziam tão indispensáveis. A partir das pistas deixadas nos relatos de Luís da Câmara Cascudo podemos conjecturar que as reclamações dos “novos” estavam norteadas por expectativas frustradas em que os “velhos” recomendassem e

¹⁵⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano*. *Ibid*, p. 41.

¹⁵⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano*. *Op. Cit.* p. 77

¹⁵⁶ *Idem*.

tornassem conhecidos seus nomes e suas produções. Ou seja, nutriam esperanças em que homens de letras como Henrique Castriciano abrissem as portas aos aspirantes a literatos proporcionando consagrações fáceis e, sobretudo, o reconhecimento como escritor.

Diante das limitações das fontes, resta-nos supor as respostas para esses pertinentes questionamentos colocados anteriormente. Robert Darnton, analisando o universo literário francês do século XVIII, identificou nos arquivos de D'Hémery a expressão “rapazes”, utilizada para com os intelectuais no apogeu do Iluminismo. Segundo Robert Darnton, a expressão nada tinha a ver com a idade, uma vez que homens com 37 anos apareciam sendo denominados enquanto “rapazes”. O que separava os “rapazes” dos “velhos” (ou antigos) escritores do período oitocentista francês é que ao primeiro faltava uma distinção social possuída pelos “velhos”, o que implicava em uma marginalidade daqueles no campo literário francês¹⁵⁷.

Na opinião do historiador francês, para muitos escritores era impensável serem chamados de “rapazes” porque estes tinham uma posição social estabelecida. Mas isso não ocorria com os escritores “comuns”. Nesse caso, teria a expressão darntoniana “rapazes” o mesmo sentido dos “novos” emergentes em Natal? Talvez. Mesmo levando em conta as especificidades de cada lugar e cientes do anacronismo existente, nos é possível conjecturar que os “novos”, da cidade do Natal, estivesse relacionada à ausência de notoriedade, de consagração, de reconhecimento, por parte dos recém-chegados às letras. Quaisquer que sejam as respostas aos questionamentos colocados aqui, fica-nos a impressão de que na década de 1910, o universo literário da cidade do Natal foi invadido por novos intelectuais.

Durante a década de 1920 identificamos a análise de um desconhecido na coluna *Aqui, entre nós*, escrita no jornal *A Republica*, em 04 de maio de 1924. O documento é extenso, mas nos traz ricas sugestões:

Quem quer se não recuse a olhar investigador sobre o actual movimento literário no Rio Grande do Norte, ha de, fatalmente constatar o Maximo de iniciativas mentaes e o mínimo de eficiencia de esforços para estabilidade desejavel dessas mesmas iniciativas. (...)Ao contrario dos tempos já recuados do Gremio Polymathico, Congresso Legislativo, Le Monde Marche, Augusto Severo, Sete de Setembro e tantos outros, onde jornalistas e poetas exameravam nas elegantes columnas de revistas e periódicos locaes; ao

¹⁵⁷ Robert Darnton analisou o arquivo do inspetor da polícia francesa D'Hémery. D'Hémery construiu um arquivo com informações a respeito dos intelectuais do século XVIII. Logo, Darnton analisou o arquivo na tentativa de esboçar um perfil do intelectual francês no apogeu do Iluminismo (1748 a 1753). Maiores informações consultar: DARNTON, Robert. Um inspetor de polícia organizar seus arquivos: a anatomia da República das letras. In: _____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. P. 191-246.

contrario disso que bem caracterizará a feição esthetica dos dias passados, Natal diminuiu sensivelmente o curso da sua actividade imaginosa, restringindo dest'arte a esphera da sua actuação nos domínios da intelligencia. Terão os preconceitos sociaes forças bastante para impedir as manifestações saltares do pensamento? Haverá defficiencia de talentos capazes de restaurar o movimento auspicioso das nossas letras? Absolutamente, não. Vemol-os espontâneos e brilhantes, amparados por uma cultura relativamente solida – na imprensa, na tribuna, no theatro, nas letras, nas artes, nas sciencias, maõ grado e estreiteza do nosso ambiente, suffocante de todos os estímulos bons, todas as aspirações moças, todos os ideaes nobres. Investigando o momento que passa, podemos interrogar: - Fundam-se aggremações literárias? Fazem-se tertúlias? Publicam-se jornais e revistas outras com feição accentuadamente literária? (...) E' preciso portanto que os novos succedam galhardamente os velhos¹⁵⁸.

Como percebemos no fragmento acima, os “novos” literatos surgiam no cenário natalense, ainda que sem incentivos e sem apoios, o que, possivelmente, resultou na diminuição das atividades intelectuais por parte desses escritores motivada pelo desânimo. O colunista O. não menciona a excessiva preocupação dos jovens com as carreiras políticas, motivo de queixas daqueles que construíram uma análise do movimento literário da cidade nas décadas de 1900 e de 1910. Contudo, é possível que a política tenha permanecido no horizonte dos escritores potiguares. Os cargos na política e no empreguismo público fez com que os “novos” literatos “deixam-se conduzir para os misteres parcamente remunnerados da burocracia”¹⁵⁹. Trataremos melhor dessa questão no capítulo três, *Os filhos d'A Republica*, nesta dissertação.

Desse modo, percebemos, portanto, uma continuidade nessa postura de desvalorização para com os intelectuais que queriam produzir literatura. Parece-nos que tal postura acompanhou a dinâmica do movimento literário na cidade desde a segunda metade do século XIX até às primeiras décadas do regime republicano. Devemos lembrar que as letras, nesse período, não era uma atividade qualificada como profissão, apenas como dedicação de lazer, das horas vagas. Explicaremos melhor a relação entre a atividade literária e as profissões desses intelectuais no segundo capítulo do nosso estudo.

O escritor da coluna *Aqui entre nós* acrescenta que os anos de existência dos grêmios *Polymathico*, *Le Monde Marche*, *Congresso Literário*, entre outros, assim como as promoções de tertúlias literárias e a fundação de jornais literários, foram épocas de efervescência literária. Seria possível que esses tipos de manifestações literárias tivessem diminuído nos anos de 1920? Para O., certamente. As colocações do escritor anônimo

¹⁵⁸ A coluna é assinada por “O.”. Durante a pesquisa, não foi possível identificarmos com precisão escritor que fazia uso desse pseudônimo. Consultar: O. Aqui, entre nós. *A Republica*. Natal, 4 mai. 1924.

¹⁵⁹ *Idem*.

conduzem a suposição de que os grêmios literários, as obras publicadas e a imprensa foram elementos chaves para o desenvolvimento das letras na capital. Assim sendo, discutiremos nos tópicos seguintes acerca desses componentes.

1.4 Literatos, literatura e publicações

As publicações de livros proporcionaram uma dinâmica à vida intelectual em Natal. Mas, afinal de contas, o que significava ser um escritor na Primeira República? O jornal *A Republica* apresentou uma definição a partir das palavras de Tobias Barreto: “No Brasil, ser literatto é fazer poesia, romances ou dramas de qualquer quillate que elles sejam”¹⁶⁰. Outro artigo publicado no jornal oficial do estado propõe uma tipologia de escritores encontrados no Rio Grande do Norte:

Escreptores ha-os de quase todos os quilates: desde o simples chronista de presa estopante até o estylista que passa uma hora a cavar um vocabulo dos miolos. Desde o desalmado immolador das musas até os que burilam alexandrinos como uma entidade parnasiana¹⁶¹.

No entanto, acreditamos que a condição de escritor era diferente da condição de autor. Roger Chartier auxilia-nos a construir algumas reflexões sobre a função-autor. De acordo com o historiador francês, a palavra autor apenas apresenta ligação com a literatura a partir do século XVIII¹⁶². Nas palavras de Roger Chartier, o autor se destingue do escritor por ser aquele que em algum momento quis ter publicado as suas obras, e não aquele que apenas escreve.

O autor está fisicamente representado em seu livro, em que “escrever não se trata apenas de compilar, cópia, mas uma composição de texto que entrever uma escrita autografada”¹⁶³, sugerindo, assim, uma visibilidade de quem escrever. Nesse caso, podemos dizer que o livro é uma criação literária dotada, por um lado, de valor comercial e, por outro, de expressão de atividade livre, inspiradora, movida por uma necessidade interior: a de escrever.

¹⁶⁰ BARRETO, Tobias. O que é litteratura? *A Republica*. Natal, 21 set. 1900.

¹⁶¹ SIMPLORIO, Don. Na tela. *A Republica*. Natal, 20 mar. 1924.

¹⁶² CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 33-66. (Tradução Mary Del Priori).

¹⁶³ *Ibid*, p. 36.

Como podemos perceber que, na cidade do Natal, a denominação de escritor está relacionada com as mais variadas formas de produção concebidas como literatura nas primeiras décadas do século XX: dramas, poemas, contos, romances, crônicas, bem como aqueles que se dedicavam à gramática, à ciência ou à filosofia. A tipologia do escritor apresentada no fragmento textual também está ligada às diversas orientações estilísticas adotadas pelos homens de letra da cidade, desde o beletrista até ao simples cronista.

Os escritores potiguares difundiram seus trabalhos literários por intermédio de colaborações nos jornais e nas revistas da cidade. A princípio, analisaremos a atuação desses escritores nas obras publicadas na capital norte rio-grandense. A partir do advento do regime republicano, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, as publicações de obras literárias multiplicaram-se. Para vislumbrarmos a dinâmica das produções literárias, produzimos um esboço sobre alguns livros publicados na cidade do Natal durante a Primeira República. Elaboramos um levantamento a respeito do título do livro, o autor, o ano de publicação e o tipo de literatura produzida entre os anos de 1889-1930.

Elegemos alguns critérios para orientar a nossa seleção dos livros publicados pelos literatos potiguares. O primeiro critério foi pautar-se em livros publicados em Natal por autores potiguares entre os anos de 1889 a 1930, o que significa dizer que não analisamos todo o universo de obras escritas por literatos potiguares durante esse período. Entendemos como autores potiguares, os escritores nascidos no Rio Grande do Norte que produziram, publicaram e difundiram literatura em seu estado. Excluimos as brochuras publicadas por natalenses em outras cidades. Além das supressões apontadas aqui, muito dos livros e dos folhetos publicados foram perdidos. Em outros casos foi possível identificarmos o nome do autor e da obra publicada, no entanto faltou-nos a menção do ano exato da publicação¹⁶⁴. Certamente, se fosse feita uma listagem semelhante, considerando um amplo conjunto de informações biográficas, é provável que os resultados não fossem os mesmos, resultando em uma lista com maior número de livros e escritores.

Um segundo critério utilizado para essa quantificação foi o de agrupamento, em décadas, das publicações circulantes na cidade. De modo esquemático, dividimos as publicações em quatro grupos: o primeiro corresponde ao período de 1889 a 1900; o segundo,

¹⁶⁴ Algumas outras obras publicadas foram identificadas como tendo sido publicadas até o ano de 1922. Citamos alguns casos: do livro *Missivas*, as 91 quadrinhas de Manuel Lins Caldas; dos livros de nome desconhecido com autoria de Celestino Carlos Wanderley, publicados em 1889 na tipografia de seu pai João Carlos Lins Wanderley; os livros *Musa Sertaneja*, *Trovas infantis*, *Lições de moral e de civismo* e *Dramas escolares* de Maria Carolina Wanderley; *Pó*, o livro intitulado de Nathanael Macedo; e a obra *Redemptores malditos e Expressões*, de Mário Mendes da Costa. Informações acerca de obras e escritores em: WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.*

1900 a 1910; o terceiro consistiu em 1910 a 1920; e o quarto, e último, abrange a década de 1920 até 1930, ano limite de nossa pesquisa. Os dados catalogados nos quadros a seguir permitem-nos vislumbrar que tipo de literatura que era produzida e colocada em circulação na capital, bem como a evolução da quantidade das publicações conforme o passar dos anos. Logo, no primeiro grupo equivalente aos anos de 1889 a 1900, identificamos:

Quadro nº 02 - Livros publicados na cidade do Natal (1889-1900)¹⁶⁵

Autor	Obra	Gênero literário	Ano	Local
Antônio Marinho	Movimento literário nos últimos decênios (1889-1899)	Crítica	1899	Tipografia d' A Tribuna
Meira e Sá	Sobre o sábio jurisconsulto Dr. Augusto Teixeira de Freitas	Conferência	1900	Tipografia d' A República
Francisco Palma	Santelmo	Poesia	1899	Tipografia d' A República
Segundo Wanderley	Recoltas Poéticas	Poesia	1896	Tipografia da Empresa gráfica de Renaud e Cia
Auta de Souza	O Hôrto	Poesia	1900	Tipografia d' A República
Henrique Castriciano	Mãe	Poema	1899	Tipografia d' A República
Henrique Castriciano	Quarto centenário	Discurso	1900	Tipografia de Augusto Wanderley

Durante a década de 1890, de acordo com o nosso quadro número 02, podemos identificar um baixo número de publicações, observando um largo espaço de tempo desde o ano de 1889 até a aparição dos primeiros livros publicados no regime republicano. Podemos perceber no quadro exposto a variedade de obras publicadas ainda que num conjunto de poucas publicações. Percebemos que a diversidade de publicações é coerente com a concepção de literatura para os homens de letras do período.

O pouco número de livros publicados identificados entre os anos de 1889 a 1900 reflete a dificuldade na produção de livros em âmbito nacional. Com a emergência do regime republicano no Brasil, o comércio de livros sofreu uma melhora – se comparada a sua situação durante o período imperial. Segundo Hallelwell, o mercado de livros mudou com a queda do Império, ocasionando uma transformação no clima social na medida em que a República representava a vitória dos novos-ricos fazendeiros de café do sul e o surgimento de

¹⁶⁵ Informações extraídas de WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.*, WANDERLEY, Rômulo. *Op. Cit.*, CASCUDO, Luís da Câmara. *Alma Patrícia. Op. Cit.*

um novo grupo de intelectual em detrimento do fim do velho regime dominado pela antiga aristocracia açucareira¹⁶⁶.

Durante a República, foi implantada uma série de fatores que contribuíram para a prosperidade intelectual dos escritores residentes no Brasil, entre elas a lei de direitos autorais decretada em 1898. Até pelo menos a década de 1910, o Brasil tinha uma parcela muito pequena do que se publicava em literatura. Na opinião de Lawrence Hallowell, a situação do comércio de livros na década de 1910 era desalentadora com “pouca produção editorial de livros (com exceção dos campos seguros dos livros didáticos e dos livros de legislação brasileira), altas quantidades de importação e poucos pontos de vendas”¹⁶⁷.

A difícil produção de livros no Brasil reflete-se na dinâmica de publicações na capital norte-rio-grandense. Os escritores potiguares que quisessem ter sua obra impressa deveriam encomendá-la diretamente aos tipógrafos – por causa da ausência de editoras na cidade do Natal. Desse modo, as impressões se davam por conta própria, isto é, os literatos, que almejavam uma publicação, deveriam incumbir-se de custeá-la, bem como de distribuí-la. Devido à ausência das casas editoriais nesse período na capital do Rio Grande do Norte, as dificuldades em promover as publicações somavam-se ao alto custo financeiro em produzir um livro devido ao alto custo dos papéis. Observando o quadro apresentado, acerca das tarifas de importações de papéis para livros e de papéis para encadernação no Brasil, elenca alguns valores correspondente ao custo de papéis nas três primeiras décadas do século XX:

Quadro nº 03 – Tarifas para a produção de livro no Brasil (1890-1918)¹⁶⁸

Ano	Tipo	Custo e taxas
1890	Livros	\$300 (encadernação normal) 4\$200 (encadernação de luxo) Por quilo + 10%
	Papel para encadernação	\$240 por quilo + 48% de impostos
	Papel de imprensa	\$030 por quilo + 15% de imposto
1912	Livros	\$150 (encadernação normal) por quilo + 10% de imposto 5\$000 (encadernação de luxo) por quilo + 10% de imposto
	Papel para encadernação	\$240 por quilo + 48% de impostos
	Papel de imprensa	\$010 por quilo + 10% de imposto
1918	Livros	\$500 por quilo + 50% de imposto

¹⁶⁶ HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Impresso no Brasil, 1985. p.14.

¹⁶⁷ *Ibid*, p. 235.

¹⁶⁸ HALLEWELL, Lawrence. Taxas comparativas de impostos de importação (Tarifa Geral) 1808 – 1957. In: _____. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Impresso no Brasil, 1985. p. 150-155.

	Papel para encadernação	\$300 (encadernação normal) por quilo + 10% de imposto
	Papel de imprensa	\$010 por quilo e importação livre de imposto

Apesar da tabela apresentada por Hallewell abranger os custos de importação de papéis entre os anos de 1808 -1957 optamos por elencar apenas quatro datas específicas a fim destas auxiliarem na explicação acerca da condição de publicação de livros na cidade potiguar. Por meio dos valores identificados por Lawrence Hallewell, podemos observar os altos custos requeridos para a importação de material necessário à produção de livros (brochuras ou folhetos) no Brasil.

Se compararmos os valores dos papéis para livros ou para encadernações diversas com os valores dos papéis da imprensa, podemos compreender o porquê dos intelectuais da época preferirem fundar jornais ao invés de publicarem livros. Enquanto a produção de livros era uma atividade custosa e individual, a fundação de periódicos tratava-se de uma produção barata, tanto por consistir em uma tarefa coletiva quanto por apresentar um baixo preço na aquisição de papéis de imprensa.

Quanto ao conteúdo das obras publicadas na primeira década podemos visualizar que não trataram especificamente de poesia ou de prosas, uma vez que identificamos a publicação de outros tipos de literatura como, por exemplo, a conferência de Francisco Salles Meira e Sá, a crítica de Antônio Marinho Pessoa e o discurso de Henrique Castriciano de Souza. Essa é uma característica que percorreu as quatro décadas de publicações na cidade do Natal, resultando em uma variedade de livros definidos como obras literárias, a saber: discursos, conferências, estudos monográficos, sátira, relatórios e peças teatrais.

Identificamos também a atuação de dois autores que, nesse mesmo período, já ganhavam projeção ao nível local e nacional: Henrique Castriciano e Auta de Souza. Henrique Castriciano e Auta de Souza projetaram-se nacionalmente como importantes escritores potiguares ainda no final do século XIX. A reputação dos dois autores, que por sinal eram irmãos, foi construída por intermédio das relações sociais com outros autores ou com indivíduos de prestígio político na cidade, como veremos de forma mais aprofundada na parte destinada às sociabilidades intelectuais na cidade. Assim sendo, do ano de 1901 a 1910, vislumbramos as seguintes publicações:

Quadro nº 04 - Livros publicados na cidade do Natal (1900-1910)¹⁶⁹

¹⁶⁹ Informações extraídas de WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.*, WANDERLEY, Rômulo. *Op. Cit.*, CASCUDO, Luís da Câmara. *Alma Patrícia. Op. Cit.*

Autor	Obra	Gênero literário	Ano	Local
Meira e Sá	Simplez notas do laudo do Conselheiro Lafayette na questão dos limites entre o estado do Rio Grande do Norte e do Ceará	Relatório	1902	Tipografia d' A República
Uldarico Cavalcanti	Bandolinatas	Poesia	1903	Tipografia d' O Século
Uldarico Cavalcanti	Esmaltes	Poesia	1905	Tipografia d' O Século
Francisco Ivo Cavalcante	Crisântemos	Poesia	1906	Tipografia d'O Trabalho
Francisco Ivo Cavalcante	Loucuras	Poesia	1909	Tipografia Augusto Leite
Sebastião Fernandes	Alma Deserta	Poesia	1906	Tipografia jornal do Comércio (Mossoró)
Henrique Castriciano	Vibrações	Poesia	1903	Tipografia a Gazeta do Comércio
Anna Lima Pimentel	Verbenas	Poesia	1901	Tipografia d' A Republica
Nestor dos Santos Lima	A matriz de Natal	Conferência	1909	Tipografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
Manoel Gomes Dantas de Medeiros	Natal daqui a 50 anos	Conferência	1909	Tipografia d' A República
Eloy Castriciano de Souza	Costumes locais	Conferência	1909	Não identificado
José Gobat Ferreira Nascimento	Asas	Poesia	1909	Não identificado
Segundo Wanderley	Livro de poesia	Poesia	1910	Tipografia d' A República

Como podemos observar no quadro acima, as publicações aumentavam consideravelmente de 1900 a 1910. A partir da segunda década, percebemos que a forma dominante é a poesia. Podemos afirmar a existência de uma valorização da poesia diante do grande número de publicações deste gênero literário. O aspecto que atrai a atenção é justificado pelas influências do período que iam de Lord Byron até Victor Hugo, Olavo Bilac, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Guerra Junqueiro, Verlaine e muitos outros poetas nacionais e estrangeiros que apresentavam desde tendências romancistas às realistas¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Teresinha Queiroz identifica as influências poéticas dos literatos brasileiros entre fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Consultar: QUEIROZ, Teresinha. Movimento literário. In: _____. *Os literatos e a*

De acordo com Lawrence Hallowell, a poesia apresenta-se como gênero comercialmente mais importante, o que pode explicar a sua popularidade nas publicações dos potiguares. Nas palavras do autor, diferentemente do romance, que devido ao tamanho obrigava ao escritor depender de um patrono ou de um editor, “a poesia poderia ser difundida mais facilmente e de várias maneiras ao alcance da capacidade financeira do literato”¹⁷¹. Portanto, a poesia consistia no gênero de publicação mais barata, por isso, provavelmente, o tipo literário foi recorrido por muitos escritores da cidade do Natal, sobretudo, pelos homens de letras emergentes que buscavam projetar-se no campo literário potiguar.

Além do baixo custo de produção, a poesia, como nos lembra Lawrence, poderia ser mais facilmente difundida, uma vez que os poetas poderiam se tornar conhecidos por meio de frequentes recitais públicos do que sendo lidos. A preferência pela poesia soma-se a um último fator: o pouco tempo despendido para a sua produção. Havia na poesia uma facilidade na produção. O que queremos aferir é que escrever poesias consumia muito menos tempo do que escrever romances, por exemplo. Ainda mais quando a literatura era relegada como uma atividade à margem na sociedade norte rio-grandense, já que, como veremos adiante, os literatos potiguares mantinham outras ocupações profissionais. Isso explica a abundância de poetas amadores na cidade do Natal durante a Primeira República

Outros gêneros fizeram-se presentes. Os conteúdos das obras contemplaram também, em especial, conteúdos políticos. Como exemplo tem-se o relatório escrito por Francisco Salles Meira e Sá, intitulado *Simple notes do laudo do Conselheiro Lafayette na questão dos limites entre o estado do Rio Grande do Norte e do Ceará*. Meira e Sá atuou como escritor potiguar de assuntos jurídicos e políticos. Em 1902, ano da publicação das notas sobre a questão de limites, o estado do Rio Grande do Norte e do Ceará debatiam, desde 1901, a posse do território de Grossos, disputando a porção de terra que se estendia até o limite do estado do Ceará. Logo, Meira e Sá participou da discussão acerca da denominada *Questão Grossos* ao lado de outros nomes como Augusto Tavares de Lyra, Antônio José de Melo e Souza, Vicente Simões Pereira Lemos¹⁷².

Ao lado dos temas jurídicos e políticos, encontravam-se as conferências sobre a história do estado do Rio Grande do Norte. Como exemplo, identificamos a conferência

República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1998, p. 139.

¹⁷¹ HALLWELL, Lawrence. *Op. Cit.* p. 142-143.

¹⁷² FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Natal, 2012. P. 91-92.

proferida na fundação da nova sede Natal-Club, em 1909, acerca da *Igreja matriz de Natal Nossa Senhora da Conceição*. Tanto as produções de Meira e Sá, como a de Nestor Lima, demonstram também a inserção da História como gênero literário no século XX.

As conferências ocorridas em Natal foram mais bem contempladas na terceira parte correspondente a esta dissertação. No entanto, desde já antecipamos que grande parte das conferências literárias realizadas na cidade obteve publicação fossem em pequenos folhetos, fossem nas páginas dos periódicos. Esse foi o caso de Nestor dos Santos Lima. Após o pronunciamento de sua conferência no Natal-Clube, o literato foi convidado para associar-se ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, resultando na publicação de sua conferência pela tipografia da instituição¹⁷³.

Se compararmos o quadro número 2 ao número 4, observamos um considerável aumento na dinâmica de publicações. A lei estadual nº. 145, promulgada em 6 de agosto de 1900 na administração do governador Alberto Maranhão e Henrique Castriciano (como secretário do governo), atribuiu ao governo do Rio Grande do Norte o papel de premiar livros de literatura e de ciência de autores norte rio-grandense. Os escritores beneficiados pela lei corresponderiam a indivíduos nascidos no estado ou que moravam nele. O prêmio consistiria na publicação desses livros financiada pelo próprio estado¹⁷⁴. Exploraremos de maneira mais aprofundada essa medida estadual e as obras publicadas por meio dela no terceiro capítulo *Os filhos d'A Republica*. Por ora, conjecturamos que a lei número 145 poderia ter contribuído no aumento das publicações no estado.

A dinâmica crescente de publicações da década de 1900 a 1910 acompanhou a década seguinte correspondente a 1910 a 1920. Como podemos observar abaixo:

Quadro nº 05 - Livros publicados na cidade do Natal (1910-1920)¹⁷⁵

Autor	Obra	Gênero literário	Ano	Local
Meira e Sá	Recurso extraordinário (missiva ao Exmo. Dr. Amaro Cavalcanti)	Relatório	1911	Tipografia d' Augusto Leite
Moysés Soares	O Natal Clube e a sua primeira década	Conferência	1911	Tipografia d' Ateliêr M. Victorino e Cia
Henrique Castriciano	Educação da mulher no Brasil	Conferência	1911	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia
Meira e Sá	Unidade do direito	Estudo	1912	Tipografia do Instituto Histórico

¹⁷³ WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* p. 32.

¹⁷⁴ ACTOS LEGISLATIVOS. *A Republica*. Natal, 22 ago. 1900.

¹⁷⁵ Informações extraídas de WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.*, WANDERLEY, Rômulo. *Op. Cit.*, CASCUDO, Luís da Câmara. *Alma Patrícia. Op. Cit.*

	privado	monográfico (ensaio)		e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG/RN)
Meira e Sá	Ecos do Sertão: estrada de ferro Mossoró	Estudo monográfico (ensaio)	1912	Tipografia d'A República
Gothardo Neto	Folhas Mortas	Poesia	1913	Tipografia d'A República
Barreto Sobrinho	Mármore	Poesia	1913	Tipografia d'A República
Meira e Sá	Estudos econômicos (sobre as tarifas da estrada de ferro central do estado do RN)	Estudos monográficos (ensaio)	1913	Tipografia d'A República
Ferreira Itajubá ¹⁷⁶	Terra Natal	Poesia	1914	Tipografia do IHG/RN
Kerginaldo Cavalcanti	Contos do Agreste	Poesia	1914	Tipografia do IHG/RN
Ponciano Barbosa	Dúvidas	Poesia	1914	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia
Abner de Brito	Confissão	Poesia	1914	Não identificado
Abner de Brito	Enterro do pecado	Poesia	1914	Não identificado
Ponciano Barbosa	Ave Maria	Poesia	1916	Tipografia Comercial José Pinto
Ponciano Barbosa	Livro Humilde	Poesia	1916	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia
Barreto Sobrinho	Da prisão à liberdade	Estudo monográfico (ensaio)	1917	Não identificado
Meira e Sá	Culto Cívico	Conferência	1917	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia
Palmyra Wanderley	Esmeraldas	Poesia	1918	Tipografia Comercial José Pinto
Murilo Aranha	Cesar Borgia	Poesia	1918	Tipografia Augusto Leite
Manoel Dantas	Chorographia do Rio Grande do Norte	Estudo monográfico (ensaio)	1918	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia
Virgílio Trindade	Flechas	Poesia	1919	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia
Othoniel Menezes	Gérmén	Poesia	1919	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia
Ezequiel Wanderley	Balões de Ensaio	Crônicas	1919	Tipografia José Pinto
Carolina Wanderley	Alma	Poesia	1919	Tipografia d'A República
Henrique Castriciano	Os mortos	Romance	1920	Não identificado

Vislumbrando o extenso quadro acima, fica-nos a impressão que a década de 1910-1920 correspondeu ao período mais rico de publicação de autores potiguares. Identificamos a continuidade da amplitude dos gêneros que eram produzidos nas décadas anteriores. Reiteramos mais uma vez, o grande número de livros de poesias publicados na cidade do Natal. Porém, as publicações continuaram transcendendo o gênero literário da poesia (lírico). As novidades na dinâmica de produção de livros em Natal durante essa época são duas: a abundância de estudos monográficos – identificados aqui como ensaios – e o aparecimento do gênero literário romance na literatura potiguar.

¹⁷⁶ A publicação da obra *Terra Natal*, Manoel Virgílio Ferreira Itajubá, foi realizada por Henrique Castriciano. O livro, portanto, corresponde a uma publicação póstuma, em 1914, de Ferreira Itajubá. Informação consultada em: WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* p. 65.

De acordo com o teórico literário Antônio Amora, os ensaios são organizações de ideias pessoais sobre determinados assuntos, “o ensaio é um documento da curiosidade, da inquietação de autores”¹⁷⁷. Os ensaios preservam função semelhante à da conferência que são elaborações em que o conteúdo encerra pela intenção de educar, instruir ou, simplesmente, informar. Nesse caso, os ensaios identificados acima contemplam alguns temas como jurídicos, políticos, bem como econômicos como, por exemplo, a publicação *Estudos econômicos (sobre as tarifas da estrada de ferro central do estado do RN)*, no ano de 1913, pelo bacharel em Direito Meira e Sá.

No final da terceira década do século XX identificamos a manifestação do gênero romance como, por exemplo, *Os mortos*, obra escrita por Henrique Castriciano de Souza. O termo romance é utilizado, nessa pesquisa, para referir-se a prosa ficcional produzida durante os séculos XVIII e XIX. O gênero literário reunia, na época, o que era identificado como novela, conto, viagem, romance, biografia, memória, entre outros¹⁷⁸. A partir da obra de Castriciano podemos perceber os primeiros passos das publicações de romance em livros, uma vez que, durante o fim do século XIX, observamos a difusão desse gênero literário narrativo por meio de revistas e jornais sob o nome de “folhetins”.

Outra questão para o qual chamamos atenção diz respeito à continuidade na atuação de escritores que igualmente produziram obras nas décadas anteriores. Henrique Castriciano e Francisco de Salles Meira e Sá, por exemplo, são nomes que contribuíram com a dinâmica literária potiguar por meio de suas produções desde fim do século XIX – no caso, exclusivamente, de Henrique Castriciano – e início do século XX. Ambos perpassaram várias gerações de literários.

Descortinemos o último grupo de publicação equivalente à década de 1920 ao ano de 1930:

Quadro nº 06 - Livros publicados na cidade do Natal (1920-1930)¹⁷⁹

Autor	Obra	Gênero literário	Ano	Local
Câmara Cascudo	Alma Patrícia – crítica literária	Crítica	1921	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia.
Manoel Dantas	Denominação dos municípios	Estudo monográfico (ensaio)	1922	Não identificado

¹⁷⁷ AMORA, Antônio Soares. *Op. Cit.* p. 162.

¹⁷⁸ Sobre o romance no Brasil ver: ABREU, Márcia (Org.). Introdução. In: ____ *Trajetórias do Romance: circulação, leitura, escrita nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Editora FAPESP, 2008. p. 8-15. Abordaremos melhor o assunto acerca dos folhetins no capítulo 04 (parte II), momento em que discutiremos a difusão da literatura no espaço midiático potiguar.

¹⁷⁹ Informações extraídas de WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.*, WANDERLEY, Rômulo. *Op. Cit.*, CASCUDO, Luís da Câmara. *Alma Patrícia*. Op cit.

Ezequiel Wanderley	Poetas norte-rio-grandense	Biografia	1922	Tipografia d'A República
Barreto Sobrinho	Sombras e Telas	Poesia	1922	Não identificado
Tavares de Lyra	História do Rio Grande do Norte	Estudo Monográfico (ensaio)	1922	Tipografia d'A República
Barreto Sobrinho	Natura	Poesia	1923	Não identificado
Câmara Cascudo	Joio	Crítica	1924	Tipografia d'A Imprensa
Câmara Cascudo	Lopez do Paraguay	Biografia	1924	Tipografia d'A República
Jayme Wanderley	Fogo Sagrado	Poesia	1926	Tipografia d'A Imprensa
Jorge Fernandes	Livro de Poemas	Poesia	1927	Tipografia d'A Imprensa
Nestor Lima	Qual é o Rio Grande do Norte?	Estudo monográfico (ensaio)	1927	Tipografia do IHGRN
Nestor Lima	Preciosa relíquia colonial	Estudo monográfico (ensaio)	1927	Não identificado
Nestor Lima	Um século de ensino primário	Estudo monográfico (ensaio)	1927	Tipografia do IHGRN
Nestor Lima	Unificação e magistério nacional	Estudo monográfico (ensaio)	1927	Não identificado
Antônio Souza	Flor do Sertão	Romance	1928	Tipografia d'A República
Othoniel Menezes	Jardim Tropical	Poesia	1929	Tipografia Ateliêr M. Vitorino e Cia
Nestor Lima	O celibato pedagógico	Estudo monográfico (ensaio)	1929	Não identificado
Nestor Lima	Assu	Estudo monográfico (ensaio)	1929	Não identificado
Antônio Soares	Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	Estudos monográficos (ensaio)	1930	Não identificado
Eloy de Souza	Alma e poesia do litoral do nordeste	Conferência	1930	Não identificado

O balanço das produções em quatro décadas permite-nos observar quais eram as preferências literárias dos escritores potiguares. Como podemos perceber, nos dois quadros que mostram as publicações nas últimas décadas (1910 a 1920 e 1920 a 1930), identificamos a permanência do gênero romance no escritos dos homens de letras. O sucesso editorial e de público que os romances tomaram no Brasil, ainda no fim do século XVIII, parece ter se refletido na cidade do Natal. Possivelmente o gênero romance, surgido no século XVIII, já estivesse presente nos primeiros anos do século XX, as bibliotecas dos literatos da cidade do Natal, desde os franceses Émile Zola e Gustave Flaubert aos escritores romancistas brasileiros, como Machado de Assis, José de Alencar, entre outros.

Identificamos ainda uma considerável difusão do gênero literário da crítica nas obras de Luís da Câmara Cascudo e Armando Seabra. A crítica literária, nessa época, expressava-se

como impressionista, estava longe de ter o significado ao qual atribuímos nos dias atuais. Na opinião de Amora, a crítica consistia na forma de compreensão diante de uma obra lida¹⁸⁰.

Não pretendemos discutir aqui dos padrões estéticos das obras publicadas na cidade do Natal. No entanto, podemos ainda afirmar que, a partir das décadas de 1910 e 1920, floresceram trabalhos mais especializados entre os escritores potiguares. O considerável número de trabalhos monográficos apontam para preocupações relacionadas a conteúdos jurídicos, políticos, econômicos. Outros assuntos como, por exemplo, educação e história do estado também figuraram nos escritos dos literatos da cidade. A literatura produzida na cidade do Natal descortinou um leque de gêneros, tipos, temas, como podemos vislumbrar a partir dos quadros expostos nesse tópico.

É importante chamarmos a atenção para os locais que abrigaram as publicações literárias dos homens de letras de Natal. Dentre os livros de ampla circulação destacamos as obras escolares adotados pela escola secundarista Ateneu Norte-riograndense, o grupo escolar Augusto Severo e a Escola Normal, e vendidos na livraria *Cosmopolita* de Fortunato Rufino Aranha¹⁸¹. Os livros que identificamos aqui, isto é, destinados ao público geral, ficaram sob a responsabilidade dos tipógrafos e das oficinas instaladas na cidade do Natal.

Ainda que no século XX algumas cidades no Brasil experimentavam uma notável expansão do sistema editorial, as obras literárias produzidas de 1889 a 1930, em Natal, foram publicadas pelas tipografias. As oficinas tipográficas potiguares alimentavam a dinâmica dos periódicos, na medida em que imprimiam e subsidiavam a circulação de revistas e jornais pela cidade. É plausível que os literatos ressentiam-se de dificuldades de ordem financeira inviabilizando publicação de obras, o que provavelmente justificaria a iniciativa da lei estadual número 145.

No entanto, o que buscamos ressaltar neste tópico é a dificuldade dos escritores da cidade, uma vez que, possivelmente, esses literatos encontravam obstáculos na busca por quem publicasse os seus trabalhos. Isso explicaria, talvez, a maior preferência por jornais e pelas revistas quando o assunto era fazer circular as suas criações literárias. Logo, as tipografias que imprimiram e que publicaram as obras literárias potiguares, entre 1889 a 1930, foram as mesmas que fomentavam o universo cultural por meio dos periódicos.

¹⁸⁰ De acordo com o autor, as críticas são divididas em três tipos: a crítica literária que compreende a forma de conhecimento intuitivo em que sempre externa a compressão diante de uma realidade estética; a crítica exegetica, referente a explicação da obra em sua forma e no seu conteúdo; e, por fim, a crítica impressionista, que consiste na crítica de um leitor sobre uma obra. No caso das produções intelectuais potiguares que se propuseram a construir uma crítica, identificamos a predominância do terceiro tipo. Para mais informações, consultar: AMORA, Antônio Soares. *Ibid*, p. 191.

¹⁸¹ Sobre a livraria Cosmopolita e seus sortimentos exploraremos melhor no último capítulo dessa dissertação.

Analisando os quadros expostos aqui sobre as quatro décadas de publicações, podemos identificar uma maior predominância da tipografia do jornal *A Republica* – a oficina tipográfica do jornal oficial do partido republicano natalense. A tipografia d’ *A Republica* foi comprada por Pedro Velho em 24 de dezembro de 1890, ao tipógrafo Luiz Carlos Lins Wanderley, e funcionou, inicialmente, na Rua da Conceição, número 2¹⁸². A tipografia, em seus primeiros anos, reuniu nomes como Pedro Velho, Eloy de Souza, Augusto Tavares de Lyra, Manoel Dantas, Alberto Maranhão, Pedro Avelino, Juvenal Lamartine, Henrique Castriciano, Augusto Leite, entre outros¹⁸³. A predominância da oficina do jornal *A Republica* a frente das publicações das obras dos literatos potiguares, pode reforçar o papel do Estado como aparelho promotor e possibilitador da vida literária e cultural na cidade do Natal durante o regime republicano, visando solucionar a dificuldade de publicações encontradas pelos literatos.

Em número menor, se comparada às produções impressas pela oficina do jornal *A Republica*, encontramos as tipografias Comercial José Pinto e Cia e o Ateliêr de M. Vitorino Câmara e Cia como outras oficinas as quais o literato potiguar recorreu para divulgar seu trabalho. José Pinto adquiriu suas experiências tipográficas na oficina do *A Republica* desde o ano de 1899. Segundo Pedro de Alcântara Pessoa de Melo, ele “era o homem que movimentava todo o maquinismo da folha. Diligente, de grande atividade, ele desempenhava as suas funções a contento de todos”¹⁸⁴. Ao deixar as oficinas do jornal oficial republicano no fim da década de 1910, José Pinto implementou sua própria tipografia, que também deu abrigo às obras tecidas na cidade do Natal. No que respeita a tipografia Ateliêr M. Vitorino Câmara e Cia, o atelier era localizado na Rua coronel Pedro Soares, número 8. A oficina, dirigida por Carlos Policarpo, igualmente prestou amplamente seus serviços aos escritores da cidade, principalmente na década de 1920, “contribuiu para que muito livro tivesse vida e movimento”¹⁸⁵.

Os quadros expostos nesta dissertação não se prestam a mapear com precisão a quantidade de livros publicados pelos literatos potiguares. Contudo, produzimos tais índices quantitativos a fim de diagnosticar algumas características da vida literária em Natal como, por exemplo, as temáticas das publicações, os autores que produziam e as tipografias

¹⁸² FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 29.

¹⁸³ *Ibid*, p. 12.

¹⁸⁴ MELLO, Pedro de Alcântara Pessoa de. Imprensa. In: _____. *Natal de ontem: figuras e fatos de minha geração*. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2006. p. 29.

¹⁸⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. Em louvor de Carlos Policarpo. Actas diurnas. *A Republica*. Natal, 10 jul. 1959.

recorridas para imprimir seus trabalhos. Assim, o levantamento realizado nesse tópico é útil não para espelhar a realidade, mas sim para discutir tais aspectos.

Portanto, como vislumbramos ao longo desse tópico, se por um lado as tipografias instaladas em Natal possibilitaram a constituição de uma dinâmica de publicações na cidade, por outro, as agremiações literárias constituíram-se igualmente como espaços que facilitavam a publicação de trabalhos literários. É a respeito dessas associações literárias fundadas em Natal, durante o regime republicano, que trataremos adiante.

1.5 Associações literárias: um foro de iniciação intelectual

As associações fundadas para o cultivo das letras também tiveram a sua importância na dinamização do movimento literário na cidade do Natal durante a Primeira República. Durante esse período, percebemos na capital norte rio-grandense uma multiplicação de agremiações literárias. Ainda que essas pequenas instituições tivessem uma vida efêmera, tais associações contribuíram para pluralidade do universo literário potiguar. Os grêmios emergentes não eram todos iguais, possuíam feições e nuances próprias. Contudo, no geral, compartilhavam uma mesma proposta: o progresso do intelecto norte rio-grandense por meio do culto às letras.

O primeiro grêmio literário que identificamos no regime republicano norte-rio-grandense, fundado no ano de 1889, denominava-se *Primeiro de Março*. A denominação do grêmio, possivelmente correspondia ao dia de sua fundação, 01 de março. A associação literária manteve o seu próprio jornal. O *Têntame* (1889), periódico que se definia como de interesse “meramente literário, estranho as altas questões, principalmente políticas”¹⁸⁶. De acordo com Ubiratan Machado, os grêmios no Brasil cultivaram um espírito associativo na vida literária na medida em que construíram um espaço que proporcionava o convívio entre os seus pares, e admiradores, discursando, recitando poemas, debatendo teses, fofocando, conspirando¹⁸⁷.

Não obstante, os debates e as ideias que efervesciam nas associações literárias necessitavam ser publicizados, o que resultou na fundação de periódicos. Em um estudo acerca das associações literárias da cidade do Rio de Janeiro da década de 1920, Ângela de Castro Gomes conclui que as revistas e os jornais oriundos dos grêmios funcionaram como

¹⁸⁶ FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 82.

¹⁸⁷ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2001. p. 265.

“lugares classicamente de sociabilidade intelectual”¹⁸⁸. Logo, os periódicos mantidos pelas associações materializaram-se como porta-vozes desses grêmios, como suportes materiais que possibilitaram a circulação de suas ideias e seus projetos articulados no interior dessas instituições associativas. Além disso, as revistas e os jornais dos grêmios literários constituíram em oportunidades de publicações dos membros dessas associações – ponto que exploraremos mais a frente. O *Têntame* era, portanto, um exemplo desses tipos de periódicos.

O grêmio *Primeiro de Março* contou como membros os jovens Honório Carrilho, José Cândido Barbosa e Luís Lobo. Honório Carrilho da Fonseca e Silva (1873-1961), José Cândido Barboza (1872-1921) e Luiz Lôbo (1873-1923) eram estudantes do colégio Ateneu Norte Rio-grandense e atuaram juntos na fundação de alguns jornais na cidade do Natal. Posteriormente, os três jovens desenvolveram atividades nas escolas militares do Rio de Janeiro¹⁸⁹.

Honório Carrilho também participou de outro grêmio literário fundado em 1890 por estudantes da instituição secundarista. O grêmio de 1890 não tinha denominação. Acreditamos que a emergência dessa associação literária tenha ocorrido após o término do grêmio anterior, *Primeiro de Março*, uma vez que, como observado, esse teve uma vida efêmera que durou apenas um ano. Desse modo, alguns dos alunos do Ateneu organizaram-se no grêmio e fundaram o jornal *Tribunal Juvenil* (1890). O periódico tinha como lema “Liberdade e lazer” e autodenominou-se “científico e litterario”¹⁹⁰. Tal associação sobreviveu por seis anos, encerrando suas atividades, e a impressão de seu jornal, em 1896.

Em 1894, a cidade do Natal viu nascer, talvez, o seu mais expressivo grêmio literário no que diz respeito à longevidade: o *Le Monde Marche*. O grêmio literário foi fundado em 1894 e fechado em 1904. Como podemos perceber, constituiu-se em uma associação que durou dez anos. Êxito, até então inédito, na história literária da cidade do Natal.

O nome do grêmio, em francês, fazia referência à frase de Pierre Clément Eugène Pelletran (1813-1884), traduzido como “o mundo avança”. A expressão foi inspirada na frase do deputado francês e dizia respeito ao pensamento político e intelectual em sintonia com o

¹⁸⁸ GOMES, Ângela de castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 58

¹⁸⁹ Honório Carrilho da Fonseca e Silva (1873-1961) nasceu em Ceará-Mirim e, ainda no fim do século XIX, estabeleceu-se na cidade do Natal. Em 1895, formou-se bacharel na Faculdade do Direito de Recife. No início do século XX, o bacharel migrou para a cidade do Rio de Janeiro, onde ocupou, em 1902, o cargo de Procurador da República no Rio de Janeiro na seção do Rio Grande do Norte. Honório Carrilho ainda desenvolveu as funções de magistério na Escola Militar do Realengo, na cidade do Rio de Janeiro. José Cândido Barboza (1872-1921). Apenas sabemos que o moço potiguar estudou no colégio secundarista Ateneu Norte Rio-grandense e, posteriormente, migrou para o Rio de Janeiro, onde publicou o poema “Despedida” e integrou o curso militar do Exército também no Rio de Janeiro. Luiz Lôbo, por sua vez, formou-se no curso geral regular militar, atingindo, posteriormente, as patentes máximas. O jovem migrou para o estado do Pará, onde atuou como Comandante geral da força pública do estado. Consultar: WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* p. 25, p. 26 e p. 31.

¹⁹⁰ FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 57

mundo moderno¹⁹¹. A sentença adotada pelo grêmio potiguar indica uma circularidade de ideias na cidade do Natal, bem como o desejo de proximidade com as ideias modernas difundidas em território francês.

Assim como os três outros grêmios que mencionamos, o *Le Monde Marche* estava articulado com a escola secundarista Ateneu. Isso não significa dizer que a associação literária era composta, exclusivamente, por alunos do colégio. No dia 9 de setembro de 1894, nasceu o *Le Monde Marche*, concomitantemente com a *Oásis*, o periódico porta-voz do referido grêmio.

Além do tempo de vida da associação literária e de seu periódico, o que nos chamou atenção foi a longa lista dos sócios vinculados à instituição. Como mencionado, os fundadores do grêmio foram os alunos do Ateneu, tendo como presidente Benevuto de Oliveira. No entanto, os membros associados ao grêmio transcenderam o círculo do colégio secundarista. Em 1895, apenas com um ano de vida, o *Le Monde Marche* apresenta em sua revista a sua extensa lista de membros: José Rodrigues Leite, José Próspero de A. Fernandes, Urbano Avelino, José Domingues Porto, Pedro Fabrício Gomes de Souza, Benevuto de Oliveira, João Paulo P. Arruda, Virgílio Benevides Seabra de Mello, Pedro de Alcântara Viveiros, Francisco Dantas Cavalcanti, Alfredo Cerqueira Carvalho (presidente do grêmio por 10 anos), Tobias Rocha, Gabriel Archanjo S. Iago, Augusto Carlos M. L' Eraistre Filho, José Luiz Ferreira Nobre, Carlos Augusto L' Eraistre, Antônio Gomes de Leiros, Raul Fernandes de Oliveira, José Bernardo de Medeiros Filho, Alfredo Augusto Seabra de Mello, Henrique Annes J. Pires, José Coelho de Brito, Ovídio Fernandes de Oliveira, Elviro Dantas Cavalcanti, Juvenal Lamartine de Farias, Joaquim Ignácio Torres, Luiz Ignácio Fernandes de Oliveira, L. Emydio Pinheiro da Câmara Filho, Cavalcante Sobrinho¹⁹².

Além da imensa lista, a associação literária ainda aglutinou outros nomes ao longo de sua existência, entre eles: Aurélio Pinheiro, Pedro Alcântara Pessoa de Melo, Deolindo Lima, José Emerenciano Gothardo Neto, Barôncio Guerra, Cornélio Leite, os irmãos Raul e Sebastião Fernandes, Antônio Soares, Alcino Carneiro e Galdino Lima¹⁹³. E ainda: Maria Carolina Wanderley, Henrique Castriciano, Antônio Marinho, Auta de Souza, Ezequiel Wanderley, Luís Lôbo, Francisco Palma, Celestino Wanderley, Urbano Hermilio, Ferreira Itajubá, Teófilo Marinho, Hervêncio Marinho, Elias Souto Júnior, Lourival Açucena, Anna

¹⁹¹ Escritor, jornalista e político, Eugène Pelletran adquiriu notoriedade na França como escritor e no ensino público durante o período de Revolução Francesa. Consultar: GURGEL, Tarcísio. *Belle Époque na Esquina: o que se passou na República das letras potiguar*. Natal/RN: Editora do autor, 2009. p. 120.

¹⁹² OLIVEIRA, Benevuto. *Anagrama. Oásis*. Natal, 15 jan. 1895.

¹⁹³ MELO, Pedro Alcântara Pessoa de. *Op. Cit.* p. 18

Lima, Adalberto Peregrino¹⁹⁴. Por fim, o *Le Monde Marche* abrigou “a geração que nasceu literariamente com o advento republicano”¹⁹⁵.

É necessário ressaltar que a escolha de membros dos grêmios literários era realizada por indicação partida de um indivíduo que já pertencesse à associação. A indicação deveria ser discutida e decidida nas reuniões dos membros do grêmio, bem como as exclusões. Tal sistema de funcionamento foi detectado em todos os grêmios analisados da cidade do Natal. Se as associações literárias tinham como função integrar um indivíduo em um sistema de relações em que a atividade literária era predominante, podemos aferir que a composição dos grêmios ocorria por meio de uma seleção em que indivíduos que já pertenciam às instituições tinham o poder de dizer (e reconhecer) quem deveria participar ou não desse campo literário.

Outra característica a ressaltar é que os sócios ou eram efetivos – ou seja, pessoas que moravam na cidade e frequentavam as reuniões – ou eram correspondentes – que moravam em outras cidades e estados e, em raras vezes, em outros países – que sustentavam financeiramente as associações literárias. Sendo assim, a longa lista de sócios do *Le Monde Marche* pode ter contribuído para a sua duração de dez anos, uma vez que em grande parte dos grêmios literários, a brevidade de sua existência encontrava-se nas dificuldades financeiras de manutenção.

Se, por um lado, a grande lista de sócios do *Le Monde Marche* pode ter possibilitado a longa existência do grêmio, por outro lado não o livrou de dificuldades financeiras. Em 1902, a associação apresentou dificuldades para publicar a edição especial de aniversário do grêmio no mês de setembro, tendo que pedir papel emprestado na tipografia do *Diário do Natal*, de Elias Souto¹⁹⁶.

O grêmio *Le Monde Marche* foi contemporâneo de outro grêmio literário, o *Congresso Literário*. A associação literária foi fundada no ano de 1897. Em 21 de abril do mesmo ano, o *Congresso Literário* colocou em circulação seu periódico denominado *A Tribuna*. O jornal *A República* noticiou o seu aparecimento: “A Tribuna – foi hontem distribuído o primeiro número d’essa interessante e variada revista litteraria, orgam da sociedade Congresso Litterario’ ultimamente fundado nessa cidade por um grupo de moços intelligentes e amantes do trabalho”¹⁹⁷.

Os jovens mencionados pelo órgão oficial do estado eram: Pinto de Abreu, Francisco Palma, Horácio Barreto, Antônio Marinho, Ovídio Fernandes, José Pinto, Ezequiel

¹⁹⁴ MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p. 145

¹⁹⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Musa canta os poetas, escritores...* *Op. Cit.* p. 379

¹⁹⁶ *Ibid*, p. 20.

¹⁹⁷ CONGRESSO LITTERARIO. *A Republica*. Natal, 22 abr. 1897.

Wanderley, Alberto Maranhão, Segundo Wanderley, Manoel Dantas, José de Berredo, Sérgio Barreto, Manuel Coelho, Sebastião Fernandes, Augusto Wanderley, Galdino Lima, Pedro Soares, Pedro Viveiros, Antônio Soares¹⁹⁸. Somando-se aos sócios efetivos, o grêmio ainda contava com Auta de Souza, Henrique Castriciano, Anna Lima, Manuel Arão, Palmério Filho, Homem de Siqueira como membros honorários¹⁹⁹.

Luís da Câmara Cascudo ressaltou a diferença entre os grêmios *Le Monde Marche* e o *Congresso Literário*, distinguindo seus periódicos: “A feição é diversa do *Oasis*. *A Tribuna* é mais concludente, analista, expositora, divulgando assuntos mais densos, sem a inexperiência, a mocidade, a transparência do *Oásis*”²⁰⁰. Como mencionamos, o *Le Monde Marche* era formado, sobretudo, pelos mancebos secundaristas do colégio Ateneu. Embora consideremos a importância da “geração” que foi introduzida na vida literária da cidade do Natal, o *Congresso Literário*, segundo Cascudo, consistia em uma associação mais velha, mais experiente.

A finalidade da associação *Congresso Literário* era “fazer de sua sociedade num centro de estudo consciencioso, onde em bôa companhia cultivem a litteratura, esforçando-se pelo aperfeiçoamento das suas aptidões no campo promettedor das bellas letras”²⁰¹. Desse modo, é possível que o caráter “experiente” que Cascudo atribuiu ao *Congresso Literário* esteja relacionado a tal proposta publicizada pelo grêmio, uma vez que a associação servia mais àqueles que buscavam aperfeiçoarem-se nas letras do que ter, nas belas letras, um momento de lazer ou de simples cultivo.

A experiência desta associação literária pode também estar articulada ao conteúdo veiculado na revista *A Tribuna*. O periódico, de proposta quinzenal, foi impresso nas tipografias Central e do jornal *O Século*²⁰². Durante a pesquisa, apenas foi-nos possível a obtenção de quatro anos do periódico (1899, 1900, 1903 e 1904). Dos números analisados, identificamos a maioria de poesias e de contos entre os assuntos de *A Tribuna*. No entanto, percebemos que o periódico também apresentou textos de cunho político como, por exemplo, na edição de julho de 1899, o qual publicou algumas considerações da Guerra de Canudos (1896 a 1897), e na edição de dezembro de 1903, no qual veiculou queixas direcionadas ao presidente Rodrigues Alves acerca das secas que assolavam a região Norte do Brasil.

¹⁹⁸ A TRIBUNA. Natal, 2 jan. de 1899.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. Moças cantam os poetas, escritores... *Op. Cit.*, p. 379.

²⁰¹ CONGRESSO LITTERARIO. *A Republica*. Natal, 22 abr. 1897.

²⁰² FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 61

Diferentemente do *Le Monde Marche*, a associação literária *Congresso Literário* encontrava-se mais afastada do colégio secundarista Ateneu Norte Rio-grandense. Enquanto o *Le Monde Marche* consistiu em um “grêmio mais jovem”²⁰³ reunidos nos salões da escola²⁰⁴, o *Congresso Literário*, por sua vez, serviu de ponto de congruência para homens com interesses literários e de outros tipos – como, por exemplo, política – reunidos, costumeiramente, na residência de seu sócio Ezequiel Wanderley²⁰⁵. Em 1900, *A Tribuna* anunciou a quantidade de sócios representantes do grêmio dentro do estado, nos municípios de “Macau, Mossoró, Macahyba, Penha, Açú, Acary, Patu, São José, e fora do Rio Grande do Norte, nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Amazonas, Ceará e Pará”²⁰⁶.

Desse modo, pareceu-nos que o *Congresso Literário* conseguiu maior projeção do que a associação composta em maioria pelos alunos do Ateneu. Além das possibilidades de participação e de publicação na revista para os seus sócios, o grêmio proporcionou as divulgações dos trabalhos literários. Em novembro de 1903, o grêmio divulgou a lista de obras publicadas:

Publicados - Conferência ‘O momento literário do Rio Grande do Norte’ de Antônio Marinho, poesia ‘Santelmos’ de Francisco Palma, ‘Entre o céu e a terra’ homenagem à Segundo Wanderley, poesia ‘Gôndolas’ de Segundo Wanderley, poesia Verbenas de Anna Lima. No prelo – Fructos e flores – pensamentos e máximas, de Pinto de Abreu. ‘A Província’, drama de Segundo Wanderley²⁰⁷.

Segundo Brito Broca, as agremiações literárias tinham como intenção facilitar, aos sócios a publicação de suas obras bem como a realização de cursos, congressos, conferências, ou festas de arte²⁰⁸. Na cidade do Natal, como já mencionado, não havia editoras, o que dificultava as publicações dos trabalhos. Os literatos tinham que arcar com os custos financeiros das impressões de suas próprias obras. Para tanto, estes acabavam recorrendo às oficinas tipográficas a fim de materializar suas produções.

²⁰³ MELLO, Pedro Alcântara Pessoa de. *Op. Cit.* p. 17

²⁰⁴ Identificamos algumas das reuniões dos sócios do grêmio *Le Monde Marche* ocorridas na residência do presidente da associação Alfredo Correia Carvalho. Consultar: LE MONDE MARCHE. *Diário do Natal*. Natal, 28 jan. 1900.

²⁰⁵ O *Congresso Legislativo* convidava seus sócios efetivos, por meio do jornal *A República*, para as reuniões de posse das novas diretorias do grêmio. Os anúncios das reuniões eram assinados pelo secretário da associação. Consultar: CONGRESSO LITTERARIO. *A Republica*. Natal, 21 abr. 1900.

²⁰⁶ SÓCIOS REPRESENTANTES. *A Tribuna*. Natal, 12 fev. 1900.

²⁰⁷ A TRIBUNA. Natal, 15 nov. 1903.

²⁰⁸ BROCA, Brito. Agremiações literárias. In: _____. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p. 93.

Portanto, algumas agremiações literárias potiguares deram uma significativa contribuição à publicação de obras literárias. Desse modo, as associações literárias atuaram como sistema de intercâmbio literário garantindo o curso das produções nas letras, fosse por meio da escrita (em livros e em jornais), fosse mediante as frequentes sessões dos grêmios, recitais, debates ou tertúlias. Os salões do colégio Ateneu Norte Rio-grandense, em 1897 a 1898, abrigaram mais um grêmio literário, a saber *Castro Alves*. Contudo, optamos por contemplar a discussão dessa agremiação em particular no capítulo seguinte a fim de discutirmos a importância da instituição secundarista potiguar para a vida intelectual da cidade.

As associações *Le Monde Marche*, *Congresso Literário* e *Castro Alves* foram contemporâneos do *Grêmio Polymathico*. A associação literária foi fundada em fevereiro de 1898 por Antônio José de Mello e Souza. A criação do grêmio ocorreu junto com a fundação de seu periódico, a *Revista do Rio Grande do Norte* (1898-1900). Segundo Luis da Câmara Cascudo, a intenção da associação era publicar uma revista tal com a *Revista Brasileira*, publicada na capital federal, “com colaboração escolhida, assuntos de pesquisa, evitando folha seca e chave-de-ouro”²⁰⁹. A primeira publicação conhecida por usar o nome de *Revista Brasileira* apareceu em 14 de julho de 1855, na cidade do Rio de Janeiro, com o título *Revista Brasileira – jornal de Literatura, Teatros e Indústria*. A revista foi fundada e dirigida por Francisco de Paula Meneses, anunciando-se como quinzenal.

Contudo, em 1855 só foi publicado o primeiro número da revista, uma vez que o segundo número corresponde ao ano de 1857. Em 1857, o segundo nome da revista trouxe outra denominação: *Revista Brasileira – Jornal de Ciências, Letras e Artes* e durou até 1861, perfazendo quatro volumes. A terceira aparição da revista correspondeu aos anos de 1879 a 1881, aglutinando em suas páginas publicações de intelectuais como Machado de Assis e Silvio Romero. A revista retornou suas publicações em 1895 até 1899 com publicações de José Veríssimo, na época diretor do periódico. A sede da revista, nessa época, encontrava-se instalada na Rua do Ouvidor, número 66. Sua sede acabou dando origem a *Academia Brasileira de Letras*, instalada nesse mesmo local. Entretanto, foi apenas no ano de 1941 que, de fato, a publicação da revista ficou sob a responsabilidade da *Academia Brasileira de Letras*²¹⁰.

Assim como o *Congresso Literário*, o *Polymathico* também se destacou no campo literário potiguar na medida em que possibilitou aos seus sócios efetivos, correspondentes e

²⁰⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. Cit.* p. 379.

²¹⁰ Para mais informações sobre a *Revista Brasileira*, consultar: BROCA, Brito. *Op. Cit.* p. 121.

honorários, a publicação de seus trabalhos literários. No final do ano de 1899, a *Revista do Rio Grande do Norte* divulgou em suas páginas um balanço de obras publicadas pela associação literária:

Publicações do Grêmio – Ruínas (poesia), de Henrique Castriciano. Mãe (poemeto), de Henrique Castriciano. O Hôrto (poesia), de Auta de Souza. **Em preparação:** Livro Azul (contos e fantasias), de Manoel Dantas. A Redenção de Satã (poema simbólico), de Henrique Castriciano. O Tísico (romance), de Henrique Castriciano. Ensaio Filosófico, de Antônio José de Melo e Souza. Do Canto à Bica (críticas de costume), de Polycarpo Feitosa. Combates (ensaio literário) de Pedro Avelino. **Futuras Publicações** – Alma e Pátria (poema cívico), de Homem de Siqueira. A vida Potiguar (crítica de costumes), de Antônio José de Melo e Souza. Horas de ócio (história e literatura), de Alberto Maranhão. Favônios (contos e crônicas), de Zeferino Arruda. Corografia do Rio Grande do Norte, de Alberto Maranhão. O Enjeitado (drama), de Henrique Castriciano. Suprema dor (drama), de Henrique Castriciano. Cinzas (poesia) de Henrique Castriciano²¹¹. (Grifo do autor)

De acordo com Pedro Melo, todo esse entusiasmo de publicação de livros não ultrapassou as páginas da revista. O grêmio *Polymathico* publicou pouquíssimos livros, “com exceção talvez de dois ou três livros que conseguiram vir à luz da publicidade”²¹². Se relembrarmos os quadros apresentados aqui acerca das publicações literárias de 1889 a 1910, podemos confirmar a opinião de Manoel Rodrigues de Melo. Poucos foram os livros, listados pelo grêmio, que alcançaram a publicidade. Entretanto, seus sócios não deixavam de publicar. A *Revista do Rio Grande do Norte* era a própria fonte de divulgação para os membros do grêmio literário *Polymathico*. A revista de estudos editada pelo grêmio aglutinou contribuições “sérias, equilibrada, colaborada pelos corifeus políticos e intelectuais”²¹³.

O periódico era impresso na tipografia do jornal oficial do estado, *A República*, e manteve sua redação instalada na Rua Dr. Barata, número 05, bairro da Ribeira. Era na redação da revista que ocorriam as reuniões do grêmio literário, como podemos observar na seguinte convocação: “De acordo com o presidente do Grêmio *Polymathico* convido os respectivos sócios para uma reunião hoje às 7 horas da noite, na casa à rua Dr. Barata, n.5. O secretário, Pedro Avelino”²¹⁴. Por meio de a *Revista do Rio Grande do Norte* era difundido os mais variados assuntos. A própria revista apontava a diversidade de seus assuntos: “Revista

²¹¹ REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal, 10 ago. 1899.

²¹² MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p. 155

²¹³ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. Cit.* p. 378.

²¹⁴ GRÊMIO POLYMATHICO. *A Republica*. Natal, 16 jul. 1900.

do Rio Grande do Norte – litteratura, critica, historia, direito, etc. Chronicas scientificas, industriaes e agricolas. Bibliographia de obras recebidas”²¹⁵

No decorrer da pesquisa obtivemos apenas os volumes reunidos e publicados correspondentes aos anos de 1898 e de 1899. No primeiro volume analisado, identificamos a predominância de assuntos referentes à política, economia, direito, religião e literatura. No segundo volume, correspondente ao ano de 1899, foi possível identificarmos uma maior predominância de assuntos jurídicos. No entanto, os números de 1899 também publicaram artigos literários e um artigo acerca da salubridade da cidade do Natal.

A predominância de assuntos jurídicos, difundidos por um grêmio literário, não nos causa estranhamento. Primeiramente, por causa do amplo conceito de literatura durante a Primeira República que proporcionava que os assuntos jurídicos fossem aceitos como tipos de trabalho literário. Em segundo lugar, Brito Broca nos lembra que os periódicos publicados pelas agremiações literárias devem ser “interessado às especializações de todos os sócios”²¹⁶. Ora, o grêmio *Polymathico* aglutinou, sobretudo, “juristas-literatos”, ou seja, homens recém-formados nas Faculdades de Direito em Recife e em São Paulo, pretendidos a falarem, discutirem, produzirem as belas letras.

Por fim, o grêmio *Polymathico* encerrou suas atividades no fim do ano de 1900. Desconhecemos as causas que levaram ao fim dessa notória associação literária. Indagamos acerca do que teria levado ao encerramento de uma agremiação literária que aglutinou, por dois anos, o “grupo dos maiores da terra”. Diante das limitações proporcionadas pelas fontes, resta-nos permanecer nas dúvidas.

Aos grêmios literários aqui mencionados podemos somar outras pequenas instituições que, ainda que tenhamos obtido poucas informações a seu respeito, compuseram o cenário literário da cidade do Natal. Entre elas elencamos a instituição da Academia Literária Norte Rio-grandense (1898), “precursora desse tipo de instituição entre nós”²¹⁷. Como Luís da Câmara Cascudo bem enfatiza, e como já expomos na parte introdutória dessa dissertação, até o ano de 1936, foi inexistente a ideia de uma Academia de Letras do Rio Grande do Norte. Portanto, o pequeno grêmio literário que reuniu Luís Fernandes, Adrôncio Guerra, Osório Fernandes, Raul Fernandes, Lourenço Gurgel, Manuel Henrique e Gotardo Neto foi a primeira pequena instituição a promover a ideia de Academia das letras²¹⁸. A Academia

²¹⁵ REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal, Nov. a dez. 1899.

²¹⁶ BROCA, Brito. *Op. Cit.* p. 93.

²¹⁷ *Ibid*, p. 380.

²¹⁸ MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p. 155.

literária também possuiu o seu jornal, *A Miscelânea*, periódico literário, circulou na cidade nos anos de 1898 a 1899²¹⁹.

Nas primeiras décadas do século XX vieram outras associações: *Grêmio Literário Frei Miguelinho* (1902), *12 de Outubro* (1904-1908), *Grêmio Literário Augusto Severo* (1907-1908), *Grêmio literário Auta de Souza* (1909) e *Grêmio Pedro Velho* (1909). Nessa época, na cidade do Natal, ainda foi fundado a *Oficina Literária, a associação literária que* “pôs a pena na mão de muito poeta e muito jornalista”²²⁰ como, por exemplo, Francisco Ivo Cavalcanti, Angione Costa, Ponciano Barbosa, Jorge Fernandes, Clementino Câmara, Josué Silva, José Gobat, Rodrigues Filho, João Estevam Gomes da Silva e Deolindo Lima²²¹. O referido grêmio ainda foi responsável pela publicação dos periódicos *Potiguar* (1910) e a *Poliantéia de Lourival Açucena*, em ocasião da sua morte no ano em 1907²²².

Na última década da Primeira República destaquemos a notoriedade dos dois grêmios: *Sete de Setembro* e *Centro Polimático*. Diante das limitações das fontes não obtivemos amplas informações sobre a primeira associação. No entanto, investigamos três periódicos que esse grêmio literário chegou a publicar na cidade nos anos de 1905, 1912 e 1917. Identificamos que os periódicos *O dia* (1905), *O colegial* (1912) e o *Sete de Setembro* (1917) pertenceram à agremiação literárias Sete de Setembro. Os três jornais apresentaram propostas literárias.

No entanto, é necessário chamarmos atenção para uma particularidade apresentada pelo último periódico mencionado. O jornal *Sete de Setembro*, que levava o nome do grêmio, além do cultivo às letras combateu o analfabetismo na cidade do Natal. Inspirado no movimento fundado por José Augusto no Rio de Janeiro, o grêmio fundou a escola noturna *7 de Setembro* que funcionava das 18h30 às 22h²²³. Também identificamos alguns intelectuais que fizeram parte dessa pequena instituição, como Nascimento Fernandes, Josué Silva, Pe. Manoel de Almeida Barreto, Pedro Lopes Júnior, Aluizio Soares da Câmara, Henrique

²¹⁹ FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 51

²²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. Cit.* p. 380.

²²¹ *Idem.*

²²² FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 49.

²²³ Identificamos que os periódicos *O dia* (1905), *O colegial* (1912) e o *Sete de Setembro* (1917) pertenceram à agremiação literárias Sete de Setembro. Os três jornais apresentaram propostas literárias. No entanto, é necessário chamarmos atenção para uma particularidade apresentada pelo último periódico mencionado. O jornal *Sete de Setembro*, que levava o nome do grêmio, além do cultivo às letras combateu o analfabetismo na cidade do Natal. Inspirado no movimento fundado por José Augusto no Rio de Janeiro, o grêmio fundou a escola noturna *7 de setembro* que funcionava das 18h30 às 22h. Informações extraídas de: FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 23-p.34-p.82.

Castriciano, Palmyra Wanderley, Manoel Dantas, Clementino Câmara, Lauro Wanderley, José Lisboa e Othoniel Menezes²²⁴.

O segundo grêmio corresponde ao *Centro Polimático(1920-1924)*. A associação literária reunindo nomes já familiares ao universo literário potiguar, como Galdino Lima, Kerginaldo Cavalcante, Floriano Cavalcanti e Adaucto da Câmara, publicando uma revista de estudos que levava no título o mesmo nome do grêmio²²⁵. A agremiação realizava as seguintes atividades:

Publicação de uma revista, conferências, dissertações e horas literárias, concursos literário, científicos ou artísticos, festas para realce das grandes datas ou benefício de algum intelectual ou artista, serões artístico-literários, comunicação constante com outros centros literários, excursões científicas as regiões do interior, viagens de delegados a centro e congressos intelectuais, manutenção de uma biblioteca e um museu²²⁶.

Diante de todas essas atividades, supomos que o *Centro Polymathico* foi um dos grandes impulsionadores do movimento literário em Natal na década de 1920. Como mencionados nas considerações iniciais dessa dissertação, tal grêmio também era responsável por uma comissão que indicavam os trabalhos que deveriam ser publicados por meio do financiamento do Estado, através da Lei nº 145, como foi o caso do livro de Ezequiel Wanderley. Além da comissão de indicações a publicações. A sede da agremiação funcionou no escritório de redação do jornal *A Imprensa*²²⁷.

É indispensável que mencionemos acerca de uma importante característica comum aos grêmios literários aqui elencados. Os membros das associações literárias na capital norte-riograndense na mesma proporção em que atuaram como produtores literários, também constituíram o público leitor dessas produções. Os colegas escritores e sócios das instituições literárias fundadas na cidade também formavam o seu próprio público. Em uma cidade com percentual de analfabeto, os literatos constituam um grupo privilegiado à parte. Jean-Paul Sartre dissertando sobre literatura declara que o escritor, o produtor e o consumidor, concomitantemente, não emanam e nem escrevem para o povo (público ideal) e sim para os seus iguais (público real) que o sustentam e dec^{Idem} quanto à sua glória²²⁸.

²²⁴ *Idem*.

²²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. Cit.* p. 382.

²²⁶ ARTIGO Nº 2. *Estatuto do Centro Polymathico* (1921).

²²⁷ CENTRO POLYMATHICO. *A Republica*. Natal, 12 nov. 1921.

²²⁸ Segundo Sartre, o escritor pode se dirigir a todos os homens, que constituiria o seu público ideal. No entanto, só é lido apenas por alguns, o que compõe o seu público real. Consultar: SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?* São Paulo: Ática, 1999. p. 73-120.

Nas palavras de Antônio Cândido, os grêmios literários são designados como espécie de coletividade que é ao mesmo tempo autora e receptora, fazendo o papel de consumo, um “autopúblico”, na medida em que proporcionavam a formação de um público para as produções literárias²²⁹. O autor ainda destaca a condição associativa que permeia os grêmios literários. Para Antônio Cândido, esses letrados associados

estabeleciam um critério de identificação do letrado ‘como letrado’, não como membro de um destes grupos funcionais, resultando a consequência muito significativa de lançarem as bases para a definição do status e do papel de escritor²³⁰.

Ainda que fossem provisórias, as associações como *Le Monde Marche*, *Congresso Literário*, *Grêmio Polymathico*, entre outras, contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência de grupo entre seus membros onde estes poderiam ressaltar a condição de escritores – destacando tal condição da sua posição social. Era dentro das associações literárias que o literato potiguar definia, ainda que provisoriamente, o seu *status* de homem letrado, de escritor.

Embora durante a Primeira República (1889-1930), a cidade do Natal não tenha projetado grandes nomes na história da literatura brasileira, nem nos grandes centros literários do país – principalmente, no Rio de Janeiro – a capital norte rio-grandense apresentou, como analisado, a sua dinâmica própria no que diz respeito à vida literária. Como muitas capitais do Brasil republicano, Natal também teve sua literatura e seus literatos. O movimento literário potiguar acompanhou as principais correntes filosóficas e científicas em discussão, a concepção da noção de literatura, as perspectivas de progresso e de civilização emergentes com o discurso do regime republicano.

A pequena capital teve seus autores, suas publicações e suas agremiações literárias. Como podemos perceber ao longo desse capítulo, a literatura, nas primeiras décadas da República, deu continuidade às características construídas no Império. O sentido amplo que abarcava os trabalhos definidos como literários permaneceu, por isso, ao observar a publicação das obras encontramos um misto de letras, de ciência, de religião e de filosofia. Outro aspecto foi a contínua postura de indiferença para com os homens que se lançavam nas atividades de escritores, em uma cidade em que apenas a política era assunto e ofício sério. A

²²⁹ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*, vol. 01. Op. Cit.p. 77.

²³⁰ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*, vol. 01. Op. Cit, p. 78

República, mesmo que anunciando um novo período, conservou algumas velhas tendências do campo literário do regime imperial.

Por meio das publicações de livros, das fundações de grêmios literários, da produção de periódicos de propostas literárias, os homens de letras continuaram a desenvolver a vida cultural da cidade do Natal. Mas, afinal, quem eram esses literatos responsáveis pela dinamização do campo literário na capital potiguar? De onde surgiam? O que faziam além de dedicarem parte do seu tempo à prazerosa atividade nas letras? Na análise da vida literária da cidade do Natal não poderíamos deixar de discutir a formação dos literatos natalenses. Para tanto, o capítulo seguinte apresentará uma tentativa de esboço do perfil do intelectual da capital norte rio-grandense durante a Primeira República.

Capítulo 2: **Do estudo ao trabalho**

Na tentativa de elaborar um perfil social dos homens de letras da cidade do Natal, analisaremos a formação e a profissionalização desses indivíduos. Para isso, construímos uma análise de algumas instituições formadoras dos literatos potiguares, a saber: o colégio secundarista o Atheneu Norte-riograndense, as Faculdades de Medicina, as Academias de Direito, e, com menor ênfase, outras instituições que também formaram tais literatos como, por exemplo, a Escola Militar do Rio de Janeiro e a Escola Normal de Natal, responsável pela formação no ofício de magistério.

O Atheneu Norte-riograndense, fundado no ano de 1834, foi a primeira instituição secundarista do estado. Sob a forma de colégio, a instituição preparava seus alunos para a entrada nos cursos superiores do país ou para o ingresso no serviço público estadual e federal. Pela instituição formativa secundária, passaram nomes importantes para a história literária da capital potiguar, tanto na condição de alunos quanto na condição de docentes. A escola secundarista contribuiu ainda com a dinamização do universo literário potiguar por meio da fundação de agremiações literárias estudantis que atuaram como verdadeiros celeiros intelectuais.

Também analisaremos neste capítulo o papel das instituições de ensino superior nas quais se formaram os homens de letras do Natal. A partir de alguns levantamentos durante a pesquisa, identificamos que uma considerável parcela dos letrados era formada nas Faculdades de Direito (de São Paulo e de Recife) e nas Faculdades de Medicina (na Bahia e no Rio de Janeiro). As quatro faculdades mencionadas proporcionaram o surgimento de uma elite ilustrada no país ainda no século XIX e, durante as primeiras três décadas do regime republicano foram igualmente procuradas quando o assunto era a formação no ensino superior.

Observamos que grande parte dos indivíduos que compunha o campo literário potiguar deu entrada na Faculdade de Direito, principalmente a estabelecida na cidade do Recife. A opção pela formação de bacharel em Direito está relacionada à relevância que a figura do bacharel possuía no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ainda, no que concerne à formação superior, identificamos, em alguns escritores, o interesse pelo ingresso na carreira militar e no magistério, sendo que esse em menor número se comparado aos indivíduos que recorreram aos cursos médicos e jurídicos.

Mas, qual é a importância de analisar os locais de formação dos literatos para se discutir a vida intelectual natalense? Na cidade do Natal na Primeira República, a atividade de escritor não era uma ocupação profissional, isto é, os escritores potiguares não tiravam o seu sustento da pena, mas sim de outros ofícios. A literatura era uma atividade marginal. Havia uma “febre literária” na mocidade potiguar, em que os jovens da cidade do Natal tinham atuação durante seu período na escola secundária e nas instituições superiores. Nesse caso, a produção literária era concebida quase como uma prática de lazer, uma espécie de passatempo, uma atividade de adorno cultivada por homens que ganhavam seu sustento ocupando-se de outras profissões.

No fim do século XIX e início do século XX, havia um teor de boemia, de libertinagem, na atividade literária potiguar. Como já mencionamos, no capítulo anterior, a literatura era concebida como “coisa de menino”, sendo incompatível, portanto, com a seriedade, ou mesmo com uma determinada função social. Todavia, desde que não fosse uma ocupação profissional, a literatura proporcionava prestígio, impunha notoriedade, provocava admiração, conferia vaidade aos que pleiteavam o status de escritor.

No entanto, para Antônio Cândido, a existência de uma profissionalização nas letras não é um fator essencial para que se estruturar um grupo de escritores²³¹. Na capital nordestino, durante a Primeira República, havia outras formas de remunerar o trabalho da criação literária, entre elas o mecenato e a atribuição de cargos públicos – pontos que serão discutidos no próximo capítulo. Portanto, a inexistência da profissão de escritor em Natal não impediu que se constituísse um campo literário na cidade. Os homens potiguares, que escreviam nas horas vagas, pleiteavam para si a condição de literatos. A posição social de escritor dependia exclusivamente do conceito social elaborado por eles mesmo, em que seriam homens de letras aqueles que produzissem versos, romances, crônicas, ensaios monográficos, estudos de História, de Direito, de Geografia; todo aquele que, por meio das letras, obtivesse o reconhecimento coletivo na sociedade potiguar.

Segundo Antônio Cândido, o reconhecimento da posição do escritor se dá de duas maneiras. A primeira refere-se à remuneração. A segunda forma consiste na aceitação da técnica e da ideia do autor por parte do seu público leitor. Não foi possível identificarmos com segurança, se as produções literárias destinadas, por literatos potiguares, aos jornais eram

²³¹ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Ouro Azul, 2006. p. 75.

remuneradas. Discutiremos melhor essa abordagem no capítulo seguinte no qual analisaremos a relação entre literatura e imprensa potiguar²³².

Desse modo, entendendo o campo literário potiguar como um verdadeiro espaço de articulações entre posições de agentes sociais e suas relações de força, o segundo capítulo dessa dissertação também propõe questões como: de que forma a história das instituições formativas (secundária e de ensino superior) estão relacionadas à vida intelectual natalense? Se a atividade das letras não era realizada enquanto profissão, quais as ocupações preenchidas pelos literatos potiguares? Tais são os questionamentos que nortearão as discussões desse tópico de estudo.

2.1 O Atheneu Norte-riograndense: celeiro de intelectuais

Em 03 de fevereiro de 1834, na gestão do presidente da província do Rio Grande do Norte Basílio Quaresma Torreão (1833-1836), foi fundado o colégio Atheneu. De acordo com Luís da Câmara Cascudo, a instituição secundarista foi estabelecida a partir do projeto discutido na Assembleia Legislativa Provincial, em que 20 deputados aprovaram a Lei número 16, de 12 de agosto de 1834, sancionada pelo referido presidente²³³. A criação da instituição foi solicitada pelo Conselho-Geral da província em dezembro de 1833, levando, portanto, um ano para efetivar-se a solicitação no Rio Grande do Norte. A escola secundarista Atheneu reuniu as chamadas aulas maiores compostas pelas disciplinas de Filosofia, Geometria, Retórica, Língua Francesa e Língua Latina.

Antes do estabelecimento da instituição, a formação secundarista da cidade do Natal era realizada por meio de as referidas aulas de humanidades de maneira autônoma. Ou seja, o ensino se dava em horários e locais com horários de funcionamento diferentes e locais dispersos pela cidade, uma vez que os alunos frequentavam as aulas percorrendo as casas particulares de seus professores. A abertura oficial do Atheneu ocorreu então no edifício do Quartel do Batalhão de linha, desocupado na época, onde permaneceu até o ano de 1859, quando passou a funcionar no edifício localizado na Rua Junqueira Ayres (atual Secretaria Municipal de Finanças) até o ano de 1954. Desse ano em diante, a instituição fixou-se, definitivamente, na Rua Campos Sales, no bairro de Petrópolis²³⁴.

²³² Para mais informações sobre a instituição da posição social de escritor na Literatura brasileira, consultar: CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Op. Cit. p. 77.

²³³ CASCUDO, Luís da Câmara. *Atheneu norte-riograndense*. Op. Cit. p. 9-10.

²³⁴ *Ibid*, p. 20.

Desde o ano de sua fundação (1834) até os anos iniciais do regime republicano, o Atheneu Norte-riograndense sofreu diversas reformas no ensino e, até mesmo chegou a ser extinto. Segundo Marta Araújo, no ano de 1852, o colégio Atheneu foi suprimido. Nesse ano, a educação secundária foi limitada em aulas de latim e de francês, dispersando, novamente, as aulas pelas casas dos professores das respectivas disciplinas. No ano de 1854, por meio do Decreto número 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, regulamentou-se o ensino primário e o secundário na Corte no qual foi estabelecido que o colégio Pedro II serveria de instituição escolar pública padrão a todos os colégios secundários provinciais. O decreto de 1331-A causou repercussão na província do Rio Grande do Norte, de modo que a Assembleia Legislativa Provincial elaborou e aprovou a Resolução número 350, em 26 de setembro de 1856, que, por sua vez, instalava um colégio secundarista em Natal intitulado Atheneu Norte-riograndense com edifício próprio inaugurado em 01 de março de 1859 durante a gestão provincial de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1858-1859)²³⁵.

Durante toda a história da instituição essas reformas modificaram o tempo de ensino e o programa de estudo. Nos primeiros anos do regime republicano no estado, as disciplinas estabelecidas eram “Português, Literatura Nacional, Latim, Francês, Aritmética e Álgebra, História Natural e Higiene, Geografia Geral e especial do Brasil, Astronomia, História Geral e especial do Brasil, Sociologia, Moral, Pedagogia, História natural, Física, Química, Música e Desenho, Trigonometria e Ginástica”²³⁶. Para Araújo e Medeiros, com exceção das disciplinas de grego, alemão, esgrima e evolução militar, o programa curricular da instituição norte-riograndense estava de acordo com a Reforma Benjamin Constant, que renovou o ensino secundário por meio do Decreto número 891 datado de 08 de novembro de 1890²³⁷, e em consonância com a grade curricular da escola modelo Pedro II – que continuou a ser o colégio padrão durante a República.

Observamos a divisão das disciplinas e percebemos que a educação secundarista norte-rio-grandense estava baseada, principalmente, em conhecimentos de natureza científica e literária somada aos fundamentos morais e pedagógicos. Logo, este conjunto de

²³⁵ Para mais informações consultar: ARAÚJO, Márcia Maria. *As (in)constâncias da educação secundária do colégio Atheneu de Natal (Rio Grande do Norte, 1835-1889)*. Anais eletrônico do XXVII Simpósio Nacional de História–Conhecimento histórico e diálogo social. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364919623_ARQUIVO_MARTAMARIADEARAÚJO-TrabalhoCompletoXXVIISNH.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

²³⁶ ATHENEU NORTE-RIOGRANDENSE. *A Republica*. Natal, 19 fev. 1892

²³⁷ ARAÚJO, Marta Maria de. MEDEIROS, Cristiane Moreira Lins. *A educação do homem culto – o norte-riograndense Juvenal Lamartine de Faria (1875-1956)*. Revista de Humanidades – MNEME. V.5. n. 10, Abr./Jun. de 2004. p 315. Disponível em: <<http://cerescaico.ufrn.br/mneme>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

conhecimentos estava na base da formação dos indivíduos secundaristas potiguares, indivíduos que deveriam ser transformados em verdadeiros “homens cultos”.

Dialogamos aqui com a definição de Vicente Cardoso, escritor que viveu o período pós-República e que refletia sobre a sua própria condição intelectual e de seus contemporâneos. De acordo com Vicente Cardoso, os “homens cultos” corresponderiam à geração de homens nascidos com a República e pertencente a um grupo privilegiado nos aspectos político, social e econômico, no qual a educação desse homem era proveniente da formação escolar de natureza literária, científica, moral, pedagógica e, posteriormente, jurídica, e de sua atuação na imprensa e na política brasileira durante a Primeira República²³⁸.

No fim do século XIX, estávamos diante de uma população no qual, aproximadamente, 181.137 indivíduos (sendo 89.119 homens e 92.018 mulheres) eram analfabetos, de um total de cerca de 233.979 habitantes norte-rio-grandense. Logo, as políticas direcionadas ao letramento dos potiguares eram urgentes e deveriam contemplar as preocupações republicanas²³⁹. Durante a primeira gestão estadual de Alberto Maranhão (1900-1904), a necessidade de educar o povo passou a ser apreciada como tarefa governamental. Em sua fala no Congresso Legislativo do Estado, o recém-eleito governador, na época, ressaltou a importância dada à educação: “Instruir o povo e combater as secas é, a meu ver, a fórmula mais feliz para a divisa de quantos queiram, na administração do Estado, cumprir dignamente o seu mandato”²⁴⁰. Durante o regime republicano, podemos aferir que a educação era entendida como instrumento de desenvolvimento moral e intelectual do indivíduo. Esses, por sua vez, eram considerados como requisito importante para se alcançar o progresso, de acordo com o projeto republicano que se inspirava nas doutrinas progressistas e evolucionistas difundidas na época.

Contudo, ainda que os chefes políticos norte-rio-grandenses, entre eles Alberto Maranhão, Augusto Tavares de Lyra, Joaquim Ferreira Chaves, Antônio José de Melo e Souza e Juvenal Lamartine Farias tenham empreendidos esforços em suas gestões para criarem instituições educadoras que contribuíssem para a transformação e para o desenvolvimento da sociedade potiguar, o colégio secundarista Atheneu era considerado um

²³⁸ CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. IN: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1981. v.1. p. 12.

²³⁹ Dados relativos à população do Rio Grande do Norte e os números correspondentes aos indivíduos que sabiam ler e escrever e aos que permaneciam na condição de não alfabetizados nos últimos anos do século XIX, no regime imperial. Os dados foram retirados de NOBRE, Manoel Ferreira. *Op. cit.* p.18.

²⁴⁰ *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da terceira sessão da terceira Legislatura*. Natal. Tipografia d'A Republica, 1900.

caso a parte. A “égide ateniense”, assim denominada por Câmara Cascudo²⁴¹, não era aberta a todos os filhos da terra potiguar, uma vez que o seu programa curricular era destinado a formar exclusivamente os filhos dos homens de posse e de prestígio na capital norte-riograndense, já que nem todos os potiguares dispunham de condições financeiras para matricular e manter seus filhos nessa instituição.

Assim, constituído por um grupo de jovens letrados, a história do Atheneu Norte-riograndense está intrinsecamente relacionada à vida intelectual da capital, uma vez que compartilhamos da ideia elaborada por Eva Barros a cerca de que a instituição secundária deve ser entendida como “eixo aglutinador de práticas culturais”²⁴². Em sua tese, intitulada *Atheneu Norte Rio-grandense: práticas culturais e formação de uma identidade (1834-1924)*, Eva Cristini Barros discute a escola Atheneu como instituição criada para o fortalecimento do republicanismo em terras potiguares, compreendendo o período correspondente aos anos de 1834 a 1924 como o mais produtivo para a formação da memória dessa instituição²⁴³.

Optamos por conferir um destaque à instituição ao percebermos a importância da constituição de grêmios e periódicos literários estudantis no seio da escola durante a Primeira República. Do colégio secundarista Atheneu Norte-riograndense saíram nomes de destaque na vida intelectual natalense, entre os quais podemos citar Henrique Castriciano de Souza, Raul Fernandes, Sebastião Fernandes, Aurélio Pinheiro, Adalberto Peregrino, Juvenal Lamartine, Ponciano Barbosa, Nestor Lima, Paulo Barreto Maranhão, Érico Souto, José Gothardo Emerenciano, Luiz Segundo Bezerra Trindade²⁴⁴, entre outros indivíduos que se lançaram como amantes das letras no universo literário potiguar desde os tempos estudantis.

O colégio Ateneu foi um celeiro de produções intelectuais. Os estudantes da escola secundarista atuaram na constituição de grêmios literários por iniciativa de seus estudantes. Como já discutimos no capítulo anterior, as agremiações literárias desenvolveram um importante papel na dinamização da vida intelectual da capital. Neste presente tópico, procuramos elencar duas associações literárias compostas por, exclusivamente, alunos da

²⁴¹ Para Luís da Câmara Cascudo, o nome Atheneu refere-se à égide de Atenas, a deusa grega de sabedoria. Segundo o historiador da cidade do Natal, em Atenas, “o estabelecimento de instrução onde se lia e ouvia o sábio discorrer acerca da sapiência era o Athénáion, templo de Atenas, a Casa da Sabedoria”. CASCUDO, Luís da Câmara. *Ateneu norte-riograndense – pesquisas e notas para sua História*. Op. Cit. p. 22.

²⁴² BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. *Atheneu norterriograndense: lócus de desenvolvimento cultural da Natal republicana*. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhel/anais/053_eva.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2013.

²⁴³ BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. *Atheneu Norte Rio-grandense: práticas culturais e formação de uma identidade (1834-1924)*. Tese de Doutorado. Universidade Pontifícia Católica (PUC)/SP. São Paulo, 2000. p. 176.

²⁴⁴ A lista de nomes de alunos do Atheneu foi extraída a partir das informações consultadas em: WANDERLEY, Ezequiel. *Ibid*.

escola secundaristas que atuaram como literatos na cidade, a saber: os grêmios *Literário Natalense* (1892-1893) e o *Castro Alves* (1897).

No ano de 1892, os alunos do colégio Atheneu fundaram o *Grêmio Literário Natalense*. A associação reuniu os estudantes Juvenal Lamartine, José Bernardes Filho, José Rodrigues Leite, José Ribeiro Paiva e Luiz Souto Neto²⁴⁵. De acordo com Eva Câmara Barros, a motivação principal do grêmio era “discussão literária, para isso fundando o jornal O Athleta”²⁴⁶. O periódico *Athleta*, jornal porta-voz da associação, foi distribuído em 7 de setembro de 1893 e tinha como redatores os alunos José Bernardes Filho, Rodrigues Leite e Ribeiro Paiva²⁴⁷.

A atuação do *Grêmio Literário Natalense* foi além da discussão acerca de literatura. Os alunos que estavam à frente da associação, entre eles Juvenal Lamartine, participaram da primeira greve estudantil no Rio Grande do Norte. Segundo Marta Maria de Araújo, a greve foi deflagrada após o convite realizado pelo governador Pedro Velho ao desembargador José Clímaco do Espírito Santo para que o último assumisse o cargo de vice-diretor do colégio secundarista. No entanto, o desembargador, que também ocupava o cargo de diretor no Atheneu²⁴⁸ não possuía a simpatia dos alunos que, nas palavras de Martha Araújo, o apelidavam de “desembargador papa-ovo”, além de considerarem “as aulas do professor Espírito Santo demasiadamente fracas”²⁴⁹. A situação acarretou na recusa do professor ao cargo, proclamando este que só retornaria ao colégio se a ordem fosse mantida por Pedro Velho.

Como resposta, o chefe político republicano ordenou que um número de quarenta (40) praças do Corpo de Segurança cercasse o Atheneu para impedir os xingamentos dos alunos direcionados ao professor desembargador. Os alunos do Atheneu, em resposta ao governador Pedro Velho, organizaram um ato de manifestação que foi repreendida pelo dirigente estadual político resultando na ordem de Pedro Velho no fechamento do colégio secundarista²⁵⁰. O curioso fato nos conduz a perceber as participações ativas de estudantes, não apenas na fundação de grêmios e de jornais, mas, sobretudo, nas decisões sobre o futuro da própria escola como um todo a ponto de se oporem a escolha do vice-diretor da instituição, feita,

²⁴⁵ MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.* p.144

²⁴⁶ BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. *Atheneu Norte Rio-grandense: práticas culturais e formação de uma identidade (1834-1924)*. *Op. Cit.* p. 183.

²⁴⁷ FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* p. 42

²⁴⁸ Infelizmente não conseguimos identificar qual era a disciplina ministrada pelo desembargador José Clímaco Espírito Santos enquanto professor do Atheneu.

²⁴⁹ ARAÚJO, Marta Maria *Apud* CARTA ABERTA – O NOSSO PROTESTO. *O Nortista*. Natal, 11 out. 1893. *Op. Cit.* p. 317.

²⁵⁰ *Idem*.

naquela época, por meio de nomeações. A preocupação e a ação desses jovens literatos iam, portanto, para além da literatura.

Não foi possível detectarmos o ano exato em que o *Grêmio Literário Natalense* encerrou as suas atividades. No entanto, quatro anos depois da fundação do grêmio o colégio Atheneu Norte-riograndense veio a abrigar outra associação que marcaria a história da instituição: o *Grêmio Castro Alves* (1897-1898). O *Castro Alves* foi criado pelos alunos da escola, entre eles Antônio Soares, Raul Fernandes, Alfredo Soares, Honório Tinoco, Aristóteles Costa, Lemos Filho, Pedro Amorim, Fernando Seixas, Eduardo Seixas, Adalberto Peregrino, João Valfredo, Virgílio Seabra, Manoel Quintino, Virgílio Benevides, José Nunes e Alcides da Câmara²⁵¹. Identificamos a importância da associação literária devido ao seu caráter excepcionalmente estudantil e à contribuição que esses jovens proporcionaram às manifestações literárias na capital.

O conjunto de rapazes, em 12 de junho de 1897, colocaram em circulação o periódico *O Íris*. O jornal se autointitulava “puramente litterário”²⁵² e anunciava o seu propósito:

Atiramos hoje a luz da publicidade O Íris – orgam da nossa pequena e desprerenciosa associação que denominamos – Castro Alves – prestando assim justa homenagem à memória do grande poeta brasileiro. (...) firmes na resolução de executarmos fielmente nosso programa – literário, puramente literário – não recuaremos um passo na conquista do futuro e alcançaremos assim os frutos do nosso principal objetivo – **a instrução, para o alargamento da esphera social em que vivemos, para o engrandecimento de nossa literatura e o desenvolvimento scientifico intelectual e moral da pátria mãe**²⁵³. (grifo meu)

O *Grêmio Castro Alves* compartilhou do mesmo objetivo principal de outras associações literárias referidas no capítulo anterior como, por exemplo, o *Le Monde Marche*. Os intelectuais potiguares da Primeira República acreditavam que a instrução do povo era responsável pelo desenvolvimento do intelecto e da moral de uma sociedade, e a literatura, por sua vez, consistia em um dos instrumentos que possibilitavam o exercício da instrução, da iluminação. A crença na “instrução como motor principal do desenvolvimento da civilização moderna”²⁵⁴, promoveu que os estudantes colocassem em discussão no periódico *O Íris* assuntos imbricados de um sentimento de exaltação de ordem e de progresso.

²⁵¹ BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. *Atheneu Norte Rio-grandense: práticas culturais e formação de uma identidade (1834-1924)*. Op. Cit. p. 177.

²⁵² MELO, Manoel Rodrigues. Op. Cit. p. 148.

²⁵³ O ÍRIS. Natal, 12 jun. 1897. O periódico foi consultado na íntegra graças à disponibilidade do documento no acervo de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

²⁵⁴ *Idem*.

Na opinião de Eva Barros, o grêmio *Castro Alves* estava envolvido nos festejos do dia 7 de setembro, 15 de novembro, 25 de dezembro, datas de comemorações a eventos de simbolismo nacional e estadual. A autora elenca a participação dos jovens estudantes nas propostas do projeto implementado pelo regime republicano no estado do Rio Grande do Norte²⁵⁵. Concordamos com a perspectiva construída por Eva Barros. Se observarmos a data de fundação do jornal do *Castro Alves* (12 de junho de 1897), podemos articulá-la à data de comemoração dos 80 anos da Revolução de 1817, no qual a figura de Frei Miguelinho foi escolhida como herói norte-rio-grandense. Somado a isso, logo na primeira edição do periódico observamos textos alusivos ao representante potiguar e ao evento separatista. No entanto, essa condição que relaciona o *Castro Alves* aos sentimentos republicanos nacionais não é exclusiva dessa associação literária.

Identificamos que o *Grêmio Literário Natalense* também escolheu uma data diferenciada para a sua fundação, a saber o 7 de setembro. Podemos aferir que havia nos grêmios estudantis literários do Atheneu uma estreita comunhão com os ideais republicanos que se difundia na cidade do Natal. Ainda que os membros dos mencionados grêmios fossem jovens secundaristas, eles apresentaram-se como formadores de opinião, dominadores da arte da leitura e da escrita, para a cidade do Natal em fins do século XIX e início do XX.

De acordo com Luís Fernandes, o jornal *O Íris* destacava-se dos demais periódicos produzidos por outros jovens na cidade como, por exemplo, *O Cascabulho* (1888-1889), *A Bala* (1896), *O Punhal* (1889)²⁵⁶. Para o escritor, enquanto *O Íris* se colocava na oficialidade, os demais periódicos, taxados de “jornalecos”, eram vistos como “produções independentes de grupos isolados, sem representatividade e longe de ser aceito muitas vezes pela postura de afrontamento aos padrões de ordem e de disciplinas”²⁵⁷.

Questionamo-nos acerca do que seria essa representatividade mencionada por Luís Fernandes. Estaria ligada à condição social desses estudantes, certamente alunos de prestígio por fazerem parte da instituição de maior referência na capital? Podemos conjecturar que a representatividade dos membros do *Castro Alves* poderia estar relacionada à difusão das ideias compartilhadas pelo projeto republicano norte-rio-grandense, enquanto que os “jornalecos” caminhariam na contramão difundindo na imprensa ideias contra a ordem e a disciplina republicana. Como não foi possível detectarmos os pequenos jornais mencionados por Luís Fernandes resta-nos ficar no plano das suposições.

²⁵⁵ BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. *Atheneu Norte Rio-grandense: práticas culturais e formação de uma identidade (1834-1924)*. Op. Cit. p. 191.

²⁵⁶ FERNANDES, Luis. Op. Cit. p. 93.

²⁵⁷ *Idem*.

No entanto, o que queremos destacar aqui é que, embora essas pequenas associações fossem compostas por jovens alunos que estavam prestes a se lançarem à vida adulta, ainda assim representaram um foro de iniciação intelectual ao campo literário de Natal. Eva Barros chama atenção para a maturidade dos jovens escritores de *O Íris*:

Onde imaginávamos haver uma produção cultural marcada pelos valores restritos ao mundo estudantil, dizendo respeito às questões internas, interesses privados, práticas específicas, e o jeito amador de pôr em funcionamento técnicas de organização de entidade, encontramos jovens inteiramente à vontade, desenvolvidos e entrosados com organismo culturais mantido por intelectuais veteranos, ou seja, falando para confrades²⁵⁸.

A autora acima reflete acerca de dois aspectos: a maturidade dos colaboradores de *O Íris* e a articulação mantida entre os estudantes e os “intelectuais veteranos”. Acreditamos que essas condições evidenciadas pela autora possam ter sido conduzidas pelo diálogo em que o periódico (e grêmio) estudantil manteve com os jornais de notoriedade no âmbito da imprensa natalense, a saber *Diário do Natal*, *A Tribuna*, *A Republica*, *Oásis* e *O Século*. Na edição de 8 de agosto de 1897, *O Íris* estampou em suas páginas um anagrama do nome do jornal formado a partir das letras dos jornais citados²⁵⁹. Percebam que os jornais mencionados eram contemporâneos do pequeno periódico estudantil e, ainda, consistiam em meios que constantemente veiculavam textos de intelectuais da cidade. Dois dos jornais mencionados, *A Tribuna* e o *Oásis*, eram porta-vozes de outros dois grêmios literários - respectivamente, o *Congresso Literário* e o *Le Monde Marche*.

O anagrama e às menções aos cinco periódicos leva-nos a acreditar que se tratava de uma verdadeira rede de comunicações, em que os colaboradores de *Diário do Natal*, *A Tribuna*, *A Republica*, *Oásis* e *O Século* eram lidos pelos escritores do jornal *O Íris*. Sendo assim, os membros do grêmio *Castro Alves* se inscreviam no círculo literário da capital norte-rio-grandense ainda que na condição de estudantes. Posteriormente, eles se constituíram nos intelectuais consagrados da cidade como, por exemplo, Henrique Castriciano, Juvenal Lamartine e Raul Fernandes. Para isso, os estudantes literatos sustentavam uma imagem de indivíduos bem informados, atualizados, propagadores dos ideais de desenvolvimento, de civilização e conhecedores do trato de temáticas como ciência, democracia e liberdade.

A participação dos alunos de o Atheneu não ficou restrita apenas à instituição. Eva Barros elenca que alguns jornais da cidade do Natal difundiram contribuições dos alunos

²⁵⁸ BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. *Atheneu Norte Rio-grandense: lócus de desenvolvimento cultural da Natal republicana*. Op. Cit. p. 8.

²⁵⁹ ANAGRAMA. *O Íris*. Natal, 8 ago. 1897.

secundaristas, entre eles: *O Correio do Natal* (1878-1889), *A Liberdade* (1885-1889/ 1915-1916), *Gazeta do Natal* (1888-1890), *O Corrisco* (1888-1889), *A Inspiração* (1889-1890), *O cascabelho* (1888-1889), *O Fantoche* (1896), *A Bala* (1896), *O Punhal* (1889), *O Tentâmen* (1899), *A Ordem* (1909-1915), *O Estudante* (1909-1910²⁶⁰). No que diz respeito ao periódico *O Íris* e o grêmio *Castro Alves*, estes encerraram atividades em dezembro do ano de 1898.

Além das associações estudantis literárias, o Atheneu participou da vida intelectual da capital norte-rio-grandense por meio do empréstimo de seu espaço físico para o funcionamento de associações literárias e para a realização de eventos. O colégio secundarista abrigou a Biblioteca Pública do estado, que nos anos iniciais do regime republicano havia encerrado as suas atividades. Antônio José de Melo e Souza recorda no jornal *A Republica* de 1891, os tempos da biblioteca fundada no interior da escola:

Em uma das salas do Atheneu Riograndense viu-se em tempos, estantes cheias de livros, cuja leitura franqueava-se ao público e nesta terra fala-se já ter havido uma bibliotheca... Hoje pairam estes livros, espalhados por estantes particulares, a sala de leitura trancou-se e a bibliotheca, portanto, é uma simples recordação²⁶¹.

No ano seguinte, tendo à frente Antônio Souza, era reativada a Biblioteca na escola Atheneu. A campanha para a reativação da biblioteca foi veiculada no jornal *A Republica* no ano de 1892, quando Antônio de Souza foi nomeado diretor da Instrução Pública e, conseqüentemente, diretor do colégio Atheneu Norte-riograndense pelo dirigente político Pedro Velho Albuquerque Maranhão. Nas palavras Antônio Souza, a reativação do estabelecimento de leitura era urgente, pois

em todos os paízes onde a instrucção pública é uma das primeira, quando não a principal preocupação dos governadores, as bibliothecas são disseminadas por todos os pontos como meio eficaz da difusão do conhecimento. E nós que tanto gostamos de imitar a Europa, que tanto copiamos as suas instituições políticas, tem-nos até hoje preocupados tão pouco com a instrucção que nem uma pequena bibliotheca temos na capital²⁶².

A biblioteca foi composta graças à ajuda de “intelectuais de vários quadrantes e principalmente aqueles que participavam das bases de sustentação do governo recém-empossado, tomaram como sua a campanha de doações de livros, idealizada pelo novo diretor

²⁶⁰ *Idem.* p. 2.

²⁶¹ A REPUBLICA. Natal, 19 jul. 1891.

²⁶² BIBLIOTHECA DO ATHENEU. *A Republica*. Natal, 04 jun. 1892.

da Instrução”²⁶³. A campanha para reativação da instituição destinada ao armazenamento de livros e à leitura, assim como a solidariedade dos intelectuais em encetar tal empreitada, chama-nos a atenção novamente para a preocupação governamental no que respeita à tarefa de instrução da sociedade natalense. Podemos conjecturar: a importância atribuída à reativação da Biblioteca também pode estar articulada aos novos hábitos de leitura que emergiam na capital, ainda que contagiasse o pequeno número de letrados existentes. No ano de 1897, a biblioteca do Atheneu foi elevada à categoria de Biblioteca Pública do estado.

A escola secundarista abrigou também outras instituições. Para ficarmos em um exemplo, no dia 13 de setembro de 1895, o *A Republica* anunciou que a comemoração do primeiro aniversário do grêmio literário *Le Monde Marche* (fundado em 09 de setembro de 1894) ocorreria nos salões da escola²⁶⁴. Quando não participou sediando reuniões e eventos das organizações estabelecidas para diversos fins na cidade do Natal, o colégio também se destacou em importância para a vida profissional de alguns sujeitos. Pelas portas do Atheneu Norte-rio-grandense passaram nomes como Luiz Carlos Lins Wanderley e Manoel Segundo Wanderley, ocupando o cargo de professores; Luís da Câmara, José Augusto Bezerra de Medeiros e Francisco Ivo Cavalcanti, no cargo de diretores; Ponciano Barbosa como fiscal da União junto ao Atheneu²⁶⁵.

Como mencionamos anteriormente, o Atheneu Norte-riograndense também preparou seus alunos para a vida profissional. O decreto imperial número 5.429, de 2 de outubro de 1873, criou comissões de exames gerais de preparatórios nas províncias onde não havia cursos superiores. O decreto almejava facilitar o ingresso dos estudantes pudessem ingressar no ensino superior nas instituições estabelecidas fora de sua cidade²⁶⁶. Portanto, os exames preparatórios foram implementados no Atheneu ainda durante a gestão do chefe da província João Capistrano de Mello Filho (1873-1875). Por meio dessas avaliações, o colégio secundarista norte-rio-grandense poderia atuar como alavanca para a formação superior e a profissionalização dos seus estudantes. Desse modo, o colégio Ateneu, possivelmente, funcionou como um impulsionador, tanto das atividades nas letras por meio das associações literárias, como das projeções de seus homens de letras no campo literário potiguar.

²⁶³ *Idem*.

²⁶⁴ LE MONDE MARCHE. *A Republica*. Natal, 13 set. 1895.

²⁶⁵ Informações extraídas de WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* e CARDOSO, Rejane (Org.). *Op. Cit.*

²⁶⁶ BRASIL. *Decreto Imperial número 5.429*, de 2 de outubro de 1873. Disponível em: <<http://www.2camara.leg.br/legin/fed/decreto>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

2.2 As instituições formativas: professores e militares

No que respeita à formação e ao desenvolvimento das carreiras profissionais dos literatos da cidade do Natal, identificamos uma diversidade de instituições voltadas para o ensino superior. No intuito de construir um perfil social dos escritores da capital norte-rio-grandense, detectamos que os literatos potiguares optaram por seguirem carreiras no âmbito do magistério, das academias militares, dos cursos médicos e dos cursos jurídicos.

No ano de 1906, Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral de Instrução Pública no Rio Grande do Norte durante a gestão estadual de Augusto Tavares de Lira (1904-1906), dava ênfase ao papel dos professores no relatório anual apresentado ao governado do estado. No documento, Pinto Abreu apresentava a situação do ensino no estado. Nas palavras de Pinto de Abreu, os docentes, por meio do exercício de ensino, deveriam ser os “responsáveis por alcançar a moral, o direito e a política que honrasse o povo”²⁶⁷. Na primeira década do século XX, o governo republicano no Rio Grande do Norte empreendia esforços para organizar o ensino no estado, o que resultou no estabelecimento de instituições voltadas para a formação de professores. A preocupação acerca da educação apresentada pelo regime republicano norte-rio-grandense estava inserida em um contexto mais amplo.

No Brasil da Primeira República, de acordo com Jorge Nagle, os esforços empreendidos para o desenvolvimento do sistema escolar ocorreram a partir da década de 1910, quando os republicanos foram tomados por um período de “entusiasmo pela educação”²⁶⁸. O entusiasmo pelo ensino resultou na elaboração de ideias, planos e soluções em prol da difusão do processo educacional emergente junto às pregações cívico-patrióticas durante uma época no qual se procurava combater o analfabetismo, difundir a escola primária, avivar os ensinamentos de geografia, de história e, por fim, da língua pátria²⁶⁹.

Conforme os projetos republicanos, a disseminação da educação na Primeira República proporcionaria a regeneração do homem e de toda sociedade. No entanto, para educar a população e formar os cidadãos da República, o estado necessitava de docentes que desempenhasse tal função. Para tanto, no ano de 1908 estava criada a Escola Normal de Natal, responsável pela formação de professores na capital norte-rio-grandense.

²⁶⁷ PINTO DE ABREU, Francisco *Apud* MORAIS, Maria Crisnete Câmara de. SILVA, Francinaide de Lima. História da profissão docente em Natal/RN (1908-1920). *Revista Diálogo Educacional*. v. 9. n. 27, maio-agosto/2009. p. 267-278. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=2740&dd99=view>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

²⁶⁸ NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. IN: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira III – O Brasil Republicano*. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990. Cap. 7. p. 262.

²⁶⁹ *Ibid*, p. 263.

Contudo, a Escola Normal de 1908 não foi a primeira instituição existente. A primeira instituição formadora de docentes foi fundada na cidade no ano de 1873, durante a gestão do presidente da província João Capistrano Bandeira de Melo Filho (1873-1875). No entanto, segundo Moraes e Silva, a primeira Escola Normal formou apenas três docentes e foi extinta em 1877. Em 08 de fevereiro de 1890, já no regime republicano, sob a administração do governador Jerônimo Américo Raposo da Câmara (8 de fevereiro de 1890 – 10 de março de 1890), fundou-se a segunda instituição normalista que sobreviveu por pouco tempo, por isso, denominada “nati-morta”. Seis anos depois foi estabelecido na capital a terceira Escola Normal. A instituição de caráter exclusivamente masculino, erguida durante a gestão de Pedro Velho Albuquerque Maranhão, diplomou cinco professores no ano de 1901. No ano seguinte, a instituição normalista do chefe político republicano extinguiu-se por falta de alunos²⁷⁰.

Ao vislumbrarmos os esforços empreendidos pelos governantes estaduais na construção de uma escola normalista, podemos perceber que, nos primeiros anos do regime republicano, a carreira de magistério era pouco valorizada. A extinção das escolas normais fundadas desde 1873 leva-nos a crer que o magistério consistia em uma profissão considerada pouco atrativa pelos jovens da capital norte-rio-grandense que preferiam deixar a cidade na intenção de diplomarem-se nas grandes faculdades de medicina e de direito no Brasil. No entanto, a partir do ano de 1908, a situação parecia ter mudado. Com a fundação da Escola Normal, a carreira de professor parece ter dado uma guinada na cidade do Natal.

Em 29 de abril de 1908, o Decreto número 178 criou a instituição normalista denominada Escola Normal de Natal voltada para a formação e preparo de professores de ambos os sexos. O mesmo decreto ainda estabeleceu a Diretoria Geral da Instrução Pública, que tinha sido extinta em 1900, e criou os Grupos Escolares e Escolas Mistas na capital e em outros municípios²⁷¹. O curso normalista tinha duração de quatro anos, posteriormente acrescido de mais um ano por meio da Lei número 284, de 30 de novembro de 1909, que ratificou a reforma da Instrução Pública no Rio Grande do Norte²⁷².

Logo, a instituição normalista cumpriu o objetivo de preparar os professores e aperfeiçoar o ensino primário. A Escola Normal de Natal foi instalada na sede do colégio secundarista Atheneu Norte-riograndense, onde funcionou até o final de 1910, quando se mudou para as instalações do Grupo Escola Augusto Severo. Nesse ínterim de tempo, o mencionado Grupo Escolar, criado em 5 de março de 1908 pelo Decreto número 174, foi

²⁷⁰ *Ibid*, p. 270-272.

²⁷¹ LIMA, Nestor dos Santos. *Um século de ensino primário*. Natal: tipografia de A República, 1927. p. 26.

²⁷² MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Chicuta Nolasco Fernandes, intelectual de mérito*. Natal: Editorial A Republica, 2006 (série Educação e Educadores do Rio Grande do Norte, n.2). p. 74.

elevado à categoria de escola modelo, ou seja, serviria à prática daqueles que estava sendo formados docentes na escola normalista²⁷³.

Assim, no Grupo Escola Augusto Severo seria formado professores durante cinco anos, sendo o último ano destinado à prática docente no jardim modelo. Nos dois primeiros anos formativos, os candidatos a docentes aprenderiam as seguintes disciplinas destinadas ao conhecimento geral: português, francês, aritmética, noções de geometria teórica e prática, geografia geral e particular do Brasil, história geral e particular do Brasil, educação moral e cívica, noções de física e de química aplicados à vida prática, história natural aplicada à criação de animais e à agricultura.

Nos dois anos seguintes, as disciplinas ministradas para os formandos docentes compreendiam em matérias mais especializadas, sendo elas: pedagogia, história da educação, economia e leis escolares, higiene escolar, desenho, princípios de música e cantos escolares, trabalhos manuais, economia e artes domésticas (apenas para mulheres), educação física e exercícios infantis²⁷⁴.

Como podemos perceber, a grade curricular do curso normalista assemelhava-se às disciplinas ministradas durante o curso secundarista Atheneu Norte-riograndense. Para Jorge Nagle, a Escola Normal possui como característica essa proximidade com a escola secundária no que diz respeito à sua formação geral, distanciando-se apenas devido aos seus objetivos profissionais²⁷⁵. Os dois primeiros anos de formação nos cursos normalistas eram compostos por disciplinas já vislumbradas durante o ensino secundário no Atheneu, enquanto que os dois últimos anos do curso de magistério eram destinados ao ensino profissionalizante, constituído por matérias referentes aos conhecimentos necessários à formação do professor.

Apesar do estabelecimento e da organização da instituição normalista ter ocorrido apenas no ano de 1908, a administração da cidade do Natal regulamentava, desde o início do século XX, a profissão de docentes. De acordo com a Resolução número 17, expedida pela Intendência da cidade em 30 de dezembro de 1893, os professores só poderiam exercer o magistério público sendo maiores que 21 anos, com “comprovada moralidade e que exibam documentos de capacidade physica e profissional”²⁷⁶.

²⁷³ MORAIS, Maria Cristine Câmara de. SILVA, Francinaide de Lima. *História da profissão docente em Natal/RN (1908-1920)*. Op. Cit. p. 269.

²⁷⁴ *Ibid*, p. 274-275.

²⁷⁵ NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. Op. Cit. p. 269.

²⁷⁶ A mesma resolução que regulamentou os requisitos para o ensino dos docentes potiguares, também criou três escolas primárias na capital: uma mista e diurna na povoação de Ponta Negra e duas noturnas nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta. Consultar: RESOLUÇÃO Número 17. In: ARRAIS, Raimundo. VIANA, Hélder. NONATO, Raimundo (Org.). *A Intendência e a cidade: fontes para o estudo da gestão municipal da cidade de Natal (1892-1919)* Natal: EDUFERN, 2013. p. 9.

Elencamos essa instituição devido a sua importância na diplomação de literatos potiguares, entre eles José Rodrigues Filho e Francisco Ivo Cavalcanti, ambos formados pela escola normalista no ano de 1910. José Rodrigues Filho, como já mencionamos anteriormente, destacou-se nas atividades literárias ainda durante sua permanência como aluno na escola Atheneu. Francisco Ivo Cavalcanti, por sua vez, iniciou-se igualmente cedo na vida literária potiguar, a brilhandando-se como poeta e teatrólogo na cidade do Natal, sendo um nome bastante conhecido nos círculos intelectuais da época²⁷⁷.

Se, por um lado, os intelectuais passaram pela Escola Normal de Natal na condição de aluno, por outro também fizeram parte do quadro de membros da instituição por intermédio da ocupação do cargo de professores. Esse foi o caso do próprio Francisco Ivo Cavalcanti e de Nestor dos Santos Lima, este último sendo professor da Escola Normal de Natal e diretor da mesma instituição no ano de 1920. Quando esses docentes formados pela escola normalista não atuavam na referida instituição, muitos deles partiam para lecionar nas demais instituições primárias dispersas pela capital norte-rio-grandense, entre elas o Grupo Escolar Pedro Velho e o Grupo Escolar Augusto Severo²⁷⁸.

Além da atuação nos grupos escolares fundados na cidade, os docentes normalistas também tiveram a iniciativa de fundarem cursos primários em suas residências. No ano de 1917, Ivo Cavalcanti instalou um curso primário em sua casa. Segundo Luís da Câmara Cascudo, o professor ensinava em sua residência as disciplinas de português, francês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história geral e do Brasil²⁷⁹.

Não obstante, a Escola Normal de Natal não se destinou exclusivamente à formação de professores do gênero masculino. Francinaide de Lima Moraes, em sua tese de doutoramento *A Escola Normal de Natal (RN, 1908-1971)*, apresenta uma extensa lista de mulheres diplomadas na escola normalista no ano de 1910:

Ecila Pegado Cortez, Judite de Castro Barbosa, Áurea Fernandes Barros, Olda Marinho, Stela Vêper Ferreira Gonçalves, Beatriz Cortez, Arcelina Fernandes, Guiomar de França, Anita de Oliveira, Francisca Soares da Câmara, Maria Natália da Fonseca, Maria Abigail Mendonça, Maria das

²⁷⁷ Francisco Ivo Cavalcanti (1886 – 1969) conviveu com outros renomados intelectuais de sua época, como Alberto Maranhão, Antônio de Souza, Pinto de Abreu, Henrique Castriciano, José da Penha, Pedro Alexandrino, Ezequiel Wanderley, Gotardo Neto e Ferreira Itajubá. Ivo Cavalcanti ainda fundou a Oficina Literária Lourival Açucena, colaborou com alguns periódicos e publicou, em 1906, o livro de poemas *Crisantemo*, prefaciado pelo poeta Henrique Castriciano de Souza. Ver: CARDOSO, Rejane (Org.) *400 nomes de Natal*. p. 271.

²⁷⁸ De acordo com Ezequiel Wanderley, o professor José Rodrigues Filho foi lente e diretor do Grupo Escola Pedro Velho (1910), também atuando como professor do Grupo Escola Augusto Severo na década de 1920. Consultar: WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* p. 49.

²⁷⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. Meus professores. IN: _____. *Ontem (memórias)*. 2 ed. Natal: EDUFRN, 1998. p. 21.

Graças Pio, Clara Fagundes, Maria da Conceição Fagundes, Maria Julita Oliveira, Maria Belém Câmara, Josefa Botelho, Helena Botelho e Maria do Carmo Navarro²⁸⁰.

O considerável número de mulheres diplomadas na turma do ano de 1910 na escola normalista indica-nos uma possível feminização do magistério. O fenômeno de feminização não era exclusivo da capital norte-rio-grandense. A predominância do gênero feminino nas carreiras de magistério era um fator nacional. O Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública de 1907 demonstra que dos 5.020 alunos matriculados no ensino pedagógico nacional, apenas 786 eram homens²⁸¹. Em 1929, os números são mais discrepantes: “dos 23.808 alunos normalistas, apenas 3.401 pertenciam ao gênero masculino”²⁸².

De acordo com Guacira Lopes Louro, enquanto os homens abandonavam a profissão das salas de aulas do ensino primário, o número de mulheres diplomadas nas instituições normalistas crescia no decorrer dos anos²⁸³. A carreira nas letras passou então a ser a opção de muitas mulheres na cidade do Natal. Assim, podemos aferir que o ensino primário foi a carreira profissional escolhida por grande parte das escritoras potigües. Durante nossa pesquisa, elaboramos um levantamento acerca das intelectuais que abraçaram o magistério e as respectivas instituições que lecionaram, segue abaixo:

Quadro nº 07 – Mulheres escritoras que atuavam na docência²⁸⁴

Nomes das escritoras	Instituição de ensino
Isabel Urbano Albuquerque Gondim (1839-1933)	Escola primária feminina estabelecida no bairro da Ribeira desde 1873
Maria Carolina Wanderley (1856-1954)	Grupo Escolar Tenente coronel José Correia situada no município de Assu
Carolina Wanderley (1891 -1975)	Grupo Escolar Tenente coronel José Correia situada no município de Assu/Grupo Escolar Frei Miguelinho (Natal)
Estephania Mangabeira de Barros (1894-1974)	Escola elementar situada em Currais Novos Grupo Escolar Capitão-mor Galvão
Alice Wanderley (1894 – 1964)	Professora primária (instituição não identificada) e particular
Olda Avelino (1895 – ano de falecimento não identificado)	Professora e diretora do educandário feminino localizado no município de Macau

²⁸⁰ O nome das normalistas formadas aparece ao lado dos homens também diplomados na turma de 1910 Luiz Antônio dos Santos Lima, Severino Bezerra de Melo, Manuel Tavares Guerreiro, Anfilóquio Carlos Soares da Câmara, Francisco Ivo Cavalcanti, José Rodrigues Filho e Luiz Garcia Soares de Araújo. Maiores informações sobre a Escola Normal, consultar: SILVA, Francinaide de Lima. *A Escola Normal de Natal (RN, 1908-1971)*. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Natal/RN, 2013. 163f.

²⁸¹ ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública (1929) *apud* NAGLE, Jorge. *A educação na Primeira República*. Op. Cit. p. 270-271.

²⁸² *Idem*.

²⁸³ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del Priore (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 192

²⁸⁴ Quadro elaborado a partir de informações extraídas do dicionário biográfico CARDOSO, Rejane (Org.) *400 nomes de Natal*. Op. Cit. WANDERLEY, Ezequiel. Op. Cit.

Apesar do pequeno número apresentado, objetivamos identificar as escritoras que atuaram como docentes em instituições de ensino primário, a fim de destacarmos a presença da intelectualidade feminina na carreira profissional do magistério. A presença das mulheres na Escola Normal de Natal indicava que a capital potiguar acompanhava o desenvolvimento de nações como, por exemplo, os Estados Unidos da América, em que cadeiras do ensino primário eram regidas por senhoras²⁸⁵.

Na opinião de Nestor dos Santos Lima, a educação deveria ser um prolongamento dos lares. Durante a sua gestão na instituição normalista da capital, na função de professor de Pedagogia e de diretor, Nestor Lima defendia a inserção feminina no magistério, ressaltando que

não há dúvidas. O ideal da educação pública seria fazer desta o prolongamento dos lares, e quem melhor que as mães poderiam educar a infância alheia por virtude dos seus predicados naturais já posto em prova na família e pelo exercício natural do magistério, que lhes dá o necessário traquejo e perícia educativa?²⁸⁶

A suposta condição natural da mulher como educadora possibilitou a defesa da inserção desta nas instituições de ensino, o que resultou em que a “delicada” profissão de ensinar viesse a receber o estigma do feminino, ou seja, a carreira de docente dos cursos primários era, por excelência, uma profissionalização feminina. Todavia, o próprio Nestor dos Santos Lima era contra a ideia de que as professoras se casassem, pois “por mais diligente e laboriosa que fosse a mulher, não poderia dar conta dos encargos da família, cuidar dos filhos e do marido, e por outro lado preparar bem as lições de classe e dispor metódica e previamente o seu trabalho”²⁸⁷. Durante o fim da década de 1920, o Brasil ainda debatia as condições de participação da mulher nas cadeiras de lentes das escolas primárias durante as conferências nacionais realizadas pela Associação Brasileira de Educação.

Embora essas mulheres encontrassem dificuldades para o exercício da carreira profissional do magistério, a docência acabou consistindo em uma ótima profissão para as moças, sobretudo àquelas provenientes de família mais abastadas. Segundo Guacira Lopes Louro, diferente dos representantes do gênero masculino, para as mulheres era mais fácil aceitar salários de valores modestos. Fato que não nos causa estranhamento, já que a carreira

²⁸⁵ SILVA, Francinaide de Lima. *A Escola Normal de Natal (RN, 1908-1971)*. Op. Cit. p. 91.

²⁸⁶ LIMA, Nestor dos Santos. O celibato pedagógico. *Revista Pedagogium*. Natal: Tipografia d’ A República, 1921. n. 01. p. 44

²⁸⁷ LIMA, Nestor dos Santos. *O celibato pedagógico feminino*. Tese à 1ª Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba. Natal: Tipografia Comercial T Pinto & Cia, 1927. p. 6

no magistério compreendia uma das poucas profissões que podiam ser desenvolvidas por mulheres naquela época. Note-se que, como a atividade literária não gerava ganhos financeiros, essas intelectuais tinham que recorrer ao exercício do ensino a fim de obterem seus vencimentos mensais.

É importante ressaltarmos que a inserção profissional das mulheres potiguaras estava restrita às carreiras de professoras de ensino primário. No colégio secundarista Atheneu Norte-riograndense não identificamos nenhuma lente do gênero mulher, o que demonstra que a atuação do magistério feminino tinha seus limites, estando restritos ao ensino primário. Outro ponto para o qual chamamos a atenção diz respeito aos cargos técnicos articulados à Instrução Pública na cidade do Natal – isto é, diretores, inspetores, fiscais e conselheiros de ensino – ocupados exclusivamente por homens, restando, para as mulheres, apenas a licenciatura do ensino primário nos grupos escolares potiguaras ou nas residências particulares.

Apesar dessa divisão de gênero nos cargos de ensino na capital norte-rio-grandense, homens e mulheres professores se destacavam enquanto intelectuais atuantes na sociedade. Os docentes atuaram em campanhas de combate ao analfabetismo e/ou, como já mencionado, ocupavam cargos técnicos na administração estadual onde desenvolviam certo engajamento na causa da educação durante o regime republicano. Mais do que isso, àqueles literatos que optaram por diplomarem-se nas cadeiras do magistério, carregavam em sua missão a responsabilidade pela construção de uma cultura letrada. No ano de 1920, o magistério estabeleceu-se definitivamente como profissão por meio do estabelecimento da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APURN).

No decorrer do desenvolvimento da nossa pesquisa nos deparamos com um pequeno grupo de homens de letras que optaram por buscar formação no ensino superior especializado, isto é, na carreira militar. A busca pelas escolas militares durante o regime republicano reflete uma continuidade da profissionalização de homens do século XIX. O historiador José Murilo de Carvalho, analisando a formação da elite imperial na corte do Rio de Janeiro, enfatiza que a educação militar era a opção das pessoas de menores recursos, visto que os cursos médicos e jurídicos exigiam que o indivíduo despendesse um bom dinheiro para o sustento de sua formação superior nessas instituições²⁸⁸. Nas academias militares, os indivíduos poderiam optar ou por uma formação profissional ou por uma formação técnica já que a instituição

²⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. Unificação da elite: uma ilha de letrados. IN: _____. *A construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. Cap. 03. p. 65.

fornecia “um curso completo de ciências matemáticas, de ciências da observação quais a física, química, minerologia, metalurgia, história natural”²⁸⁹.

Ainda consoante José Murilo de Carvalho, as carreiras militares eram procuradas por alunos oriundos, ou de famílias militares, ou de famílias medianas. Nunca de famílias ricas. Durante o Império, podemos falar em um caráter nobre de recrutamento militar. Todavia, com o advento do regime republicano, o aspecto de recrutamento vai se modificando. José Murilo de Carvalho, em discussão a respeito das forças armadas na Primeira República, enfatiza que “o recrutamento militar de oficiais, ao longo da República a dentro, passou a ser feito predominantemente dentro da própria organização e entre grupos sociais de renda mais baixa e status menos que nobre”²⁹⁰. Sérgio Miceli apresenta a tese de que os jovens militares da Primeira República, sobretudo àqueles com aspiração de tenente, eram oriundos de famílias decadentes ou que perderam o seu capital econômico²⁹¹.

Durante nossa pesquisa não obtivemos dados precisos e seguros sobre a origem social dos intelectuais militares potiguares durante a Primeira República. Contudo, as poucas biografias de onde nos foi possível extrair informações apontam que os indivíduos eram provenientes de famílias cujas condições financeiras eram medianas na capital norte-rio-grandense. Elaboramos uma tabela contemplando os nomes dos intelectuais que optaram por seguir a carreira militar:

Quadro nº 08: Escritores potiguares com formação em Escolas Militares (1889 – 1930)²⁹²

Nomes dos literatos	Formação
Manuel Lins Caldas (1854 -1921)	Escola Militar da Praia Vermelha (RJ). Integrante do exército brasileiro, serviu o Batalhão de Segurança no qual ocupou o posto de oficial do estado.
José Cândido Barbosa (1872-1912)	Escola Militar (RJ), cargo de capitão.
Alípio Bandeira (1873 – 1944)	Escola Militar (CE), ocupou cargos de 1º tenente, 2º tenente, capitão, major, comandante da Força Pública no estado do Pará.
Luiz Cândido de Oliveira (1889 – ano de falecimento não identificado)	Escola Militar (RJ), ocupou o posto de oficial inferior do Batalhão de Segurança do estado.

²⁸⁹ *Ibid*, p. 65-66.

²⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. IN: FASUTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira III – O Brasil Republicano*. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990. Cap. 5. p. 187.

²⁹¹ MICELI, Sérgio. Tenentes e intelectuais. IN: _____. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001. p. 41.

²⁹² Quadro elaborado a partir de informações extraídas do dicionário biográfico CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal. Op. Cit.* WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.*

Percebemos que, ainda que os militares fossem mesmo oriundos de famílias baixas, eles podem ser etiquetados na condição de letrados, já que haviam recebido uma educação básica e secundária. Esses jovens militares atuaram nas letras da capital norte-rio-grandense por meio da publicação de pequenos livros de poesia e da colaboração para jornais da cidade. Observando as informações que compõe o quadro, acima podemos inferir que três dos quatro literatos mencionados se dirigiram à capital federal a fim de cursar o ensino superior na instituição carioca Escola Militar da Praia Vermelha.

Durante o regime republicano, a Escola Militar da Praia Vermelha era responsável pelo treinamento militar dos jovens inscritos na instituição. Essa escola era a instituição evoluída da Academia Real Militar, fundada no ano de 1810 no Brasil por Dom João VI, que se bipartiu em 1858 objetivando a separação do ensino de engenharia civil (Escola Central – 1874 – que se transformou na Escola Politécnica) e do ensino propriamente militar²⁹³. Na falta de maiores informações sobre a estadia desses potiguares na escola militar carioca, a nossa solução foi recorrer aos dicionários biográficos. Os resultados ficaram aquém do que desejávamos. Ainda assim arriscamos fazer algumas breves especulações no que concerne à formação na Escola Militar carioca.

A história da Escola Militar da Praia Vermelha, localizada no Rio de Janeiro, está intensamente articulada com a história da República no Brasil. Na historiografia que contempla o assunto, a instituição aparece ligada à jovem oficialidade com estudos superiores influenciados pela corrente positivista difundida no país no final do século XIX. De acordo com Celso Castro, a Escola Militar atribuiu considerável importância à mentalidade cientificista sendo até mesmo intitulada por seus alunos por “Tabernáculo da Ciência”. Ainda segundo o autor, da referida instituição irrompeu doutrinas cientificistas (positivismo e evolucionismo) e movimentos sociais políticos, como o abolicionismo e o republicanismo²⁹⁴.

Como já mencionamos, a Academia Militar de 1810 originou a Escola Militar da Praia Vermelha. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) a escola foi fechada, sendo reaberta apenas no ano de 1874. Posteriormente, em 1906, a instituição mudou a sua localização instalando-se no bairro do Realengo, zona oeste da capital federal. A Escola Militar então monopolizou os estudos superiores militares²⁹⁵.

²⁹³ CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. *Op. Cit.* p. 195.

²⁹⁴ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

²⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República. *Op. Cit.* p. 162.

O cientificismo no Brasil desenvolveu-se na academia militar e nas instituições de direito e de medicina. Contudo, para Celso Castro, nessas instituições militares o cientificismo chegou a compor uma identidade social de grupo, como foi o caso da mocidade militar. A grande diferenciação entre a escola militar e os cursos jurídicos no Brasil é de que enquanto a cultura bacharelesca tinha um ensino mais voltado para as letras e a retórica, a academia militar voltou-se mais para a ciência experimental. Apesar da diferença, as duas instituições eram regidas em torno de leis proferidas por Darwin, Haeckel, Comte, Spencer, entre outros nomes difusores das correntes do século XIX. É preciso enfatizarmos que ainda que a Escola Militar colocava-se avessa ao estilo bacharelesco, seguia o exemplo da cultura do bacharel na medida em que diplomava bacharéis em ciências físicas e matemáticas²⁹⁶.

Celso Castro explica que o interesse da instituição pela doutrina positivista se deve, “em primeiro lugar, pela importância que atribuía à matemática e às ciências. Em segundo lugar pela oposição tenaz ao espírito legista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito”²⁹⁷. A ciência tornou-se a palavra comum nos manifestos republicanos. A instituição militar, em perfeita consonância com o regime republicano, refletiu em seu ensino as ideias positivistas como, por exemplo, a fé no progresso, o culto à ciência, à razão e à evolução e à valorização do mérito individual.

Possivelmente, os literatos mencionados no quadro nº 08 enxergaram na Escola Militar a possibilidade única de seguirem um curso superior que não necessitasse despende os grandes gastos exigidos para custear os estudos em outros polos intelectuais no país (faculdades de direito e de medicina)²⁹⁸. A migração desses jovens da cidade do Natal para a capital federal brasileira representou um verdadeiro deslocamento espacial, assim como cultural. Os potiguares não apenas saíram do seu estado de nascimento e de residência, bem como puderam experimentar outro tempo social, isto é, mais moderno se comparado a sua cidade de origem. Nas palavras de Celso Castro, esses homens passaram a ter, nesse ambiente intelectual e militar, o espelho mais fiel dos grandes centros europeus²⁹⁹. Ainda nesse

²⁹⁶ *Ibid*, p. 55.

²⁹⁷ CASTRO, Celso. *Op. Cit.* p.67.

²⁹⁸ De acordo com Celso Castro, a Escola Militar fornecia soldos para os jovens aspirantes. Os vencimentos iniciais equivaliam a 3 contos de réis (3\$000). No último ano, o soldo fornecido ao indivíduo pela instituição correspondia ao valor de 120 contos de réis (120\$000). Além disso, a Escola fornecia alojamento, comida e uniformes. Todavia, os livros, gravatas, camisas, botinas e meias deveriam ser de responsabilidade dos alunos. O autor também ressalta que o soldo dos militares não era suficiente para pagar a despesa total. Apesar desses gastos, o valor despendido para o estudo no ensino superior militar ainda era mais barato do que o das instituições bacharelescas. *Ibid*, p. 46.

²⁹⁹ *Ibid*, p. 34.

capítulo, observaremos esse mesmo deslocamento cultural realizado pelos literatos que optaram por cursar as faculdades médicas e jurídicas.

Certamente, a formação bacharelesca dos militares proporcionou certo prestígio social para esses indivíduos. O pequeno grupo de potiguares que foram buscar formação na Escola Militar representa a juventude urbanizada que procurava nos diplomas dos cursos superiores o status social que estes conferiam. Devemos lembrar que a Primeira República é marcada pela cultura dos bacharéis, dos doutores. Posteriormente, discutiremos esse assunto dedicando-lhe maior atenção. Desse modo, a instituição militar também foi responsável pela formação de uma intelectualidade brasileira na Primeira República e, onde, o grupo potiguar, que já tinha uma iniciação na vida literária na capital norte-rio-grandense, pode lograr prestígio social na profissionalização militar.

Além disso, os literatos, agora formados como militares, retornaram para a cidade do Natal ocupando cargos responsáveis pela segurança do estado (Batalhão de Segurança), quando não absorvidos pelas forças armadas nacionais. A profissionalização militar dos jovens escritores, portanto, proporcionava-lhe o sustento, um lugar privilegiado na sociedade potiguar e, ainda, uma forma de intervenção na medida em que se esforçavam para manter a ordem e a segurança da capital, do estado e do país.

2.3 Os “tutores da sociedade”: os intelectuais potiguares e as faculdades de Medicina

Sem, todavia, me considerar higienista, muito embora não seja isso título de ninguém, mas conhecendo Natal em todas as suas direções e condições e, principalmente porque se trata agora de sanear o norte do paiz, entendi levar ao Governo o meu pequeno auxilio, lembrando medidas que me parecem ter importância sanitária e concorrendo para felicidade da minha terra³⁰⁰.

O fragmento textual que abre esse tópico foi retirado da obra *Como se higienizaria Natal*, produzida pelo escritor e médico Januário Cicco que, na época, ocupava o cargo de Inspetor da Saúde dos Portos na capital do Rio Grande do Norte no ano de 1920. Januário Cicco (1881-1952) ocupou um lugar de destaque na história de Natal em razão de ser pioneiro na medicina social e por ter estado à frente das duas primeiras instituições hospitalares da capital: o Hospital Juvino Barreto (atual Hospital Onofre Lopes) e a Maternidade de Natal Januário Cicco— que ainda hoje leva o seu nome³⁰¹.

³⁰⁰ CICCO, Januário. *Como se higienizaria Natal*: algumas considerações sobre seu saneamento. Natal: Atelier Tipográfico M. Victorino A. Câmara, 1920. p. 22.

³⁰¹ CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal*. Op. Cit. p. 371.

Januário Cicco fazia parte do grupo de literatos potiguares que migraram em direção aos polos intelectuais da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro a fim de diplomar-se no curso de medicina. Durante nossas pesquisas, identificamos os seguintes escritores da capital norte-rio-grandense que se direcionaram para os cursos médicos da Bahia e da capital federal. Observemos:

Quadro nº 09 – Intelectuais natalenses diplomados em Medicina (1886-1930)³⁰²

Nomes dos intelectuais	Formação	Ano
Manoel Segundo Wanderley (1860-1909)	Faculdade de Medicina, Bahia	1886
Januário Cicco (1881-1952)	Faculdade de Medicina, Bahia	1906
Aurélio Pinheiro (1882-1938)	Faculdade de Medicina, Bahia	1907
Raul Fernandes de Oliveira (1908-1998)	Faculdade de Medicina, Bahia	1932

Além dos nomes em destaque na tabela, por intermédio das informações nos dicionários biográficos, podemos identificar alguns outros escritores se que graduaram na área médica. No entanto, excluímos seus nomes da tabela elaborada uma vez que os dados colhidos estavam incompletos. A título de curiosidade, podemos assinalar que os cursos médicos também foram procurados por: Jayme dos Guimarães Wanderley, graduado em farmácia em 1921 na cidade do Recife; Murilo Aranha, que se matriculou no curso de Odontologia, porém o abandonou para seguir carreira de jornalista na capital federal; e José Augusto Soares de Araújo, diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, contudo não foi possível identificarmos o ano da sua graduação.

Como fica patente no quadro nº 09, alguns dos literatos potiguares buscaram a faculdade de Medicina instalada na Bahia como polo de formação. Possivelmente, a escolha do centro intelectual de Salvador foi influenciada pela distância existente entre a capital baiana e a cidade do Natal. A escola médica de Salvador foi fundada no mesmo ano que a escola de medicina do Rio de Janeiro, em 1808, após a chegada da corte portuguesa no Brasil. Nesse ano, as duas instituições eram conhecidas como escolas cirúrgicas. A escola cirúrgica da Bahia foi instalada em 18 de fevereiro de 1808 por meio da carta régia, no edifício do antigo colégio dos jesuítas, sede do Hospital Militar. Igualmente, a escola cirúrgica carioca, criada em 08 de março do mesmo ano, foi estabelecida na sede do Hospital Real Militar, antigo colégio de jesuítas do Rio de Janeiro.

Para ingressar nas escolas era exigido conhecimento em língua francesa e o pagamento da matrícula por um curso que deveria ter a duração de quatro anos. De acordo com Lycurgo

³⁰² Quadro elaborado a partir de informações extraídas do dicionário biográfico CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal. Op. Cit.* WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.*

Santos Filhos, até o ano de fundação das escolas cirúrgicas, o exercício da medicina era facultado apenas aos físicos e aos licenciados por um aval emitido pelo capitão-mor do Reino³⁰³. Ainda, segundo o autor, a atuação dos formados por tais escolas consistia em “aplicação de ventosas, realização de sangrias, cura de feridas e de fraturas, sendo-lhe vetada à administração de remédios que deveria ser feita pelos médicos graduados em Coimbra”³⁰⁴.

Em 03 de outubro de 1832, as escolas cirúrgicas baianas e cariocas foram elevadas a faculdades por meio do plano proposto pela Comissão da Sociedade de Medicina e Cirurgia, pelo qual as academias passavam a ser designadas como Faculdades de Medicina. As instituições formativas superiores eram reguladas conforme o modelo da faculdade de medicina de Paris, enquanto não tivesse o seu próprio estatuto. Segundo a lei de 1832, a idade mínima para ingressar nas faculdades era de 16 anos. A lei ainda estabelecia que o indivíduo ingressante deveria ter conhecimentos em latim e inglês ou francês, em filosofia racional e moral, em geometria e aritmética. Os conhecimentos de pré-requisitos deveriam também ser acrescidos da apresentação de um atestado de bons costumes emitido pelo Juiz de Paz da Freguesia, além do pagamento de uma matrícula equivalente a 200 mil réis (200\$000:000)³⁰⁵.

Suspeitamos que o valor da matrícula exigido pelas instituições formativas médicas era considerado alto. O alto valor taxado para se custear os estudos nos cursos médicos, provavelmente, contribuiu para uma rigorosa seleção de seus alunos. Como já mencionamos, os cursos médicos (e jurídicos) consistiam em formações superiores onerosas, o que ocasionava que a profissionalização se limitasse aos filhos das famílias que gozavam de uma boa condição financeira no Brasil. Lilia Schwarcz enfatiza a dificuldade em seguir a carreira médica no Brasil no século XIX: “as dificuldades eram grandes: livros franceses tinham entrada *proibida*, assim como era difícil o acesso à bibliografia médica geral”³⁰⁶. As informações acerca dos custos das faculdades médicas e da dificuldade em seguir a profissão nos leva a pensar que, por volta da década de 1840, a formação nos cursos de medicina conferia certo status social.

Até a década de 1930, as duas faculdades passaram por uma série de mudanças no que diz respeito ao ensino, à organização, à grade curricular e ao tempo de duração dos cursos médicos. Nos primeiros anos do regime republicano, uma nova organização foi conferida ao ensino médico no país. O Decreto número 1.270, de 10 de janeiro de 1891, foi aprovado pelo

³⁰³ SANTOS FILHOS, Lycurgo. *História da medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974. p. 15

³⁰⁴ *Ibid*, p. 18.

³⁰⁵ Santos Filhos ressalta que o valor da matrícula, equivalente a 200 contos de réis, nas faculdades de medicina era considerado alto. Para maiores informações da História da medicina brasileira, consultar: SANTOS FILHOS, Lycurgo. *Op. Cit.* 1974. p. 74.

³⁰⁶ *Ibid*, p. 193.

governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca e referendado pelo Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ficando, assim, conhecido como a Reforma Benjamin Constant.

O decreto estabelecia que a estrutura curricular dos cursos de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia deveriam ser ampliadas para 29 disciplinas distribuídas em 12 seções³⁰⁷. Santos Filho apresenta a organização curricular após a reforma Benjamin Constant em que as disciplinas foram classificadas em:

Ciências físicas e naturais: física médica, química inorgânica médica, química orgânica e biológica, química analítica e toxicologia, botânica e zoologia médicas, farmacologia e arte de formular; ciências que entendem com a estatística e a dinâmica do homem são: anatomia descritiva, patologia médica, patologia geral e a história da medicina, operações e aparelhos, anatomia e fisiologia patológicas, medicina legal, clínicas propedêuticas, médica ginecológica, pediátrica, dermatológica e sifilográfica, oftalmológica, psiquiátrica e de moléstia nervosa; ciências que entendem com a estática do homem e a dinâmica do homem são e do homem doente: obstetrícia e clínica obstétrica, higiene e mesologia³⁰⁸.

As disciplinas listadas acima eram distribuídas por série totalizando seis anos de cursos. As instituições ainda ofereciam um curso de Farmácia, de Obstetrícia, de Odontologia e de Ginecologia, que se diferenciavam pelo tempo de duração de cada curso. Com o decorrer dos anos, a profissão médica passou a ser privilegiada provocando uma mudança no que diz respeito ao perfil social do alunado. Para Lília Schwarz, as faculdades de medicina no Brasil, no final do século XIX, “eram frequentadas por uma clientela privilegiada em termos econômicos, e que pouco respeito guardava aos mestres da faculdade oriundos basicamente de estratos mais humildes da população”³⁰⁹. O ingresso nos cursos médicos requeriam ainda maiores gastos daquelas famílias potiguares que desejavam enviar seus filhos para o ensino superior na capital federal e na cidade de Salvador.

Como já mencionamos no tópico anterior, o ingresso de literatos potiguares nos cursos localizados fora do estado consistia em um verdadeiro deslocamento espacial e cultural que demandavam gastos dos indivíduos. O custeamento de um curso médico superior não exigia apenas o pagamento de uma elevada matrícula e de gastos despendidos na importação de

³⁰⁷ Informações sobre a influência da Reforma Benjamin Constant na organização dos cursos médicos brasileiros, consultar: FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *Revista de Saúde Coletiva – PHYSIS*. V. 4. Número 1. 1994. p. 58 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v4n1/04.pdf>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2013.

³⁰⁸ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Op. Cit.* p. 122-123.

³⁰⁹ SCHWARZ, Lília Moritz. *Op. Cit.* p. 197.

livros franceses. Os gastos com inscrição na faculdade, somado a compra de livros, deveriam ainda ser acrescidos aos custos para a manutenção dos filhos do Rio Grande do Norte nos centros intelectuais médicos brasileiros.

Conjecturamos que tais gastos só poderiam ser despendidos por famílias que gozavam de boas condições financeiras na capital potiguar. Esse foi o caso de Luís da Câmara Cascudo que teve que interromper seus estudos diante da dificuldade de custear o curso médico. Segundo Rejane Cardoso, aos 20 anos de idade, em 1918, o jovem Cascudo resolveu estudar medicina na Faculdade da Bahia. No entanto, Luís da Câmara Cascudo não pode concluir o seu curso tendo que, no ano de 1921, retornar à cidade do Natal e abandonar o curso, porque os negócios de seu pai, o coronel Cascudo, já não iam bem³¹⁰.

Aqueles que conseguiam concluir os estudos nos cursos médicos no Brasil eram recebidos de forma entusiástica pela sociedade potiguar. A imprensa da capital norte-rio-grandense reservava em suas páginas um espaço para as saudações aos médicos recém-formados ao seu retorno:

No trem Horário, veio hoje, procedente da Bahia, em cuja faculdade de Medicina acaba de ser laureado com o título de doutor, o nosso jovem e inteligente patricio dr. Pedro Soares de Araujo Amorim, filho de nosso presado amigo dr. Coronel Pedro Soares de Araujo Amorim. O novo medico deixa nos bancos academicos a mais honrosa tradição de intelligencia e de estudo e auguramo-lhe brilhante futuro³¹¹.

O coronel Pedro Soares de Araújo Amorim (1855-1927), figura notória da sociedade potiguar³¹², recebia o seu filho, de mesmo nome, Pedro Soares de Araújo Amorim recém-formado na faculdade de medicina da Bahia. Em 1904, Pedro Soares passava a fazer parte do grupo social ascendente que passariam a ter ciência de sua atuação e da produção de saberes nos novos espaços da sociedade brasileira no fim do século XIX e início do século XX.

As revistas médicas que, segundo Lilia Schwarcz, florescem no fim do século XIX, passaram a difundir a produção científica das escolas de medicina³¹³. Desse modo, os

³¹⁰ CARDOSO, Rejane (Org.). *Op. Cit.* p. 139.

³¹¹ A REPUBLICA. Natal, 05 jan. 1904.

³¹² O coronel Pedro Soares de Araújo Amorim ocupou os cargos de deputado da Assembleia Provincial (1882-1883), vereador do município de Assu (1882-1886), presidente da Câmara Municipal de Natal (1886), secretário geral do Comando Superior da Guarda Nacional (1897), deputado (1898-1927). Consultar: CARDOSO, Rejane (org.). *400 nomes de Natal. Op. Cit.* p. 627.

³¹³ Segundo Schwarcz, as revistas *Gazeta Médica da Bahia* (1865), vinculada à faculdade da Bahia, e *Brazil Médico* (1877), vinculada à faculdade do Rio de Janeiro, resumiam as características da medicina feita no Brasil em finais do século XIX e início do século XX. Nas revistas médicas, muito pouco se discutia sobre temas políticas. Os grandes debates eram médicos, em que se analisava com vigor o clima, a natureza, a raça e o grau

médicos, portanto, forjavam aos poucos a sua importância para a vida intelectual do país, redefinindo o papel da medicina no Brasil. Schwarz coroa a discussão acerca do conhecimento médico brasileiro enfatizando a missão dos médicos na sociedade:

Eis, senhores, em grande pinceladas, a imagem que a medicina de fins de século passado e inícios do atual almejava para si. Tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e dos porvir³¹⁴.

No início do século XX, o grupo social constituído pelos médicos já não era mais formado por simples indivíduos mestiços e analfabetos. As carreiras médicas no Brasil eram procuradas por homens ilustres de conhecimentos amplos que, após, a sua diplomação intitulavam-se os verdadeiros “tutores da sociedades”. Na opinião da historiadora Magali Gouveia Engel, os médicos, enquanto segmento da intelectualidade brasileira, estavam “empenhados na tarefa de ordenar aquilo que era visto como desordem, transformando a cidade num espaço civilizado por meio das regulamentações sanitárias”³¹⁵.

Com o desenvolvimento dos debates acerca da temática de higiene no interior das faculdades médicas, os graduados em medicina no final do século XIX e início do século XX conferiam à prática da higiene como uma maneira revolucionária de atuação na sociedade. Como detentores da “verdade científica”, os jovens diplomados pelos cursos médicos brasileiros passaram a desenvolver uma normalização higiênica não apenas no sentido do corpo físico, mas também contemplaram um sentido moral e social³¹⁶.

É nesta ordem em que se inscreveram os literatos potiguares formados nos centros intelectuais médicos da Bahia e do Rio de Janeiro. Os intelectuais médicos do Rio Grande do Norte trouxeram o aprendizado de suas faculdades e aplicaram por meio das práticas de intervenções na cidade. Os jovens norte-rio-grandenses diplomados médicos, após a conclusão dos cursos superiores nas longínquas capitais, retornavam para a cidade do Natal a fim de assumir cargos ligados à saúde e à higiene e por em prática suas proposições para curar e prevenir a sociedade potiguar de todos os males.

No ano de 1896, dez anos após diplomar-se na faculdade de Medicina da Bahia, Manoel Segundo Wanderley, na condição de presidente Interino da Inspetoria de Saúde Pública durante a gestão de Pedro Velho, apresentou um plano de saneamento para a cidade

de civilização. Para mais informações sobre os periódicos médicos, ver: SCHWARZ, Lilia Mortiz. *Op. Cit.* p. 198-199.

³¹⁴ *Ibid*, p. 202.

³¹⁵ ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: editora Brasiliense, 1989. p. 39.

³¹⁶ *Ibid*, p. 107.

do Natal. Manoel Segundo Wanderley (1860-1909) diplomou-se na Faculdade de medicina da Bahia, no qual defendeu a tese intitulada *Doenças Perniciosas* no ano de 1866. Ao retornar dos estudos à capital norte-rio-grandense, o literato médico ocupou cargos relacionados diretamente com a sua profissão. Manoel Segundo Wanderley foi Inspetor da Saúde do Porto, médico adjunto e diretor do Hospital da Caridade e Inspetor de Higiene Pública. No documento relativo ao plano de saneamento, o médico propunha as seguintes medidas:

remoção do matadouro, a mudança do Lazarento da Piedade, o arrasamento da represa do Baldo, que ele considerada foco perene da moléstia miasmática, o aumento da capacidade do aqueoduto que desvia as águas pluviais acumuladas na campina da Ribeira para o rio Potengi³¹⁷.

De acordo com Pedro Lima, as medidas propostas por Segundo Wanderley foram adotadas lentamente durante o século XX precedidas por algumas obras que apenas adiaram a solução definitiva para os problemas de saneamento da cidade do Natal³¹⁸. O recém-formado médico potiguar refletia assim as influências dos debates médicos que ocorriam nessa época no Brasil. A origem do ideário higienista, da preocupação com os condicionamentos do meio e da vinculação entre ambiente e qualidade de vida nas cidades, para Eduardo e Ferreira, têm suas raízes nas teorias do pai da medicina, Hipócrates, no século V a.c.³¹⁹. De acordo os princípios hipocráticos, as questões ambientais estão relacionadas à saúde da população. Este princípio norteou os higienistas do século XVIII ao início do século XX, o que resultou na relação entre os fatores geográficos, saúde e doença justificando e motivando a ocorrência de tratados médicas que determinavam mudanças físicas tanto nos espaços da cidade como nos costumes dos indivíduos que a habitava.

A difusão dos ideários positivistas, já mencionados nesse capítulo, contribuiu para a efetivação de mudanças no campo da medicina. As aspirações científicas do final do século XIX firmaram-se em diversos campos do saber, entre eles, os cursos médicos. Segundo as autoras Anna Rachael Eduardo e Ângela Ferreira, tais modificações proporcionadas pelo positivismo instauraram no Brasil “um processo de medicalização da sociedade que consolidou a cidade e seus habitantes como alvos de estudo, de intervenção e de

³¹⁷ LIMA, Pedro. *Saneamento e modernização em Natal*: Januário Cicco, 1920. Natal: Sebo Vermelho edições, 2003. p. 22.

³¹⁸ *Ibid*, p. 27.

³¹⁹ Segundo Anna Rachel Eduardo e Angela Lúcia Ferreira, o pensamento hipocrático é difundido adquirindo novos adeptos e novas leituras ao longo dos séculos. Para maiores informações, consultar: EDUARDO, Anna Rachel. FERREIRA, Ângela Lúcia. As topografias médicas no Brasil do início do século XX. IN: FERREIRA, Ângela Lúcia. DANTAS, George (Org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna – Natal (1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2006. p. 137-138.

normalização”³²⁰. Esses tipos de intervenção vieram na forma de planos de saneamento elaborados pelo grupo social dos intelectuais diplomados nos cursos médicos. Para Lilia Schwarz, a ideia de saneamento surgiu intrinsecamente conectada à ideia de higiene. Segundo a autora, o saneamento passou a ser considerado, por excelência, a forma de ação dos médicos no espaço citadino³²¹.

Essas formas de ações nos espaços emergiram por intermédio das propostas estabelecidas pelos médicos da cidade. Os profissionais graduados em medicina mencionados no quadro nº 09 tinham carta branca para criar e por em prática projetos de higiene e de saneamento devido aos cargos que passavam ocupar na sociedade após a diplomação nos cursos médicos. Os médicos potiguares, literatos apenas nas horas vagas, empenhavam sua atuação na capital potiguar por intermédio dos consultórios clínicos, mas, sobretudo, dos cargos de inspetores (dos Portos, de Higiene Pública e Sanitário).

Identificamos uma exceção no quadro nº 09. Trata-se de Aurélio Waldemiro Pinheiro. Este homem não ocupou o cargo de inspetor na capital norte-rio-grandense, uma vez que se despediu das terras potiguares em direção ao Amazonas no ano de 1910 pouco após a sua diplomação na Faculdade de medicina da Bahia. Muito embora, Aurélio Pinheiro não chegou a assumir cargos relativos à carreira médica em Natal, o recém formado desempenhou o cargo de Médico da Saúde dos Portos no município de Macau, Rio Grande do Norte. Em Manaus, Pinheiro prosseguiu a carreira nas inspetorias, sendo nomeado como Inspetor Sanitário ainda na década de 1910.

Após o plano de saneamento apresentado pelo médico Manuel Segundo Wanderley, a cidade do Natal seria alvo das proposições do jovem Januário Cicco. Como já comentado, Cicco diplomou-se como médico no ano de 1906 na instituição baiana. Três anos após o término do curso, Januário Cicco pôs em funcionamento o Hospital da Caridade Juvino Barreto (atual Hospital universitário Onofre Lopes), durante o governo estadual de Alberto Maranhão, e, conseqüentemente, ocupando o cargo de diretor em 23 de agosto do corrente ano³²². Antes de assumir o cargo no mencionado hospital, o médico instalou o seu consultório na Rua das Virgens, no bairro da Ribeira. As realizações de Januário Cicco não pararam por aí. O jovem médico fundou no ano de 1923, a primeira faculdade de Farmácia do estado e, em

³²⁰ *Ibid*, p. 142.

³²¹ SCHWARZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 206.

³²² CARDOSO, Rejane (Org.). *Op. Cit.* p.342.

18 de março de 1928, Cicco criou a Maternidade de Natal e, concomitantemente, a escola de auxiliares de enfermagem³²³.

Contudo, um importante feito de Januário Cicco a ser destacado nesta dissertação foi a produção da obra que abriu esse tópico. O documento elaborado em 1920 retomava, depois de mais de dez anos, as medidas prenunciadas por Segundo Wanderley em 1896. *Como se higienizaria Natal* é uma obra dividida em duas partes. A primeira parte, intitulada *Considerações Geraes*, Januário Cicco discutiu aspectos da saúde brasileira e em outros países. Já na segunda parte do documento, o médico analisou as condições de salubridade de cada bairro que compunha a cidade do Natal, a saber Ribeira, Cidade Alta, Alecrim e Cidade Nova, e, ainda, indicou algumas medidas a serem tomadas pelos governantes. Na segunda parte, intitulada *Topografia de Natal e sua Geografia Médica*, Januário Cicco associou as condições espaciais de cada parte da cidade com as possibilidades destes bairros abrigarem e difundirem doenças e epidemias.

Januário Cicco elaborou o trabalho na condição de Inspetor de Saúde Pública do Porto. Nas palavras do mesmo, a função compreendia: “informar com minudencia ao Director Geral de Saúde Pública os trabalhos de repartição de seu cargo e pedir mais amplas medidas de defesa sanitária dos portos e até do paiz”³²⁴. Podemos afirmar que o cargo ocupado pelo médico correspondia a uma função imprescindível à atuação no espaço público da cidade. De acordo com Raimundo Arrais, o porto consiste na fonte de nutrição da economia local, mas também no lugar de entrada das enfermidades mortais, por isso deveriam ser cercados de uma verdadeira e eficiente operação de vigilância sanitária realizada por esses inspetores³²⁵.

A atuação de Januário Cicco não cessou nas propostas de higiene e de saneamento descritas na obra *Como se Higienizaria Natal*. O médico é inscrito na tradição para a qual a ordenação e embelezamento da cidade está articulada às medidas de higiene e de saúde pública de forte impacto social. Observamos esta inscrição de Cicco devido aos seus esforços no que diz respeito à transformação do higienismo como forma de uma política urbana de esquadramento e de controle da cidade.

Segundo Ângela Ferreira, Januário Cicco, durante a década de 1920, se uniu a engenheiros higienistas que foram responsáveis pela elaboração de propostas que visavam a atuação em órgãos de saneamento, o alargamento de vias, aterros, a criação de parques e

³²³ LIMA, Pedro. *Op. Cit.* p.15-22.

³²⁴ CICCIO, Januário. *Op. Cit.* p.1

³²⁵ Raimundo Arrais analisa as políticas de higiene social adotadas pelos médicos da cidade do Recife na segunda metade do século XIX. Ver: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. O médico e as náíades. IN: _____. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público do Recife no século XIX*. São Paulo: USP, 2004. Cap. 05. p. 369.

bosques, enfim, “ações empreendidas de intervenção e obras de melhoramentos que imprimiram na cidade um traçado urbano”³²⁶.

Nesse tópico pretendemos analisar como alguns jovens literatos optaram por seguir as carreiras médicas oferecidas nas faculdades de Medicina da Bahia e da capital federal, Rio de Janeiro. Esses literatos médicos não interviam na sociedade potiguar apenas por intermédio das obras literárias produzidas, como também passaram a atuar na cidade do Natal ocupando cargos privilegiados chegando mesmo a interferir na própria organização e gestão da capital norte-rio-grandense. O próximo tópico encerra a nossa discussão acerca das instituições formativas e profissionalização dos intelectuais potiguares. Para compor o nosso quarteto, vale a pena analisar e discutir a formação dos potiguares nas escolas bacharelesca do Brasil.

2.4 “Senhores acadêmicos”: intelectuais potiguares nas Academias de Direito

Na medida em que fomos investigando a formação dos nossos literatos no ensino superior, nos deparamos com um considerável número de indivíduos formados nas instituições jurídicas brasileiras. No decorrer da nossa pesquisa, ficou evidente a preferência dos intelectuais potiguares pelos cursos jurídicos, estabelecidos em Pernambuco e em São Paulo. Diante disso, como podemos explicar as razões dessa grande procura dos literatos potiguares pela diplomação nas Faculdades de Direito? Qual seria a relação entre os cursos jurídicos e os homens de letras da cidade do Natal? Qual seria a importância das academias de Direito para a análise do campo literário potiguar? Esses questionamentos nortearam as discussões desse tópico.

No ano de 1826 foi elaborado o projeto de fundação de uma faculdade brasileira. O projeto de 31 de agosto de 1826 solicitava o estabelecimento de tal faculdade a partir da justificativa de que a mocidade brasileira tinha que ir à Coimbra em busca do diploma no curso jurídico e lá, recebiam os mais duros tratamentos, além de serem acometidos pelo desânimo por não haver no Brasil instituições onde prosseguissem e rematassem seus estudos adquiridos em Portugal³²⁷. O projeto solicitava então a fundação das faculdades de Direito em Olinda e em São Paulo. Contudo, ainda que a data de elaboração tenha sido 1823, o projeto só foi promulgado e publicado em 1827, quando foram estabelecidos os cursos nas duas cidades

³²⁶ FERREIRA, Ângela Lúcia. DANTAS, Ana Caroline. EDUARDO, Anna Rachel. DANTAS, George. A paisagem criada pelo saneamento: propostas para a Natal dos anos 30. In: FERREIRA, Ângela Lúcia. DANTAS, George (Org.). *Surge et ambula. Op. Cit.* p. 217-218.

³²⁷ FERREIRA, Pinto. *História da Faculdade de direito do Recife*. Tomo I. Recife: Editora da UFPE, 1980. p. 57.

anteriormente transformando-as em duas capitais intelectuais de influências marcantes, durante todo período colonial, imperial e republicano brasileiro.

Como podemos perceber, a data de fundação das Faculdades de Direito compreende a um período de quatro anos após a independência do Brasil. Um país que tinha adquirido recentemente uma “autonomia” política, em razão de sua independência em relação a metrópole portuguesa, precisava consolidar sua autonomia no que se referia à elaboração de suas próprias leis, à instituição de sua ordem que, anteriormente, eram feita por Portugal e mal aplicadas à realidade brasileira. Lilia Schwarcz identificou que o propósito das instituições mencionadas estava relacionado à necessidade de se formar quadros autônomos de atuação, de criação de intelectuais, bem como de pensamentos, que fossem próprios do Brasil.

Nas palavras de Pinto Ferreira, as faculdades jurídicas eram igualmente políticas e filosóficas e representavam “um verdadeiro laboratório efervescente de ideias filosóficas, sociais, políticas, além da sonoridade da poesia dos seus literatos”³²⁸. Como mencionamos no primeiro capítulo dessa dissertação, os cursos de Direito foram os grandes celeiros das correntes filosóficas instituídas no final do século XIX e início do século XX no qual os literatos potiguares tiveram contato.

As ideias disseminadas pelo naturalismo, positivismo, evolucionismo, monismo, entre outras, encontraram fortes adeptos sob as arcadas das academias pernambucanas e paulistas, o que resultou em um ensino jurídico aliado a uma noção científica. Para Lilia Schwarcz, as gerações de alunos de 1870, lideradas por Tobias Barreto, e posteriormente Sílvio Romero, foram influenciadas fortemente por estas teorias científicas na qual a recepção destas significava a entrada de um discurso secular e temporal³²⁹.

Como já foi discutido no primeiro capítulo dessa dissertação, as máximas deterministas foram aplicadas na literatura. Portanto, as instituições jurídicas, como espaços impregnados por tais vertentes filosóficas e sociais, foram influenciadoras da concepção de literatura dos escritores potiguares que nelas se diplomaram. Essas correntes acabaram influenciando até homens os quais não foi possível a obtenção do grau de bacharel nas faculdades de Direito. Para ficarmos em um exemplo, lembramos aqui a figura do literato natalense Antônio Pessoa Marinho que, por sua vez, embora não se diplomou bacharel em Direito, teve contato com essas vertentes por meio de outros intelectuais, bacharéis, que retornavam à cidade do Natal com mentalidades saturadas pelos debates filosóficos travados nas instituições. Desse modo, a primeira influência oriunda das Faculdades de Direito, e

³²⁸ *Ibid*, p. 21.

³²⁹ SCHWARCZ, Lilia. *Op. Cit.* p. 150-151.

trazida junto à bagagem de seus alunos, foi na produção literária na capital norte-riograndense.

Os cursos de Direito tinham como objetivo promover a sistematização e integração da ideologia jurídica e política do Estado Nacional. De acordo com Sérgio Adorno, o objetivo dessas instituições estava no desejo em “superar o passado imediatamente colonial, formando, através do ensino jurídico, uma elite intelectual”³³⁰. Inicialmente, os alunos dos cursos jurídicos pernambucanos e paulistanos estudavam disciplinas como Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição, Direito das Gentes e Diplomacias, Direito Pátrio Civil, Direito Criminal, Direito Público Eclesiástico e Economia Política.

Na década de 1870 em Pernambuco, quando o curso jurídico já havia sido transferido da cidade de Olinda para Recife (no ano de 1854), o ensino de Direito adotou novas feições ao pensamento jurídico e filosófico. O Direito Natural e o Direito Eclesiástico deram lugar aos novos princípios e novas sentenças. A historiografia em torno da história das instituições, particularmente da faculdade do Recife, caracterizam esse período como “tobiático”, isto é, uma alusão ao aluno e professor Tobias Barreto. Tobias Barreto, juntamente com o seu fiel amigo Sílvio Romero, conferiam um novo aspecto às ideias e ao ensino do curso jurídico pernambucano. Contudo, suas ideias científicas eram transfigurações que importavam as novas tendências evolucionistas, monistas, darwinistas, positivistas da Europa e as adaptava a realidade brasileira.

As escolas de Direito foram criadas efetivamente para atender às necessidades burocráticas do Estado Nacional em emergência, por isso privilegiou-se uma formação política e não somente jurídica. A discussão acerca dos objetivos das faculdades jurídicas nos conduz a analisar o tipo de homem que as Faculdades de Pernambuco e de São Paulo almejaram formar. As academias jurídicas deveriam constituir-se em um centro formativo dos “eleitos”, ou seja, homens treinados para a condução da nação, em seus aspectos intelectuais, políticos e econômicos.

No ensaio biográfico sobre a Faculdade de Direito do Recife, escrito por Nilo Pereira, o autor define os bacharéis como “futuros ordenadores da nação”³³¹. Para Nilo Pereira, o bacharel é o indivíduo necessário à vida humana, são homens que honraram o país e que, sem eles, não seria possível a construção de uma Nação organizada; são homens que “entre nós quase os únicos melhor preparados para a atividade pública, devido ao ambiente vitalizante

³³⁰ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 95.

³³¹ PEREIRA, Nilo. *A faculdade de Direito do Recife (1927-1977) – ensaio biográfico*. Recife: Editora Universitária, 1977. Vol. 01. p. 407.

das Faculdades e academias”³³². Os “eleitos da nação” corresponderam a uma sociedade de “doutores” do Império e da República. Nesse sentido, os “eleitos” potiguares compõem uma grande lista. Elencamos os nomes de potiguares do campo literário natalense que foram formados nas instituições jurídicas:

Quadro nº 10 – Literatos potiguares bacharéis (1870-1930)³³³

Nome	Ano de formação	Instituição	Cargo ocupado
Francisco Meira e Sá	1873	Faculdade de Recife	Promotor público (Ceará-Mirim), juiz municipal (Ceará-Mirim), desembargador do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), vice-governador, governador, senador, chefe de polícia e juiz federal
Joaquim Ferreira Chaves	1873	Faculdade de Recife	Desembargador, governador, senador, ministro da Marinha
José Theotônio Freire	1884	Faculdade de Recife	Promotor Público (Mossoró e Nova Cruz), juiz de Direito em Pau dos Ferros, deputado estadual, desembargador do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz federal, chefe de polícia
Celestino Carlos Wanderley	1887	Faculdade de Recife	Promotor Público (Natal), Procurador fiscal do Tesouro da República, juiz substituto federal.
Antônio José de Melo e Souza	1889	Faculdade de Recife	Promotor Público (Goianinha), deputado estadual, procurador da República, procurador Geral do RN, senador, governador e consultor jurídico
Manuel Dantas	1890	Faculdade de Recife	Promotor público (Acari e Jardim do Seridó), juiz substituto seccional, deputado estadual, procurador do Estado, membro da Intendência, advogado
Alberto Maranhão	1892	Faculdade de Recife	Promotor Público (Natal), governador,

³³² *Ibid*, p. 418.

³³³ Quadro elaborado a partir de informações extraídas do dicionário biográfico CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal.Op. Cit.* WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.*

			deputado federal
Augusto Tavares de Lyra	1892	Faculdade de Recife	Advogado, professor do Atheneu, deputado estadual, deputado federal, senador, governador, ministro da Justiça, ministro da aviação, ministro do Tribunal de Contas
Eloy de Souza	1894	Faculdade de Recife	Delegado de polícia (Macaíba), deputado estadual, deputado federal, Inspetor de Obras contra a seca e senador
Ezequiel Wanderley	1894	Faculdade do Fortaleza	2º escriptuário do Thesouro, 1º escriptuário, Administrador de mesa de renda em Macau, procurador fiscal
Honório Carrilho	1895	Faculdade de Recife	Procurador da República seção Rio Grande do Norte
Luiz Trindade	1897	Faculdade do Rio de Janeiro	2º escriptuário do Thesouro
Antônio Soares de Araújo	1902	Faculdade de Recife	Juiz de Direito 1ª vara em Natal, Promotor Público, juiz de Direito (Apodi), chefe de polícia.
Sebastião Fernandes	1902	Faculdade de Recife	Promotor público, procurador geral do Rio Grande do Norte, Juiz de Direito (Ceará-mirim), chefe de polícia do RN.
Érico Souto	1902	Faculdade do Rio de Janeiro	
Galdino dos Santos Lima	1902	Faculdade de Recife	Promotor público, procurador fiscal do Thesouro, procurador geral do RN, secretário do governo, deputado estadual, juiz de Direito (Natal) e chefe de polícia.
Francisco Ivo Cavalcanti	1902	Faculdade de Recife	Professor da Escola Normal de Natal
Moysés Soares	1904	Faculdade do Rio de Janeiro	Fiscal do governo federal, Secretaria Junta Comercial, secretário do governo
Peregrino Fagundes	1904	Faculdade de Recife	Funcionário da Fazenda Federal, fiscal do Thesouro Nacional e 3º escriptuário do Thesouro Nacional
Soares de Araújo	1907	Faculdade de Fortaleza	Promotor público (Macau, Canguaretama e São

			José de Mipibu)
Henrique Castriciano	1908	Faculdade de Recife	Secretário do governo, procurador geral do RN e vice-governador.
Nestor Lima	1909	Faculdade de Recife	Professor de Pedagogia da Escola Normal de Natal
José Gobat	1911	Faculdade de Recife	Fiscal dos bancos e advogado do jornal A Imprensa
Abner de Brito	1912	Faculdade de Recife	Procurador fiscal do Thesouro, juiz distrital (Augusto Severo), promotor público (Caicó, Macau e Currais Novos)
João Soares de Araújo	1912	Faculdade do Rio de Janeiro	Juiz distrital (Arês), Juiz de direito (São Miguel), fiscal da empresa Tração, Força e Luz elétrica
Ponciano Barbosa	1913	Faculdade de Recife	Promotor Público, Fiscal do governo da União, Juiz distrital e deputado estadual
Paulo Barreto Maranhão	1919	Faculdade do Rio de Janeiro	Diretor da companhia Industrial Norte e Sul Fluminense
Adauto da Câmara	1924	Faculdade de Recife	Deputado estadual, redator e secretário do jornal A Imprensa
Luís da Câmara Cascudo	1928	Faculdade de Recife	Professor de História, historiador, jornalista, secretário do Tribunal de Justiça do RN, diretor da Faculdade de direito de Natal (1951)

O extenso quadro apresentado acima expõe a grande quantidade de literatos potiguares que optaram por seguir a carreira jurídica no Brasil. Como podemos perceber, nas quatro páginas anteriores, a predominância das escolhas consistiu na Faculdade de Direito na cidade do Recife, Pernambuco. Suspeitamos que as decisões de se deslocarem para uma das capitais jurídicas brasileiras foi influenciada pela distancia. Lilia Mortiz Schwarcz ressalta que, durante a escolha para a instalação das escolas de Direito, houve reclamações sobre a pouca acessibilidade da instituição de São Paulo aos alunos que residiam na região Norte. O deslocamento de alunos, para Pernambuco e para São Paulo, resultava na obrigatoriedade de moradia destes intelectuais nessas capitais pelo período de quatro anos – tempo relativo à duração do curso. Ao que se devia tal obrigatoriedade? Explicaremos.

O número de 55 faltas, sendo 15 não justificadas e 40 justificadas, era suficiente para a reprovação nos cursos jurídicos no Brasil³³⁴. Como o ano letivo das instituições iniciava em março e terminava no mês de outubro, para não perder o ano era necessário que o aluno ficasse estabelecido na capital onde estudava. Desse modo, os potiguares que se direcionavam para esses centros intelectuais ou ficavam em casas alugadas, ou iriam compor as repúblicas estudantis. Nessas faculdades jurídicas, um novo universo cultural descortinava-se para o literato potiguar candidato a bacharel. No entanto, no que diz respeito aos bacharéis potiguares, podemos aferir que esses, em sua maioria, fizeram parte do âmbito cultural pernambucano.

Os alunos, tanto da instituição do Recife, como de São Paulo, não se limitaram aos ensinamentos da cultura jurídica *stricto sensu*. No interior dessas instituições foram elaboradas militância política, produção jornalística e literária e a advocacia. A “elite intelectual” brasileira, da qual nos fala Sérgio Adorno, era formada por meio das disciplinas jurídicas e pelo ecletismo da produção local que ocorria dentro dessas instituições.

José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971), diplomado no ano de 1905 na Faculdade de Direito do Recife, prefaciou o livro escrito por Raimundo Nonato (1960), no qual o autor relata os norte-rio-grandenses formados na instituição jurídica pernambucana de 1832 a 1932. Em seu relato de memória, Bezerra de Medeiros descreve a faculdade do Recife, na qual esteve entre os anos de 1901 a 1905, como ambiente impregnado por preocupações de ordem filosófica e, sobretudo, de ordem cultural, em que

neste domínio escrevíamos em jornais, fundávamos revistas como a EXEDRA de Heliado Balli, organizávamos grêmios e centros como a Oficina Literária Martins Júnior, sob a presidência de Clovis Bevilacqua e a efetiva de Arthur Muniz, subsecretário da Faculdade e intelectual de relevo acadêmico (...) Nesta oficina literária fazia-se conferências com sucesso, confiadas a nomes de grande expressão como Clovis, Oliveira Lima, Phoelelente, Arthur Muniz, Tito Rosas, e publicava-se livros, alguns de versos como SETESTRELO, de Alberto Peregrino e CALVÁRIO de Mendes Martins. As nossas atividades literárias e culturais não excluía a nossa participação nas justas políticas³³⁵.

A fala de José Bezerra de Medeiros reflete que a condição de literato acompanhou esses indivíduos durante a sua estadia nas instituições jurídicas. Durante a permanência nos centros intelectuais, os potiguares participavam das atividades de fundação de jornais, de lançamento de livros. Pinto Ferreira descreve esse clima da vida estudantil na faculdade

³³⁴ FERREIRA, Pinto. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Op. Cit. p. 113.

³³⁵ NONATO, Raimundo. *Bacharéis de Olinda e Recife: norte-rio-grandenses formados de 1832 a 1932*. Rio de Janeiro: Pógen, 1960. p. 7-8.

pernambucana: “faziam serenatas ao luar, cantavam modinhas com flautas e violões, cantarolando pelas praias alvacentos do lugar poético, ou ainda pelas ladeiras perto das casas”³³⁶. Logo, os jovens literatos potiguares faziam parte dessa vida estudantil, de certo tom boêmio, que levava os aprendizes do Direito no Brasil. A ebulição da vida estudantil, muitas vezes iniciada no interior do colégio secundarista Atheneu Norte-riograndense encontrava seguimento sob as arcadas dos cursos jurídicos. Desse modo, a academia deu continuidade ao estímulo para a produção literária, na medida em que integrava seus estudantes em um sistema de relações em que a atividade literária predominava.

Mas de que camadas sociais vinham esses indivíduos? Ainda segundo Ferreira Pinto esses alunos representavam a “elite econômica e intelectual do país”³³⁷. Para a matrícula nas instituições jurídicas, os candidatos ao bacharelismo jurídico deveriam ser maiores do que 16 anos e terem prestado exames preparatórios que abarcavam as disciplinas de latim, retórica, francês, filosofia, racional e moral, aritmética e geometria – conteúdos similares às provas de admissões para as Faculdades de Medicina brasileira, discutidos no tópico anterior.

Raimundo Arrais, em *Recife, cultura e confrontos*, qualifica a Faculdade de Direito do Recife como “ponto obrigatório na formação dos filhos de elite da região que perseguiram carreira ligadas ao poder ou à burocracia estatal”³³⁸. Nas palavras de Raimundo Arrais, mesmo com a diminuição do brilho atrativo da instituição pernambucana durante a segunda metade do século XIX, no início do século XX, “o Recife recebia moços que mais tarde iriam realizar sua ambição na Capital Federal, outros edificavam carreira promissora na política. A maioria contentava-se com modestos empregos públicos”³³⁹.

A parcela de literatos potiguares formados nas instituições jurídicas brasileiras fazia parte desses grupos dominantes que dispunha de posses para enviar seus filhos aos centros intelectuais. Antônio Souza, Juvenal Lamartine, Honório Carrilho, Nestor dos Santos Lima e outros, eram homens que correspondiam a sociedade de “doutores”. Segundo Gilberto Freyre, esses “doutôs” viriam a ser, no Império e na República, “as culminâncias liberais, a palavra mais alta no Parlamento, na Imprensa e na Administração, sem falar nas letras, nas quais, os bacharéis em Direito, mais do que quaisquer outro tiveram inegável predominância”³⁴⁰.

³³⁶ FERREIRA, Pinto. *Op. Cit.* p. 111.

³³⁷ *Ibid.*, p. 112.

³³⁸ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, cultura e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998. p. 32.

³³⁹ *Idem.*

³⁴⁰ FREYRE, Gilberto. Prefácio. IN: PEREIRA, Nilo. *A Faculdade de Direito do Recife (1927-1977) – ensaio biográfico*. *Op. Cit.* p. 67.

Seria um erro se relacionássemos esses indivíduos a novos grupos sociais emergentes na sociedade norte rio-grandense. Os jovens literatos que buscavam o ingresso na carreira jurídica eram oriundos dos grupos sociais dominantes, no âmbito estadual e municipal. Durante nossas pesquisas identificamos que alguns bacharéis eram filhos de coronéis, como, por exemplo, são os casos de Nestor dos Santos Lima (filho do coronel Galdino Lima) e de Moysés Soares e de José Augusto Soares de Araújo (filhos do coronel Pedro Soares). Esses jovens, já pertencentes a famílias potiguares que gozavam de determinados privilégios, viam-se atraídos pelo título de bacharel em Direito.

O fascínio pela formação como bacharel não é uma especificidade da Primeira República. A ascensão dos bacharéis pode ser identificada desde o século XIX. De acordo com Gilberto Freyre, a figura do bacharel se distingue ainda na sociedade brasileira rural e patriarcal. Os bacharéis são filhos legítimos, ou não, dos senhores de engenho, que traziam dos centros intelectuais as mais novas ideias inglesas e francesas³⁴¹. O título de bacharel era atrativo por causa do prestígio que o diploma conferia na época. A grande procura pelas formações nos cursos jurídicos denuncia, portanto, o crescente prestígio do bacharel no meio urbano potiguar. Observemos a notícia publicada no jornal *A Republica*:

Chegou hontem do Recife nosso jovem amigo dr. Arnaldo Moura, recentemente formado em direito pela faculdade daquela capital. Por esse motivo, seu honrado pae, nosso distincto amigo e presado correligionario coronel Joaquim Manuel reuniu em jantar íntimo alguns amigos, entres os quaes o exmo. sr. dr. Alberto Maranhão, dr. Pinto de Abreu e o commandante Toscano de Britto. Foram trocadas entre os convivas expressivas saudações. Tocou durante o jantar a banda de musica da 3ª Companhia de Caçadores³⁴².

O trecho acima demonstra como os recém-formados bacharéis potiguares eram anunciados de forma calorosa quando retornavam à cidade. Em seu retorno os mais novos doutores eram recebidos com verdadeiras recepções organizadas por suas famílias, com jantares e boa música. Notícias como a exposta no fragmento acima eram comuns nos jornais da cidade. Em 23 de novembro de 1894, na coluna *Solicitadas*, o jovem Eloy Castriciano Souza é saudado acalorosamente por seu retorno à cidade do Natal após a sua diplomação na Faculdade de Direito do Recife³⁴³. No interior das academias jurídicas brasileiras nascia um novo tipo de intelectual, o bacharel.

³⁴¹ FREYRE, Gilberto. A ascensão dos bacharéis e dos mulatos. IN: _____. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2004. Cap. IX. p. 712.

³⁴² VÁRIAS. *A Republica*. Natal, 05 dez. 1913.

³⁴³ SOLICITADAS. *A Republica*. Natal, 23 nov. 1894.

De acordo com Luís Martins, a formação em bacharel levava os jovens à consideração social e ao predomínio político³⁴⁴. Na cidade do Natal na Primeira República, a formação em Direito representou uma das condições para a ascendência dos indivíduos aos empregos públicos nos âmbitos estaduais e municipais. No quadro número 10 reportamo-nos aos cargos ocupados pelos bacharéis literatos potiguares. Percebamos que grande parte dos jovens (e escritores) bacharéis prestaram serviços às instâncias dirigentes na condição de deputados estaduais, federais, senadores, secretário de governo, vice-governadores, governadores e magistrados. Outros bacharéis ocuparam cargos mais modestos, mas ainda assim ligados aos serviços burocráticos norte rio-grandenses, como, por exemplo, 1º, 2º 3º escrivães, administradores de Mesa de Renda e inspetores de comissões no estado.

A profissionalização dos potiguares graduados em Direito consistia nos cargos públicos e, em algumas vezes, políticos no Rio Grande do Norte. Como exemplo, mencionamos o caso clássico ocorrido entre o bacharel Eloy de Souza e o governador do estado, na época, de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Na ocasião, quando Pedro Velho despediu-se do jovem Eloy de Souza, que partia para cursar a ciência jurídica no Recife, o pretendente a governador disse: “liquida essa coisa de bacharelise, que preciso de ti no Rio Grande do Norte!”³⁴⁵. De fato, Eloy de Souza liquidou o curso e graduando-se apenas em Ciências Sociais no ano de 1894. Ainda no mesmo ano, o intelectual retornou a Natal, onde iniciou sua atuação política.

Casos como o de Eloy de Souza ocorriam constantemente na capital norte-rio-grandense, em que pouco tempo depois de diplomados, e em retorno à capital norte rio-grandense, esses intelectuais eram nomeados para alguma função na carreira jurídica (promotores públicos, procuradores e juizes de direito). Das faculdades de Direito também saíram jovens literatos recém-formados que se assentaram no mais alto cargo político do estado, o de governador, entre eles podemos mencionar: Antônio Souza, Alberto Maranhão, Juvenal Lamartine, Joaquim Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra, Francisco de Meira e Sá. Desse modo, observamos que os cursos jurídicos cumpriam nos jovens recém-bacharéis potiguares os propósitos de formação nacional: estavam voltados para preparar os quadros sociais destinados à direção dos estados.

³⁴⁴ Segundo Luís Martins, as profissões liberais exerciam atração cada vez maior sobre os jovens. Esses formavam em medicina, direito, ou qualquer outra ciência, mas, sobretudo, em direito. Ver: MARTINS, Luís. *O patriarca e o bacharel*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 96.

³⁴⁵ SOUZA, Eloy de. *Memórias*. Natal: Senado Federal/DF e Instituto Pró-Memória de Macaíba/RN, 2008. 2. ed. p. 295.

Esses indivíduos ascenderam a notáveis cargos políticos no Rio Grande do Norte devido, sobretudo, pelo capital de relações sociais que detinham. No entanto, é provável que o diploma e o canudo do bacharelismo tenham proporcionado a esses escritores maiores prestígios e notoriedades no meio social potiguar. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o canudo e o diploma de bacharel são o complemento e a insígnia que substituíam uma espécie de nobreza togada³⁴⁶, isto é, a diplomação em Direito seria semelhante ao prestígio antigo dos brasões e dos títulos que conferiam dignidade e importância para o indivíduo. Em outras palavras, o título universitário de “bacharel” no Brasil transformou-se em título nobiliárquico: uma nobreza doutoral.

As Faculdades de Direito reforçaram a dimensão aristocrática da sociedade. No caso da cidade do Natal, os jovens que já faziam parte de um grupo social de prestígio na capital norte rio-grandense – devido à condição de letrados – reforçaram tal status produzindo uma aristocracia intelectual por intermédio dos cursos jurídicos. O prestígio obtido pela diplomação em Direito conservava, assim, a tradição de uma suposta nobreza ligada ao pergaminho de formatura.

A fascinação pela função pública inscrevia-se nas aspirações da pequena cidade do Natal descrita por Antônio José de Melo e Souza, sob o codinome “Policarpo Feitosa”, no ano de 1899. Nas palavras de Policarpo Feitosa:

A capital, além dos negociantes e dos soldados, é composta quase exclusivamente de empregados públicos. Nas ruas, oitenta por cento dos transeuntes, cheios de si, olhando de alto para o próximo e só cumprimentando os superiores, são empregados. Há os federais, estaduais, municipais; e cada uma dessas administrações tem um exército deles³⁴⁷.

O autor complementa que os indivíduos da cidade não tinham outras aspirações que não fosse ser alguém na política, vivendo “como quem espera que os melhoramentos de qualquer espécie lhe caíam do alto do céu ou do governo”³⁴⁸. Sendo assim, a formação nas instituições jurídicas criou possibilidades de nomeações desses indivíduos, quase que automática, para preencherem os quadros administrativos e políticos nas instâncias estaduais e municipais do Rio Grande do Norte.

Em *História da Literatura brasileira*, Nelson Werneck Sodré adverte quanto à relação entre o saber jurídico e a atividade nas letras no Brasil republicano. Para o autor, as letras

³⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira – o Brasil Monárquico – do Império à República*. São Paulo: Difel, 1985. Vol. 5. Tomo 2. p. 329.

³⁴⁷ FEITOSA, Policarpo. Vida Potiguar. *Revista do Rio Grande do Norte*. Natal, 1899. p. 1-3.

³⁴⁸ *Ibid*, p. 12

completavam o conhecimento profissional, multiplicando o prestígio que residia no título, no diploma³⁴⁹. Debruçando-nos sobre o campo literário potiguar, investigando e analisando as formações e as profissionalizações dos homens de letras da cidade do Natal, notamos a existência de um complemento entre o polimento literário e as formações no ensino superior. É plausível que ambos reforçavam o timbre de homens distintos aos intelectuais na cidade do Natal.

Se por um lado, a atividade das letras, ainda que não fosse concebida como profissão, distinguia o indivíduo no campo social norte rio-grandense conferindo-lhe o seu status de literato, por outro, os cursos superiores enobreceram esses escritores mediante ao título proporcionado por essas formações. No entanto, os literatos potiguares optaram por exercerem profissões de prestígio na sociedade d fins do século XIX e início do século XX.

Nos momentos de deleite, os intelectuais do magistério, da carreira militar, dos cursos médicos e jurídicos, pagavam seus tributos à poesia e à retórica em algum momento de sua vida. Analisando os homens de letras do Brasil, Werneck Sodré adverte que “foram raro, sem dúvidas os que carregaram o mal das letras por toda a existência. Deixavam-no com a formatura, na maioria dos casos, com a conquista de determinadas posições”³⁵⁰. No caso específico de Natal, a situação não era muito distante da que foi descrita por Nelson Werneck Sodré. Na capital norte rio-grandense, os literatos andaram entre o prazer das letras e a profissão, até que em dado momento, uma das duas era abandonada. Na maioria das vezes, era o tempo das letras que passava...

³⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Difel, 1982. p. 299.

³⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. *Op. Cit.* p. 301.

Capítulo 3

“Os filhos d’ A Republica”: categorias de mecenato

No presente tópico proponho a análise acerca de que maneira o campo literário e o campo político perpassam na constituição do universo intelectual natalense. Fomos norteados por questionamentos como: de que forma as questões políticas estavam ligadas às projeções literárias na cidade do Natal? Qual é o papel do Estado no que diz respeito à projeção, profissional e literária, dos homens de letras na cidade do Natal? Durante o fim do século XIX e início do século XX, verificamos que a atuação do Estado regulou o funcionamento do âmbito cultural por meio do apoio e do financiamento das produções desenvolvidas nesse universo.

Ao conjecturarmos que havia uma imbricação entre o campo literário e o campo político na capital do Rio Grande do Norte, é válido refletirmos acerca da maneira como se processou essa articulação entre o mundo das letras e o mundo da política. Partimos do pressuposto de que a relação entre Estado e intelectual, na cidade do Natal (1889-1930), estabeleceu-se por meio de determinadas categorias de mecenato a partir das quais os homens de letras mantiveram intensas articulações com os membros do grupo político e familiar Albuquerque Maranhão.

3.1 O apadrinhamento é lei: a lei 145/1900

Em 22 de agosto de 1900, o jornal *A Republica* publicou em primeira página a Lei número 145, na coluna *Actos Legislativos*, parte do jornal destinada à publicação das leis, decretos e documentos oficiais sobre as decisões do governo estadual do Rio Grande do Norte. A lei número 145 foi decretada no dia 6 de agosto, do mesmo ano, pelo governador Alberto Maranhão, que administrava o estado pela primeira vez, e pelo seu secretário do governo, o escritor Henrique Castriciano de Souza. As páginas do periódico situacionista noticiaram: “É o governador autorizado a premiar livros de litteratura e sciencia produzidos por filhos domiciliados no Rio Grande do Norte, ou naturais de outros Estados quando neste tenham fixa e definitiva residencia”³⁵¹.

³⁵¹ ACTOS LEGISLATIVO. *A Republica*. Natal, 22 ago. 1900.

O prêmio anunciado no documento oficial consistia na publicação de livros dos escritores locais, ou que residiam no estado, por intermédio de um financiamento arcado pelo próprio governo. A concessão se procedia da seguinte maneira: o governo designaria a formação de uma comissão, a qual estava incumbida de avaliar a obra e de decidir pela sua publicação³⁵².

A Lei número 145 foi criada por dois grandes expoentes do campo intelectual potiguar, a saber Alberto Maranhão (1872 – 1944) e Henrique Castriciano (1874-1947). Alberto Maranhão, filho de Dona Feliciano e de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, chegou ao alto posto estadual graças às articulações de seu irmão Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Na ocasião, para a eleição do irmão Alberto Maranhão (1900), Pedro Velho conseguiu modificar a Constituição Estadual reduzindo para 25 anos a idade mínima para o acesso ao cargo de chefe político estadual. Caso contrário, Alberto Maranhão jamais poderia ter sucedido o ex-governador Joaquim Ferreira Chaves na gestão estadual do ano de 1900³⁵³.

O governador Alberto Maranhão, em sua primeira gestão estadual (1900-1904), ganhou o título de “mecenas do Rio Grande do Norte”, graças ao seu destaque no que diz respeito ao impulso que deu às artes e à cultura³⁵⁴. Entre as suas feitorias, estão: a inauguração do teatro Carlos Gomes – hoje denominado Teatro Alberto Maranhão; a lei número 145, de 06 de agosto de 1900; a fundação do Conservatório de Música e o Derby Club. Alberto Maranhão ainda se dedicou a outras realizações em seu segundo mandato (1908 - 1914) como, por exemplo, “implantou a luz elétrica em Natal, e posteriormente os bondes elétricos; realizou uma reforma na educação; inaugurou a Escola Normal de Natal e instalou o Palácio do Governo na Praça Sete de Setembro”³⁵⁵.

De acordo com Luís da Câmara Cascudo, os republicanos históricos se comprometeram com a proteção da literatura, dando continuidade a “tradição literária” que, segundo o autor, foi iniciada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão³⁵⁶. Na opinião de Câmara Cascudo, os sucessores de Pedro Velho que mantiveram a “tradição literária” foram:

³⁵² *Idem.*

³⁵³ Alberto Maranhão governou o estado do Rio Grande do Norte de 1900 a 1904. No ano de 1908, o jovem político foi reeleito para suceder Augusto Tavares de Lyra (genro de Pedro Velho) para um mandato de dois anos, em que a Constituição Estadual fora mais uma vez modificada ampliando o período governamental de quatro para seis anos de mandato. Para maiores informações sobre as formações do estado republicano no Rio Grande do Norte, consultar: SPINELLI, José Antonio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte (Primeira República) e outros estudos*. Natal: EDUFRN, 2010. p. 37-39.

³⁵⁴ CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal*. Op. Cit. p. 33-34.

³⁵⁵ *Idem.*

³⁵⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano (1874-1947)*. Op. Cit. p. 42.

“Alberto Maranhão, mecenas; Antônio José de Melo e Souza, romancista; Augusto Tavares de Lyra, historiador; Joaquim Ferreira Chaves, de menor acuidade letrada mais fiel a dois poetas imprevistos, Stecchetti e Castro Alves”³⁵⁷. Ou seja, homens que, de certa forma, possuíam algum tipo de relação com as letras.

Durante a sua primeira gestão, Alberto Maranhão tinha ao seu lado outra personalidade de destaque na capital potiguar: o escritor Henrique Castriciano de Souza, que, naquele ano, prontamente se firmava um intelectual consagrado na cidade. O jovem escritor, no ano de 1900, já havia se tornado colaborador do órgão oficial do Partido Republicano do Rio Grande do Norte³⁵⁸, além de ter publicado três obras literárias: *Iriações* (1892), *Ruínas* (1898) e *Mãe* (1899), sendo duas delas produzidos na tipografia do jornal *A Republica*.

Na opinião de Luís da Câmara Cascudo, Henrique Castriciano teria convencido o governador Alberto Maranhão da necessidade, por parte do governo, de premiar e publicar os livros produzidos pelos filhos da terra, ou por estrangeiros que fixavam moradia no estado³⁵⁹. A Lei número 145 possibilitava, assim, o financiamento regular para a manutenção da cultura local. Porém, a história dessa lei antecede ao mês de sua publicação. O projeto tinha sido redigido pelo poeta potiguar e, posteriormente, no dia 31 de julho de 1900, foi apresentado pelos deputados Luís de Oliveira e João Pegado Cortez no Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte e, após três sessões de discussões, foi sancionado³⁶⁰.

A Lei número 145 era a única que versava sobre esse assunto no Brasil. O documento oficial foi pensado a fim de proteger o livro no Rio Grande do Norte em uma época na qual o mercado de livros era praticamente inexistente no estado. Sobre o assunto, alguns anos depois de decretada a lei, o jornal *A Republica* publicou:

O alto custo do livro que mesmo pelas facilidades literárias (grande consumo de livros, faixa do preço do papel, facilidade das gravuras, facilidade de impressão, protecionismo dado às letras pelo governo) o preço dos livros não baixa. Fazendo um cálculo deveras optimista, aqui em Natal, particularizando, atrevidamente, vende-se uns dez livros por dia, afora os livros didáticos. Pois bem, as livrarias aqui vendem quasi pelo preço do Rio ou de Recife; e entretanto, Natal não é um grande mercado de livros³⁶¹.

Como discutimos no capítulo anterior, pouco se lia e pouco se produzia. Na capital potiguar, em particular, também muito pouco se comprava. Contudo, a falta de um mercado

³⁵⁷ *Ibid*, p. 43.

³⁵⁸ Henrique Castriciano estreou no jornal *A Republica* no ano de 1892, a convite de Pedro Velho. *Ibid*, p. 307.

³⁵⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso Amigo Castriciano* (1874-1947). *Op. Cit.* p. 78.

³⁶⁰ *Ibid*, p. 79.

³⁶¹ MERCADO DE LIVROS EM NATAL. *A Republica*. Natal, 12 out. 1927.

de livros não era algo específico da cidade do Natal. De acordo com Sérgio Miceli, essa era uma carência de nível nacional. O Brasil enfrentou uma dificuldade na importação de livros portugueses e franceses devido às crises de obtenção de papel, às novas condições pós- crise de 1929 e ao início da Segunda Guerra Mundial. No que diz respeito ao mercado de livros brasileiro, o surto editorial no país é identificado, pelo autor, como emergente apenas a partir da década de 1930³⁶². Na ausência de editoras, as obras eram financiadas ou pelos próprios autores, ou por alguma instituição. No caso da cidade potiguar, o Estado encarregou-se dessa tarefa.

Muito embora a Lei número 145 fosse considerada pioneira no país, conseguimos identificar pouquíssimas obras financiadas pelo governo do Rio Grande do Norte em um intervalo de 30 anos (1900-1930): *Verbenas* (1904), livro de Ana Lima Guimarães Wanderley; o *Livro de Versos* (1910), obra póstuma que reúne as poesias de Manoel Segundo Wanderley; a obra *Esmeraldas* (1918), cuja autoria pertence a poetisa Palmyra Wanderley; os versos *Alma em Versos* (1919), de Carolina Wanderley; e a antologia *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922) de autoria de Ezequiel Wanderley.

A lei, decretada no ano de 1900, continuou sendo colocada em prática anos depois. Como podemos notar, alguns escritores foram contemplados com as publicações financiadas pelo Estado no fim da década de 1910 e na década de 1920, quando o governador Alberto Maranhão já havia deixado o cargo de chefe político estadual do Rio Grande do Norte, o que atesta a importância da lei no incentivo de produção das obras literárias locais. Apresentamos um indício da importância da lei ora em foco no final da década de 1920. Luís da Câmara Cascudo, que na época era escritor, teceu alguns comentários sobre a lei nº 145/1900:

A lei que protege o livro norte riograndense é um atestado de inteligência do seu auctor. Constitue um dos melhores argumentos para a elevação de nível no ponto de cultura e de estímulo oficial. E faz-se-há urgente que o Estado se recomende não pelo número, mas pelo contexto dos volumes publicados. A lei 145 não me quer parecer destinada a encher livrarias e a indigestar leitores. É, excusez Du peu, **uma quase consagração. É preciso pensar que o estado é o padrinho e responsável.** Sou suspeito em escrever as regras para publicação. Tenho livro publicado pelo Estado, mas estou prompto para provar o que elle fez lá fora. Guardarei todas as esperanças que a comissão encarregada de julgá-lo **abstraia totalmente minha pessoa e minhas ligações de estima**, e veja, exclusivamente, não o meu pobre nome, mas se o livro apresentado à crítica official de meu Estado poderá attestar, onde quer que eu vá, a existência dum ambiente propício e de alto aos estudos³⁶³. (grifo nosso)

³⁶² MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira. Op. Cit.* p.132

³⁶³ CASCUDO, Luís da Câmara. Lei nº 145. *A Imprensa*. Natal, 10 jun. 1927.

No dia 10 de junho de 1927, Câmara Cascudo publicou no jornal *A Imprensa* um artigo que fazia algumas considerações sobre a importância do preceito de número 145, conforme exposto acima, posta em vigor já há 27 anos no Rio Grande do Norte. Nas palavras do intelectual, identificamos que ele mesmo teve seu livro publicado graças ao decreto oficial de Alberto Maranhão. Infelizmente, não conseguimos identificar com precisão a que obra o escritor faz referência. Acreditamos que a obra, custeada pelo estado, consiste em seus escritos reunidos em *Alma Patrícia* (1922), um livro de crítica literária impresso na tipografia Atêlier M. Victorino. As palavras de Luís da Câmara Cascudo sobre a lei nº 145, contempladas nessa dissertação, apontam para uma necessidade, e dificuldade, de se estabelecer critérios para a seleção no que diz respeito a obras publicadas. Conjecturamos que esses critérios eram definidos a partir do campo político. O próprio livro de Câmara Cascudo, a crítica literária *Alma Patrícia*, publicado pela lei nº 145, é um exemplo de seleção dos escritores da terra, em que o autor despreza alguns literários ao escrever sobre o campo literário norte-rio-grandense.

No entanto, elencamos o fragmento de Câmara Cascudo a fim de chamar atenção para dois pontos essenciais na discussão entre literatura e política na cidade do Natal. O primeiro ponto trata-se da importância de problematizar os nomes dos escritores que foram contemplados pela publicação financiada pelo Estado por intermédio da Lei número 145. Os nomes dos intelectuais “felizardos” descortinam uma verdadeira rede de indivíduos articulados por laços de amizade e por parcerias políticas. Iniciemos pelo próprio autor do artigo, Luís da Câmara Cascudo. O pai do escritor, coronel Francisco Cascudo, cultivou um laço de amizade com o chefe político Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. O próprio Cascudo narra a primeira lembrança do encontro pessoal com Pedro Velho no ano de 1907³⁶⁴. As relações descritas por Câmara Cascudo demonstra que a família Cascudo, de considerável importância na cidade, manteve laços com, pelo menos, três governadores do Rio Grande do Norte, o que atesta uma aproximação entre a família Cascudo e a rede política Albuquerque Maranhão³⁶⁵.

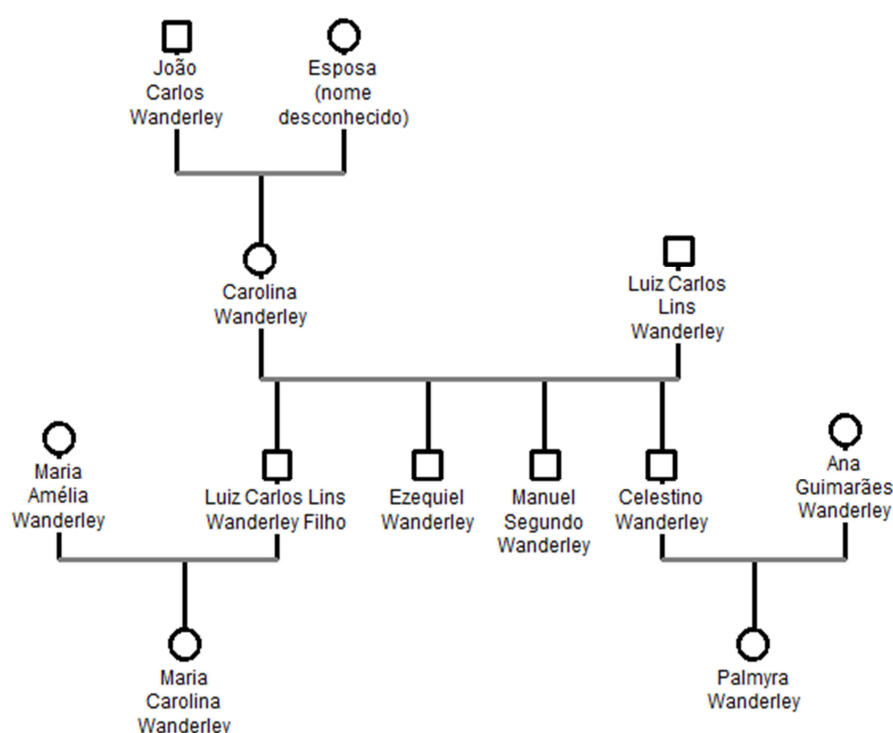
³⁶⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. Reminiscências... IN: _____. *História que o tempo leva... da história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008. p. 217.

³⁶⁵ O coronel Francisco Cascudo foi nomeado para o Batalhão de Segurança do estado em 1892 por Pedro Velho, que era governador do estado na época. A família Cascudo mantinha mais do que uma ligação política com a família Albuquerque Maranhão. Curiosamente, quando Luís da Câmara Cascudo nasceu no ano de 1918, o coronel Cascudo escolheu Joaquim Ferreira Chaves, o chefe estadual do Rio Grande do Norte no período, para ser padrinho de batismo do menino. Posteriormente, em 1900, durante a gestão estadual de Alberto Maranhão, o coronel Cascudo recebeu do governador o monopólio comercial de vendas de carne verde. Consultar: CASCUDO, Luís da Câmara. *O tempo e eu: confidências e proposições*. Op. Cit. p. 43. e SALES NETO, Francisco Firmino. *Luís Natal ou Câmara Cascudo: de autor a autor da cidade do Natal*. Campina Grande: EDUFCG, 2013. p. 50-54.

De acordo com o jornal *A Imprensa*, o coronel Cascudo possuía uma intensa atuação na esfera comercial e política na cidade, estando “sempre envolvido na resolução dos problemas da cidade, sendo reconhecido como estimado querido no vasto círculo de suas relações”³⁶⁶. Posteriormente, devido à falência da família Cascudo, o jovem escritor passou a publicar crônicas no jornal situacionista *A Republica*, no ano de 1928, quando pôde conseguir um emprego remunerado para recuperar-se da crise financeira.

Em suma, o que queremos explicitar é que o financiamento da publicação da obra de Câmara Cascudo, custeada pelo Estado, deveu-se, em grande parte, devido à mobilização das suas relações sociais que a família Cascudo tinha com o grupo dirigente político e que foram estabelecidas no decorrer dos anos. Percebemos que essa situação em que o Estado privilegiava ou apadrinhava indivíduos com os quais mantinha algum tipo de relação social, se repete com os demais “beneficiados” pela Lei número 145. Todos os demais beneficiados correspondem a uma única família:

Quadro nº 11: Esquema Genealógico da Família Wanderley³⁶⁷



³⁶⁶ CORONEL CASCUDO. *A Imprensa*. Natal, 27 nov. 1918.

³⁶⁷ O esquema foi produzido pela autora a partir de informações retiradas das biografias presentes nas obras: CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal. Op. Cit.* e WANDERLEY, Ezequiel. *Poetas do Rio Grande do Norte. Op. Cit.* A estrutura da árvore genealógica foi produzida por meio do software *GenoPro* 2011.

A família Wanderley, natural da cidade de Assú, teve importante atuação na história da capital do Rio Grande do Norte. O primeiro membro da família a se destacar foi João Carlos Wanderley (1811-1899). Ainda no período imperial, João Carlos Wanderley ocupou notáveis cargos públicos na província, entre eles: chefe do partido liberal, deputado provincial, secretário do governo; deputado geral; inspetor do Tesouro e vice presidente de Província³⁶⁸. Apesar dos ilustres cargos, João Carlos Wanderley também se destacou em sua atuação na imprensa da capital potiguar. No ano de 1847, o vice presidente de Província, em exercício na presidência, João Carlos Wanderley, sancionou a lei número 169 em 2 de novembro do corrente ano. João Carlos Wanderley mandou estabelecer na cidade do Natal uma tipografia que seria responsável por imprimir regulamente impressos e publicado em uma folha oficial, intitulada *Gazeta do Rio Grande do Norte*, os atos da presidência da Província, da Assembleia Legislativa Provincial, da Tesouraria e outras repartições públicas provinciais³⁶⁹.

Com o passar dos anos, a família Wanderley foi aumentando. João Carlos Wanderley tratou de casar a sua filha, Francisca Carolina Wanderley, com Luiz Carlos Lins Wanderley (1831-1890), outro indivíduo que se destacou na sociedade potiguar e que já foi mencionado no primeiro capítulo desta dissertação. No ano de 1878, Luiz Carlos Lins Wanderley fundou a gazeta política *Correio do Natal*, com o objetivo de divulgar as ideias do Partido Liberal na capital norte-rio-grandense. Logo, Luiz Carlos Wanderley destacou-se na prematura atividade tipográfica na cidade. Luiz Carlos Lins Wanderley e João Carlos Wanderley trabalhavam juntos nas redações do *Correio do Natal*. Foi por meio da notabilidade de sua oficina tipográfica, que Luiz Carlos Wanderley iniciou a sua relação com o jovem Pedro Velho. Em 1º de julho de 1889, João Avelino e Pedro Velho de Albuquerque Maranhão encomendaram a impressão do jornal *A Republica*, periódico do partido republicano emergente no Rio Grande do Norte, à Luiz Carlos Wanderley.

Nos meses prestes à instalação definitiva do regime republicano no estado, o jornal *Correio do Natal* divulgou, a pedido de Pedro Velho, um boletim informando ao povo que a República havia sido proclamada³⁷⁰. Posteriormente, Luiz Carlos Wanderley vendeu as máquinas que compunham a sua oficina tipográfica para Pedro Velho e Pedro Avelino, o que possibilitou o surgimento da tipografia do jornal oficial do governo republicano, *A Republica*.

³⁶⁸ CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal. Op. Cit.* p. 39

³⁶⁹ FERNANDES, Anchieta. *História da Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2006. p. 37-49.

³⁷⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2008. (Coleção Câmara Cascudo: biografias). p. 50-52

Como já mencionado nos capítulos anteriores, Luiz Carlos Wanderley foi o primeiro norte-rio-grandense a se formar em Medicina, diplomando-se pela Faculdade de Medicina na Bahia, em 1857. Além dos serviços médicos, Luiz Carlos Wanderley também atuou nas instituições públicas, no qual foi professor do colégio secundarista Atheneu e diretor da Instrução Pública³⁷¹. Luiz Carlos Wanderley atuou nos campos políticos e literários. Na esfera política, o médico ocupou os cargos de deputado provincial de várias legislaturas e foi vice-presidente de província (1886). No que diz respeito à esfera intelectual, Luiz Carlos escreveu em jornais da Bahia, de Assu, e de Natal (*Correio do Natal* e *A Republica*) publicou o romance *Mistérios de um homem rico* (1883) e o livro *Impressões de uma viagem*, por fim, escreveu peças dramáticas e comédias.

Em 25 de julho de 1858, o jovem médico casou-se, em primeiras núpcias, com Francisca Carolina Wanderley. Do casamento gerou os frutos: Luiz Carlos Wanderley Filho, Manoel Segundo Wanderley, Celestino Wanderley, Ezequiel Wanderley, Maria Carolina Wanderley e João Carlos³⁷². O casamento proveitoso entre Luiz Carlos Lins Wanderley e Francisca Carolina Wanderley gerou quatro intelectuais de importante atuação no campo literário potiguar: Manoel Segundo, Ezequiel, Celestino e Maria Carolina – conhecida como “Sinhazinha”³⁷³.

A importância da atuação na esfera estadual da família Wanderley refletiu-se nas “generosidades” do mecenato do Estado. O preceito legislativo de número 145 beneficiou dois dos filhos e duas das netas de Luiz Carlos Lins Wanderley. Os filhos cuja algumas obras foram financiadas pelo governo do Rio Grande do Norte também tiveram atuações específicas na administração do estado. Ezequiel Wanderley (1871-1933) ocupou cargos de administrador de Mesa de Renda, na Tesouraria do Estado, foi procurador fiscal, diretor do Banco de Natal e presidente do ilustre Natal Clube. Ainda atuou como colaborador assíduo do jornal oficial do partido de Pedro Velho, *A Republica*.

O livro de Ezequiel Wanderley foi designado à publicação graças à indicação da comissão presidida pelo intelectual e médico Januário Cicco. A comissão ainda contou com a participação de Nestor Lima, Sebastião Fernandes, Adauto da Câmara, Francisco Ivo Filho e Luís da Câmara Cascudo³⁷⁴. Desse modo, a comissão instaurada deveria dar parecer a respeito da publicação da obra. Reunidos no escritório da redação do jornal *A Imprensa*, a comissão representativa da Lei 145/1900 decidiu que a antologia *Poetas do Rio Grande do*

³⁷¹ CARDOSO, Rejane (Org.). 400 nomes de Natal. *Op. Cit.* p. 489.

³⁷² *Idem.*

³⁷³ WANDERLEY, Ezequiel. *Op. Cit.* p. 41.

³⁷⁴ CENTRO POLYMATHICO. *A Republica*. Natal, 01 nov. 1921.

Norte deveria ser imediatamente publicada. Estamos falando de uma decisão que foi tomada no ano de 1921, isto é, um ano antes da comemoração do Centenário da Independência do Brasil. A urgência em definir-se os poetas norte-rio-grandenses e a importância social de Ezequiel Wanderley contribuiu para o voto favorável da publicação, financiada pelo Estado, da antologia de poetas do Rio Grande do Norte.

Outro exemplo trata-se de Manoel Segundo Wanderley, cujo nome (e importância) já foi mencionado nas páginas dessa dissertação³⁷⁵. As mulheres da família Wanderley também foram contempladas pela “generosidade” do estado. Anna Lima Guimarães Wanderley, esposa de Celestino Pimentel Wanderley, teve seu livro, *Verbenas* (1904), financiado pela lei 145 ainda durante a década em que esta foi sancionada. A jovem escritora, além de ser esposa do intelectual Celestino Wanderley, era filha do coronel Galdino dos Santos Lima, indivíduo com ótimas relações políticas com o grupo político dirigente. Ana Wanderley também era colaboradora do jornal *A Republica*, periódico que auxiliou na divulgação de seus escritos.

As netas da família Wanderley seguiram o mesmo caminho. Carolina Wanderley (1891-1975), filha de Luiz Carlos Lins Wanderley Filho e de Maria Amélia Wanderley, frequentadora das rodas literárias da sociedade em Natal e colaboradora, igualmente, do jornal *A Republica*, também foi contemplada com a Lei de Alberto Maranhão e de Henrique Castriciano. Foi graças à Lei número 145 que Carolina Wanderley publicou o seu livro de poesia *Alma em versos* (1919). Um ano antes, sua prima Palmyra Wanderley, filha do casal de intelectuais Celestino Wanderley e Ana Guimarães Wanderley, publicou o seu primeiro livro *Esmeraldas* (1918) também por intermédio da lei protetora dos livros norte-rio-grandenses. O apadrinhamento das netas da família Wanderley leva-nos a concluir que, para as políticas de mecenato, o gênero não importava, mas sim as relações sociais mobilizadas pelos agentes do campo literário.

As articulações com o Estado eram fundamentais para fazer-se reconhecer como escritor “de qualidade” os “filhos” da terra norte-rio-grandense na cidade do Natal. Na lei 145/1900, a premiação das obras literárias para publicação era decidida por uma comissão avaliadora composta por um membro da Instrução Pública e alguns homens de letras designados pelo governador³⁷⁶. O que indica que a faculdade de dizer “quem era escritor”, de definir a “qualidade de uma obra literária” dependia do Estado, dos homens que representavam esta instituição.

³⁷⁵ Ver capítulo 1 “O movimento literário: do Império à República”, p. 51.

³⁷⁶ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. Natal/RN: EDUFRN, 2008. (Coleção História Potiguar) p. 160.

O que queremos destacar a partir desses exemplos é que a Lei número 145 tinha como objetivo apadrinhar indivíduos que possuíam articulações – políticas ou sociais – com membros do grupo político situacionista, uma vez que os membros da comissão julgadora eram escolhidos pelo estado. Não pretendemos desmerecer a qualidade das obras que foram financiadas pelo Estado, porém, é necessário enfatizar que a proteção de tais produções culturais justifica-se pelo *capital social* inerente a esses escritores. Era muito pouco provável que a comissão, responsável por avaliar e decidir quais obras seriam financiadas pelo governo estadual, deixasse de considerar “as pessoas e as suas ligações de estima”, como mencionou Luís da Câmara Cascudo.

Sendo assim, a proteção da Lei Número 145 se realizava em função das redes sociais que esses intelectuais estavam em condições de mobilizar. Por intermédio do decreto oficial de Alberto Maranhão e de Henrique Castriciano, o Estado pode atuar como instância de consagração aos intelectuais que pleiteavam reconhecimento, notoriedade e um lugar ao sol no mundo das letras potiguaras.

Pierre Bourdieu discute a importância do mecenato de grupos dirigentes no campo literário e artístico francês no século XVIII. O sociólogo francês denomina de *subordinação estrutural* a relação entre o campo literário e o campo político definindo como dependência direta, e fidelidade, dos escritores a um mecenas ou a um protetor oficial das artes³⁷⁷. No caso estudado da cidade do Natal, verificamos que a prática do mecenato estava associada não a uma personalidade, mas ao Estado. Percebemos que os sujeitos políticos (Pedro Velho, Alberto Maranhão, entre outros) mudavam, contudo as práticas de apadrinhamento persistiam na dinâmica do campo literário potiguar³⁷⁸.

O mecenato do Estado é uma característica própria do campo intelectual brasileiro nos fins do século XIX e início do século XX. De acordo com Antônio Cândido, o Estado e os grupos dirigentes funcionavam como patronos prestando importante ajuda aos escritores, uma vez que “na ausência de públicos amplos e conscientes, o apoio ou pelo menos o reconhecimento oficial valeram por estímulo, apreciação e retribuição da obra colocando-se ante o autor como ponto de referência”³⁷⁹. A proteção do Estado proporcionava de fato a notoriedade à literatura dos contemplados por mecanismos de mecenato como, por exemplo, a

³⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. *Op. Cit.* p. 64-65.

³⁷⁸ Pierre Bourdieu divide os escritores em dois grupos: os defensores da “arte burguesa”, dependentes da influência de um mecenas oriundo da burguesia, e os defensores da “arte social” ou *excluídos tout court*, ou seja, os proscritos dos salões franceses por não terem requerido a influência de um patronato. Os escritores defensores da “arte social” acreditam na produção cultural sem interesses econômicos, defendendo o lema “arte pela arte”. O grupo de intelectuais analisados nessa dissertação está mais próximo do primeiro grupo identificado por Bourdieu. Para mais informações ver: *Ibid*, p. 70-95.

³⁷⁹ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. *Op. Cit.* p. 84.

lei de número 145 na cidade do Natal. Com o apoio e o auxílio do Estado, as obras financiadas conferiam prestígio, provocavam admirações e reconhecimentos no campo intelectual potiguar.

3.2 O *Grêmio Polymathico* e *A Republica*

O patronato do governo estadual norte-rio-grandense foi além da lei sancionada por Alberto Maranhão e por Henrique Castriciano. O mecenato político potiguar influenciou na projeção de uma associação literária específica já mencionada nessa dissertação: o *Grêmio Polymathico*. O grêmio foi fundado no ano de 1897, sobre a presidência do ex-governador Antônio José de Melo e Souza (1906-1908 e 1920-1924). O grêmio *Polymathico* publicou em fevereiro de 1898, a *Revista do Rio Grande do Norte*. Retomemos as informações acerca do corpo editorial do periódico do *Grêmio Polymathico*:

Diretor – Antônio de Souza. Secretário: Pedro Soares de Araújo. Colaboração efetiva dos primorosos poetas: Auta de Souza e Henrique Castriciano; e do Dr. Alberto Maranhão, procurador geral do Estado e governador eleito; Dr. F. de S. Meira e Sá, presidente do Superior Tribunal de Justiça; do Dr. Augusto T. de Lyra, deputado Federal; Drs. Luiz Fernandes, Homem de Siqueira, Juvenal Lamartine e Pinto Abreu, juizes de direito efetivo; Dr. Manoel Dantas, diretor geral de instrução pública; Pedro Avelino, jornalista; Dr. Alfredo de Carvalho, Instituto Arqueológico de Pernambuco; Dr. Horácio Barrete, juiz substituto seccional; Dr. José de Berredo, Alferes José da Penha e outros³⁸⁰.

No corpo editorial da *Revista do Rio Grande do Norte* identificamos nomes de figuras ilustres da esfera estadual e municipal. Antônio de Souza, Manoel Dantas, Alberto Maranhão, Auta de Souza, Henrique Castriciano, Meira e Sá, entre outras personalidades mencionadas nas linhas do periódico. Tratam-se de indivíduos que mantinham laços de parentescos e de amizade com o grupo político e familiar situacionista, quando não faziam parte desse mesmo grupo ocupando posições de governadores e de vice-governador – é o caso dos governadores Antônio de Souza e Alberto Maranhão e do vice-governador Henrique Castriciano.

O *Grêmio Polymathico* emergiu na esfera cultural potiguar quando outras associações literárias já se faziam presentes como, por exemplo, os grupos *Le Monde Marche*, *Congresso Literário* e o *Castro Alves* – discussão já contemplada por essa dissertação. Não obstante, nenhuma dessas instituições culturais obteve a notoriedade que o *Polymathico* apresentou na

³⁸⁰ REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. Novembro e dezembro, 1898. p. 2

capital norte-rio-grandense. Nas palavras de Manoel Rodrigues de Melo, a associação de Antônio de Melo e Souza “veio ocupar o lugar de honra nas letras potiguares”³⁸¹. Mas o que justificaria a posição social obtida pelo *Grêmio Polymathico* no campo literário potiguar?

Curiosamente, encontramos a resposta para tal questionamento nas páginas de *A Republica*:

Somos de algum modo suspeitos para dar nosso juízo sobre a *Revista do Rio Grande do Norte*, porque ela é filha d’A Republica. São os mesmo redatores das duas publicações. A *Revista do Rio Grande do Norte* não desonrará o Estado a que se consagrou, estamos certos³⁸².

No número publicado em 17 de fevereiro de 1898, o jornal *A Republica* anunciava entusiasmadamente a circulação da *Revista do Rio Grande do Norte*, periódico publicado pelo *Grêmio Polymathico*. A revista era impressa na rua Dr. Barata, número 5, isto é, no mesmo endereço da tipografia de *A Republica*. Em suma, a *Revista do Rio Grande do Norte* era de fato a filha, a porta-voz do jornal oficial do grupo dirigente estadual no campo literário potiguar, tanto por reunir as produções culturais dos “filhos” do regime republicano, quanto por ser originada no interior das oficinas tipográficas do periódico oficial.

Ainda foi possível identificar que nomes como Manuel Dantas, Henrique Castriciano e Antônio Souza, redatores do periódico *A Republica*, encontravam-se a frente da agremiação *Polymathico* e da revista literária. Segundo Pedro de Melo, o *Polymathico* “era constituído pelos maiores da terra, de superioridade em posição social, facilidades materiais, enfim, tudo o quanto é necessário para subir na vida”³⁸³. No entanto, o que significava dizer que os membros de tal associação literária eram os “maiores da terra, de superioridade em posição social”?

Diante desse questionamento percebemos que a superioridade de posição social estava intrinsecamente conectada ao campo político do Rio Grande do Norte. A fim de esmiuçar a relação entre o grêmio literário *Polymathico* e a esfera política estadual, destacamos cinco membros da associação literária: Antônio de Souza, Alberto Maranhão, Meira e Sá, Henrique Castriciano e Manoel Dantas, ou seja, todos esses nomes articulados com o campo político do estado.

³⁸¹ MELO, Manoel Rodrigues. Grupos literários na Província. *Revista do Instituto História e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal/RN, 1971, volume LVI – LVII – LVIII. p. 51.

³⁸² REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. *A Republica*. Natal, 11 jan 1898.

³⁸³ Comentário sobre os editores de a *Revista do Rio Grande do Norte* retirados de: MELO, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Natal de ontem: figuras e fatos de minha geração*. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2006. p. 12

Antônio José de Melo e Souza atuou como senador (1908-1920), governador (1907 - 1908), deputado estadual (1892), procurador da República (1895 a 1899), redator d' *A Republica* entre os anos de 1899 a 1907. Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, atuou como governador (1900-1904), deputado federal (1904-1908), deputado federal (1915-1929). Francisco Meira e Sá, por sua vez, atuou no cargo de desembargador (e presidente) do Superior Tribunal de Justiça e senador (1907-1910) pelo Rio Grande do Norte³⁸⁴.

O escritor Henrique Castriciano ocupou cargos de secretário do governo de Alberto Maranhão (1900), vice-governador de Ferreira Chaves (1913), e, ainda, presidente do Congresso Legislativo. Seu irmão, Eloy de Souza, chegou a ocupar os cargos de deputado estadual (1895 a 1897), deputado federal (1897 a 1889, 1900 a 1911, e 1912 a 1914) e senador (1914 a 1921). Já Manoel Dantas era bacharel em direito, juiz, jornalista e presidente da intendência em Natal (1923), indivíduo que também cultivou fortes laços com os representantes do grupo político dirigente³⁸⁵.

Podemos afirmar que os participantes da elite dirigente norte-rio-grandense atuaram na produção literária veiculada na *Revista do Rio Grande do Norte*, na qual os letrados encontravam-se ligados, profissionalmente ou ideologicamente, ao projeto republicano dirigido pelo grupo Albuquerque Maranhão. Podemos identificar aqui, mais do que laços familiares ou de amizades. Tratam-se de laços políticos e de ideais. Mesmo que a *Revista do Rio Grande do Norte* se apresentasse como periódico com objetivos literários, as próprias publicações na revista literária refletissem interesses de um determinado projeto político, ou pelo menos, as aspirações do seu grupo protetor.

Ao analisar o conteúdo interno da revista, percebemos uma grande ênfase no que diz respeito ao conteúdo jurídico. Como já discutido no capítulo anterior, grande parte dos intelectuais da nossa terra obtinha o título de bacharel em direito nas faculdades do Recife e de São Paulo. Esses “doutores” deixavam as suas contribuições nas páginas do periódico, a exemplo dos artigos de *Elementos do Direito Moderno* e *Ações Mistas*, ambos de autoria de Juvenal Lamartine, *O direito do voto*, por Antônio José de Melo e Souza, *Duas theses do direito público*, escrito por Mário e Silva, e *O jury*, de autoria de Luís Fernandes³⁸⁶.

Outros artigos que compunham o periódico do *Grêmio Polymathico* faziam exaltação às realizações administrativas natalenses como, por exemplo, os artigos *Salubridade de Natal*

³⁸⁴ Para maiores informações, sobre as três personalidades mencionadas, consultar: PEIXOTO, Renato Amado. Verbete. In: Abreu, Alzira de. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro da Primeira República*. Rio de Janeiro/RJ: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012. p. 145; p. 204; p. 301.

³⁸⁵ Para mais esclarecimentos, ver: GURGEL, Tarcísio. *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das letras potiguar*. Natal/RN: Editora do autor, 2008.

³⁸⁶ REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal, novembro, 1898.

de José de Berredo, *O Imposto do Sello*, escrito por Pinto de Abreu. No que diz respeito aos escritos que faziam menção ao regime republicano encontramos: *Alma e pátria* de Homem de Siqueira, e textos exaltando a república de autorias de Henrique Castriciano, *Discurso do centenário*, e *O centenário*, de Antônio José de Melo e Souza. Os dois últimos artigos se referiam à comemoração de 100 anos da Revolução Francesa (1789-1799), movimento político que deu fim ao Antigo Regime e instaurou a República na França³⁸⁷.

Portanto, os textos desses intelectuais, veiculados na *Revista do Rio Grande do Norte*, eram direcionados a um público específico, formado por seus iguais, correspondendo, assim, aos padrões do seu público-leitor. Para Sérgio Micelli, o público-leitor específico para o qual esses artigos eram direcionados tinha as chaves para a decifração de tais obras³⁸⁸. Ainda, segundo este autor, o envolvimento dos intelectuais com o grupo político dirigente não se manifestava apenas em termos de adesão a alguma facção partidária situacionista, mas na colaboração desses letrados na imprensa oficial do estado³⁸⁹. No caso da *Revista do Rio Grande do Norte*, percebemos uma colaboração dos intelectuais por meio de uma produção literária que fazia elogios e enaltecia as ideias, os pensamentos e às realizações da administração política estadual.

Desse modo, chamamos a atenção para a relação entre indivíduos com relações próximas ao Estado. Por intermédio de a *Revista do Rio Grande do Norte*, o grupo dirigente intervinha na produção literária, o que demonstra uma atuação do Estado no que diz respeito à regulamentação do funcionamento do campo literário³⁹⁰. No grupo literário *Polymathico* estavam

sem dúvida os nomes **mais representativos da cultura provinciana**. Estão governadores, deputados federais e senadores. Estão juristas, educadores, concorrendo como poetas, literatos, jornalista. São os **donos da política, do destino do Estado**, quando não havia ainda luta de classe. É **o grupo dos poderosos do dia**, bem distantes, bem separados dos demais grupos que fervilhavam nas rodas literárias de então (...) ³⁹¹ (grifo nosso).

As palavras de Manoel Rodrigues de Melo ressaltam a intervenção do Estado na produção literária local, em que, além da publicação do jornal *A Republica*, o grupo político

³⁸⁷ REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal, jan. a jul., 1899.

³⁸⁸ MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1930-1945). IN: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 97.

³⁸⁹ *Ibid*, p. 95.

³⁹⁰ Para Bourdieu, o Estado regula o funcionamento dos demais campos, entre eles, o campo literário, por meio de apoio e financiamento. Ver: BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: papirus, 2011. 11. ed. p.15.

³⁹¹ MELO, Manoel Rodrigues. Grupos literários na Província. *Op. Cit.* p. 52.

situacionista incentivou a formação de uma cultura letrada específica na cidade do Natal. O poder do *Grêmio Polymathico*, garantido pela participação dos “donos da política”, refletiu-se na representação que a associação literária alcançou na capital potiguar.

Observando as publicações nos periódicos *A Republica*, identificamos a grande repercussão que o caso Dreyfus e a perseguição ao intelectual Émile Zola na cidade do Natal. O caso Dreyfus é descrito por Louis Begley como episódio ocorrido na França, em que Alfred Dreyfus foi considerado traidor do exército francês por, supostamente, redigir uma carta, endereçada ao tenente-coronel alemão Schwarzkopen contendo uma lista de recursos franceses que poderiam ser concedidos à Alemanha em troca de recursos econômicos. Em novembro de 1897, o irmão de Alfred Dreyfus, Mathieu Dreyfus, descobriu que o verdadeiro responsável pela carta foi Charles-Ferdinand Walsin Esterhazy³⁹².

O escritor francês Émile Zola, indignado com o erro da condenação, expôs o caso no jornal literário francês *L'Aurore*. O protesto de Zola no jornal foi procedido de um manifesto, no qual o escritor reuniu as assinaturas de outros escritores, professores, estudantes e artistas em prol da inocência de Alfred Dreyfus. O manifesto de Zola foi intitulado de *Manifesto dos intelectuais*. E pela primeira vez, o termo *intelectual* era utilizado para definir uma categoria social. O engajamento de Zola levou, em 1898, a uma perseguição do governo francês à sua pessoa, devido ao movimento em apoio a Alfred Dreyfus.³⁹³

Do outro lado do Atlântico, mais especificamente na cidade do Natal, o movimento de Manifestação à Émile Zola foi iniciado pelo *Grêmio Polymathico*. A ilustre associação literária mencionou pela primeira vez esse manifesto no jornal *A Republica*, em 20 de março de 1898, onde convocou: “o grêmio *Polymathico* solicita o sufrágio de toda mocidade do Rio Grande do Norte. Desta mocidade que nas letras começa a afirmar tão sympathica e auspiciosamente a sua existência (...)”³⁹⁴. No número 74, publicado em 26 de março de 1898, o grêmio literário *Le Monde Marche* responde ao apelo do manifesto do *Polymathico*:

Ao ilustre dr. Antônio José de Melo e Souza, presidente do grêmio Polymathico. O grêmio literário Le Monde Marche, reunido em sessão extraordinária de hoje resolver esposar a generosa ideia do grêmio Polymathico, de a mocidade norte rio-grandense enviar uma mensagem de

³⁹² Para mais considerações sobre o caso Dreyfus ver: BEGLEY, Louis. *O caso Dreyfus: ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da História*. São Paulo: Companhia de letras, 2010. E WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 22-102.

³⁹³ Para mais considerações sobre o caso Dreyfus ver: BEGLEY, Louis. *O caso Dreyfus: ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da História*. São Paulo: Companhia de letras, 2010.

³⁹⁴ A MANIFESTAÇÃO À EMILE ZOLA. *A Republica*. Natal, 20 mar. 1898.

aplauso e adesão ao grande homem de letras Emile Zola, pela sua posição atleta do bem e da justiça do processo Dreyfus. Saúde e Fraternidade³⁹⁵.

O evento indica a existencia de um trânsito intelectual entre Brasil e França, no qual o *Grêmio Polymathico* foi responsável não somente por “dar a luz as mais significativas produções literárias do ideário republicano³⁹⁶” como também, por conduzir as práticas de apoio à manifestação ao intelectual francês na capital potiguar. Se analisarmos a distribuição desses produtores culturais no espaço social, a partir das proposições elaboradas por Pierre Bourdieu, podemos conjecturar que os membros do *Grêmio Polymathico* ocupavam as posições sociais de maior proximidade com o capital político. Sendo assim, a distribuição do capital simbólico aqui ocupa a função, por excelência, de consagrar os escritores natalenses, tanto em suas produções literárias veiculadas na *Revista do Rio Grande do Norte*, como em outras atuações no campo literário, a exemplo da participação do Manifesto à Zola.

Como já mencionado, a *Revista do Rio Grande do Norte* tinha o escritório de redação localizado na rua Dr. Barata, número 5, no bairro da Ribeira. Se observarmos os espaços destinados aos encontros das agremiações literárias, podemos estabelecer uma relação comparativa entre os locais de encontros e de produções de duas associações: o *Le Monde Marche* e o *Grêmio Polymathico*. Quanto aos pontos de encontros, as reuniões do grêmio *Polymathico* ocorriam nos salões do Congresso Legislativo do estado do Rio Grande do Norte³⁹⁷. Em contrapartida, a redação do *Le Monde Marche* era mantida em um “*bureau*, um cubículo situado aos fundos do prédio então ocupado pela Chefatura da Polícia à Rua Conceição, número 44”³⁹⁸.

Podemos concluir que o *Grêmio Polymathico* gozava de privilégios na capital norte-rio-grandense. Enquanto a agremiação de prestígio possuía um ambiente distinto, outros intelectuais dispunham de um espaço menor, locado e localizado ao fundo de um prédio. Desse modo, podemos observar como as divisões e distinções do espaço social se exprimem real e simbolicamente no espaço físico, uma vez que os espaços de prestígios, de maior conforto, são ocupados pelo *Polymathico*, retraduzindo as posições sociais ocupadas no campo literário potiguar.

A ideia de consagração, de reconhecimento constrói uma relação com a esfera política. A notoriedade no universo literário potiguar dependia do valor pessoal de cada um de seus

³⁹⁵ MANIFESTAÇÃO À ÉMILE ZOLA. *Oásis*. Natal, 26 mar. 1898.

³⁹⁶ MELO, Manoel Rodrigues. Grupos literários na Província. *Op. Cit.* p. 155

³⁹⁷ GRÊMIO POLYMATHICO. *A Republica*. Natal, 8 mar. 1898.

³⁹⁸ MELO, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Natal de ontem: figuras e fatos de minha geração*. *Op. Cit.* p. 18.

membros, isto é, as relações sociais mobilizadas junto ao Estado e ao grupo político situacionista. Contudo, a relação entre campo político e campo intelectual na cidade do Natal se refletiu na prática mais comum adotada no Brasil durante a República Velha. Estamos nos referindo ao recrutamento dos intelectuais para o serviço público e administrativo da cidade. A incorporação dos intelectuais da cidade aos cargos públicos na esfera política e burocracia do Rio Grande do Norte consiste na última categoria de mecenato que discutiremos nesse capítulo.

3.3 Intelectuais, literatura e poder

Em *Literatura como missão*, Nicolau Sevcenko analisa a trajetória do grupo de literatos cariocas que se vangloriavam como os “mosqueteiros intelectuais”³⁹⁹. Segundo o autor, esses homens de letras se consideravam os mosqueteiros da corrente transformadora, os agentes de uma redefinição das estruturas fundamentais do país, um grupo ao qual cabia a responsabilidade de um utilitarismo intelectual que viria com a emergência do novo regime político brasileiro: a República. No entanto, na opinião de Nicolau Sevcenko, a proclamação da República colocou esses intelectuais à margem de sua pretendida atuação, uma vez que a República tomou um rumo inesperado e quebrou as expectativas dos intelectuais.

O regime republicano transformou a geração dos “intelectuais mosqueteiros” em um grupo de indigentes, resultando no padecimento de alguns intelectuais. Todavia, a República proporcionou o surgimento da camada dos “vencedores”, isto é, o “filião letrado que se solda aos grupos da política, desfrutando, a partir de então, de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano”⁴⁰⁰.

Ao assinalar a relação entre os intelectuais e as posições políticas, Sevcenko evidencia a importância do auxílio político no emprego desses homens de letras em cargos que envolviam processos de modelação política e social no Brasil. Sob a tutela do Estado, os homens de letras do Brasil se tornaram “escritores – cidadãos”⁴⁰¹. Sérgio Miceli atribui a esse grupo de literatos uma denominação similar à de Nicolau Sevcenko: “escritores –

³⁹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Op. Cit. p. 78.

⁴⁰⁰ *Ibid*, p. 103.

⁴⁰¹ De acordo com Nicolau Sevcenko, os “escritores-cidadãos” exerciam suas funções com os olhos postos nos centros de decisão e nos rumos da sociedade. Consultar: *Ibid*, p. 106-226.

funcionários”, homens de letras que possuíam laços de amizade com os políticos estaduais⁴⁰².

Fizemos menções às obras de Nicolau Sevcenko e de Sérgio Miceli a fim de analisar como se deram as imbricações entre campo político e campo literário na capital norte-rio-grandense. Os cargos públicos na cidade do Natal, durante a República Velha, foram preenchidos por seus homens de letras. Os setores que absorviam os intelectuais eram espaços de controle do Estado, a saber: instituições públicas, políticas, educacionais e administrativas. Até mesmo o jornalismo, que seria um espaço alheio ao controle do Estado, absorveu os intelectuais para cargos participativos do jornal *A Republica*, constituindo um verdadeiro jornalismo político na época.

No capítulo anterior, identificamos os intelectuais graduados nos cursos de Medicina e de Direito, ocupando cargos de importância administrativa e política na capital potiguar. Demonstrando que os literatos potiguares que dispunham de uma formação superior obtinham facilmente cargos públicos nas instâncias políticas em Natal. Contudo, o Estado do Rio Grande do Norte também recrutou homens de letras que não possuíam formação superior para compor os cargos políticos e burocratas, entre eles:

Quadro nº 12: Escritores potiguares sem formação superior⁴⁰³

Nomes	Cargo público
Urbano Hermilio de Melo (1856-1917)	Amanuense, secretário da Repartição Central da Polícia
Petronillo Edison Pinheiro Joffiely (1865-1944)	Funcionário da Fazenda Estadual, jornalista, auxiliar da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG/RN)
José Alcino Carneiro dos Anjos (1873-1957)	2º escriturário e balancista do Tesouro do estado
Abnor de Macedo (?)	Secretário da Intendência de Assu, promotor público, amanuense oficial de gabinete (convidado por Alberto Maranhão) e 1º escriturário do Tesouro
Antônio Glycério (1881- ?)	Cargo público no Grupo Escolar Frei Miguelinho
Luiz Ávila (1884-1945)	3º escriturário do Tesouro do estado, escrivão

⁴⁰² Miceli diferencia “escritores-funcionários” de “funcionários-escritores”. Enquanto os primeiros possuíam relações de amizade com o grupo dirigente político, os segundos iniciavam sua carreira sem contar com o apoio de um protetor para lhe garantir emprego e oportunidade de ganhos. Ainda segundo o autor, as duas categorias tinham trajetórias intelectuais díspares, em que apenas o primeiro grupo chegava a ocupar os mais altos escalões dos postos políticos. Ver: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Op. Cit. p. 231-232.

⁴⁰³ Escritores mapeados pela autora a partir de informações extraídas de CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes de Natal*. Op. Cit. e de WANDERLEY, Ezequiel. *Poetas do Rio Grande do Norte*. Op. Cit.

	de mesa de renda em Jardim do Seridó/RN
Antônio Emerenciano (1886-1955)	Fiscal da Inspetora Geral de Higiene, assistente público do Estado, revisor de <i>A Republica</i> , escrivão da Repartição de Higiene
Sandoval Carlos Wanderley (1893-1972)	Escrevente da capitania do Porto de Natal/RN
Otoniel Meneses de Mello (1895-1969)	1º secretário do governo do estado do Rio Grande do Norte (1920), 2º secretário do estado (1918)
Virgílio Bezerra Trindade (1887-1969)	Amanuense da Repartição Central da Polícia, escrivão da delegacia da Polícia e secretário da chefia de Polícia
Josué Tabira da Silva (1888-?)	Telegrafista da Estação Telégrafo de Natal
Pedro Lopes Cardoso Júnior (1897 – 1934)	Escrevente da delegacia de Polícia, arquivista da Repartição Central da Polícia, escrivão da delegacia de Polícia, repórter do jornal <i>A Imprensa</i>

Por meio de uma análise do quadro número 12, observamos que boa parte dos intelectuais, desprovidos de graduações superiores, ocupou o cargo de escrivão, de amanuense. As diversas categorias mencionadas se referem a profissionais cuja ocupação era de preencher formulários, transcrever, protocolar documento. O escritor Luiz Ricardo Leitão define o amanuense como “funcionário público de condições modestas. Que faziam a correspondência, copiavam ou registravam documentos”⁴⁰⁴.

O amanuense (ou escrevente) é uma profissão bastante característica do Brasil republicano. A figura de amanuense foi evidenciada nos escritos do intelectual Lima Barreto, por meio das personagens Isaías Caminha, Gonzaga de Sá, Policarpo Quaresma⁴⁰⁵. A imagem do amanuense figurou na literatura como um profissional apagado, obscuro, obsoleto, mas que participava da máquina administrativa municipal, estadual e federal. Mais do que isso, o amanuense aparece como chave-narrativa na produção ficcional de autores como, por exemplo, Lima Barreto, que objetiva mover ataques às figuras influentes da sociedade republicana brasileira e às críticas aos mandarins das letras nacionais.

Durante o regime republicano, o cargo de amanuense era menosprezado nas hierarquias das repartições públicas brasileiras. É provável que os altos escalões dos cargos públicos brasileiros fossem ocupados pelos “doutores” da sociedade. A importância do título acadêmico proporcionava aos bacharéis o preenchimento dos melhores cargos situados na

⁴⁰⁴ LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. p. 28.

⁴⁰⁵ SCHEFFEL, Marcos. *Do registro diário à criação em Lima Barreto*. Joinville: Letradágua, 2007. p. 53.

instância política, como visualizamos no quadro número 10⁴⁰⁶. Em contrapartida, os cargos menos prestigiosos eram preenchidos pelos literatos que não conseguiram galgar passos maiores rumo à formação superior. Apesar disso, os postos no funcionalismo público republicano eram muito desejáveis, uma vez que tais ocupações eram as alternativas que viabilizavam o sustento econômico desses homens de letras.

Antônio Cândido constrói uma comparação entre as demandas de preenchimento dos cargos no funcionalismo público durante o regime republicano e o regime monárquico brasileiro⁴⁰⁷. Segundo o autor, na monarquia tinha-se uma demanda menor pelo funcionalismo que estava aliada à carência de pessoas com formações necessárias para desempenhar tal função. Por outro lado, na República, os postos no funcionalismo público eram desejáveis, devido a sua utilização como moeda de troca entre os grupos dirigentes e os novos setores sociais emergentes – isto é, as profissões liberais. Portanto, o funcionalismo público, que antes não era um setor tão cobiçado e representativo da vida nacional, passou a ser sinônimo de uma vida que proporcionava garantias financeiras mínimas para uns e amplas perspectivas para outros.

O que queremos enfatizar é a forma como os intelectuais da cidade do Natal foram incorporados nos centros de poder, ocupando diversos cargos políticos, administrativos, burocráticos. Segundo Norberto Bobbio, uma das funções principais de um intelectual é a de escrever, o que distingue, portanto, esse grupo do trabalho manual⁴⁰⁸. Desse modo, ao ocupar os cargos públicos, os intelectuais cumpriam a sua função política como grupos distintos: guiar as massas, conduzir as camadas populares; tomavam para si, a responsabilidade pública assentando-se nos cargos dirigentes da cidade e do estado.

Percebemos que os destaques sociais atribuídos aos grupos de letrados é uma característica histórica, a começar pelos escribas das sociedades antigas, indivíduos responsáveis por escrever textos, registrar dados numéricos, redigir leis, copiar e arquivar informações em civilizações como o Egito Antigo, por exemplo. Identificamos esse mesmo destaque no que diz respeito às cidades latino-americanas. Angel Rama, em *A cidade das letras*, analisa os processos das cidades latino-americanas no final do século XVI ao início do século XX⁴⁰⁹. De acordo com Angel Rama, a leitura e a escrita passaram a exercer um papel hegemônico nessas sociedades. Para o autor, a expansão demográfica e as crescentes

⁴⁰⁶ Ver capítulo 2 “Do estudo ao trabalho”, pág. 140.

⁴⁰⁷ CÂNDIDO, Antônio. *Um funcionário da monarquia – ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. p. 138.

⁴⁰⁸ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Op. Cit. p. 67-71.

⁴⁰⁹ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (tradução Emir Sader).

exportações de mercadorias por parte das grandes cidades explicam a necessidade de recrutar um pessoal técnico ou semipreparado para as instâncias administrativas das cidades.

Portanto, tais necessidades possibilitaram a abertura de demandas para a ocupação de cargos nas instituições públicas e políticas, nos setores de educação e de jornalismo. Nas palavras de Angel Rama, “a palavra apareceu como o palanque da ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros de poder”⁴¹⁰. Podemos afirmar que, na cidade do Natal, grande parte daqueles que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções de poder. Os intelectuais potiguares foram escolhidos, de um mar de analfabetos, e imbuídos de exercer altos cargos nas esferas estaduais e municipais. Na medida em que esses intelectuais participavam dos cargos públicos da cidade, eles ficavam responsáveis pela elaboração de leis, regulamentos, constituições, códigos, decretos, ou simples movimentações administrativas de Natal.

Durante o regime republicano na capital potiguar, os setores que absorveram os intelectuais (instituições públicas, políticas, educacionais, administrativas) eram espaços de controle do Estado. As relações entre os homens de letras da cidade do Natal e poder político se revelaram muito ricas. Trata-se de relações nuançadas que refletem uma das principais características do sistema político do regime republicano nacional: o clientelismo. O mecenato do Estado no recrutamento dos intelectuais para compor os cargos políticos e administrativos faz parte da dinâmica da estrutura política predominante na República Velha.

De acordo com José Murilo de Carvalho, o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que se constitui em concessões de benefícios públicos: empregos, isenções, apoio político (voto) e benefícios fiscais⁴¹¹. Conjecturamos que a relação entre literatos e esfera política na cidade do Natal produz uma relação clientelista, no qual os intelectuais são beneficiados pela rede de parentela, uma vez que o Estado é capaz de determinar as posições desses indivíduos no campo literário potiguar. Segundo o historiador Edvaldo Cabral de Melo, era necessária a inserção do indivíduo em uma rede, já que a sociedade dava poucas chances àquelas pessoas que possuíam apenas o talento como caução

⁴¹⁰ RAMA, Angel. *Op. cit.* p. 29.

⁴¹¹ José Murilo de Carvalho traça uma relação entre os conceitos de clientelismo e de coronelismo, onde o último envolve relações de troca de natureza clientelista. CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. 1997, vol. 40. n. 2. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011> Acesso em: 10 nov. 2012.

de seu sucesso⁴¹². Assim, era também interessante para o intelectual ser cooptado pelo funcionalismo estatal, do qual conseguia retirar benefícios e prestígios.

Na cidade do Natal, a solidariedade parental ultrapassa os laços de sangue daqueles que compunham a família Albuquerque Maranhão. Às redes de parentela incorporavam-se os laços de amizades, de conchavos políticos e de compadrio. O compadrio que emanava do Estado para com os intelectuais potiguares era uma forma de promoção social. No entanto, o mecenato era uma via de mão dupla. Se por um lado, o Estado fornecia ajuda e proteção para os homens de letras, por intermédio da Lei número 145, das consagrações a associações literárias e do recrutamento para cargos públicos, por outro lado, esses intelectuais forneciam, em troca, apoio político e homenagens ao seu mecena. Para exemplificar como se davam tais homenagens, citamos:

Chamam-te mau: eu sei a cauda disso
Também outrora os péssimos ateus
Lá no Calvário proclamaram Cristo
Jesus de Nazaré, rei dos Judeus....

E o insulto cruel de tanta gente
Por entre as urzes de montanha em flor,
Aquele frase lívida, tremendo,
Não conseguiu matar o Redentor.

Assim a infâmia rude, traiçoeira
Que só vive a rugir na podridão,
Não manchará tu'alma sobranceira,
Erna do mal, vazia de traição. (...)

Inda recordo agora a lama escura
Onde um governo tétrico jazia:
Tenho nojo daquela sepultura
Em que a luz da razão apodrecia.

Quando escuto o gemido retumbante
As cruciantes dores do Passado
Traduzindo o soluço agonizante
De um ideal morrendo asfixiado.

Quando comparo o teu governo puro
Ao vil governo que invaia a fome,
Ouço, de longe, o brado do Futuro,
Falar bem alto, abençoar teu nome.

E na santa altitude em que te vemos.

⁴¹² MELO, Edvaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. IN: NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 392.

Amando o Povo e desdenhando o crime,
 Sim! Permite que nós te proclamemos,
 'PEDRO – impoluto, nobre, sublime...' ⁴¹³

O poema reproduzido acima reflete uma ode ao chefe político estadual Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. A exaltação ao político, que era governador na época (1892-1896), estampou a primeira página do jornal oficial do Estado, e foi escrita pelo poeta Henrique Castriciano de Souza. Nas palavras acima, o poeta anuncia Pedro Velho como o redentor do Rio Grande do Norte.

No decorrer do poema, o intelectual faz alusão ao governo estadual caracterizado como “fúnebre”, cujo o estado vivia sobre uma inconstante administração estadual. De acordo com José Antônio Spinelli, o início do regime republicano no Rio Grande do Norte foi marcado por governos perenes, temporários, administrado por indivíduos vindo de fora do estado, até 1892, quando Pedro Velho, chefe do partido republicano, foi eleito governador ⁴¹⁴.

Para entendermos a significação do poema, aparentemente, despretensioso, investigamos as relações pessoais existentes entre Henrique Castriciano e Pedro Velho. No ano de 1892, Henrique Castriciano foi convidado por Pedro Velho, aos 17 anos, para estrear no jornal *A Republica*. O jovem escritor divulgou os seus poemas no jornal de considerável importância, e de páginas consagradoras, na imprensa potiguar no fim do século XIX. No mesmo ano, Pedro Velho autorizou a publicação do primeiro livro de Henrique, *Iriações*, nas tipografias do jornal oficial ⁴¹⁵. Segundo seu biografista, Luís da Câmara Cascudo, “sem formação e desejo, sem mentalidade e forma, Henrique ficou sendo político-partidário, um pedro-velhista” ⁴¹⁶.

Alguns anos depois, o poeta Castriciano iniciou a sua carreira política participando, definitivamente, das instâncias políticas administradas pelo grupo situacionista Albuquerque Maranhão. Em março de 1900, o poeta assumiu a secretaria de governo na gestão do governador Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, na qual teve grande destaque com a elaboração e a sanção da Lei número 145, como já mencionamos. Henrique Castriciano prosseguiu com o seu cargo de secretário do governo durante a administração estadual do genro de Pedro Velho, Augusto Tavares de Lyra (1904-1906). Entre os anos de 1904 e 1908, o escritor graduou-se no curso jurídico, obtendo o título de bacharel em Ciência Jurídicas e Sociais no dia 22 de dezembro de 1908.

⁴¹³ CASTRICIANO, Henrique. Ao Pedro Velho. *A Republica*. Natal, 04 mar. 1893.

⁴¹⁴ SPINELLI, José Antônio. *Op. Cit.* p. 33-37.

⁴¹⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano* (1874-1947). p. 53-54.

⁴¹⁶ *Ibid*, p. 54.

No ano de 1910, Henrique Castriciano acumulava as funções de secretário de governo, na segunda gestão de Alberto Maranhão (1908-1914) e de procurador Geral do Estado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. A sua carreira política teve de ser pausada em detrimento da realização de um projeto encabeçado pelo intelectual: o ensino feminino no Rio Grande do Norte. Para isso, o governo do estado financiou a sua viagem à Europa em 1913:

O governador do Estado resolve comissionar o Procurador Geral do Estado, bacharel Henrique Castriciano de Souza, para, sem outras vantagens além de seus vencimentos estudar na Europa a organização do ensino profissional devendo apresentar até 31 de dezembro de 1914, quando terminará a comissão, minucioso relatório do que melhor observar sobre o objeto de sua comissão. Comunique-se. Alberto Maranhão. Galdino dos Santos Lima⁴¹⁷.

Ao retornar da Europa, Henrique continuou ocupando notáveis cargos políticos. Foi eleito deputado estadual e, posteriormente, vice-governador. Entre os anos de 1915 e 1924, o poeta tornou-se vice-governador das gestões estadual de Joaquim Ferreira Chaves de Melo e de Antônio José de Melo e Souza⁴¹⁸. Na opinião de Câmara Cascudo, o “clima literário” no Palácio do Governo, isto é, a afeição dos administradores estaduais pelas letras, foi indispensável para que Henrique Castriciano fosse eleito vice-governador, uma vez que o poeta não tinha eleitores e nem sabia conquistá-los⁴¹⁹. A condição de literato de Henrique Castriciano foi decisiva para a obtenção de seu cargo político ao lado dos dois governadores.

Apesar de suas ilustres atuações no cenário político, ano de 1924, o consagrado poeta estava desempregado. Para Câmara Cascudo,

até morrer, vinte e três anos depois, nada receber da administração local. José Augusto Bezerra de Medeiros e seu sucessor Juvenal Lamartine afastaram-no de qualquer pretensão. Os delegados da revolução de outubro de 1930, ignoraram-no.⁴²⁰

A decadência da carreira de Henrique Castriciano acompanhou o declínio do grupo político e familiar Albuquerque Maranhão. A eleição de Joaquim Ferreira Chaves para o cargo de governador do Rio Grande do Norte, em 14 de setembro de 1913, deu início ao afastamento do controle político mantido até então por aquele grupo. Segundo José Antônio Spinelli, a partir da década de 1910, o centro da política estadual potiguar começou a

⁴¹⁷ A REPUBLICA. Natal, 1 set. 1913.

⁴¹⁸ SOUZA, Itamar. *A República Velha no Rio Grande do Norte. Op. Cit.* p. 398.

⁴¹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano (1874-1947)*. p. 43.

⁴²⁰ *Ibid*, p. 70.

deslocar-se “da região litorânea, açucareira (ou açucareiro-têxtil), para a região sertaneja do Seridó, algodoeiro-pecuarista”⁴²¹.

Por meio de articulações políticas, Joaquim Ferreira Chaves impossibilitou possíveis candidaturas de Alberto Maranhão, de Augusto Tavares de Lyra⁴²². Ainda assim, o grupo Albuquerque Maranhão conservou alguns cargos eletivos e de influência na política federal. Henrique Castriciano faleceu no ano de 1947 na cidade do Natal. A trajetória de Henrique Castriciano foi das épocas consagradas à miséria, à indigência, ao esquecimento. O poeta, filho da República, morreu pobre, solitário e com o nome esquecido no campo literário da cidade do Natal.

A proteção do Estado funcionou como o princípio básico da vida literária na capital norte-rio-grandense. Por intermédio dos mecanismos de consagrações, os escritores potiguaros ganhavam reconhecimento social, notoriedade, condições de sobrevivência na sociedade. Não obstante, encontramos no campo literário potiguar alguns escritores independentes, em meio a uma dinâmica em que a cooptação dos intelectuais pelo poder era bastante frequente. Mencionamos alguns nomes: o artista Manuel Virgílio Ferreira Itajubá; o tipógrafo José Estevam Gomes da Silva; o operador de caixa da loja *Casa Julius Von Solister & Cia*, Deolindo Ferreira Souto dos Santos; o gerente da Fábrica Vigilante, especializada em fumos, Jorge Fernandes; o auxiliar da Farmácia Amorim, Francisco Soares de Amorim; e, por fim, o comerciante Luiz Patriota.

Os nomes listados pertencem a homens que não ocuparam cargos públicos da cidade do Natal, mas que deixaram as suas contribuições ao universo literário da capital. A atuação literária desses indivíduos não diferia da maneira como a literatura era produzida pelos escritores protegidos pelo Estado. João de Medeiros Filho, em análise da história intelectual do Rio Grande do Norte, resume bem o campo literário potiguar:

Nossos tempos de letras, ou condenaram-se a derrota, ou se deixaram atrair por outras atividades – jornalismo, política, advocacia, burocracia, medicina, magistério – ou são profissionais dessa qualidade que cultivam as letras nos raros momentos de ócio, sem especialização, sem terminologia apropriada. Ou então encontraram na literatura um salvo conduto para a projeção na política, na administração, na sociedade a ela (literatura) não se mostrando presos senão por laços sentimentais, nunca por fidelidade constante de estudo e produção⁴²³.

⁴²¹ SPINELLI, José Antônio. *Op. Cit.* p. 47.

⁴²² *Idem.*

⁴²³ MEDEIROS FILHO, João de. *Contribuição à História Intelectual do Rio Grande do Norte*. Natal: s.n., 1983. p. 41.

Em ambos os casos, a literatura era uma atividade destinada às horas vagas, ao passatempo, às férias. Os homens de letras da cidade do Natal foram literários das horas vagas, do ócio e se revelaram diletantes ou simples amadores. Não vivam da comercialização de seus escritos, mas produziam literatura. A atividade literária era desenvolvida talvez pelo gosto, talvez pelo prestígio, pelo embelezamento que as letras, posteriormente, conferiam as suas posições sociais. No entanto, o desejo pela literatura levou esses indivíduos a pleitear o status de escritores e a obterem a proteção do Estado, ainda que fossem literatos sem especialização, sem constantes e incessantes estudos.

Em 5 de fevereiro de 1944, Luís da Câmara Cascudo escreveu sobre a prática de mecenas desenvolvida pelo governador Alberto Maranhão⁴²⁴, intitulando o artigo *Alberto Maranhão, o último mecenas*. Em seus escritos, o cronista descrevia o chefe político estadual como “amigo das letras e apaixonado cultor, valendo-lhe o agnome de mecenas potiguar”. Apesar de o intelectual Luís da Câmara Cascudo ter atribuído a Alberto Maranhão o papel de derradeiro protetor das letras, identificamos que a política de mecenas continuou fazendo parte da dinâmica de consagração do campo literário potiguar entre os anos de 1924 a 1930.

Assim, em 23 de junho de 1930, o jornal *A Republica* anunciou o acontecimento da Temporada Literária⁴²⁵. O evento reuniu jovens escritores, “alguns ainda preparatorianos ou estudante do Atheneu, outros já acadêmicos de Direitos no Recife, aos quais se abria a oportunidade duma iniciação da glória provinciana”⁴²⁶. A Temporada Literária ocorreu sob a direção de Cristóvão Dantas e Adaucto da Câmara, e contou com a participação de Edgar Barbosa, Otacílio Alecrim, Luiz Tôrres, Damasceno Bezerra e Edgar Dantas. Percebemos que novos nomes emergiam no campo literário potiguar no ano de 1930 que, por sua vez, eram ligados ao governador Juvenal Lamartine, assumindo cargos e patentes. O evento estendeu-se de junho a setembro, terminando no dia 8, do corrente mês, com a conferência pública de Nilo Pereira⁴²⁷.

O próprio Nilo Pereira escreveu saudosamente sobre a realização do evento de 1930. Segundo o literato, a Temporada Literária foi realizada graças ao financiamento do governador Juvenal Lamartine de Farias (1928-1930). Nilo Pereira também se refere ao governador antecessor, José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928), como “mecenas

⁴²⁴ CASCUDO, L. de C. Alberto Maranhão – o último mecenas. *A Republica*. Natal, 5 fev. 1944.

⁴²⁵ TEMPORADA LITERÁRIA. *A Republica*. Natal, 23 jun. 1930.

⁴²⁶ *Idem*.

⁴²⁷ PEREIRA, Nilo. A Temporada Literária de 1930. *Revista da Academia Norte Rio Grandense de Letras*. Natal, 1967. Ano XVIII, número 7. (Discurso proferido em 5 de setembro de 1964 por ocasião da fundação da nova sede da Academia).

cultural, protetor dos talentos, daquele que sem a ajuda do Estado teriam visto murchar as ilusões da inteligência”⁴²⁸. A partir das considerações tecidas sobre a Temporada Literária de 1930, conjecturamos que a prática de mecenato alargou-se, pelo menos, até o final da década de 1920.

Os homens de letras da cidade do Natal tiveram que recorrer à proteção do Estado, diante da inexistência de um mercado onde pudessem comercializar as suas produções literárias. Ao invés dos lucros monetários, os escritores obtinham como retribuição posições sociais e gratificações que proporcionaram o destaque desses indivíduos nos centros de poder da sociedade potiguar. Como os literatos não tinham condições de se sustentar, a alternativa foi o emprego no serviço público, uma vez que era impossível sobreviver e se sustentar de uma profissão que não existia.

Mediante as práticas de proteção, os intelectuais angariaram para si reconhecimento, notoriedade, consagração. Muito embora a profissionalização literária fosse inexistente na capital potiguar durante a Primeira República, as “generosidades paternas” do Estado possibilitou, aos seus apadrinhados, uma grande concentração de poder simbólico. Assim como Nicolau Sevcenko, questionamo-nos se haveria outra forma de poder mais legítima, do que a do poder simbólico, aos olhos dos homens da Primeira República...

O campo literário da cidade do Natal ainda apresentou uma segunda alternativa para o ganha-pão de seus intelectuais. O jornalismo, durante certo tempo, financiou a atividade literária. Como já mencionamos, imprensa e literatura são intercomunicantes, apesar de apresentarem formações discursivas diferentes. No entanto, aqueles que se aventuraram nas atividades da imprensa, eram atormentados pelo seguinte questionamento: o jornalismo, especialmente no Brasil, seria um fator bom ou mau para a arte literária?

Bem ou mau, o que podemos afirmar é que muitos dos escritores potiguares conseguiram atuar na imprensa da capital norte-rio-grandense, e daí retiravam parte dos seus vencimentos mensais. A segunda parte desta dissertação objetiva discutir as imbricações existentes entre literatura, intelectuais e Imprensa.

⁴²⁸ *Idem.*

Parte II:

Em cada esquina um jornal...

Capítulo 4:

Literatura, intelectuais e Imprensa

Há alguma coisa de limitado e de estreito se o colocarmos [o livro] em face do jornal. O jornal é mais que um livro, isto é, está mais nas condições do espírito humano. Nulificando-o como livro, nulificará a página de pedra? Não repugno admiti-lo⁴²⁹.

Imprensa, história e literatura são temáticas que possuem relações afinadas. Nos estudos sobre a história da imprensa brasileira tem sido recorrente a associação da trajetória do jornalismo à produção literária no Brasil. Entretanto, analisar essa imbricação significa trabalhar com uma conjunção complexa. A história da literatura da cidade do Natal está intrinsecamente ligada à atividade jornalística norte-rio-grandense. Logo, nos pareceu oportuno analisar alguns pontos deste convívio, dessa conjunção imprensa, literatura e história.

A articulação entre imprensa e literatura está ligada a um problema que marcou o campo dos homens de letras brasileiro no final do século XIX e o início do século XX: a inexistência da profissão de escritor no Brasil. Como não existia a profissionalização para os escritores, a imprensa apresentou-se como alternativa às condições de sobrevivência aos literatos. No interior da imprensa, os intelectuais podiam atuar tanto por meio de suas colaborações literárias, como redatores e dirigentes dos periódicos. Os postos ofertados pelo jornalismo tiveram importância na contribuição financeira que tais cargos proporcionaram aos literatos. Assim, por intermédio dos jornais e das revistas, os intelectuais puderam conjugar a literatura na atividade jornalística e, em troca, receber vencimentos mensais pelas suas produções.

⁴²⁹ ASSIS, Machado. *Obras Completas*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1996. p. 946.

A obra clássica *História da Imprensa no Brasil*, de autoria de Nelson Werneck Sodré, demonstra que as trajetórias de escritores brasileiros passaram pela prática jornalística⁴³⁰. No decorrer de nossas pesquisas, verificamos que o desenvolvimento literário na cidade do Natal se fez paralelamente com o do jornalismo. De acordo com Rocha Pombo, eram raros os intelectuais potiguares “que não se tenham feito na imprensa periódica”⁴³¹. As considerações tecidas por Rocha Pombo demonstram que a nossa proposta em discutir a atuação dos literatos na imprensa potiguar é indispensável na análise do campo intelectual na capital potiguar.

Acreditamos que uma das motivações que conduziram os intelectuais potiguares a atuar na imprensa era a condição econômica. Nas palavras de Manoel Rodrigues de Melo, “a maior parte da população do Rio Grande do Norte estavam naturalmente preocupada com a sobrevivência e poucos podiam dar-se o luxo de se dedicarem às artes”⁴³². Entre os agentes do campo literário da cidade do Natal, encontramos indivíduos com boas condições econômicas como, por exemplo, Henrique Castriciano, Auta de Souza, Ezequiel Wanderley, e raros oriundos de camadas populares, como Ferreira Itajubá e Lourival Açucena. Logo, a contribuição na imprensa possibilitava, a esses escritores, mais uma maneira de somar suas remunerações no fim do mês, mesmo para aqueles que já mantinham uma boa condição financeira.

Na cidade do Natal, a imprensa era recorrida quando as dificuldades financeiras acometiam seus homens de letras. A exemplo, mencionamos a atuação do escritor Luís da Câmara Cascudo no ano de 1928, no jornal *A Republica*. Durante a década de 1920, a família Cascudo encontrava-se em situação de falência. A má situação financeira da família levou Luís da Câmara Cascudo a mobilizar toda uma rede intelectual que o escritor havia estabelecido até então, conseguindo um emprego remunerado nas colunas do jornal oficial⁴³³. Além de colaborar assiduamente com o jornal *A Republica*, Câmara Cascudo ainda passou a lecionar no colégio secundarista Atheneu Norte-Riograndense, no qual ocupou a cadeira de professor de História do Brasil. Portanto, os ganhos obtidos na imprensa auxiliaram a sobrevivência do escritor Luís da Câmara Cascudo, dando-lhe uma certa estabilidade econômica.

⁴³⁰ A obra de Nelson Werneck Sodré é um trabalho de fôlego sobre a imprensa brasileira de 1808 a 1960. Para mais informações sobre a Imprensa no Brasil, consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

⁴³¹ POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília/DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 2012. p. 12

⁴³² MELO, Manoel Rodrigues. *Op. Cit.* p. 31

⁴³³ SALES NETO, Francisco Firmino. *Luís Natal ou Câmara Cascudo: de autor a autor da cidade do Natal*. *Op. Cit.* p. 89.

Além de proporcionar uma relativa estabilidade, a imprensa apresentou uma segunda, e cobiçada, serventia para o campo literário: o reconhecimento perante o público. Na opinião de Cristiane Costa,

Os jornais e as revistas tinham como trunfo servirem de berçário, vitrine, pedestal e mesmo de trampolim para o homem de letras, encarregando-se do recrutamento, da visibilidade e dos mecanismos de consagração dos escritores. Era a empresa que dava as condições de sobrevivência e de divulgação para a produção dessa massa crescente de intelectuais brigando por um lugar ao Sol⁴³⁴.

No ano de 1900, o estado do Rio Grande do Norte possuía uma população de aproximadamente 268.273 habitantes, espalhados em 36 municípios. De 268.273 pessoas apenas 15,37% da população sabia ler e escrever⁴³⁵. Executando um breve cálculo de porcentagem, verificamos que o público para o qual se destinava esses intelectuais nessa época correspondia a cerca de quarenta (40) mil habitantes, em que parte desse público era composta pelos próprios homens de letras, como já mencionamos anteriormente nesta dissertação. Por intermédio dos periódicos, os homens de letras da cidade do Natal obtinham uma profissão, a de jornalista, e atingiam um público para a literatura mediante a proliferação dos jornais e das revistas.

Nessa mesma época, uma discussão acerca de literatura e de imprensa tomou conta do campo intelectual no Brasil. No ano de 1904, o escritor e jornalista João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), conhecido no meio literário carioca pelo pseudônimo de João do Rio, realizou um inquérito no jornal *Gazeta de Notícias*. O escritor inspirou-se na pesquisa realizada pelo jornalista Jules Heuret intitulada *Enquête sur l'évolution littéraire*, no ano de 1881 para o jornal francês *L'Echo de Paris*⁴³⁶. Na ocasião, Jules Heuret entrevistou 64 escritores acerca dos dilemas provocados pela crescente conquista da autonomia do campo literário francês⁴³⁷.

Similarmente ao jornalista Jules Heuret, o escritor carioca João do Rio entrevistou um total de 36 escritores, sendo 25 por meio de cartas e 11 pessoalmente. Os autores responderam

⁴³⁴ COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil (1904-2014)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 24.

⁴³⁵ Dados retirado de LIMA, Nestor. *Op cit.* p.52

⁴³⁶ *Ibid*, p. 10.

⁴³⁷ A crescente conquista da autonomia do campo literário se deu em um momento de expansionismo industrial na França. Tal situação ameaçava a subordinação do lema “arte pela arte”, bandeira de muitos escritores franceses, por uma arte produzida e voltada para o consumo do mercado. Consultar: BOURIEU, Pierre. *As Regras da Arte. Op. Cit.* p. 235-236.

a cinco (5) questões, entre elas estava a pertinente pergunta: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?”⁴³⁸. A entrevista foi respondida por intelectuais conhecidos no cenário literário brasileiro, entre eles: Olavo Bilac, Coelho Neto, Clóvis Beviláqua, Sílvio Romero, Raimundo Correia e Rocha Pombo⁴³⁹.

O resultado da entrevista realizada por João do Rio foi o seguinte: dez (10), entre os 26 entrevistados, acreditavam que o jornalismo era prejudicial à vocação literária; onze (11) disseram ser favoráveis; outros onze (11) alegaram acreditar que a atividade jornalística ajuda àquele que aspira ser escritor, mas também o atrapalha; três (3) não responderam à entrevista; e um (1) não entendeu a pergunta. Confrontamos algumas considerações expostas pelos homens de letras entrevistados. Na opinião de Clóvis Beviláqua, o jornalismo esgotaria as energias dispersas do escritor, além de “alimentar a superficialidade”⁴⁴⁰. Para Sílvio Romero, “o jornalismo é mau para a arte literária devido à incompatibilidade com a arte pura, contudo é bom para o literato, pois providencia-o vencimentos mensais”⁴⁴¹.

Percebemos que as palavras desses dois escritores exprimem dois pontos de vista importantes sobre a relação entre imprensa e literatura. O primeiro ponto é que o jornalismo deprecava uma nova linguagem que destoava um pouco da linguagem literária. De acordo com Nicolau Sevcenko, a “nova linguagem” exigida pela imprensa consistia na banalização da linguagem literária, na prolixidade dos escritores, o que impedia a preocupação dos homens de letras com o apuro da expressão, do estilo ou de uma estética⁴⁴².

De fato, no início do século XX, o jornalismo no Brasil estava passando por uma fase de modernização, em que os periódicos, sem desprezarem a colaboração literária, iam tomando um caráter cada vez menos doutrinário, na medida em que sacrificavam artigos em favor do noticiário, da reportagem, das informações, dos escritos mais rápidos, mais diretos e cada vez menos reflexivos⁴⁴³. Enquanto ao jornalismo atribuía-se importância à rápida comunicação, ao fácil entendimento, a narrativa literária se distinguia, por se tratar de uma produção mais demorada e rebuscada.

⁴³⁸ RIO, João do. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 1907. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2012.

⁴³⁹ *Idem*.

⁴⁴⁰ *Ibid*, p. 18.

⁴⁴¹ *Ibid*, p. 13.

⁴⁴² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Op. Cit. p. 100.

⁴⁴³ De acordo com Brito Broca, a imprensa no Brasil passou por duas fases de modernização. Na primeira fase, os periódicos dispensavam largo acolhimento à literatura, na medida em que abriam grandes espaços à colaboração literária, remunerando os autores. Na segunda fase da modernização, correspondente ao ano de 1900 em diante, os jornais passaram a exigir dos seus colaboradores outros tipos de produções. Para mais informações, consultar: BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Op. Cit. p. 287.

Desse modo, uma das consequências da modernização era a exigência de cada vez menos colaborações literárias e, cada vez mais, de reportagens, de noticiários, modificando assim a escrita literária. O segundo ponto a ser destacado diz respeito à oposição que o trabalho no jornal produziu: a arte *versus* o dinheiro. Os literatos brasileiros, entusiasmados pelos intelectuais franceses, eram influenciados pelo lema da “arte pela arte”, apesar de não o colocarem em prática. O desenvolvimento do jornalismo no Brasil enquadrava o trabalho intelectual no âmbito do mercado, ou seja, substituía a criação literária supostamente desinteressada pelo aspecto econômico que a venda dessas produções podiam proporcionar, ao invés de apenas lucros simbólicos – como, por exemplo, a notoriedade do artista. Na lógica da imprensa, o campo literário está sujeito, diretamente ou indiretamente, ao mercado⁴⁴⁴. Portanto, o jornalismo seria responsável pela formação de uma literatura industrial.

Na cidade do Natal, o ideal de uma arte pura e desinteressada se contrapôs à possibilidade de profissionalização. A literatura potiguar soube beneficiar-se da imprensa para a sua difusão e circulação. Os homens de letras na cidade do Natal buscaram nos periódicos aquilo que a literatura dificilmente lhes oferecia: a notoriedade, o reconhecimento e o próprio sustento para suprir as suas necessidades. Portanto, retornando à questão lançada pelo escritor João do Rio, observando o campo literário potiguar, podemos afirmar que o mal não seria a imprensa, mas sim a falta de um mercado para a literatura. O jornal e a revista assumiram um papel de espaço de consagração para os homens de letras potiguares, na medida em que lhes possibilitaram retirar as suas produções das escuras e, ainda, receber provimentos mensais por suas artes.

A imbricação imprensa e literatura trouxe resultados para ambos os campos. Se por um lado, os jornais apresentaram uma influência decisiva para a literatura por meio da criação de novos gêneros, como veremos nesse capítulo, por outro, os literatos se improvisaram em profissionais da imprensa, tornando-se escritores-jornalistas, figuras influentes do cotidiano urbano.

Portanto, a importância da imprensa para o universo dos homens de letras da cidade do Natal motivou-nos a discutir a articulação entre os intelectuais e o jornalismo. Limitamo-nos a escolha de algumas fontes específicas e a definição de uma periodização para analisar esta relação, onde a história de um desejo de uma literatura atravessou a história da imprensa potiguar nos anos da República Velha (1889-1930) na cidade do Natal. Para tanto, optamos

⁴⁴⁴ Segundo Pierre Bourdieu, as empresas literárias estão sujeitas ao mercado de duas maneiras: diretamente, onde as produções literárias podem ser comercializadas; e indiretamente, por meio dos novos postos ofertados pelo jornalismo (edição, ilustração). Ver: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Op. Cit. p. 235.

por investigar a imbricação entre imprensa e literatura por meio de três periódicos, a saber: o jornal do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, de maior destaque na capital potiguar, *A Republica*; o jornal *O Olofote*; e a revista literária *Oásis*, reproduzida pelo grêmio literário *Le Monde Marche*.

4.1 Literatura nas páginas do jornal *A Republica*

O jornal *A Republica* foi criado no dia 1º de julho de 1889. A ideia que levou à publicação do periódico surgiu a partir da *Coluna Republicana* divulgada no jornal da província de Caicó, *O Povo* (1889). A coluna veiculava escritos marcados pela tendência da corrente republicana em um período eufórico de difusão das ideias do novo regime político. Nesses tempos eufóricos, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte necessitava de um porta-voz para as suas ideias.

Segundo Luís da Câmara Cascudo, as ideias difundidas na coluna do periódico caicoense não conseguiam atingir a província de Natal⁴⁴⁵, uma vez que o jornal *O Povo* não era capaz de reunir as colaborações oriundas das regiões oeste, agreste e litoral, que efervesciam com as propostas republicanas difundidas pelo partido. Era preciso, portanto, fundar um jornal, produzido e distribuído na capital norte-rio-grandense, a fim de fazer circular as ideias do Partido Republicano do estado.

João Avelino Pereira Vasconcelos (1837-1922), um dos fundadores e membro do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, escreveu a José Leão solicitando a compra de um prelo na cidade do Rio de Janeiro. José Leão, por sua vez, arriscou um pedido ao engenheiro Daniel Pedro Ferro Cardoso (1837-1899), natalense, republicano e arquiteto famoso na capital federal. Ferro Cardoso, em resposta, prometeu enviar um prelo de Paris⁴⁴⁶. O aparelho francês possibilitaria a produção do periódico desejado pelos membros do Partido Republicano no estado.

O arquiteto Ferro Cardoso cumpriu com a sua palavra. O republicano da capital federal enviou um prelo de proporções pequenas (0,27cm x 0,22cm) que, nas palavras de Luís da Câmara Cascudo, era “apreciável para um jornalzinho colegial, mas jamais para um órgão de partido com pretensões à vitória eleitoral”⁴⁴⁷. Desiludidos, João Avelino e Pedro Velho recorreram a Luiz Carlos Lins Wanderley, dono da tipografia do *Correio do Natal*.

⁴⁴⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *A vida de Pedro Velho*. Op. Cit. p. 48.

⁴⁴⁶ *Idem*.

⁴⁴⁷ *Ibid*, p. 49.

Como já mencionado no capítulo anterior, Luiz Carlos Wanderley produziu as primeiras edições do jornal *A Republica* na mesma oficina onde produzia o seu jornal *Correio do Natal*. De acordo com Itamar de Souza, Pedro Velho e João Avelino encomendaram ao dono do *Correio do Natal* a impressão do *A Republica* e venderam os quatro primeiros números por cem (100) mil réis. Até a Proclamação da República, 15 de novembro, o jornal pôs em circulação mais de dezesseis (16) números.

Na oficina do *Correio do Natal*, o jornal foi impresso com dimensões de 0,40cm de altura x 0,26cm de largura e circulando semanalmente, todas as segundas-feiras. O *A Republica* era vendido ao preço de cinco (5) mil réis a assinatura anual e, cem (100) réis para exemplar avulso. Em 24 de dezembro de 1890, Pedro Velho comprou a oficina tipográfica de Luiz Carlos Wanderley e instalou a redação do jornal na Rua da Conceição, número 2, no bairro da Cidade Alta⁴⁴⁸.

Situamos o jornal *A Republica* como um periódico pertencente à grande imprensa de Natal por se tratar de uma organização bem estruturada, com longa duração de existência e que se traduzia como porta-vozes de um grupo dirigente específico da cidade. Os termos *grande imprensa* e *pequena imprensa* são uma divisão, estabelecida por Max Luclerc, a fim de traçar o quadro da imprensa no Brasil no início da República⁴⁴⁹. Para Max Luclerc, enquanto a *grande imprensa* possuía uma empresa estruturada, de grande duração e que materializava o pensamento de grupos políticos na República, os jornais das *pequenas imprensas* eram transitórios e eram resultado de obra de poucos.

Nos primeiros anos de sua fundação, *A Republica* funcionava como uma empresa privada de Pedro Velho. Contudo, nessa época (1889), o membro e fundador do Partido Republicano, Pedro Velho, conseguiu que o governo do Estado, na gestão de Adolfo Gordo (6 de dezembro de 1889 a 8 de fevereiro de 1890), contratasse o periódico do partido, por uma quantia de 1:200\$000. A partir do contrato realizado entre governo e o *A Republica*, Pedro Velho conseguiu que todos os atos oficiais da administração pública fossem impressos no jornal do partido republicano. O jornal *A Republica* destacou-se na história da imprensa no Rio Grande do Norte como periódico que, por vezes, serviu de porta-voz para o grupo dirigente político do estado.

É importante ressaltarmos que *A Republica* constituiu-se como o periódico porta-voz do grupo político situacionista. Durante os governos de Francisco Amintas da Costa Barros

⁴⁴⁸ FERNANDES, Luís. *A imprensa periódica norte-rio-grandense*. Op. Cit. p. 109.

⁴⁴⁹ Para maiores informações, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: _____. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): civilização brasileira S.A, 1966. p. 287-447.

(28 de fevereiro de 1891 a 13 de junho de 1891) e de Miguel Joaquim de Almeida Castro (9 de setembro de 1891 a 28 de novembro de 1891), por exemplo, o periódico assumiu o lado da oposição aos dirigentes políticos do estado. Não obstante, o jornal *A Republica* foi o fiel veículo utilizado pelo grupo político Albuquerque Maranhão quando este se manteve a frente da gestão estadual.

O jornal *A Republica* possuía uma típica característica dos jornais do fim do século XIX: a dimensão política. A imprensa potiguar de fim do Oitocentos apresentava um claro caráter político, sendo, na maioria das vezes, palco de debates entre os grupos conservadores e liberais na capital norte-rio-grandense. Devido a essa característica, era comum que os periódicos tivessem suas publicações interrompidas graças às censuras dos aparelhos estaduais políticos. De acordo com Ana Luiza Martins, o jornalismo do início do século XX absorveu a característica política da imprensa do século anterior, o que atesta a permanência do quadro do regime imperial no Brasil⁴⁵⁰. Para a autora, nesse aspecto, a Proclamação da República estava longe de significar um rompimento severo com o Império.

No entanto, os jornais do início do século XX apresentavam algumas especificidades que estavam ausentes nos periódicos do século anterior. Como exemplo, mencionamos a heterogeneidade de escritos veiculados por esses periódicos, isto é, em um mesmo jornal publicavam realistas, parnasianos, simbolistas, naturalistas, modernistas, homens nascidos no Império juntos de homens nascidos e crescidos na República. Por fim, homens de diferentes ideias se valiam dos jornais e das revistas para difundirem as suas teses.

Na cidade do Natal, os periódicos abriram espaço para a literatura, sobretudo, para os aspirantes a escritor. Muitos nomes da literatura potiguar passaram pelas páginas do jornal *A Republica*. Mencionamos, por exemplo, a condição do jovem escritor Henrique Castriciano de Souza, que aos 17 anos de idade foi convidado por Pedro Velho, em 1892, para colaborar com o periódico oficial do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. O escritor estreou nas páginas do *A Republica* com *Soneto*, escrito em memória do cadete Júlio Borges assassinado em Pernambuco⁴⁵¹.

Henrique Castriciano é o grande expoente de escritor colaborador do jornal *A Republica*. O literato possui centenas de escritos publicados no periódico de 1892 até a década

⁴⁵⁰ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa, história e literatura: conjugando discursos. IN: SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos. CAIRO, Luiz Roberto. RAPUCCI, Cleide Antonia (Org.). *Intelectuais e imprensa: aspecto de uma complexa relação*. São Paulo: Nakim, 2009. p. 38.

⁴⁵¹ CASTRICIANO, Henrique. *A Republica*. Natal, 06 fev. 1892.

de 1920, variando de poemas a palestras, críticas literárias, artigos, crônicas⁴⁵². Além das contribuições financeiras, o literato obteve a consagração, a fama, e a oportunidade de ver seu nome ao lado de nomes célebres como o próprio Pedro Velho, e outros escritores renomados, tais como Manoel Segundo Wanderley, Rodrigues de Carvalho, Francisco de Palma, entre outros.

Por intermédio do periódico, Henrique Castriçiano obteve visibilidade e, sobretudo, a divulgação de suas obras antes de serem produzidas na forma de livro. Em 7 de fevereiro de 1897, o autor publicou fragmentos que faziam parte da obra *Mãe*, que seria publicada pela tipografia do jornal *A Republica* dois anos depois (1899). Identificamos a ocorrência de outro fato semelhante. Em 7 de março de 1897, o escritor também publicou o poema *Canção de um Doido*, fragmento do seu livro *Ruínas*, publicado um ano depois, em Fortaleza, mediante a ajuda do escritor e amigo Rodrigues de Carvalho⁴⁵³.

Por meio das páginas do jornal *A Republica*, Henrique Castriçiano também publicou algumas de suas obras na íntegra. Foi o caso de: a poesia *Mãe* (1899)⁴⁵⁴; *O Aboio* (1904)⁴⁵⁵, obra dedicada à Clóvis Beviláqua; e *Lourival e seu tempo* (1907)⁴⁵⁶, ensaio sobre o poeta Lourival de Açucena. Henrique Castriçiano ainda utilizou-se de outros periódicos para publicar suas obras: o drama teatral *Suprema Dor* (1899), publicado na *Revista do Rio Grande do Norte*⁴⁵⁷, veiculada pelo Grêmio Polymático. *O último enforcado* (1907), publicado inicialmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte⁴⁵⁸; *Teoria Orgânica da Sociedade* (1920), um ensaio veiculado na Revista do Centro Polimático⁴⁵⁹; o romance *Os Mortos* (1920), também publicado na Revista do Centro Polimático⁴⁶⁰.

Desse modo, a imprensa serviu ao escritor Henrique Castriçiano como expressivo canal de divulgação de seus textos e ensaios. Ousamos afirmar que, por meio dos jornais, o

⁴⁵² ALBUQUERQUE, José Geraldo de. (Org.). *Henrique Castriçiano – Seleta: Textos e poesias*. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

⁴⁵³ CASTRICIANO, Henrique. *A Republica*. Natal, 07 mar. 1897.

⁴⁵⁴ CASTRICIANO, Henrique. *Mãe*. *A Republica*. Natal, 12 dez. 1899.

⁴⁵⁵ CASTRICIANO, Henrique. *O Aboio*. *A Republica*. Natal, 09 jun. 1904.

⁴⁵⁶ *Lourival e seu tempo* foram publicados em 8 número, que foram veiculados nas páginas d'*A Republica* em 03 jul. 1907, 04 jul. 1907, 05 jul. 1907, 09 jul. 1907, 12 jul. 1907, 16 jul. 1907, 20 jul. 1907, 24 jul. 1907 e 01 ago. 1907.

⁴⁵⁷ CASTRICIANO, Henrique. Teatro: *Suprema Dor*. *Revista do Rio Grande do Norte* (Grêmio Polymático). Natal, Nov/dez, 1899.

⁴⁵⁸ CASTRICIANO, Henrique. *O último enforcado*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, 1907. v. 02. p. 371-388.

⁴⁵⁹ CASTRICIANO, Henrique. *Teoria Orgânica da Sociedade* (1920). *Revista do Centro Polimático*. Natal, 16 jan. 1920. n. 1.

⁴⁶⁰ CASTRICIANO, Henrique. *Os mortos* – capítulo 1. *Revista do Centro Polimático*. Natal, 21 nov. 1920. Número 3. E CASTRICIANO, Henrique. *Os mortos* – capítulo 2. *Revista do Centro Polimático*. Natal, 06 jul. 1922. n. 6.

literato potiguar tentava conquistar um público cativo para os seus livros, editados com uma regularidade metódica na cidade do Natal. A dinâmica de publicação de obras integralmente nos jornais contrapunha-se a advertência feita pelo escritor Coelho Neto, em que “o livro fica, o jornal passa e raramente deixa vestígios”⁴⁶¹. Contudo, a trajetória de Castriciano, e tantos outros homens de letras da cidade do Natal, parece ter contrariado as considerações de Coelho Neto, uma vez que esses indivíduos foram capazes de se fazerem escritores por meio do jornal.

No caso dos homens de letras da cidade do Natal, a exemplo do próprio Henrique Castriciano, as revistas e os jornais possibilitaram que as ideias dos literatos chegassem ao público, em uma época na qual as publicações de livros se davam com muita dificuldade na capital norte-rio-grandense. Era o jornal, e não o livro, que pagava as contas dos literatos no fim do mês. Para os homens de letras da cidade do Natal, escrever não era suficiente. Era preciso fazer com que as suas obras circulassem. Portanto, a imprensa proporcionou a esses literatos a visibilidade como autores, na medida em que esses autores estavam representados por meio de suas produções, composições autografadas nos jornais e nas revistas⁴⁶².

O jornal *A Republica* nasceu com uma intencionalidade política que era servir de porta-voz ao Partido Republicado do Rio Grande do Norte dirigido por Pedro Velho e João Avelino. Identificamos que em 1889, o periódico republicano criticou, inicialmente, o caráter literário difundido pela imprensa. Por meio da seção Coisinha, o *A Republica* criticava a “versorria excessiva dos jornaes”⁴⁶³. A palavra utilizada pelo colunista anônimo referia-se ao grande número de jornais literários emergentes na cidade do Natal. Curiosamente, o periódico *A Republica* serviu bastante à divulgação da literatura potiguar por meio de seus números em circulação na capital.

No ano de 1890, o jornal deu espaço às publicações literárias. As colunas *Variedades* e *Solicitadas* passaram a veicular os poemas de Manoel Segundo Wanderley. Ainda no ano de 1890, identificamos outras publicações literárias: o poema *Meu testamento* de José Bonifácio⁴⁶⁴, o soneto Lutuosa, de Luiz Guimarães⁴⁶⁵. No ano seguinte, 1891, detectamos publicações de Castriciano na coluna *Solicitadas*⁴⁶⁶. Nessa época, o escritor ainda não tinha se

⁴⁶¹ NETO, Coelho. *A Conquista*. 1897. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7524>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2014.

⁴⁶² CHARTIER, Roger. Figuras do autor. *Op. Cit.* p. 43

⁴⁶³ COISINHAS. *A Republica*. Natal, 24 dez. 1899.

⁴⁶⁴ VARIEDADES. *A Republica*. Natal, 12 nov. 1890.

⁴⁶⁵ ARTES E LETTRAS. *A Republica*. Natal, 11 jan. 1891.

⁴⁶⁶ SOLICITADAS. Ao povo! *A Republica*. Natal, 21 mar. 1891. E Fiat lux – à mocidade! *A Republica*. Natal, 11 ago 1891.

tornado colaborador assíduo do periódico de Pedro velho. Nos anos que se passaram, o jornal dedicou colunas específicas para a difusão de produções literárias ou de artigos que versassem sobre literatura, entre elas a *Secção Litterária* (1894) e *Sciencias e Artes* (1895 e 1896), *Artes e Lettras* (1897).

Durante o final do século XIX e início do século XX, alguns nomes de literatos norte-rio-grandenses passaram pelas páginas do jornal oficial do estado: Henrique Castriciano, Segundo Wanderley, Urbano Hermilio, Antônio José de Melo e Souza, Francisco de Palma, Auta de Souza, Celestino Wanderley, Pedro Avelino, Pinto de Abreu, Eloy de Souza, Ezequiel Wanderley. O jornal também contemplou publicações de homens de letras de fora do estado, entre eles: Rodrigues de Carvalho, Olavo Bilac, Tobias Barreto, Raimundo Correia, entre outros.

A partir do ano de 1897, *A Republica* tornou-se um jornal diário. Apesar da maior frequência de impressão do periódico, observamos uma diminuição no que diz respeito às colunas especialmente destinadas à publicação da literatura. Em contrapartida, verificamos a emergência dos folhetins. Os folhetins correspondiam a narrativas literárias que tinham por característica central o formato sequencial e parcial. Isto é, os jornais publicavam as narrativas em capítulos, o que resultava na apreensão do leitor que mal podia esperar pelo próximo capítulo publicado no dia seguinte.

De acordo com Marlyse Meyer, o gênero literário surgiu na França, no início do século XIX, e disseminou-se graças ao seu amplo sucesso⁴⁶⁷. Meyer divide a história do folhetim em três fases: na primeira fase (1836 a 1859), os enredos eram dominados por temáticas de mistérios, de vinganças e ainda de política; na segunda fase (1851-1871), as narrativas foram marcadas pelo personagem Rocambole, de autoria do escritor francês Ponson Du Terrail durante o Segundo Império na França (1852-1870); na terceira e última fase (1871-1914), as narrativas apresentavam temáticas variáveis e refletiam os dramas da vida⁴⁶⁸.

Em um primeiro momento, no Brasil, os folhetins europeus foram reproduzidos nos jornais ainda no século XIX, gozando de grande popularidade durante o período imperial. No entanto, no decorrer de nossa pesquisa nas páginas do jornal *A Republica*, observamos que no período republicano na cidade do Natal, os folhetins ainda sustentavam uma considerável

⁴⁶⁷ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 12.

⁴⁶⁸ *Ibid*, p. 21-28.

popularidade. Em 1897, *A Republica* publicou o folhetim *Coração*, de autoria do italiano Edmond de Amicis (1846-1908), escrito no ano de 1890⁴⁶⁹.

A audiência dos folhetins nas páginas do *A Republica* determinava a extensão da publicação das narrativas. Nessa lógica, verificamos alguns folhetins que acabaram sendo interrompidos. Foi o caso do folhetim *A Conspiradora*, assinado por coronel R. H. Savage. O folhetim em questão foi substituído por *O Meigo*, de autoria do escritor português, residente no Brasil, Pedro Ivo (1849-1906). A narrativa literária folhetinesca de *O Meigo* contava as peripécias de um estudante de medicina que tinha seus problemas resolvidos por um personagem intitulado de “meigo”. Ainda no ano de 1897, no mês de agosto, o jornal de Pedro Velho veiculou o folhetim *A Vendetta*, escrito pelo português Antônio da Cunha de Azevedo Lemos Castelo Branco que, na ocasião, utilizava o pseudônimo de Arsenio de Chatenay⁴⁷⁰.

Os folhetins do jornal *A Republica* eram publicados no rodapé da segunda ou na terceira página. As narrativas folhetinescas, inicialmente, ocupavam um largo espaço no periódico, o que pode indicar a importância que esse gênero literário possuía no final do século XIX e início do século XX. Antes de publicar os folhetins, o jornal *A Republica* mostrava a preocupação em anunciar as narrativas que seriam veiculadas nas páginas dos próximos dias:

Começamos hoje a publicar “A Vendetta”, bem acadado romance de Arsenio de Chatenay, pseudonymo de um notável escriptor portuguez. Para dar tratos à curiosidade dos nossos leitores, diremos que o romance que preferimos para o nosso folhetim, além do aprimorado estilo e lances verdadeiramente dramáticos de enredo, trata da celebre vendetta dos habitantes da Cecília e de um episódio histórico do supplicio das tavoras de Portugal em fim do século passado. Estamos certos que o nosso novo folhetim agradará geralmente os nossos leitores⁴⁷¹.

Como podemos observar, o periódico anunciava a publicação do folhetim por meio de uma espécie de sinopse do enredo que também trazia informações sobre o autor do romance, a

⁴⁶⁹ O livro conta a história de um grupo de garotos que se veem em diferentes situações e experiências no universo escolar. Este livro tinha por objetivo criar uma identidade nacional e cultural para a Itália que tinha se unificado recentemente. Para tanto, o autor, em sua narrativa, exaltava atos de heroísmo dos meninos das províncias italianas. O folhetim trazia a indicação de “Livro para rapazes”. Na Itália, a obra foi adotada em quase todas as escolas como sendo um livro de leitura obrigatória pelos jovens italianos. FOLHETIM - CORAÇÃO. *A Republica*. Natal, 12 fev. 1897.

⁴⁷⁰ A VENDETTA. *A Republica*. Natal, 07 ago. 1897.

⁴⁷¹ NOSSO FOLHETIM. *A Republica*. Natal, 07 ago. 1897.

obra e a expectativa dos editores quanto à aceitação do folhetim pelo público. Desse modo, o leitor poderia obter informações prévias sobre a narrativa que acompanharia por alguns dias.

Ainda no ano de 1897, as páginas do *A Republica* veicularam o folhetim de grande popularidade: *Bastidores do Mundo*, de autoria do renomado escritor francês Ponson Du Terrail (1829-1871) – o mesmo autor de *Rocambole*. Todavia, em 31 de agosto de 1897, o folhetim de Ponson Du Terrail passou a ser publicado, de maneira intercalada, com *A Quarta Expedição Contra Canudos – cem léguas através do sertão, de Aracaju a Queimadas*, escritor por Antônio Constantino Nery (1859-1926). O aparecimento de um folhetim que trazia em seu enredo a campanha militar contra Canudos não foi à toa. Entre os anos de 1896 a 1897, o Brasil vivenciou a Guerra de Canudos, no interior do sertão da Bahia.

Por intermédio de *A Quarta Expedição Contra Canudos – cem léguas através do sertão, de Aracaju a Queimadas*, o jornal *A Republica* trouxe aos seus leitores uma narrativa acerca da Campanha de Canudos, enfocando a marcha da Coluna Savaget que seguiu de Aracaju para o arraial de Canudos⁴⁷². O autor do folhetim, Antônio Constantino Nery, era, na época, oficial do exército brasileiro. O major Nery partiu com a sua tropa no dia 2 de agosto de 1897 com destino a Canudos. Por fim, o folhetim refletia as notas registradas sobre a campanha liderada pelo major Constantino Nery. Desse modo, a literatura dava enfoque a um evento nacionalmente vivenciado naquela ocasião.

Outros folhetins brilharam nas páginas de *A Republica*, entre eles: *Flor de Lis* (1898), de Octave Feuillet; *Noites do Boulevar* (1899), de Pierre Zaccone; *Antros de Paris* (1899-1901), de Xavier de Montepibn; *Os Dramas de Paris – Rocambole*, novamente de autoria de Ponson Du Terrail. Verificamos que o último folhetim gozou de uma considerável popularidade no que diz respeito ao público de leitores potiguares. Nossa hipótese pode ser concluída quando observamos a duração da publicação desse romance folhetinesco nas páginas do jornal *A Republica*: 1910 a 1917. Portanto, os folhetins ainda conseguiam obter sucesso na década de 1910 na cidade do Natal.

Com exceção do folhetim do major Constantino Nery, as demais narrativas folhetinescas eram oriundas dos países do continente europeu, sobretudo da França. Deste modo, para serem veiculadas no periódico natalense, era imprescindível que as narrativas fossem traduzidas para a língua nativa. Questionamo-nos acerca de como e por quem esses

⁴⁷² Durante a ocorrência da Revolta de Canudos, a imprensa brasileira veiculou o conflito em suas páginas. Lembramos aqui os escritos do literato Euclides da Cunha sobre a Campanha de Canudos – que, posteriormente, deu origem à obra *Os Sertões* (1902), e as crônicas sobre Antônio Conselheiro publicadas por Machado de Assis no jornal carioca *A Semana* (1896-1900).

folhetins eram traduzidos na cidade do Natal. Encontramos algumas pistas nas considerações veiculadas na própria página do jornal *A Republica*:

Incontestavelmente, o folhetim faz parte da vida de um jornal, tornando-se sempre a leitura predilecta do público. Por isso, entendemos dar maior desenvolvimento aos nossos folhetins, começando nesses dias a publicar um outro no alto da terceira página. Uma obra extraordinária, que constitui o maior sucesso literário do século XIX, o *QUO VADIS?* do grande escriptor polaco H. Sienkiewicz, habilmente traduzido e anotado por um de nossos companheiros de redacção⁴⁷³.

O tradutor ao qual a nota acima se referia era Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1867-1924), intelectual conhecedor de outros idiomas, que, na época, era um dos redatores do jornal *A Republica*⁴⁷⁴. Manoel Dantas traduziu a obra do escritor H. Sienkiewicz para português. No entanto, a tradução da obra literária foi feita do francês para o português, uma vez que o próprio autor polaco traduziu a sua obra do polonês para o francês, pois a primeira tradução francesa elaborada sobre a obra resultou em erros e deturpações do pensamento do autor⁴⁷⁵. No ano seguinte, o jornal *A Republica* revelou em um artigo o nome do “companheiro de redacção” responsável pela tradução de *Quo Vadis?*:

A Republica andou muito bem avisada, fazendo dos seus folhetins uma escola literária. E incontestavelmente uma das partes mais procuradas do jornal.(...)O dr. Manuel Dantas que, com tanta proficiencia traduziu o Quo Vadis, deu julgar-se compensado do seu esforço pelo agradecimento dos seus leitores e não deve arrefecer nesse emprehendimento, fazendo com que os folhetins do jornal que dirige sejam um atractivo e uma escola para os seus numerosos assignantes⁴⁷⁶.

Como mencionamos anteriormente, em raros casos, os folhetins eram feitos por literatos brasileiros. Segundo Lawrence Hallewel, por volta de 1870, um escritor no Brasil poderia ganhar cerca de 70 mil réis com a tradução dos folhetins⁴⁷⁷. Para aqueles que produziam um folhetim, o salário poderia chegar a 200 mil réis⁴⁷⁸. Nesse caso, conjecturamos que o intelectual potiguar Manoel Dantas deve ter obtido um considerável lucro na tradução da literatura do escritor polaco H. Sienkiewicz.

⁴⁷³ NOSSO FOLHETIM. *A Republica*. Natal, 25 mar. 1901.

⁴⁷⁴ Manoel Dantas ocupou o cargo de redator do jornal *A Republica* entre os anos de 1898 a 1907. No ano de 1907, o intelectual deixou a redação do periódico para assumir o cargo de Deputado Estadual do Rio Grande do Norte, e, posteriormente, o cargo de Procurador Geral do Estado. Consultar: CARDOSO, Rejane (Org.) *400 nomes de Natal*. Op. Cit.p. 515. E FERNANDES, Luís. Op. Cit.p. 32.

⁴⁷⁵ NOSSO FOLHETIM. *A Republica*. Natal, 25 mar. 1901.

⁴⁷⁶ A PROPÓSITO QUO VADIS? *A Republica*. Natal, 10 jan. 1902.

⁴⁷⁷ HALLEWEL, Lawrence. *O livro no Brasil*. Op. Cit. p. 139.

⁴⁷⁸ *Ibid*, p. 140.

Os folhetins iam fazendo escola literária na medida em que traziam para o Rio Grande do Norte o que havia de mais novo e de mais popular na literatura difundida nos países europeus. Por intermédio das narrativas folhetinescas europeias traduzidas para o português, a literatura invadia o cotidiano dos leitores potiguares. No fim da década de 1910, o folhetim passou a decair quando os jornais perceberam que relatar um crime de forma sensacionalista resultava no crescimento da circulação dos periódicos. As inovações conduzidas pela imprensa proporcionaram um novo tipo de literatura, e, assim, um novo tipo de escritor.

A imprensa apresentou uma influência decisiva na literatura criando novos gêneros e modificando os tipos existentes. Para Antônio Cândido, com a invenção do próprio folhetim, mudou-se o estilo e a técnica narrativa⁴⁷⁹. Segundo o autor, o folhetim inaugurou “uma linguagem acessível, temas vibrantes, suspensões, para nutrir a expectativa, diálogos abundantes, réplicas breves”⁴⁸⁰. Com o passar dos anos, o espaço do folhetim foi diminuído. Era um sinal de que novos tempos se anunciavam...

Como mencionamos, a imprensa, quando estabelecida, passou por um processo de industrialização. Inovações tecnológicas acompanharam as transformações da imprensa. Segundo as autoras Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins, a imprensa brasileira incorporou os avanços técnicos mudando a face da imprensa de artesanal para industrial⁴⁸¹. No início do século XX, a imprensa adotou a especialização e a divisão do trabalho, diminuindo, assim, a dependência de habilidades manuais, na medida em que as máquinas instaladas nas oficinas tipográficas introduziam a composição mecânica de jornais.

A industrialização da imprensa acompanhava o ritmo frenético das inovações técnicas emergentes no século XX. Sobre essas novidades tecnológicas mencionamos a adoção das máquinas rotativas *Marinoni* no Brasil, que possibilitaram o aumento das tiragens dos periódicos⁴⁸²; o telégrafo, que possibilitava a atualização constante das notícias recebidas de locais longínquos; e o telefone, atuando como instrumento que agilizava a transmissão dos dados para as redações dos periódicos, veiculando notas de últimas horas. Contudo, as inovações não eram apenas na estrutura de produção dos jornais e das revistas, mas na própria ordenação interna, ou seja, nos conteúdos dos jornais.

⁴⁷⁹ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Op. Cit. p. 33.

⁴⁸⁰ *Ibid*, p. 34-35.

⁴⁸¹ LUCA, Tânia Regina. MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 152.

⁴⁸² As máquinas *Marinoni* imprimiam a extraordinária cifra de 60 mil exemplares por hora e eram operadas por apenas três funcionários. Comentaremos, de forma mais aprofundada, sobre essa inovação técnica no capítulo 06 *Ideias que circulam: sociabilidade intelectual na imprensa*.

Tânia Regina de Luca afirma que as inovações nos conteúdos veiculados nos periódicos se efeturaram na incorporação de outros gêneros inexistentes até então nos jornais: notas, reportagens, entrevistas e crônicas⁴⁸³. Segundo a historiadora, surgiram ainda outras seções especializadas em esporte, lazer, vida social, crítica literária e cultura. Desse modo, a produção ficcional foi perdendo espaço nos grandes periódicos, uma vez que a linguagem coloquial e a temática dos antigos gêneros – como, por exemplo, o folhetim – vinha de encontro à agilidade exigida pela imprensa no século XX.

Nasceu assim um gênero literário que privilegiava a narrativa do cotidiano, de acontecimentos de durabilidade efêmera: as crônicas. O novo gênero narrativo, de “naturalidade brasileira”⁴⁸⁴ foi a alternativa que veio substituir a linguagem coloquial das produções literárias de outrora. De acordo com Antônio Cândido, a crônica é:

Amiga da verdade e da poesia nas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, sobretudo, porque quase sempre utiliza o humor. Isso acontece porque não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa⁴⁸⁵.

Nas palavras de Antônio Cândido, o gênero narrativo se adequava à efemeridade proporcionada pela imprensa. As crônicas eram inseridas em um instrumento que se comprava em um dia, se lia, e, no dia seguinte, se esquecia, assumindo, assim, uma característica diferente do livro. Contudo, o estilo literário gozou de grande popularidade nas décadas do século XX. Possivelmente, devido a sua característica de cotidiano, apresentando uma linguagem mais leve, descompromissada, de teor acessível. Logo, a crônica tornou a literatura mais simplificada e com mais naturalidade.

O gênero de caráter efêmero foi cultivado por um número crescente de escritores brasileiros: Olavo Bilac, João do Rio, Lima Barreto, Mário de Andrade, Manuel Bandeira. Na cidade do Natal, os homens de letras também adotaram o novo estilo narrativo. Nas páginas do jornal *A Republica*, entre as décadas de 1910 e 1920, identificamos as colunas literárias que veicularam algumas crônicas: *Pequenos Echos* (1912), assinada por Jacinto Canela de Ferro, pseudônimo adotado pelo intelectual Eloy de Souza; a seção *Clarescuco* (1915), escrita por Ponciano Barbosa, que ora veiculava crônicas, ora veiculava crítica literária; e a coluna

⁴⁸³ *Ibid*, p. 153.

⁴⁸⁴ Para Antônio Cândido, a crônica pode ser considerada um gênero brasileiro pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que no Brasil se desenvolveu. Para mais informações sobre o gênero: CÂNDIDO, Antônio. *A vida ao rés do chão* – a crônica, sua fixação e sua transformação no Brasil. Campinas/Rio de Janeiro: Editora UNICAMP/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

⁴⁸⁵ *Ibid*, p. 12.

Commentando (1920), de autoria de Polycarpo Feitosa, heterônimo usado por Antônio José de Melo e Souza, também alternando o conteúdo da coluna, ora abordando crítica literária, ora optando pela crônica.

Muito embora o estilo tenha conquistado uma maior popularidade nas décadas de 1910 e, sobretudo, de 1920, identificamos o gênero narrativo presentes nas palavras do escritor Câmara Cascudo, estampadas nas páginas do jornal oficial no final da década de 1908:

Parecia que o Natal triste e macambúzio metera-se em brios, todo risos, todo festas, para o início de uma nova era. E algo novo havia no ativo de uma cidade que se preparava para ser grande, na moderna civilização: o bonde, encurtando distâncias, acelerando o movimento, criando a vida de rua⁴⁸⁶.

A coluna *Coisas da Terra*, de 12 de setembro de 1908, fazia jus ao nome. O fragmento do jornal *A Republica* parecia assinalar um estado de coisas que ocorriam na cidade do Natal. As palavras de Luís da Câmara Cascudo revelam uma saudação ao meio de transporte, sobre trilhos, introduzido recentemente na capital norte-rio-grandense. O bonde, para o cronista, significou “uma verdadeira revolução no meio pacato”⁴⁸⁷ da cidade potiguar. Por meio da sua literatura estampada no *A Republica*, Câmara Cascudo fazia alusão à implantação de um melhoramento no sistema de transporte urbano através da introdução do bonde de tração animal⁴⁸⁸.

A narrativa de Luís da Câmara Cascudo reflete qual era a proposta das crônicas veiculadas nos periódicos. A perspectiva da coluna *Coisas da Terra* era versar sobre o cotidiano potiguar. Parece-nos que o discurso do literato não era dos que escreviam do alto de uma torre de marfim, mas dos que falavam sobre temáticas próximas do dia a dia dos leitores da coluna. Nas palavras de Antônio Cândido, essa era a perspectiva da crônica, “não a dos que escrevem do alto da montanha, mas sim dos simples rés do chão”⁴⁸⁹.

O tema “bonde” foi mencionado por outros cronistas do *A Republica*:

As vezes monto a cavalo e, depois de pequeno passeio pela cidade, enfatiado de casas feias e de caras feias tomo decididamente a resolução

⁴⁸⁶ CASCUDO, L. da C. Coisas da terra. *A Republica*. Natal, 12 set. 1908.

⁴⁸⁷ *Idem*.

⁴⁸⁸ No ano de 1908, a Empresa de Melhoramentos de Natal iniciou o sistema de transporte urbano mediante os bondes de tração animal. A mesma empresa havia provido a iluminação na cidade por meio do uso de gás acetileno. Todavia, tanto o gás acetileno como o bonde à tração animal fizeram parte do cenário potiguar por pouco tempo. Para mais informações sobre os melhoramentos urbanos promovidos no início do século XX em Natal, consultar: ARRAIS, Raimundo. ANDRADE, Alenуска. MARINHOS, Márcia. *O corpo e a alma da cidade*. Op. Cit. p. 98.

⁴⁸⁹ CÂNDIDO, Antônio. *A vida ao rés do chão*. Op. Cit. p. 15.

de abandona-la. Abandono-a mesmo... E descortino o Tyrol. Ah! O Tyrol! Quem não conhece, falado como é, com promessas animadoras de bonde elétrico e de restaurante art nouveau.⁴⁹⁰

Por meio das crônicas, os literatos se mostravam sensíveis aos acontecimentos da cidade. Em 1913, um anônimo escreveu sobre a presença do bonde no local. Nessa época, com a chegada da energia elétrica (1911), o transporte urbano na cidade do Natal havia se modificado do bonde à tração animal para o bonde elétrico. Nessa época, a cidade do Natal ganhava novas feições. No fragmento acima, o cronista não apenas saudava a novidade do transporte, como também fazia menção a outro elemento novo: um novo espaço destinado à habitação, supostamente, da elite potiguar, o bairro Cidade Nova – fundado em 1901 e dividido em Tirol e Petrópolis⁴⁹¹.

No ano de 1912 haviam cinco bondes elétricos em tráfego. O tráfego do sistema de transporte elétrico respeitava os seguintes trajetos: a primeira linha ligava os bairros Cidade Alta e Ribeira, a segunda linha ligava a Cidade Alta ao bairro Cidade Nova, dando acesso à praia de Areia Preta; outra linha estendia-se até o Alecrim, bairro que, à época, era um local de moradias modestas e não era conhecido oficialmente como bairro da cidade⁴⁹². As melhorias do transporte público na cidade do Natal possibilitaram o encurtamento das distancias dos espaços, bem como a expansão, a ordenação e o progresso da pequena capital norte-rio-grandense.

Tanto nas crônicas de Luís da Câmara Cascudo, como na crônica de 1913, os literatos do *A Republica* demonstravam perceber o conjunto de modificações introduzidas em Natal. No panorama suave das crônicas, os literatos problematizaram a máquina “bonde”, o elemento novo que não apenas significava o “elemento perturbador da harmonia e da quietude da cidade”⁴⁹³, como também foi capaz de modificar as relações entre os sujeitos e o meio. Os escritos dos cronistas do periódico revelam a proximidade entre literatura e sociedade, onde podemos observar os aspectos da experiência social interferindo sutilmente na produção literária. Mais do que isso, os fragmentos das crônicas mencionadas acima refletem como a cidade era produto de escritas, das imagens do cotidiano desses homens de letras, atuantes na imprensa, na capital norte-rio-grandense.

⁴⁹⁰ O TYROL. *A Republica*. Natal, 04 dez. de 1913.

⁴⁹¹ Para mais informações sobre o bairro Cidade Nova, consultar: SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Por uma “Cidade Nova”*: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014.

⁴⁹² ARRAIS, Raimundo. ANDRADE, Alenuska. MARINHOS, Márcia. *O corpo e a alma da cidade*. Op. Cit. p. 108-110.

⁴⁹³ CASCUDO, L. da C. Coisas da terra. *A Republica*. Natal, 12 set. 1908.

Podemos afirmar que a novidade era a matéria prima da imprensa da cidade do Natal. Por intermédio das páginas dos jornais e das revistas, os homens de letras da capital podiam celebrar as inovações, as mudanças materiais da cidade, o progresso. No decorrer de nossas pesquisas, podemos notar que os literatos estavam entusiasmados com as significativas modificações que a cidade do Natal vivia. Os “melhoramentos”, nome atribuído às transformações na estrutura da cidade, eram exaltados pelos literatos devido à crença de que o caminho que levaria Natal ao progresso e à civilização estava nessas mudanças.

Por sinal, as palavras “progresso” e “civilização” eram recorrentes nas escritas dos homens de letras da cidade do Natal. Seus escritores na imprensa são discursos permeados pela busca do progresso, sempre dando enfoques aos elementos do que significaria uma vida moderna natalense: o bonde, a iluminação elétrica, o cinema, os clubes, os passeios na praia, os times de futebol. Por intermédio dos jornais e das revistas, os escritores exaltavam, comemoravam e reivindicavam os “melhoramentos”, o “espírito do progresso e da civilização” que parecia chegar à cidade do Natal. Retomaremos essa discussão mais a frente.

O gênero literário elencado indica que as contribuições dos literatos à imprensa não significava que o escritor atuasse como repórter, mas por meio da escrita das crônicas. Os poemas, os contos e os artigos completavam o escopo literário que o jornalismo mantinha em suas páginas. Segundo Nicolau Sevcenko, o jornal era a sala de audiência do literato, em que “ali se pronunciavam para o seu público consumidor, através das crônicas, reportagens, folhetins, poesias, críticas, conferências, orientações didáticas múltiplas, desde as vernaculares até as relativas à culinária, moda ou política”⁴⁹⁴.

No entanto, a tribuna imprensa era uma mão de duas vias. Se por um lado, a imprensa periódica era utilizada como veículo para a colocação desses homens de letras, por outro, o literato tinha a certeza de que receberia pelos seus escritos. Não esqueçamos que a imprensa periódica republicana tratava-se de um verdadeiro mercado jornalístico. Esta era uma prática comum à imprensa brasileira. Os jornais da capital federal, por exemplo, acolheram e pagaram por colaborações literárias. Segundo Brito Broca, o literato Olavo Bilac chegou a receber uma quantia de cerca de trinta (30), cinquenta (50) e até sessenta (60) mil réis pelos textos escritos para jornais como *Gazeta de Notícias*⁴⁹⁵.

O pagamento das colaborações literárias era certificado pelo Estatuto do periódico:

Capítulo II – Do órgão oficial

⁴⁹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Op. Cit.* p.104.

⁴⁹⁵ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil 1900. Op. Cit.* p. 285.

Artigo 4

§ único: De acordo com sãs necessidades do jornal, poderão ser contratados auxiliares de redação, dentro dos limites da respectiva consignação orçamentária, pela qual deverão também ser remunerados escritores e publicistas que colaborarem assiduamente no órgão oficial com trabalhos de utilidade geral para o estado, a juízo do governador, mediante proposta do Diretor⁴⁹⁶.

Identificamos que o Decreto número 379 instituíu que as colaborações ao jornal *A Republica* deveriam ser supostamente pagas aos seus colaboradores, categoria que incluíam autores de textos literários ou de propagandas. Infelizmente, não nos foi possível identificar os valores pagos pela folha oficial aos seus homens de letras. Apesar de o decreto oficial pertencer ao ano de 1928, suspeitamos que essa prática já era posta em prática durante as décadas iniciais do século XX.

Os jornais proporcionavam trabalho aos intelectuais mesmo quando se tratava de uma simples rotina de redação, sem nenhum cunho literário. A redação do jornal *A Republica* empregou uma boa parte dos homens de letras da capital potiguar. A estrutura interna no *A Republica* encontrava-se dividida entre diretor, gerente e redator. Durante a República Velha, foram diretores do *A Republica*:

Quadro nº 13 : Diretores do jornal *A Republica*

Nomes	Período
Pedro Velho de Albuquerque Maranhão	1889-1907
Sérgio Barreto	1908
Alberto Maranhão	1909-1913
Eloy de Souza	1914-1923
Manoel Dantas	1923-1924
Dioclécio Dantas Diuarte	1925-1927
Cristóvão Bezerra Dantas	1928-1929
Adaauto Miranda Raposo da Câmara	1930

Os homens listados acima comandaram o mais importante veículo da imprensa do estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 1889-1930. A esses indivíduos couberam algumas importantes funções, tais como: “superintender a redação e publicação do jornal; orientar os redatores, auxiliares de redação e demais subordinados, distribuindo-lhes incumbência, rever produções e trabalhos destes antes de sua composição, contratar pessoal para os serviços de

⁴⁹⁶ O decreto número 379, de 28 de janeiro de 1928, prescreve o estatuto da Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte. O decreto estabelecia, oficialmente, o jornal *A Republica* como órgão dos poderes públicos do estado. Decreto número 379 *Apud* FERNANDES, Anchieta. *Op. Cit.* p. 49 -69.

colaboração⁴⁹⁷. Podemos perceber que a escolha dos colaboradores assíduos, bem como dos colaboradores esporádicos do periódico, dependiam da decisão do diretor.

Os diretores eram auxiliados pela figura do secretário. O secretário do jornal correspondia à segunda pessoa mais importante, depois do diretor. Competia ao secretário do *A Republica*, “entender-se diretamente com o diretor naquilo que achar indispensável à boa marcha dos serviços da redação”⁴⁹⁸. O secretário ainda desempenhava outras tarefas como, por exemplo, orientar os redatores e os auxiliares da redação nos trabalhos diários, devia ter sobre a sua guarda a matéria a ser publicada no periódico, além de fiscalizar os trabalhos de composição e de paginação⁴⁹⁹.

Por último, mas não menos importante, tinha-se a figura dos redatores. Os redatores e auxiliares de redação deveriam ser ofícios desempenhados com zelo e com cautela. Segundo o Estatuto da Imprensa do Rio Grande do Norte, os redatores, auxiliares de redação e revisores deviam “obediência ao diretor e ao secretário, assiduidade ao seu posto de trabalho, recato e discrição e sigilo quanto aos assuntos e matérias de caráter reservado, confiados à redação”⁵⁰⁰. A estrutura interna do jornal *A Republica* demonstra a divisão de trabalho, bem distribuída e bem organizada, como sintoma do processo de industrialização da imprensa no Brasil.

Podemos ainda acrescentar que havia uma hierarquia dentro dessa imprensa, que dava oportunidade aos homens de letras sem deixar de distingui-los em categorias de dirigentes e de subordinados. O que queremos afirmar é que, além das posições divergentes ocupadas na imprensa, a remuneração pelo trabalho também não era equivalente. Observamos a tabela abaixo exposta na obra de Anchieta Fernandes, *História da Imprensa no Rio Grande do Norte*:

Quadro nº 14: Tabela de gratificação mensal (1928)⁵⁰¹

Categoria	Vencimento mensal	Vencimento anual
Diretor	450\$000	5:400\$000
Secretário	350\$000	4:200\$000
Redatores	500\$000	6:000\$000

Analisando o quadro acima, percebemos que os redatores do *A Republica* recebiam salários sutilmente maiores do que os salários recebidos pelo diretor e pelo secretário do jornal. Curiosamente, a hierarquia da estrutura interna do jornal era quase que inversamente

⁴⁹⁷ *Ibid*, p. 51.

⁴⁹⁸ *Ibid*, p. 53.

⁴⁹⁹ *Idem*.

⁵⁰⁰ *Ibid*, p. 62.

⁵⁰¹ *Ibid*, p. 69.

proporcional aos recebimentos mensais desses cargos. Suspeitamos que os redatores gozavam de um maior salário diante da importância e da valorização que o seu trabalho representava para o periódico, já que eram os redatores, e seus auxiliares, que construíram os textos que viriam a formar o *A Republica*.

Entre os redatores do periódico durante alguns anos da República Velha (1891-1900), encontramos nomes importantes e, de certo modo, familiares a esta pesquisa: Pedro Velho, Nascimento Castro, Ferreira Chaves, Alberto Maranhão e Braz Melo, durante o ano de 1891; Pedro Velho, Ferreira Chaves, Alberto Maranhão e Antônio Souza, em 1892; Ferreira Chaves, Alberto Maranhão, Pedro Velho, Eloy de Souza e Augusto Tavares de Lira, de 1892 a 1895; Pedro Velho, Eloy de Souza, Alberto Maranhão e Manuel Dantas, no ano de 1897; em 1898, Alberto Maranhão, Manuel Dantas, Pedro Avelino e Juvenal Lamartine; no ano de 1899, Antônio Souza, Alberto Maranhão, Pedro Avelino, Juvenal Lamartine e Manuel Dantas; em 1900, Antônio Souza, Juvenal Lamartine, Pedro Avelino e Manuel Dantas. Entre 1900 a 1930, alguns desses nomes se repetiram na redação do *A Republica*. Induzimos tais indivíduos como “nomes familiares”, devido à ligação desses intelectuais com o grupo político e familiar Albuquerque Maranhão.

Em contrapartida, se os redatores ganhavam vultosas quantias, o mesmo não podemos afirmar dos auxiliares de redação. Em versos, Silvino Bezerra narrava a condição dos auxiliares da redação do periódico oficial:

É uma lembrança grata
Sob árvore secular,
Vários iam se assentar,
Sem palitô, de gravata,
Na rua Doutor Barata,
Frente ao Armazém Potiguar.

Vendia Moura, num bar,
Café, coalhada e nata
Redatores e gerente –
Manuel Dantas, Zé Pinto,
Eu e Montano na frente
Félix, Viveiros, mais gente...
Isto lembrando, não minto,
A gente saudades sente (...)

Os sinais me ensinou
Da revisão doutor Dantas
E nela me colocou.
(Como esquecer tantas?!)
E no jornal me enfronhou.

Ao convite nos fazer,
 Para a fôlha oficial,
 Disse o fim principal
 Na imprensa algo aprender.
 Tamos dois receber,
 Um vencimento mensal,
 Que ao café do jornal
 mal dava para moer.

Dezesseis mil réis ganhava,
 E no cafã, de coalhada,
 quase doze eu gastava.
 Quantos, porém, não lucrava?
 A boa imprensa trenada
 nais do que dinheiro nos dava⁵⁰².

Os versos acima foram escritos por Silvino Bezerra Neto (1887 -1969), indivíduo que atuou no estado como magistrado, ocupando notáveis cargos, como: tesoureiro da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal, promotor público, procurador fiscal do Tesouro do Estado, juiz de Direito nas comarcas de Mossoró, Nova Cruz, Acari, Caicó, chefe de polícia e, finalmente, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte⁵⁰³. Silvino Bezerra ainda atuou como professor e diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte e lecionou a disciplina de Geografia no Colégio Diocesano Santo Antônio na cidade do Natal. Nas horas vagas, segundo Câmara Cascudo, o bacharel em Direito era “poeta pela captação incessante dos motivos líricos que têm iluminado sua linda existência moral”⁵⁰⁴.

Antes de toda a sua trajetória profissional, mais especificamente entre seus 13 aos 16 anos, Silvino Bezerra Neto foi convidado a desempenhar o cargo de auxiliar de redator no escritório do jornal *A Republica*. Nas palavras do poeta, ele e outro indivíduo – que era conhecido pelo apelido de “Montano”⁵⁰⁵ – foram convidados a incorporar a redação do *A Republica*. Em seus escritos, Silvino Bezerra localiza um ponto de encontro dos redatores do periódico na topografia da cidade: a venda de Joaquim Henrique Moura.

A introdução de Silvino Bezerra, ainda muito jovem, no corpo redacional do jornal foi realizada por Manuel Dantas, que naquela época era redator do *A Republica*. O convite

⁵⁰² BEZERRA, Desembargados Silvino. Nosso ingresso na revisão (1900 a 1903). In: _____. *Reminiscência de Natal de Outrora*. Natal: Tipografia Santa Teresinha, 1963. p. 63-65.

⁵⁰³ CARDOSO, Rejane (Org.). 400 nomes de Natal. *Op. Cit.* p. 711

⁵⁰⁴ CÂMARA CASCUDO *apud* CARDOSO, Rejane. *Op. Cit.* p. 712.

⁵⁰⁵ Infelizmente não conseguimos desvendar quem seria o outro indivíduo convidado a incorporar a redação do jornal *A Republica*. No entanto, o poema escrito por Silvino Bezerra é dedicado a Manuel Dantas, José Pinto, Joaquim Henrique de Moura, José de Viveiros, Félix Bezerra, José Alcino, Ezequiel Wanderley, Bulhões e Fábio Zambotti. Acreditamos que o pseudônimo “Montano” esteja relacionado a um dos quatro últimos nomes citados, uma vez que os nomes de Dantas, José Pinto, Joaquim Henrique de Moura, Félix e José de Viveiros são mencionados no poema.

demonstra que os redatores também poderiam contratar os auxiliares da redação, apesar do Decreto número 379 indicar que estes últimos eram escolhidos pelo diretor do periódico. O poema dá margens para se refletir acerca das contratações realizadas para a redação do jornal do grupo político situacionista. As palavras de Silvino Bezerra podem indicar que as relações sociais interferiam nos contratos de pessoas para compor a redação do periódico de Pedro Velho, uma vez que os auxiliares de redação em 1900 foram retirados de uma roda de amigos frequentada por Manuel Dantas e pelo gerente do *A Republica*, José Pinto.

Nos escritos deixados pelo aprendiz de auxiliar de redator, identificamos o valor do salário ofertado aos cargos de auxiliar como equivalente a dezesseis mil réis. Infelizmente, desconhecemos tanto o valor da gratificação dada aos redatores do *A Republica* no ano de 1900, como ao que esse valor equivalia na época. Logo, não podemos afirmar se o vencimento mensal obtido pelos redatores e auxiliares de redatores correspondiam a salários baixos ou altos. Em contrapartida, por meio dos versos escritos por Silvino Bezerra, suspeitamos que o vencimento mensal do auxiliar de redator correspondia a um pequeno valor, já que o escritor afirma que o pagamento mal dava para pagar as suas despesas, com comidas, obtidas na venda de Joaquim Henrique de Moura.

Contudo, parece-nos que o “rico aprendizado” na imprensa compensava o baixo salário recebido pelos auxiliares de redação. Nesse caso, chamamos a atenção para a importância de ter um emprego na imprensa potiguar. Apesar da pequena gratificação, Silvino Bezerra considera que a imprensa oferecia “mais do que dinheiro” aos seus membros. Ora, ainda que o jornalismo estivesse longe de ser uma profissão bem-remunerada, a razão que levavam esses intelectuais a participar da imprensa não estava, exclusivamente, no interesse econômico.

Havia uma outra motivação, de caráter simbólico, talvez mais importante a ser considerada nas páginas desta dissertação: a procura da notoriedade. É provável que, para um aspirante ao status de homens de letras, a consagração importava mais do que o dinheiro, já que acreditamos que a intelectualidade natalense abordada nesta dissertação corresponde a um grupo social no qual o simbólico vale mais do que o dinheiro. Devido à grande parte desses escritores apresentar uma boa condição econômica, é possível afirmarmos que esse desinteresse econômico era compensado por outras vantagens como, por exemplo, a política.

A imprensa dava a oportunidade de esses homens de letras verem seus nomes ao lado de indivíduos célebres do regime republicano na cidade do Natal. Desse modo, apesar de ser convidado a trabalhar nos “bastidores” do corpo de redação do jornal mais importante à época da capital norte-rio-grandense, o jovem Silvino Bezerra tinha muito o que obter em uma profissão

cuja atuação era ao lado de homens como Manuel Dantas, José Pinto, e, sobretudo, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Além do mais, os mesmos senhores que estreavam o corpo de redatores do *A Republica* também deixaram as suas colaborações literárias nas páginas do periódico. O jornal oficial materializava, em suas palavras escritas, o grupo dirigente político do estado norte-rio-grandense. Na medida em que os homens de letras colaboravam com os jornais ou assumiam postos em suas redações, consequentemente, esses indivíduos passavam a identificar-se com os interesses políticos apresentados pelo grupo dominante. Aqui se dá o caso descrito por Sérgio Miceli: a imprensa também orientava os homens de letras a um exercício político⁵⁰⁶.

4.2 A literatura nos pequenos jornais natalenses

O jornal *A Republica* não ocupou sozinho o universo de periódicos que abriram espaço para a literatura na cidade do Natal durante a Primeira República. Assim como os periódicos da grande imprensa, os jornais e as revistas pertencentes à *pequena imprensa* também tiveram a sua importância na divulgação da literatura dos homens de letras potiguares.

Os pequenos periódicos natalenses apresentavam uma vida curta. Grande parte dos pequenos jornais e das revistas não passavam do terceiro ou do quarto número publicado. Depois disso, desaparecia subitamente de circulação. A vida efêmera desses periódicos pode ser justificada pela dificuldade de impressão dos jornais, pelo alto custo do papel, ou pela manutenção de uma redação onde os jornais e as revistas seriam produzidos. Contudo, essa pequena imprensa também prestou o seu tributo às letras potiguares.

Identificamos um considerável número de periódicos que veiculavam literatura durante a Primeira República na cidade do Natal, entre eles: *O Corrisco* (1888-1889), *O Têntamen* (1889), *O Porvir* (1889-1890), *Tribuna Juvenil* (1890), *Potiguarânia* (1890), *O Santelmo* (1881- 1893), *O Atleta* (1893), *Oásis* (1894 – 1904), *O Eco* (1896), *O Planeta* (1896), *O prisma* (1897), *A Tribuna* (1894-1904), *O Íris* (1897-1898), *O Recreio* (1897), *O Éden* (1897), *Revista do Rio Grande do Norte* (1898-1900), *O Progresso* (1898-1899), *Miscelânia* (1898-1899), *O Álbum* (1902-1903), *O dia* (1903-1905), *O Potiguar* (1904-1908), *O Pylampo* (1905), *O Trabalho* (1905-1907), *Pax* (1907-1908), *Aeroplano* (1915), *Argos* (1912), *A Avenida* (1914), *O Bacurau* (1923), *O Binóculo* (1896), *A Catita* (1898-1899), *O Colegial* (1912), *O Sertão* (1912), *O Dia* (1905), *A Encrenca* (1913), *O Estudante* (1909), *Fon-fon* (1920), *A Hora* (1915), *O Hôrto*

⁵⁰⁶ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Op. Cit. p. 55.

(1909), *O Olofote* (1919), *O Ideal* (1910), *A Ideia* (1924), *O Laço* (1930), *Letras Novas* (1925), *A Luneta* (1922), *A Manhã* (1897), *O Martelo* (1914), *Nossa terra, outras terras* (1926), *O Potengi* (1906-1908), *Potiguar* (1910), *O riso* (1927), *O Sertão* (1912) e *Via Láctea* (1914-1915⁵⁰⁷).

Todos os periódicos acima mencionados traziam no subtítulo o termo “literário”. A expressão “literário” era combinada com outros adjetivos que definiam o conteúdo do jornal: literário e noticioso, literário e recreativo, literário e humorístico. Percebemos que as combinações dos jornais literários potiguares fundados no final do século XIX permaneceram durante a República Velha. Contudo, os periódicos veiculados na Primeira República enfatizavam o caráter “noticioso”. A constante combinação do subtítulo “noticioso e literário” refletia a preocupação que a imprensa tinha em veicular informação, mas também divulgar a literatura produzida pelos natalenses.

Infelizmente, boa parte desses periódicos se perdeu com o tempo. As informações que obtivemos sobre os jornais e as revistas autodefinidos como literários foi possibilitada pelos levantamentos realizados pelos intelectuais Luís Fernandes e Manoel Rodrigues de Melo. Durante a nossa pesquisa, tivemos acesso a um pequeno conjunto desses periódicos do tempo da República Velha. Entre eles, escolhemos para trabalhar, exclusivamente neste tópico, os “órgãos literários, humorísticos e noticiosos” *O Olofote* (1919) e *O Fon-fon* (1920), periódicos publicados na década de 1920 na cidade do Natal.

Observemos a cidade do Natal no ano de 1919: os bondes elétricos trafegando pela cidade e conectando os bairros Alecrim e Cidade Alta; a exibição de espetáculos assistidos no Teatro Carlos Gomes; o advento dos cinemas fixos Royal Cinema e Polytheama; a consolidação plena do telégrafo e o desenvolvimento da imprensa na cidade, viabilizando a rápida comunicação e a difusão das novidades; e a frequência aos demais espaços de reuniões sociais, como os cafês, os bilhares e os clubes esportivos⁵⁰⁸. Temos aqui uma cidade em transformação.

No ano de 1919, Natal encontrava-se no auge de suas transformações⁵⁰⁹. A capital passava por algumas mudanças em suas estruturas físicas, na reformulação de ruas e edifícios

⁵⁰⁷ No decorrer de nossa pesquisa, procuramos identificar todos os jornais e as revistas que se apresentavam como “literários”. As informações foram extraídas de MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da Imprensa do Rio Grande do Norte (1908-1987)*. Op. Cit. E FERNANDES, Luís. *A imprensa periódica norte-rio-grandense (1861-1908)*. Op. Cit.

⁵⁰⁸ ARRAIS, Raimundo et. all. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008. p. 127.

⁵⁰⁹ As obras de melhoramentos na cidade do Natal foram consolidadas principalmente durante as gestões estaduais de Alberto Maranhão (1908-1914) e Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920). Podemos dizer que Ferreira Chaves deu continuidade às obras de embelezamento da capital do Estado com construções públicas e

e na reestruturação na arquitetura da cidade. Entretanto, as medidas de melhoramentos na vida da urbe não alcançou apenas o espaço material, uma vez que a reorganização do físico influenciou mudanças nos sentidos e nos usos sociais do espaço que emergiam das transformações materiais. A estrutura da cidade mudou, e junto com ela mudou também a vida na urbe: os costumes, os hábitos cotidianos, e, sobretudo, a nova forma de olhar e de experimentar a cidade.

Com auxílio da imprensa, a cidade exibiu suas novidades. Desde a grande imprensa da capital potiguar aos pequenos periódicos de vida efêmera, os novos tempos da cidade eram registrados nos relatos de gêneros literários que nos colocam diante das possíveis cenas urbanas da sociedade natalense das primeiras décadas do século XX, como já mencionamos ao tratar das crônicas veiculadas pelo jornal *A Republica*. Os homens de letras, assumindo as posições de escritores-jornalistas, observavam as cenas que se desenrolavam no cotidiano da cidade e as representaram nas colunas dos periódicos matutinos consumidos pela sociedade natalense.

Entre o conjunto desses periódicos encontra-se *O Olofote*, que se apresentava como “órgão literário-humorístico”. O jornal circulou durante o ano de 1919 noticiando as cenas cotidianas na capital. *O Olofote* apresentava dimensões menores do que o *A Republica*, tendo aproximadamente 0,32cm de comprimento e 0,18cm de largura. O jornalzinho era composto por quatro páginas, o que provavelmente possibilitava uma leitura rápida e dinâmica ao leitor potiguar. Ainda que fosse um jornal também de caráter humorístico, o periódico não apresenta ilustrações, sendo todo o seu conteúdo veiculado por meio de textos.

O Olofote circulou semanalmente na cidade do Natal no ano de 1919, saindo às ruas todas as manhãs de domingo. Quanto à sua impressão, sabe-se que o diretor João Leite Cordeiro era tipógrafo. Portanto, é plausível imaginar que o jornalzinho era confeccionado por uma pequena tipografia aos cuidados do diretor. Em 5 de janeiro de 1919, em seu primeiro número, o jornal literário e humorístico se anunciou para a população natalense: “Povo! Eis ahi O OLOFOTE disposto a clarear até as partes que vivem sempre no escuro, até mesmo aquelas que nunca entram luz”⁵¹⁰. Logo, o pequeno jornal se intitulava o “vigia da cidade”, aquele que estava disposto a “iluminar”.

Observando o nome do periódico, *O Olofote*, o vocábulo (h)olofote pode ser definido como “aparelho destinado a projetar ao longe um poderoso feixe de raios luminosos, projetor,

com incentivos à industrialização empreendida na cidade, estabelecendo definitivamente a urbe natalense no século XX. Para melhor entendimento acerca dos governos de Alberto Maranhão e de Ferreira Chaves ver: SOUZA, Itamar. *A República Velha no Rio Grande do Norte. Op. Cit.* p. 328-331 e 332-336.

⁵¹⁰ O MESMO. Artigo de Fundo. *O Olofote*. Natal, 5 jan. 1919.

foco elétrico”⁵¹¹. O título do jornal literário e humorístico nos remete a dois tipos de “iluminação”.

O primeiro tipo diz respeito ao papel da imprensa: ilustrar, ou seja, esclarecer, elucidar, instruir. De acordo com o autor Antoine Compagnon, a ideia de ilustração advém do Século das Luzes. Na opinião do acadêmico francês, a ilustração pode ser definida como um dos poderes da literatura⁵¹², em que, por meio da literatura, o indivíduo se tornaria um ser ilustrado, sendo curado do obscurantismo, das formas de sujeição⁵¹³. A imprensa escrita, desde o século XIX, era adjetivada como “ilustrada”, compactuando assim com os poderes inerentes à literatura. Nesse caso, podemos afirmar que a imprensa escrita, metaforicamente, era a luz, e *O Olofote* se propunha a fazer de seus leitores seres ilustrados, iluminados.

O segundo tipo de iluminação faz alusão à linguagem popular, que também consta na definição do vocábulo, em que a palavra (h)olofote remete-se aos olhos. Os escritos veiculados pelo *O Olofote* nos proporciona a dimensão da função do jornal. O seu objetivo era tornar conhecido os acontecimentos do cotidiano aos olhos dos cidadãos, atuando como um olhar detetivesco na multidão natalense para o qual nenhum detalhe escapava a sua observação.

Temos aqui uma proposição de como os homens de letras atuaram nas páginas do jornal em questão. A óptica do escritor-jornalista de *O Olofote* era a óptica do *flâneur*, que fica a espera de algum acontecimento imprevisto. Ao trabalharmos com a ideia do *flâneur*, encontramos, nos textos produzidos pelos escritores-jornalistas de *O Olofote*, a constituição de imagens da cidade do Natal e de seus autores.

Buscamos identificar as cenas urbanas representadas pelos literatos do periódico produzidas em um processo de “écfrase”, isto é, um conjunto de descrição verbal sobre um objeto visual com a finalidade de situar um lugar, uma pessoa ou uma imagem ante o olho da mente. O historiador da arte William John Thomas Mitchell identifica a “écfrase” como uma das formas para pensar o lugar da visualidade na linguagem ao considerar uma articulação entre texto e imagem⁵¹⁴.

O texto ecfrático é um texto capaz de gerar imagens mentais nos leitores. Sendo assim, a abordagem proposta por Mitchell nos possibilita compreender a descrição e a narração de

⁵¹¹ Definição do vocábulo holofote foi extraída do dicionário que traz a expressão da época, consultar: SILVA, Antônio de Moraes. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editora Confluência, 1953. Vol. 10. 10. ed. p.765

⁵¹² COMPAGNON, Antoine. *Literatura pra quê?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 41. (Tradução Laura Taddei Brandini).

⁵¹³ *Ibid*, p. 23.

⁵¹⁴ MITCHELL, William John Thomas. *Teoria de La Imagen: ensayos sobre representación verbal e visual*. Madri: AKAL, 2009. p. 137.

cenar na urbe registradas nas páginas de *O Olofote* como representações verbais de uma representação visual que, por excelência, é a vivência na cidade. Trata-se de uma construção processual de imagens, no qual as imagens (descritas ou narradas) presentes em *O Olofote* são frutos da visualidade das cenas ocorridas no cotidiano da cidade.

As colunas de *O Olofote* nos convidam a passear com o olhar sobre a cidade, proporcionando uma visão panorâmica da capital potiguar:

Meu Louro, tu que estavas
 No domingo de plantão.
 Diz o que houve demais
 Em nosso belo torrão.
 - Eu vi na rua do Sebo
 Uma moça namorando
 Com um rapaz moreno e gordo
 Que andava passeando.
 - Vi na rua do Apody,
 Um namoro bem danado,
 De uma certa senhoria,
 Com um velho negro e melado.
 Dei uma volta na rua,
 - Fui até o Alecrim
 Vi certo pai reclamando
 Achando a filha ruim.(...)
 Não vi mais nada, Joquinha,
 - Não viu mais nada, meu bem?
 Não senhor, adeus, adeus,
 - Até Domingo que vem⁵¹⁵.

A coluna *Meu Louro?* nos oferece uma visualização panorâmica do que seria a cidade do Natal. No entanto, identificamos nos escritos do jornal o foco que não se fixa em nenhum espaço, mas que sobrevoa e permite uma visão de passagem, um olhar móvel que “visita as principais ruas da capital”⁵¹⁶. A coluna *Meu Louro?* era fixa no jornal, isto é, era publicada todo domingo. O escritor-jornalista responsável pela coluna assinava com o pseudônimo de Gibão e trazia para o diretor João Cordeiro de Leite – apelidado de Joquinha, como referido no fragmento acima – acontecimentos, em forma poética, observados enquanto andava pelas ruas da cidade.

Inicialmente, o que nos chama atenção nesse fragmento extraído é a alusão à imagem do papagaio, chamado informalmente de “meu louro”. O papagaio representa aqui o foco móvel, ou seja, a óptica do *flanêur* que sobrevoa a cidade visitando suas ruas. Podemos identificar nos escritos de Gibão, a menção aos três principais bairros na cidade do Natal em

⁵¹⁵ MEU LOURO? *O Olofote*. Natal, 16 mar. 1919.

⁵¹⁶ *Idem*.

1919: Rua do Sebo, localizada no bairro da Ribeira; Rua do Apody, no bairro da Cidade Alta; e o bairro do Alecrim. Atentamos também para a caracterização desse observador como dotado de uma visão dinâmica. Um olhar que se desloca velozmente pelos três bairros da cidade e compõe imagens fragmentadas do todo.

Podemos afirmar, ainda, que as cenas visualizadas pelo “papagaio”, que denuncia e descreve os namoros, correspondem à exposição do indivíduo na esfera pública. Ao final, o louro deixa a promessa de trazer mais notícias no próximo número do jornal, o que nos dá dimensão da importância do noticiar a respeito do cotidiano da cidade. Desse modo, *O Olofote* produz uma visão panorâmica das cenas da urbe, projetando um campo visual na medida em que as eventualidades observadas eram descritas e narradas no jornal.

Podemos pensar o escritor que colaborava com as colunas de *O Olofote* como a figura do escritor Baudelaire identificado por Walter Benjamin. Para Walter Benjamin, Charles Baudelaire atua no Segundo Império da França como espectador e leitor privilegiado da cena urbana⁵¹⁷. É o escritor quem expressa na imprensa, em diversos gêneros, o viver na cidade. Assim sendo, evidenciamos o poder do olhar na figura do escritor de *O Olofote*, ou seja, a questão do observar, da percepção dos pequenos detalhes de uma cidade em transformação, e, notadamente, a maneira como essa visualização é selecionada e traduzida nos discursos contidos no jornal.

O ato de escrever sobre a cidade e o que se passa nela estão intrinsecamente associados com a questão do olhar do homem de letras. Quando problematizamos a prática de observar a cidade, pretendemos ir além da ideia de uma simples contemplação, de um olhar, de uma produção óptica. Segundo Jonathan Crary, o ato de observar “não significa literalmente ‘olhar para’”. Observar significa moldar a própria ação, cumprir, observar regras, códigos, regulamentos e práticas”⁵¹⁸. Nesse sentido, o intelectual que colaborava para *O Olofote* fazia mais do que simplesmente olhar para os acontecimentos corriqueiros da cidade potiguar⁵¹⁹.

Os homens de letras de *O Olofote* demonstraram-se sensíveis às percepções na cidade do Natal de 1919, que vivia o novo e a novidade. Não pretendemos aqui comparar Natal aos grandes centros atingidos pelo processo de modernização no século XX no Brasil.

⁵¹⁷ BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. In: _____. *Obras escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 12.

⁵¹⁸ CRARY, Jonathan. La modernidad y El problem del observador. IN: _____. *Las técnicas del observador: visión y modernidad en El siglo XIX*. Murcia: CENDEAC, 2008. p. 15-45.

⁵¹⁹ Desenvolvemos uma análise mais aprofundada acerca das mudanças no olhar durante o processo de modernização na capital norte-rio-grandense no artigo: SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. Natal sob olhar de *O Olofote*: cenas urbanas na cidade em 1919. *Revista Cordis – Comunicação, Modernidade e Arquitetura*. Número 8. Jan./Jun., 2012. p. 287-319.

Compreendemos as especificidades do nosso objeto. Entretanto, pensamos que a capital potiguar não se mostrou indiferente às novidades e às ideias insurgentes no Brasil. A frequência aos espetáculos no teatro Carlos Gomes, a ida aos cinemas fixos da cidade, os passeios aos cafés, a busca por diversões nos bilhares, os passeios nos bondes elétricos substitutos dos bondes de burros com o surgimento da eletricidade, os bailes promovidos na cidade, os termos estrangeiros contagiando o dialeto potiguar, os automóveis em circulação, entre outras novidades, modificavam os modos de se viver na cidade, bem como constituíam um observador atento a uma ampla gama de estímulos produzidos artificialmente pelas ruas da cidade do Natal.

O escritor, além de observador, também vivencia os interstícios da urbe, como podemos observar a seguir: “Royal e Polytheama continuam exibindo films de sucesso. No cinema, tivemos a desdita de nos sentarmos junto a robusto jornalista. Desdita sim, pois gentil senhorinha nos olhando cochichou: dois jornalistas! Pelo amor de Deus...”⁵²⁰. O fragmento registrado no jornal expressa a frequência da sociedade natalense aos cinemas fixos instalados na cidade. O cinema Polytheama, surgido em 1911, no bairro da Ribeira, e o cinema Royal, do mesmo ano, localizado na Rua Vigário Bartholomeu, representavam a diversão das massas trazida pelas transformações materiais pela qual passava a cidade do Natal⁵²¹.

Identificamos aqui, não apenas o costume que os escritores do jornal tinham de frequentar os cinemas da cidade, mas o alarde que uma dita moça fez ao identificar dois jornalistas na escura sala de exibição. O escritor-jornalista é o *flanêur* que observa a cena na cidade e os habitantes dela. Pela descrição das mocinhas, a presença do escritor de *O Olofote* é um incômodo. No fragmento extraído acima, alude à relação entre a figura do escritor-jornalista e o bisbilhoteiro da vida na cidade, aquele que lança olhares indiscretos à platéia no cinema na espera de capturar uma cena inusitada nas salas de pouco iluminação.

Esses textos reportam à vivência dos homens de letras na cidade. Logo são escritos que propõem descer à cidade para vivenciar os seus interstícios⁵²². O escritor do jornal frequenta os cinemas da cidade, anda em meio à multidão na cidade, experimentando as novidades. Ao mesmo tempo, um escritor-observador se diferencia da multidão na medida em que passa a observar as cenas. Na tentativa de representar o cotidiano por meio da captura de detalhes exteriores visíveis em um passeio pela cidade, identificamos, nos escritos do jornal, uma tendência a constituir outro tipo de literatura, diferente daquela que estava sendo

⁵²⁰ O OLOFOTE. Natal, 02 mai. 1919.

⁵²¹ ARRAIS, Raimundo. *O corpo e a alma da cidade. Op. Cit.* p. 48.

⁵²² COHEN, Margareth. A literatura panorâmica e a invenção dos gêneros cotidianos. In: SCHWARTZ, Vanessa R; CHARNEY, Leo. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 269.

veiculada nas páginas do jornal pertencente ao grupo político e familiar Albuquerque Maranhão, o *A Republica*. O *Olofote*, por sua vez, constituiu uma espécie de literatura panorâmica, em que o escritor de suas páginas atua como observador panorâmico da cidade.

O gênero difundido por intermédio do pequeno jornal acompanha a transformação da própria literatura veiculada nos periódicos na década de 1920. No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a imprensa brasileira era influenciada pelo modelo do jornalismo francês, que privilegiava a análise e o comentário. No século XX, durante as fases de modernização do jornalismo, a imprensa abriu espaço para a reportagem e a entrevista, assumindo um caráter mais informativo. A modificação da imprensa era um sinal da crescente influência do modelo norte-americano de jornalismo no Brasil.

Assim, a partir de 1920, o jornalismo muda o padrão editorial das publicações, editando com destaque as reportagens que procuravam constituir uma representação ideal da sociedade. Segundo Marialva Barbosa, o novo jornalismo de 1920 abriu espaço para as notícias do dia-a-dia, as tragédias, os desastres, as crônicas literárias e do cotidiano, alimentando as expectativas do público, passou a optar mais pelo gosto dos acontecimentos cotidianos do que pelos romances folhetinescos⁵²³.

Nesse caso, percebemos uma mudança da literatura veiculada nos jornais que partiu dos folhetins às narrativas do cotidiano, uma vez que a imaginação ficcional abriu passagem para o senso de uma realidade jornalística. Todavia, devemos enfatizar que esse senso de realidade jornalística ainda continuava a se valer do ficcional, uma vez que partia de uma realidade supostamente presumida. Não podemos deixar de considerar que, mesmo que partindo de uma suposta realidade, as narrativas veiculadas pela imprensa eram criadas pelos seus escritores.

Infelizmente, não nos foi possível identificar os homens de letras responsáveis pela literatura difundida pelo *O Olofote*. Sua publicação contava com a direção do tipógrafo João Leite Cordeiro e um grupo de redatores denominado “o grupo do meio cento”. Devido ao número de pseudônimos, foi difícil obtermos o reconhecimento da identidade dos escritores potiguares que colaboravam com o jornal.

Na monarquia, o uso do anonimato era comum na imprensa brasileira, devido ao temor à repressão fincada no país durante as décadas de 1800⁵²⁴. Os homens de letras colaboradores dos jornais caricatos e doutrinadores no século XIX precisavam ocultar seus

⁵²³ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 38-39.

⁵²⁴ MARTINS, Ana Luiza. DE LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Paradidático Cultural). p. 42.

verdadeiros nomes devido à censura e à liberdade vigiada, em que o autor e sua escrita estavam sujeitos a responder qualquer tipo de ofensa à religião, ao seu governo e aos costumes da época⁵²⁵. No entanto, mesmo com o fim da censura à imprensa no século XX, alguns escritores que colaboravam em jornais e nas revistas continuaram a fazer uso do anonimato ou do pseudônimo.

No jornal *O Olofote*, por exemplo, todo conteúdo publicado está assinado por pseudônimos. No caso deste jornal específico, pensamos que o uso de pseudônimos pode ser justificado diante da necessidade de estabelecer a dimensão do anonimato do olhar e das críticas veiculada no periódico. Em outras palavras, os redatores de *O Olofote* procuraram manter ocultos os responsáveis pelas écfrases cotidiana veiculadas no jornal.

Na opinião de Brito Broca, “será difícil encontrar escritor que não se servisse dos pseudônimos pelo menos em jornal ou revista”⁵²⁶. Para o filósofo Artur Schopenhauer, o pseudônimo e o anonimato constituem-se no “escudo de toda patifaria literária, introduzido nas revistas literárias com o pretexto de proteger os honrados críticos, os vigias do público contra o rancos dos autores e de seus protetores”⁵²⁷. Já para o teórico da literatura Luiz Costa Lima, o fenômeno do uso de pseudônimo e do anonimato afeta diretamente a autoria da produção literária de formas diferentes. Segundo este autor, enquanto o pseudônimo atribui a criação à obra de outra pessoa, o anonimato, por sua vez, dá ao texto um redator, mas não uma autoria.

Em todos os casos mencionados, o anonimato e o pseudônimo possuem uma intenção em comum: a de retirar toda a responsabilidade daquele que escreve por meio de um sistema de despistamento. Durante as nossas pesquisas, a insistência do uso do anonimato nos incomodou. Para tanto, buscamos diversas explicações para compreender esse fenômeno, aparentemente universal, que também era típico do campo literário potiguar. Identificamos casos nos quais os homens de letras adotavam um pseudônimo quando se tratava de escrever romances, contos, ficções.

Esse era o caso de Polycarpo Feitosa, apelido usado por Antônio José de Melo e Souza, redator e colaborador do jornal *A Republica*. Nesse caso, identificamos em “Polycarpo Feitosa” mais um heterônimo do que um pseudônimo propriamente dito, ou seja, quando o autor assume uma personalidade como se fosse real. O nome Polycarpo Feitosa acaba

⁵²⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil. Op. Cit.* p. 127.

⁵²⁶ BROCA, Brito. O anônimo e o pseudônimo na literatura brasileira. In: _____. *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1957. p. 103-107.

⁵²⁷ SCHOPENHAUER, Artur. *A arte de escrever*. São Paulo: L&M Pocket, 1997. (Tradução de Pedro Sussekind). p. 12.

ganhando vida, tornou-se um romancista da história da literatura potiguar. Quando se trata de escrever artigos relacionados à atividade de advocacia ou sobre sua administração, Antônio José de Melo e Souza assinava os seus textos utilizando o seu nome próprio. Em contrapartida, no que diz respeito às produções literárias, tanto na imprensa escrita como nos romances, a autoria dos escritos de Antônio Souza era atribuída a Polycarpo Feitosa. Suspeitamos que o caso específico do intelectual possa ser explicado pelo divórcio que havia entre as letras e as funções públicas no Brasil. Ficava, portanto, estabelecida uma divisão nítida entre o literato, o romancista Polycarpo Feitosa, e o magistrado, o político, o ex-governador Antônio Souza.

Além de Antônio Souza, outros homens de letras também recorreram à prática. Raimundo Nonato e Osvaldo Lamartine produziram a obra *Pseudônimos e iniciais potiguares*⁵²⁸ em que os dois escritores fornecem-nos uma lista de A a Z com nome dos homens de letras da cidade do Natal e seus respectivos pseudônimos. Dessa lista, selecionamos alguns nomes de personalidade conhecidas à literatura potiguar entre os anos de 1889 a 1930:

Quadro nº 15 – Escritores potiguares e seus respectivos pseudônimos (1889-1930)⁵²⁹

Nomes	Pseudônimos
Auta de Souza	Hilário das Neves, Ida Salúcio
Aurélio Pinheiro	Estanislau Pamplona, A., Aureo Pinho
Alberto Maranhão	Zeferino Arruda
Antônio Souza	Polycarpo Feitosa, Francisco Macambira
Eloy de Souza	Jacinto Canelala de Ferro, Y.
Ezequiel Wanderley	Juquinha das Mercês, Eduardo Worms, João do Norte
Francisco Palma	Flávio Pompílio, Tancredo Solidão
Henrique Castriciano	J. Cláudio, Erasmo Van Der Does, Rosa Romariz, José Capitolino, Mário do Vale, Alex César, José Braz, Frederico Menezes, H. C.
Jaime Wanderley	You-you, Jaqueline, Jaquete, Paraguassu, Gláucio, Adroaldo, Jaqueline
Jorge Fernandes	Felix Fedelis
José Pinto	Lulu Capeta, Zé Fernandes, Epaminondas
Carolina Wanderley	Lili, Elmano, Dineze, Jessy, Carol
Luís da Câmara Cascudo	Paulo Zoia, Danton de Castro, Exalmir, L. da C. C.
Otoniel Menezes	Otílio Melo, Titó, Lídio Melo, Trajano, Olímpio Melo
Pedro Velho	Nemo
Sebastião Fernandes	Oscarlino D'Erbal
Segundo Wanderley	Abelha Mestra, Mário

⁵²⁸ Informações extraídas de SILVA, Raimundo Nonato da. LAMARTINE, Osvaldo de Farias. *Pseudônimos e iniciais potiguares*. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

⁵²⁹ *Idem*.

Raimundo Nonato e Osvaldo Lamartine identificaram aproximadamente 143 escritores norte-rio-grandenses e seus respectivos pseudônimos. Em algumas ocasiões, como podemos perceber, os autores recorriam ao uso de suas iniciais para maquiar a autoria das produções literárias. Em outras, os literatos recorriam a dois ou mais codinomes. A recorrência ao uso de pseudônimos e de anônimos pode ser justificada como necessidade em separar a literatura da vida civil, principalmente quando se trata de gêneros como romance. Sendo assim, o fenômeno dos pseudônimos assume outro motivo diverso daquele que os determinavam anteriormente no período imperial.

Percebemos que o uso de pseudônimo e do anonimato ocorria tanto nos periódicos da grande imprensa, como também nos pequenos jornais e revistas. No caso de *O Olofote*, as colunas eram assinadas pelos mais variados codinomes: Secagaz, Brenda, Xibilaia, Lino, Lalaia, Gibão, Saca-trapo, Moacyr, Benjamin, Fabio Zambrotti. Outra justificativa para o uso de pseudônimos pode estar relacionada ao número de periódicos para os quais os homens de letras destinavam as suas colaborações. Em outras palavras, era comum que os literatos escrevessem em várias revistas e jornais ao mesmo tempo, desse modo, os escritores recorriam a dois ou mais pseudônimos para mascarar a personalidade a fim de evitar os possíveis inconvenientes que poderia ser gerados devido a essa atuação simultânea. O caso do pseudônimo do jornal *O Olofote*, Fabio Zambrotti, pode ser um exemplo de como essa situação se aplica.

Identificamos o codinome Fabio Zambrotti em outro jornal literário, da mesma época, publicado na cidade do Natal, a saber *O Fon-fon* (1920). O jornal autointitulado “litero-humorístico” circulava semanalmente. O seu primeiro número saiu no dia 26 de setembro de 1920. O periódico era impresso no Ateliê M. Victorino, localizado na Rua 21 de Março, no bairro Cidade Alta. O jornalzinho teve vida efêmera, visto que o seu último número foi publicado em 24 de outubro de 1920. Portanto, quando *O Fon-Fon* foi publicado, em 1920, o jornal *O Olofote* já não existia mais no cenário da imprensa natalense.

Fabio Zambrotti, que era um dos colaboradores de *O Olofote*, aparece no periódico *O Fon-fon* como diretor desse jornal. No que diz respeito ao conteúdo veiculado pelo *O Fon-Fon*, observamos certa similaridade com a proposta difundida pelo *O Olofote*. Assim como *O Olofote*, existiam poucas as colunas fixas no jornal *O Fon-fon*, o que pode indicar que ambos periódicos contassem com a colaboração de diversos escritores. As descrições e as narrações da cidade do Natal também pulularam nas páginas de *O Fon-fon*. O pequeno jornal litero-humorístico também divulgava:

Foi visto o cabriolé,
quinta-feira na retreta,
correndo em volta da praça
e fazendo pirueta.

Segundo tivemos informação, o nosso diretor, vai mandar comprar para cada um dos redatores, um carrinho da qualidade daquele que deu passeio de meia hora na 'Praça 7'.⁵³⁰

Os redatores de *O Fon-fon* descreveram sobre certo proprietário e seu cabriolé fazendo curtos passeios pela Praça Sete de Setembro, localizada no bairro da Cidade Alta. O passeio do cabriolé na praça aparece na primeira página do 1º número do jornal, o que nos dá dimensão acerca da importância atribuída ao acontecimento. A cena foi anunciada com notoriedade para os leitores potiguares, dedicando-lhe um espaço nobre no jornal.

No ano de 1920, a cidade do Natal continha poucos automóveis. A abundância do veículo na capital norte-rio-grandense só é identificada após a década de 1940⁵³¹. O cabriolé, uma espécie de automóvel sem capota, era a grande novidade. A propósito, o nome do jornal, *O Fon-fon*, fazia alusão a essa novidade. O nome do periódico indica a onomatopéia produzida pela buzina do automóvel. Por conseguinte, a novidade, os novos tempos de mudanças da cidade do Natal, já vinha sendo anunciado no título do jornal. Ainda sobre a notícia destacada, é plausível que o proprietário do automóvel, cujo nome não foi mencionado, fosse alguém que gozava de uma boa condição financeira na cidade. Devemos chamar atenção, também, para o espaço da praça. A Praça Sete de Setembro, localizada no bairro Cidade Alta, é entendida como ambiente de fluxo, destinado aos passeios dos transeuntes natalenses. Melhor espaço para exibição não haveria de ter.

Nos escritos de *O Fon-fon* observamos a exaltação a outro símbolo dos novos tempos na capital, do desejo de consumo da população natalense: o automóvel. Novamente identificamos nesse escrito a éfrase, que descreve a visualização do passeio do automóvel, tomando-a como novidade na cidade. Concomitantemente, a notícia também tende a transmitir em palavras a visualidade da cena para os leitores que não puderam presenciá-la. Os olhares dos escritores colaboradores de *O Fon-fon* também invadia a vida privada potiguar, como podemos observar abaixo:

Successo! Mulher que espanca!

⁵³⁰ O FON-FON. Natal, 26 mar. 1920.

⁵³¹ ARRAIS, Raimundo. *O corpo e a alma da cidade. Op. Cit.* p. 53.

Hontem ás 14 horas, encontrando-se madame Simôa com o jovem Lagarta Rosada, este confessou-se bastante mal satisfeita com este, por saber que elle havia dito à Jósefa Ponga, que madame Simôa tinha sempre uma conversa fiada com um caixeiro da Nova Aurora, o mais formoso daquelle punhado de insetos. Madame disse estar injuriada e que aquilo era uma infâmia, demais podia offender a sua honra pessoal. Houve uma calorosa discussão e d. Simôa depois de algumas trocas de palavras, agarrou o Lagarta e... foi com elle ao barro⁵³². (*grifo do autor*)

As letras em negrito refletiam o aparecimento de uma imprensa inteiramente sensacionalista. A notícia acima veiculada em *O Fon-fon* evidencia a característica inerente ao novo jornalismo no regime republicano: o sensacional. O jornalismo, a partir da década de 1920, fazia do escândalo, das notícias policiais e dos dramas do cotidiano o destaque de seu conteúdo. O número de 10 de outubro de 1920 tinha escolhido o drama de um esposo, que apanhou de sua mulher, e o transformado em notícia na capital norte-rio-grandense. No mesmo número, mais precisamente localizado na nota de rodapé do jornal, *O Fon-fon* anunciava o próximo escândalo a ser veiculado em seu periódico: “No próximo domingo: o escandaloso namoro na Rua Amaro Barreto”⁵³³.

Podemos perceber que as personagens da notícia, dona Simôa, o jovem Lagarta Rosada e Jósefa Ponga assumem um tom de ficcionalidade. A notícia de *O Fon-fon* é revestida também de certo humor, provavelmente a fim de responder às expectativas de um público que já não se contentava mais com a estrutura das narrativas dos romances folhetinescos. A propósito, a estrutura das narrativas das notícias lembra a dos romances dos folhetins, muito embora que as personagens desses fragmentos façam alusão a uma realidade conjecturada.

O que queremos afirmar aqui é que o elemento principal para compor esses tipos de notícias era o escritor, que assumia a posição de repórter. Contudo, a posição de repórter constituía uma ocupação informal dos escritores da imprensa, uma vez que o cargo de repórter só foi oficializado na imprensa norte-rio-grandense a partir de 17 de maio de 1931, através do decreto número 168 do Regimento Interno da Imprensa Oficial, que tinha o seguinte teor:

Capítulo II

Dos horários iniciais d'A REPUBLICA e obrigações diversas.

Art. 2º - Os expedientes d'A REPUBLICA obedecerão aos seguintes horários:

§1º - Para a redação: de 13 às 18 e de 20 às 23 e meia horas;

§ 2º Para a gerência: de 12 às 17 e de 19 às 21 e meia horas podendo esses expedientes, em caso de necessidade, serem prorrogados, a juízo do Diretor

⁵³² MULHER QUE ESPANCA! *O Fon-fon*. Natal, 10 out. 1920.

⁵³³ *Idem*.

(...) Art. 6º - Os repórteres farão o serviço de reportagem na cidade, pela manhã devendo comparecer à redação impreterivelmente no começo do primeiro expediente para a entrega das suas tarefas, voltando à rua para colherem novas reportagens, e, ao trabalho, às 15 horas⁵³⁴.

O escritor-jornalista, quando assumia a função de repórter, era um verdadeiro bisbilhoteiro. Era aquele que circulava por diversos bairros da cidade durante o dia em busca de diversidade, privilegiando as descrições *in loco* das supostas cenas do cotidiano da capital potiguar. Assim, o escritor acompanhava as mudanças impostas pelo jornalismo industrial, era conduzido pelas transformações em que a própria literatura, veiculada nos jornais e nas revistas, não conseguiu ficar impune. Desse modo, os escritores tiveram que se adequar às novas imposições do jornalismo da década de 1920.

Esses pequenos jornais literários atuaram como receptor das transformações da cidade moderna, difundindo e veiculando o ideário do moderno no cotidiano da cidade. Gostaríamos de colocar uma questão: seriam essas narrativas construídas exclusivamente de exaltação, de celebração às mudanças materiais que acometiam a cidade do Natal? Observemos as duas pequenas notícias que se seguem:

O matuto foi ao cinema e disse: - Seu Leal, o seu cinema é muito bom. Mas se o senhor não apagasse as luzes na hora da exibição seria melhor⁵³⁵.

Eu passando pela praça 7, tive a infelicidade de ver uma couza, com a qual me ri tanto que ainda estou com vontade de me rir: - Uma dessas nossas pretenciosas estudantes, encontrando uma amiga no passeio saúdo-a da seguinte forma: - Bom suítes mão na minha, como perseval? -Tres briant, e tê briant... Agora os leitores, vejam a que ponto xegou a pretensão da língua alheia⁵³⁶.

No primeiro fragmento, o escárnio com que o periódico representa o matuto que frequenta o cinema é utilizado para falar sobre as salas de cinemas, propositalmente, mal iluminadas. A frequência aos cinemas obviamente não fazia parte do dia a dia do matuto, já que o cinema, também um dos símbolos da diversão da massa proporcionada pelos tempos modernos na cidade, era de uso direcionado aos seus habitantes “civilizados”. No segundo, o jornal ridiculariza a deturpação dos termos franceses no dialeto natalense na fala da estudante que conversava com a amiga na Praça Sete de Setembro, localizada no bairro da Cidade Alta.

⁵³⁴ Regimento Interno da Imprensa oficial, decreto nº 168 *apud* FERNANDES, Anchieta. *Op. Cit.* p. 66-67.

⁵³⁵ O OLOFOTE. Natal, 23 jan. 1919.

⁵³⁶ O OLOFOTE. Natal, 08 fev. 1919.

O Olofote fazia uso do humor para compor as suas notícias. Portanto, identificamos que a sátira de cenas urbanas como essas não são minorias dentro do jornal. Se afirmamos que *O Olofote* veiculava em suas páginas elementos inerentes ao processo de modernização da cidade do Natal em 1919 ao dar foco à notícia a respeito do cotidiano, percebemos também que o mesmo jornal teceu críticas aos usos e aos costumes introduzidos por ela. Os posicionamentos diferentes, entre apoios e chacotas direcionadas às inovações emergentes na cidade expressam a possibilidade de existirem distintos posicionamentos assumidos por cada um desses escritores dentro e fora do campo intelectual potiguar⁵³⁷.

A sátira das cenas do matuto que vai ao cinema e da estudante que fala em termos afrancesados na Praça Sete de Setembro, por um lado, pode ter provocado risos em seus leitores, por outro, as mesmas chacotas poderiam instigar outros tipos de reflexões. O cinema, símbolo do moderno, pode representar a exclusão social, no qual os ingressos eram mais caros a custos do que a aquisição de livros e de jornais⁵³⁸. É plausível que, no escrito do matuto no cinema, *O Olofote* esteja criticando também o provincianismo natalense: uma cidade que deseja ser moderna, que experimenta os elementos dessa modernização, mas que ainda precisa modificar os seus usos, suas condutas e seus comportamentos nesses novos espaços.

Os termos da língua francesa, nos primeiros anos do século XX, encontravam-se difundidos tanto na literatura jornalística que circulava pela cidade, quanto nos dialetos e gírias do corpo social da capital potiguar. *O Olofote* ridiculariza o uso da língua alheia que deturpa o dialeto natalense. É importante que percebamos que as palavras de origem francesa – “bon nuit, mon amour”, entre outras – são pronunciadas de maneira desvirtuada pelas mocinhas natalenses, deturpando tanto o dialeto local como o dialeto alheio.

A sátira que caçoa do uso dos termos franceses pela estudante, talvez buscasse fazer transparecer novamente o caráter provinciano por meio da ridicularização da deturpação do dialeto natalense pela língua francesa. Ou ainda os escritores de *O Olofote* chamam atenção

⁵³⁷ O campo intelectual no qual estavam inseridos os homens de letras da cidade do Natal expressa, em situações como essas, a sua complexidade. Reiteramos que, o campo intelectual não apresentava uma característica homogênea, uma vez que detectamos discórdias, disputas e oposições. A historiadora Magali Gouveia Engel exemplifica como esses posicionamentos divergentes podem ser identificados no que diz respeito ao posicionamento de escritores cariocas, como Olavo Bilac, Lima Barreto, João do Rio e Coelho Neto, sobre as reformas de políticas públicas promovidas na capital federal no início do século XX. Para mais informações, ver: ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais, as habitações populares e as políticas públicas na capital republicana (fins do século XIX e início do século XX). In: ENGEL, Magali Gouveia. CORRÊA, Maria Leticia. SANTOS, Ricardo Augusto dos. (Org.). *Os intelectuais e a cidade – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 143.

⁵³⁸ LUCA, Tânia Regina de. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 252.

para uma resistência ao afrancesamento da cidade do Natal, ainda que essa mesma cidade apresentasse uma obsessão pelo progresso e civilidade da cidade-modelo: Paris.

A opção dos redatores do jornal *O Olofote* por produzir uma imagem que satirize as práticas da vida na cidade moderna é compreendida, evidentemente, pelo objetivo de alegrar o seu leitor. Não obstante, devemos considerar também a existência de uma consciência crítica dentro da produção de imagens utilizando o artifício linguístico do humor. Devemos conceber o cômico e a paródia como dotados de um profundo sentido filosófico. O riso é um ponto de vista particular sobre a experiência, não é menos profundo que a seriedade⁵³⁹. No entanto, a recorrência ao cômico em *O Olofote* possui uma finalidade ambivalente, ou seja, um riso alegre destinado a divertir, ligeiro, e, o mesmo riso, com profundo valor de concepção de mundo.

Portanto, o que impede que aquele que ri estivesse dizendo a verdade? Descrever e narrar a vida na urbe natalense e seus atores recorrendo, algumas vezes, ao cômico, não significa contemplar as cenas urbanas de forma menos profunda do que a que se daria na seriedade de *A Republica*, por exemplo. É importante enfatizarmos que o recurso cômico não apareceu durante a República, mas foi nela que este se intensificou e ganhou novas dimensões. Os jornais *O Olofote* e *O Fon-fon*, por exemplo, faziam parte do conjunto de jornais literário-humorísticos em circulação na cidade do Natal no século XX.

De acordo com Elias Saliba, o recurso cômico não era apenas pouco difundido em razão da inexistência dos meios de difusão. É preciso considerar também que havia um disfarçado desprezo da cultura em geral pela produção humorística⁵⁴⁰. Apenas admitia o “bom riso”, não o humor que atacasse frontalmente algo ou alguém. Quando isso acontecia, a produção satírica era colocada nas margens do universo literário. Em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, os homens de letras que se destinavam ao humor eram estigmatizados e acusados de não fazer literatura. Sendo assim, a produção satírica acabava por ser alocada nas margens.

No que concerne aos escritores-jornalistas dos jornaizinhos natalenses analisados aqui, ainda não podemos afirmar sobre a existência de uma estigma ou uma marginalização desses

⁵³⁹ Segundo Mikhail Bakhtin, o riso é capaz de revelar uma concepção de mundo ainda que faça uso do humor para isso. Bakhtin, analisando ritos, espetáculos, festas, obras cômicas orais ou escritas e outras manifestações da cultura popular, procura elaborar uma visão do mundo marcada pelo riso, pela subversão dos valores oficiais, por meio de uma leitura de François Rabelais. Para mais informações, consultar: BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. p. 57.

⁵⁴⁰ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Rio: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 15.

homens de letras, uma vez que desconhecemos os seus nomes. Novamente o uso de pseudônimo e do anonimato ajudavam os escritores a encobrir as suas identidades. Quem eram esses sujeitos que criticavam os novos elementos modernos da capital norte-riograndense por meio do humor? Será que os escritores dos periódicos da pequena imprensa consistiam em um novo grupo de literatos emergentes na cidade? Ou será que esses codinomes pertenciam a personalidades já consagradas no meio literário potiguar? Infelizmente, nos resta fazer apenas vagas especulações.

Mas, e quanto aos poemas, aos contos e aos romances, aos “velhos” gêneros literários difundidos nesses veículos da pequena imprensa potiguar? Tanto *O Olofote* como o jornalzinho *O Fon-fon* veicularam, ao lado de suas notícias sensacionalistas, outros gêneros textuais vinculados à literatura:

Foi embora de uma vez
E me deixou só, só cá...
Quem nesta terra querida,
tanto me fez amá...

Adeus “cara” de minh’alma,
Sê feliz por onde andares,
Que chorando ficarei
Bem longe dos teus olhares⁵⁴¹.

Em 17 de outubro de 1920, *O Fon-fon* divulgou, em primeira página, o breve poema escrito por seu diretor Fabio Zambrotti. O jornal *O Olofote* também divulgava crônicas e contos em meio a suas publicações como, por exemplo, o *Conto Amoroso*, em que se narrava a história da paixão de João Tibúrcio Fragozo pela filha de um capitão, o João Gadelha da Silva⁵⁴². Desse modo, os redatores e os colaboradores dos periódicos também faziam uso dos jornais para divulgar as suas produções literárias.

É possível que jornais como *O Olofote* e *O Fon-fon* não tivessem o poder de consagração dos grandes veículos natalenses como, por exemplo, o *A Republica*. Contudo, publicar textos literários nas páginas dos jornais menos expressivos era ainda uma boa oportunidade para aqueles que aspiravam serem escritores, ainda que fossem literatos das horas vagas. Apesar dos espaços dedicados aos gêneros literários de outrora, a primazia das colunas que compunham *O Olofote* e *O Fon-fon* traziam como temas o cotidiano da capital potiguar. Desse modo, *O Olofote* e *O Fon-fon* são exemplos de como os escritores da cidade

⁵⁴¹ ZAMBROTTI. Sodade. *O Fon-fon*. Natal, 17 out. 1920.

⁵⁴² Acreditamos que os nomes que aparecem na narrativa são fictícios. Para consulta, ver: CONTO AMOROSO. *O Olofote*. Natal, 16 jan. 1919.

do Natal foram utilizando-se da imprensa, oferecendo colaborações, difundindo suas produções literárias, expressando opiniões críticas ou, mesmo, narrando e descrevendo as cenas urbanas da cidade do Natal.

Evidenciamos como os veículos midiáticos menos expressivos também buscaram participar do universo da imprensa natalense que difundia a literatura. No entanto, houveram outros periódicos exclusivamente de caráter literário que proporcionaram um largo espaço à divulgação da literatura potiguar: as revistas literárias. E é sobre elas que nós dedicamos o último tópico deste capítulo.

4.3 “*A nossa missão é a instrução*”: literatura potiguar na revista *Oásis*

As revistas literárias possuíam um caráter exclusivamente voltado para as letras. Ainda que apresentassem um cunho de mundanismo, esses instrumentos midiáticos proporcionavam um maior espaço à difusão da literatura. As revistas literárias constituíam-se em empreendimentos economicamente mais frágeis, se comparados aos jornais, por apresentarem propostas mais específicas, vinculadas a pequenos grupos de literatos. Tanto os jornais como as revistas se debruçavam sobre um tempo acelerado. Todavia, diferentemente dos jornais, as revistas literárias eram marcadas por uma escrita dinâmica e também reflexiva. Para Mônica Pimenta Velloso, as revistas se esforçavam para captar uma realidade e torná-la objeto de reflexão⁵⁴³.

Portanto, para encerrar o debate desenvolvido neste capítulo, optamos por discutir o que se apresentava, no sistema literário potiguar, como outra alternativa para a atuação dos homens de letras natalenses e para a difusão da literatura. Assim como os jornais, as revistas literárias possibilitam a análise do movimento de ideias que conformam uma época, e, ainda nos dá dimensão das pequenas vivências da literatura potiguar no período estudado. As revistas atuam como ambientes que manifestam projetos, na medida em que tornam possível a circulação de ideias e revelam nomes, talentos, aspirantes a homens de letras. Sendo assim, boa parte dos textos literários, dos ensaios políticos, apareceram também nessas revistas literárias.

Segundo a historiadora Tânia Regina de Luca, as revistas literárias brasileiras, na maioria das vezes, apresentavam uma sobrevida, sofrendo do “famigerado mal de sete números”⁵⁴⁴. Nas palavras da historiadora, as revistas literárias publicadas no Brasil durante os anos de 1916-1944

⁵⁴³ VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia de. VELLOSO, Mônica Pimenta. LINS, Vera. *O moderno em revista: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 43.

⁵⁴⁴ DE LUCA, Tânia Regina. *Op. Cit.* p. 125.

acabavam não avançando muito além da data de lançamento. No espaço midiático da cidade do Natal, a revista literária *Oásis* obteve um notável destaque, tanto no que diz respeito a sua durabilidade, quanto acerca da sua atuação no campo literário potiguar.

A revista literária *Oásis* foi fundada no ano de 1894, como periódico “litterário e noticioso” pertencente ao *Le Monde Marche*, associação literária mencionada no primeiro capítulo desta dissertação. O periódico possuía as dimensões de 0,35cm de comprimento x 0,24cm de largura. Inicialmente, a *Oásis* foi impressa na Tipografia Central. Com o passar dos anos, a revista literária também foi impressa nas oficinas tipográficas de *O Diário do Natal*, da *Gazeta do Comércio*, de *O Século*, até que, finalmente, estabeleceu a sua própria tipografia, no ano de 1900, na Rua Voluntários da Pátria, número 1⁵⁴⁵.

A oficina tipográfica da *Oásis* era simples, sendo composta por três caixas de tipo e um prelo manual. O seu escritório de redação funcionava em um espaço alugado ao preço de dez mil réis por mês. Nas palavras de Pedro de Alcântara Pessoa Melo, que em 1904 era redator da *Oásis*, a redação da revista era composta por “uma mesa, um armário, quatro cadeiras e alguns caixotes”⁵⁴⁶. Ainda, segundo o ex-redator, o grupo se reunia todas as tardes para produzir a revista literária do *Le Monde Marche*.

As revistas literárias aglutinavam intelectuais reunidos em torno de uma ideia comum. De acordo com a historiadora Mônica Pimenta Velloso, esses periódicos funcionavam como verdadeiros microcosmos no interior do qual os intelectuais organizavam suas redes. A *Oásis* aglutinou um leque de nomes que passaram por suas páginas, ora dirigindo a revista, ora colaborando com o periódico. Entre eles, podemos citar: Benevuto de Oliveira, José Próspero, Carlos L’Eraistre, Rodrigues Leite, Segundo Wanderley, Henrique Castrociano, Pedro Viveiros, Alfredo Carvalho, Auta de Souza, Maria Carolina Wanderley, Luiz Lobo, José Barbosa, Luís Trindade, Francisco Palma, Celestino Wanderley, Urbano Hermilo, Augusto Wanderley, Ferreira Itajubá, Antônio Marinho, Ezequiel Wanderley, Galdino Lima, Sebastião Fernandes, Teófilo Marinho, Cornélio Leite, Érico Souto, Luís Tôres, Odilon Amintas, José Alcino, Antônio Soares, Hervêncio Mariano, Uldarico Cavalcanti, Alfredo Seabra, Lourival Açucena, Elias Souto Filho, Pedro Pessoa de Melo, Aurélio Pinheiro, João Cânciao, Joaquim Pinheiro, Ana Lima, Raul Fernandes, Pedro Amorim, Cícero Moura, Adalberto Peregrino, Barôncio Guerra e Tomás Salustino⁵⁴⁷.

⁵⁴⁵ A IMPRENSA NORTE-RIO-GRANDENSE. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1908. V. 1. Parte 2. p. 344-345.

⁵⁴⁶ MELO, Pedro de Alcântara Pessoa. *Op. Cit.* p. 11.

⁵⁴⁷ FERNANDES, Luís. *Op. Cit.* p. 34-35.

A publicação da *Oásis* era regular. O periódico ia às ruas natalense duas vezes por mês. Sua assinatura custava um (1) mil réis, que equivaliam a três meses de assinatura e deveriam ser pagos adiantados⁵⁴⁸. A duração da assinatura, trimestral, pode indicar o caráter perene das revistas literárias assinalados pela historiadora Tânia Regina de Luca. No entanto, a *Oásis* surpreendeu aqueles que acreditavam no “mal famigerado dos setes números”. A revista literária da cidade do Natal viveu por dez anos, de novembro de 1894 a dezembro de 1904.

Em 15 de novembro de 1894, o grupo de redatores formado por Bevenuto de Oliveira, José Próspero e Carlos L’Eraistre tornou público a que motivos a *Oásis* veio:

Soltamos hoje às ruas da publicidade o *Oásis*, que nada mais significa do que o produto do nosso acurado esforço, de nosso amor ingente pela sagrada causa da instrução. O *Oásis* pois, que nada mais é do que uma diminuta parcella, uma insignificante faúlha desse grande mecanismo jornalístico do paiz, para nós verdadeira caravana a divagar em áridos deserto, será o aprazível logar que nos conforta e orienta para chegarmos ao termino da nossa jornada. Litterario e noticioso, o *Oásis* será completamente alheio às questões políticas, sendo o seu objetivo principal a instrução⁵⁴⁹.

Observamos que a instrução é sustentada como causa principal da existência do grêmio, como objetivo a ser perseguido pelos membros do *Le Monde Marche* e, conseqüentemente, pelos redatores da revista *Oásis*. Em seu segundo número, a *Oásis* define quais seriam os poderes de um povo instruído: “na instrução que, a semelhança do lapidário, tira á intelligencia todas as falhas, para deixal-a com o seu brilho magestático e sublime, illuminando as trevas do pensamento, é o novo sol que esclarece o entendimento”⁵⁵⁰.

A instrução, nesse caso, pode ser analisada por duas vias. A primeira interpretação, que já foi discutida nas páginas dessa dissertação, condiz com o propósito redentor da imprensa, em que o jornal porta a tocha regeneradora que desfaz as trevas, ilustrando os seus leitores. Segundo Robert Schwarz, o propósito da imprensa era deleitar e, sobretudo, instruir, adotando uma espécie de intenção emancipadora que combinavam folhetim, conhecimentos gerais, união nacional, coluna social⁵⁵¹. Portanto, a *Oásis* objetivou cumprir a nobre missão de tornar os seus leitores seres mais ilustrados.

Por outro lado, podemos interpretar a missão da revista literária como uma ação interesseira. A instrução, ou seja, a elevação intelectual do homem, também pode estar

⁵⁴⁸ OASIS. Natal, 15 nov. 1894.

⁵⁴⁹ OASIS. Natal, 15 nov. 1894.

⁵⁵⁰ OASIS. Natal, 22 nov. 1894.

⁵⁵¹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: formas literárias e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 61.

relacionada a um propósito educacional. Em 3 de dezembro de 1895, a *Oásis* lançou uma curiosa sugestão:

A criação de um estabelecimento de ensino para tenra mocidade. Trata-se de um estabeceler entre nós um collegio onde deverá ser ministrado o ensino primario e seccundario, máxime o ensino de nossa religião – tão útil – quanto necessária e proveituosa a educação da mocidade, e que é a baze fundamental de todos os princípios⁵⁵².

De acordo com o fragmento acima, a revista literária propunha a criação de uma escola que deveria abarcar os ensinos primário e secundário. Questionamo-nos qual seria o propósito dessa sutil sugestão veiculada no periódico com o título de *Faça-se a luz!*. O grupo de literatos necessitava da formação de um público leitor para que as suas produções literárias fossem consumidas. Para tanto, não é de se estranhar que os homens de letras fossem os principais motivadores da ideia de instrução, de educação, da erudição, de modo que esse público obteria o grau de erudito por intermédio da literatura veiculada na *Oásis*.

O fragmento ainda enfatiza que, dentro da instituição escolar, seria relevante o ensino da religião católica, “para que possamos compreender os mysticos segredos que se prendem a natureza, é preciso sermos guiados pela nossa intelligencia à ideia de um ser sobrenatural, a ideia de um Deus de nossa criação, redempção e salvação”⁵⁵³. Segundo os redatores de *Oásis*, a iniciativa foi sugerida pelo bispo da diocese Aducto Aurélio de Miranda Henriques que encontrou “franco acolhimento e aprovação no Exm. Sr. Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, digníssimo governador deste Estado”⁵⁵⁴.

Em sua autoapresentação, realizada pela revista literária, o periódico se proclamava “litterario e noticioso” e “fora do interesse político”. No entanto, seria esse afastamento político, de fato, uma posição da revista literária *Oásis*? Literatura e política correspondiam a campos realmente apartados? Seria possível, de fato, uma separação entre literatura e política? A proposta apresentada pelo artigo *Fiat Luz!* parecia responder aos nossos questionamentos pertinentes...

A sugestão vinda dos literatos potiguares em se criar uma escola, com ênfase no ensino católico, nos causou estranhamento. Parece-nos que a proposta contradizia a característica anticlerical sustentada por uma juventude adepta das correntes evolucionistas, com decorrências deístas, agnósticas, ou mesmo ateístas. Em outras palavras, o que queremos afirmar é de ser curioso, o fato dos homens de letras da cidade do Natal, influenciados pelas

⁵⁵² FIAT LUX!... *Oasis*. Natal, 3 dez. 1895.

⁵⁵³ *Idem*.

⁵⁵⁴ *Idem*.

ideias tributárias da filosofia das luzes, proporem tal sugestão. Entretanto, percebemos que a prática em contrapor-se às visões anticlericais dos ideais republicanos já era uma prática comum desempenhado por uma notável figura política do estado do Rio Grande do Norte: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Segundo o historiador Almir Bueno, Pedro Velho soube adaptar suas crenças republicanas ao meio religioso em que vivia, aproximando-se assim de uma tradição republicana de liberdade de culto e respeito ao clero católico⁵⁵⁵. Ao escrever acerca da fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Norte, o historiador chama atenção para a presença de padres, vigários e outros representantes da Igreja Católica na sessão fundadora do partido, a exemplo do padre José Paulino de Andrade pertencente à diocese de Macaíba.

O chefe político Pedro Velho ainda fez uso de metáforas e analogias religiosas propagando a ideia da República em um meio majoritariamente católico, minimizando assim o impacto da proposta de separação entre Estado – Igreja. Parece-nos que as ideias evolucionistas dos homens de letras da cidade do Natal caminharam similarmente à orientação praticada por Pedro Velho Albuquerque Maranhão, em que era possível dialogar os princípios da filosofia das luzes com a religiosidade cristã.

Os textos literários da *Oásis* aproximam-se de outra maneira, sutilmente, do campo político. A missão na busca pela instrução ainda está articulada com a ideia de civilização e de progresso. Para os redatores da revista literária *Oásis*, “a instrução é a palavra mais salutar e mais divinizada nos países civilizados do grande Universo. De todos os motores do progresso e da civilização é, incontestavelmente, a instrução o mais poderoso”⁵⁵⁶. A concepção de progresso, sustentada no início do século XX, estava articulada ao caráter econômico, uma vez que, qualquer intervenção que objetivasse aprimorar a economia do local estaria contribuindo para um desenvolvimento de todos os setores da sociedade⁵⁵⁷. Muito embora a economia marcasse a ideia do progresso, a teoria progressista atingia as diversas áreas do conhecimento.

A própria ideia do progresso, como força vital oriunda da natureza que deveria guiar a humanidade em uma escala evolutiva, bebia das correntes teorizadas por intelectuais como Spencer, Darwin, Hegel e Comte. Relembramos que os homens de letras da cidade do Natal possuíam leituras sobre esses teóricos de fins do século XIX, portanto, sendo influenciados

⁵⁵⁵ BUENO, Almir. *Visões da República. Op. Cit.* p. 83.

⁵⁵⁶ OASIS. Natal, 16 dez. 1894.

⁵⁵⁷ A concepção de progresso no início do século XX era fundamentada em teóricos como David Hume e Adam Smith. Sobre estudiosos da teoria progressistas do século XX, ver: MARINHO, Márcia. *Natal também civiliza-se. Op. Cit.* p. 43-45.

por essas correntes, como analisamos no capítulo 1 “O movimento literário: do Império à República”.

A visão essencialmente evolutiva da história influenciou na crença dos norte-rio-grandenses. Na cidade do Natal, a busca pelo progresso e pela civilização tornou-se uma prioridade dos homens de letras. Para ficarmos em um exemplo sobre a discussão da temática acerca de progresso e de civilização, destacamos a conferência ministrada por um dos redatores e jornalista do jornal *A Republica*, Manuel Dantas, intitulada *Natal Daqui a 50 anos*. A conferência, pronunciada em 21 de março de 1909 no salão do Palácio do Governo, consistiu em uma ficção futurista sobre o que seria a cidade do Natal no ano de 1959⁵⁵⁸. Em seus escritos, que para alguns foram proféticos, Manuel Dantas parecia preparar as mentes natalenses para a chegada do progresso à capital norte-rio-grandense. Para tanto, o intelectual utilizou-se da literatura na qual o discurso do literato fazia acreditar que a técnica e a ciência, aplicadas à sociedade potiguar, conduziriam a cidade a uma marcha incessante rumo ao progresso.

No caso da revista literária *Oásis*, a literatura veiculada no periódico mostrava afinidades com a ideia da República. A começar pela data escolhida para fazer circular o primeiro número da revista do Grêmio *Le Monde Marche*:

O dia 15 de novembro marca uma data gloriosa na vida dos povos, pois ergueu sublime e magestosa uma colossal pyramide que tem por vértice a gloriosa e por base a vontade de um povo. O povo brasileiro estava preso pelos ferrenhos grilhões da escravidão e tombava para o mais pavoroso abysmo, quando os heróis de 17 levantaram-se em busca da salvação (...). Foi por ti, oh! Divina e sublimada liberdade que foram conduzidos ao patíbulo Tiradentes, Miguelinho, André de Albuquerque e outros, porque tentaram abraçar-te! Eis que no dia 15 de novembro de 1889, esses bravos, que outro’ora eram esquecidos e despresados, foram vingados.⁵⁵⁹

Cinco anos após a proclamação da República, o texto da revista literária *Oásis* proclamava os novos tempos inaugurados pelo regime político. O periódico tinha optado por registrar a data importante da nova ordem como sendo o seu dia de fundação. Ainda identificamos, no fragmento textual, a vontade de apagar-se o passado, filiado obrigatoriamente ao regime monárquico, aos tempos coloniais. Além de seu texto de lançamento, a revista literária homenageou outras datas significativas para a República, alguns exemplos são o artigo sobre *Tiradentes*, publicado na edição de abril de 1903; o texto

⁵⁵⁸ LIMA, Pedro. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 21.

⁵⁵⁹ 15 DE NOVEMBRO. *Oásis*. Natal, 15 nov. 1894.

13 de Maio, veiculado em maio de 1904. O número publicado no dia 16 de dezembro de 1894 saudava a chegada do ano seguinte e fazia um apelo ao ano novo: “que continue-se a estabilidade da nossa jovem republica e de seu desenvolvimento scientifico”⁵⁶⁰.

No decorrer de nossa pesquisa, verificamos que, cada vez mais as propostas da *Oásis* convergiam para os ideais sustentados pelo grupo dirigente político e familiar Albuquerque Maranhão. No discurso em comemoração a dois anos de existência do grêmio, o discurso de Antônio Marinho reforçava o questionamento acerca de se as propostas literárias do grêmio *Le Monde Marche* teriam realmente caminhado distantes dos ideais políticos do regime republicano:

O povo civiliza-se, adianta-se, democratiza-se, fazendo estremecer de assombro os séculos pretéritos sepultados no esquecimento sob as cinzas negras congeladas e um obscurantismo medonho. Cultiva-se o cérebro maravilhosamente e ele vigoroso e fecundo, ultrapassa o acanhado círculo da ignorância acabrunhadora (...) O dia 9 de setembro relembra a instalação de um grêmio literário nesta cidade, para engrandecimento do qual concorre uma pequena, mais firme, valorosa e destemida falange dos amantes dedicados das letras e futuros sustentáculos do progresso⁵⁶¹.

O que podemos perceber é que a ideia de necessidade de uma instrução está imbricada no projeto de rumar na direção da civilização e do progresso, difundido com o advento da República. Seis anos antes da declaração de Antônio Marinho, o partido político republicano declarava seus projetos:

O espírito republicano, que é também o espírito da civilização, já invadiu todos os diques da opinião pública, já abrigou na maioria generosa dos corações brasileiros, já avassalou todas as resistências condenadas e inúteis, e já assinalou uma era de civilização para o Brasil⁵⁶².

Instruir para progredir era a proposta elaborada pelos literatos da *Oásis* e, pelo visto, em nada se afastava dos projetos republicanos em voga no Rio Grande do Norte. Podemos presumir que haja, no discurso de grêmios como o *Le Monde Marche*, a missão atribuída aos homens de letras de contribuírem com o progresso. A revista literária enfatiza que esses homens tinham nas mãos a responsabilidade do avanço do intelecto potiguar. Desse modo, aos intelectuais impunha-se uma espécie de missão civilizadora, em que os homens de letras

⁵⁶⁰ OASIS. Natal, 16 dez. 1894.

⁵⁶¹ MARINHO, Antônio. *Le Monde Marche*. *Oásis*. Natal, 9 set. 1896.

⁵⁶² A FORÇA DA CIVILIZAÇÃO. *A Republica*. Natal, 22 ago. 1890.

da cidade eram inspirados por um desejo de agir sobre o meio intelectual de Natal, reformulando e conduzindo-o para os rumos do futuro da cidade.

Em análise de 48 números disponíveis da revista *Oásis*⁵⁶³, catalogamos os seguintes gêneros: folhetim *O Pensamento em viagem*, de autoria de Benvenuto de Oliveira; poemas, notícias sobre a cidade do Natal; poesia; logogrifos; anagramas; contos; crônicas. Percebemos também algumas modificações no periódico. Fazendo um panorama das seções da revista, identificamos uma mudança a partir do sétimo ano de publicação da revista *Oásis*. Os números publicados no ano de 1900 intitulam *Oásis* como “periódico litterario e scientifico”⁵⁶⁴.

Durante 1900, o periódico, que sob a direção dos redatores Alfredo Carvalho, João Cândio e Joaquim Pinheiro, perdeu o seu caráter “noticioso”. As quatro páginas da revista excluíram as sessões que veiculavam as notícias dos acontecimentos da cidade do Natal. Apesar da modificação, a revista literária continuou sendo distribuída quinzenalmente ao custo de assinatura de mil réis por trimestre.

Em contrapartida, o periódico ganhou um caráter exclusivamente literário. O número 122, por exemplo, publicado em 15 de julho de 1900, veiculou o poema de Sebastião Fernandes, *Suicidas*, o drama *O Engeitado*, de Henrique Castriciano e o conto *As flores do passado* de autoria de José de Abreu⁵⁶⁵. O mesmo número divulgava a ata da sessão da associação literária *Le Monde Marche*, ocorrida em 12 de julho do corrente ano, na residência de Alfredo Carvalho. A ata divulgava os nomes dos novos sócios do grêmio:

Senhorita Auta de Souza, senhorita Anna Lima, Doutor Alberto Maranhão, Doutor Manoel Segundo Wanderley, Doutor Hermogenes Tinoco, Doutor Ferreira Chaves, Doutor José Paulo Antunes, Doutor Manuel Dantas, Coronel Odilon Garcia, Coronel Elias Souto, Coronel Manuel Lins C. Sobrinho, Professor J. Tirbucio de C. Pinheiro, Professor Zozino de P. de O. Fernandes, Profeossor Joaquim M. T. de Moura, Professor Luiz de França Coelho, Pharmacêutico Ovidio Fernandes, Henrique Castriciano, José de Antônio de Viveiros e Augusto Wanderley⁵⁶⁶.

⁵⁶³ As revistas foram disponibilizadas em versões digitalizadas e em edições fac-similar. 27 dos 48 números adquiridos foram obtidos por meio da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional, enquanto que 21 números foram disponibilizados pela impressão fac-similar da revista *Oásis*. Consultar em: *OASIS (1894-1899)*. Disponível em: <www.hemerotecadigital.br/acervo-digital/oasis> e *OASIS*: revista mensal (1903-1904). Sebo Vermelho: Natal/RN, 2010. Edição fac-similar.

⁵⁶⁴ *OÁSIS*. Natal, 12 jan.1900.

⁵⁶⁵ *LE MONDE MARCHE*. *Oásis*. Natal, 15 jul. 1900.

⁵⁶⁶ *Idem*.

A constelação dos novos sócios do grêmio literário *Le Monde Marche*, e de possíveis colaboradores da revista literária *Oásis*, era composta por nomes que já figuraram esta dissertação, entre eles Alberto Maranhão, Manuel Dantas, Auta de Souza, Henrique Castriciano. A lista de novos torna evidente também a ênfase atribuída às profissões desses homens de letras, uma vez que o corpo de sócios do *Le Monde Marche* eram constituídos por doutores – ou seja, bacharéis –, coronéis e professores; em suma, profissões que gozavam de certo prestígio na capital norte-rio-grandense.

É plausível que alguns desses associados não fossem propriamente escritores, mas simples admiradores da literatura e da ciência. Este era o caso, por exemplo, do Coronel Odilon de Amorim Garcia (1846-1922):

COMMUNICADOS

A associação Commercial deste Estado o communicou-nos haver eleito a seguinte directoria para o anno corrente: presidente, coronel Avelino Freire ; vice-presidente, coronel Odilon Garcia;(...)”. (Também possuía muitos imóveis na capital, aparecendo na lista quinze maiores contribuintes do imposto da decima urbana é a seguinte:

Angelo Roselli - 639\$000
 Nicolao Bigois - 386\$900
 Tiburcio Nunes de Sá - 371\$430
 Joaquim Ignacio Pereira - 246\$000
 Aurelio Flavio de Albuq. Mello - 240\$500
 Francisco Rodrigues Vianna - 231\$200
 João Chrisostomo Galvão - 195\$000
 Fabricio Gomes Pedrosa - 156\$250
 Manoel Rotilio Suassuna - 144\$520
 Odilon de Amorim Garcia - 135\$000⁵⁶⁷

O coronel, nascido na cidade de Fortaleza, Ceará, chegou a Natal no final da década de 1860. Na ocasião, Odilon Garcia prestou concurso para professor do Ateneu, onde ministrou a disciplina de Inglês por trinta e três anos⁵⁶⁸. Odilon Garcia se destacou na cidade do Natal como primeiro professor da língua estrangeira na capital norte-rio-grandense. O coronel também se destacou na política, no qual se afiliou ao Partido Conservador da facção de Tarquínio Bráulio de Souza Amarante⁵⁶⁹. O comunicado veiculado no jornal *A Republica*, extraído acima, indicam que Odilon de Amorim Garcia atuou ainda como comerciante, ocupando a função de vice-presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte.

⁵⁶⁷ COMUNICADO. *A Republica*. Natal, 27 dez. 1905.

⁵⁶⁸ CARDOSO, Rejane (Org.). 400 nomes de Natal. *Op. Cit.* p. 585.

⁵⁶⁹ Segundo Câmara Cascudo, o coronel Odilon Garcia participava diariamente das reuniões do grupo político conservador, conversando, jogando gamão e planejando. Para mais informações ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *O Livro das Velhas Figuras*. Natal: Manimbu, 1981. n. 3. p. 23

Apesar de sua importância na vida da cidade do Natal, não identificamos nenhuma produção literária assinada pelo professor de Língua Inglesa nas páginas da *Oásis*. O sócio do *Le Monde Marche* também não deixou nenhuma obra literária. Por isso, conjecturamos que Odilon Garcia correspondia aos associados que nutriam e cultivavam as letras, sem necessariamente prestar alguma contribuição literária à associação. O interesse em filiações a grêmios literários pode ser justificado pelo prestígio que a literatura passou a ter durante os anos da República Velha. De acordo com Nicolau Sevcenko, a literatura na Primeira República soava como sinônimo da palavra cultura. Parece-nos que havia certo prestígio em participar do campo literário, fosse por meio da criação poética ou ficcional, fosse através da filiação a uma associação literária.

A revista literária *Le Monde Marche* sofreu uma brusca modificação nos dois últimos anos de sua existência. Em 1903, a revista ganhou um maior número de páginas. A partir do primeiro número publicado em 1º de janeiro de 1903, a *Oásis* era composta por doze páginas, isto é, oito páginas a mais do que as edições publicadas entre os anos de 1894 e 1902.

O mesmo número anunciava ao seu público leitor que a revista literária estava entrando em uma “nova fase, de contínua marcha pelo progresso e pela instrução”⁵⁷⁰. Identificamos que a missão pela busca da instrução ainda figurava o horizonte dos redatores e dos colaboradores da revista. Assim como as edições publicadas no ano de 1900, os números da revista *Oásis* veiculados no ano de 1903 apresentam um caráter exclusivamente literário. O sintoma da modificação do veículo midiático encontrava-se em seu próprio subtítulo, na medida em que a revista havia trocado a intitulação “periódico litterario e noticioso” por “Revista Mensal do Gremio Litteratio *Le Monde Marche*”⁵⁷¹. Como podemos perceber, a periodicidade da revista literária também havia diminuído, sendo publicada uma vez ao mês. Seriam esses sintomas de que o tempo da revista *Oásis* estava se encerrando?

No último ano de sua publicação, em 1904, a redação da revista literária era composta por Thomaz Salustino, Barôncio Guerra e João Cância e a direção do periódico ainda estava sob o comando de Alfredo Carvalho, presidente do *Le Monde Marche*. Nas páginas de *Oásis*, o próprio periódico parecia reconhecer a sua incrível durabilidade: “Dez longos annos de existência attestam de maneira irrefragável a nossa Constancia e a nossa dedicação em prol do levantamento das letras potyguares”⁵⁷².

⁵⁷⁰ MELO, Pedro. Nova Phase. *Oásis*. Natal, 1º jan. 1903.

⁵⁷¹ OASIS. Natal, abr. 1903.

⁵⁷² OASIS. Natal, jan. 1904.

As edições de 1904 continuaram sustentando publicações mensais compostas de doze páginas, exceto a edição especial que comemorava os dez anos de vida do periódico que foi publicada com vinte e cinco páginas, ou seja, praticamente o dobro do número de páginas que constituíam um número comum. A edição especial da revista literária *Oásis* foi publicada em 9 de setembro de 1904, e o artigo de fundo proclamava:

A nossa maioria é de principiantes e aprendizes, não é necessário que ninguém nos diga, a nossa revista é simplesmente um órgão de ensaios literários e um estímulo para rapazes atrasados porque os que vão adiantando procuram logo, com honras exceções, um meio mais adiantado e selecto. Temos entretanto o orgulho de nos considerar os mais constantes cooperadores para o progresso intelectual do Rio Grande do Norte. Temos chegado a dez annos e tencionamos continuar no apostolado nobre de cultivar as letras em bem da pátria e para gloria de seu idolatrado nome!⁵⁷³

Desta vez, a revista optou por homenagear a data de fundação do grêmio literário da qual era porta-voz, o *Le Monde Marche*, em vez da data oficial de publicação do periódico, isto é, o dia 15 de novembro de 1894. Sem dúvidas, a publicação da revista prestou suas colaborações, em seus dez anos de sobrevivência, ao desenvolvimento do campo literário natalense. Pelas páginas de *Oásis* passaram tanto os mais notáveis literatos da capital norte-rio-grandense, como os aspirantes da literatura.

Segundo o fragmento acima, o último ano de existência da revista literária parecia ter sido conduzido pela maioria de aprendizes das letras, uma vez que os escritores consagrados buscavam “um meio mais adiantado e selecto”. As palavras do artigo de fundo fazem referência a um abandono, em que os homens de letras deixavam de colaborar com a *Oásis* e partiam para outras atuações. Acreditamos que o “meio mais adiantado e selecto” faz alusão à conquista de melhores posições obtidas por esses homens de letras, ou à publicação em periódicos de maior expressão no universo da imprensa, ou, ainda, ao convite desses literatos para ocuparem postos em funções públicas dentro ou fora da capital norte-rio-grandense.

O campo literário natalense apresentou esvaziamentos. No que diz respeito à revista literária *Oásis*, o grêmio *Le Monde Marche* sofreu algumas perdas. Uma nota na revista de dezembro de 1904 comunicou a saída do presidente Alfredo Carvalho, a fim de que esse fosse assumir o cargo de amanuense no setor de Mesa de Rendas no interior do estado – no município de Areia Branca, Rio Grande do Norte. O mesmo destino ocorreu a Cícero Virgílio de Moura e mais outros se foram, segundo Pedro Melo:

⁵⁷³ A NOSSA DATA. *Oasis*. Natal, 9 set. 1904.

Aurélio Pinheiro lá se foi para Amazônia onde se revelou romancista, Uldarico Cavalcanti a iniciar sua vida burocrática no sul do País, Cornélio Leite, já preso a um tabellionato em Macaíba, e eu viajando para o Rio a iniciar meu curso médico. Nossas fileiras assim desfalcadas receberam porém novos legionários, com o mesmo idealismo e o nosso Pendão continuou a fraldejar aos ventos de todos os quadrantes.⁵⁷⁴

As ocupações profissionais foram sugando os homens de letras de outrora da capital norte-rio-grandense. Chamados para ocuparem os cargos públicos no estado do Rio Grande do Norte ou em outros estados no Brasil, os homens de letras da cidade do Natal assumiram a vida burocrática, onde estenderam as suas atuações, que antes se dava por intermédio das letras impressas, às ações efetivas ocupando postos públicos. Com suas vocações transviadas, parecia que os tempos das letras tinham passado para esses esgrimistas das palavras...

Em 1904, findou a publicação da revista literária *Oásis*. O último suspiro do periódico foi em sua edição de dezembro de 1904. Nesse número, a revista do *Le Monde Marche* saudava de forma entusiasmática o ano de 1905, ano este que não viria para o periódico que tanto contribuiu para o desenvolvimento intelectual da cidade do Natal. No entanto, os veículos midiáticos como o jornal *A Republica*, *O Olofote*, *O Fon-fon* e a revista literária *Oásis* se mostraram, durante as suas existências, instrumentos indispensáveis para a formação de um sistema comunicacional na capital norte-rio-grandense no qual a literatura, de diversas formas, se fazia presente. A comunicação se fez por intermédio da palavra impressa e com os intelectuais fazendo uso da imprensa periódica.

Foi na imprensa que os homens de letras puderam falar ao seu público. Mais do que isso, por meio das palavras impressas, os literatos potiguares também dialogaram entre si e organizaram as configurações do campo literário, campo que foi movimentado tanto pelas adesões, ou pelas relações de amizades, como pelas exclusões que puderam ser percebidas nas cisões no debate.

⁵⁷⁴ MELO, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Op. Cit.* p. 24.

Capítulo 5

As relações de sociabilidade nas páginas dos jornais

O presente capítulo põe em discussão os tipos de interações que colocaram os homens da cidade do Natal em diálogo por meio da imprensa, a saber, as trocas intelectuais e as hostilidades manifestadas nos debates literários travados nas folhas impressas. Durante a elaboração dessa dissertação, infelizmente não tivemos acesso às correspondências trocadas entre literatos da cidade. Apesar da falta de documentos epistolares, foi possível identificarmos as interações dos homens de letras nos próprios jornais e revistas que circulavam em Natal. A imprensa foi utilizada como espaço de diálogo possibilitando interações, que desenvolveram relações de afinidades e de inimizades.

5.1 “Ao laureado poeta”: as trocas intelectuais na imprensa

Observamos que durante o fim do século XIX até as quatro primeiras décadas do século XX, a prática de ofertar produções literárias em periódicos era um exercício habitual entre homens de letras. É comum encontrarmos poemas ou crônicas “dedicadas à...” e “assinadas por”. Trouxemos para discussão alguns exemplos de casos em que identificamos as interações, estruturando em dois blocos: o primeiro demonstrando relações de trocas intelectuais e, o segundo, de malquerença.

No ano de 1894, Henrique Castriciano publicou no jornal *A Republica*, o poema “Panteísmo”:

Em que pensas, Maria? Enxuga o pranto.
E vem sentar-te aqui.
Debaixo dessas sombras perfumadas
Como um crente que a súplica extasia
Eu pedirei as flores deslumbradas
Hinos e preces para ti, Maria (...)
(de *Iriações*).⁵⁷⁵

⁵⁷⁵ CASTRICIANO, Henrique. Panteísmo. *A Republica*. Natal, 19 mai. 1894.

Os versos de consolo à Maria seguem por mais dez estrofes nas páginas do jornal do estado. Castriciano dedicou o seu poema a outro poeta conhecido no universo literário de Natal: “ao laureado poeta Segundo Wanderley”⁵⁷⁶. Manoel Segundo Wanderley retornava à cidade do Natal havia aproximadamente cinco anos após a conclusão de seu curso de Medicina na Bahia. Curiosamente, o poema dedicado ao amigo correspondia ao primeiro livro de Henrique Castriciano, *Irriações*, publicado dois anos atrás.

Ainda que, posteriormente, depois de um amadurecimento intelectual, Castriciano tenha renegado sua primeira obra, parte dela estava nos jornais dedicada de forma entusiástica a Segundo Wanderley. Havia uma explicação para o literato ofertar o poema para seu contemporâneo. Podemos aferir a existência de uma relação amigável entre os literatos em questão. Um ano após a morte de Segundo Wanderley, em 1909, Henrique Castriciano, juntamente com Manuel Dantas, publicaram o volume de poesia do amigo por meio da tipografia do jornal *A Republica*, uma maneira de homenagear, postumamente, o colega.

Como já mencionados no capítulo 01, *O movimento literário: do Império à República*, desta dissertação, o escritor Manoel Segundo Wanderley representava, no universo literário natalense, uma figura de prestígio uma vez que o escritor, durante as primeiras décadas do regime republicano, ficou conhecido por meio de suas poesias e, sobretudo, de seus dramas encenados em peças teatrais. O termo “laureado”, utilizado por Henrique Castriciano de Souza para referir-se a Segundo Wanderley, alude-nos ao gênero de elogio. Podemos conjecturar que a dedicatória escrita por Henrique Castriciano no jornal seja um indício que reforça o pertencimento de Manoel Segundo Wanderley ao campo dos literatos natalenses, bem como, expressa o pertencimento do próprio Castriciano a esse universo.

O poema ofertado de Henrique Castriciano a Segundo Wanderley não é um caso isolado nas páginas do jornal *A Republica*. Ainda neste tópico, percebemos que os elogios e as ofertas de textos por meio dos jornais corresponderam às formas como esses intelectuais se relacionavam no campo literário de Natal. O próprio Castriciano chegou a dedicar outras de suas produções a outros amigos por intermédio do jornal *A Republica*, entre eles: Rodrigues de Carvalho, Fortunato Aranha, Antônio Souza e Pedro Velho Albuquerque Maranhão.

Desvencilhemo-nos um pouco das páginas do jornal *A Republica*. Nas páginas do jornal *A Imprensa*, do ano de 1919, identificamos um poema do jovem Jayme dos Guimarães Wanderley (1897-1986) dedicado a outro jovem escritor, Luís da Câmara Cascudo (1898-1986). Jayme Wanderley, “o mais burilador dos nossos poetas”⁵⁷⁷, compôs a geração dos

⁵⁷⁶ *Idem.*

⁵⁷⁷ CASCUDO, Luis da Câmara. *Alma Patrícia. Op. Cit.* p. 78.

chamados “os novos”. Segundo o próprio Câmara Cascudo, um dos defeitos de Jayme Wanderley consistia no uso de frases raras e lapidadas, o que resultava em um uso impróprio da linguagem, tornando-a áspera e difícil.

Na época em questão, o jovem Jayme Wanderley ainda estava dando os seus primeiros passos no que diz respeito às produções literárias potiguaras, e, pelo que nos parece, pode contar com o apoio do jovem Câmara Cascudo. O soneto *Vaqueiro*, escrito por Jayme Wanderley, foi publicado em *A Imprensa*, no qual o jovem aspirante a escritor oferta, gentilmente, o poema “ao festejado cronista Luis da Camara Cascudo”⁵⁷⁸.

Esta não foi a primeira vez que Câmara Cascudo e Jayme Wanderley comunicavam-se, por meio de trocas intelectuais, nas páginas de *A Imprensa*. No mesmo ano, cinco dias antes, o jovem colaborador do jornal, dedicou uma crônica a Jayme dos Guimarães Wanderley⁵⁷⁹. O conteúdo era precisamente literário. Tanto o soneto de Jayme Wanderley, como a crônica de Câmara Cascudo foi veiculada no mesmo instrumento midiático: o jornal *A Imprensa*. O periódico mencionado foi criado pela família do coronel Francisco Cascudo no ano de 1918. De acordo com Firmino Sales Neto, o periódico era articulado ao governo estadual norte-rio-grandense, na medida em que publicava os acontecimentos acerca da vida política, social e econômica da cidade, na maioria das vezes, com palavras de apoio às ações do grupo político situacionista⁵⁸⁰.

Nas palavras de Luís da Câmara Cascudo, o jornal *A Imprensa*, mantido à custa de seu pai durante os anos de 1914 a 1927, contribuiu para uma inflamação literária abrigando as produções originais dos escritores locais e de estado vizinhos⁵⁸¹. O próprio Cascudo iniciou a sua trajetória enquanto escritor nas páginas de *A Imprensa* por meio da coluna *Bric-à-brac*, em 18 de outubro de 1918. Os primeiros artigos de autoria de Câmara Cascudo no jornal *A Imprensa* discutiam a situação do meio literário norte-rio-grandense no século XX.

Em sua coluna, o historiador da cidade do Natal analisou autores e livros que se dedicavam à vida literária no estado como, por exemplo, o intelectual Manuel Dantas. Na ocasião, Luís da Câmara Cascudo atuou como crítico tecendo algumas considerações sobre *O Rio Grande do Norte: ensaio corográfico*, publicado em 1918⁵⁸². Em agradecimento às

⁵⁷⁸ WANDERLEY, Jayme dos Guimarães. *Vaqueiro*. *A Imprensa*. Natal, 04 set. 1919.

⁵⁷⁹ CASCUDO, Luís da Camara. *Bric-à-brac*. *A Imprensa*. Natal, 31 ago. 1919.

⁵⁸⁰ SALES NETO, Francisco Firmino. *Op. Cit.* p. 50.

⁵⁸¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *O tempo e eu: confidências e proposições*. *Op. Cit.* p. 43.

⁵⁸² CASCUDO, L. da C. *Bric-à-brac*. *A Imprensa*. Natal, 01 dez. 1918.

críticas, Manuel Dantas, autor do ensaio, escreveu uma carta para Luís da Câmara Cascudo que foi veiculada no *A Imprensa* no dia 12 de dezembro do mesmo ano⁵⁸³.

O jornal *A Imprensa* não apenas destinou um espaço para os novos literatos, como Jayme Wanderley, como também deixou transparecer uma espécie de escambo intelectual. Nas páginas dos jornais, identificamos constantes trocas de produções literárias que nos instigaram a refletir acerca de um escambo de estilos, de palavras, de literatura. Supomos a lógica de escambo intelectual a partir da observação de que o soneto *Vaqueiros* de Jayme Wanderley poderia ser uma retribuição à produção ofertada por Luís da Câmara Cascudo no mesmo periódico.

As práticas de ofertas de produção literária estenderam-se também pela década de 1920. No ano de 1923, Othoniel Menezes (1895-1969), “o príncipe dos poetas natalense”⁵⁸⁴, utilizou as páginas do jornal *A Republica* para ofertar o poema *O Ferreiro* ao jovem literato Jorge Fernandes (1887-1953)⁵⁸⁵. Nesse caso, também temos outro exemplo de um texto literário ofertado. Os dois poetas foram contemporâneos, embora houvesse diferenças quanto ao reconhecimento de ambos no mundo literário natalense.

Othoniel Menezes tinha-se projetado como poeta da cidade no ano de 1918, por meio da publicação festejada de sua obra *Gérmén*. Enquanto isso, Jorge Fernandes trabalhava na fábrica de cigarros Vigilante e, anos depois, começou a arriscar suas produções no pequeno volume *Contos & Troças – loucuras*, publicado em 1909 com Ivo Filho. Jorge Fernandes apenas obteve maior notoriedade na cidade do Natal no ano de 1927 com a publicação o *Livro de Poemas* e devido às atividades de reuniões no café *Magestic*, gerenciado pelo mesmo, que servia de ponto de encontro para alguns literatos natalenses.

Enquanto Othoniel Menezes zelava pela palavra tal como uma postura crente, Jorge Fernandes, na opinião de Tarcísio Gurgel, escreveu poemas inovadores⁵⁸⁶. No ano de 1923, os dois já atuavam nas atividades literárias da cidade. No mais, Othoniel Menezes ofereceu a Jorge Fernandes o soneto que comporia o seu livro *Jardim Tropical*, publicado no mesmo ano (1923), na cidade do Recife.

Os textos ofertados, tanto o caso de Henrique Castriciano a Segundo Wanderley, como no caso de Cascudo e Jayme Wanderley ou de Othoniel Menezes a Jorge Fernandes leva-nos a supor a existência de uma interação criada na imprensa. Com a escrita nos jornais, a

⁵⁸³ CARTA ABERTA. *A Imprensa*. Natal, 12 dez. 1918.

⁵⁸⁴ Segundo Tarcísio Gurgel, o escritor Otoniel Menezes era identificado pelo apelido de “príncipe dos poetas natalenses”. Ver: GURGEL, Tarcísio. *Informação da literatura potiguar*. Op. Cit. p. 62.

⁵⁸⁵ MENEZES, Othoniel. *O Ferreiro*. *A Republica*. Natal, 23 jun. 1923.

⁵⁸⁶ GURGEL, Tarcísio. Op. Cit., p. 65.

comunicação entre os literatos podia ser estabelecida independente do espaço que seus interlocutores ocupavam. Havia, portanto, o interesse de compartilhar. Nos três exemplos mencionados, temos, de um lado, produções de literatos iniciados recentemente no âmbito das letras potiguaras (Henrique Castriciano, Jorge Fernandes e Jayme dos Guimarães Wanderley); do outro, identificamos escritores que já possuíam, na época, maior projeção na vida intelectual da cidade: Segundo Wanderley, Luís da Câmara Cascudo e Othoniel Menezes.

Embora em alguns casos não houvesse uma “resposta” daquele para o qual se destinavam os escritos literários, é provável que, em outra ocasião mais informal, o destinatário tecesse comentários sobre o texto literário publicado e dedicado-lhe na imprensa. Portanto, a prática de dedicação de escritores para outros escritores, nos periódicos, consistiu em uma troca de intelectualidade, fosse apenas para serem apreciados pelo leitor ao qual se destinava, fosse para responder igualmente com outro texto literário selando assim uma retribuição, uma troca mútua.

As trocas de produções nos jornais poderiam esconder outras motivações. Ora, qual seria o efeito de compartilhar uma produção literária em um jornal se não fazê-la circular e a tornar conhecida? Por meio das publicações nas páginas impressas, inseridas em um movimento cíclico de informações, o remetente dos versos, e demais gêneros literários, de certa forma promovia a sua produção intelectual no ato de compartilhamento. É decerto que havia o interesse em ter suas produções divididas com outros escritores. Mas o que estamos apontando aqui como hipótese, é a possível existência do interesse em expor-se publicamente por meio dessas publicações.

Não foi à toa que, nos casos de Henrique Castriciano e de Othoniel Menezes, os versos publicados, e dedicados, faziam parte de obras recentemente publicadas ou que estavam para sê-la: respectivamente, *Iriações* e *Jardim Tropical*. Desse modo, é possível que os jornais e as revistas tenham se tornado veículos preferidos para divulgação desse tipo de texto, em virtude da sua dinâmica de circulação.

As trocas de textos literários instigam-nos a pensar nas redes constituídas por esses homens de letras nas páginas da imprensa. Esse tipo de prática, e o seu constante exercício, permitem traçarmos as redes constituídas no campo literário natalense, bem como, denotam a existência de um clima de cordialidade, de amizade e, sobretudo, de respeito, ou reconhecimento, que permeavam as relações de sociabilidade estabelecidas entre esses grupos. Contudo, nem todas as formas de diálogos travadas na imprensa potiguar expressavam esse clima cortês e afável de afinidades. As comunicações veiculadas nas

páginas dos periódicos também manifestaram sentimentos de hostilidades e inimizades, tal como analisaremos no tópico seguinte.

5.2 *Literatos polemistas: os debates hostis na imprensa*

Na história da vida literária da cidade do Natal, identificamos, pelo menos, quatro polêmicas literárias travadas na imprensa, ou seja, situações em que os debates entre os homens de letras expressaram oposições, discordâncias, conflitos e, até mesmo, violências verbais. Assim como as formas de trocas intelectuais, os debates literários são indissociáveis dos periódicos. Além do mais, os jornais e as revistas foram veículos ideais para difundir tais disputas.

Optamos por elencar nesta dissertação três debates ocorridos na capital durante a Primeira República. Portanto, segue os periódicos e as polêmicas que eles veicularam: a revista literária *A Tribuna*, contemplando o debate entre o crítico Antônio Marinho e o conhecido poeta Segundo Wanderley; os jornais *Diário do Natal* e *A Republica*, debate travado entre Brias e B. Lins acerca da obra *Mães*, do escritor Henrique Castriciano; o jornal *A Notícia*, em que o redator Nascimento Fernandes pôs em discussão a crítica ao livro de Luís da Câmara Cascudo; e, por fim, a contenda entre os literatos Armando Seabra de Melo e Adaucto da Câmara, nos jornais *A Nota* e *O Tempo*.

Iniciemos com o caso do debate travado entre o crítico literário Antônio Marinho e o poeta e dramaturgo Segundo Wanderley. Esta polêmica corresponde a um episódio já conhecido pelos estudiosos do movimento literário da capital norte rio-grandense. A polêmica foi bem explorada pelo escritor Tarcísio Gurgel dos Santos⁵⁸⁷ em seus estudos. No entanto, vale a pena discutirmos o debate a fim de dialogar o evento, “aparentemente isolado”, aos outros debates que se difundiram nos periódicos potiguares.

Nas palavras de Tarcísio Gurgel, o debate literário não teria a característica formal de uma polêmica uma vez que um dos polemistas veio a falecer, portanto, sem ter tempo para a formulação de réplicas. Mesmo assim, é importante considerar o caso como indício de uma agitação intelectual na cidade e, sobretudo, como exemplo das fissuras existentes dentro do campo literário natalense.

⁵⁸⁷ O escritor Tarcísio Gurgel discutiu o debate literário entre Segundo Wanderley e Antônio Marinho no capítulo “Escândalo n’A Tribuna”. Consultar: SANTOS, Tarcísio Gurgel. *Belle Époque na esquina. Op. Cit.* p. 151-190.

Manoel Segundo Wanderley (1860 – 1909), no ano de 1889, retornava para Natal após a conclusão do curso de Medicina na Bahia. O literato potiguar fizera-se conhecer como poeta ainda em sua estadia no território baiano. Após o seu retorno, Segundo Wanderley prosseguiu com sua atividade nas letras publicando poemas, com influências de Castro Alves, e escrevendo dramalhões nos barracos adaptados em forma de teatro – já que, no período, ainda inexistia o teatro Carlos Gomes. Do outro lado da contenda estava Antônio Marinho, um ousado jovem que se arriscou a promover uma análise crítica em um período no qual os homens de letras da cidade muito pouco sabiam sobre crítica literária – e os que sabiam muito pouco exerciam.

No ano de 1901, Antônio Marinho produziu uma “demorada e intrigante análise: O doutor Segundo Wanderley como dramaturgo e como poeta”⁵⁸⁸. A crítica foi publicada na revista literária *A Tribuna*, elaborada pelo grêmio *Congresso Literário*. No período discutido, a veiculação de críticas nos periódicos era muito menos comum do que, por exemplo, as trocas de poemas entre literatos. Em suas palavras, o crítico ousou pôr em cheque o questionamento de um escritor que, até aquele momento, possuía uma admiração unânime enquanto homem de letras na cidade, como podemos perceber nas palavras de Câmara Cascudo:

Entre todos os poetas, Manoel Segundo Wanderley foi o que possuiu maior soma de aplausos e de encomios. Recebeu manifestações, associações tiveram o seu nome, poesia e livros eram arrebatados pelo público ávidos das tonitruâncias garrulas do nosso condoreiro fora de tempo⁵⁸⁹

Percebemos a notoriedade que Luís da Câmara Cascudo atribuiu a Segundo Wanderley. Antônio Marinho ousou e demonstrou a heterogeneidade do interior do grupo dos letrados da cidade do Natal. O evento demonstra que, apesar do renome do intelectual Segundo Wanderley, nem todos os literatos renderam louros ao dramaturgo potiguar. Admirador profundo de Sílvio Romero, Antônio Marinho contribuiu para os passos iniciais da crítica no Rio Grande do Norte. Durante sua conferência, pronunciada no ano anterior (1899), e já mencionada nesta dissertação, Marinho havia criticado a inexistência do hábito em se produzir análises literárias na vida intelectual do estado. Nas palavras introdutórias de seus escritos, Antônio Marinho prepara seu leitor para a crítica realizada a Segundo Wanderley. Observemos:

⁵⁸⁸ *Idem*, p. 165.

⁵⁸⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. Cit.* p. 75.

De Segundo Wanderley, ocupar-me-ei detidamente, a propósito do seu último drama Amor & Ciúme, e peço licença para não fazer coro com a opinião dos patrícios no diapasão com que costumam cantar louvores ao velho poeta boêmio (...) Segundo Wanderley vai ser estudado pelo modo por que aprendi a compreender a crítica, se é que compreendi como me ensinaram os mestres⁵⁹⁰.

Como podemos identificar nas palavras de Antônio Marinho, o crítico optou por ir na contramão, pensou diferente, daqueles que exaltavam Segundo Wanderley com elogios pomposos. Na opinião de Tarcísio Gurgel, o jovem crítico apenas tornou público o que pensavam muitos escritores contemporâneos sobre o poeta “castroalviano”⁵⁹¹. Em suas críticas, Antônio Marinho identificou Segundo Wanderley como poeta retrógrado, acusando-o da incapacidade de acompanhar a evolução que vinha ocorrendo nas letras no estado do Rio Grande do Norte.

Ainda que o crítico tivesse centrado sua análise no drama escrito e publicado pela tipografia Central, Marinho estigmatizou o poeta a posição de escritor talentoso de outros tempos⁵⁹². Em suas palavras, Segundo Wanderley não tinha mais lugar no estágio que a literatura atingia na cidade, por ser incapaz de moldar o seu romantismo retrógrado às teorias das escolas naturalistas, cientificistas, darwinistas emergentes nessa época.

Sem dúvidas, o momento mais aguardado quando se inicia um debate literário deve ser a resposta daquele que foi criticado. Nesse caso, as respostas de Manoel Segundo Wanderley foram publicadas no mesmo jornal que veiculou a crítica de Antônio Marinho. O que observamos, nos fragmentos de Antônio Marinho e na réplica de Segundo Wanderley, são duas perspectivas que refletem o modo de fazer literatura no ano de 1901 na cidade do Natal. Enquanto o jovem crítico discursa em defesa da renovação das letras potiguaras, principalmente das peças teatrais que mantinham o caráter romântico, Segundo Wanderley justifica o seu modo de produzir nas letras. De um lado, a literatura de evolução, defendida por Marinho com base nas teses de Spencer, Hackel, Bruchner, Taine, Tobias Barreto, do outro, uma literatura “sem preocupação de escolas, de moldes, de sistemas”⁵⁹³, um escrito espontâneo. Desse modo, o texto foi publicado pela revista *A Tribuna*, na seção *Carta Aberta*:

Sou um espírito indisciplinado e insubmisso ao oficialismo doutrinário dos iconoclastas de gabinete, árbitros privilegiados do evolucionismo literário e modeladores intransigentes e impecáveis do senso artístico, dogmáticos

⁵⁹⁰ SANTOS *apud* Marinho, Antônio. *Op. Cit.* p. 170-171.

⁵⁹¹ Segundo Tarcísio dos Santos Gurgel, escritores que conviveram com Segundo Wanderley, tal como Henrique Castriçano e o poeta paraibano Rodrigues de Carvalho pensavam em consonância no que diz respeito às críticas de Marinho. *Ibidem*, p. 174.

⁵⁹² O GALO. Natal, 05 dez. 1999.

⁵⁹³ GURGEL, Tarcísio dos Santos. *Op. Cit.* p.185.

Petrônios da elegante correção estilística, Hierofantes invulneráveis da estética do demi-monde. Limito-me a versejar por mero diletantismo e a escrever dramas como simples curioso, em obediência, talvez, a uma influência atávica, sem preocupação de escolas, de moldes, de sistemas, espontânea e desabotoadamente, subordinado exclusivamente às sugestões de meu temperamento, variando ao capricho de minha fantasia, mas sempre atendendo ao meio, consultando a opinião criteriosa dos insuspeitos, afinado pela clave do bom senso e, muitas vezes, divorciado do modernismo exagerado da época⁵⁹⁴.

A contenda entre os dois potiguaros denotam a inexistência de uma homogeneidade na vida intelectual natalense. Em suma, o debate literário veiculado em *A Tribuna* pode ser um indício de que nem todos os literatos da cidade pensavam igual ou que concordavam acerca da maneira em se produzir literatura. Não havia, portanto, uma tendência estilística exclusiva de produzir-se literatura, uma vez que escritores românticos, como Segundo Wanderley, e naturalistas, como Antônio Marinho, faziam parte de um mesmo campo intelectual.

A resposta peremptória de Segundo Wanderley pôs desfecho à polêmica literária em *A Tribuna*. Infelizmente, o debate ficou sem a tréplica elaborada pelo crítico Antônio Marinho. No ano de 1902, Marinho faleceu aos 24 anos na cidade de Angicos, e ficou conhecido como: “o único que ousara enfrentar a esmagante popularidade de Segundo Wanderley (...) Antonio Marinho merecia o título, a mais bonita esperança da nova geração”⁵⁹⁵.

É preciso esclarecer que o que identificamos como “crítica literária”, neste tópico, diferencia-se, largamente, da crítica literária acadêmica estabelecida na década de 1950 como gênero literário. Não iremos tratar aqui da crítica literária que emerge a partir da multiplicação dos cursos superiores em Letras e com a reflexão sobre o conhecimento literário e a compreensão do texto literário. O que ressaltamos aqui é a forma de fazer crítica literária na primeira metade do século XX.

As críticas como, por exemplo, a elaborada por Antônio Marinho – e as demais analisadas ainda neste tópico – estão muito mais ligadas a um tipo de crítica jornalística, aquela veiculada ao jornal, destinada a um público heterogêneo sem formação específica e que se destina a fazer carreira. Esse tipo de crítica literária apresentou-se como inovação da

⁵⁹⁴ Infelizmente, não conseguimos resgatar a edição da revista literária *A Tribuna* correspondente ao ano da polêmica (1901). Por isso, tivemos de optar pela transcrição dos fragmentos do debate produzidos na obra de Tarcísio dos Santos Gurgel. Logo, os fragmentos da resposta de Segundo Wanderley foram extraídos de: GURGEL, Tarcísio dos Santos. *Op. Cit.* p.185.

⁵⁹⁵ CASCUDO, Luís da Camara. Antonio Marinho. *Actas Diurnas. A Republica*. Natal, 12 abr. 1940.

imprensa brasileira no século XX⁵⁹⁶. A crítica conquistava um caráter mais regular e mais permanente, já que tudo o que aparecia no mundo das letras obtinha uma maior repercussão por meio da sua projeção nos jornais e nas revistas. Assim, podemos considerar a crítica literária de 1900 como exemplos das primeiras informações e julgamentos acerca das produções literárias.

Ainda que, para a maioria dos pesquisadores, a crítica literária do início do século XX volte-se mais para análise da informação biográfica do autor do que para a estrutura da obra, não podemos fazer desta perspectiva uma generalização. No caso das críticas literárias que resultaram em polêmicas no âmbito literário da cidade do Natal, as análises veiculadas no jornal prestaram-se menos às informações elogiosas acerca da obra e do autor e mais à construção de opinião sobre ambos. Nos quatro casos aqui elencados, os escritores fizeram valer o papel de verdadeiro crítico, do que um *crítico book-reviewer*⁵⁹⁷.

A análise crítica de Antonio Marinho não foi a primeira, nem a última na vida literária da capital norte rio-grandense. No ano anterior ao debate entre o crítico e o poeta Segundo Wanderley, os jornais de Natal foram tomados, durante alguns meses, pela calorosa discussão em torno da publicação de *Mãe*, de autoria de Henrique Castriciano. O jornal *Diário do Natal* (1895), dirigido por Elias Souto, veiculou logo nos primeiros meses do ano de 1900, algumas colunas criticando a obra de Castriciano. A primeira coluna crítica deu início a um ciclo de polêmicas travadas entre o mencionado jornal e o periódico oficial do estado *A Republica*. Em 3 de janeiro de 1900, o *Diário do Natal* publicou:

Somos forçados a voltar a *Mãe* do sr. Henrique Castriciano para mostrar que o seu livro não está favoravelmente julgado pela opiniao litteraria do paiz; e, pelo contrario, os mais abalisados criticos, como J. dos Santos, afirmam que os poesia do nosso Menelick são os poesia de toada, de pé de viola, como o pinto: ki-ri-ki-ki, o galo: kô-rô-kô-kô, a guiné grita: estou fraco, o peru: go-ró, go-ró⁵⁹⁸.

Em dezembro de 1899, o jornal *Diário do Natal* tinha tecido algumas pequenas considerações anunciando a publicação do conjunto de poesia *Mãe*. No entanto, foi apenas no mês de janeiro, iniciando o século XX, que as críticas assinadas pelo pseudônimo *Brias*, assumiram maior consistência, como podemos perceber no fragmento acima. Por meio dos

⁵⁹⁶ BROCA, Brito. *Vida literária no Brasil -1900*. Op. Cit. p. 289

⁵⁹⁷ Segundo Brito Broca, no início do século XX, existiram dois tipos de crítico literário. O primeiro correspondia à função verdadeiramente de crítico, visto que emitia uma opinião e julgamento sobre a obra. O segundo tipo, o “crítico book-reviewer” estava voltado apenas ao resumo e comentários sobre a obra. BROCA, Brito. *Vida literária no Brasil – 1900*. Op. Cit. p. 290.

⁵⁹⁸ BRIAS. Crítica sobre “Mãe”. *Diário do Natal*. Natal, 3 jan. 1900.

escritos do *Diário do Natal*, Brias descortinou no referido jornal, publicamente, os defeitos da obra literária e de seu criador. As colunas, pelo tempo de três meses, foram constantes no *Diário do Natal*, sendo ferrenhamente criticada a estética adotada pelo poeta Henrique Castriciano.

O caso nos leva a refletir se esses atritos estão relacionados apenas a ordem literária. Infelizmente, não nos foi possível a identificação do escritor por trás do pseudônimo Brias. Nossa hipótese é que o autor das críticas a Henrique Castriciano fosse Amorim Garcia, sucessor de Elias Souto, que na época participava do jornal *Diário do Natal* na função de redator. Sabendo que *O Diário do Natal* fazia oposição ferrenha ao *A Republica* e seus homens – como, por exemplo, Henrique Castriciano –, podemos conjecturar que a oposição utilizava-se da literatura para expressar as suas contendas políticas. Pensar a partir dessa lógica é relativizar mais ainda a suposta autonomia sustentada pela literatura na cidade do Natal, identificando as suas imbricações com o campo político.

As críticas produzidas por Brias não eram únicas. O autor da coluna crítica embasava-se nas opiniões de conhecidos críticos literários brasileiros como José Veríssimo:

Para que o sr. Henrique Castriciano largue a peneira cinzenta que o cega, viemos trazer-lhe o juízo que da Mãe fez o notabilissimo escriptor J. Verissimo, talento notavel da primeira grandeza, talvez o primeiro crítico de America do Sul e que tanto brilhanta as columnas do "Jornal do Commercio" da Capital Federal que escreveu o seguinte sobre a Mãe: "Sinceramente eu preferia nao ter que dizer esses três ultimos livros *Criminados*, do sr. Solfieri de Albuquerque, "Mãe" do sr. Henrique Castriciano e "Chimera Divina" do sr. Garcia de Aguiar por isso que não posso dizer deles todo bem que quizer. Nada mais perigoso, ou mais funesto, à nossa pobre reputação de notticiarista litterario que desgarrada poeta - esta especie de genero irritavel, se enfada e se zanga por qualquer cousa; um simple mas, após o maximo de comprimento a desgosta. Mas nao ha senão faze-lo.(...) O Sr. J. Verissimo diz que nada mais perigoso e mais funesto do que desagradar poetas, por isso mesmo ele prefere nada dizer sobre a Mãe, do Henrique Castriciano⁵⁹⁹.

O crítico Brias, em seus escritores, demonstra dialogar com a opinião de outros críticos conhecidos no Brasil, a fim de mostrar que sua opinião não é dissonante. Brias escolhe as palavras de José Veríssimo para endossar o julgamento sobre a obra de Castriciano. José Veríssimo, no início a década XX, era conhecido como crítico de caráter militante em que “raramente limitava-se à atitude de simples comentarista, seu empenho geralmente era

⁵⁹⁹ BRIAS. Crítica a Mãe. *Diário do Natal*. Natal, 3 jan. 1900.

firmar uma opinião, julgar”⁶⁰⁰. Como podemos perceber a partir do fragmento elencado acima, José Veríssimo optou por fazer silêncio acerca da produção de Castriciano. Logo, Veríssimo calou-se sobre os poesia de *Mãe*. Então, qual seria a relevância do silêncio do crítico, a tal ponto de ser enfatizado por Brias?

Obviamente que o silêncio não fala, mas isso não quer dizer que o silêncio não signifique. O silêncio alude a um modo diferente de significação verbal, é transparente, instaura processos significativos⁶⁰¹. O silêncio é reprovação, é rejeição, é exclusão. Redirecionemos, portanto, a nossa questão: o que significa “falar” em um jornal? Estamos identificando aqui a crítica literária como espaço de comunicação.

Mais do que isso, a crítica literária veiculada em jornais pode ser percebida como lugar de consagração, uma oportunidade de reconhecimento da posição social que um autor ocupa, que depende, intrinsecamente, da aceitação da sua obra pelo universo literário e de leitores. É importante que entendamos a função do crítico literário no jornal: formar opiniões, fosse ele Veríssimo, fosse Brias. Portanto, não falar é marginalizar, é excluir, é “não se fazer” importante. A crítica literária, a exemplo de Antônio Marinho para com Segundo Wanderley e de Brias para com Henrique Castriciano, é um modo de configurar menoridade, de um caráter de não-literatura, de enfatizar aspectos negativos, é um espaço de relações de hostilidades.

Nas polêmicas literárias, as discussões críticas partiam, às vezes, para o xingamento e as difamações. Isso pode ser observado nos seguintes escritos de Brias: “essa especie de gente (tambem ha macacos poetas) sempre de genio irritavel se enfada e zanga por qualquer cousa”⁶⁰². Henrique Castriciano foi alvo de xingamentos nos escritos de Brias. Essa não foi a única vez em que Henrique Castriciano foi estigmatizado na fala do crítico literário do jornal *Diario do Natal*. Em uma publicação seguinte, Brias prosseguiu com as críticas:

⁶⁰⁰ José Veríssimo é descrito por Brito Broca como um crítico atuante na vida letrada do Rio de Janeiro, em 1900, responsável por grandes polêmicas literárias devido as suas análises severas. Conhecido também como “Severíssimo” – trocadilho com seu nome, a fim de aludir a seu caráter duro – o crítico atacou escritores como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Goulart de Andrade, Coelho Neto. Consultar: BROCA, Brito. *Vida literária no Brasil -1900 Op. Cit.* p. 315. Nas palavras de Afrânio Coutinho, José Veríssimo era o profissional da crítica, aquele que exercia a crítica de maneira efetiva em seções permanente de jornais. No entanto, o autor difere José Veríssimo do outro crítico literário, Silvio Romero. Para Coutinho, José Veríssimo restringir-se-ia a um “beletismo superficial, enciclopedismo nativo”, enquanto Silvio Romero, esse sim representaria o grande crítico do início do século XX, responsável pela produção de um “impressionismo crítico, de uma literatura feita da literatura como recriação através da obra literária ao invés de uma simples opinião sobre livros ou um mero discurso à margem ou e torno de obras”. Conferir: COUTINHO, Afrânio. *A crítica no Brasil. Crítica e teoria literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. p. 528-551.

⁶⁰¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 42.

⁶⁰² DIARIO DO NATAL. Natal, 3 jan. 1900.

O Castriciano não zangou com o J. Verissimo.
 Fez bem o "Henry", o grande critico achou tão "xinfrim" a "Mãe" que não
 quiz se ocupar dos poesia "toadas" do poetasso "mestiço" (outros o chamam
 moleque)
 que foi baptizado no "Pavilhão Cosmopolita" de "Macaco D. Simon".
 O Favas⁶⁰³

Enfatizemos que, nos dois pronunciamentos impressos, Brias pouco se restringiu às críticas de estética literária. A cor negra do autor de *Mãe* também foi alvo de estigma do redator do *Diário do Natal*. O estigma de Castriciano parece-nos ter sido elaborado em conjunto e não exclusivamente por Brias, uma vez que, o crítico refere-se ao surgimento do apelido “Macaco D. Simon” no pavilhão Cosmopolita, ou seja, a livraria *Cosmopolita* de propriedade de Fortunato Aranha.

Até o mês de fevereiro não identificamos nenhuma espécie de réplica, de resposta, fosse do próprio autor Henrique Castriciano, fosse de qualquer outro contemporâneo em defesa do autor de *Mãe*. No dia 7 de fevereiro de 1900, o jornal oficial do estado deu início à publicação de uma coluna jornalística dedicada ao comentário dos versos de autoria de Henrique Castriciano. Até que, na publicação seguinte, o jornal *A Republica* respondeu, pela primeira vez, à crítica de Brias:

Passemos ao assumpto principal do artigo do Bias (cavalheiro, mude este nome!....) Fizemos um passeio pela “Ruínas” para melhor aprehender o espírito do auctor e que unifica neste livro tendo um desenvolvimento regular como qualquer espírito bem equilibrado, onde as imagens são naturaes, a ideia bem concebida, como também no livro “Mãe”⁶⁰⁴.

A primeira resposta à análise de Brias deu-se por meio da produção de uma análise própria do jornal *A Republica* sobre o livro de Castriciano. Desse modo, a análise do jornal oficial foi toda construída, e publicada nos meses seguintes, como forma de combater e de descaracterizar àquela feita por Brias. O tom da crítica de *A Republica* foi de alguém que se prestava ao esclarecimento, e não à retratação. Igualmente à análise publicada no jornal *Diário do Natal*, a análise do jornal fundado por Pedro Velho também era assinada por pseudônimo: B. Lins⁶⁰⁵.

⁶⁰³ DIARIO DO NATAL. Natal, 9 jan. 1900.

⁶⁰⁴ B. LINS. *A Republica*. 8 fev. 1900.

⁶⁰⁵ Suspeitamos que o pseudônimo B. Lins esteja relacionado a Antônio José de Melo e Souza, que na época era redator de *A Republica* – ao lado de Manuel Dantas e Pedro Avelino. Nossa suspeita justifica-se na menção que Luis Fernandes, em *Dicionário da Imprensa norte Rio-grandense* (1832-1908), faz acerca da polêmica cujo redator de *A Republica* envolveu-se com “Brias”.

Suspeitamos que o pseudônimo B. Lins esteja relacionado a Antônio José de Melo e Souza, que na época era redator de *A Republica* – ao lado de Manuel Dantas e Pedro Avelino. Nossa suspeita justifica-se na menção que Luís Fernandes, em *Dicionário da Imprensa norte Rio-grandense* (1832-1908), faz acerca da polêmica cujo redator de *A Republica* envolveu-se com “Brias”. Se nossas suspeitas fossem confirmadas, teríamos uma briga envolvendo indivíduos que representavam dois grupos divergentes: Antônio Souza, como correligionário do grupo político situacionista Albuquerque Maranhão, e Amorim Garcia, amigo de Elias Souto e filiado ao grupo de oposição.

Entre xingamentos e esclarecimentos, as críticas de Brias e B. Lins publicavam-se nos dois jornais do estado as réplicas e as tréplicas relativas à polêmica literária. Além de *Mãe*, os periódicos inseriram no debate outra produção do autor anterior: *Ruínas* (1899). Até que *A Republica*, em três publicações posteriores, deu por encerrado o debate com o *Diário do Natal*:

B. Lins – o talentoso moço cujo nome epigrafa essas linhas respondeu no “Commercio” da Parahyba, as apavoices que lhe foram dirigidas pelo infeliz redator litterario do Diário do Natal. Deixemos de transcrever os artigos esmagadores do B. Lins porque são bastante longos e não vale a pena roubarmos tempo dos nossos leitores com o misero imbecil do órgão natalense⁶⁰⁶.

Como podemos perceber no fragmento transcrito acima, o jornal oficial do estado cessou as réplicas direcionadas às provocações do *Diário do Natal*. A última ocasião em que o jornal de Pedro Velho fez referência à polêmica foi na publicação de 15 de março de 1900:

Distincto amigo nosso enviou-nos a seguinte missiva: Srs. Redatores: Filho do Rio Grande do Norte e bairrista até à raiz dos cabellos, tenho, há muitos annos, o habito de cortar e pregar num livro em branco tudo o que os jornaes publicam lá fora acerca dessa mal fadada terra. É assim que para fechar a bocca injuriosa e aguardentada dos míseros que há dous anos mordem os calcanhares do poeta das “Ruínas e Mãe”, venho trazer-vos os seguintes fragmentos de noticias e opiniões de dipoesia jornaes do paiz. (...) Comprheendeis agora, srs. Redactores, a causa do ódio que o Diario volta ao poeta de Ruínas? É a inveja pequenina e covarde dos impotentes, invejas cujos insulltos não ofendem ao poeta porque elle está muito acima dos imbecis que a aggr^{Idem}⁶⁰⁷.

⁶⁰⁶ A REPUBLICA. Natal, 13 fev. 1900.

⁶⁰⁷ HENRIQUE CASTRICIANO. *A Republica*. Natal, 15 mar. 1900.

O jornal publicou uma página inteira de comentários de críticos literários de todo o Brasil a fim de afirmar a recepção positiva do livro do poeta. Entre eles, *A Republica* fez menção de Olavo Bilac, o prefaciador do livro *Ruínas*, Leôncio Correia, Rodrigues de Carvalho, Theotônio Freire, Guilherme de Miranda, Antônio Silva, Celso Silveira, Álvaro Medeiros de Albuquerque, Affonso Celso e Clovis Bavaiaqua. O jornal publicou ainda as opiniões do jornal *O Paiz* (Rio de Janeiro), *Jornal do Recife*, *D'A Tribuna* (Rio de Janeiro), *A União* (Paraíba), *Folha do Norte*, *A Província* (Pernambuco), *A Republica* (Ceará), *Correio do Povo* (Pará), *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), *A Província* (Pará) e *A Revista* (Pará). Todas as opiniões coroadando a obra literária de Henrique Castriciano com galanteios e elogios exaltando o “príncipe dos poetas” potiguares.

O debate entre Brias e B. Lins foi alimentado pelas críticas, movidas por cada um, para a elaboração de uma análise da obra e do autor. Tanto Brias, quanto B. Lins abordaram, em seus escritos, questões de estética e de composição nos poesia de Castriciano. No entanto, acreditamos que esse debate estava relacionado ao conflito político existente. Debates literários, ainda que enunciados por esse termo (literário), estão relacionados às formas pouco diferentes de conflito político da época⁶⁰⁸. Quando nos debruçamos acerca da história da imprensa do Rio Grande do Norte, durante as duas primeiras décadas do regime republicano (mais precisamente de 1896 a 1908), nos deparamos com debates políticos travados, constantemente, entre o jornal *A Republica* e o *Diário do Natal*. Enquanto o primeiro jornal correspondia, a partir do ano de 1896, ao veículo midiático representante do governo estadual, o *Diário do Natal* constituía a voz da oposição ao governo da situação (liderado por Pedro Velho e seus filiados).

Desse modo, acreditamos que as polêmicas literárias promovidas entre Brias e B. Lins são reflexos desse conflito político entre os dois veículos midiáticos. Ou seja, tratava-se de oposições não apenas intelectuais, bem como políticas como mencionamos anteriormente; ou até mesmo disputa pelo poder intelectual. O jovem Henrique Castriciano estava sucedendo o outro poeta ligado ao grupo dominante Albuquerque Maranhão, Manoel Segundo Wanderley. Era natural que Castriciano se tornasse alvo de críticas de grupos de oposição. Os julgamentos veiculados nos jornais eram afetados pelos posicionamentos políticos.

O terceiro debate literário que trazemos à discussão consiste na crítica produzida por Nascimento Fernandes, redator do jornal *A Notícia* no ano de 1921. O jornal, dirigido por

⁶⁰⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das letras, 1991. p. 78.

Amphiloquio Câmara (1889-1957)⁶⁰⁹, tinha em Nascimento Fernandes a função de redator principal do periódico. Durante o ano de 1921, Fernandes tumultuou as páginas do jornal com a publicação de suas colunas de críticas acerca da obra *Alma Patrícia*, de autoria de Luís da Câmara Cascudo.

É presumível que, na década de 1920, o exercício de crítica literária já estava mais desenvolvido na literatura potiguar. Na mesma década, Armando Seabra publicou a obra intitulada *Ensaio e críticas literárias* (1923), voltado exclusivamente para o exercício de crítica. O próprio livro *Alma Patrícia*, de Câmara Cascudo, endossa a o argumento de que os literatos da cidade passavam a dedicar maior importância à produção de crítica literária. Já elaboramos uma análise sobre essa obra durante o balanço historiográfico empreendido na introdução desta dissertação.

A primeira publicação de Nascimento Fernandes acerca da obra pioneira de Cascudo foi na coluna *Irreverências*. Percebemos que toda a crítica de Nascimento Fernandes foi orientada pelo questionamento acerca da própria noção do que viria a significar “crítica”. Nas palavras de Nascimento Fernandes:

O Sr. Luis da Câmara Cascudo, jovem de vinte e pouco annos, acadêmico perpetuo de uma escola superior, jornalista por temperamento e orador por *snobismo*, acaba de enfrentar, com aquella superioridade que todos lhe reconhecemos, a ferocia terrível dos pseudos críticos indígenas, dando á estampa um volumoso livro, a que deu o titulo de *Alma Patricia*. Accentuemos, preliminarmente, que nos não separam ódios nem antipathias pessoas, para que deste modesto entendimento literário possa resultar uma polemica irritante e sem finalidade. Livro de critica e de observação, pacientemente elaborado para solidificar, cada vez mais, os creditos intellectuaes do seu autor, não seria justo deixássemos em silencio essas cento e muitas paginas, onde estudos especiaes são feitos sobre aquelles que se reputam homens de letras entre nós. O que, porém, nos resta apurar é se houve selecção criteriosa e honesta na explanação dos assumptos escolhidos⁶¹⁰.

O colunista acusou o jovem Câmara Cascudo de não ter promovido uma seleção criteriosa. Nas publicações que se seguiram, Nascimento Fernandes acusa o livro *Alma Patrícia* de promover mais elogios do que uma análise crítica voltada para obras e autores. Provavelmente, isso seja um indício de uma significativa mudança no modo em que os

⁶⁰⁹ Amphiloquio Carlos Soares da Câmara (1889-1957) formou-se na faculdade de Direito da cidade do Recife (1921). O bacharel destacou-se também na prestação de serviços à imprensa do Rio Grande do Norte, fundou e dirigiu os jornais *A semana* (1915) e *A Notícia* (1921-1925). Ainda colaborou para os jornais *O Tempo*, *O Dia*, *Jornal da Manhã*, *A Republica* e *A Imprensa*. Consultar: CARDOSO, Rejane (coord.) *400 nomes de Natal. Op. Cit.* p. 92.

⁶¹⁰ FERNANDES, Nascimento. *Irreverências. A Notícia*. Natal, 04 set. 1921.

próprios escritores no Rio Grande do Norte estavam realizando o exercício da crítica literária, fazendo prevalecer análises em detrimento de elogios e aplausos aos amigos escritores.

A cada publicação da coluna *Irreverencias*, Nascimento Fernandes alimentava suas críticas:

Reencetemos as ponderações que vimos fazendo sobre o Alma Patricia do Sr. Luis da Cama Cascudo. Livro sem ideas, de estylo dogmático e pedante, destituído do critério que orienta as intelligencias dedicadas ao mister de estudar, reflectir e tirar conclusões de assumptos tão subtis e complexos – nelle não descobrimos outro objetivo senão o de pôr em evidencia o triumpho das nullidades entre nós. Parace-nos (e não foi outro o alvedrio do jovem escriptor) que ao serem tracejadas as paginas da elegante brochura, um pensamento fixo o empolgou: comprar elogios a troco de elogios. Se nos houvesse promettido um trabalho em que fossem estudadas individualidades literárias sob os aspectos das relações pessoaes, seríamos os primeiros a achalo coerente e, por isso mesmo, nada diríamos a seu respeito. Deixa-lo-iamos seguir o seu destino, no desempenho da cordial missão de, cada vez mais, estreitar os laços affectivos que ligam o autor ás pessoas nelle apreciadas. Não seríamos nós tão rebeldes que viéssemos desfazer as illusões plantadas no espirito de alguns patricios, simples dilettantes das letras. As consagrações fáceis, tão próprias do feitio intellectual do Sr. da Camara Cascudo, nos não estimulariam á analyse de sua obra⁶¹¹.

Como podemos perceber, o redator de *A Notícia* não poupou palavras, nem se escondeu por atrás de pseudônimos. Emitiu uma opinião e a tornou pública, criticando autor, obra e intenção da obra. Além do questionamento sobre se a obra poderia ser classificada no gênero de crítica literária, Nascimento Fernandes censurou a análise que o autor de *Alma Patricia* dedicou a Segundo Wanderley, partindo prontamente para defesa e importância do poeta médico⁶¹².

Diferentemente da polêmica entre Brias e de B. Lins, apesar das palavras que minimizaram Cascudo, Nascimento Fernandes foi cortês. As críticas do redator do jornal direcionadas a Luís da Câmara Cascudo não abalou a amizade entre os dois. Câmara Cascudo continuou sendo visitante habitual da redação de *A Notícia*. Mesmo durante o período em que as críticas de Nascimento Fernandes são veiculadas no jornal, observamos que em momento algum se cessaram a cumplicidade entre Cascudo e os redatores do jornal *A Notícia*. Em maio de 1921, o jornal de Amphiloquio da Câmara ofereceu uma “solenniade, tomando o aspecto de uma grande festa intellectual” às colaboradoras Izabel Dantas, Carolina Wanderley, Julia

⁶¹¹ FERNANDES, Nascimento. *Irreverencias*. *A Notícia*. Natal, 11 set. 1921.

⁶¹² Em 24 de setembro de 1921, o jornal *A Notícia* publicou em nota a carta em nome de Raymunda Wanderley e filhos agradecendo a “defeza carinhosa que fez á memória do seu esposo e pae, enviando-lhe protestos de agradecimento”. O periódico transcreveu a carta em sinal de congratulação pelo trabalho crítico de Nascimento Fernandes. Consultar: *A NOTÍCIA*. Natal, 24 set. 1921.

Alves Barbosa e Alice Cavalcanti. A festa de *A Notícia* contou com a presença de Luís da Câmara Cascudo que, na ocasião até pronunciou um discurso⁶¹³.

As críticas de Nascimento Fernandes estenderam-se até as publicações dos exemplares do periódico correspondente ao mês de dezembro de 1921. A resposta de Câmara Cascudo veio momentos mais tarde, em 11 de junho de 1922, por meio do jornal *A Imprensa*. Em sua coluna *Bric-à-brac*, o jovem escritor fazia a sua réplica: “do meu caminho, via que escolhi e seguirei, não será bico de pena ou arruído de tinta pródiga em doesto que forçará a retrocessos e recuos”⁶¹⁴.

No mesmo ano, 1922, antes da réplica apresentada por Luís da Câmara Cascudo, *A Imprensa*, de janeiro a abril, publicou cartas e opiniões de intelectuais elogiando a obra de Luís da Câmara Cascudo. Identificamos, entre eles: o literato potiguar Uldarico Cavalcanti, o redator João do Norte, da revista Fon-fon (Rio de Janeiro), Afrânio Peixoto, João Ribeiro, Conde de Afonso Celso, Rodrigues de Carvalho, Gustavo Barroso, Claudio de Souza e Henrique Castriciano⁶¹⁵. Em especial, o jornal do coronel Cascudo publicou a opinião do poeta carioca parnasianista Alberto de Oliveira: “Alma Patrícia”, o trabalho de crítica de Luiz da Câmara Cascudo, despertou um rumor de sympathia em todos os centros literários do Brasil”⁶¹⁶. O poeta carioca solicitou a Luis da Câmara Cascudo a utilização das notas bibliográficas e históricas do livro *Alma Patrícia* para a composição do Dicionário Literário da Academia Brasileira de Letras.

Mas nem todas as polêmicas ocorridas no campo literário natalense eram de caráter pacífico. Em alguns casos, os debates começaram nas páginas dos jornais e viraram caso de polícia. Os escritores Aducto Câmara⁶¹⁷ e Armando Seabra de Melo⁶¹⁸, no ano de 1917, travaram um debate nos jornais. O debate entre os dois literatos teve início nas páginas dos periódicos *A nota* e *O tempo*. Os dois jornais circularam na cidade do Natal durante os dias de

⁶¹³ A NOTÍCIA. Natal, 28 de maio de 1921.

⁶¹⁴ CASCUDO, L. da C. Bric-à-brac. *A Imprensa*. Natal, 11 jun. 1922.

⁶¹⁵ ALMA Patrícia. *A Imprensa*. Natal, 5 abr. 1922.

⁶¹⁶ ALMA Patrícia. *A Imprensa*. Natal, 07 mai. 1922.

⁶¹⁷ Aducto Miranda Raposo da Câmara, nascido na cidade de Mossoró, era formado no curso de Direito, pela Faculdade do Recife. Aducto da Câmara desempenhou os cargos de advogado, professor e ocupou funções políticas. Além de ter sido redator-chefe do jornal *A Nota* (1917), foi redator-secretário do jornal *A Imprensa*. Informações extraídas de: CARDOSO, Rejane (coord.). *Op. Cit.* p. 86.

⁶¹⁸ O livro *400 nomes de Natal* menciona a respeito de um juízo construído por Veríssimo de Melo ao crítico Armando Seabra: “Armando era muitas vezes implacável nas suas apreciações críticas. Quase sempre contundente, impiedoso, cuasticante, todavia era sempre generoso e fiel aos princípios que defendia com proficiência e incontáveis demonstrações de sua erudição”. Sustentando os seus pontos de vista, Armando Seabra tornou-se um polemista. Em vida, trabalhou como funcionário dos correios, crítico literário e filólogo. Nasceu em Natal, em 17 março 1892 e faleceu, na mesma cidade, em 22 de agosto de 1920. Também atuou em outros jornais, como *A Tarde* (Salvador), *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), *Jornal da Manhã* e *A República* (Natal). Informações extraídas de: CARDOSO, Rejane (coord.). *Op. Cit.* p. 93.

maio de 1917. Enquanto o primeiro jornal tinha como redator Adauto da Câmara, o segundo era dirigido por Armando Seabra – que também era redator do mesmo jornal.

Armando Seabra de Melo, na época, era conhecido como um dos precursores da crítica literária em Natal, principalmente na década de 1920 quando publicou a sua única obra de crítica *Ensaio de crítica e Literatura* (1923). No entanto, por meio do jornal *O Tempo*, Armando Seabra já ensaiava suas críticas escrevendo a coluna “apreciações literárias”.

No entanto, nem sempre as contendas literárias ficavam restritas às discussões na imprensa. Em julho de 1917, as discussões de questões literárias, entre os redatores de *O Tempo* e *A Nota*, transformaram-se em agressões físicas. Armando Seabra e Adauto da Câmara, durante algum tempo, já vinham debatendo acerca de questões gramaticais nos jornais mencionados. No entanto, o debate literário já havia se transformado em ataques pessoais, até que, no dia 9 de julho, as discussões na imprensa resultaram em agressões físicas no café Avenida. Vejamos a notícia no jornal *A Republica*:

Já era de toda gente previsto que o desenlace não poderia deixar de ter consequências anômalas. Assim é que, hontem, por volta das 18 horas entrando o Sr. Armando Seabra no Café Avenida, à Avenida Rio Branco, e encontrando se com o Sr. Adauto da Camara, provocou-o indo ambos ás vias de facto, sendo preciso a intervencao de amigos para pôr termo á luta. Momento depois, achando-se os contendores fora daquelle estabelecimento, continuou a provocação, ouvindo-se então algumas detonações que, felizmente não atingiram o alvo nem deram lugar a consequencias lastimaveis. Convidados a comparecer á polícia, os srs. Armando Seabra e Adauto da Camara prestaram os necessários depoimentos, instaurando se o competente inquérito na Delegacia Regional⁶¹⁹.

Desde o século XIX, era comum que os debates literários contemplassem questões da gramática. No caso de Armando Seabra e Adauto da Câmara, a discussão literária abarcou os pontos gramaticais e linguísticos, sobretudo pela formação de Armando Seabra no campo da filologia. No mais, esse caso corresponde ao único evento, de que temos conhecimento, que os diálogos travados nos jornais resultaram em violência física. A briga no café Avenida tomou proporções mais altas, em 13 de julho de 1917, o subdelegado de polícia do bairro da Cidade Alta transmitiu o acontecimento à jurisdição do promotor público de Natal Potyguar Fernandes:

Hoje, o subdelegado de Policia da Cidade Alta conclui e remmeteu ao dr. Promotor publico da capital, para fins legaes, o inquérito que abriu sobre o

⁶¹⁹ VARIAS. A Republica. Natal, 9 jul. 1917.

facto do dr. Armando Seabra, redator d'O Tempo, por volta das 18 horas de 9 do corrente, no estabelecimento denominado Café Avenida, sitio á Avenida Rio Branco desta cidade, aggredido o Sr. Aducto da Câmara, redactor d'A Nota e seu desafecto por questões litterarias, occorrecia esta que já noticiamos em nossa edição do dia 10 deste mez⁶²⁰.

Quatro dias depois, o magistrado Potyguar Fernandes decidiu indiciar o filólogo e o crítico Armando Seabra e o redator Aducto da Câmara por “tentativa de morte por se acharem incurso nas penas do artigo 294 § 1º combinado com os artigos 13 e 63 do Código Penal da Republica”⁶²¹. Tanto a grande polêmica de Antônio Marinho e de Segundo Wanderley, como as agressões físicas entre Aducto da Câmara e Armando Seabra indicam a existência de fortes hostilidades, beirando à violência, na dinâmica da vida literária da cidade.

Mais do que isso, as discussões literárias mencionadas neste tópico demonstram a importância da imprensa como espaço de projeção no mundo literário. Os jornais e as revistas serviram como espaço de consagração aos críticos literários e, sobretudo, aos criticados. Tanto as hostilidades como elogios, marginalizaram ou projetaram os literatos e as suas produções. Fazer crítica era “dar nas vistas”. E ser analisado, também. O ambiente de escrita dos periódicos podem ser identificados como “espaços de luta pela sobrevivência ou morte na cena da literatura e do jornalismo”⁶²².

Não devemos também perder de vista que as críticas literárias eram publicadas na imprensa. Tratava-se de uma *interloução bifurcada*. Segundo Roberto Ventura, em análise dos debates literários nos periódicos cariocas no fim do século XIX, as polêmicas são definidas como *interlocuções bifurcadas* porque utilizavam os jornais como suporte material a fim de atingir dois tipos de público: o público-leitor e o literato criticado⁶²³. Em outras palavras, o locutor da crítica dirigia-se ao “alvo criticado” a fim de se comunicar com aquele que foi criticado e com os leitores dos jornais.

Se por um lado as polêmicas literárias projetavam ou excluía literatos, por outro, elas igualmente contribuíram para a projeção do enunciador do discurso crítico. Antônio Marinho, “Brias” e Nascimento Fernandes, possivelmente, passaram a ser mais “enxergados” pelo público leitor após a veiculação de suas análises na revista literária *A Tribuna*, no jornal *Diário do Natal* e em *A Notícia*. As críticas literárias também projetaram seus autores, sobretudo, o jovem Antônio Marinho, desconhecido na cena literária potiguar, tornou-se o

⁶²⁰ VARIAS. *A Republica*. Natal, 13 jul. 1917.

⁶²¹ VARIAS. *A Republica*. Natal, 17 jul. 1917.

⁶²² VENTURA, Roberto. *Op. Cit.* p. 150

⁶²³ *Ibid*, p. 155.

primeiro a exercer a crítica literária, ficando conhecido como o primeiro a afrontar o escritor consagrado Manoel Segundo Wanderley.

Questionamo-nos se as críticas literárias foram um exercício individual ou coletivo. Isto é, se tratavam de opiniões individuais daqueles que realizaram a crítica ou se podem ser identificados como julgamentos em nome de um periódico. Por um lado, o exercício da análise crítica consiste em uma elaboração particular, demonstrando que as regras e os valores literários deixavam de ser predeterminados por academias.

Em outras palavras, o que estamos afirmando é que não havia, ainda, os cânones da literatura potiguar, mas apenas opiniões locais de escritores consagrados. A crítica realizada por literatos surgiu como instrumento de reflexão para galgar novos caminhos do exercício literário⁶²⁴. Por outro lado, a veiculação das críticas nas páginas dos periódicos necessitava do aval dos diretores dos jornais e das revistas para serem publicadas. Entretanto autorizar a publicação de uma crítica era concordar com o seu ponto de vista? Difundir a análise era compartilhar do mesmo julgamento?

A importância da análise dos eventos que contemplam polêmicas literárias auxilia na desconstrução de uma ilusão de que o universo literário da cidade do Natal era homogêneo. Os literatos pensavam diferentemente um dos outros, a ponto de analisarem e criticarem propostas literárias de outros escritores da cidade, a ponto de ir contra os elogios unânimes a determinados homens de letras de Natal. Suas análises pouco se pautavam em propostas norteadas por correntes e escolas literárias, tratavam-se mais de jeitos subjetivos em fazer literatura.

Ainda assim, o campo literário da capital norte rio-grandense era heterogêneo, conflitante, possuía fissuras. Ora, criticar era entrar em conflito, era discordar, era questionar. Se a imprensa da cidade do Natal, durante as primeiras décadas do século XX, proporcionou a formação e a conservação de laços de afinidade, o compartilhamento de produções literárias e as trocas intelectuais, os periódicos também contribuíram para o desenvolvimento das relações de desavenças, de disputas e de hostilidades. Assim sendo, interrogamo-nos se essas relações de sociabilidades entre os homens de letras da cidade limitaram-se apenas às páginas dos jornais potiguares. Certamente que não. Mas isso já é história para o próximo capítulo...

⁶²⁴ MACHADO, Márcia Regina Jaschke. A crítica nos anos 20 e seu papel subsidiário das inovações literárias. *Terra roxa e outras terras* (Revista de Estudo Literários), vol. 16, setembro, 2009.

Parte III:

Em cada via, um cantão...

Capítulo 6

Ideias que circulam: sociabilidade intelectual na imprensa

Salões, conferências, livrarias, redações de jornais, tipografias, cafés... Esses são alguns exemplos de ambientes que foram utilizados, durante o período da Primeira República, como *espaços de sociabilidades* entre os letrados da cidade do Natal. Isto é, pontos de encontros que abrigaram inúmeras reuniões de homens que praticavam atividades literárias na capital norte rio-grandense, e que serão contemplados em nosso estudo. O conceito de espaços de sociabilidade é trabalhado nesta dissertação conforme as noções do autor francês Jean François Sirinelli e da historiadora brasileira Rebecca Gontijo – ambos já mencionados na introdução⁶²⁵.

Esses ambientes emergiram acompanhando um movimento de transformações pelo qual passou a cidade nos primeiros anos do século XX. Natal, a cidade que sonhava com o progresso, modificou suas estruturas físicas e sociais construindo ambientes propícios às novas formas de sociabilidades urbanas⁶²⁶. Como mencionamos anteriormente, podemos verificar o desenvolvimento de atividades literárias no Rio Grande do Norte ainda durante o período imperial. A intensificação desses movimentos resultou em uma maior atuação dos homens de letras na sociedade e na cidade potiguar.

No interior desses ambientes, ocorreram práticas de socialização que possibilitaram a formação de círculos de amizade, a constituição de grupos, trocas e debates acerca das produções literárias. Grupos de letrados trocavam experiências, elaboravam, discutiam, divulgavam e faziam circular suas ideias e projetos, bem como forjavam a formação de uma identidade de grupo, a partir das redes e das relações sociais construídas, conservadas e fortificadas nesses espaços de sociabilidade.

⁶²⁵ No decorrer da narrativa, esclareceremos mais as propriedades dos espaços de sociabilidade e como estes puderam ser percebidos na história da vida literária de Natal.

⁶²⁶ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães; MARINHO, Márcia Maria da Fonseca. *Op. Cit.* p. 131.

Na produção historiográfica norte-rio-grandense, os espaços destinados às práticas de socialização dos homens de letras em Natal foram muito pouco contemplados. Podemos mencionar duas produções que abordaram os espaços onde se aglutinavam os intelectuais na cidade. A primeira corresponde à obra do crítico literário Tarcísio Gurgel dos Santos, *Belle Époque na esquina*, no qual o autor elabora pequenas menções aos espaços de sociabilidades eleitos por esses intelectuais destinados aos seus encontros, entre eles: o café de Ezequiel Wanderley, denominado Potiguarânia; o palácio do Governo; e apenas três grêmios literários: o Grêmio Polimático, Congresso Literário e Le Monde Marche. Percebemos que os espaços de sociabilidade intelectuais apresentados na abordagem do autor possuíam as conotações de pontos de encontros⁶²⁷.

A segunda produção é referente à obra *Natal também civiliza-se*, em que a historiadora Márcia Marinho analisa o surgimento de novas formas de agrupamento concomitantemente às mudanças cotidianas ocorridas na cidade. Desse modo, o foco central da obra consiste nas novas formas de organização social do que a autora intitula “a elite natalense”, elencando espaços de sociabilidade (os clubes, os cafés e as práticas esportivas) e articulando-os com o processo de ocupação do espaço urbano da cidade do Natal⁶²⁸.

O trabalho de Tarcísio Gurgel e de Márcia Marinho não são estudos que se inclinam, resolutamente, para abordagens acerca dos espaços de sociabilidade intelectual. Tanto na História, como na Literatura, essa é uma perspectiva praticamente pouco explorada⁶²⁹. Apesar da escassez de pesquisas acerca dessa discussão, um estudo voltado para os espaços de sociabilidade intelectual é importante para a compreensão da elaboração intelectual, na medida em que nos possibilita a investigação das condições de produção cultural, das características e do funcionamento como grupo.

Logo, tais estruturas elementares de sociabilidade consistem em um observatório, de primeiro plano, da sociabilidade de *microcosmos* intelectuais. O conceito de microcosmos é utilizado por Jean François Sirinelli. Nessa abordagem, Sirinelli dialoga com a perspectiva de Pierre Bourdieu, uma vez que o microcosmo pertence à lógica relacional construída por

⁶²⁷ SANTOS, Tarcísio Gurgel dos. *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras*. Natal/RN: Editora do autor, 2009.

⁶²⁸ Para mais informações sobre alguns espaços de sociabilidades na cidade do Natal, consultar MARINHO, Márcia Maria da Fonseca. *Natal também civiliza-se: lazer e sociabilidade*. Natal/RN: EDUFERN, 2011.

⁶²⁹ Para uma análise mais aprofundada sobre a discussão historiográfica acerca de perspectivas de estudos voltadas para os espaços de sociabilidades intelectuais no período republicano conferir: SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. Nas veredas das tertúlias literárias: uma discussão historiográfica acerca dos espaços de sociabilidade intelectual no Brasil. *URBANA – Revista do Centro Interdisciplinas de Estudos sobre a cidade*. Vol.5. Nº 6. Mar. 2013. Dossiê: Urbanistas e urbanismo. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/975/pdf>>. Acesso em: 29 de março de 2013.

Bourdieu para discutir o espaço social dos produtores culturais. De acordo com o sociólogo francês Bourdieu, o microcosmo insere-se dentro do espaço social, apresentando suas leis e estruturas próprias, o que contribuiu para a sua especificidade⁶³⁰.

A partir das proposições de Jean François Sirinelli e de Pierre Bourdieu, identificamos a cidade do Natal como um espaço de abrigo para a construção e o desenvolvimento das sociabilidades intelectuais, apresentando-se como plano de trocas sociais. Os cafês, os clubes e salões do fim do século XIX em Natal forneceram suporte material a investimentos simbólicos atribuídos por grupos de literatos e passaram a compor o cotidiano significativo desse próprio grupo. Logo, espaços de sociabilidades de uma cidade são “nichos de sentidos produzidos por uma comunidade, por um grupo”⁶³¹. A cidade como um repositório de sentidos: eis aqui a nossa preocupação ao identificar os espaços de sociabilidade, e que nos leva a pensar que os espaços de sociabilidade intelectual em Natal são ambientes preciosos para a análise da dinâmica de denominados homens de letras.

Portanto, foram nas redações, nas tipografias dos jornais natalenses, no salão de dona Isabel Gondim, nas conferências e horas literárias realizadas no *Natal-Club*, nas serenatas cantadas pelas ruas em noites embelezadas pela lua, nas visitas rotineiras à livraria *Cosmopolita* e nos encontros – regados a bebidas espirituosas – no interior do bilhar *Potiguarânia* e do *Cafê Magestic* que os letrados da capital potiguar reuniram-se, conversaram, debateram, compartilharam, fermentaram suas atividades no universo literário potiguar.

Tais ambientes proporcionam a fermentação intelectual, o desenvolvimento de relações afetivas, e, sobretudo, a formação de identidade e pertencimento a um grupo. Pretendemos aqui demonstrar como os movimentos nesses recintos da cidade contribuíram para a produção de uma atmosfera intelectual na cidade do Natal.

6.1 *Imprensa periódica: as redações*

Na segunda parte dessa dissertação exploramos a articulação entre imprensa e literatos, identificando a atuação dos homens de letras nos jornais e revistas que circulavam na cidade e a importância da imprensa para as manifestações literárias na capital norte-rio-grandense. Como podemos perceber, jornalismo e literatura se relacionam na vida intelectual de Natal. Os grupos de redatores reuniam-se na composição de seus jornais, trocando e

⁶³⁰ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: papirus, 2011. 11. ed. p.15.

⁶³¹ *Idem*, p. 254.

compartilhando suas produções. Foi assim que a imprensa acolheu os escritores potiguares e, ainda, representou outra importante função: serviu de espaços de produções, de debates e, sobretudo, de difusões, fazendo as ideias circularem pela cidade.

As redações e as tipografias correspondem a dois ambientes físicos que formavam a imprensa periódica. No primeiro ambiente mencionado, os redatores e os colaboradores dos jornais reuniam-se em um ambiente específico para produzirem os textos que formariam o jornal ou a revista. É necessário ressaltarmos que as palavras a serem publicadas nos jornais eram compostas de formas manuscritas nessas redações. É nesse processo que se insere a importância das tipografias.

As tipografias eram complementos das atividades da imprensa. Instalada em 1808 no Brasil, a tipografia consistia no processo de impressão mais utilizado para a reprodução industrial dos artefatos gráficos. Portanto as etapas da imprensa eram constituídas pelos processos de produção, realizados na redação, e de impressão, realizados na tipografia. O ponto em comum entre os dois ambientes está na aglutinação que eles geraram. Tanto nas atividades da redação, quanto nas da tipografia, agrupavam-se escritores e, conseqüentemente, as suas ideias. Os dois ambientes promoveram a materialização dessas ideias.

Redação: palavra que alude à atividade escrita, ao ato de redigir. A própria palavra utilizada para identificar o estabelecimento estava atrelada ao tipo de ofício desenvolvido ali. A redação era a casa onde se redigia um periódico. Devemos notar que o termo *redatores*, para designar aqueles que produziam jornais, também se encontra ligado ao tipo de ofício exercido, o de escrever. Em suma, o recinto estava destinado, portanto, à aglutinação de redatores empenhados em um único propósito: a composição de um periódico.

O que estamos conjecturando aqui é que as redações eram ambientes que, de modo natural, proporcionaram a reunião de seus redatores. No entanto, pretendemos acrescentar, a essa percepção, o modo como as redações foram usadas como espaços de sociabilidade intelectual que, por vezes, transcenderam a comunicação entre um grupo específico na medida em que estenderam suas ideias ao público-leitor. Se por um lado, as redações efetuaram a produção de periódicos, por outro contribuíram para o debate e para a propagação de ideias.

Desse modo, os periódicos são lugares de sociabilidade intelectual, lugares de articulações de ideias e de pessoas “que precisam de um suporte material e simbólico para fazer circular seus projetos”⁶³². Se partirmos para a análise de cada periódico específico perceberíamos redes de sociabilidade que demarcam estéticas, posicionamentos políticos,

⁶³² GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... Op. Cit.* p. 58.

conceitos, em torno do qual se sociabilizaram diversos literatos. O fragmento extraído instiga-nos a refletir sobre o significado em fundar-se um periódico. Publicar um jornal é promover ideias e projetos em troca de um ganho econômico e simbólico, na medida em que o êxito simbólico refere-se a difundir e tornar público, suas “paixões, crenças e vaidades intelectuais”. É para isso que os redatores se articulavam.

Como já mencionados, os periódicos da cidade apresentavam como proposta a “instrução e ilustração do espírito”. Era importante conduzir a capital norte-rio-grandense ao saber ler. Entretanto, cada jornal e revista apresentava diversas propostas para atingir a finalidade de instruir e de ilustrar. Isso explica os diversos jornais literários que circularam durante o período da Primeira República. Em suma, ainda que todos os jornais se nomeassem de caráter literário, cada qual apresentava propostas, ideias, opiniões diferentes. Logo, para cada jornal e revista em circulação na cidade existia uma redação.

O desenvolvimento da imprensa no estado do Rio Grande do Norte proporcionou um considerável aumento das redações pelos bairros da cidade do Natal. Reunimos as respectivas redações dos jornais de cunho literário da cidade do Natal, a saber:

Quadro nº 16: Redações dos jornais literários na cidade do Natal (1889 – 1930)⁶³³

Nome do jornal/revista	Endereço da redação
A Republica (1889 - 1987)	Rua Correia Teles, nº 6
Diário do Natal (1895 – 1905 / 1906-1913)	Rua da Conceição, s/n
Tribunal Juvenil (1890)	Rua Coronel Bonifácio, nº 7
O Santelmo (1892-1893)	Rua 21 de Março, nº 24
O Athleta (1893)	Rua São Tomé, nº 3
Oásis (1894)	Rua da Conceição, número não identificado
O Íris (1897-1898)	Rua Visconde do Rio Branco, nº 10 (depois mudou-se para Rua São Tomé)
Catita (1898)	Rua Santo Antônio, nº 18
Revista do Rio Grande do Norte (1898-1900)	Rua Dr. Barata, nº 5
O Álbum (1902-1903)	Rua Voluntários da Pátria, nº 1
O Estudante (1909)	Rua 13 de Maio, nº 43
A ordem (1909)	Av. Rio Branco, nº 72
Argos (1912)	Av. Rio Branco, nº 70
A Encrenca (1913)	Rua Coronel Pedro Soares, nº 2
A avenida (1914)	Praça Américo, nº não identificado
Via-láctea (1914)	Rua Vigário Bartolomeu, nº 5
A Hora (1915)	Av. Rio Branco, nº 44
O Pangaio (1917)	Rua Trindade, nº 23
Fon-fon (1920)	Rua 21 de março, nº não identificado

⁶³³ Informações extraída de FERNANDES, Luis. *Op. Cit.* e de MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.*

Atualidade (1920)	Rua 21 de março, nº não identificado
A Notícia (1921-1922)	Não identificado
Terra Natal (1922-1924)	Rua Felipe Camarão, nº 88
A Imprensa (1914 – 1927)	Não identificado
O riso (1927)	Rua do Comércio, nº 7 (depois Rua Mossoró, nº 44)
O Potengi (1929)	Av. Tavares de Lira, nº 57

Se notarmos os endereços desses escritórios descritos no quadro 16, podemos perceber acerca da proximidade existente entre essas redações. Ainda que, separadas por anos de surgimento, observando os nomes das ruas onde eram estabelecidas as redações, podemos identificar a concentração desses ambientes nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta⁶³⁴. É provável que a escolha do local de estabelecimento dessas redações fosse motivada por uma série de questões: proximidade das instalações tipográficas, que imprimiriam os periódicos; proximidade dos locais de moradias dos próprios redatores, bom preço para aluguel ou compra do imóvel, entre outros. No entanto, acreditamos que o impulso maior para o estabelecimento das redações fosse a grande movimentação que os bairros em apreço possuíam.

Os bairros Ribeira e Cidade Alta eram localidades altamente frequentadas pela sociedade natalense, uma vez que abrigavam outros estabelecimentos como, por exemplo, lojas comerciais, escolas, cafés, bilhares, clubes. Sendo assim, era importante que as redações estivessem perto dos leitores e, quem sabe, de outros jornais também, promovendo o fácil acesso a esses estabelecimentos em caso de visitas ou de compra de periódicos, como veremos adiante, neste capítulo. Podemos ainda aferir acerca de uma preferência de ruas/avenidas.

A Avenida Rio Branco e a Rua 21 de Março aparecem como localidades preferidas para o estabelecimento das redações na topografia da cidade do Natal. Outras redações concentravam-se no bairro da Ribeira. Na imagem abaixo podemos observar o prédio de redação do jornal *A Republica*. A redação do jornal oficial do estado estava localizada no bairro da Ribeira, na esquina da Avenida Tavares de Lira com a Rua Frei Miguelinho (nomes de ruas que persistem até os dias atuais), em frente à mercearia Paulista:

⁶³⁴ Ressaltamos que não identificamos a existência de redações nem no bairro de Cidade Nova, terceiro bairro da capital potiguar, nem no bairro Alecrim, localidades já existentes a partir da década de 1910.

Imagem nº 01: Redação do jornal *A Republica*



Fonte: Foto de Manuel Dantas. A foto encontra-se em MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *380 anos de História foto-gráfica da cidade de Natal (1599 – 1979)*. Natal: EDUFRN, 1981. p. 32.

Ainda analisando o quadro número 16, percebemos que cada jornal e revista possuía a sua redação. As redações eram ambientes pertencentes a um determinado grupo específico de redatores. Todavia, não representaram espaços fechados a outros grupos que não fossem pertencentes ao periódico. Durante a nossa pesquisa, constatamos algumas visitas de colaboradores e/ou redatores de outros jornais da cidade às redações. Entre essas visitas destacamos a notícia da passagem de Luís da Câmara Cascudo pela redação do jornal *A Notícia*:

Luiz da Câmara Cascudo – nosso talentoso confrade d'*A Imprensa* que é, igualmente um nome festejado em nossas rodas literárias, esteve antehontem, á noite, em companhia de Adauto da Câmara em vizita a nossa folha, que tem na sua pêssoa um dos seus illustres collaboradores⁶³⁵.

⁶³⁵ A NOTÍCIA. Natal, 28 mai. 1921.

A Notícia registrou a visita de Luís da Câmara Cascudo e Adauto da Câmara ao escritório de seu jornal. O registro da visita de Cascudo à redação do jornal em apreço não constituiu um evento casual. Observamos que a visita nas redações era prática comum entre os intelectuais que participavam da imprensa periódica. Os periódicos estampavam esses registros nas páginas de seus próprios jornais. Esses comentários, aparentemente fortuitos, nos descortinam uma dinâmica de sociabilidade entre esses indivíduos.

As visitas às redações, possivelmente, eram motivadas pelas oportunidades de conversas, pela busca às descontraídas prosas. Ora, as redações não são espaços de construção dos periódicos? Sem dúvidas. Mas também elas foram ambientes que abrigaram as conversas dos intelectuais natalenses. As conversas faziam parte da dinâmica das redações. Vejamos como Pedro de Alcântara Pessoa Melo recorda os momentos de bate-papos entre os redatores da revista literária *Oásis*:

Lembro-me salvo algum lapso de memória, de Alfredo Carvalho, Cornélio Leite, Cícero Moura, Hervêncio Mariano, João Câncio, Uldarico Cavalcanti, Aurélio Pinheiro, os irmãos Fernandes (Sebastião e Raul), Antônio Soares, Alcino Carneiro, Galdino Lima. Esse grupo, tôdas as tardes, se reunia no seu bureau – cubículo situado nos fundos do prédio ocupado pela Chefatura da Polícia, à rua Conceição. Mantinhamos ali nossa sede, nossa oficina tipográfica (3 caixas de tipos e um prelo manual) e nossa redação tudo isso nos custando o aluguel mensal de 10.000 réis. Nossas tertúlias se prolongavam até o anoitecer. Palestrava-se, discutia-se, trocavam-se ideias sobre vários assuntos, tudo num tom ameno, na mais estreita cordialidade⁶³⁶.

O fragmento destacado acima é um pouco longo, mas merece a nossa atenção devido às ricas alusões contidas nele. Pedro Melo fez parte da redação da *Oásis* desde o ano de 1899 até 1904. O autor expôs suas memórias em uma conferência na Academia Norte Rio-grandense de Letras, em 1962. Pedro Melo recorda dos aspectos físicos da redação da revista *Oásis*. O ex-redator ressaltou as tertúlias como parte da dinâmica desta redação. Mais do que isso. Pedro Melo estimula-nos a refletir sobre a condição física da redação. A descrição construída pelo autor remete-nos a uma redação de condição precária. O escritório da *Oásis* estava localizado em um recinto pequeno e alugado, em um ambiente que cumpria outras funções além daquelas relacionadas à produção da revista. A condição material, e de estrutura, da redação da revista literária não pode ser generalizada para todas as demais redações existentes na cidade do Natal. Alguns escritórios possuíam redações próprias. Outros

⁶³⁶ MELO, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Op cit.* p. 18

funcionavam em recintos alugados. Outros, ainda, eram estabelecidos na própria residência do redator-chefe do jornal ou revista.

No entanto, há um ponto específico nas memórias de Pedro Melo que nos chama a atenção. O ex-redator da *Oásis* relata a reunião que ocorria “todas as tardes”, o que nos sugere pensar que os redatores da revista literária não se reuniam pelo turno da manhã. Então, a redação não funcionava pela manhã? E o que seus redatores faziam no turno matutino na cidade do Natal? Ocupavam outros cargos. Na segunda parte referente a essa dissertação discutimos a inexistência de uma profissionalização de escritores na cidade do Natal, devido ao pouco rendimento financeiro que a atividade proporcionava. Do mesmo modo, a atividade como redator de um periódico não era exercida de modo exclusivo por esses indivíduos. Em suma, é possível que um redator de jornal não desempenhasse a profissão exclusiva de redator.

Como demonstramos na segunda parte desta dissertação, alguns intelectuais, redatores de jornais, desempenhavam outras atividades na cidade do Natal. Galdino dos Santos Lima, por exemplo, bacharel em Direito, ocupava o cargo de procurador geral do estado do Rio Grande do Norte. Sebastião Fernandes e Antônio Soares também compunha o grupo dos bacharéis que desempenhavam a função de redatores no jornal, ambos atuavam, respectivamente, como procurador fiscal do Tesouro de Natal e promotor público do estado. José Alcino Carneiro e Aurélio Pinheiro não seguiam as carreiras jurídicas proporcionadas pelo curso de Direito, no entanto, desempenhavam as ocupações de amanuense do estado⁶³⁷. Em suma, podemos perceber que o ofício de redigir não era uma atividade de dedicação exclusiva para os homens de letras da cidade.

Mesmo não podendo falar em exclusividade, percebemos que a atividade de redator dos periódicos era uma atividade levada a sério. Os redatores podiam exercer várias funções no jornal, indo desde redatores de textos a escritores de contos, crônicas, prosas, romances, críticas literárias. Nas pesquisas empreendidas nas páginas dos jornais, identificamos uma espécie de comprometimento com a atividade na redação. Um redator de jornal ou de revista deveria zelar pela formalidade, pelo uso de um padrão culto de linguagem, pela clareza das ideias. Ora, se a ideia era propagar ideias era preciso fazer isso de forma clara e objetiva.

A redação, portanto, era o espaço de elaboração, de criação, de produção intelectual. E não apenas criar. No mesmo ambiente examinava-se o que ia ser veiculado nos periódicos,

⁶³⁷ José Alcino Carneiro foi um dos fundadores do grêmio *Le Monde Marche* em 1894, associação literária responsável pela publicação da revista *Oásis*. Ocupou o cargo de amanuense na secretaria do governo do Rio Grande do Norte e segundo escrivão do estado. Aurélio Pinheiro, por sua vez, desempenhava funções de funcionário do Tesouro do estado.

sobretudo, no que diz respeito às contribuições dos colaboradores. Os colaboradores diferem-se dos redatores por meio de suas participações esporádicas nos jornais. Em suma, os colaboradores não integravam as redações. Eles contribuíam para a construção do jornal enviando para este, de vez em quando, suas produções literárias. Podemos concluir, portanto, que suas visitas nas redações ocorriam de modos informais.

É preciso enfatizar o quanto os escritórios dos periódicos eram ambientes vivos, dinâmicos. Além das interações promovidas entre redatores e colaboradores dos jornais e revistas, as redações também recebiam a “visita” de outros periódicos que circulavam pela cidade. Observemos:

Garoto - jornal que se edita em Natal, sob a direção do inteligente moço F. Apollinario Dantas, festejará no próximo domingo o seu 2º aniversário de gloriosa existência para cujo fim *O Olophote* recebeu um atencioso convite de seu director. (...) Agradecemos a gentileza do “Garoto”⁶³⁸.

No trecho acima, o jornal literário *O Olophote* agradece a solicitação de comparecimento no festejo de aniversário do jornal *O Garoto*, fundado em 1917. O agradecimento do convite emitido pelo *Olophote* é apenas um dos indícios da existência de uma comunicação entre as redações dos periódicos em circulação pela cidade. Curiosamente, percebemos que os grupos de redatores responsáveis pela produção de um jornal passavam a ser titulados com o nome do jornal. Não existiam “os redatores de *O Garoto*”, mas a redação de *O Garoto*. Uma redação representava uma unidade. E unidades que estavam em constante comunicação com outras unidades da cidade do Natal.

Por meio das redações, as ideias circulavam, e não apenas nas páginas dos jornais vendidos. O jornal de uma redação era distribuído gratuitamente em outro estabelecimento, como podemos observar no seguinte agradecimento: “distribuiu-se hontem o *Oasis* em edição especial commemorativa do 4º anniversario do ‘Grêmio Le Monde Marche’ fundador daquelle periódico litterário (...) Nossos parabéns a briosa mocidade do ‘Le Monde Marche’”⁶³⁹. Na coluna *Nosso arquivo*, publicada no ano de 1898, o jornal *A Republica* agradeceu e comentou o recebimento da revista literária *Oasis*.

O caso do envio do jornal, gratuito, da redação da *Oasis* para a redação de *A Republica* não foi um hábito isolado na dinâmica constituída entre os redatores. Em 25 de outubro de 1898, *A Republica* direciona seus agradecimentos a outro periódico: “Visitou-nos o nº 12 d’*A*

⁶³⁸ GAROTO. *O Olophote*. Natal, 9 fev. 1919.

⁶³⁹ O NOSSO ARQUIVO. *A Republica*. Natal, 10 set. 1898.

Tribuna, a interessante revista do ‘Congresso Literário’, como sempre inteligentemente dirigida⁶⁴⁰. Como podemos perceber, os redatores da revista literária *A Tribuna* também distribuíam suas produções intelectuais. Atentamos para a utilização do termo “visitou-nos” de modo que fosse possível que os jornais “visitassem” uns aos outros. Podemos identificar uma personificação dos periódicos, das redações, uma vez que a faculdade de visita consiste em uma ação pessoal que, nesse caso, é atribuída a um objeto inanimado, a saber, os jornais e as revistas.

Em alguns outros casos, os periódicos eram distribuídos por meio de visitas de redatores dos próprios jornais doados:

Recebemos os ns. 5 e 6 de novembro e de dezembro do anno passado deste interessante orgam do Gremio Polymathico. Entre outras produções litterarias destaca-se a *Sertaneja*, de Policarpo Feitosa, que muito agrada em sua leitura. Agradecemos a visita do collega, a quem desejamos prollongada existência⁶⁴¹.

No caso selecionado acima, a distribuição da *Revista do Rio Grande do Norte* à redação do jornal *Diário do Natal* foi realizada pelo próprio redator da revista literária do *Grêmio Polymathico*. O fragmento destaca a visita de Policarpo Feitosa, pseudônimo de Antônio José de Melo e Souza, redator do jornal *A Republica*, redator da *Revista do Rio Grande do Norte* e fundador da associação literária *Polymathico*. Os envios e os recebimentos de periódicos de cunho literário entre as redações estabelecidas em Natal indicam a existência de uma dinâmica de troca. As palavras circulavam nos ambientes de produção dos jornais. Acreditamos que esses redatores, ao doarem e/ou ao serem presenteados com periódicos produzidos em outras redações, constituíam uma verdadeira rede de intelectualidade, enviando ideias e, concomitantemente, recebendo em troca, outras ideias.

No mais, as redações também obedeciam a outras dinamicidades. Os escritórios dos jornais ainda atuavam como ponto de comercialização dos periódicos, como podemos observar no fragmento abaixo:

O Olophote, amigo dos lisos cheio de contentamento, faz hoje um verdadeiro ato de caridade, abrindo e suas columnas, uma subscrição necessária cujo apurado será entregue ao porphino para cortar as unhas e o cabello da nossa sympathica caveira de murissoca.
Redação d’O Olophote..... r\$ 200

⁶⁴⁰ O NOSSO ARCHIVO. *A Republica*. Natal, 25 out. 1898.

⁶⁴¹ REVISTA do Rio Grande do Norte. *Diário do Natal*. Natal, 23 mar. 1900.

Redação d'O Garoto..... r\$ 100⁶⁴²

Em seu segundo número, o jornal literário *O Olofote* anunciava as formas de aquisição e os valores do seu respectivo jornal e do jornal *O Garoto*. Deixando de lado o tom de chacota presente no anúncio, o texto publicado em *Olofote* permite-nos questionar acerca das atividades de venda e de compra nas redações dos jornais. Dificilmente os periódicos em circulação na cidade do Natal possuíam mais de um ponto de venda, ou ainda fossem comercializados em outros ambientes que não as redações. Em alguns casos, como será mostrado posteriormente, os jornais e as revistas eram vendidos em lojas comerciais ou na livraria *Cosmopolita*. Todavia, o mais comum era que o público que desejasse ler o periódico fosse adquiri-lo mediante a visita nas redações específicas.

As compras e as vendas dos jornais e das revistas não eram a única forma de diálogo entre a redação e o público-leitor. Normalmente, os periódicos autorizavam o envio de cartas e telegramas para os endereços dos escritórios dos redatores. As correspondências eram convencionalmente publicadas nas páginas dos jornais. Para ilustrar, destacamos o seguinte exemplo: “Ulysses Caldas, 20: mulher seria aproveitando a ausencia marido Ceara namora brigada”⁶⁴³. No entanto, a natureza das correspondências enviadas à redação obedecia às mais variadas formas. No caso do telegrama mencionado, publicado no jornal *O Papa-figo*, a correspondência possuía um caráter de denúncia. Em outros casos, os telegramas possuíam caráter informativo: “Cidade, 20: Melhoramentos: consta que um grupo de deputados lançarão na próxima sessão do Congresso Modernista um projecto para que seja asphaltada do a rua 21 de Março”⁶⁴⁴. Em outros ainda, as correspondências eram direcionadas diretamente para os próprios redatores dos jornais: “Rocas, 12: J. Leite, congratulo me amigo reaparecimento ilustre semanário teu “Olophote” – Ismael”⁶⁴⁵.

A forma mais comum das correspondências enviadas aos jornais era a seguinte: nome da rua ou do bairro da cidade e o número da residência. Não nos é possível averiguar a veracidade dos fatos, ou seja, se, de fato, eram leitores que emitiam os telegramas e as cartas endereçadas às redações. No entanto, o ato de publicação das correspondências, frequentemente nas primeiras páginas dos periódicos, indica-nos a existência de um diálogo entre redatores e públicos. Ainda que os telegramas e as cartas fossem forjados ou manipulados, o que nos fica é a impressão da existência de uma comunicação dinâmica, de um diálogo entre os escritórios de redação e entre os jornais e o público.

⁶⁴² O OLOPHOTE. Natal, 05 jan. 1919.

⁶⁴³ TELEGRAMAS. *O Papa-figo*. Natal, 24 dez. 1922

⁶⁴⁴ TELEGRAMAS. *O Fon-fon*. Natal, 21 set. 1920.

⁶⁴⁵ CARTAS E TELEGRAMAS DE FELITICAÇÕES. *O Olophote*. Natal, 12 jan. 1919.

6.2 As oficinas tipográficas

As tipografias estabelecidas na toponímia da cidade do Natal, como já mencionado, completavam as atividades iniciadas nas redações. O setor tipográfico era responsável pela materialização das ideias elaboradas nas redações, uma vez que as oficinas de tipografias abrigavam o trabalho de composição, de impressão, de revisão e de estereotipia⁶⁴⁶ antes de os periódicos serem postos em circulação. Logo, quando a redação e a tipografia não estavam localizadas em um mesmo ambiente, os redatores encaminhavam os textos produzidos nos escritórios de redação para as tipografias.

Os estabelecimentos tipográficos não imprimiam apenas periódicos. Contudo, foram as impressões dos jornais e das revistas que introduziram, progressivamente, novas formas de organizar o trabalho nas tipografias e possibilitaram meios de exploração comercial⁶⁴⁷. No entanto, outros tipos de impressos compunham as atividades tipográficas. Algumas tipografias anunciavam: “Esta typographia acha-se apta para fazer todos os serviços de impressões, como sejam – livros, relatórios, jornaes, pamphletos, conhecimentos facturas, memorandums, talões, etiquetas, recibos, legendas”⁶⁴⁸. Outras anunciavam suas novidades: “Dispondo de material todo novo faz qualquer trabalho de impressão – como cartas de convite, de participação de casamento, de enterro, annuncios avulsos, & &. Preços á vontade de quem fizer a encomenda”⁶⁴⁹. Nos anúncios destacados, podemos observar os sortimentos de impressos oferecidos pelas tipografias na cidade do Natal.

Quanto ao procedimento de impressões não parecia ser tão simples. Não bastava o encomendador solicitar a produção de um determinado número de exemplares de um tipo de impresso. Primeiro, o encomendador deveria escolher o papel, as letras, as imagens que iam compor a impressão tipográfica. As oficinas tipográficas tinham costume de imprimir publicações, normalmente denominadas catálogos, specimes ou amostras, de tipos. Nessas publicações encontravam-se os tipos móveis, de metal ou de madeira, utilizado para a impressão textual, formados por caracteres alfabéticos, sinais de pontuação, números, símbolos e emblemas⁶⁵⁰. Sendo assim, as tipografias apresentavam seus catálogos aos

⁶⁴⁶ TSHICHOLD, Jan. Arte tipográfica. In: _____. *A forma do livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro*. Cotia, SP: Atelier Editorial, 2007. p. 89.

⁶⁴⁷ BELO, André. Na era de Gutenberg: outras publicações. In: _____. *História & livro e leitura* (Coleção História & Reflexões, 3) Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 84

⁶⁴⁸ TYPOGRAPHIA DA REPUBLICA. *A Republica*. Natal, 05 set. 1920.

⁶⁴⁹ NOSSA TYPOGRAPHIA. *Diário do Natal*. Natal, 08 out. 1900.

⁶⁵⁰ Sobre catálogos das oficinas tipográficas consultar: LIMA, Edna L. Cunha; FARIAS, Priscila L.; ARAGÃO, Isabella R. *Catálogos de tipos móveis: contribuição para a história (tipo)gráfica*. Disponível em:

usuários a fim de que este último pudesse escolher os tipos e tamanhos das grafias que viriam a compor, por exemplo, os periódicos.

O trabalho nas oficinas tipográficas era uma verdadeira arte. Todo tipógrafo deveria saber decifrar os manuscritos, reproduzi-los em letra de forma, formar palavras, linhas e páginas. No interior das oficinas, havia uma hierarquia das funções: o gerente, impressor, revisor (ou corretor) e paginador. O gerente era responsável por realizar as contas das despesas, comprando papel e tinta como também pagando os salários aos operadores. A primeira etapa do trabalho consistia na impressão, como o próprio termo alude, era responsável pela composição e impressão das produções. Em seguida, o trabalho do tipógrafo era enviado ao revisor, homem que iniciava o seu trabalho com a leitura em voz alta do texto original, podendo censurar textos ou partes. O corretor completava o trabalho do tipógrafo acrescentando pontos, corrigindo erros e retirando palavras sem conexos. Finalmente, o impresso alcançava a mão do paginador. A função exercida pelo paginador na tipografia foi minuciosamente descrita por Roger Chartier:

O papel do paginador na oficina tipográfica ultrapassava a mera função de numerar e de arrumar as páginas por tamanho. O paginador deve ser um caráter sociável e boas maneiras, pois que devido ao seu elevado cargo de responsabilidade se encontra em contínuo contato com o gerente, revisor, impressor e ainda com o autor, que a ele se dirige em todas suas dúvidas e dificuldades a qual deve o paginador prestar todos os esclarecimentos⁶⁵¹.

Ainda que, no fragmento acima, Roger Chartier faça uma alusão às oficinas tipográficas francesas do século XVIII, podemos conjecturar que os jornais e as revistas produzidas no século XIX e início do XX, mesmo quando feitos artesanalmente, não tinham uma composição simples. A construção da imprensa contava com hierarquizações de trabalho, eram iniciados desde as redações, onde estavam reunidos os autores dos periódicos que chegavam às oficinas.

Dentro das oficinas tipográficas, as composições dos periódicos – bem como outros impressos – agrupavam um conjunto de pessoas em contato com a palavra escrita. Os tipógrafos possuíam um papel fundamental no universo literário: “se transformavam no intermediário entre o criador da obra e o leitor”⁶⁵², o que fazia desses operários trabalhadores incomuns. Os tipógrafos diferenciam-se de outros trabalhadores. Eles eram “imagem do

<http://www.academia.edu/876324/Catalogos_de_tipos_moveis_contribuicoes_para_a_historia_tipo_grafica_brasileira>. Acesso em: 12 de dezembro de 2012.

⁶⁵¹ CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 35.

⁶⁵² *Ibid*, p. 39.

artista/artesão de um ofício detentor de um conhecimento, de um saber”⁶⁵³, eram “transformados em seres sacralizados por serem eles verdadeiros ‘obreiros do pensamento’”⁶⁵⁴, eram tocados pelas ideias que materializavam ajudando difundi-las.

Não fazemos uma alusão ao tipo de trabalho e à importância do tipógrafo na composição da imprensa da capital potiguar em vão. Quando lidamos com produções, difusões e circulações das palavras escritas é essencial que enfatizemos todos os indivíduos que possibilitavam tal execução. Nesse sentido, afirmamos que os tipógrafos de Natal participavam do circuito comunicativo instituído na cidade junto aos homens de letras potiguares.

Luís da Câmara Cascudo relembra o primeiro tipógrafo da cidade do Natal: Luiz Carlos Lins Wanderley. Nascido em 1878, o “jornalista veterano trouxera o prelo e as caixas de tipos, suas armas de combate aos saquaremas, apelido dos conservadores. Luiz Carlos instalou-se num casarão onde foi a Intendência Municipal”⁶⁵⁵. Luiz Carlos Wanderley foi o primeiro impressor do jornal *A Republica* (1889) e formou o aprendiz José Alcino Carneiro, que trabalhou na tipografia do jornal ao lado de outro importante tipógrafo da cidade Augusto Leite⁶⁵⁶.

Augusto César Leite (1863-1921) atuou como gráfico, na função de distribuir e de lavar de tipos. Era conhecido como “o homem dos sete instrumentos, aquele que harmonizara as deficiências da precária e dificultosa aparelhagem do velho prelo e das gastas caixas de tipos, compradas por Pedro Velho ao experiente Wanderley”⁶⁵⁷. Augusto Leite trabalhou, inicialmente, na oficina do jornal *Correio do Natal* e, depois, na tipografia do jornal do partido conservador *Gazeta do Natal* (1890). Ainda nos fins do século XIX, Augusto Leite passou a integrar o jornal *Rio Grande do Norte*. Em seguida, o tipógrafo exerceu função na oficina do jornal *A Republica* até o ano de 1901, preenchendo as lacunas deixadas por

⁶⁵³ ASA, Briggs; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 25.

⁶⁵⁴ RAMA, Angel. *Op. Cit.* p. 50.

⁶⁵⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. Actas Diurnas. O primeiro tipógrafo. *A Republica*. Natal, 01 jul. 1959.

⁶⁵⁶ José Alcino Carneiro, já com 15 anos, trabalhou como aprendiz de tipógrafo com o operário açusense Luiz Carlos Wanderley nas oficinas do jornal *O Correio de Natal* (1888). Luiz Carlos Wanderley foi o primeiro impressor do jornal *A Republica*, no ano de 1889. No início, José Alcino trabalhou com seu mestre atuando como “pombo-correio” da tipografia. Enviando as “provas tipográficas” para a revisão exercida por Pedro Velho, fundador do mencionado jornal. José Alcino trabalhou como tipógrafo de *A Republica* até 22 de abril de 1908 ainda chegou a participar do grêmio literário *Le Monde Marche*, ocupando o cargo de redator da revista literária *Oasis* do ano de 1898 ao ano de 1903. Consultar: A Imprensa do RN tem história para contar.... Suplemento Nós, do RN. *Diário Oficial do estado do Rio Grande do Norte*. Ano II. Nº 22. Setembro, 2006. Disponível em: <<http://www.dei.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/dei/arquivos/nosdorn/nos0906.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

⁶⁵⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. Actas Diurnas. O primeiro tipógrafo. *A Republica*. Natal, 01 jul. 1959.

Augusto Tavares de Lyra e Eloy de Souza – que saíram do jornal para ocupar cargos políticos. Logo, Augusto Leite passou a ser gerente e diretor técnico do jornal *A Republica*.

O tipógrafo quando saiu da oficina, juntamente com Pedro Avelino, criou o jornal *Gazeta do Comércio* (1901)⁶⁵⁸. Durante a década de 1910, Augusto Leite ainda chegou a estabelecer na cidade a sua própria tipografia localizada na Travessa Nísia Floresta, número 3. Posteriormente, mudou para a Rua Doutor Barata, número 27, no bairro da Ribeira, onde foi responsável pela impressão de alguns jornais da cidade⁶⁵⁹.

Além de Augusto Leite, outra oficina tipográfica significativa na cidade do Natal foi o Atelier M. Vitorino, localizado na Rua coronel Pedro Soares, número 8. O atelier, dirigido por Carlos Policarpo, desenvolveu atividades de tipografia. A oficina prestou amplamente seus serviços aos escritores da cidade, principalmente na década de 1920, “contribuiu para que muito livro tivesse vida e movimento”⁶⁶⁰. A tipografia, além de ter produzido os periódicos literários *Terra Natal* (1922), *Fon-fon* (1920) e *Atualidade* (1920), ainda promoveu a publicação dos livros dos escritores: Luís da Câmara Cascudo (*Alma Patrícia*), Henrique Castriciano (*Educação da mulher no Brasil*), Virgílio Trindade (*Flechas*) e Ponciano Barbosa (*Livro Humilde e Dúvida*)⁶⁶¹.

Além da importância dos trabalhos tipográficos nas oficinas do jornal *A Republica*, de Augusto Leite e do atelier de M. Vitorino, a cidade do Natal, entre os anos de 1889-1930, possuiu outros estabelecimentos tipográficos, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro nº 17: Tipografias instaladas na cidade do Natal (1889-1930)⁶⁶²

Nome da tipografia	Jornais que imprimiu	Localização	Observações extras
Tipografia do jornal Correio do Natal	O Corrisco (1888-1889) O Têntamen (1888-1889)	Não informado	Tipografia de João Carlos Wanderley, mecenas, por muito tempo, da literatura norte-riograndense estimulando os jovens

⁶⁵⁸ Não sabemos por qual motivo Pedro Avelino e Augusto Leite romperam com o jornal *A Republica*. O que temos conhecimento acerca é que o jornal *Gazeta do Comércio* contou a participação de Pedro Avelino, Augusto Leite e Pedro Alexandrino na composição da redação do jornal. O jornal estabeleceu uma tipografia na Travessa da Rua Frei Miguelinho. *O Gazeta* foi o primeiro jornal a ser publicado no século XX em Natal. Consultar: FERNANDES, Luiz. *Op. Cit.*, p. 36.

⁶⁵⁹ Na tipografia de Augusto Leite imprimiu-se os seguintes jornais: *O Potengi* (1910), *Correio do Norte* (1912), *A Platéia* (1916), *O Parafuso* (1916) e *O Pangaio* (1917). Informações extraídas de: MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da Imprensa do Rio Grande do Norte (1909-1987)*. *Op. Cit.*

⁶⁶⁰ CASCUDO, Luis da Camara. Em louvor de Carlos Policarpo. Actas diurnas. *A Republica*. Natal, 10 jul. 1959.

⁶⁶¹ *Idem*.

⁶⁶² Este quadro foi composto por meio das pesquisas nas obras de FERNANDES, Luiz. *Op. Cit.* e MELO, Manoel Rodrigues de. Ambos esforçaram-se para produzir registros sobre a história da imprensa no estado do Rio Grande do Norte. Portanto, o quadro aqui apresentado é composto de informações extraídas, e reunidas, nas duas obras mencionadas.

			publicando-lhes jornais.
Tipografia da Gazeta do Natal	Gazeta do Natal (1888), A Inspiração (1889-1890), A Sentinela (1890), A Pátria (1890)	Não informado	
Tipografia Norte Rio-Grandense	Norte-rio-grandense (1889), Diário do Natal (1890)	Rua 13 de Maio, número 49	Propriedade de Luís Antônio Ferreira Souto
Tipografia d'A Republica	A Republica (1889), O Porvir (1889-1890), Revista do Rio Grande do Norte (1898-1900) Potiguarânia (1890), O Caixeiro (1892-1894), Terra Natal (1924), Letras Novas (1925)	Rua Treze de Maio, 51. Rua Senador José Bonifácio, nº 2. (em 1891) Rua Correia Teles, número 6 (em 1901)	-
Tipografia do Rio Grande do Norte	O Porvir (1889-1890), Rio Grande do Norte (1890-1896), Tribunal Juvenil (1890), A Mocidade (1890), O Potiguar (1892, do Clube Recreio Juvenil), O Atleta (1893, do Grêmio Literário Natalense)	Rua Tarquínio de Souza, (posteriormente Rua do Comércio, número 30)	-
Tipografia Central	Oásis (1894) O Santelmo (1891) A Tribuna (1897 – 1904) O Artista (1891-1892) O Thleta (1893)	Não informado	-
Tipografia de O Nortista/Libro-	O Patrão (1893-1894) Diário do Natal	Rua Visconde do Rio Branco, nº 28	Tipografia adquirida por

Tipografia-Natalense/Diário do Natal	(1895-1908) Oásis (1894-1904), O Íris (1897 – 1898) O Planeta (1896) A urtiga (1898)	(mudou-se para Rua da Conceição, número 43)	Elias Souto para melhoria do seu jornal.
Tipografia de O Potengi	O Potengi (1906-1908)	Rua da Campina, S/N (posteriormente Rua Sachet, e depois Duque de Caxias)	Tipografia de Manuel Pimenta e Pedro Pimenta, tipógrafos profissionais.
Tipografia de Augusto Leite	Gazeta do Comércio (1901-1908, de Pedro Avelino, Augusto Leite e Severino Silva) O Pangaio (1917) Correio do Norte (1912) O Parafuso (1916) A Platéia (1916) O Potengi (1910)	Rua Dr. Barata (antiga rua Correia Teles) número 27 (Travessa Nisia Floresta)	Tipografia particular do tipógrafo Augusto Leite
Tipografia M. Vitorino A. Câmara e Cia	Terra Natal (1922) Fon-fon (1920) Atualidade (1920)	Rua Pedro Soares, S/N (posteriormente, mudou-se para Rua 21 de Março)	-
Tipografia Flor do Sertão	A Encrenca (1913)	Não informado	Tipografia de Nizário Gurgel
Tipografia Comercial José Pinto & Cia	Flor do sertão (1912) Via-láctea (1914)	Rua Pedro Soares, número 21	Tipografia de José Pinto e João Estevão Gomes
Tipografia de nome não identificado	O Laço (1930) O Potengi (1929)	Av. Tavares de Lira, número 88	-
Tipografia de João Leite Cordeiro	O Olofote (1919)	Não informado	-
Tipografia da Gazeta do Comércio	O Pyrilampo (1905) O Trabalho (1905) Oásis (1894) Revista do Instituto Histórico e Geográfico (1903-1908) (3 primeiros números)	Travessa da Rua Frei Miguelinho, número não informado	Propriedade de Severino Lima

Tipografia Folha do Povo	O riso (1927)	-	Tipografia de Sandoval Wanderley
Tipografia de O Século	Oásis (depois de 1900) A Tribuna (1897 – 1904) Revista do Instituto Histórico e Geográfico (1903-1908) O Potiguar (1904-1908) PAX (1907-1908)	Rua 28 de Setembro, S/N (posteriormente mudou-se para Praça do Mercado, nº 4)	-

Diferentemente das redações, não se tinha em Natal uma tipografia para cada jornal. Como podemos identificar no quadro número 17, houve oficinas tipográficas responsáveis por três ou mais impressões de jornais. Se cada jornal ou revista expressava uma ideia, uma proposta em particular, podemos supor que, no interior desses ambientes tipográficos, havia uma heterogeneidade de ideias, de opiniões, de objetivos.

A acumulação dos serviços de impressão de vários periódicos nos faz pensar sobre a existência de constantes visitas dos redatores dos jornais às oficinas tipográficas, e vice-versa. Redatores de um dado jornal iam à tipografia responsável pela impressão do mesmo. O paginador deveria retornar aos autores do manuscrito em caso de dúvidas. Estava aí estabelecida uma dinâmica. Através das visitas, esses homens reunidos nas atividades de imprensa sociabilizavam-se. As ideias circularam, fosse por meio dos manuscritos entregues nas tipografias, fosse por meio dos bate-papos nas visitas às oficinas ou às redações.

A este argumento podemos acrescentar também a dificuldade dos pequenos jornais em possuir uma oficina tipográfica. Foram poucos os que tiveram sua redação e sua tipografia localizada em um mesmo ambiente, tendo que recorrer aos serviços de impressões já existentes na cidade. Em casos raros, os redatores também eram tipógrafos, o que facilitava o estabelecimento de uma tipografia particular para a produção do periódico⁶⁶³.

Outro apontamento pertinente ao quadro número 17 é acerca das localizações das oficinas no solo urbano natalense. Retornamos, novamente, a preferência pela fixação dos estabelecimentos nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta. Como já mencionamos, eram partes da cidade que tinham um intenso movimento e de fácil acesso aos contratantes dos serviços

⁶⁶³ Entre os casos raros podemos mencionar o caso de Augusto Leite e João Leite Cordeiro. Como já mencionado, Augusto Leite fundou na cidade a sua tipografia particular, estabelecendo, conjuntamente, o jornal intitulado *Gazeta do Comércio* (1901). No caso de João Leite Cordeiro, o tipógrafo fundou o jornal *O Olophote* (1918). João L. Cordeiro, imprimia o jornal na sua própria oficina tipográfica.

tipográficos, sobretudo para as redações. Por fim, devemos chamar atenção para o número de tipógrafos que dirigiam as oficinas em Natal. Nomes que não se resumiam apenas em Luiz Carlos Wanderley, José Alcino Carneiro, Augusto Leite e Carlos Policarpo. Identificamos mais indivíduos envolvidos nas atividades de contato com as palavras escritas, entre eles Luís Antônio Ferreira Souto, Elias Souto, os irmãos Pedro e Manuel Pimenta, Nizário Gurgel, José Pinto – que chegou a realizar serviços também na oficina tipográfica de *A Republica* – Severino Lima, Sandoval Wanderley e João Estevam Gomes.

Pensamos que o considerável número de tipografias, bem como de tipógrafos, em funcionamento na cidade pode identificar um possível negócio lucrativo. Oferecer serviços tipográficos era rentável. Provavelmente, trabalhar como tipógrafo também, como nos leva a pensar o seguinte anúncio: “Typographo - Precisa-se de um habilitado em impressão e confecção de chapas na Typographia AUGUSTO LEITE. Paga-se bem”⁶⁶⁴. Infelizmente, não dispomos de informações acerca dos vencimentos mensais pagos àqueles que desempenhavam atividades nas oficinas. No entanto, é plausível que, diferente dos grupos de redatores, a atividade na tipografia era de dedicação exclusiva. Além do mais, os tipógrafos da cidade do Natal reuniram-se como conjunto de classe operária consciente.

No ano de 1923, fundou-se na cidade uma associação de tipógrafos objetivando “contribuir para o alevantamento moral e material da classe typographica”⁶⁶⁵. O grêmio, intitulado *Augusto Leite* e instalado na sede do Centro Operário Natalense, foi uma iniciativa do corpo tipográfico do jornal *A Republica*, que convidava:

seus colegas que estejam ou não em actividade, desta capital e do interior deste Estado, pessoalmente por representação para uma reunião íntima no próximo domingo 26 do corrente, às 13 horas, num dos salões da redação deste jornal na qual serão apresentados as bases de um plano associativo que visa o bem-estar desta classe. Natal, 20 de Agosto de 1923. Francisco Bulhões, Epiphany Noronha, Alberto Rodolpho, Miguel Trindade, Sergio Lima. Francisco Freire, Miguel Nascimento, Nestor Galhardo, Antonio Filgueira e Olavo Pó⁶⁶⁶.

No fragmento acima, percebemos o reconhecimento dos tipógrafos como sendo pertencentes a uma classe operária no ano de 1923. Essa não foi a primeira vez em que os trabalhadores das tipografias se nomearam assim. Em 1919, o jornal *O Olophote* dedicou ao

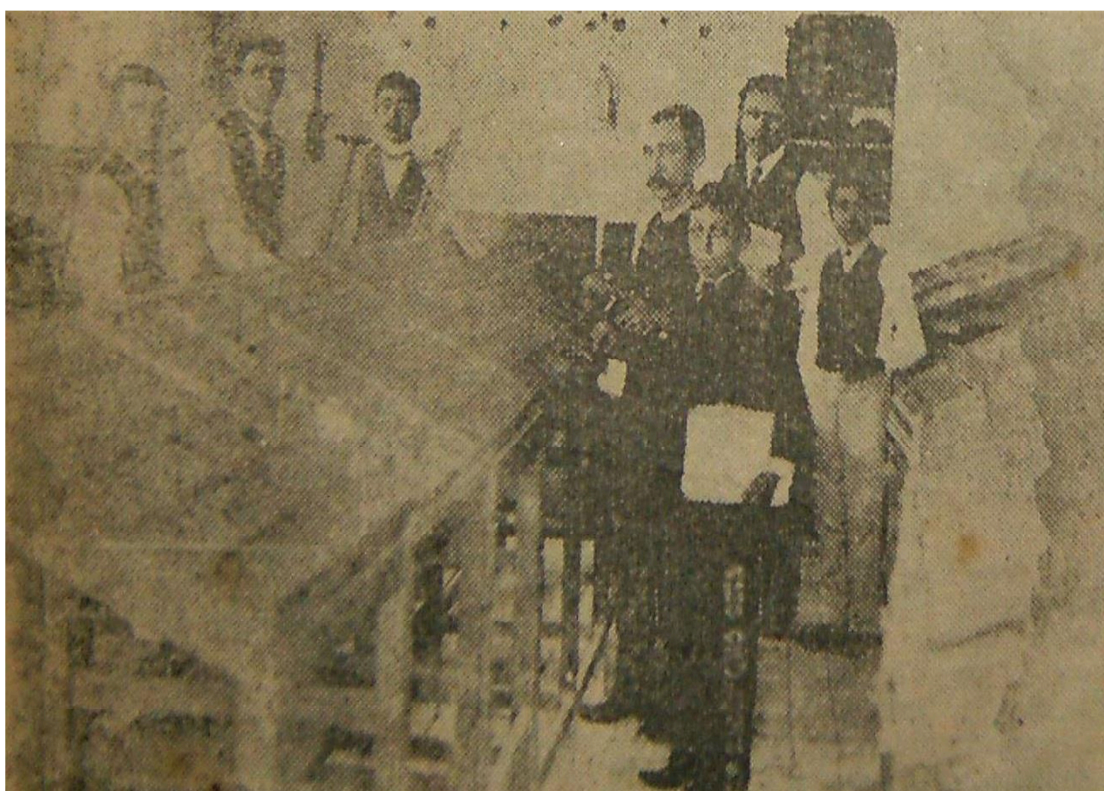
⁶⁶⁴ ANNUNCIOS. *A Republica*. Natal, 10 fev. 1923.

⁶⁶⁵ GRÊMIO TYPOGRAPHICO AUGUSTO LEITE. *A Republica*. Natal, 30 ago. 1923. Essa não foi a primeira vez que o nome de Augusto Leite foi eleito como chefe dos tipógrafos. Em 1919, o jornal *O Olophote* fez menção em reconhecimento dos serviços de Augusto Leite. Conferir: 14 DE MARÇO. *O Olophote*. Natal, 16 mar. 1919.

⁶⁶⁶ A REPUBLICA. Natal, 20 ago. 1923.

tipógrafo Augusto Leite o título de “chefe supremo da classe operaria”, acrescentando: “o gesto do operariado é o mais digno e justo possível, porquanto Augusto Leite é patrono merecedor desta classe a quem tantos serviços tem prestado”. Com consciência de pertencimento a uma categoria profissional, podemos perceber os tipógrafos da cidade como redes organizadas em reivindicações que abarcam problemas técnicos e econômicos no setor gráfico; enfim, que exigiam “o bem estar” da classe operária. Na figura seguinte, temos a imagem do corpo tipográfico do jornal *A Republica*:

Imagem nº 02: Interior da oficina tipográfica do jornal *A Republica*



Fonte: acervo particular de Willian Pinheiro.

Apesar da precariedade da imagem, podemos identificar nela alguns nomes conhecidos à redação do jornal oficial: Henrique Castriciano⁶⁶⁷ (terceiro jovem da esquerda para direita), José Pinto (também do lado esquerdo da imagem, ao lado de Henrique Castriciano, é o segundo jovem da esquerda para direita). Notamos ainda uma aparente jovialidade nas faces dos presentes na tipografia, ao ponto de identificarmos nitidamente dois garotos como trabalhadores da oficina, incorporando, assim, a classe profissional dos tipógrafos.

⁶⁶⁷ Henrique Castriciano, na época relativa à foto (final do século XX), ainda não fazia parte da redação do jornal *A Republica*. No entanto, o jovem escritor já mantinha constantes colaborações, desde 1891, para as páginas do periódico, ainda que seu status de colaborador só fosse oficializado no ano de 1897. Consultar: FERNANDES, Luiz. *Op. Cit.*, p. 42.

Ainda que os tipógrafos representassem um grupo de profissionais organizados, a profissionalização desenvolvia-se de maneira informal, uma vez que inexistiam, na cidade, cursos de formação para aqueles que almejavam operar as máquinas de prensa e tipos das oficinas tipográficas. Para todos aqueles que buscassem seguir a atividade de tipógrafo, o aprendizado era conduzido por um mestre, por alguém que já possuísse experiência na função. Tal como aconteceu com José Alcino e Carlos Wanderley. Nos registros de suas memórias, Pedro de Melo recorda quando iniciou sua atividade como tipógrafo em uma das oficinas em Natal:

Um dia fui procurado por Gotardo Netto, da Gazeta, o qual era portador de um convite de Augusto Leite para trabalhar ali. Atendi ao apelo e Augusto Leite recebeu me como um velho conhecido não obstante ser a primeira vez a estarmos juntos. Era difícil, logo de início, me apercebi, achar uma pessoa mais afável do que Augusto Leite, o qual foi logo explicando a situação da folha – o Redator-chefe e viagem, doente, isto, porém não devendo afetar a norma de vida do jornal na sua publicação diária. “Neste particular, continuo ele, você pode nos auxiliar muito”. Entrei logo em ação d’ali por diante vi quanto me fôra precioso o treino por mim adquirido no OASIS. Conhecendo composição e revisão me ambientei logo com o trabalho, podendo disso dar testemunho o meu particular amigo, penso aqui presente, o Dr. Francisco Ivo, na época, tipógrafo da Gazeta⁶⁶⁸.

O literato Pedro de Melo relata sua atuação como tipógrafo no jornal *Gazeta do Comércio*, fundado por Augusto Leite em 1901. O letrado menciona que, sob a orientação dos tipógrafos Francisco Ivo Cavalcanti e do próprio Augusto Leite, e, sobretudo, a sua prática nas oficinas da revista literária *Oásis*, pode ter bom desempenho em suas atividades na tipografia da Gazeta. Assim, a arte da tipografia era apreendida na prática pelos homens que iniciavam os trabalhos na imprensa na cidade desde muito cedo.

A ausência de um curso de formação para tipógrafos e, conseqüentemente, da falta de prática resultaram em momentos que exigiam novas adaptações. A imprensa, que tinha despertado na cidade do Natal desde o ano de 1832, não parava de avançar. A introdução das máquinas tipográficas, provavelmente na década de 1910, transformou o trabalho artesanal do tipógrafo em trabalho mecânico. Possuímos informações sobre a introdução das *máquinas Rotativas Marionne* nas oficinas tipográficas de Natal⁶⁶⁹, já mencionadas nesta dissertação.

As *Rotativas Marionne* correspondem às máquinas de impressão a vapor, cuja utilização pode ser tomado como considerável acontecimento para a imprensa e para a cidade,

⁶⁶⁸ MELO, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Op. Cit.* p. 25.

⁶⁶⁹ No fim da década de 1910, o jornal *O Olophote* anuncia uso das *Rotativas Marionni* em suas impressões. Ver: O OLOPHOTE. Natal, 10 fev. 1919.

visto que deve ter favorecido a agilidade e a nitidez dos jornais em circulação⁶⁷⁰. Isso induz a pensarmos na maneira pela qual “a mecanização deixava de ser uma experiência ligada à indústria e passava a ser disseminada em todo meio social”⁶⁷¹. O aumento de tiragens, bem como a sua melhoria visual, provavelmente, deve ter gerado efeitos no público-leitor desses suportes materiais. Assim, a mecanização da imprensa no Brasil atingiu, mesmo que tardiamente, a cidade do Natal.

Não almejamos aqui realizar a história das tipografias na cidade do Natal. O que pretendemos é enfatizar as relações existentes nas redações e nas tipografias da cidade, que não podem ser deixadas de lado quando se analisa a vida intelectual em Natal. Pensamos na diversidade de jornais que percorriam cada oficina tipográfica instalada na cidade, nas constantes movimentações nas oficinas. Quantas conversas não foram travadas nessas visitas? Quantas ideias não foram compartilhadas nesses estabelecimentos tipográficos? Quantas opiniões, propostas, projetos não foram descortinados nas leituras em voz altas ou nas revisões antes de levar os periódicos às ruas?

Se as tipografias eram ambientes de produção, de trabalho, também abrigaram as prosas entre os frequentadores das oficinas. As oficinas consistiram em recintos em que até “Pedro Velho, mesmo deputado, governador, senador da República, gostava de ir dar uma prosa nas oficinas”⁶⁷². Em uma alusão às constantes visitas às oficinas tipográficas do jornal *A Republica*, o coronel José Pinto ficou conhecido como “homem de imprensa”⁶⁷³. As conversas nas tipografias eram práticas indispensáveis pelos literatos da cidade do Natal, lugares de reuniões, de debate. Abaixo temos uma imagem da oficina tipográfica do jornal *A Republica*, também localizado na Avenida Tavares de Lira – próximo à redação do mesmo jornal.

⁶⁷⁰ Em 1866, Hippolyte Marionni inventou a rotativa, máquina que revolucionou o processo de impressão, passando a imprimir dez mil exemplares por hora, necessitando apenas de três operários para trabalharem na máquina. Identificamos o uso desses tipos de máquinas na Paraíba, pelo menos desde 1892, pelo tipógrafo Manoel Henrique de Sá. Para maiores informações, consultar: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da leitura na Paraíba de oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 214-215.

⁶⁷¹ VIANA, Hélder. Produção. In: _____. *Técnica, tecnologia e artefato: ensaios de aproximação*. Natal/RN: EDUFRN, 2012. p. 50.

⁶⁷² CASCUDO, Luís da Câmara. Actas diurnas. *A Republica*. Natal, 01 jul. 1959.

⁶⁷³ A REPUBLICA. Natal, 30 jun. 1911.

Imagem nº 03: Oficina tipográfica do jornal *A Republica*



Fonte: Foto Bruno Bourgard. Acervo: MIRANDA, João Maurício Fernandes de. 380 anos de História foto – gráfica da cidade de Natal (1599 – 1979). Natal/RN: EDUFRN, 1981. p. 34.

Ainda que as tipografias fossem ambientes que propiciassem as tertúlias, a prática não era bem vista. O *Mandamento da lei typographica* advertia quanto a esses maus hábitos:

Os mandamentos da lei typographica são dez; os tres primeiros pertencem a honra do publicado, e os outros sete á paz e proveito do dono do estabelecimento. 1º Pensarás que uma typographia é uma propriedade particular. 2º Não confundirás como uma taberna ou um botequim. 3º Pagarás os annuncios e as obras que mandares publicar. 4º Entrarás no estabelecimento como em um templo de arte. 5º Não palestrarás no escriptório da redacção, nem empatarás os typographos com perguntas viciosas. 6º Não te aproximarás da mesa de revisão. 7º Não te chegarás para os prelos nem para as caixas a ler ou a biscoitar os originaes, o que vale a censura que te esqueceste da educação que te deram. 8º Não terás estultas pretensões litterarias. 9º Escreverás limpa, clara e ortographicamente e o que publicará seja teu e não plagiado. 10º Corrigira's tuas provas, mas a tempo, sem exigir que te mandem a casa; e ao revisal'as não augmentala's por todos, nem elimina's paragraphos, causa de embaraço para qualquer typographo⁶⁷⁴.

Centremo-nos na apresentação dos mandamentos de número 1º, 2º, 4º e 5º. Percebemos que os quatro primeiros mandamentos da lei, publicados no jornal, eram

⁶⁷⁴ MANDAMENTO DA LEI TYPOGRAPHICA. *Diário do Natal*. Natal, 03 jan. 1900.

direcionados ao público que recorria às oficinas tipográficas. Nesses mandamentos, podemos identificar um apelo à importância e ao comprometimento com o trabalho realizado nesse ambiente. A tipografia, particularmente nesse caso a do jornal *Diário do Natal*, determina que um dos preceitos a ser seguido seja o de não confundir as oficinas com ambientes públicos, nem com tavernas e botequins. Aqui, certamente, estava uma reprovação dos “maus usos” realizados nas oficinas tipográficas.

Tavernas e botequins eram lugares públicos, voltados para uso público, para entrada e saída de pessoas, para conversas, para passar tempo. A tipografia não. As oficinas deveriam ser vistas como os “templos de arte”: contemplativos, taciturnos, quietos. Por fim, o quinto mandamento esclarece que as tipografias, bem como as redações, não eram lugares de dar palestras ou de incomodar as atividades tipográficas. As oficinas deveriam corresponder a ambientes onde se prezavam pela seriedade do estabelecimento, mesmo tendo esses abrigados tantas conversas no decorrer de suas atividades.

Sim. As tipografias eram locais de seriedade. Em certo sentido, esses tipógrafos tinham também um compromisso sério com a ilustração, com a instrução dos leitores. Ora, “é desafiador pensar a prensa tipográfica, principal instrumento na criação de uma nova cultura”⁶⁷⁵?, como afirma Robert Darnton, em estudo sobre a França do século XVIII. Decerto. Quando analisamos as tipografias, estamos pondo em discussão homens de letras que estavam envolvidos no circuito comunicativo natalense analisado até aqui, na medida em que estavam comprometidos com o conhecimento, e que reconheciam o poder da imprensa e sua força na divulgação do saber.

Por fim, questionamo-nos se as redações e as tipografias, na lógica dos espaços de sociabilidades intelectuais podem ser identificadas como espaços abertos ou fechados. Será que estes ambientes inseriam apenas redatores dos específicos periódicos e tipógrafos de dadas oficinas? Ainda que o *Mandamento da Lei Typographica* solicitasse a percepção das tipografias como propriedades particulares, preferimos pensar na existência de uma mobilidade e das interações que descortinamos neste capítulo.

Optamos por demonstrar as relações de afinidades existentes nesses recintos, bem como a comunicação de redatores e tipógrafos com o público. Instaladas em lúgubres ambientes da cidade do Natal, de maioria de iletrados, as redações e as tipografias, sem dúvidas, recém incluíram a capital norte rio-grandense no circuito da cultura letrada. No entanto, a cidade do Natal contou com outros ambientes onde se desenvolveram as atividades

⁶⁷⁵ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia de Letras, 1999. p. 16.

relacionadas ao universo literário potiguar. Nos salões literários promovidos nas residências, nas reuniões dos cantões, nas serenatas cantaroladas pelas ruas da capital, nos cafês e clubes, os literatos potiguares estabeleceram redes e discutiram literatura.

Capítulo 7

Ideias que caminham: os intelectuais e seus itinerários na cidade

7.1 Entre serenatas e saraus

A lua bem era a padroeira dos seresteiros – boêmios, fidalgos, que iriam com doçura e enlevo, e sempre fiéis à arte, despertar o sono das ‘amadas’, ou festejar o lar acolhedor de um amigo, com as vozes plangentes de modinhas sublimes, acompanhadas por violões de mestres. E não se perdia uma noite de luar, naquela época...⁶⁷⁶

Na citação acima, o literato Jaime Wanderley relata os tempos dourados das práticas de serenatas em Natal. Jaime dos Guimarães Wanderley (1897-1986) pertenceu ao universo literário da cidade do Natal na Primeira República. Formado em Farmácia, pela Escola de Farmácia de Pernambuco, o escritor ocupou os cargos de redator do jornal *A Republica* e de colaborador do jornal *A Imprensa*⁶⁷⁷, como já mencionamos acerca da relação do jovem escritor com o literato Luís da Câmara Cascudo no capítulo 05, *As relações de sociabilidade nas páginas dos jornais*. O intelectual fala de um costume de sua época. Época em que seresteiros saíam às ruas cantando e festejando, com amigos, as noites de lua cheia.

Principiamos, portanto, abordando um período pouco anterior aos encontros nos clubes recreativos da cidade, aos discursos eloquentes promovidos por conferencistas nos salões das instituições, às conversas animadas nos bilhares e nos cafês estabelecidos na capital potiguar. Já tecemos algumas considerações sobre a prática das serenatas no capítulo 01, *O movimento literário: do Império à República*. “Naquela época”, as serenatas consistiam em costumes e tradições de uma geração. Sem a diversão dos anos eufóricos da República, o hábito era sair pelas ruas tranquilas da cidade noturna, em grupo, entoando versos acompanhados pelo som de um violão. No século XIX, as serenatas tiveram a sua grande época na cidade do Natal.

A prática de serenatas foi possível devido ao desenvolvimento das modinhas no Rio Grande do Norte. As modinhas eram poemas musicados, isto é, obras compostas de melodias e de poesia. Jaime Guimarães Wanderley tece algumas considerações sobre a prática das serenatas:

⁶⁷⁶ WANDERLEY, Jaime dos G. *É tempo de recordar*. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1984. p. 92.

⁶⁷⁷ Jayme Wanderley é autor da obra *Fogo Sagrado*, publicada em 1926. Ao falecer, deixou 26 livros inéditos. Além das obras literárias, Wanderley também produziu peças de teatro e para novelas de rádio. Para mais informação sobre o autor: WANDERLEY, Ezequiel. *Poetas norte rio-grandense*. Op. Cit. p. 34

As serenatas atravessavam as ruas, cantando, parando à porta dos amigos, deliciando a noite, empolgando a vida. Mas, visavam sempre, no final, um lar amigo, cujas portas se abrissem festivas para o serão acolhedor e nobre que, embora a hora avançada da noite, providenciava, num improviso rápido, o preparo da ceia, matando e preparando galinhas e servindo bebidas⁶⁷⁸.

As serenatas eram urbanas. Em uma atmosfera de descontração, desenrolaram-se pelas ruas do Fogo – atual Rua Padre Pinto –, dos Tocos – atual Avenida Princesa Isabel – e no Beco Novo – atual Rua Voluntários da Pátria. Portanto, as serenatas eram as práticas desenvolvidas, pelos homens da cidade, das modinhas nas ruas natalenses. Enfatizamos que essa prática pertencia ao espaço público da rua uma vez que o gosto para com os poemas musicalizados também se desenvolveu, posteriormente, nos saraus realizados no interior das casas familiares natalenses.

No entanto, apesar de referirem-se a uma prática em que se misturavam lazer e música, as serenatas articulam-se de modo indissociável à vida literária que vinha desenvolvendo-se na capital do Rio Grande do Norte. Nas palavras de Luís da Câmara Cascudo, as serenatas teriam sido “a manifestação inicial literária aqui pelo nordeste e durante anos a única atividade intelectual, agente e participante nos meandros do coração e da cabeça”⁶⁷⁹. Portanto, como deixar de lado as serenatas ao falar das *sociabilidades intelectuais* na Natal republicana? Como deixar de rememorar as interações construídas nas noites de luas por aqueles que se diziam “os festejadores da vida”?⁶⁸⁰.

Devemos lembrar que o termo “festejadores da vida” consistiu no adjetivo utilizado pelo cronista João Amorim Guimarães para fazer referência aos seresteiros da cidade. Mesmo que os ambientes onde se desenvolveram as serenatas – as ruas, por excelência – não correspondessem a espaços fixos, havia nessa interação o exercício das práticas de sociabilidade, cujos intelectuais da cidade costumavam participar. Perambular pelas ruas escuras da cidade cantarolando poemas, às vezes de autorias próprias, era compartilhar produções literárias com outros escritores participantes das práticas das serenatas. A atmosfera de festejo instaurada pelas serenatas proporcionou momentos de interações entre iguais.

Embora de modo bastante informal, o costume de se realizarem serenatas consistiu na primeiras forma de confraternização entre homens letras. As declamações de versos românticos acompanhados pelo timbre dos violões proporcionavam aos literatos práticas de

⁶⁷⁸ WANDRLEY, Jaime dos G. *Op. Cit.* p. 93.

⁶⁷⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. Serenatas. *A República. Natal*, 13 jan. 1949

⁶⁸⁰ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p. 122

sociabilidade, ou seja, reuniões motivadas pelo simples gosto e desejo de conviver. As serenatas podem ser percebidas como formas de sociabilidade de outros tempos, no século XIX, a partir de um gosto em comum: o amor às modinhas e à arte seresteira.

Mesmo que praticassem o gosto pelas modinhas e pelas serenatas, os seresteiros não eram muito bem vistos pela sociedade natalense. Suas práticas eram ligadas à badernagem, à boemia, à má fama. Grande parte das serenatas eram iniciadas em locais onde se costumavam consumir “bebidas espirituosas”⁶⁸¹ até tarde da noite, e o resultado era reclamações à polícia potiguar como, por exemplo, as manifestadas no jornal *A Republica*:

Pedem-nos chamar a atenção do Sr. Capitão João Fernandes de Almeida, delegado de polícia do Bairro Baixo, para um bando de serenistas que vagueiam quase todas as noites, de violão ao peito, cantarolando modinhas e lundus os mais relativos possíveis ofendendo assim o pudor público. Ainda anteontem, esses noctívagos praticavam as maiores insolências em algumas ruas da Ribeira, com a agravante de fazerem estações nas portas das casas de família. Cumpre, portanto, à polícia, tomar as providências⁶⁸².

Era natural que a alta cantoria e os ânimos elevados dos seresteiros atentassem contra as tranquilas noites da cidade. A propósito, na época das serenatas, os potiguares ainda não possuíam o costume de sair às ruas à noite, sobretudo, pela falta de iluminação pública na capital norte-rio-grandense. Logo, as noites natalenses eram destinadas ao descanso e ao repouso da população. Em contrapartida, as modinhas iam de encontro ao costume mantido pela sociedade na época.

O que também nos chama a atenção é a quantidade (o número, o nome e a ocupação dos seresteiros) identificados nas memórias registradas acerca das noites de serenatas em Natal. Existiu na cidade o grupo denominado “Alma do Norte”, composto pelos seguintes literatos: Homem de Siqueira, Jaime dos Guimarães Wanderley, Renato Wanderley e Evaristo Martins de Souza. Outros nomes como José Wanderley, Milton Fagundes, Olavo Medeiros, João Martins, Macrino Medeiros juntavam-se aos literatos do grupo que “canta a saudade dos velhos tempos, canta a recordação de um passado de glórias e de triunfos”⁶⁸³.

As serenatas mais antigas contaram com a participação de considerável número de homens de letras da cidade, como: Pedro Viveiros, Nilo Noronha, Barôncio Guerra, Luiz Maranhão, Lourival Açucena, Ferreira Itajubá, Gothardo Neto, Ivo Filho, Ezequiel

⁶⁸¹ As bebidas espirituosas são caracterizadas, na época, como tipos de bebidas de caráter alcoólico.

⁶⁸² A REPUBLICA. *Natal*, 05 mai. 1909.

⁶⁸³ *Ibid*, p. 113.

Wanderley, Olímpio Batista, Erasmo Emerenciano, Antônio Glicério, José Vitoriano Medeiros, Nascimento Fernandes, Othoniel Menezes, Jorge Fernandes e Luís da Câmara Cascudo⁶⁸⁴. Identificamos alguns nomes já destacados nas páginas desta dissertação. Logo, observamos que os grupos eram formados por bacharéis, jornalistas, professores, tipógrafos. Homens que ocupavam variadas funções, variados status, mas que alimentavam o gosto comum em cantar modinhas nas ruas da capital norte rio-grandense.

Quando não era pelo gosto e pelo apreço às modinhas, muitos poetas norte rio-grandense recorreram à mencionada prática, movidos por outro interesse: a oportunidade de publicação. Enquanto os músicos das modinhas encontravam dificuldades em imprimir suas músicas nas tipografias, para o poeta, isso não era obstáculo. Os poetas que criavam as letras das modinhas “tinham ao seu dispor muitas tipografias e um público consumidor razoavelmente garantido. Logo, era destino do compositor ficar à sombra do poeta”⁶⁸⁵.

A maioria das letras das modinhas tinha como tema o amor triste: o amor não correspondido, o amor ausente, a saudade, o amor perdido. Algumas vezes, as modinhas também tinham como tema os elementos geográficos. Em poucas vezes, adquiria elementos religiosos. Quer fosse o tema, alguns literatos almejavam ficar conhecidos por meio de suas modinhas publicadas. Na opinião de Henrique Castriciano, literato que vivenciou os anos dourados das modinhas e da prática das serenatas, os poetas desejavam penetrar no coração do povo com suas

modinhas decantadas ao som do violão, ou nas serenatas acadêmicas, ou nas noutadas familiares ou ‘bailes’. – Moço, as raparigas de sua terra cantam os seus poesia. Se o fazem é o Sr. Poeta! – disia João de Deos a quem pedira um juízo sobre suas próprias poesias⁶⁸⁶.

Segundo as palavras de Henrique Castriciano, uma das melhores maneiras de fazer-se conhecido era compondo modinhas. A primeira publicação das letras das modinhas e lundus ocorreu no ano de 1912 com a obra *Cancioneiro Potyguar*, de autoria de Trajano Ribeiro Dantas. A produção literária reuniu 75 letras de modinhas e de lundus indicando os seus

⁶⁸⁴ A lista de nomes foi fornecida por meio da crônica acerca das serenatas de João Amorim Guimarães. Guimarães ainda acrescenta outros nomes como frequentadores assíduos da prática seresteira: Zé Luiz, Eduardo Medeiros, Misael Botelho, Israel Botelho, João Botelho e Chico Botelho; Adriel Lopes Cardoso; Olímpio Batista; Josué Tabira da Silva; Cornélio Fagundes; Milton Fagundes; Deolindo Lima; Heronides de França; Aurélio Flávio; Teodorico Guilherme; Lucas Wanderley; Rodolfo Maranhão, Pedro Oscar; Fábio Zambrotti; Francisco Bulhões; Pedro Bilro, Antonio Cardoso, José Noronha Filho; Arthur Cardoso; João Estevam da Silva; Augusto Leite; João Cirineu de Vasconcelos; Isaac Seabra; Francisco Pignataro; Calazans Carneiro; José Gomes; Jorge Maranhão e Elissósio Guilherme. Informações retiradas de: *Ibid*, p. 114-121.

⁶⁸⁵ GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto, *Op. Cit.*, p. 16.

⁶⁸⁶ BRIAS. Mãe – Henrique Castriciano, *O Diário do Natal*, Natal, 3 mar. 1900.

respectivos autores. Após a publicação, *A Republica* noticiou a venda do livro de Trajano ao preço de dois mil réis na livraria *Cosmopolita*, de propriedade do livreiro Fortunato Rufino Aranha⁶⁸⁷.

Um mês depois foi anunciada uma baixa no preço da obra: “O livro de Palito custará apenas 1\$000 na livraria Cosmopolita”⁶⁸⁸. Acreditamos que a redução do preço da obra poderia estar ligada a pouca procura, ou até mesmo a ausência de procura, pela obra. As letras das modinhas também foram parar nas páginas dos jornais em circulação na cidade. No ano de 1923 surgiu na imprensa potiguar o jornal *O Trovador Potiguar*⁶⁸⁹. O periódico era destinado exclusivamente à publicação de modinhas, canções e fados, aceitando versos musicados para sua publicação⁶⁹⁰.

O jornal *O Potengi*, que circulou em Natal entre os anos de 1906 a 1908, mantinha uma coluna intitulada *Serenatas potiguares*. O jornal semanário, que se dizia literário e noticioso, era organizado por Júlio Pinheiro da Câmara e manteve, curiosamente, como colaboradores alguns compositores de modinhas: Ferreira Itajubá, Antônio Glicério e Gothardo Neto⁶⁹¹. Itajubá e Neto compuseram, cada um, cinco modinhas, enquanto Antônio Glicério é identificado como autor de uma⁶⁹². Entre a relação de compositores encontramos ainda os nomes e os respectivos números de modinhas escritas: Lourival Açucena (8), Deolindo Lima (5), Barôncio Guerra (1), Francisco Sampaio (1), Luís Patriota (1), Segundo Wanderley (10), Othoniel Menezes (7), Francisco Palma (4), Celestino Wanderley (4), Antônio Soares (3), Sebastião Fernandes (3), Antônio Arêas (2), Augusto Leite (2), Francisco Ivo Filho (2), João Estevam Gomes (2), Josué Silva (2), Ponciano Moraes (2), Adriel Lopes (1), Edinor Avelino (1), Joaquim Fagundes (1), José Teófilo (1), Urbano Hermilo (1) e Sandoval Wanderley (1)⁶⁹³.

Identificamos ainda algumas participações femininas. Entre elas encontramos os nomes de Carolina Wanderley, Sinhazinha Wanderley, Evangelina Barros, Chiquita Costa, Etelvina Antunes de Lemos, Judite Bezerra de Melo. Essas mulheres se destacavam não

⁶⁸⁷ A REPUBLICA. Natal, 5 set. 1912.

⁶⁸⁸ O DIARIO DO NATAL. Natal, 20 out. 1912.

⁶⁸⁹ O jornal *O Trovador Potiguar* foi dirigido por Luís Odilon Amorim Garcia e pelos literatos João Estevão e Josué Tabira. O jornal circulou pela primeira vez no dia 1º de maio de 1923. É plausível que, na época de circulação do periódico, a prática das serenatas já havia sido abandonada pelos natalenses. Desse modo, a publicação do jornal servia aos esforços de resgatar os poemas musicados produzidos no estado desde o século XIX. Infelizmente, não nos foi possível recolher informações sobre até que ano o jornal circulou em Natal. Para mais esclarecimentos do jornal, ver: MELO, Manoel Rodrigues de Melo. *Op. Cit.* p. 96

⁶⁹⁰ MELO, Manoel Rodrigues de Melo. *Op. Cit.* p. 127.

⁶⁹¹ *Ibid*, p. 149.

⁶⁹² GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto, *Op. Cit.*, p. 483.

⁶⁹³ Informações retiradas de GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Op. Cit.* p. 478-479.

apenas pelo fato de saberem ler e escrever, mas é provável que se tratasse de senhoritas pertencentes às famílias expressivas e atuantes na cidade como, por exemplo, a família Wanderley. Como destacamos no capítulo 03, *Os filhos d'A Republica*, as mulheres que possuíam atividades nas letras desempenhavam funções como professoras de escolas normais ou de colégios secundários.

Só a escritora Carolina Wanderley foi responsável pela composição de sete modinhas⁶⁹⁴. É necessário lembrar que, compor modinhas não era a única forma de participação feminina em serenatas. A cantoria das serenatas, quando promovidas nos saraus das casas familiares, era conduzida por mulheres⁶⁹⁵. Por fim, aqueles homens de letras que não compuseram modinhas a serem cantadas nas serenatas potiguares, tiveram seus poemas, posteriormente, musicados⁶⁹⁶. A partir das informações reunidas, podemos perceber a forte relação construída entre as serenatas e os homens de letras, sobretudo, poetas norte-rio-grandenses. Esses literatos, quando não atuaram diretamente nas serenatas pelo simples gosto a prática, dedicaram-se, em atividades literárias, a escrever modinhas.

Em 1918, na crônica *Decadência das serenatas*, Luís da Câmara Cascudo anunciava o fim da antiga prática desenvolvida na cidade do Natal. O cronista lembrou em seus escritos as serenatas como a representante dos poucos traços de romantismo que Natal um dia possuiu. Câmara Cascudo recordou antigos nomes da grande época das serenatas e concluiu: “(...) Itajubá descançou do mundo. Outros elementos embrulharam os violões na franella esteril das caixas. Acabaram as serenatas em Natal”⁶⁹⁷.

É muito provável que o enfraquecimento das serenatas e, conseqüentemente, das modinhas, esteja ligada ao surgimento de novos espaços e novas formas de associações na cidade do Natal. Muito embora, a prática das serenatas pelas ruas de Natal tenha entrado em decadência, os versos destinados à produção de modinhas continuaram sendo produzidos e veiculados na imprensa, por exemplo. Algumas vezes, as letras das serenatas eram publicadas em jornais, como vimos no caso do jornal *O Trovador Potiguar* de 1923. Publicadas, mas não mais praticadas.

⁶⁹⁴ *Ibid*, p. 479.

⁶⁹⁵ GUIMARÃES, João Amorim, *Op. Cit.* p. 115.

⁶⁹⁶ Cláudio Galvão menciona poetas norte rio-grandenses, e suas respectivas obras, cujos poemas foram musicados: Lourival Açucena (Poesia, de 1927), Sebastião Fernandes (Alma deserta, 1906 e Poesia inédita, 1994), Ferreira Itajubá (Poesias completas, 1927), Othoniel Menezes (Jardim Tropical, 1923), Gothardo Neto (Folhas Mortas, 1913), Luís Patriota (Livro D'Alma, 1922), Auta de Souza (O Hôrto), Carolina Wanderley (Alma em poesia, 1915), Segundo Wanderley (Poesia, 1910), Francisco Palma (Santelmos, 1899). Ver: GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Op. Cit.* p. 480.

⁶⁹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. A decadência das serenatas. *A Imprensa*. Natal, 18 dez. 1918.

A Natal do fim da década de 1910, época em que foi escrita a crônica cascudiana mencionada, certamente não era a mesma cidade das noites enluradas de 1872. As luas ainda eram as mesmas, as noites, certamente não. A cidade potiguar, que beirava os anos de 1920, tinha clubes recreativos, sedes esportivas, bailes dançantes, cafés animados, cinemas... Os espaços da cidade eram outros. As formas destinadas à agregação social também.

Ainda a respeito dos últimos anos do século XIX, identificamos outro ambiente cultural a ser considerado na análise dos espaços de sociabilidade literária na cidade do Natal: o salão de dona Isabel Gondim. Jaime dos Guimarães Wanderley, assíduo frequentador das reuniões na casa da escritora, relata-nos a dinâmica dos encontros no salão:

A venerada professora convidava elementos da melhor sociedade e todos compareciam acompanhados de suas famílias, para os cumprimentos à distinta nataliciante. Eram magistrados, médicos, bacharéis, intelectuais, funcionários públicos, de elevada categoria, professores que se divertiam até avançada hora da madrugada em meio de muitas alegrias e cordialidade⁶⁹⁸

Magistrados, médicos, bacharéis, funcionários públicos. Todos reunidos em clima de descontração e de cordialidade, regados a uma farta ceia e às singulares declamações de versos parnasianos. Esse era o clima das noites de festas promovidas por dona Isabel Gondim. Na primeira parte desta dissertação, já abordamos acerca das informações biográficas da professora e de suas publicações. Nesse capítulo, interessa-nos construir uma análise do salão literário promovido por essa intelectual, uma vez que foi na residência de Isabel Gondim⁶⁹⁹ que se realizaram os primeiros salões literários sobre os quais temos registros.

O salão, promovido em sua residência, é descrito por cronistas potiguares⁷⁰⁰ como o primeiro ambiente na cidade do Natal em que ocorria a junção de homens de letras e o festejo à literatura potiguar, nos últimos anos do século XIX. Os saraus realizados no salão de Isabel Gondim foi relatado por seus contemporâneos como “acontecimento marcante da elegância e da cordialidade reinante nos círculos sociais natalense”⁷⁰¹. Curiosamente, a anfitriã, gentilmente referenciada por seus amigos como *dona* Isabel Gondim, também é descrita, como “rica e a mulher mais luxuosa da cidade”⁷⁰². Os saraus realizados em sua moradia eram promovidos todo ano em homenagem ao seu dia natalício.

⁶⁹⁸ WANDERLEY, Jayme dos G. *Op. Cit.*, p. 29.

⁶⁹⁹ Infelizmente, lamentamos não ter sido possível confirmar a localização da residência de Isabel Gondim, nem a localização específica da sala de aula que a poetisa estabeleceu em Natal.

⁷⁰⁰ Os cronistas referidos são Jaime dos G. Wanderley e João Amorim Guimarães.

⁷⁰¹ Wanderley, Jayme dos G. *Op. Cit.* p. 29.

⁷⁰² GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p. 45.

Segundo as memórias em registro de Jaime Wanderley, as noites no salão da poetisa eram animadas por recitais de poesia românticos e canções de serenatas, momento que contava com a participação de literatos e simpatizantes das letras. Jaime Wanderley descreve um ambiente de amizade, cordialidade, intimidade e descontração compartilhada pelos amigos da escritora. O salão da poetisa norte-rio-grandense parece-nos seguir a mesma dinâmica dos salões descritos por Jeffrey Needle, em estudo ao caso dos salões literários na cidade do Rio de Janeiro durante ao o que o autor denomina de, *Belle Époque* carioca. Os salões, uma espécie de instituição intermediária entre as instituições formais, como clubes e escolas, e as domésticas como, por exemplo, a família ampliada, eram promovidos nas residências das personalidades da elite carioca⁷⁰³.

A descrição dos salões do Rio de Janeiro construída por Jeffrey Needle é inspirada na dinâmica da alta sociedade parisiense durante o Segundo Império francês (1852-1870). A dinâmica identificada dos salões cariocas funcionava da seguinte maneira: o anfitrião – ou anfitriã – preparava um jantar íntimo para um grupo de amigos selecionados, e, após o jantar, procediam-se um entretenimento, proporcionado pelos anfitriões, constituído de “música, declamações de poesia, ou ainda representação de um trecho de peça de teatro”⁷⁰⁴. As noites no salão de dona Isabel Gondim pareciam acompanhar uma dinâmica semelhante em que havia a literatura como passatempo acompanhada por uma farta ceia servida no jantar. Vejamos:

Recitavam-se poesia românticos ao som melífluo das langorosas ‘Dalilas’, executadas ao violão, pela maestria de Heronides França, o mais completo sexacordista da época. Às 10 horas da noite havia um intervalo nas diversões, para ser servida a protocolar e farta ceia, que se realizava no salão de refeições da mansão, onde se encontrava uma grande mesa de 20 talheres, atufada de bolos e doces, das mais finas qualidades⁷⁰⁵.

Os salões cariocas, estudados por Needle, ocorriam em dias comemorativos, em ocasiões habitualmente festivas – festas ou bailes – pelas famílias tradicionais do Rio de Janeiro. No entanto, era regra também a ocorrência de uma ou duas reuniões por semana. Como podemos perceber na descrição acima sobre o salão de Isabel, o jantar e os passatempos, voltados para as atividades literárias, compunham as festividades promovidas

⁷⁰³ NEEDLE, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1993. p. 110.

⁷⁰⁴ *Ibidem*, p. 136.

⁷⁰⁵ Wanderley, Jaime dos G. *Op. Cit.*, p. 30.

pelo salão da poetisa. Entre um dos passatempos noturnos praticados nas noites no salão encontrava-se a literatura, mais precisamente, a recitação de versos românticos.

Identificamos o desenvolvimento da prática literária, no salão de Isabel Gondim, ainda que esse não fosse o principal motivo de reunir os amigos da escritora em sua residência. No entanto, não poderíamos deixar de apontar o que provavelmente teria sido o início das reuniões nas residências familiares para se discutir ou se promover literatura. A reunião, impulsionada pela discussão e apreciação de literatura, artes e outros assuntos, começou nas residências da cidade do Natal. O momento de sociabilidade na casa de Isabel Gondim é um exemplo disso. Lamentavelmente, não disponibilizamos de maiores relatos acerca do salão de dona Isabel Gondim, no entanto, acreditamos que essas reuniões na residência da poetisa não parecem ter sido constantes na cidade do Natal, visto que, as referências apontam para a sua ocorrência em comemoração às datas natalícias da escritora, ou seja, anualmente⁷⁰⁶.

A reunião em residências, para prostrar-se sobre assuntos que abarcavam a literatura, foi uma prática que se estendeu até as primeiras duas décadas do século XX na cidade do Natal. Os *cantões* eram espaços destinados a reunir determinados grupos na cidade. Nas memórias de Pedro de Alcântara Pessoa de Melo, referentes às décadas de 1900 e 1910, os cantões aparecem como ambientes destinados à aglutinação de pessoas nas calçadas de determinadas residências na cidade.

O memorialista menciona os cantões de Urbano Hermilo, empregado da Fazenda do Estado. A residência de Urbano Hermilo, localizada na Rua Nova – atual Avenida Rio Branco – no bairro da Cidade Alta, servia de local de reunião destinado à discussão de literatura e de arte. Nessas reuniões particulares, encontravam-se conhecidas personalidades potiguares, a saber: Alberto Maranhão, Manoel Dantas, Pinto de Abreu, os irmãos Celestino e Segundo Wanderley, Pedro Soares e Henrique Castriciano⁷⁰⁷.

Outra residência que figura nos escritos de Pedro de Melo é a residência de Celestino Wanderley, “com características de ser um cantão familiar pois havia senhoras entre os seus mantedores. Nesse grupo João Nepomuceno Seabra Melo, Juvenal Lamartine, Manoel Coelho”⁷⁰⁸. No fim da década de 1910, os cantões da cidade do Natal deixaram de ser

⁷⁰⁶ Não temos informações sobre o motivo e o período do término dos encontros no salão de dona Isabel Gondim. Especulamos que as reuniões tenham sido promovidas até pelo menos a década de 1910, devido ao período referente às memórias registradas por Jaime dos G. Wanderley – frequentador do salão da senhora Gondim.

⁷⁰⁷ Mais informações sobre *cantões* durante o período republicano em Natal, conferir: MELO, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Op. Cit.* p. 10-13.

⁷⁰⁸ *Ibid*, p. 18.

frequentados por “gente grande”, passando a ser promovido nas calçadas em determinados pontos de ruas específicas da cidade do Natal por jovens.

Em um pequeno texto intitulado *Pontos*, publicado no jornal *A Republica*, Manoel Dantas definiu cantão como “reunião em um determinado ponto de uma determinada rua”⁷⁰⁹. O bacharel discorreu sobre a prática negativa dos cantões. A prática é descrita como em plena atividade na cidade do Natal e reprovável quando praticada por grupos de jovens que desenvolviam “pilherias grosseiras a homens, mulheres, crianças e velhos inofensivos”⁷¹⁰. É plausível que a crítica elaborada por Manuel Dantas não esteja direcionada à prática das reuniões em cantões, mas sim pelas novas pessoas que passaram a promover e, sobretudo, pelo novo propósito a que eram destinadas essas associações.

Entre tais propósitos podemos destacar a reunião de rapazes que tinham o intuito de galantear ou de dirigir gracejos às moças da cidade. Em 28 de abril de 1917, publicou-se, no jornal oficial do estado, uma reclamação sobre esses propósitos negativos o qual se estavam servindo os cantões. A reclamação do jornal dizia respeito às reuniões de rapazes que estavam na esquina do Colégio Imaculada Conceição, no bairro da Cidade Nova. Os jovens aglutinavam-se na esquina da instituição a fim de mexer com as moças que, após as aulas, se dirigiam ao caminho de casa. Esses moços, exercendo práticas de galanteadores, “dirigiam às moças pilherias mal pensadas, a ponto de faze-las corar e até chorar”⁷¹¹. Nesse caso, observamos uma desvirtuação dos primeiros propósitos em que os cantões destinavam-se como, por exemplo, a discussão de arte, literatura e política.

O salão de Isabel Gondim e os cantões estabelecidos na cidade do Natal nos conduz a refletir acerca de um espaço de discussão voltada para a literatura que emerge em recintos reservados e com pessoas seletas. As tertúlias literárias natalenses invadem o espaço privado, o convívio familiar e amigo. Mas como falar de convívio familiar e amigo se os cantões eram realizados nas calçadas das casas, e não em seu interior? Ainda que possamos conceber a rua como espaço da impessoalidade e a casa como espaço do isolamento⁷¹², as calçadas das residências podem ser consideradas como um limiar entre o caráter privado da casa e o caráter público da rua.

Embora as calçadas pertencessem à esfera pública, o que as tornavam privadas era a (re) funcionalidade que lhe era atribuída. No desenvolvimento dos cantões era a casa que

⁷⁰⁹ M. D. Pontos. *A Republica*. Natal, 13 jun. 1910.

⁷¹⁰ *Idem*.

⁷¹¹ *Idem*.

⁷¹² A diferenciação entre a casa e a rua foram retiradas de MATTA, Roberto da. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 23.

invadia a rua, fazendo da calçada um espaço de reunião de grupos, uma seleção íntima. Nesse caso, as calçadas de Natal funcionavam como extensão do espaço privado da casa, onde se compartilhavam conversas entre determinados grupos no convívio do lar. Desse modo, pensamos o salão de dona Isabel Gondim e os cantões como momentos importantes para a sociabilidade de grupos específicos, resultando na formação de grupos, ou seja, em um isolamento de outros indivíduos e grupos da sociedade natalense do fim do século XIX e do início do século XX.

No caso do salão de Isabel Gondim, a poetisa anfitriã é descrita como “valendo a sua elegância e donaire, um rico vestido de seda europeia, tendo o colo adornado de ricas joias de muito bom quilate e, nos dedos delgados e nervosos, anéis com lampejantes pedrarias, como para autenticar os seus predicados de mulher vaidosa”⁷¹³. A representação de Isabel Gondim como, aparentemente, uma mulher rica, elegante e luxuosa, faz-nos refletir acerca da possibilidade de seu salão se tratar de uma sociabilidade realizada entre iguais. Ao identificarmos uma “sociabilidade entre iguais”, nos questionamos se indivíduos de posições e de status sociais diferentes, na cidade do Natal de outros tempos, poderiam compartilhar dos mesmos valores⁷¹⁴?

Pensamos que não. Provavelmente, o salão era promovido por uma mulher pertencente a um grupo detentor de posses e notabilidade, no qual a entrada era restrita aos indivíduos pertencentes a esse mesmo círculo, composto por “magistrados, médicos, bacharéis, intelectuais, funcionários públicos, de elevada categoria, professores”⁷¹⁵. Observação pertinente, e semelhante, serve para o caso dos cantões natalenses. Pinto de Abreu, Manuel Dantas, Pedro Soares, Henrique Castriciano e Alberto Maranhão possuíam em comum a ocupação de posições sociais semelhantes. Todos os nomes já mencionados nesta dissertação, que frequentavam a residência de Urbano Hermegenildo, além de ocupar cargos públicos na instância administrativa de Natal, também chegaram a desempenhar a função de redatores do jornal porta-voz do grupo político situacionista *A Republica*.

Portanto, percebemos que tanto o salão de dona Isabel Gondim, como os cantões estabelecidos em Natal foram ambientes de sociabilidade que nos mostram outras finalidades dos ambientes de sociabilidade. As noites de congruência entre essas pessoas que, igualmente, criavam e conservavam laços. É muito provável, como já identificamos, que esses mesmo

⁷¹³ WANDERLEY, Jaime dos G. *Op. Cit.* p. 30.

⁷¹⁴ Provavelmente, as formas de sociabilidade, nesse caso, são estabelecidas por indivíduos de um segmento social, uma vez que o pertencimento de uma mesma posição social pressupõe um compartilhamento dos mesmos valores. Consultar: FRÚGOLI JR., Heitor. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 13.

⁷¹⁵ Nomes citados em WANDERLEY, Jaime dos G. *Op. Cit.* p. 31-32.

indivíduos, *habitués* do salão da escritora e das residências familiares, frequentassem outros ambientes na cidade. O que nos leva a crer que essas reuniões, de caráter um tanto intimista, acabaram colaborando para fortificação de círculos sociais. Sendo assim, podemos afirmar que os espaços mencionados, como primeiros exemplos de espaço de sociabilidade intelectual na cidade do Natal, são dotados de um caráter instrumental, ou seja, eram ferramentas imprescindíveis ao auxílio da manutenção dos relacionamentos já existentes.

7.2 Entre livros e conferências: a emergência das rodas literárias

Ainda nos últimos anos do século XIX, os ambientes de sociabilidade intelectual não ficaram restritos ao salão de dona Isabel Gondim e aos cantões da cidade. Em 1891, um paraibano, que se mudou para o Rio Grande do Norte ainda jovem, tornou-se o primeiro livreiro em Natal. Fortunato Rufino Aranha instalou, no ano de 1891, a primeira livraria da cidade localizada na Travessa Quintino Bocaiúva – antiga rua 13 de Maio e atual rua Dr. Barata⁷¹⁶ no bairro da Ribeira. A *Cosmopolita*, nome da livraria, tornou-se ponto de encontros de literatos potiguaros da época que se reuniram sob o abrigo do estabelecimento, ao lado de políticos, boêmios e comerciantes. A *Cosmopolita* é descrita como “o quartel general por onde todo o Natal que comprava ou espiava livros ia desfilar quase diariamente”⁷¹⁷.

Fortunato Aranha era “personagem que imprimia respeito absoluto e uma confiança sem limites”⁷¹⁸. O major tornou-se figura popular na capital potiguar na função de comerciante. Sua popularidade no comércio contribuiu para ocupar o cargo de intendente da cidade. Fortunato exerceu o cargo na Intendência Municipal entre as gestões de 1899-1910, 1917-1922 e, finalmente, 1926-1930 – ocupando, nesta gestão, o cargo de vice-prefeito. Após cumprir a função de intendente, Fortunato Rufino Aranha sempre voltava à companhia de seus livros no estabelecimento na rua Dr. Barata, onde a fachada ostentava o letreiro “artefactos para escriptório”.

A *Cosmopolita* teria surgido a partir do grande estoque o qual o paraibano dispunha. A partir de então, Fortunato Aranha transformou-se em um notável negociante de livros. O livreiro deveria manter um negócio rentável com a instalação da *Cosmopolita*, uma vez que o comerciante era um dos que figurava nas listas de maiores contribuintes do município e do

⁷¹⁶ Luís da Câmara Cascudo, em uma crônica intitulada *O Velho Fortunato*, publicada no jornal *A República*, de 27 de julho de 1949, escreve sobre o velho Fortunato Rufino Aranha, o primeiro livreiro da cidade do Natal. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *O Velho Fortunato*. *A República*. Natal 27 jul. 1949.

⁷¹⁷ *Idem*.

⁷¹⁸ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p. 84.

Estado, ocupando o décimo lugar na lista dos contribuintes do imposto de classe⁷¹⁹. O estabelecimento *Cosmopolita* divulgava a comercialização de seus produtos no seguinte anúncio:

Livraria Cosmopolita de Fortunato Aranha – Rua 13 de Maio – Grande sortimento de LIVROS: Escolares; de Artes; Poesias; Theatro; Romances; Litteratura; Sciencias; Religião; etc. etc. PAPELARIA – papeis para jornaes; impressão de obras; encadernação, pintados para forro, de sedas para flores; desenhos; bristol; etc. etc. Objectos de escriptorio, livros em branco, artigos de musica etc. etc⁷²⁰.

Acreditamos que o bom rendimento da livraria do paraibano era possibilitado menos pela comercialização de livros – exceto os livros escolares – e mais pela venda de outros artigos vendidos pela Cosmopolita. Em uma sociedade que, ainda nesse período, apresentava poucos hábitos de leituras, é pouco possível acreditarmos em um grande sucesso de venda e, conseqüentemente, de aquisição de livros por parte da sociedade potiguar. Na imagem abaixo podemos vislumbrar a Rua 13 de Maio e a fachada da Livraria Cosmopolita, localizada à direita da figura.

Imagem nº 04: Livraria Cosmopolita de Fortunato Rufino Aranha



Fonte: Autor da foto: desconhecido. A foto compõe o acervo 380 Anos de História Foto-Gráfica da cidade de Natal – 1599/1979, Editora Universitária, UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁷¹⁹ Segundo Renato Santos, que produziu um estudo acerca dos intendentes da cidade do Natal, Fortunato Rufino Aranha, ex-intendente da cidade do Natal, ocupava o décimo lugar na lista dos contribuintes do imposto de classe. Consultar: SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!: o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2012. p. 93.

⁷²⁰ LIVRARIA COSMOPOLITA. *A Republica*. Natal, 4 mai. 1898.

Entre o sortimento de livros da Cosmopolita encontramos anúncios de venda de obras especializadas em Direito, como o *Manual do Código Civil, Leis do Brasil e o Guia eleitoral de 1904*⁷²¹. Juntamente com as obras de cunho jurídico, a livraria comercializou também livros indicados pelas instituições educativas da cidade do Natal, a saber: escola secundarista Atheneu Norte rio-grandense, grupo escolar Augusto Severo e Escola Normal⁷²². Na *Cosmopolita*, os frequentadores ainda podiam comprar alguns livros de autoria de escritores norte rio-grandense, como, por exemplo, o *Hôrto*⁷²³, de Auta de Souza; *Mães e Ruínas*, de Henrique Castriciano⁷²⁴; e *Ensaio e crítica de literatura*⁷²⁵, de Armando Seabra. O rendimento da livraria era endossado pela venda de revistas e jornais publicados em âmbito nacional e no exterior.

Segundo Luís da Câmara Cascudo, por meio de Fortunato Aranha, chegaram à cidade do Natal revistas e livros ilustrados remetidos da cidade do Rio de Janeiro⁷²⁶. Quanto às revistas de âmbito nacional podemos mencionar: as revistas da capital federal *A Rainha da Moda* (a "revista do chic"), *Leitura para todos*, as revistas ilustradas *O Tico-tico* e *O malho*, *Jornal do Brasil*⁷²⁷ e a *Revista da Academia Brasileira de Letras*⁷²⁸. Sobre as revistas internacionais, na *Cosmopolita* podia-se encontrar a *La hacienda*, revista destinada aos interessados do mundo agrícola e publicada em Nova Iorque⁷²⁹. Essas informações leva-nos a aferir a existência de uma rede no qual Fortunato Aranha estava inserido. Um circuito estabelecido entre livrarias de outros estados e países.

No que diz respeito à comercialização de periódicos norte-rio-grandenses, colhemos informações sobre a venda da *Revista do Rio Grande do Norte*, periódico veiculado pelo grêmio *Polymathico*⁷³⁰. Afora a venda de revistas em números avulsos, a livraria *Cosmopolita* também foi ponto de assinaturas da mencionada revista da agremiação literária. E, ainda que não tenhamos encontrado menções específicas, acreditamos que a livraria disponibilizava as assinaturas de outras revistas que circularam pela cidade do Natal. Acreditamos que as assinaturas e as compras dos periódicos potiguares não eram exclusivas

⁷²¹ Informações colhidas de o jornal *A Republica* em, respectivamente, 31 jul. 1917, 31 mai. 1904 e 15 abr. 1905.

⁷²² SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Op. Cit.* p. 95.

⁷²³ A REPUBLICA, Natal, 2 dez. 1900

⁷²⁴ A REPUBLICA, Natal, 20 mar. 1900.

⁷²⁵ VARIAS. *A República*, Natal, 10 nov. 1923.

⁷²⁶ CASCUDO, Luís Câmara. O velho Fortunato. *A Republica*. Natal, 27 jul. 1949.

⁷²⁷ As revistas mencionadas foram referidas pelo jornal *A Republica*, respectivamente, nos seguintes anos: 22 out. 1906, 25 out. 1906, 27 jul. 1949, 03 nov. 1906, 06 nov. 1907 e 10 jan. 1911.

⁷²⁸ A REPUBLICA. Natal, 10 jan. 1911.

⁷²⁹ SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Op. Cit.*, p. 90.

⁷³⁰ A REPUBLICA. Natal, 11 jan. 1898.

às redações dos periódicos, já que as livrarias, como outros locais da capital norte rio-grandense, eram utilizados como pontos destinados à comercialização de revistas e jornais⁷³¹.

Ao sortimento de livros e revistas somava-se ainda a comercialização de bilhetes de loterias e a venda de remédios e de emulsões. Em 24 de julho de 1906, a livraria *Cosmopolita* anunciou, no jornal *A Republica*, a venda da emulsão dr. Humphereys. Em outubro, do mesmo ano, também foi anunciado no mesmo jornal a venda de outros produtos farmacêuticos como, por exemplo, as pílulas de vida do doutor Ross⁷³². A rentabilidade da livraria, anteriormente, identificada, pode ser corroborada pela instalação de uma nova filial da *Cosmopolita*, na Cidade Alta, localizada na “travessa Ulysses Caldas [praça do mercado], onde serão encontrados todos os artigos de negócios por preços rigorosamente honestos”⁷³³.

No entanto, a *Cosmopolita* não era apenas uma livraria. A simpatia de Fortunato Rufino Aranha era capaz de “reunir, diariamente, na calçada do estabelecimento uma roda de amigos que compreendia intelectuais, magistrados e boêmios”⁷³⁴. Apesar do carisma e popularidade do livreiro, como a *Cosmopolita* consistia em um ambiente que aglutinava diversas obras e periódicos literários, era natural que a livraria de Fortunato se desenvolvesse como ponto de encontro entre os homens de letras da época.

A *Cosmopolita*, como única livraria de uma cidade que buscava o progresso da sua vida literária de modo entusiasmado consistiu em um dos principais centros de informações acerca das novidades e fluxos referentes à literatura local, à nacional e à internacional. Nesse ambiente, os homens de letras da cidade iam adquirir obras literárias ou assinar periódicos. A livraria foi importante para as necessidades ligadas à informação de diversos tipos. Além do caráter informativo referente a acontecimentos local e nacional, uma visita à *Cosmopolita* contribuía para a atualização acerca do que estava sendo produzido no Rio Grande do Norte e no restante do país, em termos culturais.

Podemos acrescentar que, naturalmente, a livraria *Cosmopolita* tenha sido um espaço propício ao florescimento de discursos sobre questões do universo literário. Possivelmente, cada jornal adquirido ou cada obra comercializada propiciava o desenvolvimento de diálogos e debates sobre as últimas literaturas publicadas na cidade ou sobre o conteúdo do último número de uma específica revista.

⁷³¹ A loja de sortimentos *O Novo Século*, de propriedade do coronel Francisco R. Vianna, também comercializava a venda e assinatura da Revista de Moda (“a revista chic”). Consultar anúncio em: *A REPUBLICA*. Natal, 05 out. 1906.

⁷³² *Idem*.

⁷³³ VARIAS. *A Republica*. Natal, 03 ago. 1900.

⁷³⁴ CARDOSO, Rejane (Org.). *Op. Cit.*, p. 263.

O ambiente da livraria foi frequentado pelos homens de letras da cidade motivados, provavelmente, pela possibilidade de fomentar tertúlias literárias das quais participavam o próprio proprietário do estabelecimento. Fortunato Aranha não era apenas considerado um negociante de livros. O livreiro é identificado como “o principal leitor de todos os romances, de toda a infinidade de livros que enchiam aquelas enormes estantes da sua livraria, lendo sem cansar, ilustrando o espírito, alegrando a alma”⁷³⁵. Além de comerciante, o livreiro também pode ser considerado um conhecedor do universo literário de âmbito local, nacional e, até, internacional.

Em março de 1899, o livreiro remeteu uma carta ao grêmio *Polymathico*, destinada ao presidente da mencionada agremiação literária Antônio José de Melo e Souza, parabenizando-o e congratulando o grêmio pelo movimento em apoio à Emile Zola, no caso Dreyfus, que a associação estava promovendo na cidade do Natal. No documento em apreço, o livreiro declarou estar “profundamente admirado do exímio escriptor francez Emilio Zola pela sua humanitária obra de defesa ao perseguido capitão Dreyfus”⁷³⁶ e declara-se associado à “manifestação de sympathia e applausos que o Grêmio Polymathico vai fazer ao genial auctor dos *Rougons Macquart* e intrepido advogado da innocencia perseguida”⁷³⁷.

O apoio despendido por Aranha ao movimento conduzido pelo *Polymathico* nos instiga a refletir acerca do conhecimento que o livreiro possuía acerca das dinâmicas da vida literária, bem como autores e obras produzidas na França. Além da função de “conhecedor” do universo literário do local ao internacional, podemos aferir que Fortunato assumiu outros papéis. O primeiro consiste no papel de homem de letra e o segundo no de *intermediário cultural*, ou seja, aquele indivíduo que estava em contato com as atividades da palavra escrita, que fazia parte do circuito comunicativo natalense: escritores, redatores de jornais, vendedores de livros, transportadores de livros e tipógrafos⁷³⁸.

Como homem de letras, o livreiro publicou em 1918 um livro intitulado *Páginas Litterarias*. O livro reuniu comentário sobre os discursos de Rui Barbosa datados dos anos de 1877 a 1917. Em 27 de abril de 1918, o jornal *A Republica* anunciava o livro de Fortunato Aranha e confirmava a garantia de sucesso da primeira, e única, publicação do dono da Cosmopolita.

⁷³⁵ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.*, p. 85.

⁷³⁶ A REPUBLICA. Natal, 19 mar. 1899.

⁷³⁷ *Idem*.

⁷³⁸ Para mais informações ver: DARNTON, Robert. Os intermediários culturais. In: _____. *O beijo de Laumorette*. *Op. Cit.* p. 148.

A segunda função está articulada a uma função particular que livreiro e livraria possuíram na dinâmica da vida literária na capital norte-rio-grandense. Indivíduos como livreiros, tipógrafos, transportadores de livros, correspondem a agentes “pouco familiares” da história da literatura. Para Robert Darnton, a velha história literária acaba concentrando sua pesquisa no surgimento ora de grandes escritores, ora de grandes livros. Portanto, quando pensamos nesses agentes, seus estabelecimentos e como estes se relacionaram com a atividade literária na cidade, estamos seguindo a pista de Robert Darnton, segundo a qual devemos levar em conta todos os homens e as mulheres envolvidos nas atividades que tinham contato com as palavras⁷³⁹.

É assim que é possível atribuímos a função de intermediário cultural a Fortunato Aranha. Isto é, a função de avaliar a oferta e a demanda de obras e periódicos literários comercializados na capital, filtrando, desse modo, o fluxo da literatura na cidade do Natal. A função de intermediário cultural torna-se mais ainda importante pelo fato de a *Cosmopolita* apresentar-se como a única livraria existente na capital potiguar, pelo menos até os anos de 1930. Portanto, Fortunato Aranha possibilitava que produtos das palavras escritas – livros e jornais – chegassem ao público leitor e consumidor.

Desse modo, a livraria da rua Dr. Barata atuou como espaço que propiciou a existência de trocas agregando, socialmente, os literatos da cidade potiguar. Entre seus frequentadores assíduos, podemos identificar: o professor e (ex) procurador geral do Estado Nestor dos Santos Lima, o poeta Otoniel Meneses, o poeta Damasceno Bezerra e o ex-vice governador – na gestão de Alberto Maranhão (1900-1904) João Dionísio Filgueira⁷⁴⁰. O que podemos perceber é um entrelaçamento que não era exclusivo de literatos, mas que, como já mencionado, envolviam outros indivíduos, tais como os políticos da cidade. Os impulsos que levavam literatos e outros homens da cidade a frequentarem a livraria *Cosmopolita* deveriam ser múltiplos: tertúlia literária, bate-papo cotidiano, aquisição de algum livro ou revista, adesão de assinatura de algum periódico, comercialização de algum artigo de papelaria, entre outros. No entanto, todos os impulsos convergem para uma única consequência: a da interação.

Contudo, se afirmássemos que todo interesse girava em torno das palavras escritas estaríamos minimizando as formas de interações desenvolvidas no interior da livraria. É provável que os interesses e os debates relacionados à política também tenham levados certos indivíduos a frequentarem o estabelecimento na Ribeira. Por exemplo, foi o círculo de

⁷³⁹ DARNTON, Robert. *Op. Cit.* p. 149.

⁷⁴⁰ CARDOSO, Rejane (Org.). *Op. Cit.* p. 264.

amizade, constituído na *Cosmopolita*, que colaborou para conduzir o livreiro Fortunato Aranha ao cargo de intendente municipal de Natal⁷⁴¹. O que nos faz pensar que a livraria não era abrigo exclusivo de tertúlias literárias.

Sobre a dinâmica diária desenvolvida dentro da *Cosmopolita*, infelizmente, temos poucas informações. No entanto, não podemos descartar a ideia de que a livraria era um ambiente que, por excelência, colaborava para impulsionar tertúlias de caráter literário. Em 9 de janeiro de 1900, ocorria na imprensa um polêmico debate entre os jornais *Diário do Natal* e *A Republica*. Os dois principais veículos informativos da cidade do Natal nos primeiros anos do século XX debatiam acerca das duas primeiras obras do poeta Henrique Castriciano (*Ruínas* e *Mãe*), como já foi analisado no capítulo 05, *As relações de sociabilidade nas páginas dos jornais*. Retomamos a declaração abaixo, identificando a menção ao “Pavilhão Cosmopolita” como ambiente de conversas que acabaram por apelidar, de maneira contraproducente, o poeta Castriciano. Vejamos o trecho retirado do jornal *Diário do Natal*:

O Castriciano não zangou-se com o J. Verissimo. Fez bem o "Henry", o grande critico achou tão "xinfrim" a "Mãe" que não quiz se ocupar dos poesia "toadas" do poetasso "mestiço" (outros o chamam moleque) que foi baptizado no "Pavilhão Cosmopolita" de "Macaco D. Simon".⁷⁴²

O apelido negativo atribuído ao autor de *Ruínas* e *Mães* foi, provavelmente, produzido em um ambiente de conversas descontraídas de um grupo – infelizmente, desconhecido por nós – reunido na livraria. Em 20 de março do mesmo ano, *A República* anuncia em suas páginas que os debates polemizados pelas críticas do Brias, em *Diário do Natal*, aumentaram a frequência à livraria em busca da aquisição da obra *Mãe*. Nesse caso, suspeitamos que a *Cosmopolita* tenha figurado como espaço onde se estendeu a contenda literária iniciada nos dois periódicos, alimentando conversas sobre as produções do poeta e, sobretudo, sobre o próprio poeta.

No mais, os encontros na *Cosmopolita* eram impulsionados pela possibilidade de constituírem-se entrelaçamentos. E tais processos de interações foram construindo formas de sociabilidade. Desse modo, a livraria *Cosmopolita* induz a uma possível primeira extensão das conversas de tertúlias nas residências familiares para um dos espaços públicos da cidade do Natal. Essa extensão também pode ser identificada no *Natal-Club*. O clube, fundado em 22 de junho de 1906, serviu de abrigo a encontros dos homens de letras da cidade por mais de uma década.

⁷⁴¹ *Idem*.

⁷⁴² BRIAS. MÃE – HENRIQUE CASTRICIANO. *Diário do Natal*. Natal, 09 mai. 1900.

O clube foi instalado na Rua 21 de Março, número 8, no bairro da Cidade Alta, local onde funcionava a então sede do *Club Carlos Gomes*⁷⁴³. Depois de uma discussão acerca do nome da instituição⁷⁴⁴, a mais renomada instituição recreativa da cidade⁷⁴⁵ estabeleceu-se na sede emprestada pelo *Club Carlos Gomes* e era constituída pelos seguintes membros: Manoel Coelho, Antonio Adolpho, José Augusto, João Gualberto, João Soares, José Julio, Alberto Roselli, Joaquim Bezerra, Francisco Cândido, Anísio Avila, Mario Villar, Luiz Jabotá, Antonio Arthur, Theodorico Guilherme, Adalberto Amorim, Luiz Avila, João Cancio, Themistocles Costa, Oscar Rubens, Odorico Pelinca, José de Viveiros, José Pinto, Ezequiel Wanderley, Silvino Bezerra Netto, Milton Carrilho, Francisco Cruz, Odiolon Garcia Filho e Manoel Augusto Bezerra de Medeiros⁷⁴⁶.

Em 30 de agosto de 1909, o *Natal-Club* teve que mudar a sua sede. O motivo da mudança justifica-se pelas exigências feitas pelo *Club Carlos Gomes* para a utilização do espaço cedido pelo clube musical. Para que a instituição continuasse usando a sede do *Carlos Gomes*, foi exigido que o *Natal-Club* passasse a pagar não apenas os aluguéis mensais do ambiente, como também pagamentos relativos a qualquer reunião dançante, ensaios, saraus, bailes promovidos pelo clube.

Como o número de eventos promovidos pelo *Natal-Club* aumentava gradativamente, foi impossível a permanência da instituição na sede do *Club Carlos Gomes*. Portanto, no dia 2 de setembro, os dirigentes do *Natal-Club* entregaram a chave ao *Club Carlos Gomes*⁷⁴⁷. A nova sede foi obtida com a ajuda de Alberto Maranhão, que ocupava o cargo de governador do estado nessa época. Na presidência da instituição recreativa de José Pinto, foi cedido o edifício estadual para uso do clube⁷⁴⁸. O edifício cedido por Alberto Maranhão já tinha abrigado Tesouraria Provincial, escola primária, quartel de polícia, templo protestante,

⁷⁴³ O Club Carlos Gomes respondia aos apelos de uma sociedade que ansiava por um lugar em que pudesse ser promovidos reuniões sociais e bailes dançantes. No ano de 1893, o Carlos Gomes agitava a vida natalense promovendo um salão que continha bilhar, sala de palestras, uma banda de música e uma sala de espera destinada às famílias da capital potiguar. Ver: ARRAIS, Raimundo. ANDRADE, Alenuska. MARINHO, Márcia. *Op. Cit.* p.140-141.

⁷⁴⁴ O nome do clube recreativo foi discutido entre os seus primeiros sócios. Uns queriam denominá-lo de *Terpsichore*, outros de *Euterpe*, outros de *Cavalheiros do Ideal* e, outros, ainda, de *Natal-Club*. A última denominação venceu nomeando a instituição. Para maiores esclarecimentos sobre a eleição do nome, consultar: SOARES, Moysés. *O Natal-Club e as suas primeiras décadas* (Conferência realizada no salão nobre do Natal-Club, em 22 de junho de 1916). Natal: Tipografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1916. p. 8-9.

⁷⁴⁵ MARINHO, Márcia Maria da Fonseca. *Op. Cit.* p. 113.

⁷⁴⁶ SOARES, Moysés. *Op. Cit.* p. 7.

⁷⁴⁷ *Ibid*, p. 10.

⁷⁴⁸ MARINHO, Márcia. *Op. Cit.* p. 114.

mercado público, Intendência, hospedaria de imigrantes, Instituto Histórico, Liga de Ensino, Escola de Artífices e sede de várias outras sociedades⁷⁴⁹.

O clube instalou sua nova sede na Avenida Rio Branco, uma das principais ruas da cidade. Após a reforma realizada pelos sócios, o *Natal-Club* abriu suas portas promovendo um baile inaugural no dia 9 de outubro de 1909⁷⁵⁰. Desse modo, o *Natal-Club* ofereceu novas formas de divertimento e, sobretudo, associação aos habitantes da cidade do Natal.

Dez anos depois de sua fundação, o clube era definido como “escola somente. Escola de arte, escola de civismo, escola de educação (...) Não estamos aqui negociando; estamos corrigindo costumes, fazendo musica, saneando a alma, em summa: estamos educando⁷⁵¹.” É importante que ressaltamos aqui o papel dos clubes na construção de uma nova cidade em Natal. A construção do *Natal-Club*, como de outros ambientes, estava relacionada com o desejo de civilidade, de progresso, de transformação alimentada pela sociedade local e que compunha um projeto almejado por determinados grupos dirigentes na cidade⁷⁵².

A função do clube, nas palavras de Moysés Soares – membro da instituição no ano de 1916 – remete-nos à ideia do espaço como pedagógico. Não se tratava apenas de promover ambientes e objetos que deveriam compor uma cidade-modelo de civilidade. A ideia ia além. Para a construção de uma nova cidade era necessário também adequar condutas e comportamentos sociais inseridos nesses espaços⁷⁵³. Atribui-se ao *Natal-Club* o papel formador, em que o clube deveria moldar valores e modelos de procedimentos. Logo, o objetivo do clube, sustentado desde 1909, estava em consonância com o momento vivido pela cidade do Natal que, por meio de sua materialidade, empenhava-se em converte-se em forma de instrução e ensinamento de novos costumes de civilidade, novos hábitos, novas relações sociais.

Localizado na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Visconde de Inhomirim (atual Rua João Pessoa), a sociabilidade dentro do clube ia além da promoção de bailes dançantes na cidade do Natal. O *Natal-Club* constituiu-se como um importante ambiente que colaborou para a dinamização da vida literária no espaço urbano. Na edificação localizada na

⁷⁴⁹ SOARES, Moysés, *Op. Cit.* p. 13.

⁷⁵⁰ NATAL-CLUB. *A Republica*. Natal, 10 out. 1909.

⁷⁵¹ SOARES, Moysés, *Op. Cit.* p.13.

⁷⁵² ARRAIS, Raimundo. ANDRADE, Alenuska, MARINHO, Márcia. *Op. Cit.* p. 144.

⁷⁵³ Para Raimundo Arrais, a modificação material resultava também em adequar condutas e comportamentos sociais inseridos nesses espaços a uma transformação imaterial. Em outras palavras, a construção de novos espaços na cidade resultava na modificação das condutas e dos comportamentos sociais dos indivíduos inseridos nesses espaços. Para mais informações conferir: ARRAIS, Raimundo Alencar Pereira. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. Op. Cit.* p. 16.

Avenida Rio Branco, os literatos potiguares reuniram-se, conversavam e promoveram literatura.

Imagem nº 05 – O Natal-Club



Fonte: Foto de Manoel Dantas. MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *380 Anos de História Foto-Gráfica da cidade de Natal – 1599/1979*, Editora Universitária, UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 37.

Em meio aos festejos elaborados pelo clube, a instituição propunha uma “hora literária”, ou seja, o momento em que as festas no clube dedicavam um instante à literatura local. O momento literário era promovido pelos sócios do clube a fim de proporcionar, aos participantes, um momento de leitura, declamações de poemas e apreciações das produções literárias com a presença de alguns dos escritores do estado.

A primeira “Hora literária”, da qual temos conhecimento, foi proposta no dia 25 de dezembro de 1909. Sob a direção de Manuel Dantas, o clube realizou uma festa em comemoração ao aniversário da cidade do Natal. Devemos chamar a atenção que Manuel Dantas, em 1909, já estava atuando nas páginas do jornal oficial *A Republica*, por intermédio da publicação de crônicas literárias. A “Hora literária” foi constituída pela conferência promovida pelo orador Nestor dos Santos Lima, intitulada *A Matriz de Natal*⁷⁵⁴. Isso

⁷⁵⁴ SOARES, Moysés. *Op. Cit.*, p. 13

demonstra que os “momentos literários”, ainda que denominados assim, nem sempre se restringiram a declamações de poesia dos poetas norte-rio-grandense. Isso ocorria, provavelmente, pela definição do que vinha a ser considerado literatura no início do século XX⁷⁵⁵.

A “Hora literária” também compôs a programação de festejos promovidos em homenagem ao aniversário do *Natal-Club*. Em 6 de julho de 1917, o jornal *A Republica* anunciou:

À reunião de hontem, do Natal-Club compareceu um número crescido de sócios, tal o interesse que vae despertando a commemoração do 11º aniversário de fundação daquella distincta associação recreativa. Assumindo a presidência dos trabalhos, o major Antônio Gurgel, explicou o fim da reunião no qual deveriam combinar definitivamente o programma das festas. Sendo suggeridas varias medidas tendentes ao Maximo realce da solemnidade foi finalmente combinado o programma definitivo, o qual será oportunamente publicado. Entre outras deliberações tomadas ficou assentado a realização de uma “hora literária”, na qual tomarão parte conhecidos cultores das boas letras⁷⁵⁶.

Em publicação posterior, o mesmo jornal revelava quem eram os “conhecidos cultores das obras lettras” que iriam conduzir a “hora literária” do 11º aniversário do *Natal-Club*: “as maviotas poetisas Palmyra e Carolina Wanderley, e os distinctos culltores das lettras Galdino Lima, Ezequiel Wanderley, Ponciano Barbosa e Moysés Soares”⁷⁵⁷. Assim, iniciando, às 20 horas do dia 22 de julho de 1917, “a ‘hora literária’ foi uma nota chic na comemoração do *Natal-Clube*”⁷⁵⁸.

O momento dedicado à literatura no 11º aniversário do clube foi organizado com declamações de poesia dos escritores presentes no clube. Primeiramente, Galdino Lima abriu a “hora literária” proferindo uma saudação logo após o término da orquestra do Centro musical, que executou a sinfonia *Guanari*. O orador foi seguido da declamação de um soneto parnasiano por Ponciano Barbosa. Em seguida Palmyra Wanderley e Carolina Wanderley recitaram cada uma os seus respectivos poesia. As poetisas foram seguidas pelo poema de Ezequiel Wanderley. E, por fim, Moysés Soares encerrou a hora literária com “um canto patriótico. O ardoroso orador fez um apello entusiástico á mulher natalense em beneficio dessa pleidade de valerosos moços que compõem o escotismo”⁷⁵⁹.

⁷⁵⁵ Assunto que já discutimos na primeira parte desta dissertação.

⁷⁵⁶ NATAL-CLUB. *A Republica*. Natal, 6 out. 1917.

⁷⁵⁷ NATAL-CLUB. *A Republica*. Natal, 9 jul. 1917.

⁷⁵⁸ NATAL-CLUB. *A Republica*. Natal, 23 jul. 1917.

⁷⁵⁹ A “hora literária” foi descrita minuciosamente nas páginas de *A Republica*. Natal, 23 jul. 1917.

A “hora literária” também foi promovida durante a comemoração do aniversário de José Pinto oferecida no salão do clube no dia 01 de agosto de 1921: “a ‘hora littero-humorística’ foi uma bella exhibição de inteligência e de cultura dos nossos litteratos, agradou bastante dando um realce todo especial à festa”⁷⁶⁰. O momento destinado à literatura potiguar contou com a presença de: Moysés Soares, com os poesia *A dança*; Luís da Câmara Cascudo, declamando *Marroeiro*, poesia de Catulo da Paixão Cearense; José Gobat, contando a lenda *A princesinha e o pastor*; Adaucto Câmara, recitando os poesia de Olegário Marinho (*A Felicidade*); Christovam Dantas, discursando *o Culto a arte*; Jaime Guimarães, declamando *Sugestões do amanhecer*; Ezequiel Wanderley com *Fora do Sério*; José Ferreira, lendo seus escritos sobre Jeca Tatu; Virgílio Trindade apresentando o poema *Rosa*; Francisco Palma versejando sua obra *Anceios inútil*; Edionor Avelino, lendo seu escrito intitulado *Apologia do silêncio*; e, por fim, a poetisa Palmyra Wanderley declamando o soneto *Caminho do Sertão*, de autoria de Auta de Souza⁷⁶¹.

Se os eventos que promoviam “a hora literária” no *Natal-Club* possibilitavam a apreciação das produções da literatura potiguar, o ambiente também proporcionava uma interação de literatos para literatos. Era possível que os homens de letras escolhidos para pronunciarem suas poesias ou seus ensaios concebiam o momento como oportunidade de compartilhar suas produções ou apresentar trabalhos inéditos. Podemos aferir ainda que esse compartilhamento não ocorreu exclusivamente de literato para literato. A “hora literária” promovida na noite de festa do *Natal-Club* rendeu publicações na primeira página do jornal *A Republica*.

Em 24 de julho de 1917, o jornal *A Republica* publicou, na primeira página, as poesias declamadas por Palmyra Wanderley (*Carta Aberta*), Carolina Wanderley (*Meu sonho*), Ponciano Barbosa (*Árvore Morta*), Ezequiel Wanderley (*A mulher e o voto*). Portanto, além da oportunidade em apresentar novas produções literárias aos seus iguais, Palmyra, Carolyn, Galdino Lima, Ezequiel, Moysés e Ponciano puderam também fazer conhecer, e, sobretudo, fazer circular, suas elaborações pela cidade do Natal.

Se, por um lado, o clube cooperou para a formação do hábito de cultivar a literatura potiguar, por outro possibilitou que esse uso fosse apenas privilégio de alguns. O *Natal-Club* era uma associação fechada a um número específico de sócios. Ser aceito como sócios em instituições como o *Natal-Club* foi privilégio de poucos⁷⁶². As candidaturas à associação eram

⁷⁶⁰ A REPUBLICA. Natal, 02 ago. 1921.

⁷⁶¹ *Idem*.

⁷⁶² ARRAIS, Raimundo. ANDRADE, Alenuska, MARINHO, Márcia. *Op. Cit.*, p.142.

examinadas por uma Assembleia Geral. Desse modo, o clube estava aberto apenas a “pessoas conceituadas, de posição social definida”⁷⁶³. Os sócios deveriam contribuir, mensalmente, com o valor de cinco mil réis, “além do pagamento inicial em joia, no valor de vinte e cinco mil réis”⁷⁶⁴.

Logo, o *Natal-Club* apresentava um ambiente altamente seletivo, onde as tertúlias literárias desenvolvidas no clube, assim como no salão de dona Isabel Gondim e nos cantões, apresentaram um caráter restrito. Ao que sabemos, os intelectuais como Galdino Lima, Moysés Soares, Ponciano Barbosa e Ezequiel Wanderley, Câmara Cascudo, Adauto Câmara, Edionor Avelino, José Ferreira, José Gobat, Virgílio Trindade, Christovam Dantas estão na lista de associados do *Natal-Club*⁷⁶⁵. Quanto à Palmyra e Carolina Wanderley, não temos informações no que diz respeito a sua associação.

Na verdade, é provável que o *Natal-Club* não tivesse sócias mulheres, tendo as mulheres acesso ao clube por meio de seus esposos e pais. Possivelmente, a exclusão feminina pode ser justificada pela funcionalidade a que se destinava o clube: prática de jogos destinada ao público restritamente masculino. Desenvolvendo essa lógica, acreditamos que as primas Palmyra e Carolina Wanderley foram convidadas à participação na “Hora literária” na noite de 22 de junho de 1917 devido à condição de parentesco com Ezequiel Wanderley – sócio do *Natal-Club* desde 1906 e tio das meninas.

Lançamos aqui a hipótese de que as participações nos eventos literários promovidos pelo clube eram, exclusivamente, voltadas para os seus sócios. Os clubes, como associações fechadas, tendem a selecionar o discurso, quem o pronuncia e sua plateia, “excluindo-se aqueles cujas vidas pessoais eram desagradáveis ou alheias”⁷⁶⁶. Com exigências restritas no que diz respeito aos requisitos para associação à instituição, o *Natal-Club* era uma instituição especificamente criada para o discurso privado, seletivo. Se uma face do *Natal-Club* era de seleção, a outra era composta de exclusão. Observamos aqui o mesmo desenvolvimento

⁷⁶³ ESTATUTO do Natal-Club. Natal/RN: Typografia d’A República, 1909.

⁷⁶⁴ ARRAIS, Raimundo. ANDRADE, Alenуска, MARINHO, Márcia. *Op. Cit.*, p. 143.

⁷⁶⁵ Outros sócios: José Pinto, Théophilo Brandão, Toscano de Brito, Odorico Pelinca, Manuel Dantas, Alberto Roselli, Eloy de Souza, Nestor Lima, Julio Rezende, José Augusto, Theodorico Guilherme, Antonio Nese, Luiz Avila, Antonio Silva, Clidenor Lago, João Galvão Filho, Gabriel Menezes, Manoel Teixeira, José de Calazans de Britto Guerra, Alexandre dos Reis, Mario Lyra, Luiz Veiga, Joaquim Torres, João de M. Galvão, Miguel Barra, Silvino Dantas, Arthur Mangabeira, João Sizenando Pinheiro, A. A. Monteiro Chaves, J. F. Pereira Guimarães, Nunzio Giannattazio, Luiz Potiguar Fernandes, Kerginaldo Cavalcanti, Alipio Barros, Antônio Arthur de Barros, Solon Galvão, Abreu e Lima, João B. de Medeiros, Manoel Seabra, Octavio Varela, Antonio Gurgel, Joaquim I. Ribeiro de Lima, Aristoteles Wanderley Joaquim Vieira, Arnaldo Maranhão, José Gonçalves, Carlos Sampaio, Anísio Vieira, João Gomes Teixeira, João Emilio Freire e Rodrigo A. da Costa. SOARES, Moysé, *Op. Cit.*, p. 21.

⁷⁶⁶ SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 111.

seletivo identificado no salão de dona Isabel Gondim. Os ambientes que aglutinavam também eram espaços que excluía.

A segregação ocasionada pelo clube da Avenida Rio Branco gerou a distinção dessa associação e dos eventos realizados nela do resto da população da capital potiguar, daqueles que não tinham condições de fazer parte do clube. Desse modo, podemos perceber que para construir-se uma associação, não basta que os indivíduos estejam em interação. Não apenas o “ato de estar com outros”, como também o ato de estar “contra outros”, “distinguidos de outros”, “segregados de outros”, de alguma maneira, forma uma unidade estabelecida conscientemente. Os sócios do *Natal-Club* são um exemplo desse tipo de espaço de sociabilidade constituído pela unidade de um grupo que se define pelo exclusivismo baseado no status social dos indivíduos.

Se a “Hora Literária” foi um momento que proporcionou interações esporádicas aos homens de letras da cidade, o clube também contribuiu para a promoção de conferências literárias. O local escolhido, como de grande parte das conferências da época, foi o *Natal-Club*. Elaboramos um quadro, a partir de um levantamento nos jornais da cidade de 1900 a 1930, sobre as conferências realizadas na cidade do Natal. Observemos:

Quadro nº 18 - Conferências realizadas na cidade do Natal
(1900 – 1930)

Conferencistas	Data	Tema	Local
Meira e Sá	5 ago. 1900	Sobre Teixeira Freitas	Palácio do Congresso Legislativo
Henrique Castriciano	12 jun. 1906	Os heróis da revolução de 1817	Praça André de Albuquerque
Eloy de Souza	20 fev. 1909	Costumes locais	Salão do Palácio do Governo
Manoel Dantas	21 mar. 1909	Natal daqui a 50 anos	Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG/RN)
Galdino Lima	09 out. 1909	A Dança	Natal-Club
Nestor Lima	25 dez. 1909	A Matriz de Natal	Natal-Club
Henrique Castriciano	Dez. de 1910	Os humildes	Palácio do Governo
Domingos Barros	1909 (entre julho e setembro)	Aspectos norte-rio-grandense	Não identificado
Honório Carrilho	20 jul. 1910	O Amor	Palácio do Governo – benefício aos órfãos de Segundo Wanderley
Henrique Castriciano	23 jul. 1911	Educação da mulher no Brasil	Natal-Club

Januário Cicco	10 set. 1911	A primeira infância e a luta contra a tuberculose	Natal-Club
Alfredo Campos	21 jul. 1915	A mulher e o lar	Natal-Club
Moysés Soares	26 jul. 1916	O Natal-Club e a sua primeira década	Natal-Club
Luiz da C. Cascudo, Manoel Rabello, João Estevam, Josué Silva, Pedro Lopes Jr., Américo Pinto e Jaime Wanderley	22 jul. 1921	Não identificado	Cinema Polyhteama
Adauto Câmara	(mês não referenciado) 1924	Não identificado	Theatro Carlos Gomes
Eloy de Souza	(mês não referenciado) 1930	Alma e Poesia do Litoral	Local desconhecido

Foi possível identificarmos quinze conferências realizadas na cidade do Natal. Suspeitamos que essas não tenham sido as únicas conferências promovidas em um período equivalente a trinta anos. A dificuldade em se fazer esse levantamento durante a nossa pesquisa nas páginas dos principais jornais de Natal, contribuiu para a limitação de números de conferências identificadas. No mais, pretendemos inferir aqui, que a mania das conferências literárias no Brasil⁷⁶⁷ também contagiou a capital do Rio Grande do Norte, no início do século XX.

No Brasil, a primeira década do século XX foi a época do desenvolvimento das conferências. Entretanto, as conferências literárias existiam no Brasil desde 1875. O que inexistiam eram as conferências voltadas para o povo, como havia na França. Era preciso, por meio das conferências, pôr o povo a caminho de resolver os problemas sociais. “Do que se deviam tratar era, sem dúvidas, do aperfeiçoamento moral do povo e da sua felicidade”, assim como se faziam na França⁷⁶⁸. Entretanto, mesmo que tenha surgido em 1875, foi apenas na primeira década do século XX que a moda das conferências ressurgiu no Brasil com maior intensidade. Logo, o país mergulhou em uma “conferenciomania”.

A mania das conferências literárias nos permite pensar sobre a importância da comunicação oral em outros tempos. Durante o período colonial e imperial no Brasil, a palavra falada, teve um considerável peso social, o que levou ao seu respeito e a sua valorização. É provável que essa valorização tenha sido mantida durante o período republicano, contribuindo para o alastramento da mania do discurso, da fala em público, da

⁷⁶⁷ José de Brito Broca identifica a difusão das conferências no Brasil como uma espécie de “mania”. Consultar: BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Op. Cit. p. 191.

⁷⁶⁸ BROCA, Brito. Op. Cit., p. 193.

oratória. No caso da sociedade potiguar, no início do século XX, percebemos o estimo em que os indivíduos tinham pela arte do discurso que, possivelmente, era influenciado pela prática da oratória aprendida nas academias de Direito de Recife.

A arte do discurso não consistia em um ofício dominado por todos. Os que bem a dominavam eram conhecidos como “oradores”. Em cada agremiação literária da cidade do Natal, do século XX, encontramos o cargo de “orador”⁷⁶⁹. Ao orador cabia a responsabilidade de proferir discursos nas reuniões das associações literárias, bem como nas palestras abertas para o público. Desse modo, podemos aferir que as conferências constituíram-se em lugar de discursos formais.

A prática se alastrou e, acreditamos que a cidade do Natal não tenha passado indiferente à febre das conferências. Na cidade, com um baixo percentual de alfabetizados, era natural que se manifestasse um interesse pela palavra. Assim, as conferências literárias inauguraram moda na capital potiguar. Não demorou a que os homens de vários campos do conhecimento tornassem-se palestrantes de conferências. Em Natal, os salões do Natal-Club, os salões do Palácio do Governo, Instituto Geográfico e Histórico do Rio Grande do Norte (IHG/RN) e o Teatro Carlos Gomes, não tardaram a receber conferencistas que tratasse dos mais variados assuntos: literário, historiográfico, jurídico ou científico.

Algumas conferências na cidade possuíram fins educativos. A mania dos discursos tornou-se prática comum aos homens de letras. Contudo, os literatos da cidade não eram seus únicos frequentadores. As conferências em Natal também contaram com a participação de homens e mulheres que não realizavam atividade literária. O grupo social ilustrado da cidade do Natal enxergou nesse tipo de reunião social mais uma maneira de estar mais próximo daqueles considerados civilizados costumes europeus.

Das conferências realizadas em Natal, a de maior destaque foi o ciclo de palestras realizadas por Eloy de Souza e Manuel Dantas no ano de 1909, intituladas, respectivamente, *Costumes locais* e *Natal daqui a 50 anos*. Contudo, como podemos identificar no quadro número 18, essas não foram as primeiras conferências promovidas na cidade. No primeiro ano do século XX, foi promovido em Natal uma conferência palestrada pelo magistrado Francisco Salles Meira e Sá – que ocupava o cargo de desembargador naquele ano:

⁷⁶⁹ Os grêmios literários eram constituídos pelas seguintes funções de membros: presidente, vice-presidente, tesoureiro, redatores – responsáveis pelos periódicos da associação literária – secretário e orador.

Meia hora depois do meio-dia, o vasto salão do Congresso Legislativo, ornado com gosto, para aquelle fim achava-se cheio dos mais altos representantes da nossa sociedade, excellentissimas famílias, associações litterarias, e cidadãos de todas as classes que, sem convite pessoal e espontaneamente, concorreram a ouvir as palavras eloquentes do distincto magistrado⁷⁷⁰.

A conferência do intelectual foi promovida pela agremiação literária *Polymathico*, palestrada, como já mencionado, no salão do Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte. A partir da descrição acima, noticiada no jornal *A Republica*, podemos aferir que se tratou de uma conferência aberta às famílias natalenses. A segunda característica que podemos perceber é acerca da gratuidade da palestra, uma vez que se menciona que entre os presentes na conferência encontravam-se “cidadãos de todas as classes”, presentes no salão Legislativo, embora que desprovidos de convite pessoal. A conferência de Meira e Sá, nesse dia, teve como tema “a vida e os trabalhos jurídicos do jurista Teixeira de Freitas”, ainda, no fim da palestra, o conferencista direcionou-se a imprensa e às senhoras presentes, o qual fez um breve histórico do papel da mulher na civilização⁷⁷¹.

O assunto central da conferência de Meira e Sá podia ter resultado em um público reduzido, no entanto, o que percebemos é que existia algum outro tipo de motivação, que não o tema, capaz de mover os indivíduos da cidade do Natal à palestra do magistrado como, por exemplo, um recado destinado à imprensa potiguar e às moças da cidade. Assim, a sociedade da cidade do Natal era convidada a comparecer as conferências, em grande parte, por meio dos anúncios em jornais:

Convite: O Gremio *Polymathico*, no intuito de tornar mais sollemne a sua sessão publica em que o desembargador Meira e Sá effectuará a conferencia sobre Teixeira de Freitas, cumpre o dever de convidar para assistil-a à imprensa da capital representada pelas redações do Diário do Natal , Tribuna, Oito de Setembro, O Século e Oasis e às associações litterarias “Congresso Litterário” e “Gremio Le Monde Marche”, bem como as associações philanthropicas e beneficentes, industriaes e artísticas desta cidade e a todos quanto interessarem-se por qualquer manifestação patriotica como aquela que hoje se effectuará. A sessão se realizar-se-ha ao meio dia no salão do Congresso Legislativo⁷⁷².

A maneira utilizada para anunciar e valorizar o evento era semelhante ao convite para o comparecimento à conferência de Meira e Sá. Optava-se por transmitir o evento nos jornais em circulação da cidade. O repetitivo reclame, com pequenas variações, destacava o nome do

⁷⁷⁰ MEIRA E SÁ. *A Republica*. Natal, 7 ago. 1900.

⁷⁷¹ *Idem*.

⁷⁷² GRÊMIO POLYMATHICO. *A Republica*. Natal, 5 ago. 1900.

conferencista, o tema, os convidados, o local, o horário da realização e a instituição promotora da conferência. Nos comentários posteriores, dias após a realização da conferência, as notas jornalísticas encerravam a valorização do evento com elogios ao desempenho do conferencista, tecendo comentários sobre o destaque às presenças ilustres e à impressão que o palestrante causou na plateia.

A exemplo do caso da conferência de Meira e Sá, podemos vislumbrar no quadro 18, que poucas das conferências realizadas entre 1900-1930 possuíam cunho estritamente literário. Alguns exemplos de conferências literárias foram: *O Amor*, palestrada por Honório Carrilho; *Os humildes*, por Henrique Castriano; *A dança*, do poeta Galdino Lima; e *Alma e poesia do litoral*, do conferencista Eloy de Souza. Restringir às conferências a assuntos literários poderia significar uma limitação e redução de seu público? Certamente. No entanto, percebemos que os variados assuntos predominantes nas conferências ocorridas na cidade do Natal, ora apresentavam um cunho historiográfico, ora tratavam de problemas da atualidade.

Portanto, supomos aqui que não houve um menosprezo às sessões literárias, mas, provavelmente, as conferências de temáticas historiográficas e de outros temas captaram um interesse mais geral e abrangente. Sendo assim, os variados temas abordados, a maioria deles possui um ponto em comum: encontravam-se articulados com as realidades históricas de seus conferencistas e, sobretudo, de seus ouvintes.

Se observarmos os temas das palestras de Henrique Castriano (1906), Nestor Lima (1909), Domingo Barros (1909) e Moysés Soares (1916), podemos identificar uma tendência cívica. Os conteúdos das conferências referiram-se a discursos relativos aos lugares ou às personalidades os quais foram atribuídos significados para a História do Rio Grande do Norte. Os literatos da cidade do Natal contribuíam para a formação de uma identidade norte-rio-grandense, na medida em que escolhiam os elementos que forjariam uma dada memória e uma dada história para a sociedade potiguar.

Portanto, as conferências foram ambientes essenciais para discursar sobre elementos importantes para uma história e para a identidade do estado. Desse modo, os homens de letras da cidade do Natal almejaram falar do Rio Grande do Norte, do cotidiano da cidade do Natal, da sua intimidade, de si... como, por exemplo, a conferência de Moysés Soares sobre o *Natal-Club*, no fragmento transcrito abaixo:

Quando os telegrammas do exterior só nos falam da guerra, da grande guerra, que ameaça destruir, exterminar as mais cultas nações do Velho Mundo – onde, na hora actual, só se respira inveja, ambição e vingança – reduzindo-as, em breve talvez, a simples ‘jazigos de civilizações mortas’; quando as

comunicações do interior só se referem á crise financeira que assoberba o Brazil; aos maos governos que infelicitam Estados co-irmãos, alguns dos quaes continuam victimas das mais desprezível anarchia politico-administrativa – é natural que nós, os rio-grandense do norte, que atravessamos um período de solida e verdadeira paz, de evidente e honrosa prosperidade, rejubilemo-nos com toda a effusão de nossa alma patriota; não faz mal que nós, os desta associação, alheios, ao menos por instantes, á infelicidade dos outros, já que não é dado remedial-a, falemos de nós mesmos, de nossa vida íntima, isto é, d’ ‘O Natal-Club e sua primeira decada’⁷⁷³.

Os discursos sobre assuntos inerentes ao estado e à cidade foram constantes nas conferências promovidas em Natal. Mais uma vez, a cidade estava no centro das preocupações dos homens de letras. Em uma sociedade formada por poucos letrados e um considerável número de analfabetos, trazer assuntos de interesse e da atualidade, experimentada pelo público, era proporcionar conhecimento, informação e civismo através da palavra oral. Mas, até que ponto as eloquentes oratórias promovidas pelos homens de letras da cidade do Natal estavam ligadas as suas próprias experiências nessa mesma cidade?

Em 20 de fevereiro de 1909, Eloy de Souza, na conferência *Costumes Locais*, discursou a respeito da situação vivida em Natal naquele momento. Em sua fala, o conferencista abordou aspectos das relações sociais e comportamentais do Natal, descrevendo a cidade e as contradições da vida no espaço urbano. Eloy de Souza constatou que: “enquanto a velha Natal estava agonizando já se vislumbrava o nascimento de uma nova cidade, que seria construída pelos jovens, e que realizaria sonhos de bondade e civilização”⁷⁷⁴.

No discurso de Eloy de Souza, o conferencista alertou para um processo de transição que ocorria na cidade, no qual Natal perdia os seus costumes mais antigos em detrimento das mudanças que vinham sendo alimentadas na capital potiguar. A palestra de Eloy de Souza abriu um ciclo de palestras, finalizado por Manoel Dantas quase um mês depois, com a conferência *Natal daqui a cinquenta anos*, promovida em 25 de março de 1909.

A conferência de Manoel Dantas, já mencionada nesta dissertação, e provavelmente a palestra mais conhecida na historiografia do Rio Grande do Norte, idealizou uma cidade do Natal como metrópole civilizada, “que procura harmonizar o progresso e a poesia, a industrialização e o meio ambiente, o passado e o futuro”⁷⁷⁵. Se Eloy de Souza lamentava pela Natal de 1909, Manoel Dantas preconizou a cidade de 1959. Os discursos acerca do surgimento de uma nova cidade que desejava acompanhar, de modo entusiasmado os passos

⁷⁷³ SOARES, Moysés. *Op. Cit.* p.13.

⁷⁷⁴ LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas. Op. Cit.* p. 21.

⁷⁷⁵ *Ibid*, p. 17.

do progresso. No ano de 1909, a cidade do Natal estava sofrendo diversas mudanças em suas estruturas físicas e sociais. Isso demonstra que as conferências realizadas, respectivamente, no Palácio do Governo e no salão do IHG/RN, eram condizentes com as novas experiências que afetavam a vida na cidade do Natal.

As preocupações higienistas refletiram-se no ciclo de palestras ocorrido no ano de 1911, no *Natal-Club*. O ciclo de conferências iniciou em 10 de setembro com a palestra do médico Januário Cicco intitulada *A primeira infância e a luta contra a tuberculose*. As palestras seguintes, pronunciadas pelo médico Valle Miranda, Calistrato Carrilho e Antonio China, ocuparam-se “de assumptos referentes ás creanças, alimentação e á hygiene da casa em geral”⁷⁷⁶.

Pouco mais de ano depois, Henrique Castriciano discursava no salão do Palácio do Governo acerca do problema dos flagelados da seca na conferência intitulada *Os humildes*. Durante a Primeira República, os grupos dirigentes da cidade do Natal moveram esforços para lidar com os retirantes da seca que chegaram a instalar-se na capital norte-rio-grandense.

A representação dos flagelados constituiu em um “estorvo às condições de salubridade de espaço urbano e um embaraço à própria ideia de moderno”⁷⁷⁷. O flagelado da seca foi culpado pela insalubridade e falta de higiene pública na própria cidade em que serviu de mão de obra da reforma urbana em prol de uma “nova cidade”. Henrique Castriciano discursou sobre esses agentes sociais em uma época em que as medidas emergenciais e assistencialistas em combate aos flagelados da seca haviam se transformado em saberes e projetos técnicos, científicos motivados por interesses políticos e econômicos⁷⁷⁸.

Ainda analisando o quadro número 18, identificamos um terceiro conjunto de assuntos referentes às questões experimentadas: a educação da mulher. As conferências proferidas por Henrique Castriciano (1911) e Alfredo Campos (1915) versaram acerca da condição da mulher na década de 1910 articulando-a à educação e ao seu papel no lar. A palestra foi promovida no salão do *Natal-Club* na sessão de instalação da Liga de Ensino, criada em 23 de julho de 1911. Nas páginas do jornal *A Republica*, do ano de 1911, florescia o debate acerca

⁷⁷⁶ O médico Valle Miranda palestrou sobre “Alimentos e condimentos”. Infelizmente não obtivemos informações sobre os assuntos das conferências de Antônio China e Calistrato Carrilho, uma vez que o jornal só informa-nos sobre a espera do envio do tema das teses dos dois médicos. Mais informações: *A REPUBLICA*, Natal, 06 set. 1911.

⁷⁷⁷ DANTAS, George A. F., FERREIRA, Ângela Lúcia. Os “indesejáveis” na cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930). In: __ (Org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna*, Natal (1890-1940). Natal/RN: EDUFRN, 2006. p. 47.

⁷⁷⁸ *Ibid*, p. 66.

da educação da mulher, com artigos assinados por Sebastião Fernandes⁷⁷⁹, Paulo Maranhão⁷⁸⁰ e José Augusto Bezerra de Medeiros⁷⁸¹.

Na fundação da Liga de Ensino, em 23 de julho 1911, dias depois dos artigos no jornal oficial do estado, Castriciano declarou em seu discurso a importância da mulher no papel decisivo da educação humana, uma vez que o homem deve sair do âmbito familiar para a sociedade. O bacharel discursou em defesa da necessidade de uma formação cultural adequada à mulher, para que a mesma desempenhe essa tarefa⁷⁸².

A conferência de Alfredo Campos também foi realizada no salão do *Natal-Club*. “O Sr. Alfredo Campos leu por espaço de 40 minutos a sua conferencia que versou sobre o thema – A mulher e o lar – sendo ao terminar bastante applaudido”⁷⁸³. Três anos depois da fundação da Liga do Ensino e um ano depois da fundação da Escola Doméstica (1914), acreditamos que o conteúdo da conferência de Alfredo Campos tenha enveredado pelas questões discursadas na oratória de Castriciano.

Do ponto de vista literário, nenhum dos conferencistas pertenciam a um universo literário desconhecido. Henrique Castriciano, Eloy de Souza, Honório Carrilho, Alfredo Campos, Nestor dos Santos Lima, Moysés Soares, Meira e Sá e Galdino Lima – com a exceção de Domingo Barros⁷⁸⁴ – eram nomes conhecidos no campo literário da cidade do Natal. No entanto, o conferencista Domingo Barros também tinha uma certa notoriedade entre as personalidades na cidade. Domingo Barros, ao lado de Valle Miranda, era um dos contratantes da iluminação pública de gás acetileno na cidade no ano de 1905. Além da prestação de serviço de iluminação, Domingo Barros era vice-presidente da Sociedade Agrícola (1909) e chefe da Empresa de Melhoramentos do Rio Grande do Norte, sendo responsável pela instalação dos bondes elétricos na cidade em 1911. Domingo Barros, ainda, contraiu matrimônio com Maria Leonor de Barros, filha do coronel Fabrício Maranhão. Concluimos, portanto, que o orador tinha importância social e política na administração do estado⁷⁸⁵.

⁷⁷⁹ A REPUBLICA. Natal, 3 jul. 1911 e A REPUBLICA. Natal, 10 jul. 1911.

⁷⁸⁰ EDUCAÇÃO DA MULHER. *A Republica*, 13 jul. 1911. O jornal publica um artigo do educador, em que o mesmo defende a educação da mulher como ato de “belíssimo altivez sublime”.

⁷⁸¹ A REPUBLICA. Natal, 7 jul. 1911.

⁷⁸² CASTRICIANO, Henrique. A Liga de Ensino do Rio Grande do Norte. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo de. (Org.). *Henrique Castriciano - Seleta de textos e Poesias*. Op. Cit.p. 499.

⁷⁸³ A REPUBLICA, Natal, 21 jul. 1915.

⁷⁸⁴ Infelizmente não conseguimos informações quanto à formação de Domingo Barros.

⁷⁸⁵ No mais, temos conhecimento a respeito dos cargos que o orador ocupou em Natal. Essas informações foram extraídas do jornal A REPUBLICA, nas respectivas publicações: 04 fev. 1905; 05 jun. 1905; 11 jan. 1909; e 12 jan. 1911.

Os conferencistas mencionados eram bacharéis em Direito, desempenhavam importantes cargos públicos (desembargadores, advogados, procuradores, inspetores, promotores), atuavam também em jornais e faziam parte das instituições promotoras das conferências. Em suma, possuíam toda uma estrutura necessária para promover as palestras do qual participavam muitas vezes como próprio conferencista.

As conferências realizadas ainda se distinguiam quanto aos tipos de iniciativa: pública ou particular. Acreditamos que boa parte das conferências era de iniciativas particulares, uma vez que eram promovidas por associações literárias, pelo *Natal-Club*, pelo Instituto Histórico e Geográfico/RN. Isso não significa dizer que o público era restrito. A conferência de Meira e Sá, por exemplo, é um exemplo de palestra promovida pelo grêmio literário *Polymathico* e de acesso gratuito.

Possivelmente o público fosse mais restrito nas conferências pagas do que nas públicas. Ainda que não tenhamos encontrado em reclames de anúncio de conferência referências a valores de entradas nas conferências, identificamos que grande parte delas foi beneficente. Se a conferência do magistrado foi gratuita, não podemos confirmar a mesma característica sobre os ciclos de conferências de Eloy de Souza e Manoel Dantas. As conferências dos palestrantes, ainda que promovidas pelo próprio estado, mencionados ocorreram com o objetivo de ajudar os desamparados órfãos de Segundo Wanderley e sua viúva.

A palestra de Henrique Castriciano, um ano depois, possuiu o mesmo intuito que as conferências de Eloy de Souza e Manoel Dantas. Eloy de Souza, no ano de 1930, discurso em outra conferência, desta vez em benefício da construção da Igreja de Santa Teresinha. Desse modo, se a proposta era a realização de conferências beneficentes, é muito provável que tenha havido vendas de ingressos para o acesso às palestras com intuito de arrecadar dinheiros aos beneficiados. Algumas conferências promovidas na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo período, eram pagas e o dinheiro, por sua vez, engordava os bolsos dos palestrantes.

Segundo Brito Broca, as conferências realizadas por escritores cariocas no Instituto Nacional de Música, chegaram a cobrar ingressos equivalentes a dois mil réis no ano de 1905. O gênero das conferências e a possibilidade de ganhar dinheiro com ele chamou a atenção de muitos letrados, entre eles Coelho Neto e Olavo Bilac⁷⁸⁶. A confirmação que nos faltou foi se existia um lucro financeiro para os conferencistas da cidade do Natal.

⁷⁸⁶ Para mais informações, consultar: BROCA, Brito. *Op. Cit.* p. 195.

Portanto, as conferências na cidade do Natal funcionaram um pouco como ponto de convergência social. As conferências potiguaras foram práticas requintadas até pelo menos a década de 1930⁷⁸⁷ e ofereceram oportunidades de aglutinação dos homens de letras da cidade do Natal, sempre convidados ora a palestrar, ora a assistir às palestras proferidas nos salões. As conferências realizadas evidenciam a existência de um mundo intelectual efervescente e atuante na cidade. Se, por um lado, os literatos reuniram-se para declamar criações literárias de suas autorias, por outro, eles também discursaram sobre assuntos e problemas da atualidade que afetaram a cidade.

As conferências eram instrutivas, educativas, cívicas, literárias, beneficentes. Eram discursos de interesse geral conduzidos por homens de oratória. Ora, que prestígios tinham aqueles que proferiam uma conferência? Essa foi a época da aparição na sociedade brasileira, segundo Brito Broca. Em outras palavras, o surgimento da vontade, entre os escritores, de fazer-se conhecer, não apenas por meio de seus escritos, mas também através de suas palestras⁷⁸⁸. Assim, entre os anos de 1900-1930, pronunciar uma conferência constituía “um dos melhores meios de dar na vista, de chamar a atenção para a própria pessoa, de fazer o próprio reclame”⁷⁸⁹.

E os oradores da cidade do Natal estavam conscientes disso. Ser conferencista, além de ter a oportunidade de discursar sobre suas próprias ideias, elaborações e projetos intelectuais, era ser visto, ser conhecido, ser lembrado, ser consagrado. A conferência de Nestor dos Santos Lima (ver quadro 18) rendeu-lhe o convite para ser membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte⁷⁹⁰. A conferência de Honório Carrilho rendeu-lhe uma publicação impressa:

Publicações – Offerecido pelo seu illustrado auctor, dr. Honorio Carrilho, recebemos o exemplar da conferência sobre *O Amor*, pronunciada por s. s. no Palácio do Governo, em beneficio do patrimônio dos orphãos de Segundo Wanderley. É um trabalho de valor, já conhecido de nosso publico e sobre que externamos em tempo a nossa opinião. Ao nosso distincto amigo talentoso collaborador, confesamo-nos penhorados pela gentileza da oferta⁷⁹¹.

Assim como Honório Carrilho, a conferência de Moysés Soares também foi publicada em folheto pela Typografia Commercial J. Pinto & Cia⁷⁹². Situações semelhantes ocorreram

⁷⁸⁷ Não podemos afirmar exatamente sobre o término das práticas de conferências nos anos de 1930, já que não chegamos a investigar as atividades de conferência pós-30, limitando-nos apenas entre o período de 1889 a 1930.

⁷⁸⁸ BROCA, Brito. *Op. Cit.* p. 198.

⁷⁸⁹ *Ibid*, p. 199.

⁷⁹⁰ SOARES, Moysés, *Op. Cit.*, p. 14.

⁷⁹¹ PUBLICAÇÕES. *A Republica*, Natal, 20 jul. 1910.

⁷⁹² *Idem*.

com as conferências de Eloy de Souza (1909) e Manoel Dantas (1909). Quando não viravam publicações avulsas, algum jornal em circulação na cidade como, por exemplo, foi o caso da conferência de Meira e Sá, publicada nas páginas do jornal *A República*, em 7 de agosto de 1900. Desse modo, a depender da importância do tema e, sobretudo, do próprio autor, as conferências transcendiam os espaços fechados dos salões e refletiam-se nas folhas periódicas potiguares.

No mais, as conferências possibilitavam não somente momentos de sociabilidade intergruppal, ou seja, de homens de letras para homens de letras. É possível sugerirmos também a existência de uma ligação entre os conferencistas e o público ouvinte. Uma conexão entre orador e público por meio de uma literatura oral. Por isso, a palavra falada foi tão valorizada nas conferências promovidas durante a Primeira República. Os literatos estenderam suas produções e suas elaborações intelectuais do conhecimento de um grupo restrito. Ainda que por meio dos discursos formais das conferências, os intelectuais da cidade do Natal conquistavam, dialogavam e aproximavam-se do público.

7.3 *Entre prosas e cafés: o Magestic como a “casa das letras potiguares”*

Os cafés *Potiguarânia* e *Magestic* representam, na história dos homens de letras da cidade do Natal, dois recintos exíguos onde os literatos da cidade se reuniam. Dois ambientes sucessores, uma vez que a *Potiguarânia* deu origem ao *Magestic* a partir do ano de 1919. Ambos podem ser identificados como ambientes que formaram redes literárias. As rodas literárias dos dois cafés foram indispensáveis, portanto, ao cotidiano dinâmico das sociabilidades entre os homens de letras de Natal.

Os cafés da cidade do Natal eram designados como “qualquer casa de diversão, onde se vendesse café ou bebida”⁷⁹³. Quase todos os cafés vendiam o cafezinho, contudo, bares e restaurantes também entravam nessa classificação. Por conseguinte, era comum encontrar nesses recintos a venda de “fritadas de camarão ou de caranguejo, um lanche de porco ou de galinha, uma aguardente boa, ou uma cerveja gelada”⁷⁹⁴. A *Potiguarânia* e o *Magestic* compõe a lista dos cafés mais frequentados na cidade, sendo identificados como cafés “falado, comentado, frequentado por uma freguesia seleta e escolhida, no meio da qual se distinguiam relevantes figuras das nossas letras e das nossas artes”⁷⁹⁵.

⁷⁹³ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p. 139.

⁷⁹⁴ João Amorim Guimarães lista os tipos de consumo nos cafés de Natal em: *Ibid*, p. 138.

⁷⁹⁵ PINTO, Lauro. *A Natal que eu vi*. Natal/RN: Imprensa universitária, 1971. p. 41.

Localizamos o *Potiguarânia* na topografia da cidade do Natal nos últimos anos do século XIX. Fundado em 19 de julho de 1894, o *Potiguarânia* é identificado como a “casa de diversões mais importante” do bairro da cidade Alta, localizado na Rua Ulisses Caldas, número 101. Foi no “antigo e acreditado estabelecimento recreativo que constituiu-se o centro das mais agradáveis diversões não para inúmeros freguezes, como também para muitas Exmas. famílias”⁷⁹⁶, cujo os poetas e os prosadores da cidade do Natal do século XIX costumavam se reunir.

O nome do café fazia alusão ao chão norte rio-grandense, terra do índio Poti Felipe Camarão: a potiguarânia⁷⁹⁷. No que respeita às práticas recreativas, o *Potiguarânia* é identificado como casa de bilhar, em que “de lá saíram os melhores jogadores de bilhar”⁷⁹⁸. Nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as casas de bilhar difundiram-se nos bairros da Ribeira e da Cida Alta. Tal ambiente destinava-se à prática de jogos associando a diversão ao desejo de promover espaços necessários a uma capital em progresso, uma vez que o bilhar era considerado como uma espécie de jogo aristocrático⁷⁹⁹. Logo, o *Potiguarânia* passou a ser a casa de diversão dos fidalgos natalenses.

O café fundado por Ezequiel Wanderley ofereceu à sociedade natalense noites de animados jantares. Em dias especiais como, por exemplo, o dia de São Pedro (28 e 29 de junho), o *Potiguarânia* promoveu um festejo com a participação da orquestra do Batalhão de Segurança junto à exibição de um “graphophone” que tocou outras composições maestrais⁸⁰⁰. Nos dias de domingo e feriados, o *Potiguarânia* funcionava promovendo o sistema de jantares especiais aos seus frequentadores⁸⁰¹.

No ano de 1895, o proprietário Ezequiel Wanderley fechou, por alguns dias, as portas do estabelecimento para uma reforma realizada pelo desenhista Plínio Sant’Iago, o que resultou na renovação de todas as paredes da casa “com as cores seguras e variadas do seu pincel, custando a graça, o chik dessa pintura algumas centenas de mil réis ao novo estimável Ezequiel”⁸⁰². As transformações proporcionadas por Ezequiel Wanderley, após um ano da

⁷⁹⁶ *A República*. Natal, 1 jul. 1900.

⁷⁹⁷ Essa não foi a primeira vez que o nome “Potiguarânia” foi usado para fazer referência ao Rio Grande do Norte. Em 1890, um jornal voltado à discussão de questões modernas, também carregava no título a alusão à terra do índio Felipe Camarão, da tribo Poti. Para mais informações sobre o jornal: MELO, Manoel Rodrigues de. *Op. Cit.*, p. 96.

⁷⁹⁸ Wanderley, Jaime dos G., *Op. Cit.*, p. 92.

⁷⁹⁹ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. Natal sob o olhar de o Olofote: cenas urbanas na cidade em 1919. *Revista Cordis: Comunicação, Modernidade e Arquitetura*. *Op. Cit.* p. 287-319.

⁸⁰⁰ *A REPUBLICA*. Natal, 1 jul. 1900.

⁸⁰¹ POTIGUARÂNIA. *A Republica*, Natal, 3 set. 1900.

⁸⁰² POTIGUARÂNIA. *Oásis*. Natal, 16 dez. 1895.

inauguração do café, demonstra a preocupação estética em fazer do estabelecimento um ambiente “chique”.

A mudança física era acompanhada pelos meios de distração oferecidos ao público: “jogos de bilhar, dominó, vispora & o bem e preparado café (não diariamente) único paladar cujo preço não será muito commodo ás algibeiras do freguez”⁸⁰³. Por intermédio das notícias que divulgavam acerca do estabelecimento, fomos percebendo o tipo de público para o qual era voltado o café *Potiguarânia*. O estabelecimento reuniu indivíduos como José Pinto, Celestino Wanderley, Segundo Wanderley, Uldarico Cavalcanti, Aurélio Pinheiro, Antônio Marinho, Pedro de Alcântara Melo, Francisco Palma e outros grupos de “gente moça trocando ideia sobre jornalismo, arte, enfim, tudo que no momento atraísse a atenção da cidade”⁸⁰⁴. No entanto, o café era frequentado pela “finesse natalense”⁸⁰⁵. O *Potiguarânia* vedava a entrada, na porta, dos fregueses que não convinham, compondo assim uma freguesia escolhida.

A frequência e a convivência no café *Magestic* afirmaram a nossa hipótese no que diz respeito à existência de uma organização seleta em alguns espaços destinados à sociabilidade da sociedade potiguar. Se por um lado, o café é referenciado como espaço de sociabilidade dos homens de letras da cidade do Natal, por outro, constitui-se em espaço que exclui. O *Potiguarânia* possibilitou a confluência dos iguais com os seus pares, promoveu uma separação dentro do todo. Infelizmente, é impossível identificar os literatos que frequentavam o ambiente, e aqueles que ficaram à margem das atividades realizadas no café. Entretanto, lançamos aqui a hipótese de que a distinção acarretada pelo café estava longe de designar diferenças financeiras. Acreditamos que essa diferenciação estava muito mais relacionada ao comportamento, aos hábitos, à educação, por fim, ao meio social de grupos e indivíduos da capital potiguar.

No ano de 1919, o proprietário Ezequiel Wanderley encerrou as atividades do café *Potiguarânia*. O literato vendeu o estabelecimento para Urbano Benjamim Simonete. Simonete, por sua vez, transformou a *Potiguarânia* em *Magestic*. A fachada do café da família natalense deu lugar às cores vivas do nome *Magestic*. Não sabemos o que motivou a mudança do nome do café, contudo, o novo negócio não deu certo. No ano seguinte, o *Magestic* foi vendido a uma sociedade comercial composta por Jorge Fernandes, Deolindo Lima, Barôncio Guerra, Aurélio Flávio e Pedro Lagreca: um grupo de escritores. De *Potiguarânia* ao *Magestic*, é certo que o café continuava na direção de homens de letras da

⁸⁰³ *Idem*.

⁸⁰⁴ Melo, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Op. Cit.* p. 16.

⁸⁰⁵ Wanderley, Jaime dos G. *Op. Cit.* p. 93

capital norte-rio-grandense. Característica que, a nosso ver, foi essencial às atividades que o café *Magestic* passou a abrigar.

Daí por diante o *Magestic* passou a ser exclusivamente café e bar, extinguindo as atividades de bilhares e jogos de outrora realizados no *Potiguarânia*. Houve outras modificações. O café passou a ocupar quase um quarteirão inteiro composto pela Ulisses Caldas, 21 de março e a Praça do Mercado. Na imagem abaixo podemos visualizar a Rua Vigário Bartolomeu e, no lado esquerdo, parte do café *Magestic* na esquina da rua:

Imagem nº 06 – A Rua Vigário Bartholomeu e o café Magestic



Fonte: Foto de Jayme Seixas. MIRANDA, João Maurício Fernandes de. 380 Anos de História Foto-Gráfica da cidade de Natal – 1599/1979, Editora Universitária, UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 33.

A entrada no café *Magestic* passou a ser franca. Se o *Potiguarânia* funcionava das 9 horas até às 22 horas⁸⁰⁶, os encontros no *Magestic* entravam pelas madrugadas alegres e estendiam-se até que seus frequentadores pudessem saudar o Sol. O café, constantemente, enchia sempre após às 19 horas⁸⁰⁷. As animadas noites no *Magestic* acompanhava o

⁸⁰⁶ A REPUBLICA, 3 set. 1900.

⁸⁰⁷ Wanderley, Jaime dos G. *Op. Cit.* p. 94.

desenvolvimento da vida noturna da cidade do Natal. A cidade “mal iluminada” dos primeiros anos do século XX, no ano de 1919, já contava com a iluminação elétrica.

Segundo Raimundo Arrais, a organização e a ampliação da rede de distribuição de eletricidade por toda a cidade, além de promover a iluminação das ruas e das residências em Natal, possibilitaram o desenvolvimento de hábitos noturnos⁸⁰⁸. As pessoas passaram a frequentar cinemas, teatros e, sobretudo, os cafés. A localização do Magestic, em frente ao Royal cinema, também proporcionou na “produção de um grande movimento à noite no café”⁸⁰⁹. O movimento descrito era tanto que até mesmo um português vendedor de sorvete, identificado como “Seu Silva”, obtinha lucro no negócio, estacionando a sua carrocinha durante anos na esquina do Magestic⁸¹⁰.

Como podemos perceber, o espaço transformou-se e, junto dele, suas práticas. Talvez o café *Magestic* represente o mais significativo espaço da sociabilidade na cidade do Natal. Os sistemas de jantares e competições de bilhares ocorridos no *Potiguarânia* converteram-se na “verdadeira academia”⁸¹¹, no ambiente que abrigou as tertúlias literárias. De fins do ano de 1919 até o ano de 1935, o *Magestic* teve uma considerável influência na vida intelectual da cidade do Natal.

Podemos supor que o ambiente destinado ao serviço de café foi transformado em espaço pelos seus *habitués*. Os literatos da cidade do natal converteram o *Magestic* em um *lugar praticado*, de modo que as tertúlias literárias praticadas no interior daquele ambiente ressignificaram as atividades no mesmo⁸¹². Ao explorarmos os conceitos de *espaço e de lugar praticado* estamos dialogando com a noção de *espaço e lugar* desenvolvida por Michel de Certeau. Para Certeau, lugar significa a ordem, a configuração instantânea de posições, a indicação de estabilidade, enquanto que, espaço seria o cruzamento de móveis, um lugar animado por um conjunto de movimentos que ali se desenrolam. Logo, o espaço corresponde a lugar praticado, a transformação de um lugar definido por meio das práticas que se desdobram nele. Desse modo, foi no *Magestic* que poetas, cronistas, jornalistas fizeram das discussões literárias as suas horas de lazer. Os usos que os grupos de escritores fizeram no café foram definidores do próprio espaço, operando-o para transformação do *Magestic* em um espaço distinto. Portanto, de qualitativo de “café”, o *Magestic* passou a ser identificado como

⁸⁰⁸ ARRAIS, Raimundo. ANDRADE, Alenuska, MARINHO, Márcia. Op. cit, p. 107.

⁸⁰⁹ PINTO, Lauro. Op. Cit. p. 43.

⁸¹⁰ *Ibid*, p. 44.

⁸¹¹ GUIMARÃES, João Amorim. Op. Cit. p. 156.

⁸¹² Consultar: CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. In: _____. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. P. 184-186.

“uma Casa de Letras, um Ateneu da Grécia antiga”, designação atribuída por seus frequentadores⁸¹³.

João Amorim Guimarães, um dos *habitués* que frequentava o *Magestic*, lembra a dinâmica do local em dias de domingo ou em feriados:

O Magetsic regurgitava de gente, num movimento ensurdecedor a DIOCÉSIA (a ‘RODA LITERÁRIA’) esgueirava-se pela escada acima e ia alojar-se no sótão e lá ficava, na alegria das palestras literárias ou contando histórias humorísticas⁸¹⁴.

O nome “diocésia” faz alusão a um espaço de jurisdição dos literatos. A denominação foi propositalmente grafada de maneira incorreta já que a maneira correta seria “diocese”. A nomenclatura “diocésia” remete a um episódio em que um dos frequentadores do café, José Laurindo, embriagado, bancou o valente e esbravejou: “- Aqui, nesta diocésia, que manda sou eu”⁸¹⁵. Nas palavras do escritor Amorim Guimarães, a denominação agradou a Jorge Fernandes que, dali em diante, o recinto festivo do *Magestic* estava devidamente batizado: seria “diocésia”.

A partir do fragmento acima, podemos identificar a existência de uma divisão na estrutura física do *Magestic*. As reuniões nos recintos internos do café eram distinguidas por fases. A primeira fase das reuniões ocorria no quintal do café ao abrigo de uma planta da espécie *figus benjaminia*. Acreditamos que esse tipo de árvore era bastante comum na flora da cidade do Natal. A árvore é mencionada na arborização da Praça Pedro Velho, no bairro da Cidade Nova, durante a reforma e do ajardinamento da mencionada praça. Uma notícia publicada no jornal *A Republica*, no ano de 1917, ressalta a contribuição desse tipo de árvores no embelezamento da cidade⁸¹⁶.

Ainda no quintal do café estavam distribuídas mesas e cadeiras sob o clarão de lâmpadas com centenas de velas⁸¹⁷. Acreditamos que esse tipo de iluminação era específico do estabelecimento, uma vez que a cidade do Natal já dispunha nesse período de iluminação elétrica. Esse local era tido como sala de visitas do café. Ali, os escritores aguardavam para

⁸¹³ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.*, p. 154.

⁸¹⁴ *Ibid*, p. 155.

⁸¹⁵ *Ibid*, p. 158.

⁸¹⁶ A REPUBLICA. Natal, 22 set. 1917. Também observamos a utilização do *figus benjamina* em outro projeto de arborização. Em 29 de julho de 1936, a administração da cidade decretou o uso da espécie para a arborização da avenida Rio Branco. A árvore substituiu as “mungubeiras”, pois estas sujavam muito a rua com a queda de suas folhagens e suas raízes arrebentavam calçadas. Para mais esclarecimento, conferir: SOUZA, Itamar de. Arborização com figus-benjamina. In: _____. *Nova história da cidade do Natal*. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 2008, p. 173.

⁸¹⁷ WANDERLEY, Jaime dos G. *Op. Cit.* p. 98.

serem conduzidos ao sótão por Segundo, “um garçom natural do sertão, porém há bastante tempo familiarizado com a praça”⁸¹⁸.

O sótão do café correspondia à segunda fase das reuniões. No sótão, um grupo de escritores reuniu-se frequentemente nos dias de sábado, domingo e feriados. Acreditamos que o café dispunha de um terceiro local, não utilizado pelos homens de letras do *Magestic*, mas por outros indivíduos que faziam uso comum do estabelecimento e não tinham acesso aos serões literários. Como podemos perceber, a sociabilidade descrita aqui corresponde às reuniões de um grupo específico.

O grupo era integrado por Luís da Câmara Cascudo, Jorge Fernandes, Othoniel Menezes, Ezequiel Wanderley, Lucas Wanderley, Evaristo Souza, Edinor Avelino, Oliveira Júnior, Bezerra Júnior, Jaime Wanderley, Abelardo Bezerra, José Wanderley, Barôncio Guerra, Pedro Oscar, Renato Wanderley, João Apolinário Barbosa, Abel Furtado, Deolindo Lima, Sandoval Wanderley, Francisco Bulhões, José Tabira, Carlos Siqueira, Francisco Leraistre, Teodorico Guilherme, Pedro Lagreca, Aurélio Flávio, Carmelo Pignataro, Francisco Pignataro, João Gomes da Câmara, Luís Maranhão, Joca Lira, Waldomiro Moreira Dias, Odorico Moreira Dias, José Barbosa, Platão Wanderley, Apolônio Seabra, Eurico Seabra, Francisco Dantas, Moysés Soares, Octacílio Alecrim, Augusto Coelho, João Amorim Guimarães, Manoel Seabra, Elissósio Guimarães, Absalão Simonete, Rodolfo Maranhão, Estevam Antunes, Augusto Coelho, José Gomes, Antônio Fontes, João Galvão, Pio Barreto, Francisco Madureira, José Laurindo, José Barbosa, Jorge Dantas, Capitão Lustrosa⁸¹⁹.

Os nomes listados aqui não são exclusivamente de literatos, a freguesia que participava dos momentos literários no café também era constituída por professores e jornalistas, que não atuavam nas letras. Essa heterogeneidade no que diz respeito aos homens que frequentavam o *Magestic* provoca-nos uma reflexão acerca do alcance amplo desses serões literários, do qual participavam não apenas literatos, mas outros indivíduos que, embora não desenvolvessem a atividade escrita, nutriam gosto pela literatura.

Diante desse leque de nomes, seria um equívoco se afirmássemos que no café *Magestic* estavam reunidos todos os homens de letras da cidade do Natal. O *Magestic* tornou-se ambiente que definiu e formou a identidade de um grupo específico: o grupo de Jorge Fernandes, de Luís da Câmara Cascudo. Em trechos de uma crônica de autoria de Luís da Câmara Cascudo, identificamos o *Magestic* como “o bar da bebida, da classe média, da

⁸¹⁸ *Ibid*, p. 99.

⁸¹⁹ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p. 156-157.

intelectualidade”⁸²⁰. Na crônica “O Grande Ponto”, Luís da Câmara Cascudo contrapõe o Grande Ponto – localizado na esquina da Av. Rio Branco com a Rua Pedro Soares – com o café *Magestic*. O cronista potiguar, frequentador da “academia de letras da Rua Ulisses Caldas” nas décadas de 1920 e 1930, ressaltou que o Grande Ponto:

não era o lugar frequentado por meu grupo, que, nessa época, preferia o bar Majestique, antes chamado de Potiguarânia, o grande bar da minha geração, situado na rua Ulisses Caldas, e frequentado por jornalista, professores literatos.(...) A minha geração toda passou por lá: Othoniel Meneses, Jorge Fernandes, etc.;era o bar – o Majestique – de bebida, da classe média, da intelectualidade. O Grande Ponto, ao contrário, era um lugar de passagem, uma fixação puramente topográfica⁸²¹.

No relato de Luís da Câmara Cascudo percebemos que o *Magestic* passou a ser identificado, valorosamente, por um determinado grupo de escritores da cidade de Natal. O cronista menciona ser o bar um ambiente frequentado por sua geração. A geração de Cascudo e as atividades que se davam no interior do *Magestic* produziram sentidos ao café.

Podemos identificar essas atribuições de valores nas palavras pronunciadas por Câmara Cascudo. Enquanto que, para o grupo de Luís da Câmara Cascudo, o Grande Ponto correspondeu a uma “fixação puramente topográfica”, o *Magestic* foi muito mais significativo. As atividades sociais desenvolvidas no café conferem-lhe um significado. Portanto, se o Grande Ponto é o *não lugar*, onde não há enraizamento, o *Magestic* é fixidez, inércia, *lugar*⁸²².

Dentro da cidade do Natal, o grupo de Jorge Fernandes e de Cascudo dotou o café *Magestic* de um sentido único e inteligível para esse grupo, atribuindo-lhe o sentido de “academia literária”. As feições e as experiências humanas desenvolvidas pelos frequentadores do café *Magestic* produziram uma relação de identidade entre o grupo e o estabelecimento. Assim, as interações que ocorriam no *Magestic* possibilitaram a constituição de uma rede, de um grupo, de uma unidade e a fortificação desses laços.

Em contrapartida, o estabelecimento também cooperou para o desenvolvimento de práticas seletivas. Ainda que o acesso ao café *Magestic* fosse gratuito, era dentro do ambiente que se realizava a seleção. A seleção se dava mediante a exclusão daqueles que não faziam

⁸²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. O Grande Ponto. In: GARCIA, Eduardo Alexandre de Amorim (org.). *Cantões, cocada, grande ponto – Djalma Maranhão*. Natal/RN: Galeria do Povo, 2002. p. 26-27.

⁸²¹ *Ibid*, p. 26.

⁸²² Michel de Certeau define direção, velocidade e tempo como elementos criadores de espaço. Logo, o espaço articula-se com o movimento, com a mobilidade, enquanto lugar tem a ver com fixidez. Consultar: CERTEAU, Michel. *Op. Cit.* p. 202-203.

parte do grupo de escritores. João Amorim Guimarães descreve duas práticas exclusão realizadas no café:

Se o freguês não convinha, pelas suas más qualidades, pela sua vida irregular, incompatível com o meio, teria logo a ‘geladeira’. A ‘geladeira’ foi a maior arma de defesa à parte moral e social do *Magestic*. Entrava o freguês, fazia o seu pedido, era atendido cortesmente, sem ser incomodado; mas, se procurava conversar, se dava alguma “aparte” à conversa, ou se dirigisse a qualquer dos presentes, seria atendido, apenas por monossílabos, por ‘sins’ ou por ‘nãos’. Aquele, já se sabia que não voltaria mais. Quando aparecia algum ‘valente’, dava-se ‘campo’ nele. ‘Campo’ era outra defesa social horrível. Traduzia-se pela retirada estratégica de todos, um por um, até ficar sozinho o freguês inconveniente. Depois iam voltando todos, aos poucos, e formando novas “rodas”, arredadas do intruso.(...) O ambiente do *Magestic* já estava feito. Seria impossível desorganizá-lo⁸²³.

O trecho é longo, mas merece a nossa atenção. Podemos identificar nele, a dupla dimensão do café *Magestic*: um ambiente que aglutina e um ambiente que seleciona. A articulação que o cronista faz entre “freguês inconveniente” e suas “condutas, vida irregular” nos leva a supor que a distinção, ao menos nesse espaço de sociabilidade, estava longe de significar uma diferenciação entre situações financeiras. Outro ponto que é importante enfatizarmos diz respeito à identificação que o grupo de Jorge Fernandes, Câmara Cascudo, Barrôncio Guerra, entre outros, projetam no recinto, ao ponto de unirem-se contra um “indivíduo” estranho. Desse modo, podemos identificar o *Magestic* como ambiente afetivo, em que se desenvolveram sensibilidades ligadas a proteções do espaço, de vetá-lo aos indesejados.

Na opinião de Richard Sennet, em estudo acerca dos cafés parisienses e ingleses do século XIX, o estabelecimento suspende as distinções sociais e proporciona o direito de conversa a qualquer pessoa. Discordamos de Sennet quando pensamos sobre o que deveria ser o *Magestic*. O café da Rua Ulisses Caldas não apenas conserva essa diferenciação social na identificação de grupo, como também reforça dentro dele as organizações sociais da sociedade natalense.

As conjecturas construídas neste capítulo nos levam a perceber que, ao mesmo tempo em que nesses espaços de sociabilidade se desenvolviam práticas de afinidades e de trocas, também se reproduziram ações invasivas. Essa perspectiva esclarece-nos que, ao falar de sociabilidade, não estamos falando do desenvolvimento de sentimentos positivos como as afinidades e as amizades possibilitadas por encontros nesses ambientes mencionados.

⁸²³ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p. 153-154.

Devemos levar em conta também as hostilidades promovidas nesse mesmo ambiente já que tais práticas também contribuíram para afirmar e reforçar a existência de um grupo.

É curioso ainda como dentro desse grupo podemos identificar hierarquizações entre aqueles que eram aprendizes e os que eram mestres. O *Magestic* reuniu em um único grupo os “mestres da nossa literatura e da nossa poesia”⁸²⁴ e “homens de pouco recursos nas letras”⁸²⁵. O café, portanto, pode ser identificado como espaço de ensinamentos, de aprendizado para as letras em que “os ‘novos’ iriam ali encontrar os ‘mestres’ solícitos, que os guiariam com satisfação e com amizade pelos caminhos difíceis e misteriosos da Literatura e da Arte”⁸²⁶.

Os “homens de pouco recurso nas letras” encontraram no recinto a oportunidade de aprender com os ensinamentos de escritores como Câmara Cascudo, Othoniel Menezes e Jorge Fernandes. Às vezes, as tertúlias literárias também contavam com a presença de Henrique Castriciano, compondo o quadro de “mestres”. O aprendizado no *Magestic* não se restringiu apenas aos escritores da terra. Pelo menos, em duas vezes, os “ensinamentos” vieram da cidade do Rio de Janeiro por meio das palavras e das produções dos literatos Manuel Bandeira e Mário de Andrade em visita aos “recintos da diocese”.

No ambiente do *Magestic*, imperou intensamente a modalidade básica da sociabilidade: a conversa. O café é lugar onde florescem discursos⁸²⁷. Portanto, por meio dos diálogos estabelecidos eram mantidos os vínculos sociais⁸²⁸. Aqui apresentamos, novamente, uma valorização das palavras. Só que dessa vez temos a importância da troca de palavras como produção de interações. Desse modo, as trocas de palavras possibilitavam trocas sociais.

Os vínculos sociais não foram traçados apenas pelas atividades ligadas à literatura. O ambiente possuiu outros tipos de dinâmicas além das palestras e das conversas literárias. O café abrigou ainda atividades lúdicas, em que seus notáveis *habitués* divertiram-se jogando dominó e dados. No entanto, se no *Magestic* foram produzidas trocas sociais, o café também proporcionou trocas intelectuais. Nas palavras de Amorim Guimarães, o *Magestic* “inspirava. Aquele ambiente festivo dava vida e vibração à inteligência, agitava a alma e obrigava o espírito a produzir”⁸²⁹.

A história do café nos leva a pensar sobre as condições sociais da produção intelectual na cidade do Natal das três primeiras décadas do século XX, período de funcionamento do *Magestic*. Foi frequentando o café que Luís da Câmara Cascudo escreveu a sua primeira obra

⁸²⁴ *Ibid*, p. 157.

⁸²⁵ *Idem*.

⁸²⁶ *Ibid*, p. 184.

⁸²⁷ SENNET, Richard. *Op. Cit.* p. 108.

⁸²⁸ FRÚGOLI JR., Heitor. *Op. Cit.*, p. 10.

⁸²⁹ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p. 183

– *Joio*, que Jorge Fernandes compôs seu *Livro de Poemas*, que Jaime Wanderley escreveu *Boneca de Chocolate*, que Othoniel Menezes deu origem à *Jardim Tropical*, que Renato Caldas compôs *Fulô do Mato* e Ezequiel Wanderley, a obra *Balões de Ensaio*. Foi ainda, frequentando as calorosas noites literárias do café que Barôncio Guerra foi cursar Direito no Recife, que Reis Lisboa deu início à carreira de jornalista, que Edinor Avelino e Bezerra Júnior ensaiaram-se seus poesia, que Damasceno Bezerra revelou-se poeta. O *Magestic* promoveu o conhecimento das peças compostas por José Wanderley; apresentou a literatura a Renato Wanderley; fez conhecer os poetas Adriel Lopes, Elissósio Guimarães, Oliveira Júnior, João Estevam⁸³⁰.

Podemos aferir que não há meio intelectual sem a existência de um espaço de debates. No sótão do *Magestic* ou no abrigo do *figus-benjamina*, os frequentadores do café que almejavam lançarem-se nas atividades literárias no Rio Grande do Norte discursavam, debatiam, conversavam sobre suas produções. Nesse mesmo ambiente, Mário de Andrade encorajou Jorge Fernandes quanto à produção do livro *Jardim Tropical*. Mário de Andrade visitou a cidade do Natal no ano de 1928, chegando em 14 de dezembro desse ano. O escritor paulista de *Macunaíma* teve um encontro com Jorge Fernandes no café *Magestic*, mediado por Luís da Câmara Cascudo. Em seus relatos, Mário de Andrade registra o elogio que direcionou ao poema e a sua obra *Jardim Tropical*⁸³¹. O café também contou com a visita de outros intelectuais, entre eles Manoel Bandeira⁸³².

E quando não havia debates sobre as últimas e as futuras obras literárias, o *Magestic* também representou distração para os pensamentos fervilhantes da intelectualidade natalense. Foi ali

que Henrique Castriçano ia arejar sua inspiração fecunda para transformá-la, depois em poemas de ouro e jaspe. Era ali que Luís da Câmara Cascudo encontrava guarida à sua inspiração e ‘fazia’ coragem para escrever novos e magníficos livros⁸³³.

Por conseguinte, o café *Magestic* foi, por excelência, um espaço de condição para a elaboração intelectual.

Acreditamos que seria impossível tentar mapear de forma mais exaustiva essa complexa vida literária potiguar, por isso decidimos por escolher alguns lugares de

⁸³⁰ *Ibid*, p. 183-184.

⁸³¹ Os elogios de Andrade soaram como prece de ânimo para Jorge Fernandes, uma vez que o paulista descreve a feição do poeta potiguar como desanimadora, ao comentar acerca da obra publicada naquele ano. Para mais informações sobre a visita de Mário de Andrade em Natal, consultar: ANDRADE, Mário. *O turista aprendiz*. São Paulo: Editora Itatiaia, 2002. p. 82.

⁸³² GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p.186.

⁸³³ GUIMARÃES, João Amorim. *Op. Cit.* p. 184.

sociabilidade que permitem a identificação de uma dinâmica da vida intelectual na cidade. Os ambientes selecionados nesse capítulo possuem algo em comum. Ao mesmo tempo em que proporcionaram a interação de intelectuais e momentos de amizade, de cordialidade e de afinidade de ideias, contribuíram intensamente para o desenvolvimento de práticas de segregação, de distinção.

Os mesmos espaços que aglutinam também foram espaços que selecionaram. Entretanto, ainda que cada recinto tenha excluído ao seu modo, em todos os ambientes analisados foi possível percebermos que essa segregação pode ser atribuída à constituição de grupos, de unidades. As serenatas, o salão de Isabel Gondim, a Livraria *Cosmopolita*, o *Natal-Club*, o *Potiguarânia* e o café *Magestic* eram frequentados por grupos, o que marca a heterogeneidade entre os intelectuais da cidade do Natal. Se há uma divisão de grupos, há segregação, há ideias diferentes, há estéticas díspares, há projetos e propostas distintas – e, talvez, quem sabe, opostos.

Os referidos ambientes de sociabilidade intelectual potiguares também se constituíram em verdadeiros centros de comunicação oral, o que demonstra que o circuito comunicativo estabelecido em Natal não estava restrito à comunicação impressa veiculada nas obras literárias e nos periódicos. Nesses estabelecimentos, de caráter seletivo, ocorreram várias conferências, travaram-se bate-papos e organizaram-se as rodas literárias. Em outras palavras, por intermédio das dinâmicas observadas nas serenatas, no salão de dona Isabel Gondim, na Livraria *Cosmopolita*, no *Natal-Club*, no *Potiguarânia* e no café *Magestic*, identificamos várias facetas das vivências da literatura natalense.

Sendo assim, os ambientes de sociabilidade intelectual na cidade do Natal constituíram um caráter seletivo. Nesses espaços, os homens de letras conservaram laços entre grupos e tornou o universo intelectual natalense multifacetado. Portanto, as serenatas, o salão, a *Cosmopolita*, o *Natal-Club*, as conferências, o *Potiguarânia* e o *Magestic* apresentam-se como estruturas organizacionais da cidade do Natal que possuem como ponto nodal o fato de constituírem-se como local de aprendizado, de debates e de trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de fermentação e circulação de ideias, opiniões e diálogos na cidade do Natal.

Considerações finais

Os intelectuais e a cidade: os mosqueteiros da literatura natalense

É hora de encerrar. Ao longo da nossa dissertação procuramos analisar a vida intelectual na cidade do Natal durante os anos da Primeira República (1889-1930). Debruçamo-nos sobre a cidade do Natal, a princípio, uma cidade em que, nessa época, não havia condições para a vida organizada da intelectualidade, mas onde houve condições para animados desejos de exprimir uma literatura. Propusemos, assim, algumas possibilidades de leituras em torno da atividade literária potiguar definida pelo encontro dos esgrimistas das palavras natalenses.

Em nossa conclusão podemos afirmar que a literatura natalense foi conduzida por alguns homens de ação, inseridos em um campo onde pleitearam para si a condição de escritores e, conhecidos pela expressão “mosqueteiros intelectuais”. Em *Literatura como missão*, Nicolau Sevcenko analisa a trajetória do grupo de literatos cariocas, identificados como geração de 1870, que se vangloriavam como os “mosqueteiros intelectuais”⁸³⁴. Esses homens de letras se consideravam os mosqueteiros da corrente transformadora, os agentes de uma redefinição das estruturas fundamentais do país, um grupo ao qual cabia a responsabilidade de um utilitarismo intelectual que viria com a emergência do novo regime político brasileiro: a República.

No entanto, na opinião de Nicolau Sevcenko, a proclamação da República colocou esses intelectuais à margem de sua pretendida atuação, uma vez que a República tomou um rumo inesperado e quebrou as expectativas destes intelectuais, transformando-os em um grupo de indigentes. Em contrapartida, a República proporcionou o surgimento da camada dos “vencedores”, reconhecidos como “filião letrado que se solda aos grupos da política, desfrutando, a partir de então, de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano”⁸³⁵.

Apesar de termos nos inspirado na expressão cunhada por Nicolau Sevcenko, contrariamos o entendimento dos “mosqueteiros intelectuais” do autor. A análise da vida intelectual natalense descortinou um grupo de “mosqueteiros intelectuais” diferente daquela proposta pelo autor de *Literatura como missão*. Os indivíduos situados nos tempos pós-proclamação da República no Rio Grande do Norte foram identificados como homens de

⁸³⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Op. Cit.p. 78.

⁸³⁵ *Ibid*, p. 103.

letras engajados que atribuíram para si uma missão na capital norte-rio-grandense, o que resultaria na existência dos “mosqueteiros intelectuais” posteriores a geração de 1870 analisada por Sevcenko.

Demonstramos em que medida se deu este engajamento intelectual por meio da conjunção “intelectuais, imprensa e espaço”, reconhecendo, nos mesmos indivíduos, tanto o espírito dos “mosqueteiros intelectuais”, quanto o filião letrado que revela interesses na política e buscava alcançar o prestígio na sociedade potiguar. Para tanto, dividindo o nosso estudo em três partes, em que cada uma contemplou um dos componentes desta conjunção.

No decorrer do primeiro capítulo, foi possível percebermos que a dinâmica da vida intelectual natalense precedeu a instalação do regime republicano proclamado no Rio Grande do Norte. A literatura na cidade do Natal já demonstrava suas manifestações no período imperial, por meio da realização das práticas das serenatas, da imprensa precariamente desenvolvida e dos poucos nomes que se projetavam no universo literário potiguar. Com a chegada da Primeira República (1889-1930), a cidade do Natal ainda não tinha projetado grandes nomes na história da literatura brasileira, tão pouco naquelas cidades consideradas pelos intelectuais da época como sendo os grandes centros literários do país, a saber, Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, analisamos como a capital norte-rio-grandense, mesmo como um ambiente considerado, por seus escritores, como intelectualmente periférico, apresentou a sua própria dinâmica no que diz respeito à vida literária e, em nossa percepção, constituiu-se como centro.

Na tentativa de esboçar um perfil para os intelectuais natalenses, discutimos, em linhas gerais, desenvolvendo uma indagação sobre quem foram os homens de letras da cidade do Natal. Nas páginas desta dissertação, analisamos os homens de letras do regime republicano como indivíduos pertencentes a um grupo social distinto na sociedade potiguar, na medida em que revelaram algumas características peculiares. Eles eram indivíduos letrados, em uma sociedade em que uma maioria esmagadora era analfabeta. Eram homens instruídos, atualizados pelo modo de vida promovido nos países do continente europeu, sobretudo, da França. Esses intelectuais mantinham uma afinidade profunda com as energias culturais que procediam do Velho Mundo nos fins do século XIX e início do século XX.

Ainda no primeiro capítulo, mostramos como esses indivíduos integraram a elite pensante da capital potiguar, na medida em que eram influenciados pelas correntes filosóficas e sociais difundidas no século XIX. Nossos homens de letras eram leitores das proposições de Charles Darwin, Ernst Haeckel, Hebert Spencer, Augusto Comte, Gustave Le Bonn, Jean-Baptiste de Lamarck, de escritores nacionais, tais como Tobias Barreto e Silvo Romero. Os

seus gabinetes de leitura abrigavam as obras recém-lançadas na literatura francesa, portuguesa e nacional. Esses indivíduos dinamizaram o ambiente intelectual, que parecia ter efervescido durante o regime republicano, por meio da publicação de obras literárias e da fundação de associações voltada às letras.

Contudo, esses esgrimistas das palavras não desempenhavam a atividade literária enquanto profissão. Como demonstramos nas páginas desta dissertação, a atividade nas letras não era considerada uma profissão, mas sim uma ocupação destinada aos momentos de diversão, de passatempo. No entanto, esses intelectuais, escritores das horas vagas, reclamavam para si a condição de homens de letras, uma vez que, as letras conferiam prestígio, embelezavam a carreira daqueles que dela se ocupavam.

Se os intelectuais da cidade do Natal não eram escritores profissionais, demonstramos os tipos de ofícios que eram procurados por esses indivíduos. No que respeita ao segundo capítulo, investigamos as formações e as profissões dos homens de letras da capital norte-rio-grandense. Demonstramos que esses intelectuais optaram por diplomações nos cursos de magistério na Escola Normal de Natal, nas escolas militares, nas faculdades de Medicina instaladas no Rio de Janeiro e na Bahia, e, principalmente, nas arcadas jurídicas do Recife e de São Paulo.

A formação nos centros intelectuais comuns, em sua maioria sendo as faculdades médicas e jurídicas, proporcionou a constituição de uma rede entre os agentes e o campo intelectual natalense, uma vez que esses indivíduos puderam construir relações sociais durante as suas frequências aos cursos formativos e, posteriormente, fortalecer esses laços no desempenho dessas atividades nos cargos públicos da cidade do Natal. Logo, ainda no segundo capítulo demonstramos como as formações dos homens de letras da cidade possibilitaram a ascensão desses indivíduos a cargos de prestígio, de poder, nas instâncias administrativas e burocráticas da cidade.

Graças às formações nos grandes centros intelectuais, por meio dos seus cargos públicos, os homens de letras da capital foram incorporados nos centros de poder nos quais puderam interferir diretamente na capital, administrando-a politicamente, participando das decisões e das resoluções sobre os problemas da cidade e elaborando projetos voltados às políticas públicas. Aqueles que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções de poder, ficando responsáveis pela elaboração de leis, decretos, regulamentos, constituições, códigos ou simples movimentações administrativas. Em suma, demonstramos como os homens de letras conduziram a cidade do Natal assentados nos cargos políticos e no funcionalismo público.

O terceiro capítulo complementa a análise das posições sociais ocupadas pelos literatos natalenses na capital. No capítulo três, identificamos como a articulação entre literatura e política se estabeleceu na vida intelectual natalense. O mecenato, ou seja, a proteção, funcionou como princípio básico do campo literário em Natal. Durante nossa análise, percebemos como as posições sociais ocupadas no universo literário natalense dependiam das relações sociais e políticas que os indivíduos inseridos nesse campo conseguiram mobilizar. Os status de escritor consagrado, notório, com nome reconhecido no âmbito cultural potiguar, dependiam, particularmente, das afinidades mantidas com o grupo político situacionista Albuquerque Maranhão.

Em vários momentos de nossa análise, foi possível percebermos o quanto o Estado desenvolveu práticas de apadrinhamento em relação aos homens de letras na cidade do Natal, os quais participavam do seu círculo social ou de seu grupo de correligionários políticos. No decorrer do terceiro capítulo enfatizamos três tipos de categorias de mecenato, a saber, a Lei nº 145, a associação literária *Grêmio Polymathico* e os cargos públicos ofertados pelo Estado. Mediante as práticas de proteções oriundas do Estado, os homens de letras angariaram para si o reconhecimento, a notoriedade e o tão sonhado lugar ao Sol no universo literário potiguar.

Focalizamos a articulação estabelecida entre instância de poder e intelectuais natalense, na tentativa de evidenciar as imbricações mantidas entre literatura e política durante o regime republicano. Percebemos que, embora o discurso republicano defendesse o fim de privilégios, as rupturas, as descontinuidades dos “maus vícios” inerentes aos regimes políticos anteriores – como, por exemplo, o regime imperial – indicamos uma prática contínua na qual literatura e política seguiam fortemente vinculadas. Logo, durante a Primeira República, não tinha como separar a literatura potiguar do campo político, fosse porque os literatos ocupavam cargos nos centros de poder, ou fosse porque esses indivíduos participavam de uma rede de amizade com as famílias que controlavam a política local.

Ainda que a atividade literária não tenha encontrado guarida no átrio das profissões optadas pelos natalenses, foi por meio dela que seus intelectuais se proclamavam agentes da corrente transformadora anunciado com o advento do regime republicano. Os homens de letras proclamaram-se transformadores das estruturas fundamentais da nação. Em outras palavras, imbuídos de um sentimento de utilitarismo intelectuais, os mosqueteiros das letras natalenses atribuíram para si a ação e a missão de elevar o nível intelectual da sociedade potiguar. O sentimento de missão parece não ter morrido com o advento da República nos mosqueteiros intelectuais do Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, na segunda parte da nossa dissertação, mostramos como a história da literatura natalense está ligada ao jornalismo norte-rio-grandense. A imprensa apresentou-se, aos homens de letras, como alternativa para o ganho financeiro obtido por meio da pena. Desse modo, a imprensa periódica tornou a escrita, ainda que voltada para o jornal e a revista, uma atividade remunerada que recrutou, por excelência, os escritores da capital. Em contrapartida, a atuação na imprensa também atraiu escritores que gozavam de uma boa condição financeira. Esses últimos estavam interessados em um ganho simbólico, isto é, no prestígio, na notoriedade proporcionada pelas páginas dos jornais aos nomes nela veiculados.

Em nossas análises, podemos afirmar que o espaço midiático impresso serviu como vitrine, berçário e trampolim para os homens de letras natalenses, proporcionando-lhes diferentes formas de atuação (como redator, colaborador, diretor), conferindo-lhes visibilidade e consagrando nomes sob os mais variados gêneros literários (folhetins, romances, contos, crônicas, notícias, reportagens, crítica literária). Além de conferir visibilidade, a imprensa periódica também foi utilizada como o suporte material que veiculou o engajamento intelectual desses indivíduos.

No quarto capítulo trabalhamos com a documentação de jornais e de revistas, os quais foram entendidos como espaço de projeção do intelectual potiguar. Analisando esses documentos, identificamos como esses indivíduos expressaram suas missões por intermédio das palavras impressas veiculadas nos jornais e nas revistas em Natal. Utilizando-se da escrita, os intelectuais conduziram a instrução e a ilustração para os indivíduos cuja mentes pairavam na escuridão. Assim, na construção de uma relação entre literatura e imprensa demonstramos de que maneira se deu o engajamento desses intelectuais na cidade do Natal, utilizando-se da palavra impressa.

Ainda por meio dos periódicos em circulação na capital, os esgrimistas das palavras foram capazes de produzirem uma imagem específica da cidade. Por meio de suas criações literárias, os intelectuais também produziram simbolicamente a cidade do Natal. Mostramos como a cidade foi forjada como produto da escrita na literatura veiculada nos jornais natalenses, como as imagens do cotidiano, criadas por esses literatos, elaboraram uma cidade condizente com as propostas republicanas. Natal, a pequena capital das primeiras décadas do século XX, foi escrita por esses indivíduos como uma cidade moderna, que rumava às vias da civilização. A cidade potiguar produzida por seus intelectuais era composta por projetos de saneamento e higienização, por propostas modernizantes e por novas práticas condizentes com a nova época em que se ansiava pelos tempos do progresso.

Por intermédio dos jornais e das revistas, os homens de letras constituíram um verdadeiro sistema comunicacional por meio do qual puderam falar ao público e, também, dialogar entre si. A imprensa natalense ainda foi responsável por conferir uma organização às configurações do campo intelectual composta tanto por adesões, por relações de amizades, como por hostilidades, por disputas. Portanto, pudemos analisar os tipos de interações existentes entre os homens de letras, veiculadas na imprensa. Partindo dessa lógica, no quinto capítulo desta dissertação, demonstramos que as fissuras também faziam parte do universo das letras potiguares.

As trocas das produções literárias e as polêmicas que envolveram os literatos natalense confirmaram o importante papel da imprensa como espaço de projeção no mundo literário e também como espaço de sociabilidade intelectual. As discussões promovidas a partir desses periódicos ora indicaram os laços de afinidades, permitindo-nos identificar as redes estabelecidas entre esses indivíduos, ora denunciaram as relações de desavenças e de disputas inerentes ao campo literário. Nesse sentido, as páginas da imprensa periódica refletiram a complexidade do campo intelectual de Natal, fazendo transparecer os posicionamentos divergentes sustentados pelos escritores que compunham o universo cultural.

Na terceira, e última, parte da nossa dissertação analisamos como os intelectuais potiguares se revelaram sujeitos de ação na capital norte-rio-grandense. Percebemos que o engajamento intelectual na cidade também se traduziu nas trajetórias cotidianas estabelecidas por esses homens de letras. Na terceira parte do nosso estudo, destinada aos espaços de sociabilidade, mostramos que esses indivíduos não apenas dirigiram a capital norte-rio-grandense a partir dos cargos públicos ocupados nas instâncias administrativas, e produziram simbolicamente a cidade do Natal, esses indivíduos também vivenciaram os espaços da urbe potiguar.

Os homens de letras desceram da sua torre de marfim e experimentaram os viveres da cidade do Natal delineando uma dinâmica, em ambientes específicos, em que se respirou, se manifestou e se promoveu a literatura natalense. Os ambientes escolhidos por nossos intelectuais corresponderam aos novos espaços da cidade, isto é, aos ambientes que emergiram na topografia da capital, acompanhando os processos de mudança pelos quais passavam a cidade do Natal no início do século XX.

Destinamos o capítulo seis à análise das relações de sociabilidade estabelecidas nos espaços destinados à imprensa periódica potiguar: as redações e as tipografias. Demonstramos como as interações dos escritores transpuseram as páginas dos jornais e das revistas e alcançaram os espaços físicos onde se dava a produção dos periódicos. Por fim, no sétimo, e

último capítulo, elegemos alguns dos principais recintos frequentados pelos homens de letras da cidade, e analisamos seus usos e os significados na dinâmica do campo literário. Nesse último capítulo, exploramos como as práticas de serenatas, o salão de dona Isabel Gondim, os cantões, a livraria *Cosmopolita*, o Natal-Club e os cafés *Potiguarânia* e *Magestic*, foram investidos simbolicamente como pontos de encontros dos intelectuais da cidade passando a compor o cotidiano significativo desses homens.

Ao fim da pesquisa, obtivemos um campo intelectual composto por uma verdadeira dinamicidade que foi, pouco a pouco, se descortinando em nosso estudo. Após dois anos de pesquisa, e pouco mais de trezentas páginas escritas, nos deparamos com uma rica vida cultural composta por articulações variadas que foram constituídas por esses indivíduos entre si e junto a outros segmentos sociais de sua época na capital norte-rio-grandense. Em suma, demonstramos um rico universo cultural na cidade, tão pequeno e inexpressivo aos olhos dos grandes centros literários, que refletiram o funcionamento desse grupo composto por homens de letras, ressaltando as regras, os acordos e as disputas inerentes a todo campo literário.

Durante toda a nossa análise, buscamos propor uma visão mais geral. Focalizamos, com riscos, um cenário mais amplo, a cidade durante as primeiras décadas do regime republicano. Mais precisamente, concentramo-nos sobre a cidade do Natal, que abrigava uma organização física e que se mostrou circunscrita pelas mais diferentes formas de interações entre esses escritores e de espacialidades específicas (re)significadas nas quais as relações contempladas em nossa dissertação tiveram lugar. Portanto, traçamos este cenário mais amplo com a vida de seus homens de letras. Deixamos como palavras finais uma paráfrase do crítico literário Antônio Cândido: temos a impressão de que há uma história da literatura que se projeta na cidade do Natal, assim como há uma história da cidade do Natal que se projeta na literatura...

Referências

Fontes Primárias:

ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti. Antônio Marinho e seu tempo – esboço biográfico e crítico. *Separata da Revista da Academia norte rio-grandense de Letras*. Natal, 1955. (Discurso de posse da Academia Norte Rio-grandense de Letras em 23 de março de 1950).

A IMPRENSA. Natal, 1918.

A IMPRENSA. Natal, 1919.

A IMPRENSA. Natal, 1922.

A NOTÍCIA. Natal, 1921-1922.

A REPUBLICA. Natal, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1915, 1917, 1920, 1921, 1923, 1924, 1927, 1930.

ATA da 1ª Sessão Preparatória da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Natal, 14 nov. 1936.

A TRIBUNA. Natal, 1899.

A TRIBUNA. Natal, 1900.

A TRIBUNA. Natal, 1903.

A TRIBUNA. Natal, 1904.

BRASIL. *Decreto Imperial número 5.429*, de 2 de outubro de 1873. Disponível em: <<http://www.2camara.leg.br/login/fed/decreto>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

BEZERRA, Desembargados Silvino. *Reminiscência de Natal de Outrora*. Natal: Tipografia Santa Teresinha, 1963.

CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes da cidade do Natal*. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Alma Patrícia – crítica literária*. Natal: Atelier M. Victorino, 1922.

_____. Alberto Maranhão – o último mecenas. *A Republica*. Natal, 5 fev. 1944.

_____. Pe. Antônio Arêas. Acta Diurna. *A Republica*. Natal, 26 mar. 1944.

_____. Serenatas. *A Republica*. Natal, 13 jan. 1949.

_____. O velho Fortunato. *A Republica*. Natal, 27 jul. 1949.

_____. Actas Diurnas. O primeiro tipógrafo. *A Republica*. Natal, 01 jul. 1959.

_____. Em louvor de Carlos Policarpo. Actas diurnas. *A Republica*. Natal, 10 jul. 1959.

CASTRICIANO, Henrique. O último enforcado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, 1907. v. 02

_____. Teoria Orgânica da Sociedade (1920). *Revista do Centro Polimático*. Natal, 16 jan. 1920. nº 1.

_____. Os mortos – capítulo 1. *Revista do Centro Polimático*. Natal, 21 nov. 1920. nº 3.

_____. Os mortos – capítulo 2. *Revista do Centro Polimático*. Natal, 06 jul. 1922. nº 6.

CICCO, Januário. *Como se higienizaria Natal*: algumas considerações sobre seu saneamento. Natal: Atelier Tipográfico M. Victorino A. Câmara, 1920.

ESTATUTO do Centro Polymathico. Natal: Tipografia d'A Republica, 1921.

ESTATUTO do Natal-Club. Natal: Typografia d'A Republica, 1909.

FERNANDES, Luiz. *A Imprensa periódica no Rio Grande do Norte (1832 a 1908)*. Fundação José Augusto: Sebo Vermelho, 1998. p. 22-25.

LIMA, Nestor dos Santos. O celibato pedagógico. *Revista Pedagogium*. Natal: Tipografia d'A Republica, 1921.

_____. *O celibato pedagógico feminino*. Tese à 1ª Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba. Natal: Tipografia Comercial T Pinto & Cia, 1927.

_____. *Um século de ensino primário*. Natal: Tipografia d'A Republica, 1927.

MELO, Manoel Rodrigues de Melo. *Dicionário da imprensa do Rio Grande do Norte (1909-1987)*. Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MELO, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Natal de ontem*: figuras e fatos de minha geração. Natal: Sebo Vermelho, 2006.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da terceira sessão da terceira Legislatura. Natal: Tipografia d'A Republica, 1900.

NONATO, Raimundo. *Bacharéis de Olinda e Recife*: norte-rio-grandenses formados de 1832 a 1932. Rio de Janeiro: Pogentti, 1960.

OASIS (1894, 1895, 1896, 1899 e 1900). Disponível em: www.hemerotecadigital.br/acervo-digital/oasis. Acessado em: 02 de julho de 2012.

OASIS: revista mensal (1903-1904). Natal: Sebo Vermelho, 2010. (Edição fac-similar).

O DIÁRIO DO NATAL. Natal, 1900.

O ECO MIGUELINO. Natal, 4 set. 1874.

O FON-FON. Natal, 1920.

O GALO. Natal, 05 dez. 1999.

O ÍRIS. Natal, 1897-1878.

O OLOFOTE. Natal, 1919.

PEIXOTO, Renato Amado. Verbete In: ABREU, Alzira de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro/RJ: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012.

PEREIRA, Nilo. A Temporada Literária de 1930. *Revista da Academia Norte Rio Grandense de Letras*. Natal, 1967. Ano XVIII, n. 7. (Discurso proferido em 5 de setembro de 1964 por ocasião da fundação da nova sede da Academia).

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro/RJ: editora Pongetti, 1971. v. LVI, LVII e LVIII.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1908. v. 1.

REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal, nov. a dez., 1898.

REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal, jan. a dez., 1899.

SOARES, Moysés. *O Natal-Club e as suas primeiras décadas* (Conferência realizada no salão nobre do Natal-Club, em 22 de junho de 1916). Natal: Tipografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1916.

TELEGRAMAS. *O Papa-figo*. Natal, 24 dez. 1922

WANDERLEY, Ezequiel. *Poetas do Rio Grande do Norte*. Natal: Typographia d' A Republica, 1922.

WANDERLEY, Jaime dos G. *É tempo de recordar*. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1984.

Bibliografia:

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, José Geraldo de. (Org.) *Henrique Castriciano – Seleta: Textos e poesias*. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

A IMPRENSA DO RN TEM HISTÓRIA PARA CONTAR.... Suplemento Nós, do RN. Diário Oficial do estado do Rio Grande do Norte. Ano II. nº 22. Setembro, 2006. Disponível em: <<http://www.dei.rn.gov.br/arquivos/nosdorn/nos0906.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

AMORA, Antônio Soares. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Editora Clássico-científica, 1961.

ANDRADE, Mário. *O turista aprendiz*. São Paulo: Editora Itatiaia, 2002.

ARAÚJO, Márcia Maria. *As (in)constâncias da educação secundária do colégio Atheneu de Natal (Rio Grande do Norte, 1835-1889)*. Anais eletrônico do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364919623_ARQUIVO_MARTAMARIADEARAÚJO-TrabalhoCompletoXXVIISNH.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

ARAÚJO, Marta Maria de. MEDEIROS, Cristiane Moreira Lins. A educação do homem culto – o norte-riograndense Juvenal Lamartine de Faria (1875-1956). *Revista de Humanidades – MNEME*. v.5. n. 10, Abr./Jun. de 2004. p 315. Disponível em: <<http://cerescaico.ufrn.br/mneme>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, cultura e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____.; VIANA, Hélder. NONATO, Raimundo (Org.). *A Intendência e a cidade: fontes para o estudo da gestão municipal da cidade de Natal (1892-1919)* Natal: EDUFRN, 2013.

_____. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público do Recife no século XIX*. São Paulo: USP, 2004.

_____.; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

ASA, Briggs; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ASSIS, Machado. *Obras Completas*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da leitura na Paraíba de oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. *Atheneu northeriograndense: locus de desenvolvimento cultural da Natal republicana*. Disponível em:

<www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/053_eva.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2013.

_____. *Atheneu Norte Rio-grandense: práticas culturais e formação de uma identidade (1834-1924)*. Tese de Doutorado. Universidade Pontifícia Católica (PUC)/SP. São Paulo, 2000.

BEGLEY, Louis. *O caso Dreyfus: ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da História*. São Paulo: Companhia de letras, 2010.

BELO, André. Na era de Gutenberg: outras publicações. *História & livro e leitura* (Coleção História & Reflexões, 3) Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. v. 3. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOLOGNINI, Carmen Zink (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. São Paulo: Fapesp, 2003.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2010. 46 ed.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Prática: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: editora papirus, 2011. 11 ed.

_____. Campo de poder, Campo intelectual e Habitus de Classe. In: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1982.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

BROCA, Brito. *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1957.

_____. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

BUENO, Almir de Carvalho. Da proclamação da República à eleição de Pedro Velho (1889-1892). In: _____. *Visões da República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2002.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura pra quê?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. (Tradução Laura Taddei Brandini)

CÂNDIDO, Antônio. *A vida ao rés do chão – a crônica, sua fixação e sua transformação no Brasil*. Campinas/ Rio de Janeiro: Editora UNICAMP/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

_____. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos 1750-1836)*. 6 ed. vol. 01. Belo Horizonte: Editora Itatiaia LTDA, 1981.

_____. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Ouro Azul, 2006.

_____. *Um funcionário da monarquia – ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. IN: FASUTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira III – O Brasil Republicano*. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990. Cap. 5.

_____. *A construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. 1997, Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011>. v. 40. n. 2. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1981. v.1

CASCUDO, Luís da Câmara. *Ateneu norte riograndense – pesquisas e notas para sua história*. Natal, 1971. (Coleção Juvenal Lamartine).

_____. *História da Cidade do Natal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília; INL; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

_____. *O Livro das Velhas Figuras*. Natal: Manimbu, 1981. nº 3.

_____. *Ontem (memórias)*. 2 ed. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. *Nosso Amigo Castriciano: 1874-1947*. Natal: EDUFRN, 2008.

_____. *História que o tempo leva.... da história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008.

_____. *O tempo e eu: confidências e proposições*. Natal: Editora da UFRN, 2008.

_____. *Vida de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2008. (Coleção Câmara Cascudo: biografias).

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. In: _____. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. (Tradução Mary Del Priori).

_____. Literatura e História – Debate. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, p.197-216 (Conferência proferida por Roger Chartier, em 5 de novembro de 1999). Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 2 de novembro de 2011.

_____. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COHEN, Margareth. A literatura panorâmica e a invenção dos gêneros cotidianos. In: SCHWARTZ, Vanessa R; CHARNEY, Leo. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil (1904-2014)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COUTINHO, Afrânio. *Crítica e teoria literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

CRARY, Jonathan. *Las técnicas del observador: visión y modernidad en El siglo XIX*. Murcia: CENDEAC, 2008.

DANTAS, George A. F., FERREIRA, Ângela Lúcia. Os “indesejáveis” na cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930). In: __ (Org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna, Natal (1890-1940)*. Natal/RN: EDUFRN, 2006.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

_____. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

_____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

_____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DE LUCA, Tânia Regina. MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Paradidático Cultural).

_____. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

EDUARDO, Anna Rachel. FERREIRA, Ângela Lúcia. As topografias médicas no Brasil do início do século XX. IN: FERREIRA, Ângela Lúcia. DANTAS, George (Org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna – Natal (1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2006.

ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. Os intelectuais, as habitações populares e as políticas públicas na capital republicana (fins do século XIX e início do século XX). In: ENGEL, Magali Gouveia. CORRÊA, Maria Letícia. SANTOS, Ricardo Augusto dos. (Org.). *Os intelectuais e a cidade – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

FEITOSA, Polycarpo. *Vida Potyguar*. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

FERNANDES, Anchieta. *História da Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2006.

FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Natal, 2012.

FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *Revista de Saúde Coletiva – PHYSIS*. v. 4. nº 1. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v4n1/04.pdf> Consultado em: 11 de dezembro de 2013.
FERREIRA, Pinto. *História da Faculdade de Direito de Recife*. Recife: Editora da UFPE, 1980. Tomo I

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2004.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *As modinhas norte rio-grandense*. Recife/PE: Editora Massangana, 2000.

GARCIA, Eduardo Alexandre de Amorim (Org.). *Cantões, cocada, grande ponto – Djalma Maranhão*. Natal/RN: Galeria do Povo, 2002.

GOMES, Ângela de castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GUIMARÃES, João Amorim. *Natal do meu tempo: crônica da cidade do Natal*. Natal: SCB/FHG, 1999. (Organização, introdução e notas de Humberto Hermenegildo de Araújo).

GURGEL, Tarcísio dos Santos. *Belle Époque na Esquina: o que se passou na República das letras potiguar*. Natal/RN: Editora do autor, 2009.

_____. *Informação da Literatura Potiguar*. Natal: Argos, 2001.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Impresso no Brasil, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira – o Brasil Monárquico – do Império à República*. São Paulo: Difel, 1985. v. 5. Tomo 2.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa Demanda – ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

_____. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Pedro. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

_____. *Saneamento e modernização em Natal: Januário Cicco, 1920*. Natal: Sebo Vermelho edições, 2003.

LIMA, Constância. MACÊDO, Diva Cunha Pereira de. *Literatura feminina do Rio Grande do Norte: de Nísia Floresta a Zila Mamede - antologia*. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2001.

LIMA, Edna L. Cunha; FARIAS, Priscila L.; ARAGÃO, Isabella R. *Catálogos de tipos móveis: contribuição para a história (tipo)gráfica*. Disponível em: <http://www.academia.edu/876324/Catalogos_de_tipos_moveis_contribuicoes_para_a_historia_tipo_grafica_brasileira>. Acesso em: 12 de dezembro de 2012.

MACHADO, Márcia Regina Jaschke. A crítica nos anos 20 e seu papel subsidiário das inovações literárias. *Terra roxa e outras terras (Revista de Estudo Literários)*. v. 16, setembro, 2009.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2001

MARINHO, Márcia Maria da Fonseca. *Natal também civiliza-se: lazer e sociabilidade*. Natal/RN: EDUFRN, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa, história e literatura: conjugando discursos. In: SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos. CAIRO, Luiz Roberto. RAPUCCI, Cleide Antonia (Org.). *Intelectuais e imprensa: aspecto de uma complexa relação*. São Paulo: Nakim, 2009.

MARTINS, Luís. *O patriarca e o bacharel*. São Paulo: Alameda, 2008.

MEDEIROS FILHO, João de. *Contribuição à História Intelectual do Rio Grande do Norte*. Natal: s.n., 1983.

MELO, Edvaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MELO, Veríssimo. *Natal há 100 anos passados*. Natal: Sebo Vermelho, 2007.

_____. *Patronos e Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972. Volume I.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Revista TEMPO*. Vol. 17, nº 34, janeiro-junho de 2013. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo>. Acesso em: 7 de julho de 2012.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MITCHEL, William John Thomas. *Teoria de La Imagen: ensayos sobre representación verbal e visual*. Madri: AKAL, 2009.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Chicuta Nolasco Fernandes, intelectual de mérito*. Natal: Editorial A Republica, 2006 (série Educação e Educadores do Rio Grande do Norte, n.2)

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. IN: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira III – O Brasil Republicano*. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990.

NEEDLE, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1993

NEGREIROS, Armando. *Na companhia dos imortais*. Natal: A. S. Editores, 2007.

NETO, Coelho. *A Conquista*. 1897. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7524>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2014.

NEVES, Frederico de Castro. SOUZA, Simone de (Org.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte – baseada nas leis, informações e fatos consignados na história antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

ONOFRE JÚNIOR, Manoel. *Literatura & Província*. Natal: EDUFRN, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

PAES, José Paulo. *Augusto dos anjos: os melhores poemas*. São Paulo: Editora Global, 1986.
PEIXOTO, Renato Amado (org.) *Nas trilhas da representação: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços*. Natal/UFRN: EDUFRN, 2012.

PEREIRA, Nilo. *A faculdade de Direito do Recife (1927-1977) – ensaio biográfico*. Recife: Editora Universitária, 1977. v. 1.

PINTO, Lauro. *A Natal que eu vi*. Natal: Imprensa universitária, 1971.

POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2012.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1998.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (tradução Emir Sader).

REZENDE, Antônio Paulo. História, cidade e literatura: travessias e encontros. IN: DIAS, André Luis Mattedi. COELHO NETO, Eurelino Teixeira. LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *História, cultura e poder*. Salvador: UFBA, 2010.

RIO, João do. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 1907. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2012.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão*: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SALES NETO, Francisco Firmino. *Luís Natal ou Câmara Cascudo*: de autor a autor da cidade do Natal. Campina Grande: EDUFCG, 2013.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Rio*: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS FILHOS, Lycurgo. *História da medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!: o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?* São Paulo: Ática, 1999.

SCHEFFEL, Marcos. *Do registro diário à criação em Lima Barreto*. Joinville: Letradágua, 2007.

SCHOPENHAUER, Artur. *A arte de escrever*. São Paulo: L&M Pocket, 1997. (Tradução de Pedro Sussekind).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das letras, 1933.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: formas literárias e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2012.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Antonio Moraes Silva. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1953.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *A questão religiosa no Rio Grande do Norte: conflito político entre a Maçonaria e a Igreja Católica no século XIX (1873-1875)*. Trabalho de conclusão do curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

_____. Natal sob olhar de O Olofote: cenas urbanas na cidade em 1919. *Revista Cordis – Comunicação, Modernidade e Arquitetura*. N. 8. Jan./Jun., 2012. p. 287-319.

_____. Nas veredas das tertúlias literárias: uma discussão historiográfica acerca dos espaços de sociabilidade intelectual no Brasil. *URBANA – Revista do Centro Interdisciplinas de Estudos sobre a cidade*. v.5. nº 6. Mar. 2013. Dossiê: Urbanistas e urbanismo. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/975/pdf>>. Acesso em: 29 de março de 2013.

SILVA, Raimundo Nonato da. LAMARTINE, Osvaldo de Farias. *Pseudônimos e iniciais potiguares*. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. Por uma “Cidade Nova”: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014.

SIRINELI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SOUZA, Eloy de. *Memórias*. Natal: Senado Federal/DF e Instituto Pró-Memória de Macaíba/RN, 2008.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. Natal/RN: EDUFRN, 2008. (Coleção História Potiguar).

_____. *Nova história da cidade do Natal*. Natal/RN: Departamento Estadual da Imprensa, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S. A., 1966.

SPINELLI, José Antonio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte (Primeira República) e outros estudos*. Natal: EDUFRN, 2010.

TSHICHOLD, Jan. *A forma do livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro*. Cotia: Atelier Editorial, 2007.

VELOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia de. VELLOSO, Mônica Pimenta. LINS, Vera. *O moderno em revista: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. As modernas sensibilidades brasileiras. uma leitura das revistas literárias e de humor na primeira República. *Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 enero 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1500>. Acesso em: 07 de agosto de 2011.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

VIANA, Hélder. *Técnica, tecnologia e artefato: ensaios de aproximação*. Natal: EDUFRN, 2012.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.